

intrínseca

NICK DAVIES

DA NOTÍCIA

O ESCÂNDALO DE GRAMPOS, SUBORNO E TRÁFICO DE INFLUÊNCIA QUE ABALOU UM DOS MAIORES CONGLOMERADOS DE MÍDIA DO MUNDO



DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A PRESENTE OBRA É DISPONIBILIZADA PELA EQUIPE LE LIVROS E SEUS DIVERSOS PARCEIROS, COM O OBJETIVO DE OFERECER CONTEÚDO PARA USO PARCIAL EM PESQUISAS E ESTUDOS ACADÊMICOS, BEM COMO O SIMPLES TESTE DA QUALIDADE DA OBRA, COM O FIM EXCLUSIVO DE COMPRA FUTURA. É EXPRESSAMENTE PROIBIDA E TOTALMENTE REPUDIÁVEL A VENDA, ALUGUEL, OU QUAISQUER USO COMERCIAL DO PRESENTE CONTEÚDO

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O LE LIVROS E SEUS PARCEIROS DISPONIBILIZAM CONTEÚDO DE DOMÍNIO PÚBLICO E PROPRIEDADE INTELECTUAL DE FORMA TOTALMENTE GRATUITA, POR ACREDITAR QUE O CONHECIMENTO E A EDUCAÇÃO DEVEM SER ACESSÍVEIS E LIVRES A TODA E QUALQUER PESSOA. VOCÊ PODE ENCONTRAR MAIS OBRAS EM NOSSO SITE: LELIVROS.LOVE OU EM QUALQUER UM DOS SITES PARCEIROS APRESENTADOS NESTE LINK.

**"QUANDO O MUNDO ESTIVER
UNIDO NA BUSCA DO
CONHECIMENTO, E NÃO MAIS
LUTANDO POR DINHEIRO E
PODER, ENTÃO NOSSA
SOCIEDADE PODERÁ ENFIM
EVOLUIR A UM NOVO NÍVEL."**



NICK DAVIES

Vale-tudo da notícia

O escândalo de grampos, suborno e tráfico de influência que abalou um dos maiores conglomerados de mídia do mundo

TRADUÇÃO
MARCELO LEVY



Copyright © Nick Davies 2014

TÍTULO ORIGINAL

Hack Attack: How the Truth Caught Up with Rupert Murdoch

REVISÃO

Nina Lua

DESIGN DE CAPA

James Jones

Imagem dos telefones © Getty

ADAPTAÇÃO E LETTERING DA CAPA

ô de casa

GERAÇÃO DE EPUB

Intrínseca

REVISÃO DE EPUB

Juliana Pitanga

E-ISBN

978-85-8057-875-1

Edição digital: 2016

1ª edição

TIPOGRAFIA

Bembo

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br



*Para Jean Davies, falecida em 1986.
Ela teria adorado esta história.*

Sumário

Folha de rosto

Créditos

Mídias sociais

Dedicatória

Quem é quem

Nota do autor

Parte um: Crime e acobertamento

1. De fevereiro de 2008 a julho de 2009
2. Por dentro do *News of the World*
3. De 8 a 14 de julho de 2009
4. Crime na imprensa britânica
5. De 14 de julho a novembro de 2009
6. Segredos e mentiras

Parte dois: O jogo do poder

7. Uma festa de casamento no campo
8. De novembro de 2009 a março de 2010
9. O magnata e seus governos
10. De março a 15 de dezembro de 2010
11. A maior transação do mundo
12. De 15 de dezembro de 2010 a 28 de junho de 2011
13. A última trincheira

Parte três: Verdade

14. De 28 de junho a 19 de julho de 2011
15. Desmascarados!

16. Acerto de contas

Epílogo

Apêndice

Lista de imagens

Sobre o autor

Quem é quem

Sue Akers — subcomissária-adjunta, Polícia Metropolitana

Tamsin Allen — advogada de vítimas de escutas ilegais

Matthew Anderson — braço direito de James Murdoch

Sky Andrew — agente de atletas, vítima de escutas ilegais

Sr. Apollo — codinome da fonte original das matérias

Joanne Armstrong — consultora jurídica da Associação dos Futebolistas Profissionais, vítima de escutas ilegais

Sir Ian Blair — comissário, Polícia Metropolitana, 2005-2009, alvo de escuta ilegal

David Blunkett — ministro do Interior

Charlie Brooks — treinador de cavalos de corrida, marido de Rebekah Brooks

Rebekah Brooks — editora-chefe do *News of the World* e CEO da News International a partir de setembro de 2009

Chris Bryant — parlamentar do Partido Trabalhista, vítima de escuta ilegal

Ian Burton — advogado externo, News International

Lady Buscombe — presidente da Press Complaints Commission [Comissão para Reclamações sobre a Imprensa], 2009-2011

Vince Cable — ministro para Negócios, Inovação e Treinamento, liberal-democrata

Glenn Campbell — jornalista da BBC

Richard Caseby — editor-chefe do *The Sun*

Jon Chapman — diretor jurídico, News International

Peter Clarke — subcomissário-adjunto, Polícia Metropolitana, comandou a Operação Caryatid [Cariátide]

Max Clifford — relações-públicas, vítima de escutas ilegais

Daniel Cloke — diretor de Recursos Humanos, News International

Dave Cook — investigador, superintendente-chefe, Polícia Metropolitana

Andy Coulson — editor-chefe do *News of the World* e assessor de imprensa do primeiro-ministro

Tom Crone — advogado interno do *News of the World* e do *The Sun*

Ian Edmondson — editor-assistente (noticiário) do *News of the World*

Emissário — codinome de fonte dentro do governo

Kieren Fallon — jóquei, vítima de escutas ilegais

Paul Farrelly — parlamentar do Partido Trabalhista na Comissão Especial de Mídia

Dick Fedorcio — diretor de comunicação, Polícia Metropolitana

George Galloway — parlamentar do Partido Respect, vítima de escutas ilegais

Clive Goodman — editor responsável pela cobertura da família real no *News of the World*

Andy Gray — apresentador de TV, vítima de escutas ilegais

Simon Greenberg — diretor de assuntos corporativos, News International

Mark Hanna — diretor de segurança, News International

Charlotte Harris — advogada de vítimas de escutas ilegais

Dean Haydon — oficial do gabinete de John Yates

Andy Hayman — subcomissário, Polícia Metropolitana, responsável pela Operação Cariátide

Amelia Hill — repórter do *The Guardian*

Ross Hindley — repórter do *News of the World*

Les Hinton — CEO da News International até dezembro de 2007

Sean Hoare — repórter da área de *show business* do *The Sun* e do *News of the World*

Jeremy Hunt — ministro de Cultura, Mídia e Esportes
Lawrence “Lon” Jacobs — advogado interno da News Corp
Jingle — codinome de fonte na polícia
Tessa Jowell — ministra de Cultura, Mídia e Esportes
Karl — codinome de fonte na polícia
Ian Katz — editor-assistente do *The Guardian*
Trevor Kavanagh — editor de política do *The Sun*
John Kelly — advogado de vítimas de escutas ilegais
Joel Klein — vice-presidente-executivo, News Corp
Stuart Kuttner — chefe de redação do *News of the World*
David Leigh — editor de reportagens investigativas do *The Guardian*
Mark Lewis — advogado de vítimas de escutas ilegais
Will Lewis — gerente-geral da News International
Lola — codinome de fonte no sistema judicial criminal
Mark Maberly — investigador, participou da Operação Cariátide
Alice Macandrew — assessora de mídia de James Murdoch
Ken Macdonald — diretor da Procuradoria, 2003-2008
Paul McMullan — jornalista do *News of the World*
Mango — codinome de delator
Alex Marunchak — editor-executivo do *News of the World*
Sir Christopher Meyer — presidente da Press Complaints Commission, 2003-2009
Fred Michel — lobista de James Murdoch
Sienna Miller — atriz, vítima de escutas ilegais
Greg Miskiw — editor de noticiário do *News of the World*
Dominic Mohan — editor do *The Sun*
Daniel Morgan — detetive particular assassinado em 1987
Piers Morgan — editor do *Daily Mirror* e do *News of the World*
Max Mosley — vítima de matéria do *News of the World*, financiou vítimas de escutas ilegais
Glenn Mulcaire — especialista em interceptações, escutas e grampos ilegais de telefones, *News of the World*

James Murdoch — presidente da News International, 2007-2011

Rupert Murdoch — presidente e CEO da News Corp

Colin Myler — editor do *News of the World*

Ovid — codinome do *ghostwriter* de Mulcaire

Alec Owen — investigador sênior da Information Commissioner's Office [Comissão de Proteção da Informação]

Brian Paddick — subcomissário-adjunto, Polícia Metropolitana, vítima de escutas ilegais

Lucy Panton — repórter de polícia do *News of the World*

David Perry — promotor sênior

Robert Peston — editor de negócios da BBC

Nicola Phillips — relações-públicas de Max Clifford, vítima de escutas ilegais

Julian Pike — advogado externo da News International

John Prescott — vice-primeiro-ministro, vítima de escutas ilegais

Adam Price — parlamentar do Partido Plaid Cymru na Comissão Especial de Mídia

Jeremy Reed — advogado de vítimas de escutas

Ed Richards — CEO da Ofcom

Alan Rusbridger — editor-chefe do *The Guardian* desde 1995

Gerald Shamash — advogado de vítimas de escutas ilegais

Michael Silverleaf — advogado da News International

Adam Smith — assessor especial de Jeremy Hunt

Keir Starmer — diretor da Procuradoria, 2008-2013

Jules Stenson — editor de reportagens especiais do *News of the World*

Sir Paul Stephenson — comissário da Polícia Metropolitana, 2009-2011

Sir John Stevens — comissário da Polícia Metropolitana, 2000-2005

Keith Surtees — investigador, comandante-adjunto da
Operação Cariátide

Gordon Taylor — CEO da Associação Inglesa de
Futebolistas Profissionais, vítima de escuta ilegal

Mark Thomson — advogado de vítimas de escutas ilegais

Neville Thurlbeck — chefe de reportagem do *News of the
World*

Hugh Tomlinson — advogado de vítimas de escutas ilegais

Tim Toulmin — diretor da Press Complaints Commission

Juiz Vos — juiz de casos de escutas ilegais

Neil Wallis — editor-chefe do *News of the World*

Tom Watson — parlamentar do Partido Trabalhista na
Comissão Especial de Mídia

James Weatherup — editor de noticiário do *News of the
World*

Derek Webb — especialista em vigilância secreta do *News of
the World*

John Whittingdale — parlamentar do Partido Conservador,
presidente da Comissão Especial de Mídia

Phil Williams — investigador-chefe da Operação Cariátide

John Yates — subcomissário da Polícia Metropolitana

Nota do autor

Esta é a história mais estranha que escrevi na vida.

Começou com uma coisa pequena, quase insignificante: a prisão de dois homens — um detetive particular e um jornalista do *News of the World*. Os dois foram parar na cadeia, mas nada de excepcional. O crime que haviam cometido não era tão grave e eles receberam penas curtas. O único detalhe que chamava a atenção no caso à época era o fato de o crime ser pouco comum: tendo descoberto que podiam acessar as caixas de mensagens de voz de outras pessoas, os dois tinham passado meses invadindo e escutando sem autorização os recados recebidos por três funcionários do Palácio de Buckingham. Mesmo assim, não deixava de ser uma história sem importância, que em poucos dias desapareceria dos noticiários.

No entanto, eu passaria mais de seis anos da minha vida profissional tentando desembaraçar o novelo de corrupção que se escondia por trás dessa história. Pouco tempo depois já éramos um pequeno grupo trabalhando junto e descobrindo que havíamos nos metido em uma guerra contra a imprensa, a polícia e o governo, todos ligados a uma organização criada por um único homem.

Rupert Murdoch é um dos homens mais poderosos do mundo. Pode-se dizer até que ele é, de fato, o mais poderoso. A News Corp está entre as maiores companhias do planeta. Como todos os seus rivais nos negócios, Murdoch tem poder financeiro para empregar ou demitir milhares de pessoas e poder político para preocupar governos ao ameaçar retirar seu capital de um país e transferi-lo para outro mais cooperativo.

Entretanto, diferentemente de seus rivais, o poder de Murdoch alcança outra dimensão. Por ser dono de jornais e canais de TV, ele pode inquietar ainda mais os governantes, fazendo-os temer que, sem seu apoio, sejam criticados, desestabilizados e percam credibilidade. Sem dúvida, um homem que ao mesmo tempo é megaempresário global e consegue influenciar na definição de quem ocupa as mais influentes cadeiras da sociedade tem um tipo especial de poder.

Assim, a matéria sobre um crimezinho revelou-se uma história sobre o mundo secreto de uma elite poderosa e suas discretas alianças. O objeto deste livro não é uma conspiração (não em sua maior parte), mas o reconhecimento do poder pelo poder, a ocorrência diária de uma troca natural de favores entre aqueles que do alto de suas posições na sociedade olham para baixo e influem de maneira acachapante no dia a dia de homens e mulheres comuns. Neste caso, como costuma acontecer, essa troca de favorecimentos ocorreu em meio ao persistente fedor da falsidade. Não se trata aqui de um complô cuidadosamente armado em cima de mentiras, como no caso Watergate, mas da arrogância indiferente de um grupo de pessoas que acreditam ter todo o direito de dirigir o país e, ao fazê-lo, de manipular informações, esconder verdades embaraçosas, tentar enganar todo mundo o tempo todo.

Muitos escritores dizem que não conseguem fazer seu trabalho — escrever um livro, um roteiro de filme ou um artigo de jornal — se não atingirem o ponto em que podem resumir seus projetos em uma única frase. Certo dia, à espera do ônibus, quando ainda rascunhava este projeto, enfim atingi esse ponto. Esta é uma história sobre poder e verdade.

Para ser mais preciso, é sobre o abuso de poder e os segredos e mentiras que o protegem. Em uma tirania, a elite dominante pode usar de forma indevida o poder o tempo todo, e qualquer um que levantar a voz para reclamar vai receber

uma visitinha da polícia secreta. Numa democracia estabelecida, não se pode correr o risco de cometer abusos às claras. É preciso ser discreto; perpetradores de abusos precisam da escuridão, como os vampiros. Quando uma empresa, sindicato, o governo ou qualquer braço do Estado é flagrado violando as regras, pode ser atacado, exposto, estrangido e possivelmente cerceado. Segredos e mentiras não são algo opcional. São peças centrais da estratégia.

Neste caso, o acobertamento tinha uma camada extra, porque as próprias empresas jornalísticas, que em outras circunstâncias teriam revelado a verdade, eram parte dos desmandos e assim se mantiveram em silêncio, omitindo os fatos do noticiário numa farsa grotesca, escondendo o escândalo de seus leitores como uma babá vitoriana que tapa os olhos da criança diante de um acidente na rua e diz: “É melhor você não ver isso.” Algumas dessas empresas agiram assim por estarem indiretamente ligadas ao crime (pelo fato de pertencerem ao mesmo dono), outras por terem elas mesmas as mãos sujas; algumas fecharam os olhos por medo de incomodar seus aliados políticos. Muitos jornalistas tinham simplesmente deixado de lado seu compromisso de reportar a verdade de forma crítica, não importava quem estivesse envolvido nas matérias. O repórter do caderno de polícia se mancomunava com a polícia e também com os criminosos, o correspondente político alinhava-se com um partido ou uma facção, o repórter encarregado de cobrir a mídia se transformava numa ferramenta de seu patrão ou patroa. O executivo de uma empresa jornalística tornava-se um pavão poderoso sentado sobre sua riqueza e arrogância, feliz por frequentar os salões da elite e não expô-la — tudo muito parecido com a cena final de *A revolução dos bichos*, quando os porcos que haviam liderado a revolta contra os humanos acabam por adotar o mesmo comportamento dos governantes que deveriam confrontar: “As criaturas do lado de fora

olhavam dos porcos para os homens, dos homens para os porcos e de novo dos porcos para os homens, mas já era impossível dizer quem era quem.”

O escândalo das escutas telefônicas aconteceu no Reino Unido, mas poderia ter acontecido em qualquer outro lugar. A News Corp vem há anos fazendo o jogo do poder na Austrália, nos Estados Unidos, na China e em todos os lugares aonde seus interesses a levaram. Esses outros países foram vítimas de abusos similares da News Corp e de outras forças equivalentes. As estruturas do poder e as fraquezas da democracia são as mesmas em toda parte. Uma sequência bizarra de eventos permitiu que descobríssemos a verdade no Reino Unido, e deve servir de alerta para qualquer pessoa, em qualquer lugar, que acredita no direito de ser dono da própria vida.

No final, a luta do pequeno grupo de pessoas que tentou tornar público o escândalo das escutas foi incorporada por outros que o expuseram ainda mais. Durante a feitura deste livro, pude recorrer ao conjunto de provas que viriam à tona nos processos civis e criminais, nas comissões parlamentares na Câmara dos Comuns e, sobretudo, no inquérito público presidido pelo juiz Leveson, em Londres, a partir do outono de 2011.

No entanto, nos bastidores tivemos a ajuda constante de jornalistas de tabloides, policiais, detetives particulares, servidores públicos, antigos aliados de Murdoch e outros que se recusaram a aceitar a corrupção ao seu redor. Alguns puderam falar abertamente, porém a maioria só se manifestou sob a condição de serem mantidos no anonimato, o que respeitei. Em alguns poucos casos, fontes que no início pediram para não serem citadas mudaram de ideia e estão identificadas no livro. Todas elas tiveram seu papel, e quero reconhecer aqui a importância da sua ajuda e da sua

disposição de correr riscos para que esta história pudesse ser contada.

Em três áreas, meu trabalho teve o apoio de pesquisadores especialistas: Jenny Evans, que possibilitou os contatos com jornalistas que trabalhavam no *News of the World*; Adrian Gatton, que mergulhou no submundo das investigações particulares; e David Hencke, que tirou ótimo proveito de suas ligações de muitos anos com políticos e seus assessores. Tom Mills analisou matérias publicadas na imprensa. Scarlett MccGwire me apresentou a contatos no mundo da política.

Também recorri a dezenas de livros e artigos que se aprofundaram nos temas abordados aqui. Eles estão listados em uma bibliografia no site www.hack-attack.co.uk (conteúdo em inglês). Em alguns casos, identifiquei-os no próprio texto como fontes, mas enfatizo que todos foram valiosa matéria-prima.

O surgimento dessa profusão de novas informações acabou mudando a estrutura do livro, que tem dois tipos de capítulos. Uma parte é o relato histórico do processo em que eu e outros tornamos público o escândalo e contém apenas as informações que estavam disponíveis para nós à época. A outra são tentativas de recriar o que se passava nos bastidores — o crime, o acobertamento e as armações políticas. Esses capítulos têm por base todas as informações que só viriam à tona depois e mostrariam a verdade que estava sendo cuidadosamente ocultada. O site traz também o histórico dos acontecimentos, bem como documentos, gravações de áudio e vídeo a eles relacionados.

Merecem esclarecimento os usos de alguns nomes nesta obra: Rupert Murdoch dirige um emaranhado confuso de empresas que foram reestruturadas desde os eventos aqui relatados. Para simplificar, o livro em geral se refere a apenas duas delas: a News Corp, à época holding global, que controlava todas as outras, e sua principal subsidiária no

Reino Unido, cujo nome à época era News International. Esta última tem suas próprias subsidiárias, mas usei o nome genérico “News International” para designar todas elas. Outra figura central da história é Rebekah Brooks. Ela era conhecida pelo nome de solteira, Rebekah Wade, até junho de 2009, quando se casou. Para evitar confusão, uso no livro inteiro o nome de casada.

Por fim, gostaria de deixar registrado o imenso apoio recebido de meus colegas no *The Guardian* — refiro-me aos outros repórteres que se dedicaram com afinco à história, aos advogados do jornal que enfrentaram ameaças de processos por difamação, aos editores que aguentaram meu nervosismo e principalmente ao editor-chefe, Alan Rusbridger, que apoiou a matéria e jamais vacilou diante das agressões. Esses colegas e todos que ajudaram a contar esta história estranha acreditam que temos o direito de saber a verdade sobre o poder.

Parte um

Crime e acobertamento

“Todos os membros da imprensa têm a obrigação de seguir os mais altos padrões profissionais.”

Código de conduta da Press Complaints Commission

“É impossível se tornar editor do *Daily Mirror* sem ser um ser humano minimamente desprezível.”

Piers Morgan

1. De fevereiro de 2008 a julho de 2009

Eu estava sentado em um estúdio da rádio BBC me preparando para vomitar. Queriam que eu falasse sobre um livro que tinha acabado de escrever, *Flat Earth News*, que tratava da extensão e das origens da falsificação, da deturpação e da propaganda na mídia. Em teoria, eu me sentia contente por estar ali: tinha passado dois anos quebrando a cabeça para produzir o livro, que era lançado naquele momento, em fevereiro de 2008. Aquela era a oportunidade de convencer as pessoas a ler o resultado. Mas só de pensar na entrevista já me sentia sufocado pela ansiedade.

Eu falaria ao vivo no rádio em cadeia nacional. Pior ainda: falaria no programa *Today*. A rainha ouve o *Today*, o primeiro-ministro, embaixadores, toda a maldita elite da Grã-Bretanha toma o café da manhã ouvindo o *Today*. E o que era ruim ficaria péssimo: alguns minutos antes, enquanto eu andava de um lado para o outro fora do estúdio, me preparando para meu purgatório, me avisaram que tinham convidado Stuart Kuttner para debater comigo. Kuttner!!!

Eu não o conhecia pessoalmente, mas já tinha ouvido falar muito dele. Kuttner era uma figura que vivia na sombra — o chefe de redação do *News of the World*, o jornal de Rupert Murdoch, sempre à espreita, atrás do trono do patrão, o sujeito que guardava os segredos, que resolvia os problemas, que cuidava da parte mais suja do negócio. Impossível não

descrever Stuart Kuttner sem usar logo palavras como “durão”, “implacável”, “um tipo muito desagradável”.

A entrevista começou. Controlei os nervos e comecei a falar. Kuttner interveio algumas vezes para informar à nação que eu provavelmente vinha de outro planeta, porque ele com certeza não reconhecia a indústria jornalística descrita por mim. A seguir, falei sobre os “truques obscuros”, enumerando os poucos retalhos de informação que eu havia descoberto sobre detetives particulares que por anos haviam trabalhado para a maioria dos jornais ingleses, ajudando-os de forma ilegal a obter furos. Kuttner me interrompeu na hora: “Se isso acontece, não deveria acontecer. Aconteceu uma vez no *News of the World*. O repórter foi demitido e preso. O editor se demitiu.”

É claro que pensei que ele estava mentindo. Ele estava certo quanto ao fato de apenas um jornalista do *News of the World* ter sido condenado e preso (Clive Goodman, editor responsável pela cobertura da família real), porém nunca fez sentido para mim a ideia de um “solitário repórter picareta”. Goodman fora preso um ano antes, em janeiro de 2007, por interceptar as mensagens de voz de três pessoas que trabalhavam no Palácio de Buckingham. O detetive particular que o ajudara, Glenn Mulcaire, tinha sido preso não apenas por invadir as mensagens de voz daquelas três vítimas da casa real, mas também devido a escutas ilegais de mensagens de cinco pessoas que nada tinham a ver com a realeza. O que motivara Mulcaire? Ninguém chegou a sugerir que ele invadira as caixas de mensagens de pessoas de fora da família real a mando do editor. Então quem lhe pediu que o fizesse? Outros repórteres? Editores? Vozes misteriosas em sua mente?

Kuttner se lançou contra mim como uma metralhadora retórica alucinada. O jornalismo britânico, declarou, é “uma profissão muito honrada”. Um jornal como o *News of the*

World era na verdade um tipo de vigilante moral, atento a qualquer desvio de comportamento dos poderosos. “Vivemos em uma época de corrosão da política e da vida pública — de degradação”, alertou.

E assim, no clímax da discussão, a entrevista foi encerrada. Poderia ter sido o fim da história. Eu não acreditava naquela baboseira de o *News of the World* ser uma defesa contra a degradação da vida pública, mas meu foco não era o jornal. Eu não o lia e não queria escrever sobre ele. Só me sentia aliviado por estar fora daquele estúdio e feliz por ter podido divulgar meu livro *Flat Earth News*, que discute sobretudo os jornais mais sérios e as profundas falhas em suas formas de operar. Contudo, Stuart Kuttner tinha acabado de cometer um erro, um erro muito grave: “Aconteceu só uma vez”, dissera. Sintonizado nas ondas de rádio em algum lugar, um ouvinte desconhecido, de quem eu nunca tinha ouvido falar, escutara as palavras de Kuttner e ficara tão furioso que resolveu me procurar, o que fez alguns dias depois. “Gostaria de conversar com você. Acho que vai gostar do que tenho a contar”, disse.

Passou-me o número do celular, porém alertou para que eu nunca deixasse mensagens de voz.

* * *

Pode-se dizer que fazer reportagens é muito mais fácil do que a maioria dos repórteres gosta que se saiba. As pessoas lhe revelam coisas, você faz o melhor possível para checar a informação e depois conta para um monte de gente o que descobriu. São necessárias algumas sutilezas secretas e algumas poucas habilidades, mas em termos gerais não é um trabalho que requeira grande inteligência.

Tratei de marcar um encontro com a pessoa que me ligara. Nunca poderei revelar seu nome — um problema bastante usual. É comum se constatar que quem tem as coisas mais

interessantes para lhe contar são aqueles que têm menos condições de o fazer por estarem sob algum tipo de pressão — têm receio de serem presos, demitidos, abandonados pelo cônjuge, agredidos. O anonimato os protege. O homem em questão vai aparecer várias vezes neste relato e, por isso, eu o batizei com um nome inesquecível: sr. Apollo.

Gostei dele já no primeiro encontro, o que não quer dizer necessariamente que tenha confiado nele. Estávamos em seu quarto de hotel no centro de Londres. Enquanto lutava para pôr a cafeteira para funcionar, ele começou a falar e eu, a me perguntar como ele sabia tanto e o que queria em troca.

Contou-me que Kuttner era um mentiroso, que o *News of the World* vinha grampeando telefones em toda parte e que era assim que os repórteres obtinham a maioria de suas matérias: conseguiam as pistas interceptando mensagens de voz e depois saíam para tirar fotos e coletar declarações para forjar um histórico e, dessa forma, poder alegar que haviam levantado a notícia por meios normais e legítimos. Segundo ele, não era só Clive Goodman que vinha fazendo isso. Dezenas de repórteres eram adeptos dessa prática. Era um truque fácil demais, afirmou. Bastava ligar para o celular do alvo e, ao ouvir a mensagem gravada, digitar o número 9; uma mensagem da operadora pedia então para que se digitasse o código PIN. Como a maioria das pessoas não troca o código-padrão que vem de fábrica, qualquer um sabe quais são os números. Ou, quando ele é trocado, em geral as pessoas usam uma senha bem óbvia, como o ano de nascimento. É só digitar o código e pronto: pode-se ouvir os recados no celular. O sr. Apollo explicou ainda que era preciso tomar cuidado para não ligar em horários em que o alvo poderia atender. Por isso talvez fosse melhor ligar à noite ou quando o alvo estivesse em uma reunião.

Na maioria das vezes, disse ele, o esquema era tão fácil que nem era preciso contratar um detetive particular como

Glenn Mulcaire. Segundo ele, a principal tarefa de Mulcaire tinha sido enganar as companhias de telefonia celular: ligar para elas, fazendo-se passar por funcionário, para descobrir os números de pessoas fora da lista telefônica pública ou, mais importante, mudar os códigos PIN de volta para o original de fábrica nos casos em que o alvo o tivesse trocado. Uma vez dentro da caixa de mensagens de voz do alvo, o *News of the World* pegava os recados e os números das pessoas que tinham ligado e passava a interceptar também os telefones destas, criando uma rede de escuta em torno do alvo. As vítimas levariam semanas para descobrir que os códigos tinham sido trocados e, se e quando descobrissem, achariam tratar-se de alguma falha técnica.

Achei as informações intrigantes, era tentador ir mais a fundo. Seria bom enquadrar Kuttner, e seria ainda melhor fazer algo contra jornalistas de tabloides inescrupulosos. Não se tratava apenas de uma minoria de caubóis com notebooks inventando histórias e arruinando a vida das pessoas; eles estavam tornando o trabalho de outros jornalistas muito mais difícil, porque as pessoas agora esperavam ser subornadas, constrangidas e enganadas por repórteres — o que tornava a relação com elas muito mais difícil.

Mas, ainda assim, não era uma matéria tão boa. Ninguém ficaria surpreso se lesse que alguns repórteres de tabloides agiam de forma desonesta. E, mesmo que eu decidisse ir adiante e me aprofundar no assunto, havia a dificuldade de que até então as palavras do sr. Apollo eram tudo o que eu tinha. Ele podia estar certo ou errado, porém tinha deixado claro que não poderia ser citado ou vir a público para corroborar nada do que eu viesse a escrever.

A essa altura, vencida a batalha contra a cafeteira, ele se sentou e começou a relaxar e falar sobre a polícia. Contou-me que a Scotland Yard tinha encontrado vários números de celulares cujas caixas de mensagens de voz tinham sido

invadidas por Glenn Mulcaire, mas nunca deu continuidade às investigações. Não tentou processar Mulcaire por todas essas outras possíveis vítimas, nem descobrir quem mais lhe encomendava o serviço, tampouco alertar quem tinha sido alvo do grampo. Com esses fatos, a história começava a ficar interessante. Por que a polícia agiria dessa maneira ao lidar com um jornal especialmente poderoso, que pertencia a Rupert Murdoch, o maior barão da mídia do país?

Passamos a conversar sobre o julgamento de Goodman e Mulcaire, sobre como nunca fez sentido Mulcaire ter admitido que invadiu as caixas de mensagens de voz de cinco vítimas de fora da realeza. Foi nesse ponto que o sr. Apollo enfim abriu a porta para que eu pudesse entrar e descobrir um caminho para avançar. Ele afirmou que uma das cinco vítimas não explicadas abriu um processo e tentou obrigar a polícia a entregar algumas das provas que haviam sido recolhidas e nunca reveladas. Ao que parecia, isso deixou a Scotland Yard em pânico. Eis, enfim, uma forma de checar a veracidade das informações do sr. Apollo. Se um juiz tivesse obrigado a Scotland Yard a entregar as provas, a polícia teria precisado obedecer e, assim, com alguma sorte, eu teria acesso ao processo para ver o que havia de concreto.

Só mais tarde naquela noite, depois de ter agradecido o sr. Apollo e prometido manter contato, é que tive um clique e percebi o principal motivo para ir adiante com a reportagem: não era apenas o fato de a maior organização jornalística do país aparentemente estar mentindo e infringindo a lei ou o fato de a mais poderosa força policial do Reino Unido ter deixado — talvez de propósito — de tentar chegar perto da verdade sobre o caso e expô-la. Cheguei à conclusão de que, no fundo, a única coisa realmente importante era o editor-chefe do *News of the World* à época, Andy Coulson, ter passado a atuar como assessor de imprensa de David Cameron, líder do Partido Conservador. Embora o Partido Trabalhista estivesse

no poder, parecia provável que os conservadores vencessem as eleições seguintes, e Cameron se tornaria primeiro-ministro. Andy Coulson estava a caminho da Downing Street.

Lembrei-me da demissão de Coulson do posto de editor-chefe do *News of the World* após o julgamento de Goodman e Mulcaire. Ele alegou não saber dos desvios de conduta de Goodman, mas disse que era seu dever pedir demissão mesmo assim porque os eventos ocorreram em sua gestão. Se Kuttner estava mentindo, talvez Coulson também estivesse. E no entanto ele estava em vias de assumir o cargo que o tornaria responsável por organizar a comunicação entre o governo e o povo — sem dúvida, um posto nada recomendável para um mentiroso. Mais grave ainda: se ele de fato tinha comandado um esquema de escutas ilegais no *News of the World*, do que seria capaz se estivesse na sede do governo britânico e quisesse descobrir quem atacava o primeiro-ministro pelas costas? Será que voltaria à prática dos truques obscuros?

* * *

Qual é a diferença entre um repórter de um jornal como o *News of the World* e um do *The Guardian*? Não acredite em quem lhe responder que tem a ver com valores morais, inteligência ou sensibilidade. Em ambos os mundos há filhos da puta e idealistas, gente de moral duvidosa e gente boa. Repórteres são muito parecidos entre si. Funcionam à base de uma mistura psicológica inflamável, como gasolina com ar: uma combinação explosiva de imaginação e ansiedade.

Você exercita sua imaginação ao máximo, como se fosse um músculo, até que fique mais forte que a dos outros, até que se transforme em algo bizarramente poderoso. E uma, duas, mil vezes você a aplica ao seu assunto e começa se perguntar, com grande energia e imagens mentais vívidas: o

que pode ser verdade? Onde posso encontrar provas? Quem pode saber? Por que essa pessoa falaria? Qual é o próximo passo? O que está faltando? Como completo o quebra-cabeça no escuro? Em seguida, quando você começa a analisar o produto de sua imaginação, completa a mistura despejando doses iguais de ansiedade capazes de abrir uma cratera no estômago. E se não der certo? Se eles não falarem comigo? Se preferirem falar com outra pessoa com um caderninho? Se mentirem para mim? Se gravarem a conversa comigo? Se me dedurarem para a oposição? E se eu estiver errado? E se os idiotas da redação não publicarem a matéria?

Há ainda mais um elemento, o equivalente à faísca que detona a mistura do ar com gasolina. A maioria dos repórteres que sobrevivem e têm sucesso é movida por algum tipo de necessidade íntima profunda. Conheço um que passou anos negando para si mesmo e para o resto do planeta que era gay. Ele direcionava toda a sua energia sexual, o tempo todo, dia e noite, para a tarefa de lutar contra os poderosos, fossem quais fossem. Com efeito, ele produziu excelentes matérias, revelando escândalos secretos nas mais diferentes áreas, até o dia que passou a se aceitar como era. Depois disso nunca mais escreveu uma reportagem que valesse a pena ler. Conheço outro que me contou ter crescido com um segredo na família, algo que ninguém estava autorizado a mencionar. O tempo passou e na adolescência ele descobriu que o pai era judeu e a mãe não e que, quando elas se casaram, as famílias se opuseram com tamanha violência à união que eles decidiram nunca mais mencionar A Coisa. O resultado é que esse repórter não suporta segredos e passou anos trabalhando e conquistando prêmios como jornalista especializado em descobrir e expor acobertamentos onde quer que houvesse um.

Hora de responder à pergunta óbvia: qual é a minha motivação? Passei a infância apanhando de adultos, alguns

genuinamente maus, outros apenas adeptos do ditado “criança mimada, criança estragada”. Trabalhei uns vinte anos como repórter acreditando estar interessado na justiça criminal e nos problemas sociais, até olhar para trás e perceber que inúmeras vezes eu havia sido atraído para reportagens sobre casos em que poderia salvar as vítimas. Eram em sua grande maioria casos de vítimas de injustiças (erros da Justiça, corrupção policial) e, mais ainda, de crianças na prostituição, perseguidas na escola, vítimas de abuso sexual e da pobreza, encarceradas, atacadas por uma enfermeira com problemas mentais. Na raiz de todos os trabalhos que fiz havia um impulso latente e profundo de dar o troco em qualquer um que toma o poder e o usa de maneira abusiva e ilegítima.

Qual é a diferença entre um repórter do *News of the World* e um do *The Guardian*? A diferença está nos escritórios, na hierarquia, no Quociente de Assédio Moral. Há muito assédio na imprensa britânica — um monte de gente arrogante, boca suja, metida, irritadiça, recebendo salários altos demais, entre elas diretores de redação e responsáveis tanto pela editoria de notícias quanto pela de variedades que não sabem discernir liderança de truculência. Já cruzei com pessoas assim em redações de jornais sérios, mas não há dúvida de que o assédio moral cresce muitíssimo nas redações dos tabloides sensacionalistas. Por quê? Tudo começa com os horários dos trens.

De cinquenta a sessenta milhões de pessoas vivem hoje na Inglaterra, na Escócia e no País de Gales. Desde a Revolução Industrial, é possível imprimir um jornal em Londres ou Glasgow e despachá-lo em um trem noturno com a certeza de que de madrugada ele estará na porta de qualquer lar do Reino Unido. Faça a comparação com os Estados Unidos: até o advento da revolução eletrônica, um jornal colocado à noite em um trem em Nova York, por exemplo, estaria no meio de

um imenso nada na manhã seguinte. Portanto, enquanto nos Estados Unidos foram criados os jornais locais — com não mais do que dois jornais em cada cidade —, no Reino Unido desenvolveu-se um concorrido mercado nacional, com cerca de uma dúzia de diários brigando ferozmente pela preferência dos leitores. A disputa sempre foi mais acirrada entre os chamados tabloides populares. Sua sobrevivência depende da circulação, da venda de exemplares em grandes quantidades e, em última instância, de oferecer ao leitor notícias exclusivas. Os jornais mais qualificados, ao contrário, não têm a expectativa de vender milhões de exemplares: seu público-alvo são as faixas mais abastadas da sociedade e a maior parte de suas receitas advém da publicidade dirigida a esses leitores.

A pressão comercial nas redações do Reino Unido é implacável, em especial nos jornais populares. Editores de tabloides despacham seus repórteres a campo com uma mensagem inequívoca e incontornável: “Traga-me a matéria.” Desculpas não são sequer ouvidas, fracassos são inaceitáveis: seu trabalho é ficar plantado à porta da pessoa até ela falar com você, perguntar repetidas vezes até obter uma resposta, conseguir que a fonte que nunca abriu a boca fale e trazer a maldita matéria para a redação. Muitos desses editores vão berrar insultos, gritar ameaças e destilar seu veneno sobre qualquer repórter que ouse voltar para a redação sem nada no caderninho.

Se você for bem-sucedido na redação de um tabloide popular, será designado para coberturas importantes e grandes viagens ao exterior, terá vários artigos com seu nome na chamada, poderá maquiagem as prestações de contas, além de ter almoços agradáveis com o editor e aumentos salariais exclusivos. Se fracassar, ficará num canto solitário, não será escalado para as reportagens ou, se for, serão matérias sem importância que nunca serão impressas; vão acordar você no

meio da madrugada e deixá-lo de plantão até a meia-noite, vão mandá-lo para o fim do mundo bem na hora em que você estiver saindo para a sua festa de aniversário. E, se acontecer de você escrever algo que efetivamente sairá no jornal, seu nome não aparecerá, você não receberá nem um obrigado nem um dia de folga. Você vai desejar ardentemente ser outra pessoa. (Falo por experiência própria: passei os primeiros anos como repórter em tabloides populares e fugi para ficar livre de um sujeito brutal e desumano.) Portanto, é claro que, quando em campo, com pouco mais do que a própria imaginação e a ansiedade por companhia, alguns desses repórteres podem acabar decidindo inventar declarações, criar fatos, enganar fontes, furtar fotos, ignorar regras, violar leis — qualquer coisa que lhes permita sentir-se bem.

Comparada a isso, a vida de um repórter do *The Guardian* é tão agradável quanto a pele de um bebê. Não é apenas que, a exemplo do que acontece com outros jornais “sérios”, haja menos pressão para vender exemplares. Mais relevante é o fato de, diferentemente de outros do seu segmento, o *The Guardian* pertencer a uma fundação. Assim, em vez de ter acionistas tentando de tudo para lucrar com a redação, a fundação tem negócios cujos lucros financiam o jornal. O *The Guardian* ainda é tocado como um negócio e precisa manter-se com suas próprias pernas no mercado, porém a pressão comercial, que acaba levando às más condutas em muitas redações, é reduzida a um mínimo quase insignificante.

Qual é a diferença entre o *News of the World* e o *The Guardian*? Do ponto de vista de um repórter é o Quociente de Assédio Moral. Nada além disso. Eu tenho o direito de falhar.

* * *

Nem tudo o que o sr. Apollo me contou era novidade para mim.

Nos dois anos anteriores, enquanto pesquisava para escrever *Flat Earth News*, conversei com repórteres que tinham trabalhado em redações britânicas para conhecer as histórias por trás das suas reportagens a fim de entender por que nosso trabalho deixa de expor a verdade com tanta frequência. Vários jornalistas me ajudaram e alguns foram além, me contando como usaram detetives particulares para levantar informações por meios ilegais — os chamados “truques obscuros”. Eu, que vinha do mundo agradável do *The Guardian*, não tinha conhecimento de muitas daquelas práticas.

Fui apresentado a esse universo em um bar sombrio do Soho, onde um repórter experiente passou várias horas da noite falando sobre o envolvimento do seu jornal com essas atividades. Começou com “Benji, o homem do lixo”, um personagem excêntrico e solitário que varava a noite cruzando as ruas de Londres em uma caminhonete, revirando o lixo de escritórios de advocacia, produtoras musicais e qualquer um que pudesse ter relações com celebridades, para depois vender as informações descobertas. Ele acabou sendo pego e condenado por furto, mas isso não impediu que os jornais continuassem a usar detetives particulares, e às vezes seus próprios quadros, para fuçar no lixo atrás de furos de reportagem. Esse mesmo repórter me contou que com certeza seu jornal havia feito isso. Chegaram ao ponto de expor como troféu no meio da redação duas calcinhas jogadas fora pela filha de um político e recolhidas da lata de lixo por alguém com a cara de pau de se intitular jornalista.

Debruçados sobre uma vela na mesa bamba no canto do bar, conversamos por um bom tempo e ele me contou em detalhes como os jornais tinham usado o vírus cavalo de troia em e-mails para roubar dados dos computadores de seus alvos, o que é ilegal. Revelou ainda como um jornal (*The Sunday Times*, de Rupert Murdoch) passou a empregar tantos

procedimentos ilegais que, em julho de 2003, nomeou um repórter especializado, David Connett, para atuar como uma espécie de bode expiatório. Connett tinha sido chamado para fazer parte da equipe de repórteres, porém seu contrato era de freelancer. Para disfarçar, ele não tinha número de telefone nem endereço de e-mail do jornal. Seu trabalho era contratar as pessoas que faziam os truques obscuros. Dessa forma, se fosse descoberto, o jornal simplesmente negaria qualquer relação com ele e alegaria se tratar de um freelancer maluco. Connett se tornou alvo das gozações dos colegas de escritório, que fingiam não ouvi-lo. Diziam-lhe: “Você não está aqui, cara. Está?”

Esse pequeno esquema acabou azedando. O jornal tinha feito cortes de pessoal e Connett fora dispensado. Ele pediu o dinheiro a que teria direito como funcionário fixo. Em resposta, ouviu que, como freelancer, não tinha direito a nada. Decidiu então entrar com um processo na Justiça do Trabalho contra o jornal. Semanas mais tarde eu estava na audiência no tribunal e pude ouvir as provas apresentadas, inclusive a negativa do *The Sunday Times*. O juiz acatou a tese de que aquele gênio dos truques obscuros era claramente mais do que um alguém contratado por empreitada e determinou que ele fosse indenizado por demissão sem justa causa.

Outras pessoas que trabalharam no *The Sunday Times* me confirmaram essa história. Uma delas, um jornalista veterano, me encontrou mais tarde no café de um pacato hotel cheio de senhorinhas tomando chá e comendo biscoitos. Ele não apenas descreveu a longa experiência do jornal em obter por meios ilícitos informações confidenciais de companhias telefônicas, bancos e órgãos públicos, como me passou o nome e os contatos de um especialista que vinha fazendo isso havia anos: um ex-ator de Somerset chamado John Ford. Outra pessoa contou como o jornal usou um vigarista

chamado Barry Beardall para tentar montar uma armadilha para políticos do Partido Trabalhista.

Como *Flat Earth News* foi uma tentativa de investigar a eficiência dos jornais mais sérios na missão de expor a verdade, tomei contato com os truques obscuros empregados pela imprensa para levantar informações por meio desse tipo de jornal. Aqui e ali, descobri indícios de que outros jornais sérios contratavam especialistas em extrair informações confidenciais de organizações por meios fraudulentos, o que constitui crime se não houver claro interesse público em jogo. Lorde Ashcroft, um nobre do Partido Conservador, falou-me de um detetive que havia convencido o Royal Bank of Scotland a ceder detalhes da conta bancária do partido a mando do *The Times*. Um repórter do *The Sunday Telegraph* me deu uma cópia de um fax sobre o dr. David Kelly, especialista em armamento que cometera suicídio depois de ser exposto no escândalo das falsas acusações de haver armas de destruição em massa no Iraque. Tinha sido enviado a eles por um detetive particular no dia em que o corpo do dr. Kelly foi encontrado, 18 de julho de 2003, e continha todos os números de telefone para os quais ele ligara nas oito semanas anteriores.

O repórter que me falou pela primeira vez sobre casos de propinas pagas a policiais também não era de um tabloide. Ele fizera carreira no *Daily Mail*, talvez o jornal mais linha-dura e defensor de leis mais rigorosas do país, sempre o primeiro a clamar por mais policiamento e punições mais severas (a menos que o crime fosse cometido pelo próprio jornal). Esse repórter do *Daily Mail* me contou em detalhes episódios em que um ex-investigador da polícia atuara como intermediário entregando envelopes com dinheiro a policiais da ativa no intuito de persuadi-los a vazar dados dos computadores da polícia e de investigações em curso. Descobri outros jornalistas, do *Daily Mail* e de outros jornais, que usaram o

mesmo homem para subornar policiais. Outros jornalistas revelaram que pagavam suas propinas por meio de um bando particularmente sórdido de detetives particulares que comandavam uma agência de Londres chamada Southern Investigations.

Esse tipo de crime se espalhou aos poucos por vários jornais britânicos, tanto os mais sérios quanto os tabloides populares. No início dos anos 2000 a situação chegou ao ponto de muitas redações proibirem os repórteres de contratar detetives, muito mais pela questão dos altos custos do serviço do que pelo fato de a prática ser ilegal. Esses veículos começaram a insistir que apenas os executivos teriam autonomia para contratar o serviço sujo desses detetives.

É claro que quase nada disso se tornou público. Não se poderia esperar que os jornais passassem a informar sobre o uso de tal recurso. Uma única amostra foi o material publicado em 2006 em dois relatórios da Information Commissioner (ICO, na sigla em inglês), cuja função é policiar bancos de dados que contenham informações confidenciais. Os relatórios detalhavam uma rede por anos encabeçada por um detetive particular chamado Steve Whittamore, que se especializou em extrair informações confidenciais de organizações estratégicas. Ele tinha dois homens no Departamento de Trânsito (DVLA, na sigla em inglês), um funcionário civil na Polícia Metropolitana, um ex-integrante dos Hell's Angels especializado em roubar dados da companhia de telefonia British Telecom e um detetive particular cujos alvos eram empresas de telefonia celular e bancos. Desde meados dos anos 1990, Whittamore se fixara em sua casa isolada, numa cidadezinha de Hampshire, onde recebia ligações de jornalistas e comandava sua rede para obter as informações encomendadas. Quase tudo o que fazia era ilegal.

Em março de 2003 a ICO deflagrou a Operação Motorneiro e fez uma incursão na casa de Whittamore. Em abril de 2005, ele e três comparsas foram julgados pela obtenção ilegal de informações confidenciais de computadores da polícia, mas o caso terminou de maneira vergonhosa. Whittamore e seus corréus receberam a pena mínima, um resultado tão píffio que um segundo julgamento envolvendo Whittamore e outros cinco foi cancelado.

Nas sombras, os jornais que haviam encomendado as atividades ilegais a Whittamore escaparam ilesos. Uma figura importante da ICO me disse que os advogados do órgão haviam previsto que, se fossem processados, os jornais contratariam os mais renomados advogados, que lutariam em todas as instâncias, até a mais alta corte, o que acabaria por estourar o orçamento da comissão. A imprensa britânica era simplesmente grande e poderosa demais para ser enfrentada. Como alternativa mais segura, a comissão publicara dois relatórios detalhando os crimes de Whittamore, nomeando oito diários nacionais e dez semanários nacionais que, em um período de três anos, haviam feito um total de 13.343 requisições de informações confidenciais, todas as quais foram “com certeza ou muito provavelmente” obtidas de forma ilegal por intermédio de Whittamore. No entanto, com uma hipocrisia que se revelou quase marca registrada, os jornais britânicos optaram por não noticiar praticamente nada disso aos leitores.

Quando trabalhava no *Flat Earth News*, enchi a paciência dos funcionários da ICO para que liberassem para mim o material apreendido de Whittamore na Operação Motorneiro: registros de mais de 13 mil requisições, completas com os nomes de cerca de quatrocentos jornalistas, os nomes dos alvos, a natureza dos dados confidenciais solicitados, o método usado para obtê-los e o preço pago. A comissão já havia divulgado algumas notas fiscais como forma de tentar

atrair a atenção do público. As imagens tinham sido editadas para ocultar os nomes dos alvos de Whittamore, mas mesmo assim indicavam claramente que não havia segredo sobre o que estava acontecendo. Whittamore registrava de forma explícita nas notas os serviços de obtenção ilegal de dados e os jornais britânicos as pagavam. Apesar de toda a minha lábia, não consegui convencer a comissão a me dar nada. Em dado momento, um dos funcionários graduados me levou a uma sala e me mostrou as pilhas de documentos apreendidos de Whittamore. Bastaria que ele saísse e me deixasse ali com os papéis, mas isso não aconteceu. O conjunto completo de provas permaneceu em sigilo.

Eu tinha consciência de que estava longe de saber toda a verdade, mas fora o suficiente para irritar Stuart Kuttner na rádio — um feito considerável. Entretanto, eu sabia que, apesar da pressão gerada pela publicação dos dois relatórios da ICO, nada tinha mudado significativamente.

No verão de 2006 eu abordara um dos membros mais ativos da rede de Whittamore: um homem seguro de si, simpático e disposto a falar, já que tinha saído ileso do julgamento. Ele explicou que tinham decidido não roubar mais informações dos computadores da polícia porque era perigoso demais, mas, fora isso, a rede continuava operando normalmente, como se nunca tivesse estado no banco dos réus. Sentado à minha frente em seu escritório, de onde traficava informações, ele me mostrou sua lista de clientes. Quase todos os jornais da Grã-Bretanha figuravam nela.

* * *

Imaginação, ansiedade... É preciso também um pouco de sorte. Algumas semanas após meu encontro com sr. Apollo, no início de 2008, participei de um evento de divulgação de *Flat Earth News*. No jantar que se seguiu, descobri que o

homem sentado à minha direita era figura graduada na Scotland Yard. Aproveitei para perguntar:

— Naquele caso do grampo nos telefones, em que o sujeito do *News of the World* foi preso, havia quantas vítimas? Eram mesmo apenas oito?

— Não — respondeu ele com tranquilidade. — Eram milhares.

Ah, é mesmo?

Também ajuda muito ter ao seu lado alguém como o sr. Apollo para mostrar o caminho. Mantivemos contato e ele começou a me passar informações valiosíssimas. Foi decisivo ao me fornecer o nome da vítima não pertencente ao staff da família real que processou o *News of the World*: Gordon Taylor, CEO da Associação de Futebolistas Profissionais, um alvo nobre para qualquer tabloide semanal em busca de matérias sobre a vida privada dos ídolos do futebol, que recorreriam a Taylor caso precisassem de ajuda.

Com efeito, como o sr. Apollo dissera em nosso primeiro encontro, tal processo levou pânico à Scotland Yard. Em grande medida porque o advogado de Gordon Taylor era, para os que tivessem o infortúnio de estar do lado oposto, uma espécie de pesadelo vestido de terno e gravata: chamava-se Mark Lewis, um homem muito brilhante, muito ambicioso e muito devotado a processos problemáticos. Fiquei sabendo que algumas pessoas tinham uma teoria cruel sobre ele e seu jeito estranhamente inabalável de se dirigir à trincheira inimiga com um sorriso de menino no rosto: supunham que era porque ele tem esclerose múltipla (“ele está morrendo, então não tem medo de nada”). Essa tese passa longe do essencial. É verdade que ele tem esclerose múltipla, o que o faz mancar de maneira pronunciada, mas não é isso que o motiva. Por acaso, conheci alguém que estudou com ele na escola primária e me disse que no fundo Mark não mudara nada desde os nove anos. Mesmo quando ainda garoto, já era

convencido, sagaz e desobediente. Mark Lewis simplesmente adora ser um transtorno.

Claramente era Lewis o cérebro por trás do processo movido por Gordon Taylor. Ele percebera a fragilidade da versão da News International e então a questionava com uma simples alegação: se não foi Clive Goodman quem pediu que Glenn Mulcaire grampeasse o telefone de Gordon Taylor, com certeza foi outra pessoa do *News of the World*. Segundo o sr. Apollo, Lewis tinha contratado um advogado especializado em atuar nas cortes superiores e convencera um juiz a obrigar a polícia a apresentar todas as provas relativas à invasão do telefone de Taylor. O sr. Apollo não sabia que provas eram essas, mas algumas pessoas na Scotland Yard sabiam e estavam preocupadas.

Fui logo atrás de Mark Lewis em uma firma de advocacia de Manchester e tentei de todas as maneiras trazê-lo para meu lado. O problema é que ele estava impedido de falar devido ao segredo de justiça, por isso não poderia me ajudar. Além disso, como vim a descobrir mais tarde, ele se orgulha de parecer meio louco e quase nunca faz o que não quer fazer.

Eu sabia que, para escrever esta história, precisaria de muito mais detalhes. Nos intervalos entre as outras reportagens que fazia para deixar o pessoal do *The Guardian* contente, saí a campo, seguindo minha imaginação para onde quer que ela me levasse, em busca de policiais, promotores, advogados, agentes de condicional ou qualquer pessoa que estivesse ligada ao julgamento original de Mulcaire e Goodman e pudesse saber algo sobre as provas que então tinham sido reveladas no tribunal. Fiz algum progresso. Tentei encontrar alguém — amigos, colegas, inimigos — que tivesse alguma relação com Gordon Taylor. Fiz menos progresso.

Segui tentando falar com qualquer um que tivesse trabalhado no *News of the World*, qualquer um que já tivesse

mantido algum tipo de contato com os altos escalões da Scotland Yard. Descobri uma segunda fonte que tivera acesso ao material colhido pela polícia no primeiro inquérito. Ela confirmou o número estimado de vítimas que o oficial graduado da Scotland Yard me passara naquele jantar: “De duas a três mil.”

Voltei ao início da minha pesquisa e examinei com mais cuidado a versão oficial dos eventos. Em março de 2007, dois meses depois de Goodman e Mulcaire irem para a cadeia, o caso foi examinado pela Comissão Especial de Mídia da Câmara dos Comuns. Uma das testemunhas foi Les Hinton, CEO da News International, controladora do *News of the World* no Reino Unido. Ao ser questionado se tinha promovido uma “investigação interna completa e rigorosa” e se estava “absolutamente convencido” de que Goodman era o único no jornal que sabia do grampo nos telefones, ele respondeu: “Sim, fizemos, e acredito que ele era o único.” Acrescentou ainda que o novo editor-chefe, Colin Myler, que substituíra Andy Coulson, ainda estava investigando. Isso era um pouco estranho, porque doze dias antes do depoimento de Hinton, Myler já havia declarado à Press Complaints Commission [Comissão para Reclamações sobre a Imprensa, PCC na sigla em inglês] que concluía que a invasão de telefones feita por Goodman era uma “aberração”, uma “exceção isolada”, um “evento excepcional e lamentável na história de 163 anos do *News of the World*, envolvendo um único jornalista”.

O caso também foi examinado pela PCC, que fora criada pelas empresas jornalísticas em 1991 como tentativa de provar que estas eram capazes de se autorregulamentar. Nesse episódio, constatei que o presidente da PCC, Sir Christopher Meyer, ex-embaixador inglês nos Estados Unidos, prometera investigar “todo o segmento de jornais e revistas do Reino Unido para averiguar quais são suas práticas”. Em maio de 2007, a PCC anunciara os resultados de seu “amplo

inquérito”, afirmando “ter conduzido uma investigação sobre o uso de meios ilegais por jornais e revistas britânicos”. Essa “investigação” consistiu em escrever aos editores perguntando sobre os controles internos utilizados por jornais e revistas para impedir seus jornalistas de cometer atos ilegais no exercício da profissão, mas nem sequer tentou descobrir se eles infringiram a lei. Meyer preferiu não perguntar nada ao editor-chefe do *News of the World*, Andy Coulson, que deixava o posto, alegando que ele não exercia mais a profissão; preferiu não perguntar nada a qualquer executivo, repórter ou editor que tivesse trabalhado no jornal quando Glenn Mulcaire interceptava telefonemas; em vez disso, escolheu fazer perguntas apenas ao editor-chefe que assumia o cargo, Colin Myler, que não necessariamente tinha conhecimento sobre o que se passava no jornal antes de sua chegada, já que à época era editor do *New York Post*, de Rupert Murdoch. O relatório da PCC não apontou a existência de indícios de atividade ilegal em nenhum órgão de imprensa além daqueles revelados no julgamento de Goodman e Mulcaire. O presidente da poderosa Comissão de Conduta da PCC à época era Les Hinton, CEO da News International.

“Próximo assunto. Não há nada importante para se ver aqui.”

As coisas ficavam cada vez mais interessantes. Se as informações levantadas por mim estavam corretas, parecia claro que, por alguma razão, a polícia, a Câmara dos Comuns e a PCC deixaram de expor a verdade. Tudo tinha o mau cheiro do poder — ou melhor, do abuso do poder. O que Coulson sabia? O que Les Hinton e mesmo Murdoch sabiam?

* * *

A chave para as respostas estava no processo movido por Gordon Taylor. No verão de 2008, o sr. Apollo me contou que

não foi apenas a polícia quem se viu obrigada a entregar documentos. Mark Lewis e o advogado que contratara tinham persuadido o juiz a obrigar também a ICO a entregar os materiais. Portanto, assim como a polícia tinha sido obrigada a apresentar todas as provas do caso Glenn Mulcaire, a ICO foi intimada a revelar tudo o que tinha sobre os serviços prestados por Steve Whittamore e sua rede ao *News of the World* — uma parcela significativa do material que vi só de relance quando trabalhava no *Flat Earth News*, mas ao qual não consegui acesso. Com esses dois conjuntos de provas e depoimentos a história com certeza fecharia. O sr. Apollo acreditava que os papéis já estavam em poder do juiz. Mas como consegui-los? Os tribunais britânicos sabem ser bastante discretos.

O sr. Apollo descobriu que, em audiências preliminares no Tribunal Superior, acusação e defesa já tinham feito formalmente suas alegações. Ao lê-las, comecei a ter uma ideia mais ampla do que estava em curso. Quando, em 2007, Mark Lewis entrou, em nome de Gordon Taylor, com a acusação de invasão de privacidade, o *News of the World* contratou o Farrer & Co., um caríssimo escritório de advocacia que, estranhamente, também prestava serviços de vez em quando à casa real, cujos telefones tinham sido invadidos. Em enfadonho jargão jurídico, os advogados do Farrer & Co. apresentaram uma defesa que não apenas rejeitava o pleito de Gordon Taylor como pedia ao juiz que rejeitasse o processo. Entretanto, como a polícia e a ICO já tinham entregado provas e documentos, as coisas haviam mudado.

O processo não foi rejeitado. Longe disso. O *News of the World* foi forçado a mudar radicalmente de postura. Os documentos colhidos pela Justiça não eram ricos em detalhes, mas pude deduzir que as novas provas disponibilizadas pela polícia e pela ICO mostravam que alguns dos seus repórteres recorreram rotineiramente aos serviços ilegais de Steven

Whittamore e, em última instância, que outros jornalistas além de Clive Goodman estiveram envolvidos em atividades de escuta ilegal de telefones.

O sr. Apollo ouvira falar em tensas negociações nos bastidores, com a News International oferecendo muito dinheiro — somas altíssimas — para Gordon Taylor desistir do processo e manter-se em silêncio. Por motivos que só mais tarde viriam à tona, aparentemente Taylor ficou tentado a fazer um acordo.

No outono daquele mesmo ano soube que o processo tinha ganhado mais corpo. Apurou-se, provavelmente a partir das provas entregues pela polícia, que o *News of the World* também grampeara as caixas de mensagens de dois dos mais próximos parceiros de Gordon Taylor: Jo Armstrong, que era sua consultora jurídica, e John Hewison, advogado especializado em esportes. A partir de então os dois também processaram o *News of the World* através de Mark Lewis. Com três litigantes, o jornal teria de desembolsar ainda mais dinheiro para abafar o caso.

No final de julho de 2008, em outro caso no Tribunal Superior, o *News of the World* foi condenado em uma ação movida por Max Mosley, presidente da empresa que comanda a Fórmula 1. Mosley processara o jornal por invasão de privacidade: em março daquele ano o haviam filmado sem seu conhecimento em meio a jogos sexuais sadomasoquistas com cinco prostitutas e trechos do vídeo foram divulgados no site do jornal, expondo o corpo nu de Max Mosley ao mundo. O Tribunal Superior considerou o fato uma violação excepcionalmente flagrante da privacidade de Mosley e concedeu-lhe a maior indenização da história dos tribunais britânicos em processos de invasão de privacidade: 60 mil libras.

No caso de Gordon Taylor, descobri que a News International enfim concordou pagar mais de 400 mil libras de

indenização, uma fortuna. A violação da privacidade de Taylor não fora nada se comparada à de Mosley, do que se deduz que o objetivo era comprar o silêncio de Taylor. O jornal aceitou pagar também 300 mil libras de custas advocatícias. O acordo foi fechado no verão de 2008, porém o jornal enredou-se depois de uma briga de seis meses para encerrar também os processos de Jo Armstrong e John Hewison, que lhe custaram outras 140 mil libras de indenização e custas advocatícias. No total, o acerto somou mais de 1 milhão de libras. Uma parte essencial dos acordos era que todos deveriam manter segredo absoluto sobre tudo relacionado ao processo, para sempre. Segundo um bom informante, o acordo fora aprovado pelo filho de Rupert Murdoch, James, que pouco antes havia substituído Les Hinton como CEO da News International e comandava também os negócios de Murdoch na Europa e na Ásia. Se isso fosse mesmo verdade, havia uma operação de acobertamento de 1 milhão de libras com as impressões digitais do próprio filho de Murdoch.

Quando o acordo foi fechado, na primavera de 2009, eu estava saindo de uma reportagem terrivelmente complicada sobre paraísos fiscais para o *The Guardian*. Nesse meio-tempo, identifiquei várias fontes dispostas a ajudar na reportagem sobre as invasões de caixas de mensagens, desde que eu mantivesse sua atuação em sigilo. De uma delas, consegui tirar um material eletrizante: partes dos conjuntos de provas da polícia e da ICO que forçaram a News International a fazer o acordo nos processos movidos por Gordon Taylor e seus dois colegas advogados. Essas provas me foram dadas sob uma estrita condição: eu poderia mencioná-las de forma resumida, mas não poderia dizer que as tinha em meu poder. Pareceu-me razoável. O material era de fato explosivo, por dois motivos.

Para começar, revelava a imensa escala em que o *News of the World* tinha violado, de maneira contínua e sem cerimônia,

a privacidade de seus alvos. Steve Whittamore havia registrado seu trabalho em quatro cadernos de cores diferentes, um para cada grupo de jornais — o azul, por exemplo, continha tudo o que fizera para a News International. Enfim eu tinha em mãos a planilha preparada pela ICO com os detalhes do caderno azul: todos os serviços encomendados por jornalistas da News International a Whittamore nos três anos que antecederam a ação de busca e apreensão de março de 2003. Eram centenas de solicitações. Os repórteres haviam usado rotineiramente a rede de vigaristas e funcionários corruptos de Whittamore para extrair por meios ilícitos informações dos registros confidenciais dos computadores da polícia, da British Telecom, de bancos, de hotéis, do imenso banco de dados do seguro social, do Departamento de Trânsito e das companhias de telefonia celular. Alguns famosos estavam entre os alvos — atores como Jude Law e Sadie Frost. Outros alvos eram apenas ligados a celebridades, como o neto do lorde Mountbatten e as testemunhas do assassinato do apresentador de TV Jill Dando. Um terceiro grupo era formado por pessoas comuns que atraíram a atenção de algum repórter: os donos de todos os carros estacionados perto de um campo de críquete onde o ator Hugh Grant estava jogando.

Isso tudo me remeteu aos anos 1970 e 1980, quando o Estado secretamente invadia de forma rotineira a privacidade de seus alvos; a prática foi desmascarada graças ao trabalho árduo de uma rede de advogados, políticos e jornalistas que lutou para tentar responsabilizar a polícia e os órgãos de segurança. Ao fim, esses órgãos foram obrigados a acatar regras claras ao monitorar cidadãos. No entanto, agora repórteres de jornais sensacionalistas tinham assumido o lugar daqueles agentes de segurança e passado a espionar de forma deliberada, sem qualquer tipo de regra ou rito legal:

simplesmente bisbilhotavam onde queriam. A menos que fosse justificada por forte interesse público, essa forma de obtenção de informações era ilegal. Com certeza era errada. As provas coletadas pela polícia no caso de Glenn Mulcaire expuseram ainda mais essa invasão de privacidade.

Como no caso de Whittamore, os registros mostravam que Mulcaire havia atacado vários tipos de figuras públicas, bem como pessoas comuns que tivessem desavisadamente cruzado o caminho do *News of the World*. Eu não podia ter certeza do que exatamente Mulcaire havia feito a todos eles — se obtivera de forma ilegal seus dados pessoais ou se invadira suas caixas de mensagens de voz, se conseguira ou não fazê-lo —, mas ficara claro que ele estava envolvido em uma operação muito grande. E, se de fato conseguira invadir as caixas de mensagens de voz daquelas pessoas, cometera um ato ilegal de qualquer forma, pois não haveria interesse público que o justificasse.

Alguns dos alvos eram particularmente delicados. Por exemplo, entre os documentos que vi, havia notas que deixavam claro que Glenn Mulcaire tinha sido pago pelo *News of the World* para vigiar ilegalmente vários membros importantes do governo, como Tessa Jowell, ministra de Cultura, Mídia e Esportes, e John Prescott, vice-primeiro-ministro durante os dez anos de governo de Tony Blair, de maio de 1997 a junho de 2007. No caso deste, os documentos sugerem que o principal interesse do jornal fora a revelação, na primavera de 2006, de que ele tinha uma amante. Entretanto, o mais grave era o fato de Prescott, na época, ainda estar no cargo, com acesso a todo tipo de segredos econômicos, diplomáticos e militares. Mesmo assim, a polícia não fez nada a respeito. Nem sequer alertou o segundo membro mais importante do governo de que ele fora alvo de um especialista em interceptar comunicações eletrônicas.

Outra razão tornava todos aqueles documentos particularmente explosivos: o que eles revelavam sobre quem cometia tais atos. Nos materiais do caso Whittamore, estavam registrados os nomes de 27 jornalistas do *News of the World* e quatro do *The Sun*, outro diário de Murdoch, que haviam contratado a rede de espões. Ao consultar um banco de dados de reportagens publicadas por jornais britânicos, constatei que todos fizeram parte das equipes de noticiário ou de reportagens especiais. Nenhum desses departamentos era muito grande. Pelas minhas contas, juntos, empregavam não mais que trinta ou quarenta repórteres e executivos, do que se conclui que bem mais da metade deles solicitou serviços a Whittamore. Tudo somado, havia mais de mil pedidos de informação ao longo de um período de três anos, o equivalente a mais de um por dia útil. Eu já sabia que a ICO havia analisado tais pedidos e considerado quase todos “sem dúvida ou muito provavelmente “ ilegais. Além disso, entre aqueles que contrataram os serviços de Whittamore havia jornalistas muito graduados, como Rebekah Brooks, que era editora-chefe do *News of the World* à época dos pedidos (e depois se tornou editora-chefe do *The Sun*), Greg Miskiw, editor de noticiário, Doug Wight, editor-chefe escocês, Neville Thurlbeck, ex-editor e chefe de reportagem, e Jules Stenson, editor de reportagens especiais.

Mais da metade dos jornalistas da redação e seus chefes, juntos, encomendando centenas de pesquisas que pareciam potencialmente ilegais? Era óbvio que a prática era sistemática. Como Coulson, o editor-chefe à época, poderia não saber?

Os documentos do caso Mulcaire eram ainda mais significativos. Eles simplesmente abriam uma cratera na história que o *News of the World* tinha contado à polícia, ao público e ao parlamento. E ainda davam margem a sérios questionamentos sobre a incapacidade da polícia e dos

promotores de desvendar a verdade. Havia dois documentos especialmente importantes.

Um deles era um e-mail impresso enviado por ross.hindley@news-of-the-world.co.uk. Uma busca rápida nos bancos de dados de reportagens de jornais britânicos logo revelou que Ross Hindley era repórter do *News of the World*. O e-mail tinha sido enviado para shadowmen@yahoo.co.uk [*shadowmen*, homens das sombras], que, soube-se depois, era o e-mail de Glenn Mulcaire. No campo assunto estava escrito: “TRANSCRIÇÃO PARA NEVILLE: QUARTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2005.” Mais uma vez recorri ao banco de dados de matérias e constatei que só havia um Neville no *News of the World*: Neville Thurlbeck, o chefe de reportagem do jornal, que também aparecera como cliente de Steve Whittamore. O e-mail continha transcrições de 35 mensagens de voz deixadas nos celulares de Gordon Taylor e sua consultora jurídica, Jo Armstrong. Tratava-se de prova direta de que pelo menos dois outros repórteres do *News of the World* estavam envolvidos no uso de mensagens de voz obtidas de modo ilegal. Assim caía por terra a versão oficial defendida pelo *News of the World*, por executivos de Rupert Murdoch, pela Scotland Yard e pela PCC de que o “repórter desonesto” Clive Goodman era o único no jornal que sabia do esquema.

Existia ainda um segundo documento altamente suspeito: um contrato assinado pelo editor de noticiário Greg Miskiw em fevereiro de 2005 — quatro meses antes do e-mail de Hindley — oferecendo a Glenn Mulcaire 7 mil libras se ele apurasse uma matéria especialmente hostil sobre Gordon Taylor que vinha detalhada no contrato. O mais suspeito do documento era o fato de ter sido redigido usando um dos nomes falsos de Mulcaire, Paul Williams. Por que um editor assinaria um contrato com alguém que usava um nome falso? Seria porque estava encomendando práticas ilegais?

Por fim, também ouvi dizer que havia uma gravação de Glenn Mulcaire explicando a um repórter como ter acesso às mensagens recebidas por Gordon Taylor, uma espécie de guia passo a passo da arte de invadir telefones. O nome do repórter, me disseram, era algo como Ryan ou Ryall.

Tudo isso era muito danoso ao *News of the World*. Mesmo que optassem por alegar que não sabiam nada sobre grampos quando Clive Goodman foi preso, eles já estavam cientes da existência daqueles documentos havia meses, já que tinham sido expostos no processo movido por Gordon Taylor ainda em 2008. Contudo, não fizeram nenhuma tentativa de corrigir sua versão. E a Scotland Yard? O material tinha sido apreendido de Glenn Mulcaire quando ele foi preso, em agosto de 2006, e permanecera em poder da polícia desde então. A polícia fez mais investigações ou tentou entrevistar ou prender outras pessoas do *News of the World* envolvidas? Se não, por quê? E por que nem ao menos mencionaram esses documentos no julgamento original?

Com certeza, isso era apenas o começo. Pelo que eu sabia, o juiz havia determinado que a polícia entregasse o material especificamente relacionado ao caso Gordon Taylor. Se era verdade que havia milhares de outras vítimas, era plausível supor que havia milhares de outros documentos nas dependências da Scotland Yard relacionados a outras vítimas e possivelmente a outros perpetradores dos crimes ligados ao *News of the World*. Mas quanto a News International estava escondendo? Quantas provas a polícia tinha engavetado?

É claro que, para a News International e para a polícia, o caso estava encerrado. O dinheiro fora pago a Gordon Taylor e a seus parceiros na ação penal, Jo Armstrong e John Hewison. As provas tinham sido lacradas com a bênção do Tribunal Superior e ninguém mais saberia nada sobre o assunto.

Bem, pelo menos esse era o plano.

* * *

Bob Woodward, do *Washington Post*, disse certa vez que o “melhor jornalismo é aquele produzido contra as orientações da direção”. Eu concordo. No melhor cenário, chefes de redação só querem uma coisa: as matérias prontas para publicação. Por esse motivo, nunca dão aos repórteres tempo suficiente para elaborar e trabalhar mais nas notícias. Na pior das hipóteses, eles não passam de pessoas pequenas com títulos imponentes que pensam poder provar que são competentes simplesmente por interferir o tempo todo no trabalho dos subordinados.

Mas sou freelancer. Trabalho em casa e posso ser praticamente invisível aos meus empregadores. Assim, eu me enfurno em meu escritório nas entranhas de Sussex, sem nada a me tirar a atenção a não ser a música altíssima vinda de algum lugar e a visão de uma igreja do século XIII ao longe, satisfeito com a esperança de que o *The Guardian* vai me esquecer por ter consciência de que não preciso de um inspetor no meu ouvido me mandando trabalhar.

No final de junho de 2009, enfim armado com detalhes suficientes e meu conjunto de documentos explosivos, eu estava mais ou menos pronto para publicar minha matéria sobre o roubo de informações e precisava ir a Londres para tentar convencer o *The Guardian* a embarcar nela. Já fazia mais de um ano que eu tinha encontrado Stuart Kuttner no programa *Today*, da rádio BBC. Nesse período eu trabalhara em outros projetos, mas este veio crescendo cada vez mais.

Almocei com o editor-chefe do *The Guardian*, Alan Rusbridger, na nova e elegante sede envidraçada do jornal, na área atrás da estação King’s Cross, que no passado vivia repleta de prostitutas e traficantes de crack e agora tinha como elementos mais perigosos o *chai latte* e os *croissants*.

Rusbridger é diferente de outros editores-chefes em pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, é meu amigo. Começamos como repórteres iniciantes no *The Guardian* no mesmo dia de julho de 1979. Agora que ele era editor-chefe, tínhamos um acordo muito simples: eu levava as reportagens e ele me dava guarida. Ele sabe que não vou desapontá-lo, e eu sei que ele não vai me enrolar.

Em segundo lugar, ele tem caráter. A imprensa britânica está cheia de covardes ambiciosos que galgaram altas posições sorrindo com obediência para os superiores. Esse tipo de editor-chefe analisaria uma matéria fadada a pôr o jornal em rota de colisão com a maior organização jornalística do país, com a maior instituição policial, com o maior partido político e, em boa medida, com a PCC, e simplesmente a tiraria da pauta ou a esconderia no fim da página cinco, na esperança de que ninguém a notasse. Mas Rusbridger gostou da minha história.

Concordamos que deveríamos publicá-la logo, antes de o parlamento sair em recesso de verão, para garantir que teríamos alguma repercussão. Eu ainda tinha que trabalhar um pouco na matéria. Precisava entrar em contato com alguns personagens-chave, entre eles Coulson e a News International, para ver se tinham algo a declarar. Além disso, tinha uma preocupação adicional.

Eu não estava seguro de que deveria publicar os nomes dos 27 jornalistas do *News of the World* e dos quatro do *The Sun* que encomendaram serviços à rede de Steve Whittamore, nem se deveria mencionar Ross Hindley, que havia enviado o e-mail em nome de Neville Thurlbeck contendo as transcrições das mensagens de voz. Eu não queria criar outros Clive Goodmans, mais repórteres que seriam descartados como casos isolados de profissionais desonestos pelos executivos do alto-escalão que eram os verdadeiros responsáveis. Em geral a culpa recai sobre os

escalões mais baixos. Além disso, talvez erradamente, eu tinha uma desconfortável resistência a citar jornalistas porque sou jornalista. Concordamos em só citar os mais graduados e com maior potencial de culpa, mantendo em segredo os outros.

Expliquei também que, embora tivesse em mãos muitos documentos, isso não poderia ser revelado. Nossas provas teriam de permanecer ocultas. Brincando, assustávamos de leve um ao outro especulando sobre como seríamos punidos: que partes específicas de nossas vidas privadas seriam expostas? Decidimos publicar na semana seguinte ou pouco depois.

Provavelmente, tudo daria certo.

2. Por dentro do *News of the World*

Baseado em entrevistas com jornalistas que trabalharam no News of the World, assim como em documentos e detalhes que vieram à tona no Inquérito Leveson e em audiências nos tribunais.

De sua sala, Andy Coulson tinha uma visão privilegiada. Da mesa de trabalho, podia ver pela parede envidraçada o coração do *News of the World*. Bem à sua frente, ficava a bancada dos editores, uma fileira de mesas onde ele costumava se reunir com seus assessores mais próximos, filtrando as notícias enviadas para o jornal pelas agências de notícias, por jornalistas freelancers e pela própria equipe do jornal, tomando as decisões que dão forma ao semanário.

Para além dessa fileira, ele podia ver as mesas da editoria de imagens e, mais adiante, da editoria de noticiário, onde vários executivos comandavam os repórteres que se amontoavam no lado oposto do salão, e, ao lado deles, os editores de texto, que checariam as matérias e escreveriam os títulos e as manchetes. Nas extremidades da redação ficavam os autores de reportagens especiais, mais aprofundadas, jornalistas esportivos, salas de executivos diversos e um cubículo especial para o editor responsável pela cobertura da realeza, Clive Goodman. Este era o mundo de Coulson; ali ele era a autoridade máxima. Mas essa não era a melhor parte da vista que tinha a partir de sua sala.

Para ele, o melhor estava à sua direita, pouco além da bancada de editores. Estava sempre ao alcance de seus

olhos, num ponto onde todos podiam ver: o armário envidraçado com o troféu. Ele o havia encomendado pouco antes, em abril de 2005, porque estava orgulhoso do que ele e sua equipe tinham conquistado. O jornal era o campeão de vendas do país, com 3,5 milhões de exemplares vendidos todos os domingos. Talvez fosse o jornal com maior vendagem do Ocidente. Tinha os maiores orçamentos, a maior influência. Ninguém superava o *News of the World*. Era por isso que o armário exibia o maior prêmio do jornalismo britânico: o troféu de Jornal do Ano de 2004/2005.

No ano anterior, tinham publicado um furo atrás do outro. David Beckham pode ser um excelente jogador de futebol e devia ter se achado esperto o bastante para ter uma amante sem que sua mulher ou qualquer outra pessoa soubesse, mas eles o haviam flagrado e noticiado que estava dormindo com sua assistente pessoal, Rebecca Loos — a matéria ocupou sete páginas do jornal. Alguns meses depois, fariam a mesma coisa com Sven-Göran Eriksson, então técnico da seleção inglesa, ao expor que ele tinha um caso com Faria Alam, secretária da Federação Inglesa de Futebol. Mas o jornal foi ainda mais longe: um mês depois, expôs o ministro do Interior, David Blunkett, que tivera um caso com uma editora americana casada, Kimberly Quinn. Para apimentar ainda mais a história, descobriram que um jornalista do *The Guardian*, Simon Hoggart, também era amante de Quinn, de forma que algumas semanas depois o tragaram para o imbróglio. Por semanas, superaram e muito os jornais da concorrência.

Para Andy Coulson, com 37 anos na época, era o ápice. Ele havia percorrido uma longa trajetória em pouco tempo. Formara-se aos dezoito anos e, com algumas ótimas notas debaixo do braço e um bom cérebro, tinha uma ambição feroz: tornar-se repórter especializado em *show business*. Foram necessários não mais que dois anos trabalhando em um jornal

local de Essex para alcançar seu objetivo. Em 1988, com apenas vinte anos, foi contratado pelo *The Sun* para integrar a equipe que produzia a coluna de fofocas Bizarre. A coluna era ousada e escandalosa, exatamente como seu editor, Piers Morgan. O foco preferencial, uma fixação, era a vida privada de estrelas do rock, do cinema e da TV e de qualquer um que pudesse dar brilho extra às fofocas da coluna. Coulson foi lançado no mundo das grandes celebridades e das drogas pesadas.

Algumas pessoas que trabalhavam na Bizarre viviam submersas numa rotina infundável de festas. Um dos amigos mais próximos de Coulson, Sean Hoare, colega de mesa na coluna, costumava começar o dia com o que chamava de “café da manhã das estrelas do rock”: uma dose de Jack Daniel’s e uma carreira de cocaína. A partir daí a festa prosseguiria com qualquer um, relações-públicas ou celebridade, que pudesse lhe dar alguma notícia que justificasse as despesas.

Hoare costumava dizer: “Meu trabalho é consumir drogas com estrelas do rock.”

Havia no jornal uma tradição, batizada de Aquecimento da Sexta: Hoare ou outro jornalista sacava 300 libras do caixa do *The Sun* para comprar cocaína (outra tradição da News International era algum funcionário do escritório sempre ter um bom estoque da droga) e depois cheiravam até trincar, numa espécie de esquentar para o fim de semana.

Aqueles que gostavam de Coulson costumavam dizer que no fundo era um sujeito calmo, que sempre estava sóbrio o suficiente para escrever e mandar suas matérias. Apesar da pouca idade, parecia maduro, com sua camisa azul-clara e seu terno azul-marinho — impecável e adulto. Outros diziam que ele era frio e, não importava o que acontecesse, sempre sobreviveria. Por trás da máscara de competência e afabilidade, era implacável.

Houve um episódio em que Hoare ficou furioso com ele quando, tendo entregado uma matéria sobre uma atriz famosa, soube que, além de não publicá-la, Coulson viajou com ela nas férias, estava dormindo com ela e, pior de tudo, contou a ela como Hoare tinha levantado a história, expondo a fonte e queimando-a para sempre. Ao descobrir tudo isso, Hoare soltou os cachorros em cima de Coulson, dizendo-lhe na cara que era um cuzão. Este respondeu com uma frase que viria a ser um bordão à medida que subia na hierarquia: “Vou me redimir e compensar você, parceiro.” Era como se não importasse o que fazia, porque sempre era possível devolver um favor e seguir a vida. Em seis anos, Coulson substituiria Piers Morgan como editor da Bizarre.

Quatro anos mais tarde, em janeiro de 1998, ele continuou sua escalada e se tornou editor-assistente do *The Sun*, trabalhando com a nova editora-chefe-adjunta, uma mulher incisiva, atrevida e ambiciosa chamada Rebekah. Eles já se conheciam um pouco. Passaram a ser aliados. Havia a suspeita de que dormiam juntos, mas ninguém tinha certeza. Formavam uma dupla: ambos eram jovens e espertos, ambos tinham começado do nada e ambos eram intensamente ambiciosos. Juntos, chegaram lá.

Em maio de 2000, Rupert Murdoch transferiu Rebekah Brooks para o cargo de editora-chefe do *News of the World*. Ela, por sua vez, convidou Coulson para ser seu adjunto. Ele trabalhou duro para ela, montou um novo departamento de apurações, cuidava dos detalhes das matérias por ela e se esforçava para deixar todo mundo feliz. Sua reputação na redação era boa. Enquanto Brooks vivia na estratosfera, fazendo contato com pessoas muito importantes, Coulson fazia questão de comparecer às festas do pessoal do jornal e cumprimentar todo mundo. Ele se presenteou com um Porsche Boxter, cuja velocidade máxima supera os 260 quilômetros por hora e o preço gira em torno de 35 mil libras.

No entanto, as pessoas passaram a notar que, quanto mais poder ele conquistava, mais ele esquecia os nomes dos funcionários. Depois de certo tempo, limitava-se a chamar a maioria dos homens de “parceiro” e as mulheres de “querida”.

Três anos mais tarde, em janeiro de 2003, Rupert Murdoch deu a Rebekah a chefia de redação do *The Sun* e promoveu Coulson a editor-chefe do *News of the World*. O novo cargo lhe deu poder e ele não fazia cerimônia na hora de usá-lo contra obstáculos que surgiam em seu caminho. Por exemplo, ele não gostava de Roy Greenslade, o antigo editor-chefe do *Daily Mirror* que se tornara professor de jornalismo da City University de Londres. Então cancelou as doações do *News of the World* para financiar duas bolsas de estudos na faculdade. Enquanto tomava um drinque com Coulson, Adrian Monck, chefe do departamento de jornalismo da City University, convenceu-o a retomar o financiamento; porém, quando se levantou para ir embora, Coulson apresentou a conta: “Tem uma coisinha, parceiro. Quero que você me entregue a cabeça de Roy em uma bandeja.” Monck se recusou. A City University deixou de receber a doação.

Não se tratava apenas de quão frio ele era capaz de ser. Mais significativo ainda é o fato de que se esperava que ele fosse implacável. A partir do dono da News Corp e seu conselho de administração, a mais de cinco mil quilômetros de distância, passando pelo CEO da News International, Les Hinton, que ficava no mesmo prédio em Wapping, em Londres, a mensagem não verbalizada passada a ele, a Rebekah Brooks, editora-chefe do *The Sun*, também instalada no mesmo prédio, e a todos os outros editores-chefes em todas as unidades do império era simples e constante: “Consiga a matéria, não importa como.”

No mês anterior, em março de 2005, Coulson estivera no Hilton Hotel para receber sua grande recompensa: o prêmio de Jornal do Ano. Mais tarde, numa entrevista para a *Press*

Gazette, desdenhou do desprezo irônico de pessoas de fora do jornal que pareciam considerar o tipo de jornalismo que ele fazia não muito respeitável: “Não tenho nada de que me envergonhar. E isso vale também para todo mundo do *News of the World*. Cabe aos leitores julgar. Isso é o mais importante. E acho que devemos ter orgulho do que fazemos.”

* * *

É paradoxal que os jornais, que vivem de revelar fatos, mantenham seus próprios mundos selados ao público. Um pouco da verdade sobre o jornal de Andy Coulson começou a vir à tona em provas fornecidas por um dos seus antigos quadros: centenas de notas, e-mails e memorandos trocados entre os executivos em 2005, quando lutavam para repetir os triunfos obtidos nos doze meses anteriores.

Tudo começa com os leitores. Os defensores dos jornais sensacionalistas costumam enfatizar que essa linha de jornalismo só existe porque milhões de pessoas se dispõem a pagar para ler. Contudo, as mensagens que circulam na redação vão um passo além na explicação: mostram o fervor dos leitores ao oferecerem a um jornal como o *News of the World* informações que formam a base de sua dieta diária.

Tomemos por exemplo uma semana do início de 2005. As mensagens internas registram que um garoto de programa os havia procurado para contar que transara em uma sauna com um apresentador de TV e “[o informante] está disposto a dar detalhes, em troca de dinheiro, e afirma que seu colega pode corroborar o relato”. Outra mensagem diz respeito a uma mulher que saiu com um ator de Hollywood quando ele tinha catorze anos e queria vender a história de como ele a traiu. Num outro caso, alguém ligou para a redação alegando ter “fotos de um importante jogador de futebol do Crystal Palace aos beijos e abraços com outros amigos em férias”. Havia

também um memorando sobre uma mensagem recebida que dizia: “Tenho informações sobre [jogador de futebol da seleção inglesa] e sua ex-esposa.”

As semanas passam e trazem consigo uma aparentemente infundável fila de homens e mulheres que aqui e ali juntaram fragmentos de histórias sensacionalistas e agora os colocam à venda (pelo menos quase sempre pedem dinheiro): uma mulher afirma ter tido, anos antes, algum tipo de relacionamento com a estrela do rock Pete Doherty — “Tenho alguns detalhes bem interessantes para passar a vocês se pagarem uma boa quantia, mas gostaria de permanecer no anonimato”. Um homem cuja filha inglesa estava em Nova Orleans quando o furacão Katrina devastou a cidade oferece uma entrevista com a jovem por 1.500 libras. E há aqueles que simplesmente acham que podem levantar um trocado: “Eu estava aqui me perguntando quanto valeriam fotos de jogadores de futebol da primeira divisão se divertindo com travestis em Bangcoc. Eu tenho uma foto antológica e estou disposto a passá-la à frente se me pagarem bem.” E, claro, há os caras de pau: “Recentemente caiu-me nas mãos um vídeo do [nome de um conhecido ator] se masturbando. Será que seu jornal teria interesse em comprá-lo, já que não tem utilidade alguma para mim?”

Entretanto, à medida que as mensagens se seguem, o lado comercial perde relevância para outro aspecto ainda mais alarmante, mais humano e mais secreto: um certo tipo de deslealdade blasé, rotineira. No mínimo, esses informantes estão traindo pessoas com quem tiveram algum tipo de contato por causa do trabalho. São casos como o de um carregador de malas de um hotel que afirma ter documentos provando que dois apresentadores de TV recentemente passaram a noite juntos; de um agente penitenciário que garante poder provar que um presidiário, velho viciado em heroína, é o verdadeiro pai da cantora de uma banda

adolescente; de alguém na indústria da moda que jura ter fotos coloridas em polaroid de Kate Moss em uma sessão de fotos “sem maquiagem e com a cara bem caidona. Vocês teriam interesse em comprar essas fotos? Nunca foram publicadas e sei que o pessoal estava empenhado em impedir que se tornassem públicas”.

O quadro fica ainda pior quando se constata que algumas dessas pessoas põem à venda segredos de quem mais confia nelas, como amigos, amantes e familiares. É o caso de um homem que tem um relacionamento de sete meses com uma mulher cujo irmão é um notório criminoso. Eles ainda estão juntos, o que não o impede de vendê-la — “Vocês teriam interesse? Tenho muito a dizer”. Outro exemplo é o de um homem que frequentou a reabilitação com um diretor de cinema — “Passei seis meses com ele lá dentro, visitei sua casa e sua família e acabei conhecendo-o bem”. Ele não tinha problema algum em expor o amigo em troca de dinheiro: “Teríamos de fazer um contrato antes de eu me encontrar com alguém do *News of the World* ou de dizer mais alguma coisa.” Também há a história de um homem que se encontra com frequência com uma prostituta e, quando descobre que ela é tia de um apresentador de TV, decide vender a informação, sob a condição de manter em segredo a própria identidade, já que é casado.

Algumas dessas pessoas afirmam ter provas materiais da veracidade de suas histórias para tentar garantir que fecharão negócio. Um homem procurou o jornal para dizer que acabara de passar a noite com uma jovem atriz de novela — para ele, uma história que vale a pena vender — e, mais ainda, afirmou ter dado um jeito de fotografá-la enquanto fazia sexo oral nele. Outra mensagem registra a história de uma mulher sobre um jogador de futebol da seleção inglesa: “Paula afirma que teve um namorico com XX em dezembro do ano passado. Diz que transaram no banco de trás do carro dele, na frente do pub do

amigo dele. Paula afirma também ter um vestido com sêmen de XX.”

Tudo está à venda. Ninguém está a salvo. O que começa a emergir são as engrenagens internas de um empreendimento comercial que nunca existira até então, uma indústria que trata a própria vida — o frágil e suave tecido dos momentos privados mais sensíveis — como uma rica mina de matéria-prima a ser cavada e, depois de peneirada, explorada para fins de entretenimento. Nos anos 1980, o *News of the World* se especializou em devassar a vida de criminosos. Nos anos 1990, tendo faturado muito ao esmiuçar a vida privada agitada da princesa Diana, o jornal ampliou o campo de atuação e passou a prospectar também a vida de qualquer celebridade ou pessoa pública. Agora tinha ido mais além. Toda vida humana — de qualquer pessoa vinda de qualquer lugar que pudesse ser notícia — se tornara um vasto campo de matéria-prima a ser extraída e refinada pela redação de Andy Coulson. Implacáveis, cruéis, seus repórteres buscavam os detalhes mais íntimos, embaraçosos e muitas vezes dolorosos para transformá-los em pepitas preciosas a serem vendidas no mercado.

Não era fácil trabalhar na redação de Coulson. Era sujo, difícil e de certa forma perigoso. Mas eles tinham que trazer a notícia. Para um lugar como aquele funcionar, era necessário um tipo especial de equipe.

* * *

Ian Edmondson costumava contar uma história da época em que ainda era repórter iniciante do *News of the World* e namorava uma repórter de outro jornal. Ele gostava de chamá-la de “Boobs”[peitos]. Calhou de Boobs ficar amiga de Tracy Shaw, então uma jovem atriz particularmente atraente que estrelava a novela *Coronation Street*, na qual os tabloides

tinham grande interesse. Segundo Edmondson, Boobs lhe confidenciou que, numa noitada juntas na cidade, Tracy tinha consumido cocaína. Isso era obviamente um segredo que, se revelado, poderia prejudicar Tracy e também Boobs — mas também era uma ótima matéria para o *News of the World*. Continuando seu relato com satisfação, ele recordava como convenceu Boobs a contar toda a história de novo, gravando tudo, e depois entregou a fita para o jornal.

Edmondson gostava de bancar o babaca, isso deu certo para ele. De um cargo insignificante na hierarquia editorial do *News of the World* em meados dos anos 1990, ele foi subindo até se tornar editor-assistente, tocando a redação sem deixar de ser babaca. Houve um período em que espalhava pelo jornal que seu apelido era Love Rat [quem costuma trair o cônjuge]. Não era verdade, porém Edmondson gostava da ideia. Um repórter revelou que ele chegou a adesivar uma plaquinha com o apelido na frente de sua baia de trabalho, pelo visto na esperança de que o nome “pegasse”. No entanto, pelos relatos de pessoas que trabalharam com ele, Edmondson não precisava se esforçar tanto para conquistar má fama. Muita gente não gostava dele. Era impiedosamente competitivo com todos ao seu redor — tinha de ter o maior carro, o maior salário. Estava sempre em forma, ia de bicicleta para o trabalho e corria na hora do almoço, mas, como outras pessoas também corriam, ele fazia questão de se exibir com uma mochila cheia de tijolos nas costas quando saía. Costumava contar façanhas improváveis, como ter sido remador da seleção inglesa e ter jogado uma partida pelo time júnior dos Blackburn Rovers, marcando um gol de bicicleta nos minutos finais do jogo. Ele repetiria a mesma história depois, mas num jogo pelo Ipswich Town.

Ele fizera amizade com Dave Courtney, um londrino corpulento, de cabeça raspada, que ganhava a vida fazendo o papel de gângster amigo da mídia. Edmondson gostava de se

gabar que vivia se encontrando com gângsteres e contava que certa vez, depois de passar o dia com um grupo deles, conversando e fumando charutos à beira da piscina, um deles o levou para dar uma volta em seu Range Rover, parou no meio do nada, sacou a arma e disse que ele havia ouvido coisas demais. Edmondson concluiu dizendo que o sujeito tinha deixado muito claro o que aconteceria se ele abrisse o bico. No fim, o gângster relaxou e lhe deu um envelope cheio de dinheiro. Nem todos acreditaram nele.

Ao que parecia, Andy Coulson se comprazia em tirar vantagem da incontrolável competitividade de Edmondson. Em novembro de 2004, quando o contratou como editor-assistente de noticiário, já havia alguém no cargo, Jimmy Weatherup. Coulson deixou os dois na função para brigarem por sua preferência — eles se detestavam e as consequências do embate costumavam ser caóticas. Jimmy Weatherup podia mandar um repórter cobrir uma matéria, para logo em seguida Ian Edmondson chamá-lo de volta e mandá-lo apurar outra. Houve episódios em que um repórter apresentava uma ideia a Edmondson e este o chamava de lado e mandava guardar segredo por uma semana, porque “Jimmy estará fora na próxima semana e eu gostaria de ficar com essa para mim”.

Weatherup era mais velho e mais experiente que Edmondson e parecia preso em uma bolha dos anos 1970, como se fazendo o papel de John Travolta em *Os embalos de sábado à noite*, alto, esguio, passando horas a fio se admirando diante do espelho. Seu cabelo era muito escuro e Edmondson vivia acusando-o de pintá-lo. Ele usava ternos caros e luvas especiais para dirigir e tinha a conhecida tendência de, nas primeiras horas de um dia que se anunciava ensolarado, aparecer no escritório vestindo calçãozinho branco de jogar tênis bem justo. Era conhecido como Jimmy dos Sussurros, tanto devido ao seu jeito suave e meloso de

falar ao telefone quanto à sua maneira obsessivamente reservada de ser. Para alguns colegas, Weatherup era “Segredos” e Edmondson, “Mentiras”.

O clima na redação — já naturalmente turbulento devido à rivalidade acirrada entre um jornal popular e seus concorrentes — ficava ainda mais pesado graças à tensão interna e às puxadas de tapete entre os dois editores de noticiário. Coulson conseguiu colocar ainda mais lenha na fogueira dos desentendimentos ao intensificar a competição de longa data entre as editorias de reportagens especiais e de noticiário. Era raro as duas se falarem; na verdade, brigavam muito, escondendo os planos uma da outra e tentando superar uma à outra.

O chefe da editoria de reportagens especiais, Jules Stenson, era durão, sagaz e o maior especialista em novelas. Muitos o consideravam o mais provável sucessor de Coulson como editor-chefe. Também era agressivo, sobretudo com Clive Goodman, com quem, segundo um colega, tinha uma relação de ódio mútuo. A sua relação com Edmondson era igualmente ruim. Um dos jornalistas que lá trabalhou lembra-se de um episódio de abril de 2005 em que a editoria de noticiário tentava comprar a história de uma mulher de Yorkshire que admitira ter ajudado seu marido gravemente doente a morrer. Após a mulher ter sido inocentada pela Justiça, a editoria de noticiário mandou um repórter oferecer-lhe 5 mil libras para contar os detalhes mais íntimos da morte do marido, porém este descobriu que alguém já lhe havia oferecido 6 mil libras. O repórter subiu sua proposta e o rival também. Quando o lance chegou a 14 mil libras, a editoria de noticiário desistiu e só depois veio a saber que o rival no leilão era Jules Stenson.

Andy Coulson gerenciava sua equipe com rédeas curtas. Era ele quem presidia as reuniões de pauta em que os chefes de todas as editorias — noticiário, reportagens especiais,

esportes, entretenimento, realeza, política — tentavam emplacar suas ideias. Ele gostava de mostrar que estava por dentro das matérias. Durante a primavera de 2005, por exemplo, supervisionou pessoalmente o projeto de arrancar uma entrevista com o Estripador de Yorkshire, Peter Sutcliffe, que cumpria pena no hospital psiquiátrico de Broadmoor pelo assassinato de treze mulheres. O projeto era guardado a sete chaves, o repórter escalado fora instruído a não dizer nada aos colegas. Para manter a discrição, Edmondson poderia ter feito a matéria ele mesmo, porém Coulson gostava de acreditar que sabia tocar uma investigação e, para ajudar, autorizou o pagamento de polpuda soma ao irmão de Sutcliffe, Carl, e a compra de uma câmera e um gravador especialmente projetados para ludibriar os detectores de metal em Broadmoor. Carl Sutcliffe escondeu os aparelhos num gesso ortopédico e foi visitar o irmão, que nada sabia do plano. Dias depois, a foto de Peter estampava duas páginas do *News of the World* em uma matéria cujo gancho principal era seu sobrepeso: “Porcalhão, quase careca, 107 quilos.”

No entanto, o poder de intervenção de Coulson não era ilimitado. De sua sala ele disparava e-mails com instruções sucintas aos subordinados, mas dependia de dois braços direitos para fazer valer suas decisões. Cada um ocupava uma sala contígua à do editor-chefe na ponta do salão da redação. À esquerda de Coulson, ficava Stuart Kuttner, que tinha sido chefe de redação do *News of the World* por quase quinze anos.

Kuttner tinha um quê de sombrio, com o rosto encovado, os modos lentos e calculados, o sotaque londrino temperado por um leve toque de nobreza. Desde 1987, ele servira a meia dúzia de editores-chefes em uma função parecida com a do personagem de Harvey Keitel em *Pulp Fiction*: era responsável por limpar a bagunça. Se algum tipo de ameaça despontasse de algum canto obscuro — escândalos na

redação, repórteres revoltados, vítimas enfurecidas — era Kuttner quem resolvia, se livrava do corpo e limpava o sangue. Ele disse a um colega que seu livro favorito era *O Príncipe*, de Maquiavel, que considerava manipulação e falsidade armas necessárias para o exercício do poder. Kuttner sentia prazer com o poder. Segundo alguns antigos colegas, gostava de usar office boys como seus funcionários pessoais e os mandava comprar frutas de manhã e carregar sua pasta até o carro no fim do dia. Era famoso pela virulência de suas broncas. Contudo, seu poder era sobretudo financeiro. Era responsável pelo orçamento da redação e todos que trabalharam com ele são unânimes ao afirmar que cuidava do dinheiro do jornal como se fosse seu: fazia questão de contabilizar cada centavo gasto.

O segundo capataz de Coulson, o editor-chefe-adjunto Neil Wallis, ficava na sala à sua direita. Era quase vinte anos mais velho que Coulson e atuava na imprensa fazia muito tempo, pulando de tabloide em tabloide, ficando conhecido, nas palavras de um colega, “por sua capacidade psicopata de separar suas ações de suas emoções”. Esse mesmo colega recorda uma ocasião em que viu Wallis, em uma festa de despedida, caminhar em direção a um executivo em quem passara a perna no início da carreira, exibindo um sorriso no rosto e com a mão estendida, e ouvir: “Wallis, só apertarei sua mão depois de você lavá-la.” Ele colecionava processos por calúnia e difamação como meninos colecionam moedas — era a famosa “Coleção Wallis”, numa alusão à Coleção Wallace de artes no centro de Londres.

Sair para beber com oficiais de alto escalão da polícia era rotina para Wallis. Em janeiro de 2005, convenceu o comissário da Polícia Metropolitana, Sir John Stevens, que se aposentava, a escrever uma coluna semanal para o *News of the World*. Descobriu-se depois que por anos Wallis vinha prestando de graça consultoria em relações públicas a

Stevens e acreditava ser o responsável pela nomeação dele para o posto de comissário. Isso, acrescido de 7 mil libras por coluna e a promessa de chamá-lo de “O Chefe”, apesar de Steven já não ocupar nenhum cargo diretivo na corporação, fez a cabeça do homem.

Em algumas redações, Wallis era conhecido como “Wolfman” [homem lobo] possivelmente devido à matéria que escrevera sugerindo que o Estripador de Yorkshire era um personagem tipo dr. Jekyll e sr. Hyde, de *O médico e o monstro*, que só matava na lua cheia. No *News of the World*, ele era conhecido como o “estúpido sibilante”, em parte uma alusão à sua voz arfante e em parte também um sinal direto de desrespeito. A verdade era um pouco mais complicada que isso. Muitos repórteres não gostavam dele, não confiavam nele e o consideravam um cínico rematado. Mas sabiam também que ele era um funcionário muito eficaz — tinha raciocínio rápido e era durão; tinha bons contatos e sabia contar uma história. Em resumo, ele entendia bem a indústria do jornalismo sensacionalista.

Esta era, portanto, a estrutura: a lei do sucesso a qualquer preço do *News of the World* partia da sala de Andy Coulson, passava por Kuttner e Wallis e chegava às editorias de noticiário e de reportagens especiais, para enfim se espalhar entre os jornalistas que as compunham. Tudo sob um estilo de gestão descrito várias vezes por pessoas que o experimentaram como “truculento e intimidador”. Era um lugar difícil de se trabalhar.

* * *

Pendurado na parede da redação, havia um relógio digital com a contagem regressiva dos minutos que faltavam para o fechamento da próxima edição do jornal. O departamento de recursos humanos mantinha o registro do número de matérias

de cada repórter, que sempre eram lembrados de que, se caíssem no ranking, poderiam ser chamados para uma conversa séria com a chefia ou até constarem da próxima lista de dispensas.

Repórteres que lá trabalharam mencionam uma reunião “de pauta” especialmente desagradável, realizada sempre às terças-feiras pela manhã, em que todos se sentavam em uma sala e Edmondson ou Weatherup ou um de seus assistentes lhes dizia que todas as suas ideias de matérias eram inúteis — o que costumava ser reforçado no final da manhã em e-mails que afirmavam serem aquelas as piores propostas de matérias já recebidas pela redação e que cada um deveria apresentar três outras sugestões. Segundo os repórteres, Edmondson era o mais agressivo. Entre os episódios relatados estão a tentativa de instalar um aparelho no celular de um repórter para monitorar seus movimentos, a história de um repórter veterano caindo em lágrimas por Edmondson não liberá-lo para cuidar da mulher com câncer e a demissão de um que se tornara pai solteiro e não aceitara a sentença proferida por Edmondson de que ele “pertencia ao *News of the World*”. E, quando os repórteres estavam em campo, ele gostava de manter a pressão, enviando-lhes mensagens de texto como “tique-taque, tique-taque” ou simplesmente “??”.

Desde que Rupert Murdoch quebrou os sindicatos dos gráficos e trabalhadores ligados à imprensa e descartou o Sindicato Nacional dos Jornalistas em 1986, os repórteres não tinham qualquer tipo de proteção. Alguns acabaram desmoronando. Fala-se até de uma tentativa de suicídio em uma confraternização de Natal. No entanto, na maioria dos casos eles repassavam o assédio moral àqueles com quem lidavam. Vários descreveram como eram incentivados a passar a perna nas fontes que lhes vendiam as histórias.

Algumas fontes eram ingênuas, contavam suas histórias antes de terem em mãos o contrato assinado e simplesmente

não eram pagas. Em um dos casos, um repórter, com instruções expressas para não pagar mais do que 250 mil libras pela história, foi escalado para entrevistar uma prostituta que tinha transado com uma figura pública. A mulher começou a negociação avisando que não abriria a boca por menos de 10 mil libras. Em outro caso, uma mulher concordou em contar sua história se o jornal se comprometesse a lhe pagar uma bela viagem. Quando ela foi cobrar o pagamento, Ian Edmondson disse que, por ser do norte, ela não se importaria de ficar num trailer, por 150 libras. Havia também as fontes que, mesmo com contrato assinado, caíam numa armadilha boba: o documento previa uma soma gorda se a matéria fosse publicada na primeira página — o repórter sabia muito bem que ela só apareceria nas páginas internas, mas não dizia nada. Quando saía a matéria e a fonte implorava por algum dinheiro, qualquer coisa, o repórter oferecia uns trocados. Como me disse um deles, “a gente as cansava, desgastava até que, no fim, elas aceitavam qualquer ninharia”. Algumas, entre elas uma mulher que fora estuprada por um jogador de futebol, caíam vítimas de uma cláusula que estipulava que, até onde a fonte sabia, a história tinha obrigatoriamente de ser verdadeira. O *News of the World* então a publicava e, para não pagar, alegava que a fonte sabia que parte da história estava errada. Tampouco havia piedade para com os alvos das reportagens: eram arrastados para os holofotes e expostos a milhões de leitores por serem gays, por terem um novo parceiro, por gostarem de sexo, por mostrarem sem querer a calcinha ao sair do carro, por terem infringido a lei na adolescência. Se a verdade não bastava para gerar uma boa matéria, eles a distorciam.

Alguns repórteres revelaram ter tido crises de consciência, sobretudo pela hipocrisia gritante. Ao mesmo tempo que detonava qualquer um com algum interesse especial em sexo, a redação do próprio *News of the World* era um antro de

casos amorosos e ondas de assédio sexual, o que incluía a tendência clara, na gestão de Andy Coulson, de recrutar mulheres jovens, que eram incentivadas a ir trabalhar cobrindo o mínimo possível do corpo. O jornal sempre foi afiado na hora de expor as orgias dos outros, mas antigos jornalistas do *News of the World* relatam festas na redação repletas de aventuras sexuais turbinadas por drogas. Alguns se lembram de uma em particular que acabou com um editor-assistente na frente do Chocolate Bar, em Mayfair, no centro de Londres, mal podendo manter-se em pé, segurando o pinto na mão enquanto falava com uma repórter.

O jornal arruinou uma legião de homens mais ou menos famosos ao tornar público o hábito deles de sair com prostitutas. Contudo, na caça por mais matérias nessa linha, um repórter do jornal foi instruído a contatar prostitutas de luxo, transar e cheirar cocaína com elas e lançar tudo no relatório de despesas. E ele o fez. Em certa ocasião, de acordo com uma fonte, Ian Edmondson queria expor publicamente um jogador da primeira divisão por usar os serviços de prostitutas e, para isso, contratou uma para transar com ele. Da mesma maneira, eram implacáveis ao noticiar que alguém, fosse quem fosse, usava drogas, mesmo não faltando usuários dessas mesmas substâncias em sua redação. Antigos repórteres mencionam uma festa de Natal em uma boate em que a pista ficou vazia já que vários convidados ficavam nos banheiros cheirando cocaína. Falam também do pânico que tomou conta de todos quando o *The Sun* soltou na redação seu cão farejador de drogas, Charlie. Alguns dos jornalistas, inclusive com cargos de chefia, viviam à base de bebidas alcoólicas. Sabe-se de uns poucos que acabaram em caras clínicas de reabilitação (depois de verem nisso uma oportunidade de levantar matérias sobre outros pacientes).

Mas era muito mais do que simples hipocrisia. Era também a chave para empreender uma distorção editorial grave: independentemente da realidade do mundo em que estava inserido, o *News of the World* criava em suas páginas um mundo inexistente no qual a nação seguia um código moral que condenava qualquer comportamento que não fosse 100% impecável e qualquer relacionamento que não fosse o casamento heterossexual; por isso, assim eles argumentavam, era legítimo que fosse exposto. Era ficção, além de também ser o fundamento central de sua justificativa para realizar sua obra mais destrutiva.

Não havia espaço para dúvida ou questionamento. Sentimentos não entravam na conta. O *News of the World* expunha pessoas ruins, tudo pelo interesse público. Privacidade também não entrava na conta. Só pedófilos precisam de privacidade, costumava dizer o antigo autor de reportagens especiais Paul McMullan. Não havia escapatória. Se uma figura pública admitisse que usava cocaína ou gostava de sexo, perdia seu direito a privacidade. Se, por outro lado, uma figura pública se recusasse a admitir o uso de cocaína ou o gosto pelo sexo, estava enganando o público e, portanto, não tinha direito algum a privacidade. O jornal podia manter discrição sobre o próprio comportamento. Mas isso era diferente. O importante era conseguir a matéria.

* * *

Gordon Taylor era um alvo perfeito para o *News of the World* não apenas devido ao fato de seu cargo de dirigente de Associação dos Futebolistas Profissionais lhe permitir acesso regular à vida privada de jogadores famosos, mas também porque sua própria vida interessava ao jornal.

Tudo começara no início de 2005, quando um conhecido jogador já aposentado procurou o jornal e combinou um

encontro com um repórter da sucursal de Manchester em um pub em Merseyside. Ali mesmo contou-lhe uma fofoca escandalosa (que depois se revelou falsa): Taylor estava tendo um caso com Jo Armstrong, que era não apenas advogada contratada da associação como também ex-namorada de seu filho. O repórter voltou para a sucursal e repassou a fofoca a Greg Miskiw.

Miskiw era uma lenda no *News of the World*, um homem que sacrificou a reputação, a paz de espírito e a saúde em nome do objetivo exclusivo de levar a vida de garotão. E garotões bebem. Ele bebia uísque em quantidades que gostava de chamar de “doses de cavalheiro” — enormes se comparadas ao número de canecas dos companheiros. Um garotão vive aventuras surreais: a melhor de Miskiw acontecera em 1982, quando tentou entrar na Polônia, então comunista, escondendo-se num malote postal e se despachando para Varsóvia. Foi pego e permaneceu preso até ser liberado graças à intervenção do governo Thatcher. Um garotão tem de transar: Miskiw era um devoto da causa.

Em 2005, a idade já começava a pesar para Miskiw. Ele estava com 56 anos, porém parecia muito mais velho. Tinha engordado muito e anos de tabagismo haviam destruído seus pulmões. Alguns meses antes, tinha saído da sucursal de Manchester e se esborrachara na calçada vítima de um enfarte. Pior que isso, tinha sido deixado de lado. Por anos, desde meados da década de 1990, tinha sido o rei do pedaço em Londres, onde fora editor-assistente, supervisionando a editoria de noticiário. Era desonesto, agressivo e paranoicamente reservado, mas também era muito bem-sucedido, embora passasse a maior parte do dia agitado, tomado por furiosa energia — chegava a bater a cabeça na parede — até embriagar-se o suficiente para acalmar-se no fim do dia. Também podia ser cruel, como no famoso episódio em que um jovem repórter, Charles Begley, estava chateado

por ter de se vestir de Harry Potter para uma ação de marketing: Miskiw lhe disse para deixar de frescura, se concentrar e fazer o que o *News of the World* fazia todos os dias: “Vamos a campo e destruimos a vida das pessoas.”

Contudo, Andy Coulson não gostava de Miskiw, e Miskiw não gostava de Coulson. Assim, em 2003, quando Coulson assumiu o posto de editor-chefe, Miskiw foi transferido para a sucursal de Manchester para ser editor da região norte.

Quando soube da fofoca envolvendo Gordon Taylor, no início de 2005, Miskiw fez algo que pareceria estranho a qualquer um de fora: fingiu que a informação lhe fora passada por outra pessoa. Chegou até a preparar um contrato, datado de 4 de fevereiro de 2005, que acabaria caindo nas mãos do *The Guardian*. Nele, pactuava-se que, se a história sobre Taylor fosse publicada, o *News of the World* pagaria 7 mil libras a essa suposta fonte, que no contrato aparecia sob o nome Paul Williams. Uma grande farsa. Não se tratava apenas do fato de não existir nenhum Paul Williams. Como “Glenn Williams” e “John Jenkins”, o nome era nada mais que um disfarce de um dos melhores amigos de Miskiw, Glenn Mulcaire, que estava bastante encrencado naquele momento. Depois de anos atuando como prolífica fonte de informações para o jornal, o detetive estava ameaçado por Stuart Kuttner, por instrução de Andy Coulson, de ter seus honorários reduzidos pela metade. Agradava a Miskiw desafiar seus chefes, inventando outro modo de garantir que seu camarada continuasse a ganhar seu dinheiro. Como o ex-jogador de futebol que era a verdadeira fonte da informação sobre Gordon Taylor jamais admitiria ser ele quem abriu o bico e contou a fofoca, Miskiw se sentia livre para inventar que a fonte era seu amigo e lhe pagar uma gorda soma.

Foi Greg Miskiw quem descobriu Mulcaire e seus talentos especiais. Conheceu-o no final da década de 1990, quando ainda era emissário de um detetive chamado John Boyall, um

dos três homens que mais tarde viriam a sentar-se no banco dos réus junto com Steve Whittamore, o maior especialista da imprensa britânica em obter informações por meios ilegais. Mulcaire parecia ter nascido para esse tipo de trabalho. É possível que outros vigaristas tenham sido mais bem treinados, que pesquisassem mais seus alvos ou que inventassem historinhas melhores para enganar as pessoas, mas Mulcaire era insuperável na conversa mole, tinha lábia, sabia improvisar. Era talhado para inventar e enrolar os outros. Foi ele quem apresentou a Miskiw a possibilidade de hackear telefones.

De acordo com ex-repórteres do *News of the World*, em 1999 Miskiw já insinuava aqui e ali ter “100% de certeza” de que uma informação era exata. Pouco depois, outros da redação aprenderam o truque e passaram a usá-lo, compartilhando números de telefone úteis e mensagens aproveitáveis como se fossem meninos trocando figurinhas na escola, discutindo abertamente mensagens de voz interceptadas e, enfim, escrevendo matérias salpicadas de citações imaginárias de uma fonte imaginária, em geral um “amigo” anônimo.

Como o truque não funcionava se o alvo atendesse a ligação, eles trabalhavam em duplas: enquanto um ligava fingindo ser da companhia de gás e mantinha a linha ocupada, o outro invadia a caixa de mensagens. Chamavam o procedimento de “dupla investida”. Às vezes os repórteres cumpriam sozinhos as duas funções e ficavam à mesa com um telefone em cada ouvido, um para manter a linha ocupada e o outro para ouvir as mensagens. Chamavam isso de “debi e loide”, porque parecia muito idiota. Ironicamente, um dos poucos que se recusaram a aderir à prática no início foi Clive Goodman, que acreditava que os celulares nunca vingariam e, por isso, se recusava a mexer com eles.

No início de 2000, Miskiw rompeu com John Boyall e tirou Mulcaire de sua agência para que trabalhasse diretamente para ele. Em 2001, com apoio de Miskiw, Mulcaire entrou para a Associação Britânica de Jornalistas e assinou um contrato de 94 mil libras por ano — um valor considerável, maior que o salário do editor de noticiário. Em pouco tempo ele estava instalado em um escritório em Sutton, sul de Londres, de onde operava seu esquema ilegal para obter informações. A atividade cresceu tanto que ele teve que recrutar um assistente.

Em fevereiro de 2005, Mulcaire começou a trabalhar no caso Gordon Taylor. Até o dia 22 daquele mês, ele já tinha gravado onze mensagens telefônicas. Mulcaire passou a fita para Miskiw, que a deu a uma secretária para ser transcrita. Era um esquema bem azeitado.

Miskiw falava com Mulcaire quase diariamente, ora encomendando a ele serviços para suas próprias matérias, ora para passar encomendas de outras pessoas do jornal. Alguns poucos jornalistas graduados tinham permissão para tratar diretamente com Mulcaire, mas Miskiw fazia questão de ser o principal contato, porque isso lhe conferia poder e prestígio e também porque ele acreditava que as pessoas pisariam na bola. Miskiw sempre cuidou para que o trabalho de Mulcaire se mantivesse debaixo dos panos, inventando fontes, omitindo detalhes essenciais, sempre deixando pistas falsas. Com frequência isso implicava usar um policial, Derek Webb, que se tornara especialista em monitoramento secreto e gostava de ser chamado de “Sombra Silenciosa”. Mulcaire localizava um alvo promissor usando métodos ilegais, Webb o seguia por vários dias sem infringir a lei e, no final, o jornal fechava o cerco.

Se a matéria fosse gravemente caluniosa ou difamatória, o *News of the World* fechava um acordo com a vítima. Sabendo que não conseguiria se defender em um processo por calúnia

sem admitir que obtivera a informação por meios criminosos, o jornal ligava para a vítima, blefava, dizendo que a matéria estava pronta para ir para a rotativa, e então oferecia publicar uma versão menos prejudicial se a fonte lhes desse a confirmação. Com esse estratagema, por exemplo, uma atriz aceitaria admitir que sofrera um aborto espontâneo se o jornal concordasse em não dizer que na verdade fora intencional; um jogador de futebol confirmaria que tinha fumado maconha se o jornal concordasse em não dizer que ele fora pego cheirando cocaína. Andy Coulson fez várias ligações desse tipo e gostava de anunciar com um sorriso: “Isso sim é jornalismo marrom. Você detona os caras de manhã e à tarde eles ligam para agradecer.”

Nenhuma das mensagens para Gordon Taylor interceptadas sugeria um caso entre ele e Jo Armstrong. No domingo seguinte, o Liverpool enfrentaria o Chelsea, no novo estádio Millennium, em Cardiff, pela Copa da Liga Inglesa. Taylor estaria presente e Glenn Mulcaire descobriu em que hotel ele se hospedaria antes do jogo. Logo cedo na manhã daquele domingo, Taylor foi despertado em seu quarto por um telefonema de um repórter do *News of the World* com um pretexto qualquer — o objetivo era ver se uma mulher atenderia. O mesmo repórter ficou rondando a entrada do hotel para tentar tirar uma foto do suposto casal e assim comprovar a história. Nada disso aconteceu.

No entanto, Mulcaire persistiu. Não era fácil para ele, pois estava atolado de trabalho. Ex-repórteres de Coulson contaram que ele os ajudava em praticamente todas as reportagens que faziam, embora nem todos soubessem que ele invadia caixas de mensagens de voz. Mesmo aos sábados, quando o jornal tinha de cobrir notícias de menor importância, pediam a Miskiwi que solicitasse os serviços de Mulcaire para obter junto às companhias telefônicas os telefones de amigos próximos de uma família que morrera em

um incêndio ou para enrolar alguém do Departamento de Trânsito e conseguir o nome e o endereço de uma vítima fatal de acidente carro. Usavam-no também para confirmar a veracidade de histórias ricas em detalhes sexuais. Certa vez, um gerente da companhia de trens quis vender ao jornal a história de seu breve caso com a modelo Kate Moss. Ele descreveu como puxou conversa com ela no bar do hotel em que ficara no centro de Londres. De acordo com ele, os dois passaram a noite juntos e, ao acordar na manhã seguinte, ele encontrou um bilhete dela pedindo que ligasse se voltasse para a cidade e deixando o número do seu celular. Mulcaire conseguiu confirmar por meios ilícitos com a companhia telefônica que o número dado fora de Kate Moss, mas estava desativado. No fim, o homem acabou admitindo que inventara a história; para puni-lo, o jornal pediu a Mulcaire que descobrisse o telefone da casa do sujeito e ligou para sua esposa pedindo que comentasse o relacionamento dele com Kate Moss.

Todas as matérias pelas quais Coulson conquistou o prêmio de jornal do ano baseavam-se em mensagens de voz roubadas por Mulcaire. Ele invadira a caixa de mensagens de Sven-Göran Eriksson para expor o caso do técnico da seleção inglesa com a secretária Faria Alam e fizera o mesmo com David Beckham, revelando o caso do jogador com sua assistente pessoal, Rebecca Loos. Por mais que Beckham trocasse o número ou o chip do celular, Mulcaire continuava ouvindo os recados deixados. A certa altura, contou Mulcaire, Beckham chegou a contratar uma cara empresa de segurança para garantir a inviolabilidade de seus telefones, mas mesmo assim ele conseguiu furar a proteção em uma hora.

Mulcaire havia roubado recados deixados pelo então ministro do Interior David Blunkett e, provocando Greg Miskiw, que em geral era super-reservado, o desafiou a dizer aos colegas que, se conseguiam ouvir os recados do ministro

responsável pelos órgãos de segurança do país, eles sem dúvida poderiam ouvir os de qualquer um. Como tinha saído impune por ter ouvido os recados que levaram o jornal a expor o caso entre Blunkett e Kimberly Quinn, Mulcaire resolveu repetir a dose e começou a procurar detalhes do suposto caso do político com uma corretora de imóveis chamada Sally Anderson — mas não havia nada de sexual entre eles. Nesse período ele invadiu as caixas de mensagens de Sally, do pai dela, do irmão, do sócio, do ex-namorado, da avó, da tia, da mãe, do primo, de um amigo próximo, do seu osteopata e de dois assessores especiais de Blunkett.

Em maio de 2005, Edmondson estava impaciente com a demora de Miskiw para entregar a matéria sobre Gordon Taylor prometida fazia meses. Mensagens internas mostram que, no mês de abril, Edmondson havia tentado obter um flagrante, mandando uma repórter, Laura Holland, vigiar Taylor na cerimônia de premiação anual da Associação de Futebolistas Profissionais, na Park Lane, caso ele aparecesse de mãos dadas com Jo Armstrong. A repórter não conseguiu nada. (Ela e o fotógrafo tinham sido instruídos também a vasculhar os banheiros em busca de traços de cocaína.) Em outro front, Mulcaire havia tentado obter informações da conta bancária de Taylor — não conseguiu nada. Por fim, Edmondson recrutou Neville Thurlbeck, chefe de reportagem, com vários prêmios no currículo, rei dos furos do jornalismo marrom, pessoa bastante incomum.

Thurlbeck, na época com 43 anos, cresceu na simpática e simples Sunderland, no nordeste da Inglaterra, mas incorporava socialmente o papel de um membro típico e antiquado do Partido Conservador. Era obcecado pelos anos 1930. Gostava de usar suspensórios e paletós de tweed com um lenço irretocavelmente acondicionado no bolso do peito. Costumava se gabar de nunca ter vestido jeans. Falava da esposa em tons igualmente conservadores, vangloriando-se

por nunca ter passado uma camisa na vida. Era fã de George Formby e jurava saber tocar uquelele. Dirigia um Mercedez e deplorava o pessoal do sul que acreditava ser razoável gastar milhões para morar em casas semigeminadas vitorianas, que ele considerava verdadeiras favelas, e fazia questão de morar em uma casa isolada em Surrey, construída, claro, nos anos 1930. No entanto, sob essa imagem empolada e delicada, havia um cruel servidor da imprensa marrom.

Eleito quatro vezes autor do “furo do ano”, ele ganhara fama em 2000 ao expôr o membro do Partido Conservador e escritor Jeffrey Archer. Teve grande repercussão o caso em que ele também expôs a si mesmo quando tentava provar que um casal de naturistas de Dorset, Bob e Sue Firth, oferecia serviços sexuais aos hóspedes de sua pousada estilo “bed and breakfast”. Sem perceber que suas tentativas de convencer o casal a transar com ele haviam despertado tantas suspeitas que eles passaram a filmá-lo escondido, ele passou a andar nu, como se fosse naturista, e acabou praticando atos que lhe renderam o apelido de Onan, o Bárbaro. Apesar de regularmente usar dinheiro da empresa para pagar contas nos restaurantes e hotéis mais caros, Thurlbeck subira na hierarquia, trabalhando como editor de noticiário sob Greg Miskiw entre 2001 e 2003, e naquele momento era o chefe de reportagem, o responsável pelas grandes matérias.

Em 9 de maio de 2005, Thurlbeck recebeu a transcrição das mensagens de voz recebidas por Gordon Taylor que haviam sido digitadas pela secretária em Manchester três meses antes. Levou um tempo até ele começar a agir. Tinha acabado de dar a notícia de que o locutor de futebol Andy Gray rompera com a namorada. Gray também estava sendo grampeado por Mulcaire e vários jornalistas do *News of the World*. O locutor era alvo fácil, porque todos sabiam que, enquanto narrava uma partida, ele não poderia atender o celular — eles então ligavam e ouviam as mensagens que

recebia. Antes de mergulhar no caso Gordon Taylor, Thurlbeck foi enviado à Austrália para cobrir o suposto tratamento médico de Kylie Minogue, que estaria com câncer de mama. Thurlbeck mandou uma longa matéria de Melbourne, com declarações do irmão mais novo da cantora, Brendan, feitas a “um amigo da família”. A caixa de mensagens de Brendan Minogue e sua irmã Dannii estavam sendo invadidas por Mulcaire.

Em junho, quando Thurlbeck começava a trabalhar para valer na matéria sobre Taylor, ocorreu uma mudança de peso no *News of the World*: Greg Miskiw deixou o jornal. A função de gerir Mulcaire, até então conduzida com muita inteligência por Miskiw, passou para as mãos de Ian Edmondson, que ficou feliz por ter o detetive sob sua gestão, mas mostrou ser um operador muito menos sutil. Passou a utilizar os serviços de Mulcaire para acompanhar alvos muito delicados, como o especialista em relações públicas Max Clifford, que intermediava a venda de histórias envolvendo personalidades no centro dos escândalos dos jornais sensacionalistas. Também foram alvo de Edmondson jornalistas e editores de jornais concorrentes — até mesmo Rebekah Brooks, do *The Sun* —; George Osborne, o aliado político mais próximo de David Cameron e que se tornou líder do Partido Conservador em 2005; e a família do primeiro-ministro trabalhista Tony Blair. Mulcaire grampeou até jornalistas do próprio *News of the World*, como Andy Coulson e um repórter esportivo, James Fletcher, para o caso de ele estar colhendo informações sobre as vidas privadas de jogadores famosos.

Na grande festa de despedida de Miskiw, em Londres, Glenn Mulcaire confraternizou com repórteres e executivos do jornal, inclusive Andy Coulson, que tempos depois negaria conhecer o detetive.

Para Edmondson, a matéria sobre Gordon Taylor era prioridade. Em 27 de maio, segunda-feira, ele convocou Derek

Webb, que reservou um quarto em um hotel de Manchester e passou a seguir Taylor. Acompanhando os encontros dele com Jo Armstrong, o investigador não viu nenhum sinal de sexo entre eles e informou ao chefe que parecia que a história não era verdadeira. Edmondson se recusou a desistir da matéria. Em 29 de junho, quarta-feira, Glenn Mulcaire forneceu um novo lote de gravações de mensagens deixadas nos telefones de Taylor e Armstrong. Naquela tarde, um repórter de Londres, Ross Hindley, mandou por e-mail para Mulcaire 35 mensagens transcritas para que ele as repassasse a Neville Thurlbeck. “Olá”, escreveu Hindley no e-mail que viria a ser prova essencial no desmascaramento do *News of the World*, “estas transcrições são para Neville”.

Dois dias depois, em 1º de julho, Edmondson despachou um fotógrafo para Manchester a fim de obter uma foto de Taylor com Armstrong. Derek Webb estava em um luxuoso restaurante no quinto andar, de olho nos seus alvos, que almoçavam, quando o fotógrafo ligou avisando que acabara de chegar à cidade. Webb lhe disse onde estava e minutos depois, em pânico, viu o fotógrafo sentar-se à sua mesa. Taylor e Armstrong não perceberam. Por sorte também não repararam quando o fotógrafo caminhou até fundo do restaurante, virou-se e abertamente tirou várias fotos deles. Entretanto, outro cliente do restaurante percebeu o que estava acontecendo e, quando o fotógrafo se dirigia para a saída — ele teria de esperar pelo elevador —, foi até Gordon Taylor, alertou-o e apontou para o fotógrafo e para Derek Webb, que claramente tinha envolvimento na situação.

Taylor ficou furioso e foi atrás do fotógrafo, que escapou por um fio, já que o elevador tinha acabado de chegar. Mas Taylor o seguiu. Webb foi atrás dos dois e aproveitou a privacidade do elevador para trocar de casaco e colocar um chapéu. Chegou à rua em tempo de ver Taylor confrontando o

fotógrafo — e um policial que passava por ali se aproximando, atraído pela discussão.

Naquela tarde, Edmondson escalou três fotógrafos e dois repórteres para se juntarem a Thurlbeck na tentativa de conseguir a matéria para a edição daquele domingo. Como era do seu feitio, Thurlbeck hospedou-se em um agradável hotel campestre nos arredores de Manchester. Na manhã de sábado, a equipe se dividiu e saiu no encalço de Jo Armstrong, do filho de Taylor e do próprio Taylor. O plano era colocá-los contra a parede, em encontros separados, porém simultâneos. Foi um desastre. Jo Armstrong disse que a história não era verdade e o filho de Taylor mandou o repórter se ferrar. A Thurlbeck caberia abordar Taylor, mas, tendo tomado um longo e prazeroso café da manhã, chegou tarde demais à casa do alvo e só foi encontrá-lo em um shopping. Depois de persegui-lo pelo corredores, tudo o que conseguiu foi ouvi-lo dizer para não encher seu saco.

A história era falsa e acabou morrendo — pelo menos é o que o *News of the World* acreditava na época. Sem que o jornal soubesse, Gordon Taylor decidiu avisar seu advogado, Mark Lewis, que escreveu para o advogado do jornal, Tom Crone, um homem tranquilo e sedutor que se qualificara para atuar nas cortes superiores antes de trabalhar para o *News of the World*, onde tentava evitar processos de calúnia, difamação e litigância em má-fé. Quando não conseguia, ele mesmo se encarregava da defesa nos tribunais. Crone escreveu de volta para Lewis dizendo que não haveria matéria e que aquilo tudo não fora nada mais que investigação jornalística legítima.

* * *

Na redação sem limites, só não se tolerava uma coisa: fracasso. Isso era um problema para Clive Goodman, que

trabalhava no *News of the World* desde 1986. Ele era imponente, pomposo, já tinha certa idade e sua carreira estava estagnada.

Depois de anos como especialista em fofocas de celebridades e na vida da família real, ele perdera seus contatos e começara a perder o gás. Em 2005, tinha o empolado título de editor da realeza, um relógio de bolso, sua própria sala e não muita esperança. Certa vez, colegas no pub fizeram piada dizendo que ele era como a chama eterna, que nunca se apaga, nunca vai embora.

Goodman se esforçava para acertar. De vez em quando, mandava e-mails para Coulson dizendo que precisava de dinheiro para pagar os policiais que trabalhavam nos palácios reais, às vezes lembrando que aquilo era crime. Coulson costumava concordar e liberava o pagamento lançando a despesa nos livros sob nomes falsos de contatos de Goodman. Os valores eram entregues em espécie nas filiais da agência de viagens Thomas Cook.

Goodman recorria também aos serviços de Mulcaire. Desde janeiro de 2005, vinha grampeando em pequena escala caixas de mensagens, usando alguns números de telefone e códigos PIN de funcionários da realeza dados por Miskiw. No entanto, em agosto, Coulson saiu com ele para almoçar e disse que ele precisava encontrar novas maneiras de obter notícias sobre os príncipes Harry e William. Goodman sabia como fazer isso. Anos mais tarde, ele alegaria que tudo foi ideia de Mulcaire, que o detetive temia que seu contrato fosse desfeito e por isso procurava um servicinho paralelo. Mulcaire por sua vez disse que nunca quis fazer o trabalho, por ser perigoso, e que foi coagido. Seja qual for a origem, o resultado foi que Goodman concordou em arranjar dinheiro para montar uma operação especial — eles a chamavam de Projeto Bumblebee — para invadir sistematicamente as caixas de mensagens de voz da família real e de seus funcionários.

Com isso, Goodman ressuscitaria sua carreira e Mulcaire faturaria um dinheiro extra. Nos meses que se seguiram, o detetive começou a juntar números de telefone e códigos PIN da realeza, sugerindo claramente a Goodman que tinha ajuda de uma fonte secreta dos serviços de segurança.

O único problema com o plano de Goodman era Ian Edmondson, que a essa altura já havia passado para trás Jimmy Weatherup e assumira o controle absoluto da editoria de noticiário. Sem Miskiwi no caminho, Edmondson usava à vontade a arma secreta para obter inúmeras reportagens (fazendo a editoria rival, de reportagens especiais, parecer tão fraca que um dos jornalistas de lá, Dan Evans, para não ficar para trás, passara a invadir regularmente caixas de mensagens em escala tão grande quanto Mulcaire). As chances de Goodman conseguir acesso direto a Mulcaire eram remotas, mas ele tinha uma solução: simplesmente passaria por cima de Edmondson. Em 25 de outubro, ele procurou o editor-chefe. Coulson foi reticente. Não o incomodaria infringir a lei ou invadir a privacidade da família real; o problema era que ele estava sob forte pressão dos executivos de Murdoch para reduzir os custos editoriais. Contudo, se desse certo, poderia impulsionar a circulação do jornal e a despesa se pagaria. Coulson concordou que, por um período experimental de apenas quatro semanas, Mulcaire receberia um adicional de 500 libras por semana para invadir as caixas de mensagens de voz da família real.

Todos sabiam que era algo arriscadíssimo em termos legais e concordaram em manter tudo em sigilo extremo. Armaram para que os pagamentos de Mulcaire fossem lançados em um terceiro nome falso, David Alexander, com um endereço de entrega que não poderia ser associado a ele, no Chelsea, centro de Londres.

Em 26 de outubro, Mulcaire enviou um e-mail para Goodman (assunto: Bumblebee), detalhando catorze números

de telefone da realeza aos quais ele tinha acesso e alertando: “Por favor, guarde em arquivo seguro!!!” A partir daquela tarde, os dois passaram a ouvir mensagens de voz deixadas nas caixas do palácio. Stuart Kuttner liberava os pagamentos para “David Alexander”, e, como de costume, Goodman escalava Derek Webb para ir atrás das informações obtidas na escuta das gravações, seguindo secretamente membros da família real. Webb percebeu que a tarefa não era fácil, mas deu um jeito: ele espreitava à porta dos palácios e das residências da realeza e tomava nota das características e placas dos carros da escolta e, enquanto esta seguia os alvos reais, Webb ia atrás.

Funcionou, mas na maioria dos casos só gerou notícias menores, que Goodman optou por publicar em sua coluna diária, que assinava com o pseudônimo de Blackadder. Em 6 de novembro de 2005, ele revelou que o príncipe William tinha machucado um tendão do joelho jogando futebol e se consultara com o médico pessoal do príncipe Charles. No entanto, Goodman não soube que o joelho do príncipe ficara bom e que ele nunca se consultou com o médico: ele apenas deixara um recado na caixa de mensagens de voz de alguém de sua equipe dizendo que gostaria de marcar uma consulta com o médico. Uma semana depois, Blackadder publicou uma nota sobre o fato de o editor de política da produtora de conteúdo ITN, Tom Bradby, ter emprestado uma ilha de edição portátil para o príncipe William. Na matéria, Goodman deixou uma pista falsa, indicando explicitamente que a informação vinha de dentro da ITN — o que ele não sabia era que Bradby não havia falado no assunto com ninguém na ITN exceto sua secretária, em quem confiava. Bradby apenas havia deixado um recado na caixa de mensagens de um dos telefones da família real.

O que Goodman e Mulcaire também não sabiam era que esses indícios de suas atividades tinham sido tão

escancarados que a família real acabou reclamando com o chefe da equipe policial do Palácio de Buckingham, que retransmitiu a queixa à Polícia Metropolitana, e esta acabou abrindo uma investigação.

Quando terminou o período de experiência de quatro semanas, Goodman implorou por uma extensão de um mês do dinheiro liberado por Coulson. Entretanto, em fevereiro de 2006 as preocupações orçamentárias do editor-chefe tinham aumentado tanto que ele instruiu Stuart Kuttner a suspender as verbas pelos serviços “reais” de Glenn Mulcaire e só retomar os pagamentos quando ele apresentasse resultados. Goodman se esforçara ao máximo para obter valores polpudos por quaisquer matérias levantadas pelo detetive, mas a fome de sucesso dos dois era tão intensa que foram ficando cada vez mais imprudentes. A essa altura a polícia já estava no calcanhar deles.

Em 9 de abril de 2006, Goodman publicou uma matéria junto com Neville Thurlbeck sobre uma briga do príncipe Harry com sua namorada à época, Chelsy Davy, por Harry ter ido a um bar de striptease. Sob o título “Harry visita striptease e Chelsy tira o couro dele”, a matéria não apenas falava da discussão entre os dois, como também mencionava, de forma um tanto distorcida, uma mensagem deixada na caixa de mensagens do príncipe Harry por seu irmão, William, imitando a voz de Chelsy. Uma semana depois, em 18 de abril, Goodman conseguiu a manchete da primeira página com uma matéria sobre o porre do príncipe William depois do desfile de formatura do irmão na Academia Militar de Sandhurst. Goodman estava feliz, Mulcaire estava feliz — tinha recebido 3 mil libras pelo trabalho. No entanto, a matéria acendeu uma luz vermelha no Exército e no palácio, pois reproduzia com exatidão uma reclamação que o diretor de Sandhurst, general Andrew Richie, havia feito ao secretário particular do príncipe

Harry, Jamie Lowther-Pinkerton. A reclamação fora deixada em uma caixa de mensagens de voz.

Pouquíssimas pessoas sabiam do Projeto Bumblebee, mas muitos sabiam sobre Glenn Mulcaire e o consideravam um craque dos truques obscuros. Alguns sabiam exatamente quais eram seus talentos, que tipo de serviços oferecia e até os praticavam por conta própria ou viam outras pessoas fazendo isso. Falavam sobre o assunto em reuniões com o editor-chefe e riam do assunto no pub. Alguns, nem todos, sabiam que era ilegal. Não importava, desde que pudessem seguir escondendo do restante do mundo. Mulcaire prosseguiu com seu trabalho, nunca tivera tanto serviço.

Nas primeiras horas da manhã de 8 de agosto de 2006, Goodman e Mulcaire foram presos sob suspeita de interceptar mensagens de voz deixadas nos telefones da família real. Algumas semanas depois, a polícia avisou Gordon Taylor de que sua caixa de mensagens havia sido invadida. Taylor procurou Mark Lewis e foi nesse momento, como um garoto que apanha uma pedra do chão e precipita uma avalanche, que Lewis decidiu entrar na Justiça.

3. De 8 a 14 de julho de 2009

Às quatro e meia da tarde de 8 de julho de 2009, subimos minha matéria no site do *The Guardian*, sob o título “Jornais de Murdoch pagaram 1 milhão de libras para calar vítimas de escutas ilegais”. Ela relatava:

Os jornais do News Group, de Rupert Murdoch, desembolsaram mais de 1 milhão de libras em acordos para encerrar disputas judiciais que ameaçavam revelar provas de como seus jornalistas se envolviam com frequência com métodos ilegais para obter informações que usariam em suas reportagens.

Os pagamentos visavam garantir o sigilo dos acordos extrajudiciais em três processos que ameaçavam expor as evidências de que jornalistas de Murdoch empregaram investigadores privados que invadiram as caixas de mensagens de voz de celulares de várias figuras públicas ilegalmente, bem como tiveram acesso ilícito a dados pessoais confidenciais, inclusive de impostos, registros do seguro social, extratos bancários e contas telefônicas detalhadas. Entre os alvos dos detetives particulares havia membros do governo, parlamentares, atores e esportistas famosos.

Hoje, o The Guardian revela detalhes da supressão das provas, o que pode abrir caminho para centenas de outras ações judiciais movidas por vítimas do News of the World e do The Sun, além de provocar investigações policiais dos repórteres envolvidos e dos CEOs sêniores

responsáveis por eles. É provável que as evidências também façam emergir questões comprometedoras para:

- *Andy Coulson, diretor de comunicação do líder do Partido Conservador David Cameron, que era editor-chefe-adjunto e depois editor-chefe do News of the World quando, como mostram as provas, jornalistas sob sua responsabilidade estavam cometendo centenas de atos aparentemente ilegais;*
- *Executivos de Murdoch que, ainda que de boa-fé, induziram ao erro uma comissão parlamentar, a PCC e a população;*
- *A Polícia Metropolitana, que não alertou a todos cujos telefones eram alvos de escutas, e o Ministério Público da Coroa, que não abriu os processos judiciais que podia contra o pessoal do News Group;*
- *A PCC, que afirmava ter realizado uma investigação, mas não conseguiu levantar indício algum de atividade ilegal.*

* * *

A matéria seguia o decorrer dos processos movidos por Gordon Taylor e seus dois associados, trazendo depoimentos das duas fontes policiais (sem as nomear) que me haviam indicado que chegava aos milhares o número de vítimas das escutas ilegais e acrescentando que, segundo essas fontes, “entre os alvos havia parlamentares dos três partidos e ministros, inclusive o ex-vice-primeiro-ministro John Prescott e a ex-ministra de Cultura, Mídia e Esportes Tessa Jowell”.

Enquanto a matéria subia para o site, a editoria de noticiário do *The Guardian* pediu a uma repórter, Caroline Davies, que ligasse para John Prescott e obtivesse alguma declaração. Dez minutos mais tarde ela voltou, o rosto corado

e brilhante pela façanha de ter encontrado o político, famoso por seu jeito curto e grosso de falar. Então começou a despejar uma miríade de comentários que refletiam bem a tendência de Prescott de pronunciar inúmeras frases ao mesmo tempo sem concluir nenhuma. O editor-chefe-adjunto Paul Johnson pediu a ela que se acalmasse, reduzisse a velocidade, voltasse ao começo de suas anotações e contasse a ele apenas o que Prescott lhe havia dito. “Tudo bem”, respondeu ela. “Contei a ele os pontos principais da matéria e ele disse: ‘PUTA QUE PARIU!’.”

Algumas horas mais tarde publicamos uma segunda matéria no site, sob o título “Rastro de grampo e mentiras debaixo do nariz do assessor de imprensa do Partido Conservador”, que apresentava mais detalhes, mas sem mencionar os documentos em que se baseavam. O artigo explicava como, apenas no curto período em que Mulcaire agiu durante a primavera de 2006, John Prescott e Tessa Jowell não haviam sido os únicos alvos das escutas. Também foram vítimas o astro pop George Michael, a atriz Gwyneth Paltrow, o ex-parlamentar conservador e depois prefeito de Londres Boris Johnson e o político escocês socialista Tommy Sheridan. A matéria ia mais longe e detalhava as tramoias de Steve Whittamore na obtenção de informações para o *News of the World*, nomeando as figuras públicas de quem as havia roubado e as organizações cuja segurança havia sido violada por sua rede.

A matéria acabou saindo um pouco mais contida devido às recomendações do departamento jurídico do *The Guardian*. Por temer a lei anticalúnia e difamação do Reino Unido, que torna perigoso criticar gente com recursos para contratar advogados agressivos, tive que deixar de fora qualquer sugestão direta de que Andy Coulson sabia das atividades ilegais. Alguns dias antes da publicação, eu havia submetido a ele perguntas específicas sobre o acordo judicial com Gordon

Taylor, e seu secretariado na sede do Partido Conservador respondera dizendo: “Ele não se recorda de nada parecido.” Pela mesma razão, eu fora obrigado a sugerir que os executivos de Murdoch agiam “de boa-fé” quando faltaram com a verdade perante o público, uma comissão parlamentar e a PCC. Em particular, eu acreditava que eles estavam mentindo deliberadamente. Se estivessem mesmo agindo de boa-fé, com certeza teriam voltado à PCC e ao público um ano antes, quando tiveram acesso às novas provas do caso Gordon Taylor, e teriam anunciado que, embora os detalhes do processo civil fossem confidenciais, agora se davam conta de que aquela versão de “caso isolado de um repórter desonesto” não correspondia aos fatos. Mas eles não tomaram essa atitude.

Para piorar, a News International divulgou uma mentira antes que subíssemos nossa matéria. Quando eu liguei para eles alguns dias antes, tomei cuidado para não falar demais. Eu tinha medo de que eles tentassem me furar, publicando antes alguma versão distorcida da história que não revelasse muito da verdade, um “spoiler” calculado para fazer minha matéria parecer uma notícia velha e sem apelo de publicação. Por isso, com ingenuidade premeditada, eu perguntara se sabiam alguma coisa sobre algum dos jornais do grupo estar pagando indenização por ter invadido as caixas de mensagens de umas três pessoas do mundo do futebol. Naquela noite, uma fonte amiga me ligou para dizer que eu tinha causado uma espécie de ansiedade coletiva na sede na News International: “Está todo mundo correndo de um lado pro outro, se acusando de ter lhe passado a informação.”

Na manhã seguinte, uma assessora de imprensa da News International ligou informando que havia falado com os chefes de redação e advogados dos quatro jornais: “Ninguém tem conhecimento de nada disso... Falei com todas as pessoas que poderiam estar envolvidas em um caso como esse, mas

ninguém sabe de nada.” É claro que era uma mentira (embora a assessora não o soubesse) calculada com base na suposição de que não tínhamos material suficiente para publicar a reportagem.

Estranhamente, era o oposto da atitude de Clive Goodman, em cujo colo a News International havia despejado toda a culpa, que optou por manter-se calado. Quando liguei, ele declarou: “Não vou nem mesmo dizer ‘sem comentários’ como comentário.”

* * *

A matéria caiu como uma bomba, embora fosse óbvio que havia algo errado com o detonador. Não há dúvida de que houve uma explosão: John Prescott peregrinou pelos estúdios de rádios e TV, babando de raiva e indignação como um touro ferido. Vários outros parlamentares do Partido Trabalhista saíram no encalço de Andy Coulson como cachorros atrás de raposas, insinuando que o caso levantava dúvidas sobre a capacidade de julgamento de David Cameron por contratá-lo. E, por fim, uma penca de personalidades públicas emergiu para explicar como era abjeto ter a privacidade devassada. Mas a bomba só explodiu a meia força. Logo ficou claro que não havia muita gente disposta a entrar numa briga contra Rupert Murdoch.

O restante da imprensa britânica fez de tudo para ignorar a história. Não foi surpreendente. Esses jornais tinham motivos de sobra para esconder a verdade de seus leitores — seja porque tinham as mãos sujas por participar do mesmo jogo ilegal que o *News of the World*, ou porque apoiavam o Partido Conservador e não queriam dar visibilidade ao envolvimento de Andy Coulson, e/ou porque seu proprietário era Rupert Murdoch. Ouvi tempos depois de um executivo do *The Times* que o editor-chefe, James Harding, tinha ficado “roxo de raiva”

diante da ideia de que teria de repercutir o lixo publicado pelo *The Guardian*. “O correspondente político do Sky News, de Murdoch, avisou solenemente seus espectadores que “essa história está sendo muito aumentada com fins políticos”.

Para tentar fazer com que outros veículos dessem espaço para a matéria, a assessoria de imprensa do *The Guardian* me pediu que brifasse dois jornalistas, um do telejornal Channel 4 News e outro do canal de TV BBC. Na manhã daquela quarta-feira, antes de subirmos a história no site, eu os encontrei em um café na Victoria Station. O repórter do Channel 4 levou uma equipe e gravou uma entrevista, que eles veicularam com bastante destaque naquela noite. O da BBC consultou seus chefes, que aparentemente tiveram um ataque de nervos e se recusaram a pôr no ar qualquer coisa antes que o Channel 4 o fizesse. Mesmo assim, optaram por dar pouco destaque e só veicularam em boletins de menor importância.

Na esfera política, o governo do Partido Trabalhista poderia ter aproveitado a vulnerabilidade de Andy Coulson e desafiado David Cameron a explicar que medidas havia tomado para se certificar de que Coulson tinha ficha limpa antes de contratá-lo; poderia reclamar que ele contratou Coulson de olhos fechados para ter um homem de Murdoch na antessala de seu gabinete particular; poderia ter aberto algum tipo de inquérito. Mas o governo não fez nada disso. Ao contrário: o primeiro-ministro Gordon Brown disse apenas que o caso colocava em pauta questões importantes; já o parlamentar trabalhista David Hanson declarou à Câmara dos Comuns que eram acusações sérias e que ele se inteiraria do assunto e depois o retomaria. Quanto ao líder conservador, David Cameron, limitou-se a expor sua indiferença: seu gabinete emitiu nota aos repórteres em que dizia que ele estava “muito tranquilo” em relação ao caso. (É claro que as notas emitidas por seu gabinete eram passadas por gente que trabalhava para Andy Coulson.)

Houve algum movimento na Comissão Especial de Cultura, Mídia e Esportes da Câmara dos Comuns, a quem os executivos de Murdoch haviam dado depoimentos que induziram a conclusões erradas em 2007. Eu havia ligado para o presidente da comissão, o parlamentar do Partido Conservador John Whittingdale, quando publicamos nossa primeira matéria. Ele e vários outros membros da comissão, entre os quais alguns trabalhistas, afirmaram que convocariam as testemunhas de Murdoch para novos depoimentos. Naquela noite, no programa *Newsnight*, da BBC, o antigo editor-chefe de Murdoch no *The Sunday Times*, Andrew Neil, declarou com todas as letras que essa era “uma das mais importantes matérias sobre a imprensa dos nossos tempos”.

O próprio Murdoch reapareceu brevemente em Nova York, onde um repórter da Bloomberg lhe pediu que comentasse sobre o acordo com Gordon Taylor. Dando de ombros e balançando a cabeça, ele declarou que a empresa não poderia ter feito um acordo extrajudicial, como afirmava o *The Guardian*. Se tivesse feito, ele saberia, afirmou. Isso levantava a interessante possibilidade de que James Murdoch tivesse liberado um acordo ao custo de 1 milhão de libras e decidido não contar ao próprio pai, que poderia ficar furioso. A News International não fez nenhum comentário.

* * *

Na manhã seguinte, quinta-feira, 9 de julho, uma pequena tormenta se formava e o comissário da Polícia Metropolitana, Sir Paul Stephenson, anunciou que instruíra seu vice, John Yates, a investigar o assunto.

Eu andava movido a adrenalina. Tinha dormido cerca de quatro horas e acordara ao amanhecer, tentando escrever sequências ao mesmo tempo que recebia ligações infinitas de órgãos de imprensa estrangeiros e de rádios afiliadas à BBC

querendo me entrevistar, e uma série de ligações de advogados e agentes em nome de figuras públicas que suspeitavam terem sido alvos de Mulcaire. Também recebi ligações de novas fontes com potencial para serem muito úteis. Vários jornalistas que haviam trabalhado para o *News of the World* saíram das sombras e, sob a condição estrita de suas identidades não serem jamais reveladas, por medo de terem as carreiras imediatamente interrompidas, explicaram em detalhes como Andy Coulson encomendava atos criminosos e a empresa pagava por eles. Três pessoas, inclusive um recém-saído da prisão, entraram em contato para dar os nomes de outros detetives particulares que haviam trabalhado para o jornal.

Às cinco da tarde, com a cabeça a mil, eu tinha acabado de escrever uma matéria para a edição do dia seguinte revelando que o ex-atacante da seleção inglesa Alan Shearer e o então técnico do Manchester United, Alex Ferguson, estavam entre aqueles cujos recados haviam sido roubados da caixa de mensagem de Gordon Taylor. Não era uma notícia incrível, mas ajudou a manter o assunto vivo. Foi nesse momento que fui surpreendido pela notícia de que o subcomissário da Polícia, John Yates, já estava pronto para fazer uma declaração. Com uma fisgada no coração, me ocorreu que talvez ele viesse a público desqualificar a reportagem.

Eu não conhecia John Yates nem tinha qualquer relação com ele, mas outros jornalistas me disseram que era um homem inteligente e franco. Assim, apesar da minha ansiedade, eu estava razoavelmente confiante quando ele saiu do prédio da Scotland Yard para fazer um pronunciamento a um grupo de jornalistas. Vestindo um terno escuro, exalando uma autoridade tranquila, ele explicou que naquela manhã o comissário da Polícia lhe havia solicitado que “averiguasse os fatos”. “Como eu não estava envolvido no caso original”, disse ele, “com certeza posso abordar o

assunto com um olhar isento.” A partir daí, começou a delicadamente demolir nosso trabalho.

Nós havíamos sugerido que havia milhares de vítimas. Yates disse que os alvos de Goodman e Mulcaire “talvez chegassem a centenas, mas nossas investigações mostraram que eles usaram a tática somente contra um número pequeno de indivíduos”. Nós havíamos dito que uma legião de pessoas não tinha sido contatada pela polícia. Yates declarou: “Quando havia provas claras de que as pessoas tinham sido alvos potenciais de escutas, a polícia avisou a todas.” Nós havíamos afirmado que John Prescott fora um dos alvos. Yates disse que a polícia “não tinha descoberto qualquer indício que sugerisse que o telefone de John Prescott fora grampeado”. Isso era preocupante. Eu não tinha como provar que ele estava errado. Eu tinha, sim, boas fontes, mas eram todas anônimas e tinham feito suas declarações em off. Também tinha documentos, mas havia prometido não usá-los. Nós estávamos totalmente vulneráveis a ataques.

Havia um outro aspecto ainda mais preocupante. Por que Yates estava dizendo aquilo? Se estivesse errado — se, de fato, o que o *The Guardian* publicara estivesse correto —, então havia algo de muito podre, como se ele não visse problema em acobertar as falhas do primeiro inquérito e/ou em fazer um favor para os jornais de Murdoch. Mas e se ele estivesse certo? Suponhamos que as duas fontes de alguma forma tivessem entendido errado o número de vítimas do grampo. Suponhamos que John Prescott fosse de fato um dos “alvos” de Mulcaire, mas que este apenas tivesse mandado alguém vigiá-lo sem grampear seu telefone ou fazer qualquer coisa ilegal. Suponhamos que houvesse algo errado com aquela papelada toda: afinal, não seria muito difícil forjar o conteúdo de um e-mail... Rusbridger e eu tínhamos ido fundo na história. Se Yates estivesse certo, se nossa matéria fosse

mesmo um monte de bobagens, nós estaríamos muito encrencados.

Yates prosseguiu dizendo que o caso havia sido objeto de “cuidadosíssima investigação conduzida por investigadores muito experientes” e que o Ministério Público da Coroa “havia examinado diligentemente todos os indícios”. Como não surgiram novas provas, ele não via motivo para reabrir a investigação. Concluiu reconhecendo como legítimas as preocupações das pessoas que temiam que suas privacidades tivessem sido violadas. “Eu, portanto, preciso lhes assegurar que fomos meticulosos, razoáveis e sensatos e tomamos todas as medidas para garantir que fossem avisadas todas as pessoas que foram alvo — ou suspeita-se de que o foram — de qualquer forma de interceptação de telefonemas.”

O pronunciamento de Yates nos atingiu. E ainda havia mais dor por vir, dessa vez pelas mãos do diretor da Procuradoria, Keir Starmer, também com a boa reputação de ser franco, que anunciou que estava determinando uma revisão urgente do material que a polícia havia entregado aos promotores em 2006. Mas parecia já prejulgar sua própria investigação, pois acrescentou: “Não tenho motivos para acreditar que havia qualquer coisa inadequada nos processos movidos anteriormente neste caso.” Havia ainda mais uma preocupação: a Comissão Parlamentar decidiu não apenas convocar mais uma vez as testemunhas de Murdoch, mas também convocar a mim para fazer publicamente um relato da história na terça-feira da semana seguinte.

Os jornais que haviam feito de tudo para ignorar nossa reportagem ficaram exultantes por noticiar que não haveria novas investigações policiais. Enquanto isso, a News International permanecia em silêncio. Era como se fôssemos os penetras da festa deles. Quem éramos nós para perturbar seu mundinho confortável? Seríamos ignorados, ou talvez fôssemos punidos. A sensação era de que quase dava para

senti-los assistindo a tudo, sopesando as coisas: quanto sabíamos? Que capacidade tínhamos de lhes causar danos? Quanto eles podiam negar sem correr riscos? Bastou um grave erro meu para que eles finalmente tivessem respostas claras para suas perguntas.

* * *

Naquela quinta-feira à noite, enquanto o pronunciamento de Yates ainda produzia estragos, entrei ao vivo no jornal *Newsnight*, da BBC, ao lado de Max Clifford, relações-públicas de celebridades que tinha sido identificado como vítima de violação de privacidade no primeiro julgamento de Goodman e Mulcaire, e de Brian Paddick, ex-subcomissário-adjunto da Polícia Metropolitana, além de John Prescott. O âncora, Gavin Esler, me perguntou de cara qual era o tamanho do prejuízo causado pelo pronunciamento de Yates para o *The Guardian*, mas a conversa seguiu em torno do assunto sem mortos ou feridos. Clifford deu a entender que poderia entrar com uma ação judicial, Paddick afirmou que deveria haver um inquérito policial independente e Prescott deixou clara sua preocupação com o pouquíssimo tempo que Yates levou para chegar àquela conclusão. Então, no último minuto, Esler virou-se para mim e perguntou o que mais o *The Guardian* poderia revelar. Eu enrolei um pouco sobre a possibilidade de dar os nomes dos executivos que estavam envolvidos, mas apenas disse: “Você já viu o melhor do que temos.” Esse foi meu erro.

Para o pessoal de Murdoch, que estava calculando quais seriam seus próximos passos e que lia nossas matérias com olhar de jornalistas experientes, estava claro que não mencionáramos provas de qualquer tipo. Apenas apresentamos os fatos, mas não usamos citações de nenhuma fonte nem reproduzimos documentos. E, se isso era realmente o que tínhamos de melhor, eles podiam concluir

que não apresentaríamos fontes ou documentos. Em outras palavras, não podíamos provar nada.

Na manhã de sexta-feira, nossos repórteres políticos encarregados da Câmara dos Comuns nos avisaram que jornalistas de Murdoch estavam fazendo a cabeça de parlamentares do Partido Conservador no sentido de que o *The Guardian* não teria como comprovar a história. A Comissão Especial de Mídia da Câmara dos Comuns já havia notificado a mim e Rusbridger que deveríamos comparecer a uma sessão na terça-feira seguinte, e fomos alertados de que vários de seus membros simpáticos a Murdoch estavam “se preparando para fazer picadinho de nós”. E eis que, na sexta-feira à noite, a fera mostrou suas garras.

A News International emitiu uma declaração de três páginas em que despejou escárnio sobre o *The Guardian*. Nas 48 horas anteriores, alegaram, eles haviam conduzido uma investigação minuciosa, indo além da que realizaram em 2006, quando Goodman e Mulcaire foram presos. Ademais, a investigação policial original, que incluiu vigilância em tempo real dos dois, tinha sido “incrivelmente completa”. Com base nisso tudo, concluíram que “não há nem nunca houve provas” de que jornalistas do *News of the World* tivessem entrado nas caixas de mensagens de alguém, ou que tivessem instruído pessoas a invadir caixas de mensagens, ou que houvesse qualquer tipo de ilegalidade empresarial sistemática na News International. “Desnecessário dizer que, se a polícia tivesse descoberto qualquer indício desse tipo, processos seriam movidos contra outros funcionários do *News of the World*. Não apenas não existiram processos, como a polícia não considerou necessário prender ou interrogar qualquer outra pessoa dos quadros do *News of the World*.” Mais adiante, a declaração era específica ao afirmar que não era verdade que a polícia havia encontrado indícios de que caixas de mensagens de voz de “milhares” de telefones celulares

havam sido grampeadas; não era verdade que a polícia havia encontrado provas de envolvimento de outros funcionários em atividades de escuta ilegal; não era verdade que havia provas de que eles tinham invadido os telefones de John Prescott ou de quaisquer outras vítimas citadas pelo *The Guardian*; não era verdade que seus executivos tivessem liberado o pagamento de serviços de roubo de mensagens. “Todas essas acusações irresponsáveis e não comprovadas contra o *News of the World* e seus jornalistas são falsas.”

Era uma declaração pesada. Ao mesmo tempo, divulgaram uma carta de Rebekah Brooks ao presidente da Comissão Especial de Mídia da Câmara dos Comuns, John Whittingdale: “A reportagem do *The Guardian*, acreditamos, enganou a população de forma profunda e provavelmente proposital”, escreveu ela. Acrescentou ainda que John Yates ressaltara que a afirmação de que milhares de pessoas tinham sido objeto de invasão ilegal de suas caixas de mensagem de voz estava redondamente enganada. Pesada demais.

Tudo isso foi replicado como uma enxurrada em cada redação dos jornais de Murdoch e de sua TV Sky News. Era assustador assistir. E, como a declaração tinha sido divulgada justo quando se aproximava o horário de fechamento das primeiras edições dos jornais da imprensa britânica, era também muito difícil contra-atacar.

Eu estava em casa, sozinho em meu escritório, quando essa onda de agressões veio a público. Ao vê-la estourar na tela do meu computador, fiquei apavorado. Por um momento meu cérebro simplesmente travou e, depois, como uma célula maligna, um pensamento horrível tomou forma: eu tinha estragado tudo. A matéria estava errada — uma grande matéria, com repercussão no mundo inteiro, com políticos e figuras públicas exigindo ação. Mas ela estava errada, talvez estivesse errada, eu não podia ter certeza. E, se de fato

estivesse errada, a essa altura eu e Rusbridger já estávamos profunda e inapelavelmente encrocados.

O que já estava ruim ficou ainda pior. Recebi uma ligação do *The Independent on Sunday*, que estava preparando uma bomba em forma de texto de altíssimo poder destrutivo para jogar na minha direção. Disseram que queriam publicar uma matéria me acusando de pagar propina para policiais especificamente para apurar os fatos relacionados à reportagem sobre escutas ilegais que tínhamos acabado de publicar. Disparei a falar ao telefone como uma metralhadora: nunca paguei propina a ninguém na vida, por que estavam dizendo aquilo, quem disse isso a eles, que policial eu teria subornado, quando, onde, por quê, será que não entendiam que estavam me acusando de um crime, será que não sabiam que não podiam publicar esse tipo de lixo? O repórter disse que tinham uma boa fonte. Era como se ele não conseguisse me ouvir dizer que aquilo não era verdade.

Liguei para Rusbridger em seu escritório em Londres e ele me contou que acabara de receber uma ligação de David Leppard, do *The Sunday Times*, de Murdoch. Leppard! De todos os repórteres de todas as redações do planeta, ele é o último que se gostaria de ter do outro lado da linha. Ele não gostava do *The Guardian*, assim como seu editor-chefe, John Witherow, que uma vez fora citado em uma reportagem do *The Guardian* sobre seu jornal e vociferou contra Rusbridger: “Eu sempre vou retaliar. Tenho muito mais leitores que você. Portanto, posso provocar muito mais sofrimento.” Eu tinha escrito coisas desagradáveis sobre Leppard no livro *Flat Earth News* e ele declarara publicamente que ia me processar, mas nunca o fez. Agora estava avisando a Rusbridger que planejava publicar no domingo uma matéria em que o acusava de contratar um detetive particular que havia invadido ilegalmente correios de voz de telefones.

Leppard afirmou que isso acontecera dez anos antes, no final da década de 1990. Rusbridger teria contratado um consultor em segurança de alto nível para averiguar informações de que um servidor público sênior estaria recebendo propina da Monsanto, companhia multinacional de biotecnologia. Disse que esse consultor subcontratou um detetive particular, que teria grampeado o alvo. O adjunto de Rusbridger, Paul Johnson, estava na sala quando Leppard ligou e contou que nunca antes vira Rusbridger tão chocado e que, quando largou o telefone, ele permaneceu sentado, pálido e atordoado, e disse: “Não tenho a menor ideia do que ele está falando.”

Enquanto tentávamos pensar numa resposta à declaração da News International e numa forma de impedir o *The Independent on Sunday* e o *The Sunday Times* de sujar nossos nomes acusando-nos de criminosos e hipócritas, soubemos que a primeira edição do *The Times* (também de propriedade de Murdoch) do dia seguinte traria um artigo assinado por um antigo subcomissário da Scotland Yard, Andy Hayman, que supervisionara o inquérito original das escutas de mensagens de voz em 2006. “Escalamos nossos melhores investigadores no caso e não deixamos de abrir nenhuma gaveta”, escreveu. E, quando se referiu ao número de pessoas atingidas pelas escutas que descobriram, contradisse diretamente as fontes que me haviam passado a informação em off: “Havia um pequeno número, meia dúzia no máximo, de telefones com evidências de terem de fato sido objeto de violação.”

Isso era muito ruim.

* * *

Àquela altura, não podíamos parar. Tínhamos de reagir.

Aos olhos da maioria, o *The Guardian* estava errado em quase todas as afirmações importantes que havia nas nossas matérias — John Yates e Andy Hayman tinham insinuado isso, a News International tinha estampado em primeira página, o restante da imprensa britânica tinha noticiado. Além disso, dois outros jornais estavam prestes a apresentar a mim e a Rusbridger como criminosos. Para completar, em breve ambos seríamos massacrados pela Comissão Especial de Mídia, na terça seguinte.

Eu mal dormia. Mesmo assim, no sábado de manhã, com a cabeça fresca, voltei a sentir que nossa matéria estava correta. A News International com certeza estava despejando uma torrente de mentiras na praça para esconder a verdade e, por alguma razão, a polícia e o Ministério Público pareciam estar de acordo. Voltei a falar com o *The Independent on Sunday*, que finalmente aceitou que eu não tinha subornado nenhum policial e derrubou a matéria.

O ataque a Alan Rusbridger, no entanto, veio direto da News International. Mas acabou que a culpa, em parte, era minha. Na manhã de sexta-feira, eu havia escrito uma matéria especial para a seção de mídia do *The Guardian*, que seria publicada na segunda-feira. Ela reunia tudo o que eu sabia sobre os truques obscuros da imprensa britânica, inclusive o envolvimento de longa data do *The Sunday Times* com essas práticas. Sem meu conhecimento, a editoria de mídia ligou para o *The Sunday Times* para obter um comentário e John Witherow cumpriu sua promessa de sempre retaliar e causar sofrimento a Rusbridger. Cumpriu a promessa, liberando David Leppard para detonar uma bomba de sujeiras no colo de Rusbridger.

Também na manhã de sábado, Rusbridger buscou nos arquivos do *The Guardian* e descobriu que a parte inicial da história de Leppard era verdadeira. Em 2000, o jornal contratara para uma reportagem sobre a Monsanto os

serviços de uma empresa de consultoria em segurança de alto prestígio, a Ciex, que deveria apresentar um relatório detalhado sobre a companhia. Leppard afirmava que a Ciex subcontratara um homem para parte do trabalho, um ex-ator chamado John Ford, que invadira caixas de mensagens de telefones para obter informações. Rusbridger nada sabia sobre o caso. Mas eu sabia alguma coisa. Em *Flat Earth News* eu havia identificado Ford como um especialista em obter informações por meios ilegais, e trabalhara durante anos para o *The Sunday Times* e para David Leppard.

O problema para Rusbridger era que não faria muita diferença se as alegações de Leppard eram falsas ou apenas um exercício de hipocrisia. Vários jornais e parlamentares conservadores hostis a nós estavam fazendo fila para comer nossos fígados, e eles certamente usariam essa notícia como a faca de corte. Rusbridger falou com Witherow, que insistiu que publicaria a matéria.

Então nós dois discutimos as táticas que seguiríamos. Ford não era o único esqueleto no armário do *The Sunday Times*. Na minha pesquisa para o *Flat Earth News*, tive acesso a fitas de um pilantra, Barry Beardall, que trabalhara regularmente para David Leppard, tentando armar esquemas contra vários políticos. Uma dessas fitas continha uma ligação em que Beardall defraudou o requintado escritório de advocacia Allen & Overy a lhe entregar documentos confidenciais sobre Gordon Brown. Foi um serviço sujo e, no caso do escritório Allen & Overy, potencialmente ilegal. O que Witherow acharia se o *The Guardian* postasse essas fitas em seu site?

No fim da manhã, os dois editores-chefes chegaram a um acordo e decidiram recuar seus tanques. Witherow suspendeu a publicação da matéria em que Leppard estava trabalhando e Rusbridger suspendeu a matéria que eu havia escrito para a seção de mídia sobre o uso de truques obscuros para obtenção de informações por jornais da imprensa britânica.

Rusbridger e eu ficamos felizes demais por voltarmos a ter de cuidar de apenas uma frente de batalha.

Mais tarde recebi outra ligação e, pela segunda vez nessa saga, tirei proveito da desonestidade da News International. Da mesma forma que o Sr. Apollo me havia contatado porque desejava dar uma resposta ao destempero de Stuart Kuttner na rádio BBC, agora outro simpatizante bem-intencionado reagia à declaração que a News International divulgara na noite anterior. De acordo com essa fonte, o objetivo era iludir as pessoas. Respondi que era provável, mas que não tínhamos como provar, já que eu não estava autorizado a usar as provas que havia reunido com diversas fontes. No entanto, essa pessoa me convenceu de que, para defender o *The Guardian* na audiência da Comissão Especial de Mídia na terça-feira, eu poderia usar com segurança dois dos documentos a que tivera acesso — o e-mail para Neville Thurlbeck contendo transcrições de 35 mensagens de voz deixadas no telefone de Gordon Taylor e o contrato assinado pelo editor-chefe-adjunto Greg Miskiw, oferecendo um adicional de 7 mil libras a “Paul Williams”, se ele levantasse informações para uma matéria sobre a vida privada de Gordon Taylor. Ambos os documentos tinham passado por tantas mãos que ninguém poderia afirmar com certeza onde eu os obtivera. Também eram os dois documentos mais fortes que eu tinha.

Talvez com isso tivéssemos alguma chance, mas não contei a ninguém, nem mesmo a Rusbridger. Eu não queria correr o risco de algum parlamentar da Comissão Especial de Mídia hostil a nós ser avisado e mudar o rumo da audiência para manter os planos de fazer picadinho de nós.

Naquele domingo, fui para o jornal para ser entrevistado por equipes de emissoras de TV estrangeiras e para encontrar o advogado de Gordon Taylor, Mark Lewis, que ficou muito mais tranquilo depois que a matéria foi publicada. Ainda havia

coisas sobre as quais não podia falar, por obrigação de confidencialidade, mas ele estava disposto a trabalhar comigo, a achar novos clientes e a arrombar a porta da News International. Ele trouxera com ele sua antiga assistente, Charlotte Harris. Planejavam estabelecer uma nova sociedade de advocacia e tinham acabado de assinar com seu primeiro cliente potencial, o relações-públicas de celebridades Max Clifford.

A exemplo de Gordon Taylor, ele fora avisado pela polícia em 2006 de que havia indícios de que seu telefone tinha sido violado. Também como Taylor, ele fora citado no julgamento original como vítima de Glenn Mulcaire, dentro do mesmo contexto misterioso, como se o grampo houvesse sido feito por conta própria, sem que ninguém lhe tivesse solicitado. Agora Clifford também estava decidido a processar o *News of the World*. Mas, ao contrário de Taylor, Clifford afirmava que não faria qualquer acordo. Ele estava movendo o processo para que a verdade viesse à tona e nenhum dos milhões de Murdoch compraria seu silêncio.

* * *

A pressão sobre o *The Guardian* começava a ganhar corpo. Na manhã daquele domingo, um executivo enviou a Rusbridger um e-mail argumentando que algumas partes da nossa matéria original deviam estar erradas. Ele citou os pronunciamentos feitos por Yates e Hayman e disse que, pelo que sabia, Yates era ardiloso, mas não mentiroso, e acrescentou: “Eles deixaram claro que o inquérito de Goodman não encontrou provas de que outros repórteres estiveram diretamente envolvidos... Acho que estamos vulneráveis e os conservadores da Comissão vão nos detonar.” O jornal, sugeriu ele, precisava reconhecer que partes da matéria eram equivocadas. Tive o impulso de

estrangular o autor do e-mail. Rusbridger permaneceu impassível.

Enquanto isso, a News International seguia trabalhando nos bastidores. Jornalistas amigos de outros veículos me ligaram para avisar, em off, que a News International viria com tudo para cima do *The Guardian*. Ninguém estava interessado no assunto, diziam, e estávamos agindo de forma “obsessiva” ao insistir. A notícia inteira era falsa e o assunto, velho. Só estava sendo requeitado para atender aos interesses de liberais que queriam atacar Rupert Murdoch: a BBC e o *The Guardian* haviam urdido toda a trama.

Era estranho, no entanto, que, apesar de insistir que a matéria toda era ficção, a News International estivesse seguindo uma segunda linha de defesa quando falava com jornalistas que a procuravam: é tudo culpa de Andy Coulson. Ele tinha perdido o comando do jornal. Um dos jornalistas que ouviu essa versão explicou: “Eles não se importam de entregar Coulson aos lobos. Só estão interessados em salvar as peles de James Murdoch e Rebekah Brooks.”

A News International trabalhava também nas páginas de seus jornais. No domingo, o *News of the World* publicou um editorial denunciando nossa matéria como “incorreta, seletiva e propositalmente enganosa” e republicou o artigo escrito por Andy Hayman para o *The Times*. Nesse mesmo dia, o *The Sunday Times* conduziu uma manobra interessante, publicando uma longa reportagem especial sobre escutas telefônicas. Na parte de cima da matéria, destacou seu ceticismo, descrevendo as afirmações da nossa cobertura no *The Guardian* como “absurdas” e reciclando as contestações da News International, de John Yates e de Andy Hayman. No entanto, escondido no final do texto, o jornal revelou que, de acordo com “uma fonte importante, com bom conhecimento do caso”, entre as possíveis vítimas de escuta ilegal de

mensagens de voz estava o então comissário da Polícia Metropolitana, Sir Ian Blair.

Pareceu-me estranho demais esse tipo de jornalismo. Se acreditavam que o comissário da polícia podia ter tido mensagens de voz interceptadas, teriam uma notícia bomba nas mãos — das que vão direto para a primeira página —, não apenas devido às implicações para a segurança, já que o comissário da polícia era o responsável pelas investigações secretas, mas também porque tornava ainda mais candente um fato: a Scotland Yard tinha mantido em sigilo muito mais coisas do que revelara. Por que a polícia não teria tornado público o fato de seu próprio chefe ter sido um dos alvos? O *The Sunday Times*, no entanto, enterrou o questionamento. Havia no ar um cheiro forte de que alguém estava tentando estragar o fim da história.

Infelizmente, parecia que outros jornalistas estavam sendo pautados pela News International. Na segunda-feira, o *The Independent* publicou um artigo assinado por seu comentarista de mídia Stephen Glover, um direitoista, que nada mais que reciclava o “evangelho segundo a News International”, como se fosse a verdade suprema: “A BBC entrou em conluio com o *The Guardian* para requestrar uma história antiga e atacar Murdoch.” Parecia-lhe irrelevante que a BBC não tivesse nada a ver com a história e houvesse relutado em repercuti-la. Tudo não passava de histeria, escreveu Glover. Nick Davies era “o tipo de jornalista que consegue achar escândalo até num aquário de peixinhos”. A notícia era velha, disse ele, e o *The Guardian* não afirmava que escutas ilegais continuassem acontecendo. “Se houver novas provas, que sejam apresentadas.”

Era exatamente isso que a News International queria que ele dissesse. No dia seguinte, terça-feira, 14 de julho, eu tinha que apresentar provas à Comissão Especial de Mídia. Rusbridger adiou uma folga para me acompanhar. Para a

agência de Murdoch, nós entraríamos nus e desarmados no auditório da Comissão Especial de Mídia, incapazes de apresentar qualquer prova que consubstanciasse nossa história. Se as coisas acontecessem como eles previam, eram grandes as chances de eu e Rusbridger sermos humilhados e, se continuassem pondo lenha, poderíamos ser demitidos.

Mas eu tinha alguma proteção. Embora acreditasse que era seguro usar meus documentos, eu temia que, se apenas os entregasse à Comissão Especial de Mídia, estaria vulnerável a uma possível ação por violar a privacidade de Gordon Taylor da mesma maneira condenável que o *News of the World* fizera. Tempos depois, os jornais viriam a noticiar que, no fundo, a pauta real era o suposto envolvimento amoroso com Jo Armstrong, mas, naquele momento, ainda era um assunto claramente privado. Pensando nisso, decidi organizar e “editar” os documentos.

Na manhã de segunda-feira, sentei-me com meus filhos adolescentes à mesa de refeição com um pote de cola, um par de tesouras, papel preto e uma cópia dos documentos, e pedi a eles que colassem tarjas de papel preto sobre todas as passagens que poderiam violar a privacidade de Gordon Taylor. Enquanto eles “editavam” o material, tranquei-me no escritório para pensar.

A verdadeira ameaça era a Scotland Yard, que estava dando credibilidade às alegações da News International. Mas quanto mais eu lia o pronunciamento de Yates mais preocupado ficava. Eram inegáveis os sinais de que ele sabia muito mais do que alegava.

Por exemplo, quantas pessoas tinham sido avisadas? Yates disse que, na investigação original de 2006, todas as vítimas potenciais tinham sido avisadas. Mesmo? Um editor espertíssimo da redação do *The Guardian* notara que, na noite de sexta-feira, depois de a News International divulgar sua declaração nos condenando, a assessoria de imprensa da

Scotland Yard também soltou uma nota, que tinha sido negligenciada no meio daquele turbilhão (e era mesmo provável que fosse negligenciada, pois fora divulgada às 19h37 de uma sexta-feira, quando a maioria dos repórteres já tinha ido para casa). Nela, eram repetidas as palavras finais do pronunciamento de Yates na noite anterior, sobre como ele queria assegurar que a polícia tinha sido eficaz e sensata e tomado todas as medidas para garantir que as vítimas haviam sido informadas, e depois revelava que tinham começado a contatar as pessoas para dizer-lhes que seus telefones tinham sido grampeados e que “estimamos que isso leve um tempo para ser concluído”.

Por que diabos na quinta-feira John Yates não se contentara em dizer que “lamentamos muito, mas descobrimos que não fizemos o serviço direito em 2006. O *The Guardian* está certo ao afirmar que deixamos de avisar todas as potenciais vítimas, por isso teremos de fazê-lo agora”? Por que diabos ele preferiu dizer “Quando havia provas claras de que as pessoas tinham sido alvos potenciais de escutas, a polícia avisou a todas”?

Afinal, quantas vítimas havia? A versão oficial é de que eram oito, que tinham sido citadas nominalmente no julgamento original. Mas Yates deixou tudo muito vago, dizendo apenas que era um número “muito abaixo” de centenas. Se eram oito, por que não afirmar? Se não eram oito, por que não contar que a versão original omitiu parte da história?

E por que ele não mencionou o envolvimento de outros jornalistas? “Averiguar os fatos” não era sua incumbência? Então por que não mencionou o fato de que, desde agosto de 2006, quando apreenderam materiais de Mulcaire, a polícia tinha um e-mail que indicava claramente que Clive Goodman não era o único jornalista do *News of the World* envolvido na

trama? Que outras provas eles poderiam estar deixando de revelar?

Notei também alguns pontos estranhos na declaração divulgada pela News International na noite de sexta-feira. O inquérito policial original, dizia, incluiu “vigilância em tempo real” de Goodman e Mulcaire. Como eles poderiam saber isso? A declaração mencionava também as provas que a polícia tinha encontrado. Cabe a mesma pergunta: como a News International podia saber o que a polícia achou ou não? Talvez estivessem mentindo. Se estivessem dizendo a verdade, devia ter sido a polícia quem lhes passara a informação. Mas quantas organizações que são objeto de inquéritos policiais recebem um relatório dos resultados obtidos?

Fiz várias ligações para a assessoria de imprensa da Scotland Yard, tentando descobrir se no inquérito original alguém do *News of the World* tinha sido interrogado, além de Clive Goodman. Queria saber também por que tinham soltado aquela nota estranha tão tarde na sexta-feira e quantas vítimas iriam avisar. Mas a polícia não estava nem um pouco disposta a colaborar. Ao contrário, onde era possível, dificultava.

* * *

Comissões especiais são famosas por serem tediosas. Não têm poder para de fato fazer algo, ninguém assiste ou se importa com suas reuniões e a maioria dos seus integrantes é conhecida sobretudo por sua inutilidade nas tomadas de depoimentos de testemunhas. Mas aquela seria um pouco diferente.

A sala da comissão estava lotada. As cadeiras reservadas para o público estavam tomadas e havia gente sentada nos parapeitos das janelas e em pé perto das portas para

acompanhar os doze parlamentares sentados atrás de uma mesa em formato de ferradura. Rusbridger e eu sofríamos algo parecido com pânico de palco. Numa conversa tensa em um café gorduroso de Whitehall, eu lhe contara sobre os documentos que entregaria à comissão, mas não tínhamos a mínima ideia de como as coisas se desenrolariam e se, mesmo confrontados com eles, parlamentares hostis tentariam nos queimar vivos. O clima estava pesado: era certo que no final alguém sairia machucado.

O primeiro ato foi um aquecimento, uma performance solo do diretor da PCC, Tim Toulmin, um sujeito alto, de cabelos escuros, com trinta e poucos anos. Ele estava refestelado em sua poltrona, um braço repousado no encosto da poltrona vazia ao seu lado, um modelo de autoconfiança. Eu o observava e me perguntava se ele tinha a mínima ideia do quão errado estava.

Toulmin explicou que não havia problema algum no relatório sobre escutas ilegais de mensagens de voz apresentado em 2007 pela PCC: “É claro que não há nada aqui para ser acobertado pela PCC.” Nenhum dos parlamentares o questionou sobre o fato de uma parcela considerável dos recursos da comissão vir da News International ou de seu comitê de ética ser presidido por um executivo da imprensa britânica, Les Hinton, que à época era CEO da News International.

Alguém perguntou a Toulmin como ele podia ter certeza de que as escutas ilegais não eram mais feitas. “Só poderíamos ter 100% de certeza se tivéssemos poderes divinos para entrar nas mentes dos jornalistas e acompanhar suas atividades particulares. A questão é a seguinte: se você tem alguma suspeita, pode procurar a polícia, um advogado, pode vir a esta comissão, pode fazer a denúncia para um jornal, pode contar para Nick Davies e ele provavelmente escreverá um longo artigo sobre como jornalistas são repugnantes.”

O homem que proferiu essas palavras tinha por missão ser o ouvidor de reclamações contra abusos da imprensa ou era nada mais que porta-voz da imprensa? Dois ou três parlamentares deram sinais de que o apoiavam. Um parlamentar trabalhista, Paul Farrelly, desafiou-o a aprofundar-se no conteúdo de uma antiga matéria da revista *Private Eye* que acusava a News Internacional de ter pagado 200 mil libras a Glenn Mulcaire em troca de seu silêncio. Toulmin questionou a relevância disso e Farrelly explicou com todas as letras que parecia dinheiro para silenciar uma pessoa justamente sobre fatos em cujo esclarecimento Toulmin deveria estar interessado. No que o diretor respondeu:

— Nós não vamos sair por aí investigando qualquer boato ou mexerico que lemos na *Private Eye*.

— A população ficará com uma péssima impressão da PCC se você optar por seguir nessa linha — contra-atacou Farrelly.

Eu sabia que Farrelly fora jornalista antes de se tornar parlamentar do Partido Trabalhista, e havia claros indícios de que ele sabia do que estava falando; como tantos outros jornalistas, é provável que se sentisse revoltado com a forma como a News Corp arrastara jornais ladeira abaixo em busca de mais lucros. Além disso era um tipo naturalmente brigão: ele dirigia o time de rúgbi da Câmara dos Comuns, em que jogava na posição de meia-scrum.

Havia ainda mais um aliado em potencial. Durante o fim de semana, dois repórteres da seção de política do *The Guardian* me enviaram e-mails dizendo que tinha entrado na comissão um novo parlamentar trabalhista, Tom Watson, que lhes revelara estar determinado a ir até o fim no escândalo das escutas telefônicas. Explicaram tratar-se de um ex-ministro da Defesa que não morria de amores pelos jornais de Murdoch, que o haviam perseguido implacavelmente por ter participado, em 2006, do “complô do restaurante indiano”, a conspiração para forçar Tony Blair a renunciar e assim abrir caminho para

Gordon Brown, num período em que Blair era o queridinho dos jornais de Murdoch.

Toulmin conseguiu se safar, obviamente satisfeito por achar que Rusbridger e eu rumávamos para o cadafalso. Na verdade, Rusbridger também tinha dúvidas a meu respeito. Sabendo que minha boca às vezes é muito mais rápida que meu cérebro, ele avisou, ao nos sentarmos, que se eu começasse a falar demais ou perder o controle ele apertaria meu joelho sob a mesa. Depois de uma declaração inicial de Rusbridger sobre a regulamentação da mídia, eu comecei a falar, um tanto distraído pelos dedos do meu editor avançando sobre minha perna.

Expliquei como em geral surgem lacunas entre o que um repórter sabe e o que ele pode dizer publicamente, devido a compromissos com fontes que insistem em manter a si mesmas e suas provas materiais em sigilo.

— Na noite de sexta-feira, a News International emitiu uma declaração que, para uma fonte muito importante, foi “pensada para enganar o leitor”. Como consequência, fui autorizado a mostrar-lhes agora materiais que antes estavam presos naquelas lacunas. Estou falando de documentos. Portanto, o que farei agora é mostrar-lhes, antes de qualquer outra coisa, cópias de um e-mail. — Entreguei-lhes então cópias do e-mail para Neville (editadas pelos meus filhos). — E agora gostaria de passar a um segundo documento que quero mostrar-lhes.

John Whittingdale, o presidente, me interrompeu:

— Com todo respeito, temos muitas perguntas para fazer-lhe em vez de...

Dei de ombros:

— Vocês querem os documentos ou não? Vocês decidem.

Vários parlamentares responderam que com certeza queriam. Vi Paul Farrelly e Tom Watson assentindo.

— Prossiga — aquiesceu Whittingdale.

Estávamos vencendo. Feliz por ver os planos de outra pessoa malogrados, entreguei as cópias editadas do contrato assinado por Greg Miskiw oferecendo 7 mil libras a Mulcaire se ele conseguisse levantar as informações para a matéria sobre Gordon Taylor. Falei da polícia, que engavetara os dois documentos desde que apreendera materiais de Mulcaire três anos antes, e do estranho fato de — se fosse verdade o que afirmava a News International — os investigadores nunca terem prendido ou interrogado Neville Thurlbeck, o destinatário daquelas transcrições de escutas de mensagens de voz interceptadas, nem o repórter júnior que as enviara a ele (não mencionei o nome de Ross Hindley), nem Greg Miskiw, que assinara contrato com um detetive particular que usava um nome falso.

“Se a News Internacional diz a verdade sobre essas pessoas não terem sido presas ou chamadas para depor”, ponderei, “as implicações, estou certo de que vocês concordarão, são muito, muito alarmantes. Passei o dia de ontem pedindo à Scotland Yard que esclarecesse a questão. Ao final do dia acabaram confirmando que não tinham prendido ninguém do *News of the World* além de Clive Goodman, mas não me disseram se interrogaram mais alguém. Obviamente, isso é importante.”

E onde ficava John Yates nessa história? “Por motivos que me escapam, ele não fez qualquer referência ao fato de a Scotland Yard ter guardado por dois anos documentos que implicavam outros jornalistas do *News of the World*. Não sei por que ele não nos contou isso, mas é preocupante.”

E, afinal, a polícia tinha ou não avisado todas as vítimas das invasões a caixas de recados? “Por que na quinta-feira nos contaram que todas tinham sido contatadas e, na sexta, de forma sorrateira e quase imperceptível — sinceramente não acredito que algum jornal tenha recebido a informação a ponto de noticiar na edição de sábado — nos informaram que

‘estavam contatando agora as pessoas?’” Por que Yates dissera com tamanha convicção que não havia indícios de que o telefone de John Prescott havia sido invadido? “Pelo que sabemos, a Scotland Yard nem ao menos tentou investigar o que Mulcaire fizera em relação a Prescott e, portanto, é óbvio que não foram encontrados indícios.”

Àquela altura o clima da sala tinha mudado. Os parlamentares da comissão folheavam os documentos por mim apresentados, franzindo as sobrancelhas, balançando a cabeça, sussurrando entre si. Rusbridger tinha relaxado e sua mão não estava mais no meu joelho.

Entreguei à comissão um terceiro lote de documentos: um conjunto de faturas bem velhas, liberadas anos antes (com alguns trechos suprimidos) pela ICO como amostras de materiais que seus funcionários tinham apreendido de Steve Whittamore em março de 2003. “Não estou lhes mostrando isso porque indica algum tipo de crime específico, mas porque mostra a essência sistemática e descarada da prática. Esses pagamentos não eram feitos com sacos de dinheiro vivo passados por baixo da mesa: eram feitos pela Contabilidade da News International.” As faturas registravam pagamentos para Whittamore por obter dados confidenciais das companhias de telefonia e do Departamento de Trânsito, atividades possivelmente realizadas de modo ilegal.

Expliquei que havia visto registros de transações de Whittamore com o *News of the World* dos quais constavam os nomes de 27 jornalistas que haviam encomendado seus serviços. Citei o antigo editor-assistente, Greg Miskiw, que aparecia como autor de noventa pedidos de serviços, dos quais 35 seriam considerados ilegais se não fossem chancelados como de interesse público. “Gostaria de dizer, porque é importante deixar claro, que o nome de Andy Coulson não aparece na lista.” Decidi não mencionar o nome de mais nenhum: “Eu ficaria um pouco desconfortável se

passasse a andar por aí com a cabeça a prêmio... A organização vai colocar a culpa nos peixes pequenos em vez de assumir qualquer responsabilidade que lhe caiba.”

Por um instante senti no ar um sutil cheiro de fígado queimado vindo de um parlamentar do Partido Conservador que citou Stephen Glover, o articulista de direita do *The Independent*, e sua esquisita teoria de que a história toda era “uma armação da BBC e do *The Guardian* para atacar os veículos de Murdoch”. Era o derradeiro golpe da News International. E veio fraco demais e tarde demais. Estávamos seguros.

Tentei encerrar com uma mensagem inequívoca: “Acredito ser muito difícil rejeitar a conclusão de que a News International estava envolvida no acobertamento das transações de seus jornalistas com detetives particulares infratores. E é muito inquietante que aparentemente a Scotland Yard não tenha sempre dito ou feito o que podia para dar um basta nesse acobertamento.”

Mais tarde naquele dia, telefonei para uma fonte amiga ligada à News International, que disse: “Estamos deprimidos.”

* * *

É claro que não era uma grande vitória. Tudo que fizemos naquele dia foi evitar que virássemos picadinho.

A verdade é que havíamos começado uma guerra e não poderíamos pará-la. Um pequeno sinal disso veio quando Rebekah Brooks desistiu de participar de um projeto do *The Guardian* que o *The Sun* planejava apoiar — a campanha 10/10, cujo objetivo era reduzir as emissões de carbono em 10% até 2010 — e seria lançado em setembro de 2009. Estava claro que a desistência devia-se à nossa cobertura do caso das escutas de mensagens de voz. James Murdoch obviamente concordou com ela, apesar da importância que dá

à questão ambiental: “Ele é um defensor apaixonado do meio ambiente”, contou-me uma fonte que o conhece bem, “mas antes do meio ambiente vem a tribo dele”.

Um sinal ainda mais claro do estado de espírito da News International veio alguns dias depois, quando um parlamentar me procurou para falar de uma conversa que tivera com Rebekah Brooks. No dia seguinte ao da audiência na comissão especial, perguntaram a ela como achava que terminaria o caso das escutas. Sua resposta: “Vai terminar com Alan Rusbridger de joelhos, implorando por perdão.”

O *The Times*, de Murdoch, escondeu na página 20 a notícia (com apenas 115 palavras) sobre os documentos que o *The Guardian* apresentou à comissão. O *The Sun* nem sequer deu a notícia.

Era como se então houvesse duas versões da realidade. Havia a versão oficial, alardeada com agressividade pela News International e endossada pela polícia, pela PCC, pelo Partido Conservador e pela maioria dos jornais britânicos. No outro extremo, havia a versão que estava sendo mostrada a mim por um pequeno conjunto de fontes em off — jornalistas, detetives particulares e agentes e advogados de várias celebridades — que contavam uma história bem diferente. Elas não se referiam a um repórter desgarrado. Na verdade, descreviam um jornal inteiro que se desgarrara.

4. Crime na imprensa britânica

Baseado em entrevistas com detetives particulares que trabalharam para jornais, jornalistas que os contrataram, provas recolhidas por policiais e outros que investigaram os detetives, no livro Stick it Up Your Punter, de Peter Chippindale e Chis Horrie, e em documentos obtidos pelo Inquérito Leveson.

Rupert Murdoch negou sistematicamente ter conhecimento de qualquer atividade ilegal em suas redações. Nem todos pensam assim.

Alguns alegam que não importa se ele sabia ou não: ele era responsável porque impunha a seus editores uma implacável cobrança por vendas; embora talvez não soubesse das violações específicas, ele sempre entendeu que, em termos gerais, seus jornalistas talvez infringissem a lei a fim de trazer resultados. Essa hipótese ganhou mais força em março de 2013, quando um de seus próprios repórteres o gravou em segredo dizendo que o suborno de policiais por jornalistas era prática que acontecia havia cem anos. Além disso, existe um padrão interessante que ficou claro quando a verdade sobre a epidemia de crimes nos jornais britânicos veio à tona. Independentemente da modalidade — enganar autoridades públicas ou empresas privadas para obter informações, invadir e roubar informações de telefones e computadores, fazer escutas de ligações telefônicas ou pagar propina a policiais — os novos indícios sugerem que, em todos os tipos de crime, o epicentro dos problemas eram os jornais de Murdoch.

* * *

Ian Withers talvez seja o mais conhecido e antigo detetive particular do Reino Unido. Trabalha à moda antiga: está no ramo desde 1960, foi policial, mas teve alguns desentendimentos com a lei. Para minha felicidade, os arquivos empoeirados do *The Guardian* abrigam um relatório, escrito em abril de 1971, em que um experiente repórter resumiu uma entrevista com ele.

De acordo com esse documento, muitos anos atrás Withers já dizia que era “fácil e muito comum” fazer uma ligação para obter informações pessoais confidenciais da receita federal, do Departamento de Serviços Sociais, da polícia e de outras agências governamentais. Segundo ele, na maioria dos casos, não havia dificuldades. “Em geral, basta inventar uma história mais ou menos convincente e fingir ser alguém de outra unidade ou seção do mesmo departamento.”

O relatório descrevia o trabalho de Withers para embaixadas, empresas americanas e do Reino Unido e para o Partido Liberal, que supostamente pediu-lhe que monitorasse Peter Hain, um político antiapartheid (que mais tarde viria a ser ministro do gabinete trabalhista). O texto caracterizava Withers como um homem não muito preocupado por infringir a lei e enfatizava o fato de ele ter admitido com indiferença que estava para ser julgado por supostas violações do Wireless Telegraphy Act [Lei de Telecomunicações], que à época proibia grampos de telefones e escutas por meio de microfones ocultos: “O processo ainda não chegou ao juiz, mas a sentença será uma multa, quando chegar.” Naquele mesmo ano de 1971, ele e três outros foram processados por falsidade ideológica para obtenção de informações, com base nos termos da antiga lei do direito consuetudinário de que havia se mancomunado com outros para realizar atos prejudiciais à sociedade. Foram todos condenados, mas

apelaram à Câmara dos Lordes e venceram com o argumento de que mentir não era crime.

A partir de meados dos anos 1980, Ian Withers passou a vender seus serviços para o *The Sunday Times*, que fazia parte do conglomerado de Rupert Murdoch desde 1981. Ele trabalhava principalmente para o especialista em investigações do jornal, Barrie Penrose. A esta altura, o Data Protection Act [Lei de Proteção de Informações], de 1984, já tinha entrado em vigor, tornando crime obter informações de uma base de dados confidencial exceto nos casos de interesse público.

Withers foi o pioneiro. No final, havia dezenas de especialistas seguindo seus passos, levantando informações confidenciais para jornais por meio de métodos legais ou não. Quarenta e dois deles estão listados — muitos deles tornados públicos pela primeira vez — no apêndice deste livro. A ligação entre eles e o trabalho pioneiro de Withers foi forjada por um homem que esteve no meio da mais estranha variação de crimes perpetrados na imprensa britânica.

No início da década de 1980, esse homem era um jovem contrarregra cansado de seu trabalho em pequenos teatros londrinos. Certo dia, viu no seu jornal local, o *Richmond and Twickenham Times*, um anúncio de vagas em uma agência de investigações particulares. Acontece que, por alguma razão desconhecida, os respeitáveis subúrbios de Richmond e Twickenham haviam atraído uma massa de detetives particulares que ingressaram na crescente indústria do “rastreamento” de pessoas.

Alguns detetives particulares — conhecidos também por DPs — afirmam que a culpa é de Margaret Thatcher. Para eles, sempre houve uns poucos especialistas que rastreavam e localizavam pessoas que sumiam deixando dívidas atrás de si. Esses rastreadores eram peritos em garimpar informações em registros públicos, mas também eram impostores, ligando

para indivíduos e organizações e inventando mentiras para persuadi-las a revelar pistas do paradeiro do alvo. A década de 1980 assistiu a Thatcher engendrar uma explosão no crédito que levou milhões a tomar financiamentos imobiliários, empréstimos bancários e compras parceladas. Isso, por sua vez, gerou uma explosão na inadimplência, já que muitos novos devedores pegaram o dinheiro e sumiram. A demanda por rastreadores disparou. Dezenas de novos funcionários foram recrutadas por especialistas já estabelecidos, entre eles a empresa de Ian Withers, a Nationwide. Outros detetives particulares entraram no mercado, criando novas agências de rastreamento. Foi o anúncio de uma dessas, localizada na sobreloja de uma lanchonete em Twickenham, que atraiu a atenção do jovem contrarregra.

Contratado, ele adotou, por motivos profissionais, o pseudônimo “Al Green”. Era bem diferente da maioria dos detetives particulares, que em geral eram ex-policiais, como Ian Withers. Al Green nunca estivera na polícia e costumava sentir desprezo por policiais devido à truculência deles. Era muito irritadiço, muito inteligente e instintivamente de esquerda. E havia ainda um detalhe que fazia dele um espécime raro na nova profissão: era viciado em heroína — seria um traço decisivo.

Green logo descobriu que era estranhamente hábil como rastreador. Costumava dizer a amigos que o emprego lhe caía como uma luva porque sempre se sentira meio incapaz e aquela era uma rara chance de ele assumir um desafio e vencer. Também reconheceu que, quando se trata de inventar, enrolar e mentir, um viciado em heroína desenvolve um talento e tanto para enganar todos ao seu redor, inclusive ele próprio. Ele costumava contar a piada sobre a diferença entre um alcoólatra e um viciado em drogas: “O alcoólatra rouba a sua carteira. O viciado em heroína rouba a sua carteira e depois ajuda você a procurá-la.”

Em pouco tempo, ele aprendeu a passar a l bia na polícia e conseguir que liberassem dados de seus arquivos confidenciais e a enganar a British Telecom para obter dela as contas detalhadas, com os números chamados, que a empresa passara a apresentar aos clientes em 1987 — estas eram conhecidas como registros de chamadas. Enquanto outros rastreadores inventavam histórias para convencer bancos a informar o endereço de um novo correntista, Green passou a obter também extratos bancários. Certa vez, ao enfrentar dificuldades para romper a barreira do Barclays Bank, ele passou-se por estudante de p s-gradua o que pesquisava sistemas de computadores para sua tese e conseguiu passar um dia como convidado de uma das empresas fornecedoras do software usado pelo banco.

Green teve rápida ascensão na empresa e se tornou responsável pelo treinamento em uma das empresas de rastreamento mais antigas, administrada por um italiano chamado Dick Rinaldi, em Ealing, no oeste de Londres. Ali ele transmitiu seus conhecimentos a dezenas, talvez centenas de outros, até ingressar, em 1987, na sucursal de Streatham da Nationwide. Foi ali que estabeleceu o primeiro contato com jornais, usando as liga es de Withers com o *The Sunday Times*, para o qual obteve, enrolando e mentindo para algumas fontes militares, detalhes pessoais dos soldados da unidade de elite que tinham matado a tiros, numa a o muito controversa, tr s terroristas do IRA em Gibraltar no ano de 1988. Foi então que a heroína cobrou seu preço.

Em 1988, a situa o de Green tinha evoluído para um estágio tão grave que, de acordo com um antigo colega, ele ficava chapado o dia inteiro e tinha que parar o carro para vomitar antes das visitas aos clientes. Percebendo quão encrencado estava, começou a frequentar reuniões dos Narcóticos Anônimos. Por obra do acaso, como costuma acontecer em eventos decisivos, ele ouviu falar de um outro

detetive-rastreador com problemas com heroína que frequentava as reuniões dos Narcóticos Anônimos. Como essa pessoa tem o direito de manter seu passado de viciado em sigilo, vou chamá-lo de “Blue”.

Como Al Green, Blue era um dos poucos detetives particulares que não foram policiais; ele também trabalhava como rastreador para uma agência de Fulham. Tinha um charme natural e conseguiu passar a lábia em três agências governamentais para entrar nos sistemas de auxílio-doença, seguro-desemprego e outros benefícios. Há gente que larga o cônjuge sem pagar pensão, outros abandonam o negócio sem pagar fornecedores, mas muito poucos abrem mão dos benefícios a que têm direito dos programas sociais. Blue descobriu os códigos numéricos com os quais as agências se identificavam quando ligavam para a central e aprendeu também o jargão delas. Com isso, ligava para a central e em poucos minutos de conversa descobria o paradeiro de seus alvos. Ele costumava dizer que “o truque é abrir a fechadura com jeito, com muito cuidado, e não deixar nenhuma marca. Depois, basta trancar de novo e deixá-la como estava, de forma que ninguém saiba que você pegou a informação”.

Em 1986, Blue já trabalhava por conta própria: montara seu próprio negócio de rastreamento especializado no sul de Londres e mantinha uma atividade paralela numa *offshore* dedicada à obtenção de informações de bancos internacionais. Embora estivesse havia anos sem usar heroína, ele ainda ia às reuniões dos Narcóticos Anônimos em Londres, onde Al Green o conheceu. Em 1988, começaram a trabalhar juntos. Formavam uma parceria perfeita. Ambos conheciam o ofício, ambos estavam cansados de ganhar dinheiro para os outros. Al Green cuidaria do treinamento dos novos funcionários e Blue ficaria encarregado de achar novos candidatos e de trazer um fluxo contínuo de bons clientes que captaria nas reuniões dos Narcóticos Anônimos (as reuniões

do grupo de Chelsea eram frequentadas por pessoas particularmente ricas). Foi assim que o escritório deles no sul de Londres se transformou numa fábrica de vigarice povoada por um fluxo contínuo de viciados em processo de reabilitação.

A melhor contratação que fizeram foi Michael Boddy, conhecido como “Micky the Mouse”, um ex-aluno de escola pública que se viciara em heroína e passara anos morando na rua. Ele teve septicemia, provavelmente devido ao uso de agulhas sujas, e seu braço foi amputado. Ao recuperar a saúde, com a ajuda dos Narcóticos Anônimos, passou a ter uma vida mais estável, fazendo jardinagem, entrando para a Sociedade dos Cultivadores de Orquídeas da Grã-Bretanha e colecionando gravuras antigas de plantas. Sob a orientação abalizada de Al Green, também se tornou especialista em enganar a British Telecom e companhias de telefonia móvel, roubando delas números fora da lista telefônica, números das listas de amigos e familiares e registros de chamadas. Ele se gabava de que entre seus milhares de vítimas estavam a rainha, a princesa Diana e David Beckham. Tornou-se conhecido no meio como o maior enganador de companhias telefônicas do Reino Unido, ou, como ele gostava de dizer, o “ás do rastreamento”. Também era famoso por seu temperamento volátil, razão pela qual o mandaram trabalhar em casa, e não no escritório de Blue.

Integrantes da rede argumentam que realmente não sabiam que parte do que faziam era ilegal. Um afirma que sabia que era algo “inapropriado”, mas, como boa parte do trabalho era localizar fraudadores e maus pagadores, achava que era aceitável. Operando bem longe das agências de detetives mais tradicionais, esse grupo altamente qualificado prosperou na bolha do rastreamento de devedores, prestando serviços regularmente para as áreas de crédito imobiliário do

Lloyds Bank e do National Westminster Bank. E também para os jornais de Rupert Murdoch.

Al Green manteve a ligação com o *The Sunday Times* e fez alguns serviços para a equipe de investigação do jornal, o Insight. Blue passa também a prestar serviços para eles. De alguma forma, não se sabe como, conseguiu ajudá-los a entender o labirinto das contas bancárias da Polly Peck, empresa gigante do ramo têxtil que quebrou em meio a um escândalo na década de 1990, e a rastrear dinheiro que tinha sido lavado por alguns dos principais gângsteres de Londres.

Foi graças a essa rede que o ex-ator John Ford aprendeu seu ofício antes de se tornar um ladrão de informações em tempo integral para o *The Sunday Times*. A carreira de Ford vinha se arrastando; o fundo do poço fora a participação em um comercial do McDonald's. Ele acabou se tornando um brilhante generalista, enganando alvos de qualquer ramo. Vários repórteres do *The Sunday Times* tinham o número do seu telefone. Trabalhou em matérias sérias — revelando casos de corrupção e supostos abusos sexuais no esporte — e também em casos de mexericos, como quando descobriu dados confidenciais sobre o então ministro trabalhista Peter Mandelson, em uma tentativa de provar que ele mantinha um relacionamento homossexual.

Com o tempo, outros jornais começaram a usar o grupo. Um membro da rede formada nos Narcóticos Anônimos disse que, em 2000, Andy Coulson, à época editor-chefe-adjunto do *News of the World*, negociava diretamente com eles. Blue se aproximou também do *The Mail on Sunday*. Um repórter desse jornal se lembra dos registros detalhados de ligações, obtidos de forma ilegal pela rede, feitas pelo filho da ex-primeira-ministra, Mark Thatcher, e pelo bilionário da indústria siderúrgica Lakshmi Mittal, que fora acusado de tráfico de influência no governo de Tony Blair.

No entanto, a principal ligação entre o grupo dos Narcóticos Anônimos e os jornais britânicos foi forjada por um intermediário, um ex-soldado atarracado do sul de Londres chamado Gary Lowe, conhecido por alguns como O Cabo. Lowe tinha a própria empresa de investigações, a Chimera, que funcionava em sua casa, em Croydon, e também era sócio de Blue na *offshore* especializada em bancos internacionais. Quando os clientes precisavam de serviços de rastreamento e localização de pessoas, Lowe subcontratava Al Green, Blue e sua rede. No início, ele atendia clientes corporativos, mas, de acordo com algumas pessoas do ramo, tornou-se o mais prolífico entre os detetives que trabalhavam para a imprensa britânica — como seria de se esperar, parece que começou com um jornal de Murdoch, o diário *Today*, que a News International comprou em 1987 e vendeu em 1995.

Um integrante da rede dos Narcóticos Anônimos lembra que tudo começou de maneira hostil. Um jornalista do *Today* entrou em contato com Lowe e pediu-lhe que fizesse alguns serviços de rastreamento. Lowe subempregou Al Green para a tarefa com a instrução de terminá-la com máxima urgência. Green fez isso e, 24 horas depois, o resultado estava estampado nas páginas do *Today* como parte de uma matéria sobre o mundo secreto dos detetives particulares — um verdadeiro desastre para os profissionais que se dedicavam à obtenção de informações por meios ilegais. Mas depois, numa deslumbrante mostra de incoerência, o jornal de Murdoch, reconhecendo o valor de um homem como Lowe, passou a utilizar seus serviços. O *News of the World* e o *The Sunday Times*, entre outros veículos de Murdoch, passaram a ser clientes do detetive.

Como costuma acontecer nos crimes da imprensa britânica, a infecção se espalhou dos jornais de Murdoch para seus concorrentes. De acordo com relatos do próprio Lowe a amigos, ele chegou a trabalhar com cinquenta jornalistas de

veículos nacionais, inclusive alguns do grupo Mirror, frequentemente subempregando serviços para membros do grupo dos Narcóticos Anônimos. Por exemplo, quando o *Daily Mirror* investigou, em 1990, as transações financeiras do líder sindical minerador Arthur Scargill: segundo uma fonte, foi o grupo que roubou as informações das contas bancárias de Scargill.

Lowe tinha suas desavenças com a lei. Contou a amigos que chegou a ser acusado de corrupção por supostamente comprar informações confidenciais que teriam sido fornecidas por um funcionário do Departamento de Trânsito de Swansea, mas, disse ele, o processo foi arquivado antes de ir a julgamento. Ele continuou trabalhando para jornais até 2010.

Muitos outros detetives especializados em roubar informações seguiram o exemplo e passaram a trabalhar para a imprensa britânica (veja o apêndice), incluindo Steve Whittamore, que atuara como rastreador para clientes corporativos até 1991, quando o *News of the World* o abordou oferecendo muito mais dinheiro do que seus outros clientes pagavam. Todas essas atividades eram consideradas potencialmente ilegais se não fossem necessárias ao interesse público. Parte delas, sem dúvida, era dentro da lei. Mas a verdade é que, naquela época, ninguém na imprensa estava muito preocupado com isso. Não havia regras.

* * *

Quem estiver de fato interessado em entender por que as coisas deram tão errado com os jornais britânicos, a resposta cabe em duas palavras: “Kelvin MacKenzie.”

Quando Rupert Murdoch o alçou ao cargo de editor-chefe do *The Sun*, em 1981, MacKenzie pegou o manual de conduta do jornalismo e jogou em uma das privadas nojentas do jornal. A partir daquele momento, até enfim ser afastado do cargo em

1991, o mundo de MacKenzie era regido por parâmetros bastante simples: vale tudo, ninguém se importa, ninguém pode nos deter. Nomeado por um homem que se orgulhava de não ser do ramo e de não conhecer limites, Kelvin MacKenzie era um editor-chefe que seguia à risca a filosofia de vida do patrão, isto é, não estava nada interessado na mais fundamental de todas as regras do jornalismo: tentar contar a verdade. Como ele próprio revelaria mais tarde, num seminário organizado pelo juiz Leveson, sua opinião sobre checagem de fatos era bem simples: “Basicamente minha abordagem era a seguinte: se parecia verdade, provavelmente era verdade e, portanto, deveríamos publicar.”

Estamos falando do editor-chefe que se referia aos computadores da redação como “máquinas de mentiras” e que “maquinou” uma longa lista de matérias falsas como, por exemplo: a famosa “entrevista exclusiva mundial” com Marica McKay, viúva de um soldado britânico morto nas ilhas Falkland, que, na verdade, não tinha concedido nenhuma entrevista ao *The Sun*; a perversa calúnia contra torcedores do Liverpool, acusados pelo *The Sun* de mijar em policiais e de furtar coisas dos bolsos dos mortos no desastre do estádio Hillsborough; a reportagem, totalmente inverídica, publicada na primeira página, sobre o comediante Freddie Starr ter comido um hamster vivo em um sanduíche; a história falsa de que Elton John teria transado com um garoto de programa. MacKenzie rememorou para o juiz Leveson como o *The Sun* havia pagado 1 milhão de libras de indenização ao cantor por essa maquinação específica e como, depois de refletir sobre a política do *The Sun* de tentar checar os fatos, chegara a uma terrível conclusão: “Checar os fatos não serviu para nada. Então nunca mais chequei nada.”

O código de conduta da PCC estabelecia que jornalistas não deveriam invadir a privacidade das pessoas. MacKenzie simplesmente teve a ousadia de dizer que “não se importava

com isso”. Um exemplo bem delicado da necessidade de proteção da privacidade era o artigo da lei que determinava que jornais não podiam identificar vítimas de estupro. No entanto, MacKenzie a ignorou, foi em frente e publicou na primeira página a foto de uma mulher que havia sido estuprada com particular violência.

A violação das regras chegou ao ápice a partir do ano em que MacKenzie se tornou editor-chefe do *The Sun* e, por coincidência, o Reino Unido assistiu ao primeiro capítulo do que viria a ser a história da vida real que mais interesse despertou no planeta. Em 1981, a família real ganhou uma nova princesa. Para o bem e para o mal, a história de Diana pôs abaixo o muro de deferência que até então havia protegido a vida privada dos moradores do palácio. O *The Sun*, de MacKenzie, foi o pioneiro. Se isso significava publicar fotos de Diana grávida de seis meses e vestindo biquíni, tiradas com potentes teleobjetivas sem ela saber, para MacKenzie não era problema, porque estava apenas mostrando “um interesse legítimo no lado humano, comum, da família real”. Se significava inventar histórias, para ele também não tinha problema. Em seu brilhante relato de sua passagem pelo *The Sun*, o livro *Stick it Up Your Punter!*, Peter Chippindale e Chris Horrie descrevem a ocasião em que MacKenzie disse ao repórter que cobria a família real, Harry Arnold, que ele precisava colocar uma matéria sobre a realeza na primeira página toda segunda-feira, e arrematou: “Não se preocupe se não for verdade. Só não pode provocar muito rebuliço.”

A partir do instante em que a vida privada de Diana foi arrastada para dentro das redações e convertida em matéria-prima a ser explorada sem limites, as vidas privadas de outras figuras públicas também entraram no jogo. E o mesmo aconteceria com as vidas privadas de pessoas comuns. Não havia regras. MacKenzie abraçou uma abordagem rasteira e

populista do mundo, projetada para agradar a um leitor imaginário do *The Sun*, definido, em suas palavras, como “o sujeito que você encontra no pub, um velho fascistão que quer mandar os arabezinhos de volta pro lugar de onde vieram, que quer comprar sua casinha sem graça no conjunto habitacional da prefeitura. É o sujeito que tem medo dos sindicatos e da Rússia, detesta os homossexuais, os excêntricos e os traficantes de drogas”.

MacKenzie não apenas produzia um jornal destinado a agradar a esse racista imaginário, como era ele mesmo racista e preconceituoso. Chippindale e Horrie lembram que ele tinha a mania de referir-se a homossexuais como “comedores de cu” e “veados”. Ele publicou uma matéria falsa citando um psicólogo inventado que teria dito que “todos os homossexuais deveriam ser exterminados para deter a epidemia de Aids”. Também demonstrou ser racista, como quando desdenhou do filme de Richard Attenborough sobre Gandhi, desqualificando-o como “um monte de asneiras sobre um escurinho nojento e magricelo”.

Tendo em vista tal posição, é lógico supor que ele simplesmente abandonou qualquer pretensão de correção na cobertura das questões envolvendo o governo do país. Duzentos anos atrás, jornalistas britânicos desgraçaram seu ofício ao vender ajuda a políticos — por alguma remuneração, esses jornalistas picaretas escreviam tudo o que seus chefões pediam. Não obstante todos os esforços do jornalismo para tentar se redimir, MacKenzie agia como um jornalista vendido, porém não remunerado, e transformou o *The Sun* em arma para atacar todos que viessem a incomodar seu velho leitor “fascistão”, mesmo que para isso tivesse de maquinar matérias mentirosas ao longo do caminho.

MacKenzie impingia seus maus modos sobre quem trabalhava para ele. Provavelmente nunca existiram regras contra o assédio moral, mas, se existissem, ele seria um

infrator contumaz. Na redação, era campeão olímpico em tirania. Colin Dunne, um articulista que trabalhava no *The Sun* antes de MacKenzie se tornar editor-chefe, descreveu assim o regime impiedoso de trabalho por ele imposto: “Sempre que via uma sala vazia, ou mesmo uma cadeira vazia, por neurose Kelvin deduzia que alguém que deveria estar trabalhando estava em algum lugar se divertindo. E era sua missão encontrar a pessoa e dar um basta naquilo.” Chippindale e Horrie recordam o “conselho” que MacKenzie deu a um velho artista gráfico cuja presença o aborrecia: “Faça um favor a todos nós, seu idiota inútil. Corte a sua garganta.”

A infecção se espalhou pelo *The Sun* e se alastrou ainda mais à medida que pessoas que trabalharam sob seu comando foram para jornais rivais, levando na bagagem seus métodos temerários. Se não havia regras nas redações, por que alguém se preocuparia em seguir a lei?

* * *

Rupert Murdoch estava certo: fazia anos que o negócio das propinas estava de vento em popa nas sarjetas sombrias da imprensa. Na década de 1970, Robert Mark, comissário da Polícia Metropolitana, descobriu que repórteres policiais compravam informações de agentes da polícia e denunciou a prática “como uma das mais duradouras e bem urdidadas hipocrisias impingidas sobre a opinião pública”. As propinas cessaram. Murdoch só deixou de dizer que foi um dos seus mais graduados executivos editoriais no Reino Unido quem ressuscitou a prática: Alex Marunchak, repórter policial que subiu na carreira e chegou ao posto de editor-executivo do *News of the World*.

Nascido na Ucrânia, falso e insensível por natureza, Marunchak formou uma dupla famosa com Greg Miskiw, também ucraniano. Os dois trabalhavam juntos, falavam em

ucraniano juntos e infringiam a lei juntos. Marunchak sempre foi o líder. A fim de obter matérias para o jornal e elogios, a fim de vencer os concorrentes e custear seus pesados vícios em bebida e jogatina e, não menos importante, a fim de conseguir promoções aos postos mais altos do jornal, ele nadava em um mar de corrupção. E não fazia muito esforço para esconder isso. Não precisava.

Seus antigos colegas dizem que, desde meados da década de 1980, Marunchak era cliente assíduo do ex-investigador que descobri quando fazia a pesquisa para o livro *Flat Earth News*, um homem que fora expulso da Polícia Metropolitana em meio a um escândalo de corrupção e se reinventou como intermediário encarregado do leva e traz de propinas entre jornais e policiais da ativa. Seu nome — publicado pela primeira vez neste livro — é John Ross, conhecido entre jornalistas do *News of the World* como “Rossy”.

Marunchak e o ex-policial de rosto avermelhado formavam uma parceria poderosa: bebiam juntos no Old Rose on The Highway, em Wapping, iam a festas de Natal da polícia, onde, dizia-se, não faltavam prostitutas e drogas, armavam esquemas com policiais da ativa, chegando a pagar alguns para fazerem bicos vigiando alvos do jornal ou darem apoio quando algum jornalista se encrencava em bocas de crack. Antigos colegas afirmam que, com a ajuda de Rossy, policiais recebiam dinheiro a torto e a direito. Tudo fora da lei, mas ninguém se importava. Dizem que certa vez Marunchak chegou a contratar dois agentes da unidade de elite da polícia para ir de carro até o Leste Europeu para trazer um carregamento de vodca que ele queria importar.

As atividades de Rossy logo se multiplicaram até ele formar uma rede de contatos com policiais corruptos. As notícias correm em uma organização como a Polícia Metropolitana, na qual as pessoas são transferidas de uma delegacia a outra, de um batalhão a outro. Assim, todos sabiam que, se topassem

com uma celebridade infringindo a lei ou sendo vítima de um crime, ou com uma ocorrência que cheirava a escândalo ou com um crime sexual apimentado, podiam dar uma espiada nos boletins policiais sigilosos, dar a dica a John Ross e faturar um dinheirinho extra. Tal prática atingiu o ápice em fevereiro de 1994, quando a polícia encontrou o corpo de um parlamentar do Partido Conservador, Stephen Milligan, morto acidentalmente por sufocamento em uma rodada autoerótica de asfixia. Um policial avisou Rossy, que vendeu a história e faturou milhares de libras. Uma fonte que conhece bem tanto Rossy quanto Marunchak afirma que, em dado momento, altas somas eram canalizadas para um oficial do alto escalão da Scotland Yard. Um dos policiais da assessoria de imprensa da Scotland Yard, já falecido, sofreu medidas disciplinares por vender informações a John Ross.

Rossy não era a única ligação de Marunchak com policiais desonestos. Em março de 1987, quando Marunchak estava sendo promovido para trabalhar na editoria de noticiário, um crime chocou o sul de Londres: Daniel Morgan, um detetive particular de 37 anos, foi encontrado morto com um machado cravado no rosto no estacionamento de um pub em Sydenham. Para os jornalistas era uma história importante, porque logo ficou claro que a investigação policial tinha descoberto um emaranhado de crimes e corrupção policial. Começaram então a trabalhar para desmascarar a trama. Para Marunchak, a corrupção evidente era uma oportunidade irresistível. Resolveu que faria parte do esquema.

Dois homens ocupavam o centro desse emaranhado. Um deles era o sócio de Daniel Morgan, Jonathan Rees, um sujeito de 32 anos à época, pesado, beberrão e nascido em Yorkshire. Poucos dias após a morte de Morgan, os encarregados da investigação concluíram que Rees era o principal suspeito. Como detetive particular, ele não possuía nenhum talento especial: tinha trabalhado na marinha

mercante, depois como segurança de loja e, no final dos anos 1970, como segurança em uma empresa onde Morgan também tinha trabalhado. Em 1981, abriu com Morgan sua própria agência de detetives, trabalhando para escritórios de advocacia locais, entregando mandados judiciais, colhendo informações. Como todos os seus negócios, os seus contatos e a sua beberagem se concentravam no labirinto lúgubre de prédios de tijolinhos vermelhos do sul de Londres, batizaram a empresa de Southern Investigations.

A segunda figura-chave era um sargento de polícia corpulento, rude e corrupto que comandava o batalhão local, em Catford, sul de Londres. Chama-se Sid Fillery e tinha quarenta anos à época. De acordo com ex-colegas, Fillery costumava surrar prisioneiros, plantar provas falsas em suspeitos; além disso, bebia muito em serviço e guardava na gaveta uma pilha de fotos de garotos fazendo sexo. Dias após o assassinato de Morgan, investigadores concluíram que seu trabalho estava sendo obstruído por Fillery. Apuraram que, nos cinco anos anteriores, ele mantivera amizade estreita com Jonathan Rees: ambos eram maçons e costumavam aparecer nos pubs locais, pagando rodadas de bebida, dando tapinhas nas costas e discutindo negócios, muitas vezes com outros policiais. Rees arregimentava Fillery e seus colegas policiais para realizar serviços para sua agência e lhes pagava por informações tiradas dos computadores da polícia. Na verdade, Rees passava tanto tempo com Fillery e seus colegas que alguns policiais achavam que ele devia ser policial também e lhe davam acesso às delegacias locais.

Quando Jonathan Rees foi apontado como principal suspeito da morte de Daniel Morgan, coube a Fillery interrogá-lo e ir ao seu escritório para apreender documentos cruciais, os quais viriam a desaparecer. Um ano depois de Morgan ter sido encontrado morto, retalhado e sangrando naquele

estacionamento, Fillery saiu da polícia e o substituiu como sócio de Rees na Southern Investigations.

Passei a me interessar pelas atividades deles quando trabalhava no *Flat Earth News*. Muito mais detalhes vieram à tona desde então, em boa medida porque a certa altura a corregedoria da Scotland Yard finalmente ficou tão preocupada com o caso não esclarecido do assassinato de Daniel Morgan e com a rede de corrupção criada em torno da Southern Investigations, que decidiu fazer uma investigação sigilosa contra Rees e Fillery, em que grandes quantidades de informações foram levantadas, inclusive sobre suas ligações com jornais. Em 1997, a corregedoria convenceu um investigador aposentado, Derek Haslam, a trabalhar como informante. Quando na ativa, Haslam tivera contato com Jonathan Rees e vira como funcionava a corrupção com alguns policiais que lidavam com ele. Ele agora restabeleceria o contato com a agência de Rees e toda semana enviaria relatórios por meio de um intermediário que o encontraria em lugares públicos, como aeroportos. Para protegê-lo de vazamentos dentro da Scotland Yard, todas as informações fornecidas por ele eram registradas com um nome falso. Chamavam-no de Joe Poulton. No início de 1999, alarmada com a dimensão da criminalidade que Haslam reportava, a corregedoria plantou um dispositivo eletrônico de escuta no escritório da Southern Investigations. Por meses, o aparelho ficou lá, despercebido, gravando centenas de horas da criminalidade corriqueira.

Parte das informações levantadas tinha a ver com crimes pesados, sem qualquer relação com jornais: parceiros de Rees e Fillery importando drogas da Irlanda e escondendo quilos de cocaína em um cemitério de Londres, lavando dinheiro para um chefe das drogas do sul de Londres, roubando drogas de um traficante rival, tentando passar dicas à polícia para prejudicar duas outras gangues de traficantes

do sul de Londres, plantando drogas no carro de um investigador que trabalhava no caso do assassinato de Morgan. Como sempre, havia sinais claros de corrupção policial, o oxigênio indispensável na rotina da Southern Investigations. Certa vez, o microfone escondido captou Rees falando sobre um policial corrupto: “É corrupto até o cu. Eu adoro um tira corrupto.”

Eles eram muitos, e alguns acabaram sendo pegos, como o investigador “Skinny” Tom Kingston, preso por participar do roubo de dois quilos de anfetamina de um traficante; o ex-detetive Martin King, preso por corrupção e por obstrução da Justiça; o ex-investigador “Drunken” Duncan Hanrahan, encarcerado por complô para fornecer drogas, assaltar e furtar e obstrução da Justiça. Havia ainda um poderosíssimo comandante da polícia que, de acordo com Haslam, estava envolvido até o pescoço em assaltos, receptação e venda de produtos roubados e proteção a um dos gângsteres mais poderosos de Londres — ele não foi pego. Todos tinham suas próprias ligações com outros policiais corruptos. A teia criminosa, de acordo com as palavras gravadas de Rees e Fillery, se estendia além da corporação e alcançava um analista contábil fiscal (que tinha acesso a informações confidenciais sobre todos que tocassem uma empresa) e agentes alfandegários corruptos. De acordo com uma fonte próxima da Southern Investigations, se todos os contatos falhassem, Rees dizia que ele mesmo poderia tomar emprestada uma identificação oficial e passar por policial.

Entre outras vantagens, a rede proporcionava a Rees e Fillery acesso indevido aos arquivos confidenciais dos computadores da Scotland Yard. O grampo no escritório gravou-os certa vez rindo dos amigos de corporação que roubavam cartões magnéticos de colegas para logar no sistema em seus nomes. Um dos seus parceiros na polícia deixara a corporação e levava o livro de códigos que permite

aos policiais em campo acessar remotamente o computador e obter informações. A primeira reação de Rees foi se perguntar se eles não deveriam tentar roubar o livro de códigos.

A rede de contatos na polícia permitiu a Rees e Fillery alcançar seus objetivos ilegais: vender informações privilegiadas ou uma ajudinha a um cliente acusado de algum crime, roubar da polícia dados sobre quem estava sendo procurado e por quais crimes, ajudar parceiros envolvidos em tráfico de drogas. Em um telefonema captado pelo grampo, Rees discutiu o emprego de contatos na alfândega para plantar provas no inimigo de um cliente. Em outra ele se gabou de pagar 100 libras por mês a um policial para verificar no computador da Polícia Metropolitana se havia algum registro sobre ele e Fillery; foi assim, dizia Rees, que descobriram que um policial hostil tinha preparado um relatório ligando-os a um plano para vender 500 mil libras de anfetamina.

A corregedoria da Scotland Yard tentou resumir o que descobriu sobre as atividades da Southern International em um relatório interno, que concluiu: “A partir do exame minucioso da corrupção policial em Londres, pode-se afirmar que Rees e Fillery são um elo crucial entre a criminalidade e a força policial. Nada do que fazem beneficia o sistema de justiça criminal.”

Alex Marunchak mergulhou na fossa da Southern Investigations e tentou dali extrair tudo o que pudesse encontrar para o *News of the World*. Jornalistas que trabalharam para ele descreveram como “os rapazes do Sid” eram presenças assíduas na redação, no bar Old Rose, na frente das casas de seus alvos, tirando e furtando fotos que seriam incluídas em dossiês, agindo como guarda-costas, e, acima de tudo, vendendo informações obtidas por meios ilícitos. Rees se gabava de que não havia nada que estivesse fora de seu alcance, “nem mesmo o histórico médico da

rainha”, disse ele a Derek Haslam. Só entre 1996 e 1997, o *News of the World* pagou à Southern Investigations mais de 166 mil libras.

Na mira da Southern estavam celebridades, criminosos, a família real, políticos importantes e qualquer um que fisesse a atenção de Marunchak. Quando ele queria um relatório com dados confidenciais sobre algum órgão governamental para uma reportagem, era o policial “Skinny” Tom Kingston quem fornecia. Quando a Southern Investigations queria saber algo sobre os movimentos da família real, de ministros ou sobre prisioneiros que poderiam fugir, um motociclista do batalhão de escolta especial lhes passava tudo o que queriam. Quando o *News of the World* decidiu revelar que o então ministro das Relações Exteriores, Robin Cook, tinha uma amante, foi a Southern Investigations quem armou para que um ex-policia, Steven “Sid” Creasey, o vigiasse.

Eles também conseguiram estabelecer vínculos com policiais corruptos no exterior. Quando Marunchak precisou de informações dos Estados Unidos sobre Darius Guppy, um ex-aluno do tradicional Eton College procurado por forjar um assalto a uma joalheria em Nova York e aplicar o golpe do seguro, Rees resolveu o problema, como registrou o microfone oculto: “Temos contatos fantásticos nos Estados Unidos. A associação de ex-policiais de lá funciona como se eles ainda estivessem na ativa; continuam por dentro do que está acontecendo e ainda têm acesso a tudo.” Descreveu também como conversara com um ex-agente do FBI. “O cara disse ‘Sim, sim, deixa comigo’, e, antes de Guppy ser preso, nós já tínhamos cópias do arquivo superconfidencial da Polícia Metropolitana com o mandado de prisão, fotografias e informações... Assim, antes mesmo de o pegarem, o pessoal do *News of the World* já tinha tudo na mão.”

Independentemente de Rees, Marunchak tinha outras fontes escusas. Ao saber que outro jornalista do *News of the*

World conhecia um servidor civil lotado na polícia, ele pagou ao sujeito 800 libras para vaziar informações confidenciais. Também foi atrás de um contato no setor de emissão de passaportes que poderia fornecer detalhes de qualquer um que tivesse dado entrada no pedido de um passaporte, fotografia inclusive, em apenas 24 horas.

Marunchak se deu bem com essa prática: subiu na hierarquia até se tornar editor-executivo sênior e depois editor-chefe da edição irlandesa, baseada em Dublin. Continuou duro e implacável com os alvos das matérias do *News of the World*. Durante sua ascensão, em maio de 1996, um padre católico, Benjamin O'Sullivan, se matou depois de ser acusado de pedofilia por um de seus repórteres. Marunchak apenas fez piada do caso, enviando uma mensagem pelo sistema interno da redação sobre a “morte daquele padre veado”.

Ele também permanecia um mistério. Vários colegas achavam que Marunchak tinha conexões com agências de inteligência, o que não deixava de ser uma possibilidade para um ucraniano baseado no Ocidente durante a Guerra Fria. O certo é que trabalhou como tradutor para a Polícia Metropolitana. Um repórter afirma ter sido convidado por ele para um drinque no hotel Ritz e que se juntaram a eles o ex-investigador John Ross e um funcionário da embaixada americana, que depois tentou recrutá-lo para a CIA. Ele próprio dava corda para os rumores. De acordo com uma fonte que manteve contato com ele em 2010, Marunchak tirava do bolso seu celular e exibia vários números que afirmava serem seus contatos no MI5, o serviço secreto inglês.

Também aqui, o conluio com Rees e Fillery se espalhou da redação de Murdoch para outros jornais. Assim que Marunchak estreitou relações com a Southern Investigations, vários repórteres do *News of the World* descobriram o que ele

fazia e levaram a conexão com eles ao irem trabalhar em outros veículos. Doug Kempster, que trabalhara em Londres e Birmingham para o *News of the World*, foi para o *Sunday Mirror* em 1996 e se tornou cliente regular da rede de Rees e Fillery. Gary Jones, que trabalhara com Marunchak em Londres, foi para o *Daily Mirror* como repórter policial e pouco depois estabeleceu laços com a Southern Investigations. Roteiro similar foi seguido por Mark Thomas, chefe de reportagem do *News of the World*, depois editor-chefe-adjunto do *Daily Mirror* e, finalmente, editor-chefe do *Sunday People*.

O grampo da polícia captou Kempster, no *Sunday Mirror*, pedindo que a Southern Investigations invadisse a conta bancária do príncipe Edward e da condessa de Wessex; gravou também sua opinião sobre os asiáticos — “gosto mais deles mortos” — e uma piadinha sua com Rees sobre um “crioulo pernetá”. Há também uma gravação de Rees discutindo com Gary Jones o pagamento de uma fatura alta por serviços encomendados por Jones e Mark Thomas para o *Daily Mirror* e dizendo-lhe que não poderia discriminar na fatura os números de telefone que tinham sido vazados “porque o que estamos fazendo é ilegal, certo? Não quero ter ninguém aqui me investigando e depois me acusando de delitos e crimes, você entende, não é?”.

Mas foi exatamente isso o que aconteceu. A corregedoria, graças a Derek Haslam e à escuta, descobriu, no final de 1999, que Rees tinha sido contratado por um cliente chamado Simon James, que queria impedir que a mulher, Kim, de quem estava se divorciando, ficasse com a custódia dos filhos. Rees concordou em usar seus contatos na polícia para plantar cocaína no carro dela e passar um falso alerta de que ela teria cocaína, de modo que fosse presa e processada. Nesse momento a corregedoria entrou em ação. Simon James e Rees foram condenados a seis anos por conspirar para

obstruir a Justiça. No caso de Rees a sentença foi aumentada para sete anos por um tribunal de apelações.

Em 2002, com Rees ainda preso, a polícia fez uma batida na Southern Investigations de novo, apreendeu o computador de Sid Fillery e encontrou sua coleção de fotos de pedofilia. Em outubro de 2003, no tribunal de primeira instância de Bow Street, Fillery declarou-se culpado de fazer e portar fotos indecentes de crianças e foi incluído no registro de criminosos sexuais. A polícia também submeteu ao Ministério Público da Coroa arquivos detalhando o suposto envolvimento de Rees e Fillery na obtenção de informações por meios ilegais, citando membros de sua rede e anexando provas incriminando Alex Marunchak, Doug Kempster, do *Sunday Mirror*, e Gary Jones, do *Daily Mirror*.

No entanto, em todos os casos o Ministério Público concluiu que não havia provas suficientes que justificassem o indiciamento.

Depois de quatro inquéritos, o assassinato de Daniel Morgan permanece sem solução. Nem Rees, nem Fillery, nem qualquer um de seus parceiros foi declarado culpado de qualquer delito relacionado à sua morte.

* * *

Foi no solo fértil do *The Sun* que o crime de interceptação de mensagens telefônicas fincou raízes na imprensa britânica, em 1998. De acordo com pessoas que lá trabalhavam, foi um jovem repórter do interior quem trouxe a novidade. Por motivos jurídicos, seu nome não pode ser citado, por isso vou chamá-lo de Sand.

MacKenzie havia deixado o jornal quatro anos antes, porém sua cultura destrutiva permanecera, incluindo o assédio moral. Parece que Sand sofreu muito na mão de um editor

particularmente exigente. “Ele não tinha contatos e, mesmo que tivesse, seu chefe os teria roubado”, revela um ex-colega.

Não se sabe como Sand aprendeu a interceptar mensagens, mas é certo que, em 1998, já eram de conhecimento público as vulnerabilidades da segurança dos sistemas de mensagens da telefonia celular. Lutando pela sobrevivência, Sand começou a escutar recados deixados em celulares. Ao que parece, por querer alardear sua esperteza, ele não se preocupou em manter sigilo sobre a atividade. Um antigo colega, que chamarei de Diamond, diz que todos sabiam que as escutas de Sand eram a fonte da cobertura feita pelo *The Sun* do divórcio de Mick Jagger e Jerry Hall em 1999. Segundo Diamond, Bernard Doherty, o relações-públicas do roqueiro, seria o maior alvo das escutas.

“Ele era uma indústria”, afirma Diamond, que também era novo no *The Sun* e estava chocado ao ver que outros repórteres imitavam Sand. “Cheguei então à conclusão de que os jornalistas simplesmente deixaram de ter contatos; uma geração inteira se estabelecendo sem saber conversar, gente que se limitava a se inteirar da vida das pessoas por meio da tecnologia.”

Uma das testemunhas do alastramento do crime pelo *The Sun* foi Sean Hoare, que trabalhou ao lado de Sand e mais tarde confessou abertamente o que acontecia: “Invadi caixas de mensagens de voz. Todo mundo estava metido nisso. De repente, você descobre que tem esse poder. Pode acessar qualquer coisa, pode acompanhar os movimentos das pessoas, saber onde estiveram. Todo mundo se empolgou com esse poder. Ninguém chegou perto de nos pegar.” Hoare mencionou as brigas e tensões entre as Spice Girls e uma discussão pesada entre David e Victoria Beckham como exemplos de matérias que fez graças a escutas ilegais. “A concorrência era muito acirrada. Você acaba saindo da linha para cumprir os objetivos. Você acaba fazendo coisas que em

sã consciência ninguém faria. Vira uma máquina. Todo mundo estava bebendo o sangue de todo mundo.” E foi assim que a prática se alastrou depressa — para fora, a outros jornais que não podiam se dar o luxo de serem batidos pelos truques do *The Sun*, e, de acordo com algumas fontes, também para cima, alcançando instâncias mais altas da imprensa.

O editor-assistente do *The Sun* na época era Andy Coulson. Diamond tem certeza de que Coulson logo ficou sabendo das práticas de Sand e afirma tê-lo visto tocar algumas das mensagens roubadas envolvendo o divórcio de Mick Jagger. Diamond se lembra também do seguinte comentário do editor-assistente sobre Sand: “É um cara de um truque só. Mas é um truque e tanto.”

Quando Coulson se tornou editor-chefe-adjunto do *News of the World*, em 2000, Glenn Mulcaire, com ajuda de Greg Miskiw, já tinha plantado a semente das escutas ilegais no jornal. Entretanto, sob o comando de Coulson e sua editora-chefe, Rebekah Brooks, que também viera do *The Sun*, grampear e invadir caixas de mensagens se tornaram atividades centrais na rotina da redação. Uma das primeiras medidas de Rebekah como editora-chefe foi entrar em contato com Miskiw, que dominava a arte da escuta ilegal quando ela era editora de reportagens especiais do *The Sun*, entre 1996 e 1998. Miskiw acabara de ser enviado para Nova York como editor para os Estados Unidos e Brooks o convocou de volta a Londres, embora sempre tenha insistido que não suspeitava do envolvimento dele em crimes.

Enquanto isso, no *The Sun*, Diamond, Hoare e outro repórter, “Sapphire”, afirmam que o editor da coluna Bizarro, Dominic Mohan, tinha se tornado um entusiasta do hackeamento de informações — o que Mohan nega com veemência. Mesmo assim, Diamond e Hoare sustentam que ele invadiu a caixa de mensagens do próprio Coulson e depois lhe contou o que fizera, dizendo “eu sei o que você fez ontem

à noite”. Imaginou que Coulson acharia engraçado, mas em vez das risadas ouviu uma furiosa saraivada de xingamentos. Hoare afirma que também já teve a caixa de mensagens invadida por Mohan. No Inquérito Leveson, Mohan foi questionado várias vezes sobre seu conhecimento das escutas ilegais e ele negou saber da prática.

Robert Jay, promotor que trabalhou no Inquérito Leveson, perguntou a Mohan se havia um padrão nas fontes de sete matérias publicadas por ele na Bizarre: que Liam Gallagher, do Oasis, e sua mulher na época, Patsy Kensit, “tiveram uma série de ásperas discussões por telefone”; que a atriz de novelas Martine McCutcheon e seu parceiro “tinham conversado por telefone todos os dias desde que se conheceram”; que o ator de novelas Sid Owen “tinha feito um monte de ligações” implorando à namorada para que voltasse para ele; que Anthony Kiedis, do Red Hot Chilli Peppers, andava saindo com uma das Spice Girls e “a estava bombardeando com telefonemas”; que o cantor Robbie Williams andara fazendo “ligações no meio da madrugada”; que a modelo Caprice andava “bombardeando o cantor J, do Five, com ligações”; que um jogador do Manchester United “tem bombardeado” uma modelo com telefonemas.

Mohan respondeu que era difícil lembrar as fontes depois de tantos anos, provavelmente as informações tinham sido obtidas de contatos, e que ele não tinha conhecimento de que alguém da Bizarre tivesse invadido caixas de mensagens de voz, mas não poderia ter 100% de certeza. Em seu relatório, Leveson evitou criticar Mohan. A essa altura, ele havia sido promovido por Rupert Murdoch a editor-chefe do *The Sun*. Mais tarde, tornou-se assistente direto do CEO da News Corp.

Sand, por sua vez, deixou o *The Sun* e foi trabalhar no grupo Mirror. Ex-colegas afirmam que ele continuou a invadir caixas de mensagens de voz, que o fazia descaradamente e gostava de exibir seus truques aos repórteres dos veículos

nacionais do grupo, *Daily Mirror*, *Sunday Mirror* e *People*. Há relatos não confirmados de que alguns editores dos três veículos sabiam das escutas ilegais em suas redações ou as praticavam eles mesmos.

No Inquérito Leveson, Piers Morgan — na época o famoso apresentador do programa da CNN *Tonight with Piers Morgan* — foi acusado de supervisionar escutas telefônicas e invasão de caixas de mensagens de voz durante seu período como editor-chefe do *Daily Mirror*. Um dos repórteres de finanças de Morgan, James Hipwell, contou a Leveson sobre as “atividades sem controle” da equipe de *show business* do jornal, que ficava próxima à mesa dele: “A sem-cerimônia e a frequência das violações me davam a impressão de que invadir caixas de mensagens de voz era no jornalismo uma ferramenta tão comum quanto abrir o bloco de anotações de entrevistas... Atrevo-me a dizer que acontecia todos os dias, e que ficou aparente que muitas das matérias publicadas pelo *Daily Mirror* tinham essa prática como fonte.” Hipwell disse não ter provas de que Morgan sabia das violações, mas ressaltou: “Eu diria que é muito improvável que ele não soubesse o que estava acontecendo... O jornal cresceu sobre o culto a Piers. Ele era o jornal. Nada acontecia no jornal sem que ele soubesse.”

Morgan respondeu: “Não tenho razões ou conhecimento para acreditar que isso estivesse acontecendo.” Ele chamou atenção para o fato de que Hipwell fora preso mais tarde por negociar com informações privilegiadas, comprando as mesmas ações que sugeria aos leitores de sua coluna. Disse ainda que Hipwell era “um criminoso condenado pela Justiça” que mudara sua versão em várias ocasiões quando suas transações com ações foram investigadas. “Acredito que qualquer testemunho dele sempre será carente de credibilidade.”

Morgan negou a acusação específica de que havia ouvido as mensagens de voz trocadas pelos dois mais famosos suecos residindo na Grã-Bretanha na época: a apresentadora de TV Ulrika Jonsson e o técnico da seleção inglesa de futebol Sven-Göran Eriksson, que estavam tendo um caso. Disse não se lembrar de um almoço em que, segundo o âncora da BBC Jeremy Paxman, Morgan se sentara diante de Ulrika Jonsson e a provocara, imitando seu sotaque sueco e mencionando as mensagens que ela havia deixado para Eriksson. Paxman contou aos membros do Inquérito Leveson que Morgan depois virou-se para ele e explicou como se fazia para invadir caixas de mensagens de voz.

Piers Morgan também foi questionado por uma coluna que escrevera em outubro de 2006 em que descrevia a tensão no relacionamento entre Paul McCartney e sua então esposa Heather Mills: “A certa altura, mostraram-me uma gravação de uma mensagem que Paul tinha deixado para ela no celular.” Heather Mills contou a Leveson que, em janeiro de 2001, discutira com McCartney, que depois ele deixou uma série de mensagens se desculpando, inclusive uma em que cantava “Please forgive me”, e que, mais tarde naquele dia, um repórter que trabalhara para o *Daily Mirror* ligou dizendo que sabia que o casal tinha brigado: “Acabo de ouvir uma mensagem dele cantando ao telefone para lhe pedir perdão.” Morgan admitiu ter ouvido uma mensagem de voz, mas fez uma ressalva: “Não tenho motivos para suspeitar que a fita que ouvi tenha sido obtida de maneira ilegal.” Ele disse que não poderia identificar a fonte que fornecera a fita, porém insinuou que poderia ter sido vazada pela própria Heather Mills. Ela negou ter mostrado a ele qualquer mensagem.

Três homens que trabalharam como editores na *People* também enfrentaram acusações de hackear telefonemas em suas carreiras. Neil Wallis, que fora editor-chefe do jornal antes de se tornar editor-chefe-adjunto de Andy Coulson no

News of the World, foi preso por suspeita de interceptação ilegal de comunicações. Ele não foi processado. Quando mais tarde Wallis afirmou que a polícia não tinha provas de seu envolvimento em escutas ilegais, o Ministério Público da Coroa o corrigiu, dizendo que havia, sim, provas, mas elas eram insuficientes para levá-lo aos tribunais. Dois dos sucessores de Wallis na *People*, Mark Thomas e James Scott, também foram presos sob suspeita do mesmo crime. Ao mesmo tempo, também foram detidas a antiga editora-chefe do *Sunday Mirror*, Tina Weaver, e seu editor de noticiário, Nick Buckley. Quando este livro foi publicado, o Ministério Público da Coroa não havia decidido se eles seriam denunciados.

Kelvin MacKenzie nunca foi acusado de envolvimento nas escutas. Ao contrário: à medida que sua cultura de ousadia e imprudência se disseminava pela imprensa, sua própria caixa de mensagens de voz passou a ser invadida por ninguém menos que Glenn Mulcaire, do *News of the World*.

* * *

Um dos aspectos mais chocantes desses crimes é a polícia não ter conseguido detê-los. Isso vale tanto para as escutas de mensagens de voz quanto para o crime ainda mais grave de escutas de conversas telefônicas ao vivo, mesmo quando as vítimas eram a própria família real.

Em agosto de 1992, o *The Sun*, de MacKenzie, publicou trechos de uma conversa telefônica entre a princesa Diana e seu amigo de infância James Gilbey em que esta chamava várias vezes de “Squidgy” [fofinha], num caso que ficou famoso. A princesa descrevia a tristeza com seu casamento com o príncipe Charles e como era tenso seu relacionamento com a família real. Essa ligação tinha sido interceptada — estranhamente, fora feita em dezembro de 1989, quase três anos antes de ser publicada. Mais estranho ainda é o fato de

ter vindo à tona em uma revista americana, a *National Enquirer*, que não raro empregava antigos jornalistas de tabloides sensacionalistas britânicos. Levantou-se a hipótese, jamais confirmada, de que isso fora feito para que o *The Sun* não fosse acusado de qualquer ilegalidade, já que estaria apenas reproduzindo uma notícia já publicada no exterior. Sejam quais forem as minúcias da forma como foi feito, não havia dúvida de que se tratava de um crime grave, punível com até dois anos de prisão pelo Interception of Communications Act de 1985. Contudo, a polícia não tomou nenhuma medida contra o *The Sun*.

Tempos depois, o *The Sun* voltou a agir. Em dezembro de 1993, publicou trechos muito embaraçosos de uma longa conversa telefônica entre o príncipe Charles e sua então amante Camilla Parker Bowles em que ele dizia invejar o absorvente dela. Alex Mitchell, um jornalista australiano baseado em Londres na época, mais tarde noticiou que o secretário particular da rainha, lorde Fellowes, descobrira que havia indícios de manipulação indevida da linha fixa do Eaton Hall, Cheshire — a mansão campestre do duque de Westminster —, onde, acredita-se, o príncipe Charles estava quando fez a ligação. Estranhamente, o telefonema foi dado no mesmo mês, dezembro de 1987, da ligação da “Squidgy” e quatro anos antes da publicação. Tão estranho quanto é o fato de a notícia aparecer primeiro numa obscura revista feminina australiana, a *New Idea*, que, por coincidência, pertencia a Rupert Murdoch. Quando se aventou a possibilidade de que a matéria tinha na verdade sido “esquentada” pela *New Idea* na Austrália para evitar punições pelas autoridades britânicas, Murdoch emitiu uma declaração formal afirmando: “Não tem nenhum fundamento qualquer insinuação de conluio ou união para fins criminosos entre as duas empresas.” A polícia não fez nada.

A família real não foi a única a descobrir que seus telefones haviam sido grampeados e suas conversas, publicadas pelo *The Sun*. Em 2002, o jornal estava atrás de informações para uma matéria sobre um golpista condenado, Peter Foster, que tinha ajudado Cherie Blair, esposa do então primeiro-ministro, a comprar dois apartamentos em Bristol. Em 13 de dezembro, o jornal publicou “detalhes sensacionais (...) pinçados de uma série de ligações gravadas a que o *The Sun* teve acesso”. Noticiaram que Foster pensava em tirar proveito do escândalo em torno dele para vender sua história por até 100 mil libras. O *The Sun* não negou que, poucas horas após a realização das ligações, obtivera fitas de “Foster, o rouba-dinheiro”, sua mãe e seu irmão sem o consentimento dele. A PCC apenas advertiu o jornal pelo grampo. A polícia não fez nada.

Quem grampeava ligações para a imprensa? Embora a polícia tenha deixado de expor a verdade, alguns jornalistas e detetives particulares sabiam a resposta, publicada pela primeira vez neste livro. Estavam envolvidos um ex-policia, dois policiais da ativa e um personagem muito excêntrico obcecado por gatos. E veículos da News International.

Em 24 de setembro de 1995, o *News of the World* publicou uma foto do ex-capitão da seleção inglesa de rúgbi Will Carling botando a cabeça para fora na porta de uma academia na região oeste de Londres. O verdadeiro assunto da matéria era que Carling acabara de ter um encontro secreto com a princesa Diana, que supostamente teria um caso com ele. Uma das pessoas envolvidas com a feitura da foto diz que isso só foi possível graças à interceptação dos telefonemas da princesa. Segundo essa pessoa, o serviço fora encomendado por Alex Marunchak, do *News of the World*, e a imagem foi feita por um ex-agente da Polícia Metropolitana, Steve Clarke, que tinha montado uma agência de investigações chamada Metshield.

Essa fonte relatou como viu Steve Clarke usar um dispositivo “mais ou menos do tamanho de um rádio de carro” para acessar o número da princesa Diana e sintonizar as ligações dela. Pela descrição é provável que seja um rádio scanner do tipo que poderia ser usado para interceptar ligações em 1995, quando os sistemas de telefonia ainda eram analógicos, não digitais.

A fonte afirma que, tendo descoberto que a princesa tinha marcado um encontro com Carling na academia, Clarke convocou um ex-investigador da Polícia Metropolitana, Sid Creasy, que também trabalhava para a Southern Investigations, para ir lá com um fotógrafo. Ainda segundo a fonte, Creasey viu Diana deixar a academia e depois ficou esperando até que, minutos depois, Carling botou a cabeça para fora da porta, para verificar se a área estava livre. Ele não percebeu a ameaça que estava de tocaia e acabou fotografado.

Alex Marunchak arranhou dois agentes da ativa da Polícia Metropolitana, Jimmy Young e Scott Gelsthorpe, que lhe ofereceram os mesmos serviços. Financiados por um criminoso veterano de Londres, David Carroll, eles criaram a agência Active Investigation Services (AIS), com sede em Cloth Fair, no East End de Londres. Eles empregavam uma rede de policiais, da ativa ou aposentados, para colher informações e também interceptavam ligações telefônicas com dispositivos caseiros feitos num galpão no subúrbio.

Esses aparelhos foram originalmente concebidos e construídos em meados da década de 1990 por um idoso chamado Arthur Strong. Como ele tinha paralisia cerebral, que fazia suas mãos tremerem, no final dos anos 1990 recrutou um vizinho, Stuart Dowling, para ser seu assistente e aprendiz. Dowling aprendeu depressa o ofício e desenvolveu uma versão mais sofisticada do aparelho, usando um microchip. Chamava o dispositivo de Digital Analogue

Crossover [mistura digital-analógica], que apelidou de DAX. Instalado numa linha fixa, o aparelho retransmitia as conversas em tempo real para um celular. Ele começou a fabricar os dispositivos em seu quarto, mas a resina aplicada para torná-los à prova d'água fedia, o que incomodava sua esposa, Jodie. Por isso, passou a usar o galpão nos fundos do jardim da casa, localizada na estrada Langley, em Sittingbourne, como oficina de engenhocas para grampear telefones.

Sem o conhecimento da esposa, Dowling usava os grampos para monitorar seus movimentos. Ele também foi contratado pela AIS. Mickey Hall, ex-engenheiro de telecomunicações de Battersea, sul de Londres, os instalava nos postes de cabos de telefonia ou dentro das caixas de conexão verdes da British Telecom espalhadas por calçadas país afora, vestido com um jaleco verde fluorescente e usando cavaletes e sinalizadores oficiais para se passar por funcionário da British Telecom.

A AIS e a equipe de grampos atendiam sobretudo clientes corporativos e acabaram sendo pegas e condenadas. Entretanto, no julgamento não foi revelado que essa rede também trabalhava para Marunchak e, acredita-se, para outras organizações jornalísticas. Antigas faturas da AIS comprovam que era Marunchak quem a contratava. Ao que parece, tudo começou em 2004, depois da batida na casa de Steve Whittamore, e continuou mesmo depois que a polícia também deflagrou uma operação contra a AIS. As figuras-chave foram libertadas sob fiança e a AIS simplesmente ressurgiu sob novo nome, Alpha. Fontes que trabalharam para a empresa descreveram reuniões com jornalistas não identificados, entre elas uma conferência organizada por uma companhia de segurança sofisticada dirigida por um ex-agente do MI5. Essas fontes afirmam que Stuart Dowling fez uma demonstração do DAX, conectando-o a uma loja próxima para

ouvir suas ligações. Os jornalistas presentes não estavam ali, caneta e bloco de anotações em punho, para escrever matérias sobre o assunto, mas como clientes potenciais.

Eles alegam que os seguintes serviços, entre outros, teriam sido prestados para jornais britânicos: escutas na casa de Sussex da modelo e fetiche dos tabloides Katie Price em janeiro de 2011 e interceptação de ligações de Andrew Morton, autor de biografias da princesa Diana, de Monica Lewinsky e de Tom Cruise. Uma fonte revelou que a equipe recebeu ordens para grampear, num local “perto do Regent’s Park” o telefone de Morton, que, por sua vez, confirmou que tinha um escritório na rua Drummond, que fica a dois minutos a pé do parque.

Então entra na história Phil Winton, por anos o orgulhoso proprietário da agência privada de investigações No Hiding Place, um sujeito baixinho e gordinho, que lembra o ator Danny DeVito, com cabelo pintado de preto e uma vida bem estranha. Winton é obcecado por gatos. Em 1996, mudou seu sobrenome para Catt; andava pela cidade a bordo de um velho e caído Jaguar cuja placa era CAT 343X, mantinha uma dúzia de gatos raros no escritório, na sobreloja de um café em Finchley, no norte de Londres, convenceu o conselho municipal de sua região a mudar o nome da rua atrás de seu escritório para Siamese Mews [viela dos siameses] e enfureceu seus vizinhos por construir um amplo gatil no jardim dos fundos de sua casa. Pessoas que visitaram seu escritório lembram que higiene não era uma questão para ele.

Winton grampeava telefones. Em 20 de janeiro de 1995, aos 35 anos, foi preso e condenado a um ano de reclusão por interceptação de comunicações. Um júri do Tribunal Chelmsford Crown decidiu que ele havia sido responsável pela instalação de um transmissor de ondas curtas na linha de um alvo em uma caixa subterrânea da British Telecom na cidade de Witham, em Essex. Dois homens foram presos com

ele: David Coghlan, de 53 anos, ex-oficial de inteligência do Exército, e David Edwards, de 35, ex-engenheiro da British Telecom.

David Coghlan fazia grampos para Ian Withers, que trabalhava para o *The Sunday Times*. Acredita-se também que tenha interceptado ligações de concorrentes do antigo proprietário do *The Observer*, Tiny Rowland. David Edwards contou a amigos que trabalhou para Gary Lowe e para a rede de viciados em reabilitação. Winton também mantinha contato regular com Lowe e a rede dos Narcóticos Anônimos. Ele fora colega de escola de dois membros do grupo dos Narcóticos Anônimos e várias vezes foi visto visitando Blue. Como sempre, Gary Lowe fazia a ponte entre eles e jornais britânicos, embora não gostasse de Winton e o tenha submetido a uma brincadeira humilhante quando saiu da prisão: contratou dois atores que, vestidos de policiais, lhe deram voz de prisão logo após cruzar o portão da cadeia.

Em uma entrevista, Winton certa vez se gabou de seus clientes na mídia e garantiu ser chamado regularmente para serviços bem lucrativos por dois contatos na redação de um “tabloide popular”. “Um deles dizia: ‘Este é o prazo, é isto o que eu quero. Quanto vai custar?’ O outro simplesmente ligava e dava a ordem: ‘Consiga a informação, o preço não importa.’”

* * *

Invadir celulares roubados, plantar dispositivos de rastreamento em carros de alvos, remexer latas de lixo em busca de material para reportagens, usar policiais e/ou funcionários de companhias telefônicas para monitorar a localização precisa dos celulares dos alvos... A criatividade para o crime era quase infinita. Ian Edmondson, do *News of the World*, bolou um esquema para enviar de graça a

personalidades públicas celulares com uma espécie de grampo embutido que lhe transmitiria dados de chamadas, números de contato e fotos armazenadas na memória do telefone.

Também se invadiam e-mails. No verão de 2006, Derek Haslam, que ainda espionava Jonathan Rees para a Scotland Yard, ficou alarmado ao descobrir que Rees encontrara um especialista que conseguira invadir seu computador e extrair os relatórios secretos que fizera para a polícia. Intermediado por Rees, esse mesmo especialista trabalhava para o *News of the World*. A atriz Sienna Miller e Chris Shipman, filho do famoso assassino em série dr. Harold Shipman, tiveram suas contas de e-mails invadidas na mesma época em que o jornal levantava informações sobre eles.

Também foram praticados roubos: detetives particulares e jornalistas trabalhavam juntos para arrombar e roubar casas de figuras públicas. Fossem ou não vítimas desses crimes, é sabido que Hugh Grant, Chris Bryant, parlamentar do Partido Trabalhista, e David Davies, CEO da Federação Inglesa de Futebol, registraram na polícia que suas casas foram roubadas, quando eram objeto da voracidade dos tabloides, em circunstâncias que indicavam que o ladrão procurava informações, não bens. Duas outras fontes próximas da Southern Investigations asseguram que Rees e Fillery invadiram casas para roubar materiais para reportagens ou deixar dispositivos de escuta. Há ainda provas de que tentaram contratar um ex-policia para cometer um roubo, ao que parece na casa de um membro não identificado do parlamento. A análise feita pela polícia no computador de Fillery revelou relatórios da Southern Investigations para Alex Marunchak contendo os resultados de um roubo supostamente realizado na casa de uma mulher não identificada.

Crimes aperfeiçoados e incentivados por três jornais de Murdoch se disseminaram por quase todos os outros jornais nacionais. O que se estava acobertando depois da prisão de Goodman e Mulcaire não era apenas um repórter desonesto agindo por conta própria, nem mesmo um jornal isolado que saía da linha. Era uma indústria inteira que saía da linha, em busca de lucro, ao arrepio das regras, privilegiada por seu poder. O crime compensava. Era fácil acobertar.

5. De 14 de julho a novembro de 2009

Poderíamos ter deixado o assunto morrer. A verdade é que, se a decisão dependesse apenas de mim e Rusbridger, bem que poderíamos ter abandonado a saga do desmascaramento das interceptações ilegais de telefonemas assim que conseguimos impedir o banquete com nossos fígados na Comissão Especial de Mídia. Já tínhamos publicado uma excelente reportagem e chutado as canelas de alguns poderosos, prováramos que não estávamos mentindo e havia uma longa fila de outras reportagens importantes a serem feitas: por que ficar sentado na jaula ao lado do tigre? A verdade é que o tigre não nos largava.

Nosso depoimento à Comissão Especial aconteceu na manhã de 14 de julho de 2009. Naquela noite, recebemos informes de que a News International estava mandando seus repórteres de política para a Câmara dos Comuns a fim de espalhar entre os parlamentares informações sobre a matéria em que David Leppard afirmava que Rusbridger havia contratado os serviços de John Ford para interceptar e roubar mensagens de voz. Não parecia importar se a história era ou não verdade, ou que eles tivessem concordado em não publicá-la. Na quarta de manhã a versão fluía rapidamente pelos corredores do parlamento. Teríamos de localizar Ford.

Segui para a rodovia M4 na região oeste de Londres, encontrei o editor de reportagens investigativas do *The Guardian*, David Leigh, em um posto de gasolina, deixei meu carro e juntos partimos na direção do último endereço

conhecido de Ford, em Somerset. Leigh já realizava esse tipo de trabalho muito antes de mim: quando entrei para o *The Guardian*, em 1976, como office boy, ele já trabalhava para o *The Times*, que ainda não tinha sido adquirido por Murdoch. Para nós dois, a matéria difamatória de Leppard era assunto pessoal. Rusbridger não era apenas nosso editor, mas também nosso amigo, e sua esposa é irmã da esposa de Leigh.

Na quinta-feira de manhã, graças à ajuda de um ou dois jornalistas com passagens pelo *The Sunday Times*, conseguimos chegar ao novo endereço de Ford, uma casa geminada em Bradford on Avon. Como não havia sinal dele, ficamos sentados nos bancos da frente do carro de Leigh, como dois tiras de filme B, bebendo um café nojento em copos de poliestireno, reclamando da política interna do jornal e esperando que Ford aparecesse. No meio da tarde, nossos celulares de repente começaram a apitar avisando que o procurador-chefe havia divulgado uma declaração. Recebemos um fax com seu conteúdo em uma loja das redondezas e soubemos que o Ministério Público, depois de reexaminar todos os documentos que a polícia lhe havia entregado em 2006, concluía que não seria apropriado reabrir o caso ou reconsiderar as decisões tomadas. Era uma porta que se fechava.

No entanto, Leigh imediatamente pescou algo importante perdido na segunda página da declaração do Ministério Público, que descrevia como, em agosto de 2006, a polícia realizara uma busca nos escritórios de Mulcaire e apreendera materiais que indicavam que alguns alvos de fora da família real tiveram seus telefones hackeados. Os promotores então decidiram que selecionariam apenas uma amostra desses casos para incluir no processo criminal, sob a alegação de que “qualquer estratégia diferente tornaria o caso inadmissível”. Isso sugeria que as atividades de Mulcaire

tinham escala muito maior que o “pequeno número” de casos em que as escutas realmente aconteceram, mencionado pelo subcomissário da polícia John Yates em sua declaração e pelo antigo ocupante do cargo, Andy Hayman, em seu artigo no *The Times*, onde usou a expressão “meia dúzia” de vítimas.

Sentados no carro, a chuva batendo forte no para-brisa, começávamos a rascunhar uma matéria quando um outro detalhe da declaração do procurador-chefe chamou minha atenção. Perto do final, dizia: “Tendo examinado o material fornecido pela polícia ao Ministério Público da Coroa neste caso, posso confirmar que nenhuma outra vítima ou suspeito além daqueles referidos acima foi mencionado ao Ministério Público da Coroa naquela ocasião. Não há como afirmar se a polícia tinha ou não informações sobre quaisquer outras vítimas ou suspeitos, que não foram passadas ao Ministério Público da Coroa.” Nenhum outro suspeito? Mas e o e-mail para Neville? Com certeza isso era prova de que havia outros suspeitos — um repórter júnior tinha enviado para o chefe de reportagem Neville Thurlbeck transcrições de 35 mensagens extraídas ilegalmente de caixas de mensagens de voz.

Saí do carro para que Leigh pudesse se concentrar em rascunhar a matéria. Sob os galhos gotejantes de uma árvore, liguei para a o escritório do procurador-chefe e perguntei se o e-mail para Neville estava entre os materiais que a polícia entregara aos promotores em 2006. Devia estar entre eles. O documento estava diretamente ligado a um dos pouquíssimos casos levados à justiça — o de Gordon Taylor. Era indício claro e condenatório do crime que havia sido cometido. Mas a declaração do procurador-chefe parecia sugerir que a polícia não passara essa prova aos promotores, o que aumentava o número de perguntas para a Scotland Yard. A única alternativa possível era que a polícia havia entregado o documento e, portanto, o procurador-chefe estava mentindo

ao dizer que não tinha conhecimento de outros suspeitos. Desligaram o telefone prometendo entrar em contato comigo.

Transmitimos a matéria para a redação e continuamos de tocaia, esperando Ford aparecer. Mas ele nunca veio, então concluímos que ele devia estar protegido pelos braços de Leppard em algum lugar, exatamente para que não houvesse chance de falarmos com ele. Passamos a noite em um hotelzinho e, como não houvesse sinal de Ford no dia seguinte, voltamos para Londres.

Sem Ford para explicar o que acontecera, Leigh voltou ao escritório e procurou a Ciex, a empresa que fora contratada por Rusbridger. Soube-se então que Leppard estivera em contato com um dos consultores da firma, um antigo chefe da divisão de contraterrorismo do MI6 chamado Hamilton Macmillan, e tentou convencê-lo a confirmar sua versão. Macmillan conversou com Leigh e lhe deu um valioso depoimento em “on”: “As afirmações do *The Sunday Times* são falsas. A informação que me deram para confirmar essas afirmações também era notoriamente inventada.”

De volta à minha casa em Sussex, decidi atacar outra vez o *The Sunday Times* e liguei para o gabinete do chefe de redação para que respondesse “on the record”: a) quantas vezes pagaram a John Ford para ter acesso, usando de mentiras e falsidade ideológica, a bancos de dados confidenciais?; b) em que período esses pagamentos foram feitos? Poucos minutos depois, recebi um e-mail de David Leigh, que estava na redação do *The Guardian*. “O pessoal do *The Sunday Times* está subindo nas tamancas. Ligue para mim.” Era óbvio que não queriam que a verdade sobre John Ford fosse contada. O resultado foi que, pela segunda vez, Witherow concordou em parar de difamar Rusbridger.

Mas o jogo sujo continuou. Rebekah Brooks encontrou um amigo de Rusbridger e explicou que estava muito decepcionada por ele publicar essas matérias terríveis sobre o

News of the World, ainda mais considerando “que fomos tão legais com ele naquele assunto envolvendo sua criança ilegítima”. Como Rusbridger nunca tivera filhos fora do casamento, ficamos curiosos. Por outro lado, o fato de Brooks ser editora do *The Sun*, especializado em publicar matérias ruins — verdadeiras ou falsas — sobre as vidas privadas de personalidades públicas, também ficamos um pouco preocupados. Eu e Rusbridger tivemos uma conversa paranoica sobre a possibilidade de acordarmos um dia e nos depararmos com páginas do *The Sun* carregadas de reportagens sensacionalistas, bem deturpadas, sobre nossas vidas sexuais. Decidimos então que a melhor forma de impedir que isso acontecesse era seguir publicando matérias sobre as escutas e interceptações ilegais. Se o fizéssemos, seria repugnantemente óbvio que qualquer notícia desse tipo sobre nós não passava de vingança.

Nesse meio-tempo, como que para justificar nossa ansiedade, em um ataque sujo contra Rusbridger, seu suposto uso dos serviços de John Ford foi mencionado na coluna do comentarista de mídia do *The Independent*, o direitoista Stephen Glover, que criou um relato saborosamente redigido em que denunciava que nossa reportagem sobre Gordon Taylor tinha recebido “ajuda e cumplicidade da BBC”, e que Rusbridger, apesar de sua “aura de santinho”, era “igual ao repórter mais imundo do *News of the World*”.

Não dava para deixar o assunto morrer.

* * *

No fundo, a verdade não estava tão oculta. Ao contrário, estava lá, piscando e acenando, esperando que a víssemos.

Paul Farrelly, o parlamentar do Partido Trabalhista que comandava a Comissão Especial de Mídia, obteve a transcrição da audiência em que Goodman e Mulcaire

confessaram-se culpados e foram condenados, em janeiro de 2007. Os autos revelaram-se recheados de indicações de que Mulcaire estava trabalhando para Goodman não apenas em um projeto isolado, mas para o *News of the World* como um todo.

Um exemplo é o comentário de um membro da promotoria a respeito das escutas por Mulcaire de cinco vítimas não pertencentes à família real citadas no julgamento: “Seu propósito ao fazer isso era obter informações sobre as vidas privadas dos indivíduos envolvidos, bem como de outras celebridades, e passá-las para o *News of the World*.” Impossível ser mais claro! Os advogados de Clive Goodman repetiram esse comentário e explicaram que as escutas em alvos que não pertenciam à família real “deveriam ser imputadas a outras pessoas do *News of the World* que pudessem estar envolvidas”. O juiz concordara com isso. Esses comentários eram mesmo relevantes, porque os advogados e o juiz tiveram acesso às provas que a polícia reunira para o julgamento. Ainda assim, nenhum jornal noticiou isso.

A transcrição do julgamento trazia outros detalhes. Nela estavam relacionadas as datas exatas em que as escutas nas cinco vítimas de fora da família real foram feitas: coincidiam precisamente com os períodos em que o *News of the World* estava preparando matérias sobre elas. Mulcaire invadira a caixa de mensagens de voz de Gordon Taylor em 2005, quando estavam levantando informações sobre sua vida privada, e novamente entre fevereiro e março de 2006, quando investigavam a suposta participação de jogadores da primeira divisão inglesa de futebol em orgias gays; a escuta de Max Clifford ocorreu quando ele representava duas mulheres diferentes que teriam tido casos com ministros (John Prescott e David Blunkett); Sky Andrew, um agente de jogadores de futebol na época em que um de seus clientes, o

jogador Sol Campbell, da primeira divisão, misteriosamente deixou o campo num jogo do Arsenal; o parlamentar democrata liberal Simon Hughes foi atacado quando a imprensa britânica caçava informações sobre ele ser gay; finalmente, as escutas das mensagens deixadas para a modelo Elle Macpherson aconteceram quando os jornais buscavam saber mais sobre um novo relacionamento amoroso.

Em teoria, Mulcaire poderia ter trabalhado para outro jornal, mas a transcrição do julgamento revelou que seu contrato com o *News of the World* o proibia explicitamente de trabalhar para qualquer outro veículo. E, como foi informado ao juiz que ele estava trabalhando pelo menos setenta horas por semana para eles, é difícil acreditar que ele pudesse estar fazendo escutas ilegais para mais alguém, mesmo que tivesse sido autorizado.

É óbvio que isso não era um grande segredo. No julgamento, Mulcaire alegou que escutas não autorizadas eram tão comuns que ele nem sequer achava que eram ilegais. Registros de telefonemas citados no tribunal mostraram que Goodman não estava enfiado em um buraco na floresta, isolado do mundo, quando escutava as mensagens dos membros da família real: era comum estar à sua mesa de trabalho na redação do *News of the World*. Os registros mostram que, ao longo de um período de 143 dias úteis, ele fizera isso em pelo menos 348 ocasiões — uma média de duas ou três vezes por dia. No próprio julgamento, Mulcaire pediu desculpas à casa real por seu delito, mas não à empresa em que trabalhava.

A transcrição continha também algumas pistas interessantes sobre a polícia. A promotoria acreditava que Goodman havia convencido Mulcaire a hackear telefones passando-lhe dinheiro vivo. Alegava que Goodman dizia ter uma fonte supersecreta no Palácio de Buckingham, cujo

codinome era “Alexander”, para quem pagava 500 libras por semana pelas dicas que recebia, e depois repassava para Mulcaire. Mas as datas não batiam. A tese da promotoria era que Mulcaire grampeava telefones da família real desde fevereiro de 2005, talvez até mesmo antes, mas o primeiro pagamento a Alexander só aconteceu em novembro de 2005. Portanto, por que a polícia aceitaria uma versão tão estúpida dos fatos?

Por fim, o gabinete do procurador-chefe me ligou de volta com uma resposta à pergunta que eu fizera quando estava de tocaia sob a árvore encharcada em frente à casa de John Ford: em 2006, a polícia entregara ou não ao Ministério Público transcrições dos e-mails enviados para Neville? Resposta negativa. A polícia omitira dos promotores provas documentais claras diretamente relevantes para o caso envolvendo uma das poucas vítimas de fora da família real que tinham sido citadas no tribunal: provas documentais que com certeza implicavam dois jornalistas famosos no esquema de mensagens de voz ilegalmente interceptadas. Mas por que a polícia faria isso?

Escrevi uma matéria sobre essa omissão policial e segui soltando minha imaginação, tentando ver o quadro inteiro.

* * *

Localizei Brian Paddick, que ocupava um alto posto na Polícia Metropolitana em 2006. Era um sujeito interessante, que tinha sido castigado por tabloides no passado, em parte porque seguia uma linha mais liberal na repressão à maconha, em parte porque cometeu o erro imperdoável de se assumir gay. Ele explicou como funcionavam as coisas nos altos escalões da Scotland Yard. Na sua visão, o homem-chave era o diretor de comunicação, Dick Fedorcio, responsável pelos contatos

da polícia com os veículos da imprensa, e que se tornara uma voz muito poderosa na política interna da Scotland Yard.

Todas as segundas, quartas e sextas, disse ele, a alta direção da Polícia Metropolitana se reunia para discutir políticas. Era um grupo pequeno, do qual Fedorcio fazia parte e tinha poder para influir diretamente em decisões operacionais. “A polícia faz de tudo para que os jornais publiquem notícias positivas e deixem de lado as negativas. Dick Fedorcio tem relação muito estreita com os editores-chefes. Um dos objetivos dessas reuniões do alto escalão é discutir casos que estão indo bem e como torná-los notícia. Outro motivo é falar dos casos que vão mal e como evitar que cheguem às páginas dos jornais. Esse tipo de conversa prevalece nos encontros. Fedorcio consegue convencer um jornal a abandonar uma reportagem negativa oferecendo em troca acesso exclusivo em grandes operações, esse tipo de coisa.”

Paddick não tivera envolvimento direto no inquérito das escutas de 2006, mas sabia bastante a respeito, já que a queixa original partira do palácio real e fora passada ao Departamento de Operações Especializadas, cujo foco principal era o contraterrorismo. Seu chefe à época era o subcomissário Andy Hayman. Com base em sua experiência, Paddick acredita que o assunto tenha sido discutido ocasionalmente nas reuniões da alta direção. “Andy Hayman os atualizaria sobre o caso, depois haveria uma conversa aberta, com a participação de Dick Fedorcio: Hayman relataria que concluíram as investigações no palácio real, mas que havia esses outros materiais... Nesse momento, Dick pediria a palavra e eles acabariam decidindo não aprofundar a investigação para não entrar em rota de colisão com uma das mais poderosas empresas de mídia do planeta.” De acordo com Paddick, era compreensível que o Departamento de Operações Especializadas não quisesse se enredar numa

longa investigação que o desviaria de sua função prioritária. “O assunto deveria ter sido passado para a Diretoria de Crimes Graves, mas não foi.”

Por quê? Medo da News International? Favoritismo por uma poderosa empresa jornalística? Ou um discernimento de merda?

Foi Paddick quem me mostrou algo que eu já deveria ter percebido muito antes: a coluna no *The Times* em que Andy Hayman afirmava que houvera apenas meia dúzia de vítimas não era a única dele para o jornal. Hayman deixara a Scotland Yard em dezembro de 2007 e logo depois arranjara para si um emprego como colunista fixo no jornal, ou seja, passara a trabalhar para a organização que estivera investigando.

Quando analisei um banco de dados de reportagens sobre a mídia, verifiquei que Hayman não apenas estava escrevendo regularmente para o *The Times* como tinha vendido para a empresa os direitos de publicação serializada de suas memórias. Desde que deixara a polícia, devia ter recebido pelo menos 100 mil libras da News International.

O mesmo banco de dados revelou que Hayman não era o único. O procurador-chefe do Ministério Público na época do inquérito original, Ken Macdonald, deixara o cargo em outubro de 2008 e em fevereiro de 2009 também começara a trabalhar como colunista para o *The Times*. A questão aqui não é se Hayman ou Macdonald eram corruptos. O problema é a intimidade, a crença tranquila de que a News International era uma organização amiga e respeitável que deveria ser bem tratada, e não uma organização que poderia estar praticando atos ilegais com frequência e que, portanto, precisava ser investigada.

Justo quando eu estava começando a juntar esses pontos, a revista *Private Eye* noticiou que em 16 de julho, sete dias depois do anúncio de que não seriam necessárias investigações adicionais no caso do envolvimento da News

International em escutas telefônicas, o subcomissário John Yates estava sentado ao lado de Rebekah Brooks em uma cerimônia de premiação por atos de bravura a policiais no Hotel Dorchester. O evento tinha o patrocínio do *The Sun*. Também estavam presentes o então comissário da polícia, Sir Paul Stephenson, e um de seus antecessores, Sir John Stevens, que deixara a Scotland Yard e se tornara colunista do *News of the World*. Realmente, era grande a intimidade. Mas não era só isso.

Hayman saíra da Polícia Metropolitana em circunstâncias suspeitas. Em dezembro de 2007, onze meses depois do julgamento de Goodman e Mulcaire, ele teve de renunciar ao ser acusado, em um inquérito anticorrupção, de usar seu cartão de crédito corporativo para gastar milhares de libras para seu próprio deleite, inclusive pagando contas de restaurantes e hotéis de uma agente policial com quem estava tendo um caso. Conversei com alguns repórteres criminais que me disseram que era voz corrente que Hayman tinha casos, não apenas com a agente que se beneficiara do seu cartão de crédito corporativo mas também com uma funcionária civil da Independent Police Complaints Commission [IPCC, corregedoria independente da polícia britânica].

Bastou um exame superficial nos clippings de notícias para deslindar um quadro extraordinário. Não era apenas o oficial encarregado da investigação original (Hayman) quem estava tendo um caso. Também o procurador-chefe à época (Ken Macdonald), que em última instância era o responsável pelo processo, tivera no período um caso; o então procurador-geral, lorde Goldsmith, a quem o procurador-chefe estava subordinado, também tivera um relacionamento secreto. Todos os três casos acabaram sendo expostos mais tarde por jornalistas dos tabloides. E, pouco depois disso, soube-se que o oficial que agora era responsável pelo processo e estava se

recusando a reabrir o inquérito, John Yates, também estava tendo um caso.

Deixando de lado o fato de que parecia que ninguém do alto escalão do sistema de justiça criminal conseguia controlar os impulsos sexuais, essa coincidência bizarra era preocupante. Que fique claro: eu não tinha prova nenhuma de que o *News of the World* usara essas informações para pressionar esses figurões. Tampouco tinha elementos para afirmar que alguma delas tenha comprometido seu trabalho por medo de alguma possível atitude do jornal. Mas ficou assustadoramente óbvio o incrível potencial de um jornal especializado em descobrir segredos embaraçosos e dolorosos das vidas privadas de pessoas influentes. Por mais frustrante que seja, era impossível afirmar se esse poder tinha feito alguma diferença neste caso específico.

* * *

Quanto mais eu cavava, mais eu via a verdade. Dois denunciantes ajudaram.

Um procurou a redação do *The Guardian* e teve uma série de conversas com um brilhante e jovem repórter chamado Paul Lewis. Como a identidade dessa fonte não pode ser revelada, vou chamá-lo de “Mango”.

Mango afirmava conhecer bem as atividades de Greg Miskiw. Disse que Miskiw operava nas centrais de atendimento telefônico das principais empresas de telefonia celular, pagando propina em dinheiro para alguns funcionários e possivelmente infiltrando um jornalista como empregado e espião. Estimava que alguns funcionários dessas centrais chegavam a receber entre 500 e 1.000 libras por semana do *News of the World*, o que dobrava os salários com a venda de informações confidenciais. Se isso for mesmo verdade, ajuda a explicar um mistério.

Os anais do julgamento revelaram que, quando ligava para as empresas de telefonia para arrancar na lábia informações, Glenn Mulcaire era capaz de se passar por funcionário porque conhecia uma senha interna, apesar de ela ser alterada a cada 24 horas. Se Miskiw de fato estava subornando pessoas nas companhias telefônicas, isso explicava como Mulcaire conseguia essas senhas.

Mango também garantia que Miskiw estava envolvido no pagamento de propina a policiais para obter informações do computador central da polícia, e que era possível que ele tivesse um contato de alta patente na Polícia Metropolitana. Ainda segundo o relato, Miskiw estaria sendo ajudado por um ex-policia que virou detetive particular chamado Boyle. Era evidente que tudo isso tinha sido objeto de um inquérito policial em algum momento. Mango acreditava que a polícia estivera perto de descobrir Miskiw e que a certa altura ele chegara a ser preso e interrogado na delegacia de Colindale, no norte de Londres, mas se recusara a fazer qualquer comentário, e não houve vontade do alto escalão da Polícia Metropolitana de aprofundar as investigações.

O segundo denunciante caiu do céu junto com a chuva enquanto eu estava de tocaia no carro com David Leigh, em frente à casa de John Ford. Um desconhecido que lera nossa matéria sobre Gordon Taylor ligou para mim oferecendo acesso ao tesouro que não consegui obter quando estava pesquisando para o livro *Flat Earth News*: o material que havia sido reunido pela ICO após a batida na casa de Steve Whittamore em março de 2003, e que envolvia todos os jornais que o haviam contratado, não apenas o *News of the World*.

Essa segunda fonte estava determinada a preservar o anonimato e ao longo das semanas seguintes trabalhamos juntos com muita cautela. Emprestei a ele um telefone pré-pago para que pudesse ligar sem deixar traço de sua

identidade nas minhas contas. Quando nos encontrávamos, eu usava dinheiro para pagar os drinques ou a comida e evitava o cartão de crédito, que poderia deixar rastros. Bem depois, essa fonte veio a público e se identificou, de modo que não há problema em dizer que se tratava de Alec Owen, um ex-policial grisalho, de voz gutural, que trabalhara na Divisão Especial de Merseyside e depois fora transferido para a ICO, onde atuou como investigador. Agora estava aposentado.

Após negociações preliminares, fui a sua casa, em Cheshire, onde ambos nos empoleiramos no canto da cama em seu quarto de hóspedes com os olhos grudados na tela de um computador obsoleto colocado na mesa de cabeceira. Finalmente vi os dados que a ICO reunira a partir dos documentos apreendidos com Whittamore: milhares de pedidos, feitos por mais de quatrocentos jornalistas identificados, visando milhares de alvos e os dados confidenciais sobre eles obtidos no computador central da polícia, no Departamento de Trânsito, nos registros de companhias de telefonia e de bancos. De acordo com a análise da ICO, a maior parte dessa atividade era ilegal.

Eu já tinha visto o conteúdo do caderno azul, em que Whittamore registrava os pedidos dos jornais da News International, e havia resumido o assunto na matéria sobre Gordon Taylor. Agora, com um cigarro aparentemente eterno entre os dedos, Owen me mostrava os conteúdos dos livros vermelho, verde e amarelo, em que Whittamore anotava os pedidos do *Daily Mail*, do *Daily Mirror*, do *Daily Express* e todas as suas versões dominicais, e, para meu constrangimento, do jornal irmão do *The Guardian*, o *The Observer*. Owen não permitia que eu copiasse o material ou mesmo o lesse no meu próprio ritmo. Ele deslizava os documentos devagar pela tela e, com o olhar pulando de um canto a outro, eu o fazia parar toda vez que via alguma linha interessante para tomar notas detalhadas.

Em 31 de agosto de 2009 publicamos o resultado, nomeando inúmeras vítimas e descrevendo a “regularidade rotineira com que redações trataram bases de dados confidenciais como se fossem uma biblioteca para consultas e a alarmante facilidade com que a segurança de bancos de dados supostamente bem protegidos tinha sido violada tantas vezes”. Algumas das vítimas tinham motivos sérios para se preocupar, por exemplo: o antigo comissário da Polícia Metropolitana, lorde Imbert, que tinha uma longa trajetória de investigação de grupos terroristas e cujo endereço fora entregue pela British Telecom; o então chefe do MI6, o serviço secreto, Sir Richard Dearlove; jogadores de futebol famosos, cujas casas tinham sido roubadas enquanto estavam jogando; e ainda dois jornalistas proeminentes que haviam revelado ações de gângsteres. A discriminação nas faturas de Whittamore das matérias a que se destinavam os serviços deixava claro que muito pouco de suas atividades tinha a ver com interesse público: “Diretor escolar insaciável”, “Vigário safado”, “Miss Mundo na cama com um marinheiro”, “Curandeiro”, “Bastardo de estrela de TV”, “Viciado obediente”... E assim por diante.

A importância dessa descoberta não estava apenas no fato de ser o retrato de uma criminalidade promíscua na imprensa britânica, mas também a constatação de que as pessoas tinham cometido esses delitos sem ser penalizadas. Assim como a Polícia Metropolitana deixara de investigar seriamente o *News of the World* ou de avisar as vítimas de Mulcaire, o próprio chefe da ICO deixara de processar os jornais e de alertar as vítimas de Whittamore. Alec Owen estava convicto de que a explicação era simples: a ICO não queria entrar em conflito com a imprensa.

* * *

Ver a verdade não bastava. Se seguidas com rigor, as leis britânicas que tratam de calúnia e difamação são tão severas que é frequente os jornais deixarem de revelar verdades sobre pessoas ricas ou poderosas, já que elas têm condições levá-los aos tribunais e receber indenizações milionárias se o jornalista não conseguir apresentar provas cabais da veracidade de suas informações. Em um caso como este, em que uma organização poderosa já tinha mostrado estar disposta a mentir em grande escala, o fato de eu saber a verdade não valeria nada a menos que eu tivesse documentos e fontes que viessem a público para sustentar essa verdade. É nesse ponto que os advogados entraram em cena.

Assim que o *The Guardian* publicou a primeira matéria sobre Gordon Taylor, eu passei a ser abordado por advogados que representavam personalidades públicas, todas as que suspeitaram por anos de que jornalistas dos tabloides tinham grampeado seus telefones. Eles seriam meus aliados naturais: eu poderia ajudá-los com informações e em troca ganharia um pouco de poder. Eles poderiam seguir a trilha aberta por Mark Lewis, advogado de Gordon Taylor, processando o *News of the World* e pedindo aos juízes que obrigassem a Scotland Yard a fornecer os extratos dos documentos de Glenn Mulcaire e quaisquer outras provas levantadas durante o inquérito original de 2006. Essas provas seriam confidenciais até os casos irem a julgamento; quando isso acontecesse, eu estaria autorizado a presenciar as audiências, tomar notas e escrever minhas matérias. Provavelmente conseguiria também reunir provas materiais de que outros jornalistas, ou até mesmo Andy Coulson, estavam envolvidos.

Mark Lewis e Charlotte Harris estavam trabalhando para Max Clifford e tinham esperança de que ele seria o primeiro cliente do seu novo escritório de advocacia. Juntos, formavam uma dupla extraordinária. Na primeira vez que eles apareceram no escritório do *The Guardian*, poucos dias

depois de publicarmos a reportagem sobre Gordon Taylor, ele a apresentou: “Esta é Charlotte Harris, que está arruinando minha vida neste momento.” Ele queria dizer que os dois tinham mergulhado em uma das relações amorosas mais voláteis do mundo.

Charlotte Harris é uma provocadora brilhante. Vivaz e de pequeno porte, trinta e poucos anos, usa salto alto, decotes ousados e saias bem acima do joelho. Com seu andar cheio de balanço, avança pela vida apontando seus imensos olhos brilhantes para os homens, que cometem o mais simples e egoísta dos erros: assumir que é burrinha, nada mais que um objeto sexual cuja principal missão na Terra é dormir com eles. A verdade é que ela tem a mente afiadíssima, absolutamente determinada a fazer prevalecer seu ponto de vista e disposta a permitir que os homens se comportem como babacas em torno dela, se é isso que seus egos pedem.

Ela passou pela universidade com tranquilidade, venceu um concurso de nacional de estudantes críticos teatrais e escreveu uma peça que alcançou a final do Festival Nacional Estudantil de Drama. Seus anos de estudante foram marcados por um intenso confronto com a mãe, que exigiu que ela abandonasse duas coisas na vida: o namorado, considerado inadequado, e a decisão de se tornar jornalista, que a mãe considerava ainda pior. Charlotte fez um acordo: manteve o namorado, largou o jornalismo e passou a estudar para ser advogada. Sete anos mais tarde, em dezembro de 2006, começaria a trabalhar no escritório George Davies, em Manchester, onde Lewis era um advogado sênior.

Os dois haviam atuado juntos nos estágios iniciais do caso Gordon Taylor. Desde então, muita coisa tinha mudado. Ela saíra para trabalhar em outra firma de Manchester, Lewis estava próximo de romper com George Davies e tinha largado a esposa. Estava nascendo a parceria entre os dois. Naquele primeiro dia, no escritório do *The Guardian*, eles encenaram o

primeiro ato do que se tornaria uma performance costumeira, uma combinação estranha e intensa de embate de ideias, flerte e brilhante estratégia legal. Eu gostava muito deles.

Para as organizações Murdoch, eram um pesadelo. Lewis não tinha medo deles; quanto mais rosnavam, mais ele gostava. Charlotte também não se intimidava; tinha uma tendência quase incontrolável de abrir um sorriso angelical e mandar à puta que pariu quem se atrevesse a pisar no seu pé.

Max Clifford tinha grandes chances de sair vencedor no processo. Como Gordon Taylor, ele fora citado num julgamento como vítima, de forma que não havia dúvida de que a polícia tinha provas de que ele havia sido grampeado. Durante boa parte de sua longa carreira, Clifford usara o *News of the World* como um de seus melhores clientes para as reportagens sensacionalistas que intermediava, mas em 2005, quando Andy Coulson era o editor-chefe, houve um desentendimento e ele se recusou a manter a relação. Assim, ficou evidente que o jornal encontrara um jeito malandro de monitorar o que ele andava fazendo.

Lewis e Charlotte também se mantinham próximos de Sky Andrew, outra das cinco vítimas originais não pertencentes à família real, cujo trabalho como agente de jogadores de futebol da primeira divisão e de outras personalidades esportivas transformou sua vida privada em uma atração viciante para o *News of the World*. Comprometi-me com Lewis e Charlotte a contar-lhes tudo o que descobrisse para ajudar nos dois casos, na esperança de que eles arrancariam informações da polícia.

Um dos outros advogados que me procuraram também começou a desempenhar um papel central. Mark Thomson tem uma característica que o aproxima de todos aqueles que acabariam liderando o movimento contra Murdoch: o gosto pela rebeldia. Quando era estudante em Cambridge, flertara com o anarquismo e depois trabalhou como mensageiro,

dirigindo uma van pelas ruas de Londres e participando de passeatas contra o apartheid nas horas vagas. Como não tinha o menor interesse em desperdiçar o resto da vida num trabalho enfadonho, viajou pelo mundo com uma mochila nas costas antes de cair por acaso num escritório de advocacia, apenas porque um amigo de Londres lhe ofereceu trabalho como assistente jurídico. Ele gostou, ficou, e 25 anos mais tarde era um bem-sucedido advogado, pioneiro no desenvolvimento da nova lei sobre privacidade criada para proteger clientes da agressiva intromissão dos tabloides sensacionalistas.

A maior parte de seus clientes era formada por gente muito famosa. Durante anos ele acompanhara suas angústias despertadas pela dúvida, suas tentativas de entender como os tabloides conseguiram descobrir algum detalhe de suas vidas particulares, às vezes acusavam amigos próximos ou empregados de vender informações, e até mesmo chegavam a imaginar que os jornais deviam estar interceptando suas comunicações de alguma maneira. Thomson não tinha dúvida de que os tabloides estavam jogando sujo. Em um episódio, acusou diretamente um jornal de escutar as mensagens de voz deixadas no telefone de um cliente. O jornal engavetou a matéria na hora. Mais tarde, Thompson soube que sua acusação deixou os editores em pânico. Em 1º de junho de 2009, abriu sua própria firma de advocacia, instalando-se num apertado escritório em Covent Garden. Ele e seu sócio, Graham Atkins, tinham no portfólio uma impressionante lista de clientes famosos, entre eles atores como Sienna Miller, Jude Law, Ewan McGregor, Hugh Grant e outros, e também o ex-primeiro-ministro Tony Blair e sua família.

Estava claro que o alvo imediato desses três advogados era a Scotland Yard, que estava sentada em uma pilha de documentos e outros registros que tinha apreendido com Glenn Mulcaire quando o prendera em agosto de 2006. O

primeiro objetivo era identificar quais de seus clientes tinham sido vítimas. Como a polícia se recusava a dar essa informação, os advogados tiveram de tomar a iniciativa e recorreram aos tribunais para forçá-la a entregar os documentos. Dessa forma, seria possível saber afinal a escala dos crimes.

Thomson então escreveu para a Scotland Yard em nome de uma dezena de clientes perguntando se tinham algum tipo de prova de que algum deles tinha sido vítima das atividades ilegais de Glenn Mulcaire. Se a resposta fosse afirmativa, ele iria ao Tribunal Superior para peticionar uma ordem que obrigasse a polícia a revelar as provas. Lewis e Charlotte já estavam neste estágio e tinham entrado com pedidos de ordens judiciais em nome Max Clifford e Sky Andrew.

Outros advogados que me procuraram também entraram com pedidos desse tipo na polícia. Entre seus clientes estavam nomes como George Michael, cuja vida particular tinha sido impiedosamente exposta pelos jornais sensacionalistas, em boa parte porque ele é gay; Kieren Fallon, ex-jóquei campeão, que tinha sido acusado pelo *News of the World* de receber propina, em uma reportagem que, no julgamento do processo judicial, se mostraria inverídica; e Gwyneth Paltrow, cujo único crime tinha sido dar à luz um menino.

Parecia que estávamos avançando. Talvez chegássemos a algum lugar.

* * *

Mas as portas não demoraram a começar a se fechar.

Em 21 de julho, Andy Coulson e três executivos do *News of the World* à época deram um depoimento à Comissão Especial de Mídia. Eu andava abastecendo de informações dois dos parlamentares trabalhistas mais ativos, Paul Farrelly

e Tom Watson, e também Adam Price, um jovem e sagaz parlamentar do Plaid Cymru, o Partido do País de Gales, que dera sinais de querer descobrir a verdade. Havia muitas pistas a seguir. Mas, na opinião de Coulson e dos três executivos, elas não levavam a lugar nenhum.

Coulson exalava confiança, cabelo e terno com cortes impecáveis, modos e fala ensaiados. E ele não sabia de nada: nada sobre escuta de mensagens e grampos, nada sobre a rapina de dados confidenciais, nada sobre qualquer forma de atividade ilegal em nenhum dos jornais em que trabalhara. “Nunca tive nenhum envolvimento com isso”, disse ele.

Também garantiu que não sabia nada sobre Steve Whittamore. Nunca tinha ouvido falar nele. Disse que nada sabia sobre Glenn Mulcaire. Nunca tinha ouvido falar nele. Ele não sabia de nada que o mundo já não soubesse. “Tenho certeza absoluta de que a questão de Clive foi um caso isolado muito, muito infeliz”, disse ele à comissão.

As três outras testemunhas também disseram que nada sabiam sobre qualquer atividade ilegal. A comissão fez várias perguntas sobre Glenn Mulcaire.

O novo editor-chefe do *News of the World*, Colin Myler, afirmou que não tinha como ajudar: “Não conheço o sujeito”, disse ele. Stuart Kuttner, chefe de redação, com muitos anos de casa, também disse que nada sabia. Outro veterano do jornal, o advogado Tom Crone, declarou que tampouco sabia de algo. A primeira vez que ouviu seu nome foi quando o prenderam, afirmou.

Os membros da comissão lhes mostraram o e-mail para Neville. Era uma pista concreta. Mas nada do que as testemunhas declararam serviu para alguma coisa.

Tom Crone explicou que, quando o e-mail veio a público pela primeira vez, cerca de doze meses antes, no processo movido por Gordon Taylor, ele tentara descobrir mais sobre o caso. Com esse objetivo, falara com o repórter que escreveu o

e-mail, Ross Hindley, mas este era ainda muito inexperiente à época, tinha apenas vinte anos, acabara de ser promovido do posto de office boy e passava muito tempo digitando coisas, de forma que não podia se lembrar de nada sobre esse e-mail específico. Para completar, infelizmente não havia como perguntar a ele diretamente: Hindley estava no Peru.

Crone declarou que falara também com Neville Thurlbeck, mas acontece que, infelizmente, Thurlbeck nunca recebera o e-mail. Thurlbeck achava que partira da redação, em Londres, a ordem de trabalhar na matéria sobre Gordon Taylor, mas infelizmente a pessoa responsável disse nunca ter visto o e-mail. Crone tinha pedido ao departamento de TI que verificasse se Ross Hindley havia enviado o e-mail para outra pessoa, mas, infelizmente, o departamento de TI não encontrara nada.

E quanto ao contrato em que, usando um nome falso, Greg Miskiw oferecera 7 mil libras a Glenn Mulcaire pela matéria sobre Gordon Taylor? Kuttner declarou que nada sabia sobre o assunto, porque o dinheiro prometido no contrato nunca foi efetivamente pago. Coulson disse que nada sabia sobre o caso, porque Miskiw ficava em Manchester. E, como dito antes, ele não se lembrava de nada sobre qualquer matéria a respeito de Gordon Taylor.

Questionados sobre uma curiosa matéria publicada pelo *News of the World* durante a gestão de Coulson como editor-chefe, sob o título “Harry vai a strip-tease e leva couro de Chelsy”, assinada por Clive Goodman e Neville Thurlbeck, citando um recado deixado pelo príncipe William no celular do príncipe Harry, Andy Coulson disse que infelizmente não se lembrava. Parecia que Tom Crone também não.

Ainda assim, em sua campanha para provar sua inocência, eles dispararam um ataque coordenado que não atingiu o *The Guardian*, mas machucou seus amigos na Scotland Yard. Respondendo a uma questão que sempre me intrigou, eles

declararam que a polícia não interrogou nenhum repórter do jornal, nem mesmo Ross Hindley e Neville Thurlbeck, citados nominalmente no e-mail para Neville. Tampouco foram interrogados Andy Coulson, responsável pelos repórteres, nem Stuart Kuttner, responsável pelo dinheiro que gastavam, e nem Tom Crone, responsável por checar as matérias que eles produziam. A assessoria de imprensa da Scotland Yard havia se recusado a responder à pergunta que eu lhe fizera sobre esse assunto. Ingenuamente, supus que os investigadores tinham interrogado outra pessoa do *News of the World* além de Clive Goodman. Mas isso não aconteceu. Ninguém mais foi interrogado. Que diabos de investigação era essa?

Mas Coulson tinha mais uma informação a fornecer. Ao final da audiência, quase como se fosse um relações-públicas passando um furo para jornalistas, declarou que no dia em que John Yates fez o pronunciamento em que afirmava que não havia necessidade de reabrir o inquérito, um detetive ligou para ele dizendo que tinha sido vítima do grampo de Mulcaire. Coulson enfatizou sua posição: “Eu nada sabia sobre o que Glenn Mulcaire tinha em mente.” Os tabloides, claro, colocaram essa declaração como a parte mais importante da audiência.

Um cego de olhos vendados seria capaz de ver que essas pessoas estavam mentindo e, claro, não demorou muito para que os pegássemos no pulo. Aquele papo de que Ross Hindley era um repórter iniciante, até pouco antes apenas o office boy, revelou-se cascata da mais baixa qualidade. A partir de uma dica minha para a revista investigativa *Private Eye*, o repórter Tim Minogue descobriu que Hindley não tinha vinte anos à época, mas 28, que não tinha acabado de ser promovido, mas que atuava como repórter já havia cinco anos, e que ele era sobrinho de um ex-editor-chefe do jornal, Phil Hall. A *News International* mais tarde acabaria admitindo

que o depoimento de Crone estava errado e que Hindley “parecia ser um office boy” e que Crone tinha sido levado ao erro pelo “interrogatório provocador e pelas interrupções”. Vários membros da Comissão Especial de Mídia consideraram a justificativa cômica.

O fato é que, em termos gerais, seguiram mentindo impunemente. Como tinham o apoio da polícia, não havia o que fazer para detê-los. Nenhum deles sabia sobre os pagamentos que talvez tivessem sido feitos a Goodman e Mulcaire para mantê-los calados quando saíram da prisão. Ninguém apresentou uma explicação convincente para o fato de que pagaram mais de 1 milhão de libras no acordo conciliatório do processo de Gordon Taylor sem assumir que isso significava que havia crime e criminosos na redação. Tampouco explicaram por que isso nunca foi revelado à imprensa, ao parlamento ou ao público.

Em audiência separada, Les Hinton, o executivo-chefe da News International, contou uma história muito similar à mesma comissão. “Nunca chegou a mim qualquer indicação que sugerisse que a conduta de Clive Goodman não era um caso isolado.”

No meio disso tudo, fiquei ressabiado com duas falas específicas, que a mim cheiravam a falcatrua. Ambas envolviam escritórios de advocacia que supostamente realizaram investigações para a News International e não encontraram indícios de crime.

Coulson afirmara que, assim que Goodman e Mulcaire foram presos, ele contratara uma empresa chamada Burton Copeland para fazer uma investigação. “Fornecemos a eles tudo o que nos pediram.” Crone fez a mesma afirmação. Ou eles estavam dizendo a verdade (neste caso, pode-se concluir que a capacidade de investigação da Burton Copeland era menor que a de um peixinho de aquário) ou eles estavam mentindo. Liguei para a empresa e expus a um dos sócios

mais antigos, Ian Burton, que seu nome estava sendo usado em vão. Ele se recusou a comentar.

Em ofício à Comissão Especial de Mídia, a News International também afirmou ter contratado um segundo escritório de advocacia, Harbottle & Lewis, para verificar o conteúdo de 2.500 e-mails, e os advogados não encontraram novos sinais de obtenção de informações por meios ilícitos. Isso era assustador. A News International apresentou a carta de um sócio sênior do Harbottle & Lewis, datada de 29 de maio de 2007, cujo assunto era “Re: Clive Goodman”:

“Conforme suas instruções, examinamos o conjunto de e-mails das contas de Andy Coulson, Stuart Kuttner, Ian Edmondson, Clive Goodman, Neil Wallis e Jules Stenson, às quais vocês nos permitiram acesso. Posso confirmar que não encontramos nada nesses e-mails que nos parecesse indício razoável de que as ações ilegais de Clive Goodman eram de conhecimento ou tinham o apoio de Andy Coulson, editor-chefe, e/ou de Neil Wallis, editor-chefe adjunto, e/ou de que Ian Edmondson, editor de noticiário, e de que outros estivessem praticando o mesmo tipo de ações ilegais.”

Deixei o pensamento voar e despachei um e-mail a Paul Farrelly: “Por que fazer isso em maio de 2007? Quatro meses já tinham se passado desde o julgamento, três desde a chegada de Colin Myler, mas faltavam onze meses até descobrirem que Gordon Taylor teve acesso aos documentos levantados pela Scotland Yard. Era certo que alguém devia ter feito algo em torno de maio de 2007 que os fez decidir tomar essas medidas preventivas. Com certeza alguém ameaçou acusar especificamente aqueles seis executivos mencionados de envolvimento em procedimentos ilegais. É mera coincidência que nessa época Goodman e Mulcaire estavam ameaçando entrar com uma ação trabalhista contra o jornal? É importante lembrar que antigos colegas de Goodman me disseram que ele assumira a culpa porque entendia que a

News International o apoiaria. Depois de concordar segurar o rojão, ele foi informado que estava sendo demitido. Não era esse o acordo que ele estava esperando.”

Eu tinha fortes suspeitas de que, depois de sair da prisão, Goodman e/ou Mulcaire tinham ameaçado implicar aqueles executivos se não recebessem algum tipo de compensação: denunciariam que tinham sido pagos para se manterem calados, e que, independente do que o escritório Harbottle & Lewis dissesse a respeito daqueles e-mails, revelariam que o *News of the World* violava leis quando e como quisesse.

Quem não teme a verdade não mente. A News International tinha saído da audiência na Comissão Especial de Mídia sem ter de admitir qualquer malfeito; tinham sido os vencedores do dia, mas no longo prazo estavam muito vulneráveis. Enviei um e-mail a Rusbridger: “Esta é a posição no momento: a Comissão Especial de Mídia vai convocar mais testemunhas e apresentará um relatório provavelmente muito hostil em relação à News International. A Scotland Yard deve ter dificuldade para manter sua postura atual de não reabrir o inquérito. A ICO está sob pressão para que divulgue todos os materiais apreendidos com Steve Whittamore; a PCC está enrolando, procurando uma desculpa para sua omissão. A News International parece ter abandonado os ataques ao *The Guardian* — nenhuma palavra desde que revelamos os documentos à Comissão Especial de Mídia. O pior cenário para a News International será a reabertura do inquérito pela Scotland Yard e/ou Max Clifford e companhia obterem ordens judiciais obrigando a polícia a entregar outros documentos que tem. Estão sentados em um barril de pólvora sobre um tapete pegando fogo e tudo o que têm para se proteger é a própria saliva. Nick.”

* * *

Chegou a vez de a polícia dar sua versão. Em 2 de setembro de 2009, o subcomissário da polícia John Yates prestou depoimento à Comissão Especial de Mídia.

Alguns dias antes, pesquisando no site da comissão, descobri que o escritório do procurador-chefe, que vinha dando sinais alarmantes de falta de independência em relação à polícia, tinha dado um novo presente à Scotland Yard: enviara à comissão um memorando com uma interpretação estranhíssima do Regulation of Investigatory Powers Act 2000 [Lei Regulatória dos Poderes de Investigação de 2000], conhecida por Ripa, que definia como crime o roubo de recados deixados em caixas de correio de voz.

De acordo com esse memorando, era crime interceptar mensagem de correio de voz apenas se o destinatário ainda não a tivesse ouvido. Se já a tivesse ouvido, na interpretação do procurador-chefe, qualquer um poderia acessá-la e não seria crime. Se prevalecesse essa tese, o número de vítimas e o de violadores cairia dramaticamente e a versão dos fatos apresentada pela Scotland Yard ganharia força. Nem por um segundo acreditei nisso.

Examinei as transcrições do julgamento e verifiquei que essa interpretação da Ripa nunca fora mencionada pelos promotores, pelos advogados de defesa nem pelo juiz. Analisei também os debates parlamentares quando a lei estava em discussão e não encontrei nenhuma menção a essa forma de interpretar. E, pelo que eu lembrava, quando fez sua declaração à época da publicação da nossa matéria sobre o caso Gordon Taylor, John Yates tampouco havia mencionado isso. De fato, sua mensagem fora clara e vaga. Centenas de pessoas podem ter sido alvos das escutas de Goodman e Mulcaire, ele dissera, “mas as investigações mostraram que eles usaram essa tática apenas contra um número muito menor de indivíduos.” Ainda assim, tal interpretação não deixava de ser um presente valioso para

uma força policial sob pressão. Reconhecendo que era quase certo que essa leitura da lei fosse uma grande bobagem, passei a me referir a ela como “a balela da Ripa”.

No depoimento de Yates à Comissão Especial de Mídia, Paul Farrelly, Tom Watson e Adam Price fizeram de tudo para desestabilizá-lo, mas ele se apegou ao script que preparara. A matéria sobre Gordon Taylor publicada pelo *The Guardian* fora nada mais que uma “compilação de matérias antigas”, disse ele, repetindo de forma inconsciente a frase que a News International vinha usando em seus briefings para políticos e outros jornalistas. Mais importante, reafirmou que não havia qualquer prova que justificasse a reabertura do inquérito e que, no conjunto de materiais e documentos que tinham sido levantados em 2006, “não havia algo que pudesse ajudar do ponto de vista investigativo”.

Yates explicou ainda que tentaram, por meio de uma carta ao *News of the World*, obter mais informações sobre vários pontos, mas eles se recusaram a lhes fornecer o que pediam. A polícia tinha entrado com solicitação de ordem judicial que obrigasse o jornal a entregar seus documentos? Não, não tinha.

Sentado ao seu lado, o superintendente de investigações, Phil Williams, que conduzira o inquérito original sob a direção de Andy Hayman, revelou sem cerimônias que entre as vítimas identificadas em 2006 estavam os príncipes Harry e William. No entanto, por três anos, seus nomes foram mantidos em sigilo, aparentemente devido a nada mais que uma antiquada deferência britânica à família real: membros da realeza jamais poderiam ser citados em um ambiente tão vulgar quanto um tribunal de justiça.

No entanto, Yates defendeu com firmeza sua alegação de que o caso tivera poucas vítimas. Além daquele pequeno número que fora identificado e avisado em 2006, havia apenas “uns poucos, um punhado de vítimas no máximo” que

estavam sendo agora avisadas pela polícia. Também citou a famigerada interpretação da Ripa inventada pelo procurador-chefe.

Por trás desse véu presunçoso de negação, era possível entrever o esboço do fracasso. Embora a Scotland Yard quisesse reafirmar que estava determinada a identificar qualquer outro responsável por crimes no *News of the World*, não tentou colher o depoimento de ninguém além do infeliz Clive Goodman. Foi igualmente incompetente em relação às vítimas. Uma declaração do procurador-chefe revelara que em 2006, quando os promotores decidiram limitar o processo a apenas oito vítimas identificadas, a polícia concordara em procurar e avisar “qualquer outra vítima potencial não incluída no processo efetivamente levado aos tribunais”. Sem dúvida, esse acordo não foi cumprido. A polícia não procurou e avisou nem mesmo Jo Armstrong, cujas mensagens tinham sido transcritas ao lado das de Gordon Taylor no e-mail para Neville. Tampouco procurou Andy Coulson, mesmo sendo claríssimo o indício de que ele fora uma das vítimas; tanto é assim que ele foi avisado apenas um dia após o anúncio por Yates de que era desnecessário reabrir o inquérito.

“Não há nada interessante para se ver aqui. Circulando.”

* * *

Paralelamente a tudo isso, os advogados começavam a batalha em duas frentes.

A News International havia tentado tirar Mark Lewis do jogo. Seus solicitadores, Farrer & Co., escreveram para questionar a possibilidade de ele representar Max Clifford: “Sua participação como advogado neste caso é totalmente indevida”, sustentavam em carta de 6 de agosto de 2009, argumentando que sua atuação no acordo conciliatório sigiloso no processo de Gordon Taylor significava que ele

tinha informações confidenciais que não tinha autorização para revelar. Com efeito, na opinião deles, ele não poderia envolver-se mais em nenhum caso relacionado a escutas telefônicas. “Se você representar qualquer outro querelante em casos de supostas escutas de mensagens de voz, no mínimo há um risco indiscutível de que as citadas informações confidenciais seriam utilizadas (...) Você recebeu uma oportunidade de corrigir essa situação ao confirmar que concorda que não pode representar nenhuma pessoa interessada em abrir processos contra o News Group relativos a supostas escutas de mensagens de voz.” Para arrematar, ameaçaram entrar com pedido de mandado de segurança para impedir sua atuação. Lewis achou que era blefe, e apenas riu e jogou a carta no lixo.

A situação na outra frente era mais séria. A Scotland Yard persistia em se recusar a informar aos advogados se seus clientes tinham ou não sido vítimas. No começo a Yard enrolou, respondendo com uma carta-padrão: “Estamos no processo de verificação dos nossos registros para determinar se seu cliente foi alvo de monitoramento ilegal. Espero que compreenda que esse processo levará algum tempo. Entraremos em contato assim que possível.” Semanas se passaram, depois meses, e os advogados seguiram peticionando, mas nada de resposta.

Depois de um tempo, a Scotland Yard começou a responder, com cartas que deixaram vários advogados irritados. Como uma noiva tímida na noite de núpcias, a polícia revelou apenas uma pequena parte do que possuía. As cartas reconheciam que no material apreendido com Glenn Mulcaire de fato encontraram o nome de um cliente e/ou o número de seu telefone e/ou a senha usada para acessar o correio de voz, o que significava que o cliente era “pessoa de interesse” para Mulcaire, porém mais adiante acrescentavam uma frase-padrão (o equivalente à noiva avisar que estava

com dor de cabeça) ressaltando: “Não temos em nosso poder documentos em que indiquem que seu cliente foi vítima de interceptação ilegal.”

Isso enfureceu alguns dos advogados, porque lhes pareceu sem fundamento e enganoso: sem fundamento porque cabia aos juízes, e não à polícia, decidir o que a documentação indicava; enganoso porque a polícia poderia ter usado a mesma base para dizer que “essa informação claramente indica que seu cliente foi vítima de interceptação ilegal”.

Várias personalidades aceitaram a resposta da polícia e passaram a acreditar que seus celulares não tinham sido hackeados. George Michael e Kieren Fallon, por exemplo, que antes estavam convictos de que tinham sido grampeados (e, de fato, foram), convenceram-se de que deviam estar errados e instruíram seus advogados a desistir do caso.

Parte das cartas da Scotland Yard revelava sinais de absoluta má-fé. Advogados de uma importante personalidade da mídia questionaram por escrito se o número de telefone aparecia nos arquivos de Mulcaire. A polícia respondeu que não. Como esse homem desconfiava de tudo, não engoliu a versão e pediu a outro advogado que fizesse o questionamento, empregando outras palavras, dessa vez perguntando se o seu nome aparecia. A polícia então admitiu que o nome constava nos registros de interceptações de Mulcaire em três ocasiões diferentes.

Em roteiro similar, o advogado de uma atriz mundialmente famosa solicitou à polícia que esclarecesse se possuía algum documento indicando que: a) seu celular tinha sido interceptado de forma ilícita ou b) ela estava entre os possíveis alvos de interceptação ilegal ou c) informações privadas sobre ela tinham sido obtidas pela News International ou d) ela poderia ter sido objeto de qualquer tipo de monitoramento ilegal. Depois de meses de espera, a Scotland Yard respondeu com um redondo “não” às quatro perguntas,

porém deixou de acrescentar que possuía documentos que claramente identificavam a atriz como um dos alvos de Mulcaire e que não fizera nenhum esforço para descobrir se isso significava que a resposta a alguma das quatro perguntas poderia ser “sim”. Essa atriz também foi induzida ao erro pela resposta e instruiu seu advogado a não dar prosseguimento ao caso.

Mark Thomson teve de esperar três meses até receber uma resposta a uma carta que enviara à polícia em meados de julho em nome de uma dúzia de clientes famosos. Por fim, em 14 de outubro de 2009, a polícia se manifestou, afirmando que não tinham indícios sobre dez das doze personalidades representadas por Thomson. Isso acabaria se revelando mentira mais tarde. A carta da Scotland Yard terminava com uma sugestão de que os clientes procurassem as companhias de telefonia, que “talvez possam ajudar mais”. Esse tipo de conselho era tão útil quanto um biquíni no meio de uma nevasca: por lei, as companhias telefônicas são obrigadas a destruir todos os dados de contas doze meses após os registros. Oras, já haviam passado mais de três anos desde que os documentos de Mulcaire tinham sido apreendidos.

Foi nesse momento que uma possibilidade extraordinária me ocorreu. Por que a polícia estava levando tanto tempo para responder a essas solicitações? Por que tinha deixado de cumprir o acordo original com o procurador-chefe mediante o qual estava obrigada a avisar todas as possíveis vítimas? Era plausível que a polícia não tivesse a menor ideia de quem podia ter sido lesado?

Graças a uma pista cavada por Mark Thomson na Scotland Yard, o mistério foi esclarecido. Lá em 2006, os investigadores colheram uma imensa quantidade de papéis e arquivos do computador de Glenn Mulcaire, mas nunca se deram ao trabalho de estudar esse material. Provavelmente passaram rápido por ele e apresentaram um relatório meia-boca, sem

fazer o serviço direito. Tinham reunido um conjunto importante de provas de crime (contendo revelações tanto sobre vítimas quanto sobre os perpetradores dos crimes) e o guardaram no depósito. Assim, graças a esses advogados chatos e seus clientes, finalmente a polícia estava preparando um banco de dados de todas as pessoas que tinham sido alvo da ação de Mulcaire. Com três anos de atraso.

Como era de se esperar, ninguém, a começar pelo subcomissário John Yates, dissera alguma coisa sobre isso à imprensa, ao público ou ao parlamento. De fato, Yates insistira que não havia necessidade de reabrir a investigação, mas nunca explicou que nem ele nem qualquer outra pessoa na Scotland Yard sabia que estavam em posse de provas não examinadas. Mesmo no final de 2009, quando um grupo de agentes terminava de escanear esses documentos para inseri-los no banco de dados e catalogá-los, a Scotland Yard ainda preferia não se manifestar. Não houve *press releases*, nem cartas a vítimas potenciais para avisá-las. Houve apenas silêncio e a decisão, em causa própria, de que, se alguma pessoa quisesse informações sobre crimes cometidos contra ela, teria de se virar sozinha e contratar um advogado que obrigasse a polícia a revelar os documentos.

Um dia você avança, no outro tem de recuar.

Na noite de sexta-feira, 6 de novembro de 2009, voei para Copenhagen a fim de participar de um congresso sobre jornalismo. Mais ou menos uma hora depois, Alan Rusbridger ligou para mim avisando que a PCC tinha feito um relatório sobre nossa matéria a respeito do caso Gordon Taylor e o vazara para o *The Times*, cujo proprietário era Rupert Murdoch. Ele ainda não tinha visto o documento inteiro, mas ouvira o suficiente para temer que o relatório seria hostil ao nosso trabalho. Saí com amigos para jantar e até tentei comer, mas meu estômago se recusava a colaborar. Um pouco mais tarde, Rusbridger conseguiu uma cópia do relatório e a

encaminhou para mim. No alto, na linha onde aparece o assunto do e-mail, ele escreveu: “Acobertando.”

A PCC colocara para si mesmo apenas duas questões. A primeira: durante o inquérito original de 2007 sobre interceptações de comunicações telefônicas, o *News of the World* tinha induzido a PCC ao erro ao afirmar que Clive Goodman era o único jornalista da empresa envolvido? Na resposta, ignorava os comentários da promotoria, da defesa e do juiz do julgamento original e até desqualificava a importância do e-mail para Neville como “especulação”. Na conclusão, a PCC declarava-se satisfeito “por não ter encontrado novos indícios de que outros além de Goodman e Mulcaire realizaram escutas eletrônicas”.

A segunda pergunta que o conselho se fazia era se suas medidas anteriores haviam sido ineficazes para impedir que novos grampos acontecessem. A feliz conclusão era que tinham realizado um bom trabalho. O problema dessa afirmação era que quebrava as pernas do *The Guardian*. O relatório registrou que nossa matéria sobre Gordon Taylor afirmava que havia provas de que interceptações ilegais continuaram a acontecer mesmo depois das prisões de Mulcaire e Goodman em janeiro de 2007. Acontece que isso não era verdade: não havia nada na matéria do *The Guardian* sobre qualquer coisa que tivesse acontecido depois de janeiro de 2007. A PCC a seguir explicava que perguntaram a mim e a Alan Rusbridger se tínhamos alguma prova da ocorrência de interceptações depois de janeiro de 2007. Como isso não fora objeto de nossas investigações, respondemos que não tínhamos. A PCC agora aproveitava e anunciava que tínhamos confessado que não tínhamos provas que sustentassem nossa matéria. “As reportagens do *The Guardian* não ficaram à altura da expectativa gerada pela dramaticidade com que foram anunciadas a princípio”, dizia na conclusão o relatório.

Quatro meses antes, eu me apavorara quando li o ataque da News International à nossa matéria: será que tínhamos entendido tudo errado? Agora eu já estava escaldado e só fiquei com raiva. Pensei no diretor da PCC, Tim Toulmin, sentado com todo o conforto diante da Comissão Especial de Mídia na audiência de julho, cheio de confiança arrogante, declarando que a PCC não tinha razão alguma para acobertar qualquer coisa. Como esses caras têm a audácia de se chamar reguladores? Eles não regulavam a atividade mais que um poodle regula seu dono.

Eu agora estava em Copenhagen, sem poder sair, sem computador. Rusbridger estava em Nairóbi, prestes a embarcar num voo de oito horas para Londres. Precisávamos nos encontrar e restabelecer a verdade.

Rusbridger então assumiu o comando; por e-mail, orquestrou a reação do jornal: repórteres em Londres deveriam levantar dados que “garantissem que poderíamos destruir ponto a ponto as alegações deles, revelando seus laranjas e suas táticas diversionistas”, a assessoria de imprensa soltaria uma nota elegante e afiada, eu escreveria um artigo de oitocentas palavras para publicação na edição matinal de segunda-feira (o site subiria alguma coisa mais cedo), alguém entraria em contato com Paul Farrelly e outros parlamentares e esboçaria uma carta para John Whittingdale, presidente da Comissão Especial de Mídia. Convenci um gentil editor dinamarquês a me emprestar seu escritório e comecei a escrever.

Na segunda-feira de manhã nosso contragolpe já estava em curso. Sob a manchete “Parlamentares indignados com a PCC por esvaziar o escândalo das escutas ilegais”, a matéria de primeira página citava os comentários de Farrelly e Adam Price sobre o relatório e Charlotte Harris afirmando que as conclusões eram “contraditórias e atendiam a seus próprios interesses”. Nas páginas internas, tentei descrever o que

estava errado no relatório e elencar algumas das suas omissões.

Comparei a PCC a um boxeador que disparava socos contra um fantasma e, não conseguindo atingir nenhum alvo de verdade, assumia o papel de juiz e se declarava vencedor. Liste algumas das lacunas do relatório e expliquei como advogados de personalidades estavam pressionando a Scotland Yard para obter acesso às evidências que tinham. “A PCC ainda vai descobrir que a única vítima do seu ataque é sua própria credibilidade.”

Outros jornais não tinham a mesma opinião e repercutiram o relatório da PCC como se ele fosse a expressão da verdade. “Jornalistas inocentados de grampo”, anunciou o *The Sun*, de Murdoch. “Conselho de autorregulação rejeita acusações de escutas ao jornal”, noticiou o *The Times*, também de Murdoch. Ambos repetiram com destaque a frase sobre as matérias do *The Guardian*: “Não ficaram à altura da expectativa gerada pela dramaticidade com que foram anunciadas a princípio.”

Mais uma vez o *The Independent* foi particularmente agressivo. Seu colunista de mídia, Stephen Glover, voltou a arregaçar as mangas para ser uma espécie de ventríloquo de Murdoch. Em julho, ele apontara que a notícia sobre o caso Gordon Taylor era, além de velha, irrelevante, já que era evidente que tais práticas ilegais tinham deixado de ocorrer. “O *The Guardian* não sugere que elas continuam acontecendo”, ele havia escrito. Agora, quatro meses depois, obediente ao seguir o script ficcional da PCC, ele reescrevia os fatos sem alarde, afirmando que “O repórter Nick Davies, do *The Guardian*, sugeriu que essas práticas ainda eram correntes”.

Não se tratava apenas de uma briguinha entre o *The Guardian* e a PCC. Sob a superfície estava em discussão a ideia de que os jornais podem regular sua própria atividade. Quando Alan Rusbridger disse a um entrevistador da rádio

BBC que o relatório era “pior que inútil”, ele estava falando sério. Numa conversa reservada, ele e outro editor da imprensa britânica consideraram a possibilidade de se desligar da PCC como forma de registrar seu protesto. Rusbridger acabou optando apenas por renunciar à Comissão de Código de Conduta do Editor do Conselho e por deixar bem claras suas opiniões. Restava saber se a autorregulação conseguiria sobreviver ou não.

* * *

Alguns dias depois, no centro de Londres, entrei num táxi e o motorista puxou conversa. Queria saber como eu ganhava a vida, que tipo de matérias escrevia. Conte-i-lhe que estava escrevendo as reportagens sobre interceptações ilegais de telefonemas.

“Ah, sei”, disse ele. “São aquelas matérias do jornal que depois descobriram que estavam erradas, não é?”

6. Segredos e mentiras

Baseado em entrevistas com policiais da ativa e aposentados, fontes que trabalharam para empresas de Rupert Murdoch e depoimentos a comissões especiais, ao Inquérito Leveson e em audiências judiciais.

Sob camadas de sigilo oficial e negativas públicas, o fato é que a polícia tinha conhecimento de muita coisa sobre os crimes que vinham sendo cometidos pelos jornais mais influentes. O grau desse conhecimento só veio à tona anos mais tarde. Olhando em retrospecto, fica claro que o *The Guardian* e outros estavam revelando apenas fragmentos ínfimos da verdade. Esta é a história do que a polícia tinha mantido escondido em seus arquivos e enfim veio a público.

Ela começa em junho de 2002, quando um oficial de alta patente da Polícia Metropolitana, o superintendente-chefe, Dave Cook, um escocês sagaz então com 43 anos, foi convocado para ir ao programa da BBC *Crimewatch*. Sua missão era fazer um apelo ao público para que ajudasse a polícia em seu esforço, que já durava quinze anos, para identificar os responsáveis pelo assassinato, com uma machadada na cabeça, do detetive particular Daniel Morgan no estacionamento de um pub no sul de Londres.

No entanto, havia um objetivo secreto nessa participação no programa. Em sigilo, a divisão anticorrupção da Polícia Metropolitana iniciou uma nova investigação do assassinato e das ligações entre policiais corruptos e os dois principais suspeitos, Jonathan Rees e Sid Fillery, que passaram a dirigir a agência do homem assassinado, a Southern Investigations.

A polícia queria usar o programa de TV para anunciar uma recompensa de 50 mil libras na esperança de fazer um ou mais suspeitos falarem sobre ela — suas conversas seriam gravadas por meio de dispositivos de escuta secreta. Cook tinha sido escolhido para ser o rosto da polícia no programa a fim de acobertar o verdadeiro objetivo dos oficiais da divisão anticorrupção. Era uma escolha natural, já que era um investigador especializado em homicídios que, por coincidência, estava casado havia anos com uma das apresentadoras do *Crimewatch*, a investigadora de polícia Jacqui Hames. Em 25 de junho, um dia antes de o programa ir ao ar, algo estranho aconteceu.

A Scotland Yard recebeu informações sigilosas (provavelmente obtidas por meio de monitoramento de telefonemas) que indicavam que Sid Fillery havia conversado sobre a futura aparição de Cook no programa com Alex Marunchak, então editor-executivo do *News of the World*, e que este concordara em “dar um jeito nele”. O diálogo cheirava a complô para obstruir a Justiça e possivelmente também a ameaça de violência. Dias depois, Cook foi alertado pela Scotland Yard para tomar cuidado. Várias outras coisas estranhas aconteceram.

Uma semana depois, em 3 de julho, conforme viria a ser revelado nos documentos do julgamento, alguém — muito provavelmente Glenn Mulcaire — ligou para o departamento financeiro da polícia de Surrey, onde Cook trabalhara antes como chefe do departamento de investigações criminais, e, se apresentando como funcionário da receita federal, tentou descobrir o endereço de Cook. Não conseguiu nessa tentativa, mas, claro, teve sucesso em outro lugar. Na semana seguinte, Cook percebeu a presença constante de duas vans perto de sua casa e que ele e a esposa eram seguidos quando saíam. Pesquisou as placas e descobriu que ambas estavam arrendadas para a News International. A Scotland

Yard colocou uma equipe de vigilância para monitorar as vans; usando como pretexto o fato de que a lanterna traseira de uma delas estava quebrada, a equipe conseguiu que policiais fardados parassem o veículo e questionassem o motorista, que revelou ser um fotógrafo a serviço do *News of the World*.

Cook reclamou. O diretor de comunicação da Scotland Yard, Dick Fedorcio, procurou o jornal, que se justificou afirmando que trabalhava numa matéria: Cook estava tendo um caso com Jacqui Hames — uma explicação sem pé nem cabeça, já que eles eram casados e tinham dois filhos.

Mais tarde naquele ano, Cook foi indicado para assumir formalmente as investigações do assassinato de Daniel Morgan. Ele manifestou preocupação por ter sido vigiado pelo *News of the World* ao seu superior, André Baker, que organizou uma reunião, em 9 de janeiro, com a presença dele próprio, Cook, Dick Fedorcio e a então editora-chefe do jornal, Rebekah Brooks. Cook contou a Rebekah a história das duas vans, com a clara implicação de que o editor-executivo do jornal, diretamente ou por meio de outras pessoas do *News of the World*, obtivera seu endereço a pedido de um suspeito de assassinato e depois mandara que o vigiassem a fim de minar sua credibilidade e intimidá-lo.

Cook revelou também que havia outros indícios de que Marunchak era um mau jornalista. Disse que uma ex-secretária da Southern Investigations declarou sob juramento que a agência fizera pagamentos de milhares de libras a Marunchak, que usara o dinheiro para pagar seu cartão de crédito e, acreditava ela, as mensalidades da escola do filho. Pelo visto era possível que Marunchak estivesse roubando do *News of the World* ao autorizar pagamentos à Southern Investigations por serviços não realizados e receber de volta em sua conta uma parte do valor ou que recebesse comissões por direcionar serviços para a agência. Para espanto de Cook, mesmo com todas essas informações, nada foi feito.

Em depoimento sob juramento ao Inquérito Leveson, Fedorcio descreveu como, depois da reunião, levou Rebekah Brooks para uma festa na Scotland Yard, onde a deixou conversando com o então comissário, Sir John Stevens. A Scotland Yard não fez nenhuma investigação de suspeita de fraude nem tampouco do que poderia ser interpretado como complô para obstruir uma investigação de assassinato. Marunchak manteve sua posição no topo da hierarquia dos jornalistas do *News of the World*.

Muito tempo depois, a equipe de Cook descobriu que o comando da divisão anticorrupção da Scotland Yard estava sentado sobre centenas de horas de conversas gravadas secretamente no escritório da Southern Investigations em 1999 que revelavam o profundo envolvimento de Marunchak na compra de informações obtidas pela Southern Investigations junto à sua rede de policiais corruptos. As fitas continham mais uma indicação de que a agência de detetives particulares repassava para ele dinheiro recebido indevidamente do *News of the World*: Rees descrevia como tinha brigado com Marunchak e o alertara: “Esse seu jornal de merda ainda vai ter uma pista sobre quem é o filho da puta que recebe propina.” A equipe de Cook também recebera informes secretos não confirmados de que Marunchak subornara um policial de Cambridge para obter informações sobre o assassinato de duas jovens, Jessica Chapman e Holly Wells em Soham em agosto de 2002, e que ele era próximo do ex- investigador da Polícia Metropolitana John Ross — o contato da imprensa para obtenção de notícias fornecidas por policiais corruptos de Londres.

Mais grave ainda: policiais da equipe de Cook encontraram uma declaração, dada sob juramento, de um amigo próximo de Daniel Morgan revelando que, nas semanas anteriores à sua morte, Morgan procurara um jornal dominical para tentar vender informações sobre policiais corruptos muito poderosos.

Não havia provas que ligassem Marunchak a isso ou que indicassem que ele avisara Rees, mas o pessoal de Cook entregou à corregedoria da polícia um relatório sugerindo que Marunchak fosse investigado. Nada foi feito.

Tempos depois soube-se que em 2000 a equipe que instalara a escuta na Southern Investigations também ficara chocada com o que ouvira. O chefe operacional, o superintendente Bob Quick, enviara seu próprio relatório à corregedoria, exortando-a a investigar o pagamento de propinas de jornais a policiais. Nada foi feito.

* * *

Março de 2003 foi um mês ruim para a News International.

Em Londres, Rebekah Brooks, então editora-chefe do *The Sun*, prestou depoimento à Comissão Especial de Mídia da Câmara dos Comuns e admitiu: “No passado nós pagamos à polícia para receber informações.” Ela parecia não ter noção de que estava admitindo um crime. Sentado ao seu lado, Andy Coulson, que a havia substituído como editor-chefe do *News of the World*, logo foi em seu resgate, explicando que o faziam apenas em casos de interesse público. Também ele parecia não ter ideia de que isso não fazia diferença: subornar a polícia era crime de qualquer forma.

Foi nesse mesmo mês que os investigadores da ICO fizeram uma batida no endereço de Steve Whittamore e apreenderam pilhas de documentos que detalhavam seus negócios com jornais britânicos. Foi um momento decisivo na evolução das três investigações policiais em andamento. Todas elas expuseram métodos potencialmente ilegais de obtenção de informações que beneficiaram jornais de Murdoch e outros órgãos de imprensa.

A primeira delas foi a Operação Reprovado, iniciada em janeiro de 2002, quando um empresário de Devon apresentou

queixa de que vinha sendo chantageado por pessoas que obtiveram detalhes de sua ficha criminal de um detetive particular. Meses depois, a polícia identificaria dezessete integrantes da polícia suspeitos de vazar dados confidenciais para meia dúzia de detetives particulares. Pelo menos um deles, Glen Lawson, da Abbey Investigations, de Newcastle upon Tyne, trabalhava para jornais. Ele encomendara pesquisas de registros policiais em busca de informações sobre três parlamentares do Partido Trabalhista: Gordon Brown, então ministro das Finanças, Nick Brown, um aliado muito próximo a ele, e Martin Salter, de Reading. Lawson não revelou quem era seu cliente, mas a polícia percebeu que ele fizera suas pesquisas na mesma época em que o *News of the World* atacava Salter por ter ousado se opor à controversa campanha de Rebekah Brooks em favor da “Lei de Sarah”, que obrigaria a polícia a revelar os endereços de pedófilos condenados. Número total de jornalistas chamados a depor: zero.

A Operação Motorneiro era derivada dessa investigação. A Operação Reprovado fizera uma busca no escritório de um detetive particular chamado Chris Dewse, baseado em Horley, Surrey, e descobrira provas de que ele vinha recebendo informações de dois funcionários do Departamento de Trânsito e as estava passando para Steve Whittamore. A descoberta foi informada à ICO, que montou a operação de busca contra Whittamore em março de 2003, porém depois deixou de interrogar os jornalistas que o haviam contratado para realizar os delitos. Documentos internos da ICO confirmam que ela simplesmente optou por não bater de frente com o poder dos jornais. Há registro de que um advogado lhes disse que “o custo de investigar e processar seria alto demais”. Embora de fato houvesse provas suficientes para sustentar um processo contra a imprensa, a perspectiva de ter jornais em guerra contra eles em custosas audiências pré-julgamento os

convenceu a seguir o conselho desse advogado. Número total de jornalistas chamados a depor: zero.

A Operação Clareira era derivada da Operação Motorneiro. Ao examinar a papelada apreendida com Whittamore, a ICO descobriu provas de que a rede tinha uma fonte com acesso a informações sensíveis dos computadores da Scotland Yard. Essas provas foram passadas à Polícia Metropolitana — cujo comando anticorrupção criou, em agosto de 2003, a Operação Clareira e fez nova busca no escritório de Whittamore. Decidida a ir fundo na investigação, a polícia logo se lembrou da admissão de Rebekah Brooks à Comissão Especial de Mídia sobre pagamentos feitos a policiais da ativa. Fontes da própria polícia afirmam ter grampeado o telefone dela. Brooks contou a amigos acreditar que isso de fato foi feito. A Operação Clareira também pesquisou a teia de “profissionais” do grampo e afins tecida pelo editor-assistente de Rebekah, Greg Miskiw (que apareceria mais tarde nas ligações para o *The Guardian* feitas pela fonte conhecida como Mango). Em 10 de novembro de 2003, a seguinte entrada foi feita nos registros internos da Operação Clareira: “Há documentos que implicam vários jornalistas na quadrilha responsável pelo crime de corrupção de policiais.” Prevendo a reação hostil da imprensa, convocaram Dick Fedorcio e um de seus assessores para se aconselharem sobre como lidar com uma guerra com a mídia. Em janeiro de 2004, tomaram os depoimentos de sete jornalistas do grupo Mirror, do *Daily Mail* e da News International, entre eles Greg Miskiw (como Mango afirmaria mais tarde). Todos admitiram ter contratado Whittamore, mas negaram saber que ele usava métodos ilegais para obter informações. Em março de 2004, a Operação Clareira enviou um arquivo ao Ministério Público, que concluiu não haver provas que justificassem um processo judicial contra qualquer um deles. Número total de jornalistas

chamados a depor: sete. Número total de jornalistas processados: zero.

Em dezembro de 2004, 21 meses após admitir publicamente que seus jornalistas haviam feito pagamentos a policiais no passado, Rebekah Brooks jantou com o comissário da Polícia Metropolitana, Sir John Stevens, no luxuoso restaurante Ivy, em Londres.

Em novembro de 2005, numa ocorrência célebre e insólita, Rebekah Brooks foi presa depois que seu marido na época, o ator de TV Ross Kemp, apresentou queixa de que ela o havia agredido. Ela passou a noite na cadeia e, de acordo com fontes na polícia, foi liberada na manhã seguinte sem ser interrogada, numa aparente violação das normas.

No início de 2006, foi deflagrada a Operação Cariátide, o inquérito da Scotland Yard sobre atividades ilegais de interceptação de mensagens e escuta ilegal pelo *News of the World*, que, sabemos agora, trouxe à tona muito mais do que jamais fora admitido quando Goodman e Mulcaire foram presos.

Enquanto que a princípio tinham declarado ao juiz e à opinião pública que as vítimas eram apenas oito, em uma análise superficial das onze mil páginas de documentos apreendidos no escritório de Mulcaire os investigadores identificaram os nomes de 418 pessoas. Keith Surtees, policial do alto escalão do Departamento de Investigações Criminais que participou da Cariátide, não teve dúvidas do significado disso e anotou, em 10 de agosto de 2006, a seguinte observação em seu relatório diário: “Na minha opinião, o objetivo do trabalho de pesquisa era obter acesso a mensagens de voz.” Se tivessem realizado um exame minucioso e completo do material apreendido, teriam descoberto que continha referências a 6.349 pessoas atacadas por Mulcaire ao longo dos cinco anos anteriores. Também não divulgaram nada sobre as 745 gravações de

mensagens de voz encontradas com Mulcaire, entre elas algumas deixadas por David Blunkett, o então ministro do Interior, a quem, em última instância, a Scotland Yard estava subordinada.

Embora Goodman tivesse sido o único do *News of the World* a ser processado criminalmente, a Cariátide encontrou pistas claras de que outros jornalistas estavam envolvidos. Depois de observar que Mulcaire escrevia “Clive” no canto superior esquerdo das suas anotações quando o serviço era para Goodman, a Cariátide ampliou o foco e descobriu 28 outros nomes escritos na mesma posição em suas folhas de anotações sobre alvos de fora da família real. Entre esses nomes estavam os de Greg Miskiw, Ian Edmondson, Neville Thurlbeck e James Weatherup. A análise do histórico de telefonemas de Mulcaire revelou um padrão: o detetive ligava para o jornal, depois invadia a caixa de mensagens de voz da vítima e por fim tornava a ligar para o jornal. A implicação era óbvia.

Os investigadores não apenas tinham razões para acreditar que outras pessoas no jornal recebiam informações do detetive obtidas ilegalmente: a Cariátide descobrira também que os próprios jornalistas invadiam as caixas de mensagens de voz. Registros das companhias telefônicas por eles levantados mostravam que em centenas de ocasiões os telefones das vítimas tinham sido acessados a partir de dois números específicos que pertenciam à News International. Concluíram que se tratava de números “tronco”, uma forma de organizar as contas de telefone ao reunir sob um mesmo número coletivo várias linhas, extensões e aparelhos fixos. O sargento Mark Maberly, que participou da Operação Cariátide, afirmaria mais tarde ao Inquérito Leveson que identificara três jornalistas do *News of the World* que gostaria de ter interrogado.

A Scotland Yard preferiu não apenas silenciar sobre essas descobertas como também optou por não mencionar dois fatos importantes relativos à investigação. O primeiro é que, em várias ocasiões, teve seu trabalho obstruído pela News International. No dia em que Goodman foi preso, em agosto de 2006, uma equipe de agentes especializados viveu momentos de tensão na sede do *News of the World* ao tentar realizar uma operação de busca e apreensão — prevista em lei nos casos de pessoas presas por suspeita de crimes. Quando quatro agentes começaram a recolher documentos da mesa de trabalho de Goodman, foram confrontados por executivos que argumentavam que eles não tinham o direito de fazer buscas nos pertences de um jornalista, que tem algumas salvaguardas perante a lei. Os agentes titubearam. Alguém chamou alguns fotógrafos, que começaram a registrar a cena. O inspetor no comando da operação relatou que temeu ser agredido. Do lado de fora do prédio, outros agentes foram barrados e impedidos de entrar.

Chegaram então três advogados da News International, que levaram os quatro agentes para uma sala de reuniões e os convenceram a parar de vasculhar a mesa de trabalho de Goodman e especificamente a não apreender seu computador ou o conteúdo do seu cofre pessoal. A polícia argumentou que ainda assim poderia prosseguir com a busca na Contabilidade, que continha documentos não jornalísticos. Quando foram fazê-lo, de acordo com depoimentos ao Inquérito Leveson, o chefe de redação, Stuart Kuttner, juntou-se aos advogados e bloqueou fisicamente sua passagem. A batida foi suspensa.

Mais tarde na investigação, a Operação Cariátide apresentou à News International um requerimento solicitando que entregasse um conjunto de documentos, inclusive registros de serviços de Mulcaire, informações sobre o computador e o conteúdo do cofre de Goodman e uma

discriminação das extensões e dos celulares usados para fazer ligações através dos números “centrais” bem como os nomes dos donos dos números para os quais Mulcaire tinha ligado antes e depois de invadir as caixas de mensagens de voz das vítimas. Através de seus advogados, a News International concordou em cooperar, mas depois acabou entregando apenas um item da lista: o detalhamento dos pagamentos, totalizando 12 mil libras em espécie, que Clive Goodman fizera a Mulcaire, os quais haviam sido lançados internamente como pagamentos à fonte inventada chamada David Alexander. Esta se revelaria a pedra fundamental da operação de acobertamento da News Internacional.

As leis inglesas permitem que a polícia faça uma petição judicial para que jornalistas sejam obrigados a entregar provas se não cooperarem em uma investigação. A Operação Cariátide anexara a minuta de uma petição desse tipo à carta entregue à News International. O agente responsável pela ação, sargento Mark Maberly, mais tarde revelou a Leveson que suspeitou estar sendo “enrolado” pela News International. O próprio Leveson concluiu que a empresa cooperava apenas “superficialmente”. Entretanto, policiais dos escalões mais altos decidiram não tomar outras medidas. A minuta da petição judicial nunca foi usada.

O segundo ponto importante sobre o qual a Scotland Yard preferiu silenciar foi a decisão, tomada no início do outono de 2006, um ou dois meses após prender Goodman e Mulcaire, de encerrar a Operação Cariátide sem concluir a investigação. Não se conhece a data precisa em que a decisão foi tomada nem seus motivos, já que não há registros da medida.

Mais tarde veio à tona que, como contrapartida a essa decisão, a Scotland Yard se comprometeu com os promotores a entrar em contato com todas as vítimas potenciais. A própria polícia avisaria todos aqueles que se enquadrassem em quatro categorias de “segurança nacional” (membros da

família real, militares, policiais e políticos) enquanto as empresas de telefonia seriam obrigadas a avisar aqueles que fizessem parte dos seus bancos de dados.

Se esse plano tivesse se tornado público, teria sido criticado, como veio a concluir depois o juiz Leveson, por ter sido “mal concebido” e por sua “falta de coerência”, já que deixava de fora todas as pessoas cujos nomes não foram encontrados na primeira apreensão de documentos de Mulcaire. Além disso, ao incumbir empresas de telefonia de localizar as provas, o plano também deixava de fora parte relevante dos alvos de Mulcaire ao longo de anos de interceptações ilegais, já que as companhias telefônicas só podem manter as informações sobre chamadas por no máximo doze meses.

O fato é que simplesmente a polícia não cumpriu o combinado. Sim, ela realmente notificou todos os alvos pertencentes à família real — dezenove no total (o que era bem diferente dos três mencionados no julgamento). Mas os dois alvos militares identificados não foram avisados, assim como membros da direção da polícia, inclusive seu chefe máximo, Sir Ian Blair, e a maioria dos dezessete políticos. Isso deixava três ministros do Interior — David Blunkett, Charles Clarke e John Reid, que ocupava o cargo na época — sem saber que tinham sido grampeados, apesar de serem eles os responsáveis pela polícia e pela direção da agência de segurança e inteligência. Também não foram alertados John Prescott e dois de seus colaboradores, que cuidavam de assuntos muito mais sensíveis na época. Das 418 pessoas que haviam sido identificadas, foram alertadas apenas 28. Rebekah Brooks foi uma delas.

Para além disso, a polícia também não cumpriu o compromisso de instruir as empresas de telefonia a entrar em contato com seus clientes arrolados como possíveis vítimas. A O2 tomou a iniciativa de informar quarenta de seus clientes,

mas outras companhias se apegaram à norma-padrão da polícia que determina que todas as informações relacionadas a suas investigações devem ser mantidas em sigilo.

A polícia manteve a decisão, tomada no início de outubro, de suspender a Operação Cariátide e a ratificou em 23 de novembro, depois de receber, com atraso, um relatório da polícia científica sobre o conteúdo dos computadores de Mulcaire. Nele revelou-se que Mulcaire havia selecionado 320 pessoas como “projetos especiais” e invadira não apenas suas caixas de mensagens de voz, mas também as de seus amigos e familiares. Entre essas vítimas estava o antigo subcomissário-adjunto da Polícia Metropolitana, Brian Paddick, mas ele não foi avisado. Ainda mais significativa é uma frase do relatório contendo uma preocupante ameaça à Scotland Yard: “Acredita-se também que foram feitas tentativas de corromper agentes da ativa e de usar indevidamente o computador nacional da polícia.”

A hipótese de corrupção de seus próprios agentes era, claro, muito séria. Contudo, pior ainda eram os sinais de que Mulcaire e/ou o *News of the World* conseguiram romper a barreira de segurança do Programa de Proteção de Testemunhas a fim de descobrir as novas identidades de pessoas sob a tutela do programa e, em alguns casos, de criminosos cuja integridade física estava ameaçada. Acredita-se que entre estes estavam Robert Thompson e Jon Vernables, personagens execrados pelos tabloides, condenados em 1993, aos dez anos, pelo rapto e assassinato, em Liverpool, do bebê James Bulger, de dois anos. A Operação Cariátide notificou o Programa de Proteção de Testemunhas sobre o assunto e não realizou mais nenhuma investigação.

Não foram esses os únicos documentos reunidos pela operação que sugeriam que o *News of the World* vinha pagando propinas. Na casa de Glenn Mulcaire, foram

encontrados quadros brancos nas paredes com as senhas diárias de segurança de empresas de telefonia celular, que deveriam ser de conhecimento exclusivo de funcionários de confiança. Entretanto, a Operação Cariátide não fez nenhum esforço para saber como Mulcaire as obtivera. Na casa de Clive Goodman, encontraram quinze agendas de telefones internos da residência da família real, todas confidenciais, algumas contendo detalhes sigilosos das linhas particulares da família bem como planos de segurança do Palácio de Kensington. Mais uma vez a operação não tomou nenhuma atitude para descobrir como Goodman os obtivera e tampouco informou o fato ao palácio.

Deixemos de lado por um momento os porquês dessa conduta da polícia. O ponto a ser focado é que essa omissão permitiu o sucesso de um complô desonesto gestado e realizado fora da Scotland Yard, mais precisamente na sede inglesa das empresas de Rupert Murdoch.

* * *

No começo, Goodman era o único foco da história. Na quinta-feira, dia 10 de agosto de 2006, dois dias após ser preso, ele recebeu, em sua casa, em Putney, na região oeste de Londres, a visita do chefe de redação Stuart Kuttner, o homem do *News of the World* encarregado de limpar a sujeira do jornal. Goodman lhe expôs algumas informações alarmantes. De acordo com anotações de Kuttner da época, Goodman lhe contou que Mulcaire afirmara que obtinha ajuda de um contato no Serviço de Segurança para realizar as escutas de mensagens em telefones do palácio real e que “havia avisado Andy sobre isso desde o começo”. A polícia acreditava que Mulcaire tinha outros alvos, entre eles o ex-cantor pedófilo Gary Glitter e o antigo presidente da Sérvia Slobodan Milosevic; agentes constataram que Mulcaire falava com o

News of the World antes e depois de interceptar mensagens de voz e estavam agora examinando os registros de pagamentos do jornal como forma de ampliar as investigações. A única notícia boa era que Goodman se recusara a responder as perguntas da polícia. Até aquele momento, pelo menos. Naquela tarde, Kuttner relatou a Coulson os detalhes da visita.

Em depoimento anos mais tarde, Goodman descreveu como ao longo das semanas seguintes foi pressionado pela News International a assumir sozinho toda a culpa pelas escutas ilegais do jornal. Disse que ficou surpreso ao ouvir do próprio advogado, Henri Brandman, que estava sendo pago pela News International, a sugestão de que poderia alegar estar agindo “sob estresse, uma espécie de lobo solitário”. Também afirmou que Coulson ligara para ele, concordando em lhe conceder uma licença remunerada e insinuando que tivera conversas com a polícia e o Ministério do Interior: eles teriam indicado que não desejavam colocá-lo na cadeia se ele admitisse sua culpa e, assim, o caso fosse encerrado.

Goodman e Coulson eram amigos; o editor-chefe fora uma das poucas pessoas do trabalho que Goodman convidara para seu casamento, dois meses antes. No entanto, agora Goodman estava tão preocupado por sentir que havia uma armação para deixar a bomba estourar só na sua mão que tratou de se garantir: entrou na sua conta de e-mail do trabalho e copiou mensagens em que discutia notícias obtidas por meio de escutas ilegais com seus editores — inclusive com Coulson —, que demonstravam a aprovação do editor-chefe dos pagamentos feitos ao tal “David Alexander” por hackear telefones da família real. Aparentemente consciente de que uma organização jornalística poderia um dia querer invadir um computador, ele tomou o cuidado de fazer as cópias a partir do computador de uma lan house.

É claro que Coulson também estava ressabiado. Pediu para se encontrar com Goodman, mas, de acordo com uma fonte próxima, temendo que seu subordinado gravasse a conversa, recusou-se a ir à sua casa. Para garantir que não se incriminaria, Coulson ensaiou bem o que diria, antes de ir para o encontro, no restaurante Café Rouge, em Wimbledon. Ele tinha razão em estar desconfiado: Goodman gravou mesmo a conversa (mas se atrapalhou todo com o aparelho). Anos mais tarde, ao lembrar o encontro, Goodman disse que Coulson mais uma vez insinuara que ele ou outra pessoa na News International estava em contato com a polícia, tentando usar sua influência para assegurar que ele não seria preso. Goodman acrescentou que seu editor-chefe mais uma vez o exortou a assumir a culpa, prometendo-lhe que seu emprego estaria garantido: “Você pode vir a ser um daqueles personagens que ressurgem das cinzas.” Revelou também que Coulson aconselhou que declarasse que “tinha se afastado do grupo”, acrescentando: “Basta você dizer que é um lobo solitário.” Goodman alega ter percebido ali um eco das palavras do próprio advogado e que isso o deixou morrendo de medo de estar sendo vítima de uma armação. Tempos depois, um juiz decretaria que o temor era infundado.

Não há evidências que comprovem a afirmação de que Coulson ou alguém próximo a ele estava em contato com a polícia, mas documentos internos do Ministério Público revelam que, em 22 de agosto, oito dias após o encontro no Café Rouge, um procurador enviou um e-mail indicando que dificilmente alguém além de Goodman e Mulcaire seria indiciado.

Com certeza a News International fez de tudo para saber os passos da polícia. Em 15 de setembro, um agente da Operação Cariátide, Keith Surtees, do Departamento de Investigações Criminais, reuniu-se com Rebekah Brooks para lhe informar que seu telefone havia sido grampeado e pedir-

lhe que fosse testemunha de acusação. Ela declinou, porém tentou descobrir o máximo possível sobre a questão e repassou o que apurou para o advogado da News International, Tom Crone. Este, por sua vez, mandou um e-mail preocupante para Coulson, alertando que a polícia tinha uma lista de mais de cem vítimas, provas de que Mulcaire possivelmente recebera mais de 1 milhão de libras do *News of the World* e nenhuma prova de que estivesse sendo pago por outros. Crone avisava ainda que, na batida feita na casa e no escritório de Mulcaire, a polícia apreendera “várias gravações” bem como anotações com transcrições literais de mensagens de voz. Identificaram ainda uma matéria do *News of the World* que reproduzia com exatidão uma mensagem de voz trocada entre o ator Hugh Grant e sua então namorada, Jemima Khan.

Contudo, Crone reportava também notícias melhores. Os “tiras” aderiram à mesma linha de pensamento tranquilizadora dos promotores. “Indicaram que não estão ampliando o escopo da investigação e outras pessoas do *NoW* [*News of the World*] só serão arroladas se houver provas diretas, isto é, escuta de mensagens de voz feita por jornalistas do *NoW* (foi isso que derrubou Clive)... Não há gravações de pessoas do *NoW* conversando com GM [Mulcaire] ou invadindo caixas de mensagens de voz. A polícia de fato tem os registros de telefonemas de GM que mostram a sequência das ligações antes e depois das invasões das caixas de mensagens de voz. É claro que eles não têm o conteúdo das ligações, de forma que essa prova é, na melhor das hipóteses, circunstancial.”

Os prognósticos eram positivos, desde que Clive Goodman ficasse de boca fechada. Ao longo dos dois meses seguintes, Crone tomou para si a tarefa de participar das reuniões de Goodman com seus advogados — muitas vezes a despeito da objeção direta de Goodman — e reportá-las depois a Coulson. Quando, no final de outubro, a promotoria entregou a

Goodman cinco pastas repletas de provas e documentos, Crone convenceu Henri Brandman a lhe dar uma cópia. Mais tarde Goodman insistiria que isso foi feito contra suas instruções. Os documentos, que foram vistos também por Coulson, revelavam quão perto a polícia esteve de implicar outros do *News of the World*; havia entre eles contratos com Mulcaire assinados por Greg Miskiw e Neville Thurlbeck. No início de novembro, Coulson voltou a falar por telefone com Goodman; dessa vez este não se atrapalhou com o gravador e conseguiu capturar as tensas referências de ambos ao material reunido pelo Ministério Público da Coroa, sua preocupação com a possibilidade de Mulcaire ser “hostil” e não conseguir “ficar calado ou dizer as coisas certas”, bem como as palavras tentadoras do editor-chefe para Goodman: “Você precisa pensar no depois, e é isso que vamos fazer... nós estamos do mesmo lado... eu pessoalmente vejo e lhe garanto que você terá um futuro aqui.”

Goodman afirma que, com a aproximação de uma audiência perante o juiz marcada para o final de novembro, sofreu pressão constante para assumir sua culpa e acobertar as de outros. Chegou a escrever um “testemunho” em que mencionava executivos do alto escalão, Coulson inclusive, como coparticipantes de grampos. Quando apresentou o documento ao tribunal, essas afirmações tinham sido excluídas. Argumenta que Crone deixara claro que ele só manteria seu emprego se concordasse em não incriminar outros do jornal. Depois de Crone ter participado de uma das reuniões com seus advogados, Goodman enviou um e-mail para Henri Brandman reclamando que Crone lhe havia jogado na cara, em nome do *News of the World* “uma grosseira tentativa de persuasão”, e concluiu: “Eu me senti mais ameaçado pelo recado que ele foi orientado a me entregar hoje do que ao longo de quase todo o processo.”

Com Goodman aparentemente controlado e resignado em manter-se de bico fechado, Tom Crone avisou o editor-chefe de que Mulcaire, ciente de que não mais prestaria serviços ao jornal, contratara um advogado trabalhista, que estava fazendo uma “chantagem mal disfarçada”. Na opinião de Crone, o jornal deveria pagar ao detetive pelo menos um ano de indenização por rompimento de contrato, “apesar das preocupações e da impossibilidade de impedir que ele descumpra uma cláusula de confidencialidade”.

Estava claro que, para Mulcaire, a ansiedade mais premente era financeira. A polícia e os promotores teriam de decidir quanto de sua renda era proveniente do crime para que então os juízes decidissem quanto seria confiscado. Conforme apontado por Surtees ao Inquérito Leveson, eles tinham indícios de que “uma parcela importante de seu tempo era usada para atividades ilegais”. Um confisco dessa ordem significaria a ruína financeira de Mulcaire e sua família.

No fim das contas, a polícia e o Ministério Público da Coroa concordaram em confiscar apenas 12.300 libras, o valor que Mulcaire recebera como “David Alexander”. Esse arranjo tinha a vantagem de não ser controverso: ninguém poderia negar que se tratava de valor recebido por atividades criminosas. Também tinha o condão de dar a Mulcaire um motivo para engavetar qualquer vontade de revelar a verdadeira dimensão dos crimes que cometera em nome do jornal.

Em 29 de novembro, Goodman e Mulcaire confessaram-se culpados em juízo. Foram dias nervosos para o *News of the World*. Na véspera do julgamento, Coulson trocou e-mails com Crone discutindo se deveriam ou não fazer um pedido público de desculpas às vítimas que seriam citadas no tribunal. Como havia a preocupação de que isso pudesse provocar uma “reação negativa” por parte de Goodman e Mulcaire, decidiram nada fazer. Como os dois confessavam-se culpados, Coulson por e-mail debateu com Rebekah Brooks a

validade de tornarem público o fato de que a própria Rebekah fora vítima de escutas ilegais. Coulson concluiu que seria um erro. “Tudo está correndo tão bem”, argumentou — uma frase estranha, já que dita por um editor-chefe que via um repórter veterano acabar de assumir a culpa por crimes. Mais tarde, quando Goodman se preparava para ser entrevistado pelo departamento de serviço social que orientaria o juiz a definir sua pena, Crone mandou um e-mail para Coulson, expressando sua preocupação com a possibilidade de Goodman não seguir “o plano de sua preferência”. No fim, Mulcaire e Goodman seguiram o roteiro à risca e ambos continuaram sendo pagos pelo *News of the World*, apesar de terem admitido envolvimento em atividades criminosas.

Na verdade, Goodman discretamente fugiu um pouquinho do roteiro. O agente do serviço social incluiu em seu relatório ao juiz uma frase mortífera que Goodman lhe dissera sobre a invasão de telefones de membros da família real: “Ele argumenta que seu editor-chefe tinha conhecimento do fato e dera sua aprovação tácita ao procedimento em questão, abrindo junto ao departamento financeiro uma linha de gastos para pagar as atividades de Mulcaire.” Na audiência de anúncio das penas, em janeiro de 2007, o juiz disse que estava particularmente interessado nessa frase, mas não a leu em voz alta, nem qualquer outra pessoa o fez. E nada mais foi dito em público.

Com a prisão dos dois, em janeiro de 2007, Stuart Kuttner, Rebekah Brooks, Andy Coulson e Tom Crone já tinham informações de sobra para concluir que Goodman não era o único de seus jornalistas envolvido e que as interceptações e escutas de Mulcaire eram prática comum. Coulson pediu demissão, admitindo sua responsabilidade, porém negando qualquer conhecimento de que crimes vinham sendo cometidos. A conclusão óbvia é que, a fim de acobertar os crimes, ele e alguns dos outros optaram por esconder o que

sabiam. E o fato objetivo, independentemente dos motivos, é que o comportamento da Scotland Yard permitiu que alcançassem seu objetivo.

* * *

Para alguém de fora, esse conjunto de dados seria mais que o suficiente para suspeitar de que havia uma armação em curso, que provavelmente a Scotland Yard comprometera a qualidade de seu trabalho por medo de bater de frente com a mais poderosa organização jornalística do país ou porque alguém em algum lugar estava recebendo propina ou queria acobertar a história das propinas. Essa especulação ganhou força quando vieram à tona detalhes da relação estreita e fraternal entre a Polícia Metropolitana e jornalistas das organizações Murdoch. Em particular, eram próximos do subcomissário da polícia Andy Hayman, que, em última instância, era o responsável pela Operação Cariátide.

Andy Hayman é uma figura controversa. Alguns de seus antigos colegas o consideram um “encrenqueiro” e “picareta” que gastava muito tempo e dinheiro da polícia em bares e restaurantes. Em certa ocasião, levou oito companheiros da polícia para almoçar em um restaurante do West End e pagou com dinheiro público a conta de 556 libras, incluindo 181 libras em bebidas alcoólicas. Sua decisão de tornar-se colunista do *The Times*, que pertence a Murdoch, depois de sair da Scotland Yard era apenas parte de um atípico relacionamento amistoso com jornalistas. Em seu depoimento ao Inquérito Leveson, ele revelou que participava de cafés da manhã, almoços, jantares e encontros para drinques com eles na tentativa de estabelecer pontes com a imprensa. Sir Ian Blair, o comissário da Polícia Metropolitana a quem esteve subordinado, escreveu em suas memórias que algumas dessas atividades chegaram a preocupá-lo: “Comecei a notar

que Andy parecia estar passando tempo demais com pessoas da imprensa. Logo surgiram rumores de que ele estava passando informações de maneira irresponsável e às vezes desleal, mas nunca tive provas disso.”

Entre esses jornalistas estava a repórter de polícia do *News of the World* Lucy Panton, casada com um investigador da Scotland Yard. Hayman falava por telefone e tinha reuniões reservadas e às vezes jantava com ela. Ele também conhecia Rebekah Brooks e outras figuras do alto escalão da News International e manteve contato com eles mesmo quando seus agentes investigavam as atividades de escuta e interceptação telefônica.

Em 26 de abril de 2006, quatro meses após o início da Operação Cariátide, Hayman esteve no Soho House, um bar-restaurante da moda no centro de Londres. Estava acompanhado de Dick Fedorcio. Os dois jantaram com Andy Coulson e seu editor-chefe-adjunto, Neil Wallis — os cabeças do jornal que estava sendo investigado por uma das equipes do próprio Hayman. Seis meses mais tarde, depois que foram suspensas as investigações da Operação Cariátide, porém antes de Mulcaire e Goodman revelarem se iam ou não se confessar culpados, Hayman passou duas horas bebendo com Neil Wallis.

Hayman insiste que não falou sobre a investigação em nenhum dos dois encontros, e não há provas que o contradigam. No entanto, mesmo na mais generosa das interpretações, não se pode deixar de pensar que esses encontros sugerem um grau de profunda amizade entre um oficial de alta patente da polícia e o alvo de uma investigação de uma de suas equipes, levando à suposição de que para ele não havia razão para tratar a News International como uma organização suspeita, apesar de seu histórico de obstrução do trabalho da polícia. No Inquérito Leveson, Hayman reconheceu que sua decisão de trabalhar para o *The Times*

depois de se demitir da polícia sob uma nuvem de escândalo poderia ser vista como “eticamente difícil”.

Pode ou não ser relevante que repórteres de polícia sugeriram que, na época em que Hayman ainda era subcomissário da polícia, soubessem de rumores de que ele tinha romances extraconjugais, um dos quais com uma mulher que trabalhava para a corregedoria independente da polícia. Como esta à época investigava o papel dos agentes de Hayman no assassinato do estudante brasileiro Jean Charles de Menezes, confundido com um terrorista da Al-Qaeda, supõe-se que a revelação sobre as escapadas do subcomissário seria de genuíno interesse público. Contudo, nada foi publicado, o que deixou Hayman em dívida com os jornalistas.

A intimidade de Hayman com a imprensa era parte de um plano mais amplo de contatos entre a alta direção da Scotland Yard e a mídia. O antecessor de Ian Blair como comissário, John Stevens, acreditava que a Polícia Metropolitana estava apanhando injustamente da imprensa e decidiu estreitar laços com ela. Para isso, tinha encontros frequentes com editores, colunistas e repórteres. Quando seu mandato chegou ao fim, em janeiro de 2005, ele foi contratado como colunista pelo *News of the World*, recebendo até 7 mil libras por coluna. Seu *ghostwriter* era o editor-chefe-adjunto do jornal, Neil Wallis.

Para construir essas pontes com a imprensa, Stevens recorrera aos contatos de Dick Fedorcio, que se encontrava regularmente com jornalistas, inclusive os da News International. Era uma parte natural e inevitável de seu trabalho, mas o Inquérito Leveson colheu depoimentos que indicam que Fedorcio teria se aproximado sobretudo dos jornais de Rupert Murdoch: ele contratara dez jornalistas vindos da News International para trabalhar para ele; em julho de 2005, quando Ian Blair procurava um lugar onde seu filho de quinze anos pudesse fazer um estágio de uma semana,

Fedorcio conseguiu que o *The Sun* o recebesse; certo dia, quando Lucy Panton, do *News of the World*, estava na Scotland Yard aflita para passar uma matéria para a redação antes do fechamento, ele permitiu que ela usasse seu computador e seu e-mail; em outra ocasião, quando Rebekah Brooks procurava um cavalo, foi Fedorcio, com a ciência de Ian Blair, quem fez os arranjos para que ela recebesse por empréstimo um animal aposentado da polícia; em junho de 2006, quando a Operação Cariátide estava em curso, Fedorcio e Ian Blair tiveram um encontro com Rebekah Brooks; três meses mais tarde, depois de Mulcaire e Goodman terem sido presos, Fedorcio promoveu um jantar do então subcomissário Sir Paul Stephenson com Neil Wallis. Em 29 de novembro de 2006, dia em que Mulcaire e Goodman confessaram-se culpados no fórum Old Bailey, Rebekah Brooks estava na Scotland Yard com Fedorcio.

Sir Ian Blair declarou ao Inquérito Leveson: “Não tenho nada que indique que qualquer indivíduo tenha tomado decisões baseadas em percepção superestimada da importância de alguma organização. O problema é que os contatos com pessoas daquela organização eram tão frequentes que é difícil sustentar o argumento de que eles ‘não tinham importância’.”

* * *

O contato estreito com a News International alimentou as especulações de que a Operação Cariátide devia ter sido manipulada para favorecer a empresa. Contudo, os depoimentos apontavam outra direção.

Quase cinco anos depois de encerrada a operação, quando o escândalo das escutas enfim explodiu, em julho de 2011, o homem diretamente encarregado da investigação, o subcomissário-adjunto Peter Clarke, foi convocado para se

explicar à Comissão Especial de Segurança Interna da Câmara dos Comuns. Mais tarde, seria convocado para depor também ao Inquérito Leveson. Nas duas ocasiões, Clarke — um homem rude, grande, com reputação de extrema honestidade e correção — provou ser uma testemunha convincente, oferecendo um relato claro e contundente de sua decisão de suspender a investigação. Nele havia três pontos-chave.

O primeiro e mais importante era o fato de sua divisão de contraterrorismo estar totalmente dedicada ao trabalho de prevenção de atentados. No começo da investigação das escutas ilegais as coisas já estavam difíceis e, no dia da prisão de Goodman e Mulcaire, em agosto de 2006, ficaram dramaticamente piores, pois nesse momento a divisão lançou a maior iniciativa antiterrorismo da história da Inglaterra, a Operação Overt, cujo objetivo era desbaratar um plano de explodir dez aviões de passageiros sobre o Atlântico. Desesperado por recursos, Clarke disse que tivera de suspender algumas das outras investigações antiterror e pegar emprestados trezentos investigadores de forças policiais de várias regiões do Reino Unido. Comparada a outras, a investigação das escutas ilegais não envolvia risco à vida de ninguém e, além disso, já levantara dados suficientes não apenas para a condenação de dois criminosos como também para alertar o público e o governo bem como forçar as companhias de telefonia a melhorar a segurança de seus sistemas.

O segundo ponto é que ele considerara a possibilidade de passar a investigação não concluída para outra divisão da Scotland Yard. Revelou-se então que Keith Surtees, do Departamento de Investigações Criminais, já vinha sugerindo isso desde maio, porém Clarke concluía que não seria razoável passar tanto trabalho para outra equipe, que estaria lidando com suas próprias prioridades, ainda mais porque as

prisões de Goodman e Mulcaire provavelmente já teriam dado aos outros envolvidos a chance de destruir provas.

Em terceiro lugar, eles no início se pautaram por uma interpretação errada da lei (o que mais tarde ficaria conhecido no *The Guardian* como “o papinho furado do Ripa”.) Agentes da Operação Cariátide revelaram ao Inquérito Leveson que a investigação havia sido concebida com base no parecer do Ministério Público da Coroa de que ouvir mensagens de voz de outras pessoas só seria crime se a mensagem ainda não tivesse sido ouvida pelo destinatário. Com efeito, o Ministério Público da Coroa já havia dado antes esse parecer, ainda que de forma bastante tímida. No entanto, mais tarde, quando agentes questionaram o promotor-chefe, David Perry, a polícia foi informada de que o Ministério Público da Coroa mudara de opinião.

Contudo, registros internos da Operação Cariátide indicavam que o superintendente Phil Williams e sua equipe não aderiram a essa nova interpretação, continuaram a se pautar pela leitura equivocada do Ripa e até mesmo combinaram com uma pessoa da casa real, Jamie Lowther-Pinkerton, para que não acessasse sua caixa de mensagens de voz, já que monitoravam as ligações de Mulcaire e Goodman para seu número no intuito de provar que o detetive estava ouvindo as mensagens antes do seu destinatário. Essa interpretação errada restringiu de forma significativa o trabalho da equipe.

Depois de ouvir os depoimentos dos agentes da Operação Cariátide e examinar seus relatórios, o juiz Leveson criticou algumas de suas decisões, porém concluiu que sempre agiram de boa-fé: “Estou absolutamente satisfeito por perceber que cada uma das decisões tomadas foi justificada e baseada em uma lógica clara, racional e harmônica com as prioridades da polícia na época.”

O juiz descobriu que os agentes tinham deixado de procurar e interrogar suspeitos por não poderem fazê-lo sem examinar todo o material apreendido e sem fazer centenas de petições judiciais para ter acesso aos dados de companhias de telefonia — tarefas que estavam além de seus recursos. Os policiais também deixaram de alertar John Prescott e outros por terem perdido o foco. Além disso, aceitaram que Mulcaire pagasse apenas 12.300 libras, mas não sem antes defender que o valor confiscado fosse maior.

Não era tão simples assim. Havia algumas questões embaraçosas em torno do fato de a polícia não ter alertado promotores e o público de que havia indícios do envolvimento de outros jornalistas do *News of the World*. O promotor David Perry contou a Leveson que, quando se reuniu com agentes da Operação Cariátide, duas semanas após a prisão de Goodman e Mulcaire, perguntou-lhes se havia provas que sugerissem que o editor-chefe Andy Coulson estivera envolvido com os crimes e eles lhe responderam que não havia nenhuma. “Também perguntamos se havia alguma prova ligando Mulcaire a outros jornalistas do *News of the World* e, mais uma vez, ouvimos que não havia nenhuma. Nós mesmos nunca vimos qualquer prova material nesse sentido.” Policiais que testemunharam esclareceram que haviam entendido mal as perguntas de Perry: acharam que o promotor estava perguntando se havia provas fortes o suficiente que justificassem a abertura de um processo criminal, e não simplesmente se havia alguma prova. Acrescentaram que disseram a Perry em termos gerais que outros poderiam estar envolvidos.

A polícia também foi advertida por não ter entregado aos promotores o e-mail para Neville, que se tornaria peça central nas investigações do *The Guardian* e que parecia ser prova relevante da culpa de Mulcaire na invasão da caixa de mensagens de voz do telefone de Gordon Taylor. A explicação

da polícia: o e-mail era de junho de 2005 e a acusação se referia a um período iniciado em novembro de 2005. Isso, no entanto, não impediu que a polícia entregasse aos promotores o contrato entre Greg Miskiw e Mulcaire referente aos serviços relacionados à matéria sobre Gordon Taylor, cuja data de assinatura era bem anterior — fevereiro de 2005.

Algo parecido ocorreu na forma como trataram as provas relativas a outra vítima de fora da família real, o parlamentar Simon Hughes, do Partido Liberal-Democrata. Soube-se que os agentes da Operação Cariátide entregaram aos promotores as notas de Mulcaire sobre seus alvos na família real com o nome do cliente, no caso Clive, escrito no canto da página. Entretanto, no caso de Hughes, as notas não foram repassadas, apesar de trazerem no canto os nomes de três outros jornalistas do *News of the World*. Contrariando o que era a prática comum, a operação tampouco mostrou esses documentos a Simon Hughes.

A polícia enfatizou que permitiu que o procurador júnior Louis Mably tivesse acesso a toda a documentação não utilizada, porém testemunhas do Ministério Público da Coroa sustentaram perante o Inquérito Leveson que a única função de Mably fora procurar provas que minassem a robustez da acusação, conforme manda a lei — ele não procurara por nada que pudesse ser usado para ampliar o escopo do processo criminal. Leveson aceitou que essas decisões eram parte de uma resolução legítima mais ampla de limitar e encerrar a Operação Cariátide. “Nenhuma prova foi sonegada”, concluiu.

Por fim, Leveson avaliou os laços excessivamente estreitos entre a News International e alguns membros do alto escalão da polícia. Os vínculos eram reais. No caso de Andy Hayman, eram indiscutivelmente suspeitos, mas o juiz Leveson considerou que não havia prova de que isso fizera diferença para o rumo da Operação Cariátide. No entanto, sobravam

sinais de que não foi por falta de tentativas da empresa de Murdoch. Um advogado que trabalhou por um curto período para a News International, Lawrence Abramson, contou em seu depoimento que lera vários e-mails internos que sugeriam um “envolvimento considerável com a promotoria, na tentativa de influenciar a condução do processo contra Clive Goodman, bem como com as pessoas encarregadas de sua defesa”. Nunca foi revelado o significado exato desse envolvimento.

Leveson trouxe à tona um incidente que à primeira vista parecia estar relacionado: um e-mail de Tom Crone de 15 de setembro de 2006 em que ele reportava ao editor-chefe a informação de que “os tiras” haviam informado a Rebekah Brooks o andamento das investigações.

Leveson debateu as potenciais implicações do fato: “O texto do e-mail dá a impressão de que a polícia dera à sra. Brooks mais detalhes sobre a estratégia de acusação da promotoria do que qualquer outra vítima de crime poderia esperar, sugerindo que, ao fazê-lo, a polícia a estava alertando de forma indevida sobre como andavam as investigações, estimulando-a a tomar medidas internamente.” Entretanto, agentes da Operação Cariátide explicaram que conversaram com Brooks simplesmente porque os indícios de que Mulcaire ouvira mensagens de voz deixadas no telefone dela eram tão contundentes que consideraram chamá-la como testemunha de acusação no julgamento, na qualidade de vítima não pertencente à família real. Nas palavras de Phil Williams, tratava-se apenas do seguinte: “Você é uma possível vítima. Gostaria de colaborar conosco no processo criminal?” Brooks declinou o convite e Leveson aceitou a explicação. Uma investigação posterior da ouvidoria independente da polícia decretou que Surtees não cometera nenhum crime ou violara qualquer norma disciplinar.

Outro sinal de que o poder da News International influenciou a forma de pensar da polícia foi noticiado muito

mais tarde pelo *The New York Times*, que afirmou que, dias após a prisão de Goodman e Mulcaire, vários investigadores passaram a sofrer pressões internas. Um deles descreveu ter sido abordado por Chris Webb, o adjunto de Dick Fedorcio na época, “agitando os braços e dizendo: ‘Vá com calma. Venha conversar sobre isso’”. O investigador rejeitou o convite. Webb disse não se lembrar do suposto incidente.

O mais relevante aqui é que não há provas que sustentem a tese de um plano deliberado da Operação Cariátide para ajudar a empresa de Murdoch. O juiz Leveson afirmou: “Não tenho dúvidas de que nem Peter Clarke e tampouco seus agentes foram ou teriam sido afetados pelos relacionamentos entre alguns oficiais do alto escalão da polícia e pessoas da News International. Não há indícios de que agentes relevantes para o caso tenham realizado seu trabalho e conduzido suas relações com os malfeitores com qualquer intenção imprópria. Eles buscaram fazer prevalecer a força da lei.”

Propinas haviam de fato sido pagas por jornalistas da News International a policiais da Scotland Yard, mas não havia provas, nem qualquer sinal, de que agentes da Operação Cariátide estavam entre os que receberam. Todas as decisões que limitaram as investigações foram explicadas de maneira convincente. Segundo Leveson, a equipe da operação fora “firme, tenaz, motivada e competente (...) Tenho certeza de que realizaram sua missão com a mais absoluta integridade”.

Não há motivos para pôr em dúvida as conclusões do juiz Leveson. Permanece sem resposta se o *News of the World* conseguiu usar algum de seus contatos para descobrir como andava a operação ou mesmo influenciar suas decisões. Para além disso, os autos revelaram sobre a Scotland Yard algo mais básico e rotineiro que complôs e conspirações: os responsáveis pela imagem da corporação, apesar de ela ser uma força policial agindo em nome do povo, gastando dinheiro público e garantindo o cumprimento de leis votadas por

representantes eleitos pelo povo, estavam convictos de que esconder fatos do povo não era errado.

Poder e segredo andam de mãos dadas. O poder gosta do segredo porque este permite a ampliação de seu alcance. O poder gera segredos simplesmente porque pode. A polícia — sobretudo a divisão antiterrorismo — tem motivos de sobra para manter parte de seu trabalho sob o véu do sigilo, mas o sigilo que encobriu a Operação Cariátide foi muito além da mera necessidade operacional. Não há nada de extraordinário nisso. A Scotland Yard não é diferente de outras organizações poderosas. Para ela, o sigilo é fácil, natural e muito útil, independentemente de furtar ao povo o direito profundo de acesso à informação. Nesse episódio, o sigilo foi útil para o complô conduzido pela News International, não apenas durante as investigações da Operação Cariátide, mas também ao longo dos anos seguintes, à medida que a verdade ameaçava vir à tona.

* * *

Em 2 de março de 2007, Clive Goodman jogou uma bomba na News International.

Acreditando na promessa de Andy Coulson de que seu emprego no *News of the World* estaria garantido, Goodman cumpriu sua parte no acordo, manteve a boca fechada e acabou sendo preso. No entanto, um dia ele se irritou profundamente com uma carta notificando-o de que a promessa não seria honrada pelo jornal. Les Hinton escreveu que “a única alternativa é encerrar o vínculo empregatício” e ofereceu a ele o equivalente a um ano de salário e um pedido de desculpas. Não bastou para acalmá-lo.

A bomba lançada por Goodman veio na forma de uma carta para o diretor de recursos humanos da News International, Daniel Cloke, escrita poucos dias depois de sair da cadeia,

reclamando que a decisão de o demitir era perversa, porque ele agira “com pleno conhecimento e aprovação” de executivos do alto escalão, e também incoerente, porque “outros membros da equipe conduziam procedimentos ilegais similares”. Disse que Andy Coulson havia aprovado a escuta de mensagens de voz de telefones da família real, que os pagamentos extras a Mulcaire haviam sido aprovados por Stuart Kuttner e interceptações similares tinham sido encomendadas pelo editor-assistente de noticiário Ian Edmondson. “Essa prática era abertamente discutida nas reuniões de pauta diárias até o editor-chefe proibir que fosse mencionada de forma explícita... Tom Crone e o editor-chefe me prometeram várias vezes que eu poderia voltar a trabalhar na empresa se não implicasse o jornal ou qualquer funcionário em meu pedido de redução de pena. Eu cumpri minha parte e espero que o jornal cumpra o que me prometeu.”

Em 20 de março, o jornal concedeu a Goodman uma audiência para analisar seu recurso de revisão da demissão. Ela foi feita bem longe do *News of the World*, no prédio em que ficavam as revistas da empresa, próximo à King’s Road, em Chelsea. A companhia se recusou a entregar os documentos solicitados por Goodman para sustentar suas alegações nem permitiu que tivesse mais tempo para preparar sua defesa ou trouxesse seu advogado ou gravasse a reunião. Estranhamente, a audiência não teve a presença de nenhum representante dos empregados e tampouco de executivos — segundo a *News International*, isso teria sido “inadequado” por estarem na pauta afirmações muito sérias. Goodman apresentou suas alegações ao diretor de recursos humanos, Daniel Cloke, ao diretor jurídico, Jon Chapman, e ao novo editor-chefe do *News of the World*, Colin Myler.

E foi duro. Repetiu as acusações que fizera antes, acrescentou detalhes sobre o envolvimento de Greg Miskiw e afirmou que nos dois últimos anos nenhuma matéria de

noticiário havia sido apurada sem o emprego de escuta de mensagens de voz ou de outra forma ilegal de acesso a informações privadas. Para completar, denunciou que, com a ajuda de Mulcaire, Ian Edmondson diariamente escutava as mensagens de voz deixadas no telefone de Andy Coulson.

A coisa ficou ainda pior. Goodman declarou que, além das escutas, o jornal obtinha o histórico de ligações de seus alvos e rastreava os locais de onde haviam sido feitas, por meio de um artifício conhecido como “triangulação”. Era uma acusação particularmente grave. O local de uma chamada feita por um telefone celular só pode ser rastreado se forem conhecidas com precisão as três torres mais próximas do aparelho; a partir daí, identifica-se uma linha-padrão entre elas e o ponto onde se cruzam. Para conseguir isso, é indispensável contar com fontes internas nas companhias de telefonia ou uma única fonte em alguma divisão especial da polícia. Não se trata aqui apenas de acesso indevido a informações privadas; a prática levantava a clara possibilidade de que uma autoridade policial fora subornada, crime punível com longa pena de prisão. Segundo Goodman, tudo isso era de conhecimento geral.

Por fim, ele mostrou seu maior trunfo: os e-mails que havia baixado quando libertado pela polícia, em abril de 2006, implicando Coulson nas escutas ilegais. Também revelou que havia gravado suas conversas com Coulson, inclusive a do encontro secreto no Café Rouge, apresentou a transcrição de uma mensagem de voz que, segundo ele, havia sido mostrada a Coulson, exibiu o detalhamento das inúmeras ligações de Mulcaire para Ian Edmondson e as notas de suas reuniões com Tom Crone, em que discutiram sua decisão de nada revelar e a promessa de que seu emprego seria mantido. Goodman argumentou ainda que o fato de o jornal ter continuado a lhe pagar mesmo depois de ter se confessado culpado era uma confirmação dessa promessa.

Mas as coisas conseguiram ficar ainda piores. Um advogado de Glenn Mulcaire enviou a Tom Crone um e-mail informando que seu cliente tinha acusações similares. Especificamente, Mulcaire acusava Ian Edmondson de instruí-lo a interceptar mensagens de voz de pessoas como Rebekah Brooks, Andy Coulson e um membro da Câmara dos Lordes e afirmava ter e-mails para provar isso. Além disso, contara que em certa ocasião, quando estava em seu carro com Edmondson, este o instruiu a fazer escutas nas mensagens de voz do relações-públicas de celebridades Max Clifford. Mulcaire advertiu também que planejava escrever um livro sobre seu trabalho para o *News of the World* e, com a ajuda de seu amigo Greg Miskiw, fazer um documentário para a TV.

Ao longo dos dez dias seguintes, Daniel Cloke e Colin Myler questionaram três das pessoas citadas: Stuart Kuttner, que admitiu que Coulson e Goodman mantiveram contato após a prisão do jornalista; Ian Edmondson, que se recusou a dizer quais executivos sabiam que Mulcaire fazia escutas para o jornal; e Neil Wallis, que disse que Goodman era um encrenqueiro paranoico e que nunca ouvira falar de Mulcaire até sua prisão. Na semana seguinte, em 29 de março, Wallis e a repórter de polícia Lucy Panton almoçaram com o subcomissário Andy Hayman.

Rebekah Brooks entrou em cena e em 12 de abril almoçou com Goodman no RAC Club. A norma oficial da News International determinava que qualquer jornalista que violasse a lei deveria ser sumariamente demitido. Ela havia acabado de enfatizar essa orientação em uma carta para a PCC, que conduzia sua “investigação” das escutas no *News of the World*. Contudo, no almoço ela ofereceu a um jornalista condenado um emprego no *The Sun*. Goodman declinou.

Nesse momento, com apoio de Les Hinton, Cloke e Myler decidiram reunir os e-mails que Goodman trocara com Mulcaire e com os cinco executivos que, segundo ele, eram

comparsas nos crimes — Coulson, Kuttner, Wallis, Edmondson e o editor de reportagens especiais, Jules Stenson — e entregá-los ao escritório de advocacia Harbottle & Lewis, conhecido por atender a clientes das classes mais altas. O tempo revelou que a medida foi permeada por controvérsias de dois tipos.

Em primeiro lugar, há fortes indícios de que os advogados da firma não receberam todos os e-mails, que estavam organizados em sete pastas — apenas cinco foram mostradas ao Harbottle & Lewis. Além disso, entre os e-mails que eles viram, vários estavam com trechos-chave faltando. Parece relevante que, segundo uma fonte, Andy Coulson, quando perguntado se autorizaria que seus e-mails fossem averiguados, teria respondido que não tinha certeza e precisaria consultar seus advogados.

O segundo ponto controverso era o fato de os e-mails conterem indícios de que Goodman tinha razão pelo menos em alguns aspectos. Quando, mais tarde, o ex-procurador-chefe Ken Macdonald leu uma amostra deles, deu a entender que era “mais do que óbvio” que havia ali “indícios de crimes graves”. Havia neles pistas fortes de que Coulson e outros estavam cientes das interceptações feitas por Goodman, tanto quando trabalhou com Mulcaire como mais tarde, depois de ter sido preso e enquanto aguardava julgamento; traziam também referências explícitas a pagamentos a policiais que participavam da segurança de membros da família real, bem como vários alertas de Goodman para que esse assunto fosse tratado com muito cuidado por se tratar de uma prática criminosa, como em um e-mail enviado a Coulson: “Essas pessoas só aceitam ser pagas em dinheiro vivo, porque se forem descobertas vendendo coisas para nós serão processadas. E nós também.” As mensagens também repercutiam alguns dos contatos entre Coulson e Tom Crone

enquanto tentavam limitar os danos causados pela prisão de Goodman.

Entretanto, a solicitação da News International ao escritório de advocacia tinha escopo restrito: não deveriam procurar indícios de malfeitos, apenas verificar se havia provas que sustentassem as alegações específicas feitas por Goodman. Em 9 de maio de 2007, os advogados tiveram autorização para acessar remotamente os e-mails armazenados no sistema da News International. No entanto, sem esperar por um parecer, a News International promoveu uma segunda audiência com Goodman, em 10 de maio, num lugar ainda mais discreto — o hotel Antoinette, a dezesseis quilômetros do centro de Londres, em Kingston upon Thames. Na ocasião Cloke e Myler argumentaram que as acusações de Goodman eram irrelevantes para sua alegação de que fora indevidamente demitido e que, naquele momento, só importava saber se sua dispensa tinha sido razoável e conduzida de acordo com as normas. Eles se recusaram a lhe entregar cópias dos e-mails submetidos ao Harbottle & Lewis. Furioso, Goodman lhes disse que a ata por eles preparada da reunião anterior continha erros, repetiu suas acusações e acrescentou que, não obstante seu envolvimento nas escutas e interceptações, Coulson fora recompensado com um cheque de 400 mil libras, um carro e a perspectiva de voltar a trabalhar para a News International no futuro.

Quinze dias depois, em 24 de maio, Lawrence Abramson, sócio sênior do Harbottle & Lewis, conversou por telefone com o diretor jurídico da News International, Jon Chapman. De acordo com o depoimento de Abramson ao Inquérito Leveson, ele alertou Chapman sobre alguns dos e-mails por “conterem informações confidenciais ou sensíveis que talvez a News International não deseje tornar públicas”. Contudo, nenhum desses aparentes malfeitos estava no escopo do trabalho solicitado aos advogados: Abramson contou que fora

informado de que não competia a ele fazer qualquer comentário sobre esses assuntos. Depois de breve negociação com Chapman sobre os termos que seriam usados, Abramson enfim escreveu a carta que a News International viria a apresentar para a Comissão Especial de Mídia dois anos mais tarde como prova de sua inocência, ratificando que “não encontramos nada naqueles e-mails que nos parecesse indício razoável de que as ações ilegais praticadas por Goodman eram de conhecimento e tiveram apoio” das pessoas por ele citadas. Tempos depois, Abramson declararia ao Inquérito Leveson, sobre alguns dos e-mails que a News International afirmava ter-lhe mostrado: “Eles provavelmente me passaram despercebidos.”

Logo depois, a News International faria um acordo bem generoso com seu ex-funcionário criminoso: além de um ano de salário, totalizando 90 mil libras, oferecidos a Goodman por Les Hinton em fevereiro, ele receberia mais 140 mil libras e outras 13 mil para cobrir despesas com advogados. O pagamento seria feito sob a condição de o jornalista se comprometer por escrito a não revelar a existência do acordo nem as circunstâncias em que foi assinado e a não fazer declaração pública que pudesse causar prejuízos à reputação do *News of the World*. Em um acordo separado, concordaram em pagar a Glenn Mulcaire um total de 80.050 libras com as mesmas condições de sigilo. Mulcaire abriu mão dos planos de escrever um livro e produzir um documentário para TV sobre o *News of the World*.

Ambos guardaram silêncio. A empresa de Murdoch — mesmo estando agora de posse de informações detalhadas sobre a prática de crimes em uma de suas redações — optou por nada dizer e nada fazer.

* * *

Enquanto a News International tentava acalmar Mulcaire e Goodman na primavera de 2007, Mark Lewis, advogado de Gordon Taylor, dava andamento ao seu plano de processar a companhia. O primeiro passo foi uma carta formal de “notificação extrajudicial” de abertura de processo. Tom Crone logo pegou um trem para Manchester, onde, de acordo com depoimento de Mark Lewis, aparentando tranquilidade, expressou que acreditava que aquele era um assunto já resolvido. Lewis respondeu que Gordon Taylor tinha direito a uma indenização de 250 mil libras. Crone mais tarde se lembraria de ter pensado: “Uau! É muito dinheiro!”

As engrenagens da Justiça rodam devagar. Lewis deu entrada na queixa. A News International resistiu com determinação. Mas quando Lewis obteve novas provas irrefutáveis, inclusive o e-mail para Neville, a empresa de Murdoch mudou de estratégia: indicou sem nenhuma sutileza que, se Gordon Taylor fosse adiante com o processo, a falsa história do seu caso extraconjugal se tornaria pública. É possível que Taylor tenha ficado preocupado; com certeza, ficou furioso. Lewis deu prosseguimento à ação. No começo de maio de 2008, a News International ofereceu pagar 50 mil libras de indenização — cinco vezes mais que o valor que acabara de ser pago em um processo por invasão de privacidade movido pela atriz Catherine Zeta Jones. Lewis recusou a proposta. No final de maio, a News International subiu a proposta para 150 mil libras. Lewis tornou a recusar.

A News International procurou então um especialista em leis reguladoras da mídia, o jurista Michael Silverleaf, e mostrou-lhe o conjunto de provas. Em um contundente parecer que mais tarde foi exibido a uma Comissão Especial de Mídia, Silverleaf concluiu em 3 de junho que “é robusta a alegação de que há ou houve nos jornais do News Group uma cultura de acesso ilegal a informações com o fim de produzir notícias para publicação”. Silverleaf indicou que talvez

precisassem chegar a 250 mil libras para fazer com que o processo fosse encerrado. A News International subiu a proposta para 350 mil libras. Lewis recusou.

Em 6 de junho, sexta-feira, um dos advogados que servia a News International, Julian Pike, da Farrer & Co., teve uma conversa desagradável com Lewis, que com todas as letras lhe disse que era óbvio que escutas ilegais e invasões de caixas de mensagens “predominavam” no *News of the World*. Só havia duas alternativas: o caso ir para os tribunais — o que tornaria público o escândalo — ou fazer um acordo extrajudicial; nesse caso, seu cliente concordaria em assinar uma cláusula de confidencialidade, mas exigiria 1 milhão de libras de indenização. “De um jeito ou de outro, vai doer.”

Pike enviou a Tom Crone por e-mail suas anotações da conversa, repetindo a alegação de Lewis de que escutas e invasões ilegais de caixas de mensagens “predominavam” no jornal e acrescentando que, antes de entrar com uma defesa formal, conversaria com Glenn Mulcaire para “evitar (até onde fosse possível) surpresas no futuro”. Crone repassou o e-mail para Colin Myler, explicando sua opinião e avisando que havia “a possibilidade de o cenário tornar-se ainda mais destrutivo” se a consultora jurídica de Gordon Taylor, Jo Armstrong, decidisse abrir um processo pelas mensagens que foram roubadas da sua caixa de mensagens e transcritas no e-mail para Neville Thurlbeck.

Crone e Pike consultaram James Murdoch — um lance que viria a prejudicar a carreira do jovem Murdoch no futuro — e fizeram um acordo para suspender o litígio mediante o qual pagariam a Gordon Taylor 425 mil libras acrescidas de 210 mil libras de custos processuais. O tal “cenário sombrio” mais tarde se confirmaria: não apenas Jo Armstrong como também o advogado externo de Taylor, John Hewison, processaram o jornal. Entretanto, a News International tinha a resposta; é verdade que pode ter-lhe custado 1 milhão de libras, mas em

troca a companhia conseguiu que os três litigantes assinassem acordos de confidencialidade e que os documentos do processo fossem, por ordem do juiz, lacrados e tornados inacessíveis para sempre.

Alguns dos executivos de Murdoch no Reino Unido haviam sido encurralados na beira de um precipício; sua queda teria destruído suas carreiras e arruinado a reputação da News International, mas eles mantiveram seus territórios, ainda que para isso tenham recorrido à obstrução do trabalho da polícia, ao silenciamento das vozes de Goodman e Mulcaire e à anulação, mediante pagamento, das ameaças vindas de Gordon Taylor e seus companheiros de processo. O fato é que sobreviveram e mantiveram tudo acobertado. Agora tudo ficaria bem para eles, pelo menos enquanto pudessem continuar com seus segredos e mentiras.

Parte dois

O jogo do poder

“Só existe uma coisa no mundo: continuar ganhando mais e mais dinheiro, mais e mais poder. O resto não tem importância.”

Napoleão Bonaparte

“Trabalho para um homem que quer tudo e não entende ninguém que venha lhe dizer que ele não pode ter tudo.”

Paul Carlucci, executivo da News Corp

7. Uma festa de casamento no campo

Baseado em entrevistas com convidados para o casamento, jornalistas e outros que trabalharam na News Corp; em biografias de Rupert Murdoch e de primeiros-ministros do Reino Unido; em provas reveladas pelo Inquérito Leveson.

Em uma luminosa tarde de sábado, no meio de junho de 2009, sobre os gramados verdejantes das colinas a oeste de Oxfordshire, acontece uma cerimônia de casamento. Centenas de homens e mulheres estão reunidos às margens de um grande lago de 350 metros de extensão em cuja extremidade oposta ergue-se uma edificação para guardar barcos do século XVIII, redecorada para parecer um templo dórico. O sol brilha intenso. Os convidados cintilam como o champanhe borbulhante nas taças. A noiva chega ao som do “Regozija-te”, de Handel, composto para a chegada da Rainha de Sabá. Dois homens que observavam aproximaram as cabeças.

— E então? O que você acha que isso tudo significa? — pergunta um deles em voz baixa.

— É uma declaração —, responde o interlocutor em um sussurro igualmente discreto. — Uma declaração de poder.

À primeira vista, o poder parece ser o dos convidados. O homem que fez a pergunta é membro do governo trabalhista do primeiro-ministro Gordon Brown, parte do pequeno grupo de ministros que estão presentes. Próximo a eles se encontra um grupo de políticos importantes da oposição conservadora,

inclusive seu líder, David Cameron. O homem que respondeu à pergunta é um editor-chefe de jornal de circulação nacional, famoso por sua agressividade, um criador de tempestades, destruidor de reputações; na verdade, ele é apenas mais um entre uma imponente lista de editores-chefes, ex-editores, editores de política, consultores políticos, executivos de jornais, apresentadores de TV, lobistas, relações-públicas especializados em política e correspondentes políticos que se apertam à beira do lago. É uma reunião da elite poderosa do país, mas o poder ostentado aqui não é o dos convidados.

Quando a bênção nupcial cristã está no início, acontece uma incrível interrupção. Um carro grande com vidros escuros surge no alto da colina coberta de árvores que se debruça sobre o lago. Em vez de estacionar lá, junto com os demais Bentleys e Mercedes (e seus motoristas assando sob o sol), ele abre caminho ladeira abaixo, seu motor desagradavelmente barulhento, sua presença horrivelmente errada. Quando centenas de cabeças se voltam para entender o motivo de tanta comoção, veem sair do carro a conhecida figura do primeiro-ministro Gordon Brown. Atrasado.

Brown avança em meio aos convidados, mas sua linguagem corporal denuncia seu desconforto. Ele aperta mãos, abre um sorriso forçado e segue adiante, claramente constrangido e deslocado. Outros convidados assistem e concluem que ele não queria estar lá. Tinha acabado de participar de um desfile militar e tem que voltar a Londres para administrar várias crises. Mas o fato é que ele precisava estar lá, mostrar respeito.

Um estrangeiro que ali chegasse logo suporia que o respeito era pelos noivos. Ele, Charlie Brooks, é um tipo tranquilão, sociável, treinador de cavalos de corrida, um boa-vida que, semanas antes, tinha explicado à revista *Tatler*, lida basicamente por socialites, que seu programa favorito era acordar em seu apartamento de dois quartos cinza-

amarronzado (na verdade, era um celeiro adaptado) ao lado de sua noiva e junto com ela voar para Veneza, almoçar no Harry's Bar, passear um pouco pelos canais e fazer compras e depois voltar para Londres, a fim de jantar no bar de ostras Wilton's, na Jermyn Street, famoso por sua elegância. Um dia perfeito. O dinheiro de Charlie é antigo, vem de família inglesa tradicional — nada espalhafatoso, nada vulgar, gente do campo, que vive confortavelmente e ama cavalos.

Mas a maior parte das atenções não está centrada no simpático Charlie. Sua noiva atrai muito mais olhares. Rebekah está linda, com seu cabelo ruivo caindo em cachos revoltos em torno do rosto delicado. Além disso, tem charme: muito famosa (nas elites poderosas) por sua capacidade de fazer qualquer pessoa sentir que é uma amiga especial, que é parte do grupo, sempre pronta para fazer um favor, sempre disposta a ouvir. É particularmente hábil com homens, com seu jeito de repousar seus dedos no antebraço com delicadeza e olhar nos olhos do interlocutor. Nada muito erotizado ou romântico, mas com tal carga de intimidade que um homem bem casado, de perfil conservador, décadas mais velho que ela, lembra que às vezes se pega suspirando e se perguntando que “talvez, se as coisas tivessem corrido de maneira um pouco diferente... talvez pudéssemos ter ficado juntos”.

Esta é Rebekah. Tão próxima de Tony Blair quando ele era primeiro-ministro que os assessores dele na Downing Street se lembram de sua esposa, Cherie, reclamar baixinho quando descobria que ela estava em seu apartamento: “Ela ainda está aí? Quando vai embora?” A mesma Rebekah que depois redirecionou seu afeto para o primeiro-ministro seguinte, Gordon Brown, o grande rival político de Blair, que demonstrou seu afeto permitindo que, no verão anterior, ela usasse a casa de campo oficial, Chequers, para comemorar seu aniversário de quarenta anos, numa festa do pijama só

para garotas. É Rebekah quem agora passa seus fins de semana entre canapés e fofocas com o mais novo rival político de Brown, David Cameron, que poderia vir a tornar-se primeiro-ministro dentro de um ano e, segundo algumas fontes, assina suas mensagens para ela com as palavras “Com amor, Dave”. Todo mundo (que é relevante) é amigo de Rebekah.

Há quem diga que isso não é inteiramente natural; que a viram, por exemplo, na véspera de um jantar importante, estudando quem ocuparia qual lugar na mesa com o afincado de uma estudante decorando sua fala para uma peça teatral da escola, repassando todos os nomes, os nomes dos associados, os nomes dos filhos, os interesses pessoais e temas importantes. Assim, quando chega a hora, ela representa com eficiência seu papel e todo mundo se sente muito especial. Alguns dizem que, na verdade, Rebekah não tem amigos, só contatos; que todas essas conversas que ela tem com esses convidados são nada mais que transações; que todos seus relacionamentos são apenas uma forma calculada de conseguir alguma coisa, manter seu título de “rainha do network”. Seu objetivo óbvio e imediato seria jornalístico. É editora-chefe do *The Sun*, o jornal diário de maior vendagem do país, e, claro, ela quer contatos que lhe deem as notícias de que ela precisa para ter sucesso. Assim, nessas transações que passam por conversas, ela certamente tem algo além do seu charme a oferecer. Tem poder: o poder de manchar uma reputação, um belo incentivo para aceitar suas ofertas de amizade.

Rebekah sabe seduzir, mas também sabe machucar. É famosa não apenas por seus encantos, mas também por seu temperamento explosivo. Alguns colaboradores do *The Sun* recordam-se da manhã em que logo cedo ela descobriu que o concorrente *Daily Mirror* os furara em uma matéria específica e de como expressou seus sentimentos: chegou ao escritório

arremessando com a pontaria certa um projétil que pouco depois foi identificado como um pesado cinzeiro de vidro. Um dos convidados presentes a este casamento, que tem sido próximo dela por anos, afirma que, aqui em Oxfordshire, Rebekah vive uma vida pacata de esposa do interior, com passeios a cavalo e organização de jornadas de caça, mas em Londres, onde as transações reais acontecem, ela é “a encarnação do Diabo”.

A palavra que paira sobre Rebekah é “ambiciosa”. A maioria dos jornalistas que trabalhou para ela a adora. Na linguagem da imprensa britânica, ela conquistou o maior de todos os elogios: é uma “operadora”. Quando quer uma matéria, não há nada que a detenha. Certa vez, anos atrás, no *News of the World*, ela se disfarçou com o uniforme da limpeza para infiltrar-se no escritório do *The Sunday Times* e roubar uma matéria. Mas alguns daqueles que a conhecem dizem que no fundo não é o jornalismo que a motiva — sim, ela sabe exatamente como funcionam as coisas, como se deve fazer para transformar uma história em manchete, mas não tem paixão por isso, a atividade não a faz vibrar. Na opinião deles, o jornalismo para Rebekah é não mais que meio de ascensão, a escada que a tirou de sua cidadezinha natal em Cheshire e da vida de moça de classe média sem muitos recursos, permitiu-lhe conquistar seu primeiros postos humildes em redações e depois rapidamente subir até chegar à chefia de redação do *News of the World*, depois do *The Sun*, e continuar escalando, cada vez mais alto, até onde seus olhos ambiciosos conseguissem ver. Neste dia de verão de 2009, ela está com apenas 41 anos de idade e continua subindo. Dizem que, para ela, o poder de uma editora-chefe é simplesmente um mecanismo para conquistar mais poder. “Onde houver poder”, afirma uma das pessoas que se passa por sua amiga, “lá estará Rebekah Brooks.”

Entretanto, se uma pessoa menos informada chegar ao casamento e achar que o poder sendo exibido é dela, estará totalmente enganada. Ela é só um avatar. Pode não ficar óbvio de cara, mas o verdadeiro dono do poder é o cavalheiro de 78 anos, com um sorriso avuncular e cabelos canhestramente tingidos de laranja, conversando sem alarde entre as pessoas. Nada em particular o distingue dos outros nesta reunião, mas foi ele quem impulsionou Rebekah para cima na sua escalada ambiciosa, e é devido à presença dele que a elite do poder não pode nem pensar em faltar à festa. Ele é um dos poucos no mundo que alcançaram aquela posição especial em que a pessoa é identificada apenas pela menção do seu primeiro nome. O casamento pode ser de Rebekah, mas o dia é de Rupert.

* * *

Desde 1979, nenhum governante da Inglaterra foi eleito sem o apoio de Rupert Murdoch. Entre aquele ano e este casamento, todos os ocupantes da cadeira de primeiro-ministro — Thatcher, Major, Blair e Brown — regularmente abriram espaço em suas agendas e o receberam nos sagrados gabinetes de seus governos (e depois divulgaram o mínimo necessário sobre o que se passou atrás das portas). Sem dúvida, líderes de outros países fizeram o mesmo — em Pequim, Washington, Canberra e várias outras capitais. Este é o estado atual da ordem democrática: cada pessoa tem um voto; esse homem tem o poder.

É inegável a existência desse poder. Mesmo aqui, no casamento, sua aura se faz sentir a cada passo seu. A certa altura, por exemplo, o antigo assessor de imprensa de Tony Blair, Alastair Campbell, se dirige até David Cameron para dizer que, embora espere que ele perca as eleições gerais marcadas para o ano seguinte, apoiará qualquer iniciativa que

vier a tomar (se ele sair vencedor, claro) destinada a dar um jeito na imprensa. Campbell começa a expor um discurso bem ensaiado sobre a tendência a falsidades e negatividade de boa parte da cobertura política; Cameron, atento, está respondendo que o comportamento dos jornais tem piorado quando, subitamente, para de falar, fica petrificado como um aluno flagrado pela professora, ao perceber Murdoch ao seu lado, sorrindo. Quando Murdoch sorri, políticos respeitáveis agradecem aos céus.

Por quê? Isso não está claro.

Muita gente não familiarizada com o assunto tem uma compreensão equivocada do poder de um homem como Rupert Murdoch. Olham para ele e veem nada mais do que um exemplar típico de magnata da mídia megalomaníaco. É inegável que construiu, por meios legítimos e golpes, com inteligência e ardis, uma vasta organização de comunicações — a News Corp — com mais de oitocentas subsidiárias e valor estimado em 60 bilhões de dólares. Ele e o fundo de sua família são donos diretos de 12% das ações (mas graças a uma sutil manobra legal, controlam 39,7% dos votos). Um retrato da News Corp neste dia de junho de 2009: é dona de um dos seis maiores estúdios de cinema do mundo, a Twentieth Century Fox, de uma das vinte maiores editoras de livros, a HarperCollins, do que já foi a rede social mais visitada do mundo, o MySpace. Porém, mais importante que tudo isso, a News Corp é dona de canais de TV e de jornais.

Murdoch cria estruturas triangulares de mídia. Em diferentes países, comprou um tabloide popular (o *The Sun*, no Reino Unido, o *New York Post*, nos EUA, o *Herald Sun* e o *The Daily Telegraph*, na Austrália); a seguir comprou um jornal sério (o *The Times* de Londres, o *The Wall Street Journal*, o *The Australian*); a estes somou uma rede de televisão (BSkyB no Reino Unido, Fox nos Estados Unidos, Foxtel na Austrália).

Cada um desses triângulos é, à sua maneira, a base de imensas fortuna e poder político.

O alcance da News Corp é enorme. Por meio da News International, ela controla quatro jornais que absorvem 37% dos leitores da Grã-Bretanha; é dona também de 39,1% da BSkyB, operadora de TV por satélite, que transmite filmes e esportes e o canal Sky News para dez milhões de lares no Reino Unido e na Irlanda. Na Austrália, controla 60% dos jornais diários e 70% dos dominicais. As participações acionárias em TVs se espalham pela Europa (oeste e leste), pelo sul da África e pela América Latina. Sua rede de TV asiática, Star, atinge toda a Índia e toda a China, a maior parte do restante do continente asiático e agora, através do Star Select, também o Oriente Médio. Os canais de TV da News Corp exibem filmes que são feitos em seus próprios estúdios e depois são avaliados por seus próprios críticos de cinema que escrevem para alguma de suas centenas de revistas. A News Corp transmite eventos esportivos cujos direitos a ela pertencem, envolvendo times que a ela pertencem, cujos resultados são publicados em jornais que a ela pertencem.

Quem vê Murdoch acumulando veículos de mídia como Tio Patinhas acumulava moedas pode pensar que ele se comporta como um magnata da mídia, que mete o dedo na cara de um político que dele depende e o avisa como as coisas devem ser feitas se ele quiser manter-se no jogo. Nessa versão, o magnata impõe um acordo: ele concorda em não atacar as políticas do governo (e em não expor os segredos sórdidos de seus membros) e, em contrapartida, o governo concorda em reformular suas políticas de forma a ajustar-se à ideologia do magnata; este, para cumprir sua parte, enquadra seus subordinados, que passam então a produzir a propaganda política determinada pelo patrão. O governo, por fim, recompensa o magnata com vantagens lucrativas para seu negócio.

No entanto, ministros, assessores especiais e funcionários de órgãos públicos que se relacionaram com Murdoch, bem como executivos, editores e jornalistas que para ele trabalharam, pintam um quadro diferente. A diferença entre elas é a chave para entender o método do magnata da mídia. Quem o conhece diz que se trata de um homem que ama informação; ele usa seus jornalistas como se fossem uma rede de monitoramento, conversa com todos os contatos possíveis para ver as coisas por dentro, coleciona fofocas políticas, recebe informes secretos das agências de inteligência. E faz fortuna vendendo notícias. Mas, quando o assunto é sua própria vida e especialmente seu negócio, ele ergueu um muro protetor e é reservadíssimo. Quem é de fora deve ser despistado.

Quem faz parte de seu círculo afirma que seu uso do poder é muito mais sutil do que pensam os que estão de fora. Em primeiro lugar, dizem que há algo muito profundo que o motiva fortemente — talvez, sugerem alguns, o fato de ele ter crescido acreditando que nunca conseguiria ser bom o suficiente para seu pai, Sir Keith Murdoch, um patriarca intenso que construía empresas e quebrava os adversários. Assim, durante toda a vida, o filho foi compelido a fazer seus próprios negócios crescerem sem cessar, como se um dia o pai já morto pudesse lhe sinalizar que já estavam grandes o bastante. Com isso em mente, dizem que seu principal interesse nos políticos não é a política, mas os negócios. Segundo essa interpretação, ele pode ser um animal político, obcecado pelos detalhes dos corredores do poder e adepto de opiniões radicalmente direitistas, mas o que ele mais quer dos políticos são vantagens para suas empresas. Ele trairá seus próprios princípios e abraçará políticos que não respeita se eles tiverem o poder de ajudar a fazer seus negócios crescerem.

Em termos práticos, isso se resume à demanda sempre presente de se ver livre de regulações. Ele e seus jornalistas mais importantes seguem uma mesma partitura: a canção das virtudes do livre mercado, sem regulações, nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Austrália e em todos os países onde Murdoch tem interesses: eles são os maiores porta-vozes do mundo em favor do Estado mínimo e de mais espaço para a iniciativa privada. Fazem isso como se fosse uma simples discussão filosófica. No entanto, trata-se de uma questão predominantemente comercial, de um empresário que deseja crescer, vencer os concorrentes e, em última instância, dominar os mercados cuja liberdade ele alega defender com tanta frequência. No mundo inteiro, governos democráticos criam órgãos reguladores para salvaguardar o interesse público e, em síntese, proteger os mercados contra o poder de corporações excessivamente fortes, impedi-las de esmagar os concorrentes, de praticar preços injustos ou de abusar de sua posição. Em várias ocasiões, Murdoch teve de encontrar meios de vencer esses reguladores e sufocar o bem público para garantir seus próprios interesses. Barreiras legais dificultam seu caminho; para superá-las, ele busca políticos amigos que discretamente lhe abram portas e lhe permitam avançar.

Quem é de fora pode supor que, para isso acontecer, é preciso fechar um acordo. Os inteirados dirão outra vez que é mais sutil que isso: é menos um negócio (no sentido de ser um acordo finito, estático, feito conscientemente) e mais um relacionamento um tanto cínico, em que ambos os lados fingem amizade mútua, mas buscam vantagens, ambos oferecem um pouco mais do que esperam entregar no final, em que nenhum dos lados sabe exatamente qual será o resultado. Esse relacionamento tão especial, dizem essas pessoas, nasce, é cultivado e tem oxigênio e liberdade para florescer em lugares como este casamento.

Aqui, à beira deste lago, Murdoch, seus executivos e jornalistas mais importantes desfrutam do primeiro privilégio do poder: ter sem esforço o tipo de acesso pelo qual lobistas inescrupulosos pagariam um caminhão de dinheiro. O primeiro-ministro, seu provável sucessor e seus respectivos assessores fazem fila para ouvir suas palavras, captar os sinais, entender o que ele quer, transmitir a ele seus próprios sinais. Enfim, estabelecer laços. Talvez os aproximadamente 46 milhões de eleitores no Reino Unido quisessem muito ter esse tipo de acesso a seus líderes, mas é este bilionário estrangeiro (que nem sequer tem direito a voto no Reino Unido) quem tem esse privilégio e as relações especiais com governos advindas disso.

À vontade, despreocupadamente, batendo papo sem alarde, ele se desloca entre os convidados do casamento. Não exhibe seu poder de maneira ostentatória, circula sem guarda-costas, sem se isolar em algum canto reservado como se fosse um chefe de filme de Hollywood. Não há nenhuma sugestão de ameaça ou de providências agressivas. Sem esforço, e até com certo charme, ele colhe o respeito daqueles ao seu redor. Mas...

Em última instância, claro, tem mais alguma coisa além de respeito nascendo nesta cena. É medo. É curioso que Murdoch não desperte medo nas pessoas comuns. A maior parte delas não se importa com ele, e as poucas que se importam tendem a sentir desprezo, vendo nele um exemplar perfeito de cobiça, com suas sete residências espalhadas pelo globo e sua renda anual próxima a 22 milhões de dólares. No entanto, entre aqueles no jogo do poder certamente habita, sob o manto da cortesia e das conversas, um medo silencioso.

Isso, por sua vez, fala um pouco sobre o caráter de Murdoch. Ele é capaz de mostrar seu charme, de contar uma piada indecente aos companheiros, mas a verdade é que

muitos dos que apertam sua mão conseguem entrever o rosnar atrás do sorriso. Um parceiro de negócios australiano lembra-se do que se passou quando lhe sugeriu que se reaproximasse de um empresário com quem tivera uma briga no passado e cujo império depois desmoronara. A resposta de Murdoch veio carregada de agressividade: “Eu não gostava de falar com aquele babaca quando ele tinha dinheiro e, agora que ele está falido, quero que se foda.” Um membro deste encontro de poderosos recorda um comentário da rainha (muito mais suave, mas igualmente revelador) em que ela, depois de perguntar sobre o filho de Rupert, James, arremata em voz baixa “o pai é horroroso”.

O caráter do homem, por sua vez, é aspecto central da maneira como conduz seus negócios. Rupert Murdoch é capaz de esmagar seus oponentes como se fossem besouros sob sua bota, e o faz por um único motivo: a News Corp. Um dos convidados, muito íntimo dele, afirma: “Rupert não discrimina; ele se importa mais com seus negócios do que com qualquer pessoa, incluindo-se aí ele mesmo, seus filhos, seus aliados políticos. O negócio em primeiro lugar. Seu plano é ‘matar ou ser morto’. Em todas as batalhas corporativas de que participou nos últimos cinquenta anos, ele entrou para vencer. Vencer é indispensável. Isso significa não reconhecer que a política representa um poder maior e mais alto. Significa não acatar as leis vigentes. Significa não se submeter a nenhum código a não ser o seu próprio.”

É famoso o episódio de 1975 em que Murdoch abusou de sua posição de dono de jornal para apoiar um complô que resultou na deposição do primeiro-ministro democraticamente eleito da Austrália, Gough Whitlam, que se atrevera a se afastar das políticas defendidas pelo magnata. Murdoch é o homem que levou ao desemprego 6 mil trabalhadores ao romper acordos com os sindicatos dos gráficos de Londres, que abriu mão de sua cidadania australiana para tornar-se

americano e poder controlar mais de 25% das ações de uma rede de TV, que levou o *The Daily Telegraph* e o *The Independent* à beira da falência graças a uma guerra de preços que fez dobrar a circulação do *The Times*, que aderiu ao cristianismo como se estivesse vestindo um novo terno e depois o abandonou quando se encheu.

Mas o medo é gerado acima de tudo pelas pessoas que contrata para trabalhar. “Ele adora brutamontes”, nas palavras de um de seus executivos mais graduados. Roger Ailes na Fox TV, Kelvin MacKenzie no *The Sun*, Col Allan no *New York Post* e Sam Chisholm na Sky TV, por exemplo, perfilam todos no mesmo batalhão de truculência. E quando os homens de Murdoch querem machucar, sabem fazê-lo com mestria. Suas vítimas realmente sofrem. Todos esses membros da elite do poder já viram o que os veículos de Murdoch são capazes de fazer, usando matérias da mesma maneira que membros de gangues num beco escuro usam suas botas para, aos chutes, moer sua vítima. “Infernizar” é o nome que dão a essa prática: um ataque público selvagem e prolongado à vida do alvo, frequentemente dirigido à parte mais sensível e privada de sua existência — seu comportamento sexual —, infligindo dor e humilhação extremas.

Muitas vezes isso não tem nada a ver com manobras do próprio Murdoch; trata-se apenas de preencher espaço no noticiário à custa de algum pobre desavisado que teve a infelicidade de atrair a atenção do tabloide. A maioria dos jornalistas se recusa a fazê-lo, assim como a maioria dos homens recusaria ser um torturador. Mas alguns dos que carregam no bolso uma carteirinha de jornalista profissional são como os *droogs* do filme *Laranja mecânica*, de Anthony Burgess, que chutam suas vítimas só porque adoram fazê-lo. Ajuda a vender jornais, o salário é bom e é divertido.

Ser infernizado pelos *droogs* de Murdoch é uma experiência terrível. Se os danos causados fossem físicos (e

visíveis), os tribunais os condenariam a longas penas de prisão. Mas estamos falando de graves ferimentos emocionais, do tipo que algumas vítimas jamais conseguem superar — com efeito, algumas passaram a ter impulsos suicidas. O ataque pode nascer em qualquer lugar; a partir, por exemplo, de uma declaração feita sem pensar ou de um minúsculo detalhe não percebido por ninguém, especialmente a vítima, e pronto. De repente a brutalidade começa. A escolha do alvo pode ser totalmente arbitrária. Se o boi da cara preta pega a criança, os *droogs* podem atacá-lo por sua covardice, ou atacar a criança por deixar-se levar por um simples medo de careta.

Depois de iniciada a infernização, a vítima não tem meios de fazê-la parar. Se o boi da canção disser que não teve a intenção de raptar a criança, que estava ali a passeio, a notícia será algo como “Na noite de ontem, um boi impenitente ameaçou espalhar medo”. Se pedir desculpas, também vai se dar mal: “Uma humilhante retratação”. Tampouco recusar-se a pedir desculpas funcionaria e resultaria em uma frase como “O boi está cada vez mais isolado”. As abordagens são infinitas. Os *droogs* vão ligar para todo mundo que já esteve perto do boi até descobrir alguém que não goste dele. Vão consultar vários pecuaristas em busca de citações alarmistas e clamores por medidas imediatas. Eles podem seguir batendo por dias. Uma pequena distorção aqui, alguma invenção acolá. O próprio fato em foco é uma distorção: o implacável retorno à mesma vítima, o desejo de destruir que corrompe o discernimento editorial normal. Não raro, outros jornais e programas de mídia eletrônica vão repercutir, de forma que a simples concorrência leva à busca por novos ângulos para a história. O boi está sem ação: se falar, põe lenha na fogueira; se ficar quieto, será abatido.

Um dia, a infernização termina, no geral porque um novo alvo chegou. Ou porque o alvo foi destruído. Às vezes, nem

destruição basta. Alastair Campbell recorda em seu diário o feroz ataque imposto ao então ministro dos Transportes Stephen Byers, na primavera de 2002, que continuou mesmo depois de ele renunciar: “É como se eles pegassem um cadáver e se descobrissem desapontados por não haver mais o que machucar e matar. Daí decidem matar o cadáver também.”

O medo desses ataques brutais gera um poder que se estende muito além das relativamente poucas pessoas que deles são vítimas. Qualquer um na elite do poder tende a temer Murdoch porque ninguém pode estar seguro de que não será o próximo a ser linchado pelos tabloides. Todos viram o que aconteceu com a ex-ministra trabalhista Clare Short. Depois de criticar várias vezes o *The Sun* por usar mulheres de seios à mostra para vender mais, ela foi denunciada para milhões com piadas como “Clare estraga prazeres... gorda... invejosa... feia... claramente baixa... claramente burra”. Em diferentes momentos, o jornal realizou ações como distribuir adesivos para carros com os dizeres “Chega de Clare Louca”, mandar mulheres seminuas à frente de sua casa, criar um concurso em que os leitores deveriam responder se preferiam ver o rosto de Clare ou a traseira de um ônibus. Separadamente, o *News of the World* publicou duas matérias espúrias sugerindo que ela estava envolvida com pornografia, tentou também comprar fotos dela aos vinte anos vestindo camisola e publicou uma matéria difamatória que tentava ligá-la a um mafioso das Índias Ocidentais.

O trabalhista Chris Bryant, companheiro de parlamento de Clare, um ex-padre anglicano, despertou a ira dos jornais de Murdoch quando, em uma audiência da Comissão Especial de Mídia em março de 2003, encurralou Rebekah Brooks e levou-a a admitir que seus jornalistas haviam dado dinheiro a policiais em troca de informações. Logo depois, foi alertado por um repórter do *The Sun*: “Eles vão te pegar por isso.” Com

efeito, o pegaram (de leve, é verdade) alguns meses depois, quando ele declarou na Câmara dos Comuns que se opunha à ideia de um referendo sobre a nova constituição da União Europeia; em suas páginas os leitores do *The Sun* foram informados de que ele era um “Euro fanático” que achava que eles, leitores, eram burros demais para votar. O ataque pesado veio em dezembro, quando o *The Mail on Sunday* expôs sua vida sexual em reportagem contendo até uma embaraçosa foto dele vestindo apenas uma sunguinha apertada. Nesse momento, Rebekah Brooks, no *The Sun*, e Andy Coulson, no *News of the World*, se somaram ao espancamento. Ela deixou bem claro que era uma questão pessoal no dia em que, num congresso do Partido Trabalhista, caminhou de maneira afetada em sua direção e disparou uma agulhada certa acerca de sua sexualidade, calculada para lembrá-lo do constrangimento pelo qual passara um de seus antigos colegas que tinha sido acusado de perambular por um parque de Londres em busca de sexo gay. Disse ela: “Ah, senhor Bryant, já escureceu. Estou surpresa. Achei que estaria no parque Clapham Common.”

O escritor americano Michael Wolff também foi castigado. Em março de 2009, quando estava trabalhando numa biografia de Murdoch, foi rigorosamente infernizado pelo *New York Post*. Por meios não explicados, pessoas ligadas ao magnata da mídia tiveram acesso aos originais ainda não publicados do livro e começaram a enviar alertas inequívocos de que o chefe não estava contente com partes do conteúdo. Wolff se lembra de receber a ligação de um alto executivo pedindo para fazer algumas mudanças antes da publicação. Wolff perguntou:

- E se eu não fizer?
- Se você não fizer, não daremos apoio ao livro.
- E isso pode ser ruim?
- Sim. Pode ser bem ruim para você.

E foi mesmo ruim. O *New York Post* descobriu que Wolff estava tendo um caso e publicou matérias sobre o assunto nos dias 2, 3, 6, 25 e 30 de março e em 3 e 9 de abril. Além disso, o jornal publicou uma matéria paralela em que o acusava de despejar a sogra do apartamento em que morava. Para completar, incluiu uma charge em que aparecia na cama com sua amante. Um detalhe importante é o fato de Wolff, que é judeu, ter sido caracterizado em um estilo que pode muito bem ser considerado antissemita.

Todo mundo que é alguém na elite do poder já ouviu falar que o castigo pode vir na forma de chantagem grosseira. São conhecidas as histórias de que os editores de Murdoch têm cofres contendo dossiês com provas sobre fatos das vidas privadas de políticos e empresários concorrentes e de que Murdoch e seu pessoal concordam deixar guardados esses constrangedores fatos em troca de ainda mais vantagens. Há alguns rumores bem específicos. Diz-se que uma importante figura do mundo dos esportes no Reino Unido teria acatado os planos de Murdoch para direitos de transmissão quando soube que o *The Sun* estava pronto para revelar aos seus leitores que ele tivera relações sexuais com jovens rapazes. Outro rumor diz respeito a um político de segundo escalão do Partido Trabalhista que defendeu os jornais de Murdoch no Reino Unido depois que jornalistas obtiveram um vídeo dele fazendo sexo com uma prostituta na presença do marido dela. É verdade que tanto o dirigente esportivo quanto o político trabalhista deram seu apoio a Murdoch, mas não está assim tão claro se o fizeram por medo dos dossiês ou mesmo se estes existem. O poder está na crença e no medo que ele produz. E esse medo está por toda parte.

Com certeza muitos já se depararam com uma versão mais suave dessa prática, algo que se poderia chamar de chantagem branca: fazer um favor em vez de uma ameaça. Há políticos proeminentes, policiais e outros que sabem que

jornalistas importantes de Murdoch já entrevistaram particularmente em seu favor, ajudando-os a conseguir uma promoção ou a desarmar uma ameaça. A maioria dos convidados do casamento sabe que Rebekah montou uma inteligente chantagem branca contra o vice-primeiro-ministro John Prescott quando, como editora-chefe do *News of the World*, recebeu informações de que, muitos anos antes, a esposa de Prescott, Pauline, dera um bebê seu para adoção. Isso acontecera antes de eles se conhecerem, mas agora o filho perdido tinha acabado de fazer contato. Prescott implorou a Rebekah que não publicasse a reportagem antes que sua esposa e o filho tivessem a oportunidade de se encontrar. Ela concordou — um gesto decente que lhe garantiu um sentimento de dívida por parte de Prescott, que, tempos depois, quando sua família estava preparada, optou por contar a história primeiro para ela, agora ocupando o cargo de editora-chefe do *The Sun*. Favores são moeda forte nos corredores do poder.

O poder de acobertar ou revelar informações pessoais sensíveis acaba sendo parecido com o poder do valentão que faz bullying no pátio da escola. Esse valentão precisa maltratar apenas um ou dois garotos para que seu poder seja visto como real; depois o medo se encarrega de garantir que as outras crianças farão de tudo para que ele as deixe em paz. Da mesma forma, o suposto imenso poder atribuído a Murdoch (o de influenciar de forma decisiva os resultados de eleições) não precisa ser inteiramente real. O que importa é o medo de que pode ser real. É muito mais seguro ser um aliado e mesmo juntar-se à fila rastejante de membros atuais e antigos da elite do poder que são pagos para escrever colunas para seus jornais ou vendem os direitos de publicação de suas memórias para a HarperCollins, como Newt Gingrich, então presidente da Câmara dos Deputados dos EUA; a filha do líder do Partido Comunista Chinês, Deng Xiaoping; Willian

Hague, ex-líder conservador; Sir John Stevens, ex-comissário da Polícia Metropolitana; David Blunkett, ex-ministro trabalhista; Alastair Campbell, ex-assessor de imprensa do primeiro-ministro; Andy Hayman, ex-subcomissário da Polícia Metropolitana, e tantos outros.

Não se pode afirmar com certeza se um jornal agressivo consegue realmente definir os rumos de uma eleição em nível nacional. Jornais gostam de afirmar que conseguem, políticos dizem não acreditar e psefologistas, cientistas políticos especializados em eleições, discutem o impacto do noticiário nos eleitores, cruzando os dados de distribuição dos jornais com os dados eleitorais de indecisos que, em última instância, definem o resultado onde a disputa é mais acirrada. No caso mais famoso no Reino Unido, em 1992, no período de Kevin MacKenzie, o *The Sun* fez tudo o que podia para manchar a carreira política do antigo líder trabalhista Neil Kinnock e depois anunciou que havia sido o responsável pela vitória de seu oponente, o então líder conservador John Major. A afirmação de MacKenzie soou sem fundamento para a maioria, se não por outros motivos, devido ao seu notório desapareço pela verdade.

Ninguém duvida de que os *droogs* são capazes de causar prejuízos políticos graves. Um jornal cínico que ataca um partido político — esteja ele no governo ou na oposição — pode infundir-lhe caos. Todos os debates se transformam em cisões, todos os problemas viram crises, todas as mudanças viram recuos, todas os reveses são humilhantes, todos os sucessos são ignorados. A agenda de notícias é tão modificada que a qualquer momento o partido ou governo se vê obrigado a voltar suas atenções para uma crise criada pelo jornal. Pode arruinar reputações, tanto com notícias falsas quanto com verdadeiras. Pode estragar o debate público de questões importantes por introduzir premissas distorcidas. A relação da Inglaterra com a União Europeia, por exemplo, foi

moldada em sua essência por uma série implacável de matérias notoriamente falsas sobre supostas regulações da União Europeia que tornariam ilegais alguns pilares da vida e da cultura britânicas, como as Forças Armadas, os kilts escoceses, o canecão de cerveja, as curvas das bananas, os brechós para organizações de caridade e os professores cristãos, além de impor um sufocante conjunto de regras e regulações mesquinhas para o dia a dia. O impacto é similar ao efeito no ambiente doméstico de um rebento mimado que não para de gritar: a família pode não se desintegrar, mas fica impossível levar uma vida normal.

Murdoch controla com zelo obsessivo as finanças de suas empresas, checando todos os dias relatórios resumidos de cada subsidiária para certificar-se de que estão seguindo o orçamento estabelecido. Mas muito pouco das distorções editoriais de seu império parte diretamente dele. Ele intervém de forma superficial, exigindo que as empresas defendam políticas que favoreçam os negócios de empresas como a News Corp — corte de impostos, corte de benefícios sociais, corte de gastos do governo, corte de regulamentações, enfim, os pontos centrais do neoliberalismo. De tempos em tempos, ele coloca o dedo em alguma matéria — para ajudar um aliado, promover seus negócios ou externar alguma preferência pessoal qualquer. Seus jornalistas mais graduados admitem em segredo que isso é inaceitável, uma forma clara de corrupção editorial, mas insistem que ele interfere muito menos que as pessoas de fora costumam supor. O grosso do noticiário produzido pelas empresas de Murdoch, incluindo a maior parte das mentiras e distorções, é um produto espontâneo gerado por suas redações altamente mercantilizadas. É o que vende.

Da mesma forma, apenas uma parte pequena dos ataques precisa ser conduzida pelo próprio Murdoch. Medo é tudo. Na ponta do lápis, é claro que o poder do governo (com seu

imenso orçamento, suas Forças Armadas, sua polícia, sua burocracia e todo o aparato do Estado) é muito maior do que o de um grupo jornalístico. Mas, quando o assunto é a capacidade de provocar medo, a relação inverte. O governo vive com medo do que o magnata pode fazer com seu planejamento (e talvez com algumas reputações individuais) ao cobrir os assuntos. Mas o magnata pouco teme o governo. Na maior parte das vezes, os políticos abrem caminho para ele passar e, na eventualidade improvável de o governo efetivamente atacar, ele pode recorrer à saída extrema: vender o negócio, deixar o país, evitando tudo o que lhe querem impor e levando seus investimentos e empregos com ele.

O ponto central do poder verdadeiro é que ele funciona sozinho, especialmente entre aqueles que tentam controlá-lo. Qualquer um dessa elite sabe disso. Todos reconhecem o poder do barão da mídia e, com poucas exceções, fazem de tudo para mantê-lo apaziguado e conquistar sua amizade. O magnata, na maior parte do tempo, não precisa fazer ameaças ou passar instruções. Ele só tem de aparecer. Nem mesmo isso: só tem de existir, uma sombra ao fundo. Todo mundo entende, a existência do poder é suficiente. Se há um touro no pasto, todo mundo anda com cuidado. O medo abre-lhe portas e, uma vez dentro, ele tem influência. O poder verdadeiro é passivo.

* * *

Terminam as bênçãos nupciais. O som de “Windmills of Your Mind” se espalha pelo lago e o apresentador de TV Jeremy Clarkson sobe ao púlpito para ler “Riders in the Stand”, de Banjo Paterson. “A regra vale para tudo na luta incerta da vida/ O jóquei vencedor faz tudo certo/ O jóquei perdedor faz tudo errado.”

Depois das orações e dos cânticos, os convidados são conduzidos (alguns com ajuda de seus motoristas, outros a pé) para o celeiro transformado em casa onde moram Rebekah e Charlie, próximo às casas da mãe e da irmã dele. Gordon Brown parte discretamente, mas os demais têm diante de si uma representação da boa vida: dois burros pastando placidamente em um cercado, lembrando uma ilustração de livro infantil, uma tenda decorada como um parque de diversões vitoriano, com mesas postas para um banquete, e uma área descoberta com brinquedos, entre eles uma rodagigante.

Quando a elite do poder se reúne para se divertir, ela trabalha. Neste dia específico de junho de 2009, há inúmeras tramas fervilhando sob a superfície da conversa amena no banquete, mas uma em especial se destaca e é grande o suficiente para ser percebida com clareza. Todo mundo sabe que, em algum momento nos doze meses seguintes, Gordon Brown precisará convocar eleições e Rupert Murdoch vai conceder sua bênção ao partido de sua preferência com toda a presunção de autoridade de um papa renascentista. Só que todo mundo sabe que há um novo jogador em campo.

Apesar de atrair grande agitação em torno de si quando está no Reino Unido, como uma revoada seguindo uma traineira, o velho não está mais muito interessado no que acontece em Londres. Claro, ele se preocupa com o *The Sun* e gosta do dinheiro que ele gera (e há rumores de que está de olho em um negócio particularmente grande, envolvendo a BSkyB), mas no fundo o Reino Unido passou a ser uma diversão secundária para ele. Para alguns, ele agora se satisfaz em usá-lo como uma espécie de parquinho, um lugar onde o filho James possa desenvolver seus talentos antes de juntar-se ao pai em Nova York, onde o grande jogo está em andamento.

Não há dúvida de que, em última instância, será o próprio Rupert Murdoch quem decidirá a quem concederá sua benção política, mas caberá a James Murdoch, então com 36 anos de idade, fornecer as informações que instruirão os atos do pai. Ele está rodeado de sorrisos de gente tomada pelo intenso desejo de agradá-lo. David Cameron, sentado próximo a ele, se esforçou muito para se aproximar. Nos três anos anteriores, ele se encontrou seis vezes com o herdeiro do magnata para cafés da manhã, almoços e jantares. Não foi fácil construir uma amizade.

Um ano antes, em julho de 2008, o jornalista de direita Martin Ivens, que escreve para o *The Sunday Times*, de Murdoch, foi anfitrião de um jantar em que Cameron sentou-se de frente para James Murdoch. Havia outros convidados (alguns colunistas de jornais, um consultor de relações públicas, um romancista e um historiador conservador), mas, segundo um dos presentes, foi claramente uma situação armada para que os dois homens se reunissem. Parece que os dois se entenderam bem, concordando animadamente em questões como a importância de boas políticas ambientais. Em vários momentos James se retirou para se abastecer de nicotina e também com frequência apimentou seus pontos de vista com imprecisões — “este país está fodido”, afirmou a certa altura. Tudo teria terminado bem se um dos outros convidados não tivesse, maldosamente, levantado o assunto dos residentes milionários do Reino Unido que se aproveitam de uma brecha na legislação tributária e declaram, para fins de impostos, que têm domicílio em outro país, sangrando o governo de importante receita tributária. A esposa de Cameron, Samantha, concordou que era mesmo uma desgraça, deixando apavorado o líder conservador, que supôs que o próprio James Murdoch devia se aproveitar dessa brecha. De acordo com esse convidado, “Cameron levantou-se num salto e disse à esposa que era melhor irem embora,

‘antes que você diga algo indiscreto, querida’, e porque na manhã seguinte teria de participar da sabatina semanal do primeiro-ministro na Câmara dos Comuns”.

O fato é que James não é unanimemente amado. Ter subido tão rápido nos negócios da família contribuiu para isso. Apenas treze anos se passaram desde que o pai o convenceu a abandonar a carreira que escolhera, de produtor de música independente, e a entrar para os negócios da família, presenteando-lhe generosamente com o cargo de vice-presidente de música e novas mídias da News Corp. Quatro anos mais tarde, em 2000, com apenas 27 anos, o pai deu ao filho a rede de televisão Star TV e um escritório em Hong Kong. Mais três anos se passaram e em novembro de 2003 ofereceu-lhe o relevante cargo de diretor-executivo da BSkyB, em Londres. Tornou-se naquele momento o mais jovem a assumir esse posto em uma empresa listada pelo índice FTSE 100. Aos 35, quatro anos depois, em dezembro de 2007, ao mesmo tempo que deslocou seu velho aliado Les Hinton para Nova York para assumir o Dow Jones e o *The Wall Street Journal*, Murdoch guiou James ainda mais alto na hierarquia, promovendo-o a presidente-executivo da BSkyB e também da News International e diretor-executivo de todas as atividades da News Corp na Europa e na Ásia.

Acusações de nepotismo à parte, seus críticos admitem que James é inteligente e trabalhador. Muitos, no entanto, o consideram um sujeito muito, digamos, difícil. Em parte, isso se deve a um traço levemente robótico. Ele é o retrato consumado do homem de negócios: óculos de aro de metal, cabelo cortado bem curto, o terno como armadura, frases contundentes, obsessão com o sucesso 24 horas por dia, ideias políticas direitistas e linguagem empolada. James é famoso por ser usuário do jargão afetado do mundo corporativo: uma pessoa normal concorda com a outra, James está “na mesma página”; as pessoas normais fazem planos,

ele faz “projeções”; os outros estão sem tempo para cuidar de um assunto, ele “não tem espaço na agenda para atacar essa contingência neste momento”.

No fundo, a verdade cruel é que muita gente simplesmente não gosta dele. Se em seu pai conseguem entrever algum charme e mesmo um pouco de humildade (afinal, trata-se de um homem que ergueu o império que dirige), em James veem um homem com títulos de grandeza, mas pouca habilidade no trato com as pessoas. “Ele não tem alma”, dizem. “Nenhum senso de humor... É um geek — gosta de falar sobre turbinas de energia eólica e iPads, mas nunca fala de gente... falta calor humano...” A intensidade no trabalho que lhe é tão útil nos negócios o faz parecer neurótico e até paranoico socialmente. Fuma como um louco e fala aos soquinhos. Uma pessoa que o estudou de perto afirma que James é tão paranoico que mantém uma arma debaixo da cama em Londres, caso o proletariado invada sua casa e tente feri-lo.

James pode ser cáustico. Se seu pai consegue esconder sua raiva quando lhe é necessário, ele é conhecido por suas repentinas explosões de berros e xingamentos. Anos atrás, em janeiro de 2002, seu pai o levava para um jantar privado com o primeiro-ministro Tony Blair na Downing Street, um encontro valioso para alguém que estava prestes a assumir o posto de diretor-executivo da BSkyB e precisaria de contatos políticos. O diário de Alastair Campbell registra que James, numa breve regressão aos tempos rebeldes de jovem esquerdista, impressionou Blair quando, ao discordar da opinião do pai de que os palestinos não tinham nada do que reclamar, disparou: “Eles foram chutados das merdas de suas casas e não tinham uma porra de um lugar pra viver.”

Pessoas próximas a Gordon Brown afirmam que, na época do casamento, as relações dele com o magnata da mídia ainda são positivas, mas ele tem dificuldade em se aproximar de James. Rupert Murdoch adotou a linguagem do

neoliberalismo para tornar mais palatável sua ambição deliberada de expansão global. Já seu filho acredita de verdade nessas ideias e empreende uma cruzada moral em defesa da livre iniciativa, do livre mercado e de tudo que faz bater forte um coração neoliberal. Qualquer coisa ou pessoa que o atrapalhe precisa ser tirada do caminho. Brown tem de se esforçar muito para criar algum tipo de ligação com ele ou com a maioria dos outros colaboradores de Murdoch no Reino Unido. Até sua esposa, Sarah, ajudou e trabalhou duro para melhorar a acolhida ao marido, fazendo amizade com as mulheres dos Murdoch: Wendi Deng e Elisabeth, respectivamente a terceira esposa e a filha de Rupert; Kathryn, esposa de James, e Rebekah Brooks, com quem passava tanto tempo que uma pessoa que trabalhava com Sarah afirma que ela esteve muito perto de acreditar que Rebekah fosse mesmo sua amiga.

Mas a sorte está do lado de Cameron. Por feliz acaso, sua casa de campo e sua base eleitoral situam-se nesta parte de Oxfordshire, que se tornou uma espécie de Camelot, o novo *point* da elite conservadora que faz força para parecer relaxada: uma região rica em cocaína e tortas de carne moída onde os ricos podem vestir calças jeans folgadas e camisetas, onde qualquer um que é alguma coisa faz compras no empório Daylesford Organic Foods, conhecido como “nave-mãe” e famoso por suas cestas de piquenique de 100 libras com vodca de ameixa tipo damson e quatro tipos diferentes de queijo artesanal, onde um primeiro-ministro toma uma cervejinha com uma estrela do rock como Alex James, da banda Blur, que produz queijo em sua fazenda ali perto, um lugar onde Bono é parceiro de Rupert Murdoch em uma partida de bridge, como fez alguns meses atrás.

Elisabeth Murdoch e seu marido, Matthew Freud, um empresário milionário do ramo de relações públicas, brilhante e presunçoso, vivem pertinho dali, na mesma estrada. Freud

gosta de Cameron — eles se cumprimentam batendo as mãos espalmadas no alto quando se encontram durante a bênção à beira do lago. Foi Freud quem providenciou o jato Gulfstream IV, que no verão passado levou Cameron para encontrar-se com Murdoch no iate deste, *Rosehearty*. (Essa reunião transcorreu melhor que a primeira entre os dois, em 2005, quando Cameron supostamente manifestou seu grande entusiasmo pelo filme faroeste gay *O Segredo de Brokeback Mountain* sem perceber a repulsa do velho à ideia de alguém querer assistir dois caubóis transando.) Freud está construindo sua própria Xanadu em um antigo e amplo convento transformado em centro de festas e network de poderosos, com 22 dormitórios, mais de sessenta mil metros quadrados de jardins, um presbitério do século XVII convertido em salão para convidados, a casa paroquial como chalé adicional para hóspedes e uma capela particular, além de planos de construção de cinema, piscina ao ar livre, piscina coberta, academia, quadra de tênis, escola de equitação para as montarias de Elisabeth, um barracão para os quadriciclos de Matthew e talvez um heliporto. Cameron frequenta festas nesse lugar.

Rebekah e Charlie Brooks vivem na mesma região. O irmão mais velho de Cameron, Alexander, foi companheiro de Charlie no Eton College e os dois costumam sair juntos para passear nos cavalos de Charlie. Rebekah, claro, é amiga de todo mundo. Acompanha James Murdoch em viagens de negócios, se encontra com Elisabeth para conversas de mulherzinha e chegou a produzir uma edição especial de 32 páginas do *The Sun* para comemorar os quarenta anos dela. Rebekah faz o papel de filha, dama de companhia e conspiradora oficial Rupert Murdoch. E, é claro, fez de tudo para se aproximar de Cameron.

Um dos convidados do casamento recorda que, no dia de outubro de 2007 em que seu suposto amigo, o novo primeiro-

ministro Gordon Brown, deu um tiro quase fatal em sua credibilidade por cancelar as eleições gerais que tinha planejado, Rebekah, sem meias palavras, teria dito a Cameron ao telefone: “Deixe que eu levo o champanhe.” Outra fonte sugere que, embora aceitem seus inúmeros convites para virem tomar um alguma coisa, os Cameron conhecem bem o jogo de Rebekah. Ainda segundo essa fonte, a senhora Cameron disse certa vez: “Eu tenho meus velhos amigos, tenho meus novos amigos... e tenho Rebekah.”

Neste momento, em meio ao banquete, Rebekah causa alvoroço ao insistir não apenas em fazer um discurso, mas em usá-lo para realizar um plano pessoal: intermediar a paz entre o editor do *Daily Mail*, Paul Dacre, e Matthew Freud. Para tanto, menciona os valores que Freud doa a projetos assistenciais como uma espécie de contrapeso à opinião do jornalista de que o empresário de relações públicas não passa de um brutalhão endinheirado. “Eu só gostaria que Paul visse o lado certo de Matthew”, explica ela aos convidados, alguns dos quais ficam sem entender o que leva uma mulher a usar seu próprio casamento como cenário para armações políticas.

Na sua luta por conquistar a simpatia de Murdoch, Cameron tem uma outra arma: Andy Coulson. Durante os primeiros dezoito meses depois que se tornara líder do partido, Cameron tentou evitar jogar o jogo dos jornais, concentrando seus esforços de comunicação em boletins transmitidos pela televisão. Como a tática não funcionou, em julho de 2007 ele contratou Coulson para ser seu assessor de imprensa. A partir daí, a sorte de Cameron mudou. Coulson tem vários traços favoráveis: vem da classe operária de Essex e sabe quais mensagens ajudarão os conservadores a ir além do seu gueto eleitoral de classe média. Além disso, passou vinte anos trabalhando para tabloides, de forma que sabe como transformar essas mensagens em reportagens que o

jornal vai usar. Mas o mais importante é que ele é próximo de Rebekah, de Murdoch e de tudo aquilo que eles representam.

* * *

Já faz tempo que o banquete acabou. A noite caiu. A maioria dos convidados já pegou seus Range Rovers e foi embora, mas alguns ainda se encontram espalhados pelos jardins da mansão e uns poucos ainda brincam no parquinho.

Ali, uns poucos deles, animados pelo álcool, entram nos compartimentos da roda-gigante e, segurando nas barras de proteção como se nada daquilo os atemorizasse, são lentamente levados para as alturas, de onde podem observar o mundo e as pessoas a seus pés. De repente, e para o espanto de todos, o motor da máquina quebra e a roda-gigante para num baque surdo, deixando-os desamparados no meio da escuridão, expostos aos olhares de todos, balançando as pernas e agitando os braços, como os besouros que caíram de costas, total e inapelavelmente impotentes.

O momento passa, o brinquedo volta a girar, mas certamente não passa pela cabeça de ninguém que o episódio pudesse ter o menor simbolismo do futuro de algum deles. Eles estão abrigados na segurança de seus casulos. Na verdade, alguns deles sabem que não estão apenas em segurança: estão subindo rumo ao topo.

James está de olho na joia da coroa. Quer o posto do pai. Desde que assumiu a direção da News Corp na Europa e na Ásia, em dezembro de 2007, ele não esconde que ambiciona comandar o conglomerado em todo o globo. “Ele acha que é a pessoa mais esperta do mundo, vê seu pai como incapaz de perceber o mundo moderno”, nas palavras de um dos presentes ao casamento. A luta por poder não tem sido sutil. Chamou a atenção dos assessores mais próximos do pai em

Nova York o fato de James ter emplacado um dos seus homens, Beryl Cook, na posição chave de chefe de recursos humanos no país, com potencial de dar a James a palavra final sobre todas as contratações e indicações futuras; outro sinal de alerta foi a defesa de planos que claramente transferiam o centro de gravidade da News Corp para a Europa e a Ásia. Ele indicara seus próprios diretores financeiros, jurídicos e de comunicações, reduzindo o poder daqueles que detinham os mesmos títulos em Nova York. Em 2008, ele convenceu o conselho a aumentar a participação na Primer, uma companhia de TV paga alemã que está prestes a ser rebatizada como Sky Deutschland. Neste momento, está solicitando mais dinheiro para assumir o controle acionário da Digiturk, a maior empresa de TV paga da Turquia. “Ele está chamando o pai para a briga. É como um jovem cervo apontando os chifres para um velho cervo.” Mas Murdoch não peitará o desafio de James.

Pessoas próximas ao velho dizem que ele contrata brutalhões porque não é capaz de administrar ele mesmo confrontos diretos. Uma delas lembra-se de que, pouco depois de se separar de sua segunda esposa, Anna, esta tentou falar com ele por telefone em seu escritório de Nova York, mas ele, temendo uma conversa difícil, se recusava a atender. No fim, ela acabou ligando para o diretor-geral de operações, Chase Carey, e o convenceu a pedir ao marido que atendesse o telefone, mas este o rechaçou, murmurando: “Isso pra mim é página virada.”

A recusa de Murdoch de colocar James em seu devido lugar está preocupando seus assessores porque, no fundo, a News Corp é uma empresa familiar e eles já viram como a incapacidade do chefe de administrar problemas domésticos pode resultar em prejuízos para a companhia. Alguns anos antes, se instalara uma crise quando sua esposa, Wendi Deng, tentou fazer com que suas duas jovens filhas, Grace e

Chloe, tivessem assento no conselho do fundo familiar que controla as ações com direito a voto da News Corp. Os quatro filhos mais velhos de Murdoch resistiram por não quererem ver diluído o peso dos seus próprios votos. Murdoch empurrou o problema com a barriga até o ponto em que foi obrigado a pagar 150 milhões de dólares a cada um dos seis filhos — às de Wendi como compensação por não terem conquistado o direito de voto no conselho do fundo e aos quatro outros para não saírem em desvantagem em relação às irmãs. Ele também deixou de administrar o conflito entre seu filho mais velho, Lachlan, que se mudara para Nova York como vice-diretor-geral de operações, e vários de seus executivos sênior. O conflito culminou com Lachlan se demitindo e voltando para a Austrália.

Assim como James, Rebekah tem planos ambiciosos. Há meses está claro que, com Les Hinton fora e James ocupado com a Europa e a Ásia, Murdoch precisa encontrar um novo CEO para comandar sua empresa no Reino Unido. Pensando no cargo, Rebekah vem fazendo um curso de administração de empresas de meio período na London School of Economics. Ela sabe que Murdoch a adora, porque resolve os problemas dele e porque é capaz de qualquer coisa — não se reprime, é ardilosa e, ao contrário dele próprio, não tem medo de confrontar ninguém. E Murdoch acaba de dar a Rebekah um lucrativo presente de casamento. O cargo será dela. Em três meses, em setembro de 2009 (vinte anos depois de começar como secretária na redação) ela assumirá o posto de CEO da News International, comandando os quatro jornais de Murdoch no Reino Unido.

Se tudo sair como planejado, Andy Coulson também vai subir. Ele era um dos que ficaram presos na roda gigante, em um compartimento onde estava também a ex-ministra de Cultura, Mídia e Esportes, a trabalhista Tessa Jowell. Não mais que dois anos e meio após ter sido obrigado a demitir-se

do cargo de editor-chefe do *News of the World*, ele está cotado para assumir um cargo no governo. É verdade que ainda é necessário vencer as eleições e a política é sempre imprevisível, mas tudo indica que, em algum momento no próximo ano, Cameron vai se tornar primeiro-ministro e Coulson vai se tornar um de seus assessores mais próximos, administrando as comunicações do governo com o país e com o mundo e servindo como elo crucial entre o governo e a rede de Murdoch.

Eles são ricos, poderosos e não têm nada a temer.

8. De novembro de 2009 a março de 2010

Quem visse de fora nossos esforços para abrir brechas na muralha do castelo de Rupert Murdoch poderia concluir que não passávamos de um batalhão molambento de fracassados.

Em novembro de 2009, eu já tinha passado quatro meses, desde a matéria original do *The Guardian* sobre os crimes no *News of the World*, tentando vencer as defesas de Murdoch — procurando mais provas, escrevendo mais reportagens —, mas a News International, a Scotland Yard, o Ministério Público da Coroa e a PPC tinham avançado como um exército de soldados bem treinados e disseram ao mundo que estávamos errados. Continuei tentando, porém a verdade é que muitos dos tiros que disparei passaram longe dos alvos ou ricochetearam sem produzir sequer um arranhão nas barricadas adversárias.

Tentei fazer Glenn Mulcaire falar, mas ele é muito astuto, além de muito paranoico. Tive de esperá-lo no carro perto de sua casa até ele chegar e entrar. Ele nem olhou na minha direção ao passar de carro, porém, quando bati à porta, logo disse: “Vi você sentado lá, o oitavo carro do lado direito.” Ele estava certo. Era um sujeito agradável que mostrava carinho sincero pela esposa e pelas quatro filhas. Era também muito irritadiço, atento a tudo, sempre preocupado que eu o estivesse gravando ou o enganando de alguma maneira. Eu o visitei várias vezes, nós conversamos, mas ele nunca me contou nada. Tentei saber mais sobre os rumores de que havia preparado um projeto de livro quando saiu da prisão,

mas a obra se revelou extremamente tediosa: ela aconselhava as pessoas como melhorar sua segurança pessoal e nada revelava sobre as escutas telefônicas.

Localizei alguns dos policiais que participaram da Operação Clareira — o inquérito da Scotland Yard sobre as atividades de Steve Whittamore — e fui gentilmente convidado a ir me catar. Liguei várias vezes para Greg Miskiw, exortando-o a sair da casa apodrecida antes que o teto desmoronasse sobre sua cabeça, mas ele apenas respirava pesadamente sem dizer nada. Tentei identificar o misterioso “Ryan” ou “Ryall”, que, dizia-se, aparecia em uma fita gravada de Mulcaire explicando como invadir o telefone de Gordon Taylor, mas também isso não deu resultado.

Por meio de um velho amigo que trabalhou em áreas mais sombrias da imprensa, fiz contato com um detetive particular muito interessante. Ele havia infringido a lei para jornais, porém parecia ter consciência do que era certo — trabalhara apenas em reportagens que revelariam delitos reais. Tinha opinião nada elogiosa a respeito de detetives irresponsáveis que faziam qualquer coisa por dinheiro. Mencionou alguns deles e contou suas histórias. Deu-me também uma chocante informação: havia no *News of the World* uma segunda pessoa que fazia escutas ilegais; não era um detetive, mas um jornalista, autor de reportagens especiais, Dan Evans, especializado em ouvir recados deixados em caixas de mensagens. Verifiquei que ele ainda trabalhava no jornal — e, portanto, provavelmente ainda realizava escutas ilegais — quando a News International, a polícia e a PCC declararam que tudo isso tinha cessado com a prisão de Clive Goodman. Eu só poderia publicar a descoberta se tivesse provas materiais sólidas.

E, enquanto eu claudicava, o inimigo seguia reforçando suas posições. A Comissão Especial de Mídia era enrolada por protelações da nova CEO da News International, Rebekah

Brooks. Ela recusara polidamente os convites para depor: alguns dos membros da comissão queriam obrigá-la a comparecer, enquanto outros, dando sinais de nervosismo, não tinham certeza se gostariam de comprar briga com a nova comandante de Murdoch no Reino Unido. A disputa se arrastava e atrasava o relatório que a comissão deveria apresentar.

A atitude de encobrimento da PCC tinha sido reforçada por um movimento bizarro perpetrado por sua nova presidente, lady Buscombe, do Partido Conservador, que, em discurso à Sociedade dos Editores, sugeriu que Mark Lewis enganara o parlamento. Em seu depoimento à Comissão Especial de Mídia, Lewis afirmara que, durante o caso Gordon Taylor, havia conversado com um dos policiais da Operação Cariátide, Mark Maberly, que lhe revelara que poderia haver até seis mil vítimas de escutas, seja em seus próprios números de telefone ou em caixas de mensagens de telefones para os quais tinham ligado. Contudo, a Scotland Yard afirmara à PCC que Maberly nunca disse isso. Em vez de tratar a informação como algo que podia ou não ser verdade, lady Buscombe não procurou checar e limitou-se a anunciar a negativa da Scotland Yard em seu discurso, classificando-a como “nova prova” — o que indicava que ela própria não estava agindo como juíza dos fatos de todo independente. Ela também havia requentado a afirmação da polícia de que houve apenas meia dúzia de vítimas e fez questão de repassar essa versão para a Comissão Especial de Mídia: “Qualquer sugestão de que um inquérito parlamentar foi induzido ao erro é, evidentemente, uma questão de extrema gravidade.” Editores leais publicaram a afirmação como se fosse verdade absoluta. Mark Lewis processou-a por difamação.

Na mesma semana, um tribunal do trabalho de Londres fixou em cerca de 800 mil libras a indenização a ser paga a

Matt Driscoll, que fora forçado a deixar o emprego como repórter esportivo do *News of the World* depois de sofrer por longo tempo “constrangimentos e intimidações sistemáticas” comandadas pelo então editor-chefe Andy Coulson — acreditava-se ser a maior indenização da história contra uma empresa de mídia. O tribunal considerou várias das testemunhas do jornal insatisfatórias, evasivas e desonestas. O *The Guardian* publicou uma matéria sobre o assunto. O caso tinha relevância especial porque Coulson a essa altura estava cotado para assumir um importante posto no governo dentro de seis meses. Nenhum outro jornal nacional publicou sequer uma linha sobre a condenação.

Apesar de todos os nossos sinais exteriores de fraqueza, nunca duvidamos a sério de que conseguiríamos romper as barreiras e expor os fatos. Em parte isso se deve à escala gigantesca do que vinha sendo acobertado. Se os jornais tivessem revelado rotineiramente os crimes perpetrados em suas redações, se a PCC tivesse agido de fato como regulador, se a polícia e a ICO tivessem um histórico de fazer poderosas empresas de comunicação cumprirem a lei, se a News Corp tivesse algum apreço por condutas honestas, a verdade teria sido exposta por meio de reportagens e escândalos ao longo dos anos. Mas a realidade fria era que, ao contrário, havia no castelo de Murdoch algo parecido com uma fossa repleta de segredos enterrados por décadas, tão profunda e fedorenta que, assim que começasse a cavar, você não teria dúvidas da sujeira que lá jazia.

Havia outro fator que nos dava a certeza da vitória: o incrível grupo de gente excêntrica que decidiu cavar junto conosco. Era uma legião de estranhos, a maioria dos quais nunca se vira antes. Mesmo assim, não obstante o fato de que tivessem uma tendência natural à belicosidade e fossem bem difíceis de trato, todos se uniram com extraordinária facilidade. A explicação para isso é: rebeldes não gostam de brutalhões

truculentos. Nesse sentido, Rupert Murdoch era um prato cheio para eles. É impossível tornar-se um senhor do universo a menos que você esteja disposto a ferir pessoas ao longo do caminho; um homem como Murdoch acumula muito mais dinheiro e poder do que seria correto, mas também uma carga grande de inimigos e vítimas. Indignação e raiva com relação à sua história ajudaram a cimentar essa aliança e continuaram a atrair cada vez mais apoios — alguns secretos, outros públicos — de jornalistas, detetives particulares, policiais e outros.

A luta recebeu a adesão de uma nova advogada, Tamsin Allen, do Bindmans, um escritório de advocacia com fortes laços históricos com o Partido Trabalhista e um interesse especial por questões relativas a direitos humanos. Ao telefone, Tamsin soa como se fosse a advogada da rainha, possivelmente até como a própria rainha, afiada como um diamante, intimidadora e refinada. Frente a frente, ela é muito tranquila e despojada, uma mulher que gosta de frequentar festivais de rock e deles sair com as botas enlameadas. Ela se envolveu porque dois de seus clientes tinham fortes suspeitas de terem sido grampeados: Brian Paddick, o ex-subcomissário-adjunto da Polícia Metropolitana que conversara comigo sobre a influência de Dick Fedorcio nas políticas da corporação, e Chris Bryant, secretário de Estado para Assuntos Europeus do governo Gordon Brown. Ambos tinham sido atormentados pelos tabloides por serem gays.

Tamsin Allen escreveu para a Scotland Yard em nome de Paddick e Bryant para verificar se os agentes de John Yates admitiriam que tinham alguma prova de que os dois haviam sido vítimas, de forma que então poderiam processar o *News of the World* por violação de privacidade. Ela propôs ainda uma segunda linha de ataque: ela entraria com um pedido de revisão judicial da conduta da Scotland Yard no inquérito original de 2006. Como nos processos envolvendo

privacidade, isso obrigaria a polícia a tornar públicas as provas. Entretanto, diferentemente dos processos envolvendo privacidade, essa nova ação não poderia ser encerrada por algum tipo de acordo financeiro do *News of the World* com os proponentes. Se o tribunal considerasse que a Scotland Yard tinha sido negligente no cumprimento de sua função pública, a única maneira de encerrar o processo seria a polícia prontificar-se a consertar o erro, provavelmente abrindo uma nova investigação.

Uma coisa era certa: nossa vitória obrigatoriamente passaria pelos tribunais. Os advogados convocariam o poder dos juízes. Mark Lewis e Mark Thomson estavam preparando ações. Charlotte Harris se armava para ir para o fronte ao lado de Max Clifford. No entanto, tudo caminhava muito devagar! Era como esperar que a artilharia pesada fosse penosamente arrastada na lama até chegar a nós, acampados em torno do castelo de Murdoch assistindo a ele e à sua corte festejarem e se regalarem lá dentro.

* * *

Era inverno. Eu trabalhava sozinho em meu escritório e, quando sentia que precisava tomar ar fresco, pegava emprestado o cavalo de um amigo e saía para cavalgar só pelas colinas próximas à minha cidade natal, pensando no castelo de Murdoch e às vezes tirando o celular do bolso para ligar para minha secretária eletrônica com o objetivo de deixar gravada alguma ideia mirabolante sobre como furar a muralha de Murdoch.

Adquiri o costume de entrar no site da Comissão Especial de Mídia, no qual de vez em quando eram postadas novas provas documentais. Certo dia me deparei com um memorando interessante que havia sido apresentado pela polícia. Nele aparecia pela primeira vez a afirmação de que a

Operação Cariátide havia alertado as vítimas classificadas em quatro categorias de “segurança nacional” e pedido às companhias telefônicas que alertassem as demais. Isso era novidade para mim e frustrantemente limitado. Não era apenas mais uma indicação de que eles sabiam que havia muito mais vítimas do que o admitido a princípio. Outras questões estavam sendo postas. Mulcaire havia mesmo colocado em risco a segurança nacional? Quem eram essas pessoas? Por que diabos a polícia nunca falou nisso antes? E, de qualquer forma, estavam falando a verdade?

Em busca de mais detalhes, decidi recrutar um novo aliado: a Scotland Yard. Parecia ser uma boa tática. Eles sem dúvida concordariam que, se a verdade viesse à tona, a Polícia Metropolitana ficaria mal perante a opinião pública se continuasse agindo como se estivesse de conluio com a News International. Eles não tinham motivos para defender os erros e furos do inquérito original — tudo tinha sido trabalho de Andy Hayman, que havia deixado a corporação com a imagem bem arranhada, acusado de assediar suas colegas e mexer também no dinheiro da corporação para fins pessoais. Eu com certeza conseguiria convencer a Scotland Yard a falar comigo em off, a me passar uma parte da verdade na qual estava sentada, o que me ajudaria a fazer minha reportagem e também ajudaria a si mesma a impedir que o caso continuasse a se arrastar e, em última instância, a arrastar a corporação para baixo.

Em uma tarde de novembro, cavalgando nas colinas, liguei para Dick Fedorcio, que achou a minha proposta uma boa ideia. Depois de semanas de espera, ficou acertado que eu conversaria com um oficial de alta patente sem o identificar, referindo-me a ele apenas como uma fonte anônima na polícia. (Muito mais tarde, esse oficial revelou publicamente que teve essa reunião comigo, de forma que posso agora dizer que era o subcomissário John Yates.) Minha brilhante

ideia revelou-se um grande fracasso. Assim que me sentei à sua frente em seu gabinete, Yates me disse que não tinha certeza se conseguiria me ajudar. Comecei oferecendo a ele a oportunidade de me passar dados que resultariam em uma reportagem favorável à imagem da Scotland Yard; bastaria ele confirmar que, para poder alertar todas as possíveis vítimas, a polícia havia montado um novo banco de dados contendo todas as provas que haviam sido recolhidas em 2006.

Ele deu de ombros, as sobrancelhas saltaram para cima, fingindo incredulidade: “Será que montamos mesmo?”

Respondi que sabia que sim, que eu tinha muitos pormenores passados por advogados que estiveram em contato com a Scotland Yard. Relutante, ele admitiu que era verdade. Mas isso era um mau sinal.

Ele prosseguiu e afirmou que as matérias do *The Guardian* eram “só coisas velhas”, que havia uma visão de que o *The Guardian* estava apenas de vingança contra o *News of the World* enquanto todos os demais só queriam virar a página e seguir adiante, que nós alegávamos ter novas provas quando na verdade não tínhamos nenhuma e que, em nosso depoimento à Comissão Especial de Mídia, ele havia decodificado os movimentos dos olhos dos parlamentares e concluído que eu instruíra e passara informações previamente a todos os membros da comissão, exceto um deles. Estranho.

Andamos em círculos sobre a questão do número de vítimas que haviam sido alertadas. Eu queria saber quantas pessoas tinham sido abordadas como possíveis testemunhas em 2006, quantas tinham sido abordadas nas quatro categorias de “segurança nacional”, quantas mais tinham sido alertadas nos últimos meses. Ele afirmou que não se podia confiar que o *The Guardian* faria uma reportagem correta e, por isso, não me daria os números. Por um instante, pensei em subir o tom, mas preferi continuar negociando. Ele corrigiu um pouco sua postura e prometeu pensar um pouco sobre o

assunto, porém garantiu que não havia milhares de vítimas. O número total de nomes identificados na papelada de Mulcaire estava mais próximo de seiscentos — e eram apenas nomes. O número total de vítimas era muito menor.

A reunião acabou mal. Ele disse que não estava autorizado a me revelar o que eu queria saber. Respondi que obtinha declarações em off de agentes da Scotland Yard fazia muito tempo, desde bem antes de ele entrar para a polícia, e em muitas ocasiões as informações que recebia eram muito mais sensíveis que as por ele negadas. Ele disse que nunca tinha brigado com um jornalista. Respondi que sempre existia uma primeira vez, que a dele tinha chegado e que lamentava termos desperdiçado o tempo um do outro.

Fim dessa reunião, fim dessa tática. Quaisquer dúvidas ainda remanescentes sobre as intenções da Scotland Yard se dissiparam algumas semanas mais tarde, na visita do próprio comissário de polícia, Sir Paul Stephenson, acompanhado por Dick Fedorcio, a Alan Rusbridger. Sir Paul explicou que minha cobertura do caso das escutas ilegais era exagerada e incorreta. É claro que ele esperava que o editor-chefe me mandasse parar de fuxicar. Rusbridger o ignorou, e por isso merece todos os elogios.

Como a Scotland Yard estava determinada a dificultar as coisas, decidi recorrer ao Freedom of Information Act [Lei do Acesso a Informações] para tentar forçá-los a abrir pelo menos parte dos documentos que tinham em mãos. Optei por começar com um pedido simples e inofensivo: que eu pudesse examinar o banco de dados montado com as provas colhidas em agosto de 2006 e que me passassem cinco números — quantos nomes, números de celulares, códigos PIN, gravações e transcrições de mensagens de voz estavam arquivados naquele banco de dados?

Como sempre, a resposta deles não ajudou em nada. Eu tinha protocolado minha solicitação em 1º de dezembro de

2009 e eles, por lei, deveriam responder em vinte dias úteis. Isso significava que, tirando fins de semana e o Natal, eu teria de receber algo até 31 de dezembro. Sem chance. Não me chegou nada até essa data, nem mesmo uma nota avisando que haveria um atraso. Liguei, mandei e-mails, tornei a ligar, alertei que estavam violando a lei, entrei com uma reclamação formal. Enfim, quatro semanas depois do limite determinado pela lei, me enviaram, em 28 de janeiro de 2010, apenas dois dos cinco números que eu havia solicitado.

A polícia admitiu que nos documentos apreendidos havia 91 códigos PIN. Era uma informação relevante. Como Mulcaire era especialista em invadir caixas de mensagens de voz, era de se supor que ele tinha pelo menos 91 vítimas — afinal, que outro motivo teria ele para obter seus códigos PIN? No entanto, como sabíamos que a maioria das pessoas não alterava o código de seus telefones que vinha programado de fábrica, ele provavelmente tinha um número muito maior de vítimas. Com certeza muito mais do que um “punhado”.

Recebi ainda outra resposta da polícia à minha solicitação: o único exemplo de mensagem de voz transcrita existente no material apreendido era o e-mail para Neville Thurlbeck, que já era de conhecimento público. Eu não sabia se devia ou não acreditar. Contudo, se fosse verdade, ficava ainda mais estridente outra pergunta: por que a polícia não mostrou esse documento valioso e singular para o Ministério Público da Coroa em 2006?

Protocoliei um recurso solicitando as outras três informações que faltavam da minha petição original. Em paralelo, tentei ir mais fundo na alegação da polícia, em seu depoimento escrito à Comissão Especial de Mídia, de que havia pedido às companhias telefônicas que localizassem outras vítimas de Mulcaire e Goodman e tomassem as medidas cabíveis. Abordei então as quatro maiores empresas de telefonia celular.

Uma delas, a T-Mobile, informou que a polícia nunca os procurara, o que indicava que o depoimento da polícia à comissão não era de todo confiável. As outras três empresas se recusaram a ajudar. Reagi enviando às três um e-mail ameaçador insinuando que escreveria uma matéria sobre sua recusa em revelar quantos de seus clientes tinham sido vítimas e quantos tinham sido avisados: “O fato de vocês preferirem manter em segredo esses dados dá a entender que a empresa deixou de contatar e avisar uma parcela relevante de pessoas cujas caixas de mensagens eram alvos potenciais ou foram de fato acessadas.”

Uma das companhias logo se mexeu: a O2 informou que havia identificado “cerca de quarenta” vítimas e alertara todas. Com essa informação em punho, tornei a contatar as outras duas empresas e avisei que a O2 estava cooperando, portanto, se elas continuassem a manter em sigilo seus dados, cada vez mais pareceria que tinham algo a esconder. A Vodafone respondeu que tinha descoberto uma quantidade de vítimas “mais ou menos similar” à da O2 e que havia avisado todas “de maneira adequada”, seja lá o que isso quer dizer. A Orange enfim respondeu que identificara 45 vítimas, mas não alertara nenhuma delas porque a polícia nunca pediu que o fizesse. Um total de cerca de 120 vítimas, a maioria das quais evidentemente nunca fora alertada, contradizendo a declaração da Scotland Yard à Comissão Especial de Mídia.

Eram números significativos, porque a verdadeira escala provavelmente era bem maior. Essas eram somente as vítimas cujas caixas de mensagens de voz tinham sido invadidas a partir de telefones usados apenas por Mulcaire e Goodman; não incluíam as interceptações feitas por outros jornalistas. Sendo que as companhias telefônicas mantêm registros de ligações apenas por doze meses e que, segundo jornalistas que trabalharam no *News of the World*, Mulcaire e

vários repórteres vinham fazendo escutas ilegais havia pelo menos cinco anos.

Em 2 de fevereiro de 2010, o *The Guardian* publicou uma matéria de primeira página revelando que 120 outras vítimas tinham sido identificadas pelas companhias de telefonia e 91 códigos PIN tinham sido obtidos por Glenn Mulcaire e que tudo isso nunca fora revelado pela Scotland Yard. Escrevi que isso contradizia a ideia de “um punhado de vítimas” da versão original dos fatos apresentada pelo *News of the World* e pela polícia. A reportagem também salientava que essa era mais uma prova de que a Scotland Yard não cumprira o compromisso assumido com o procurador-chefe de avisar todas as “possíveis vítimas”. Ao que parecia, a Scotland Yard também enganara a Comissão Especial de Mídia ao apresentar um documento em que afirmava que “relativamente a qualquer outra pessoa que possa ter sido afetada” foi feito um acordo com as operadoras de telefonia mediante o qual estas verificariam os registros de seus clientes e tomariam as medidas cabíveis.

A Scotland Yard não gostou. A reportagem deixou Yates em maus lençóis perante a Comissão Especial de Mídia, cujo presidente, John Whittingdale, quis saber por que diabos Yates não lhes contara nada sobre os 91 códigos PIN em seu depoimento de setembro. O comissário explicou que em setembro ainda não sabiam da existência dos códigos PIN, confirmando, sem querer, que a Scotland Yard levava mais de três anos para analisar documentos que apreendera em agosto de 2006.

O diretor de comunicação da polícia, Dick Fedorcio, escreveu para Alan Rusbridger reclamando que minha matéria “mais uma vez apresenta uma posição errada do nosso ponto de vista e continua a sugerir que o caso não foi conduzido como deveria e que somos cúmplices em um complô”. Em seguida, em 19 de fevereiro de 2010, voltou a visitar

Rusbridger, dessa vez acompanhado por John Yates. Tive acesso a um relato detalhado dessa reunião.

Yates disse a Rusbridger que estava perplexo por não conseguir ser entendido. Depois desembestou a declamar os artigos do Ripa, os quais, eu estava seguro, eles interpretavam de maneira equivocada. “Consegui me desentender levemente com o Nick”, acrescentou. “É a primeira vez que brigo com um jornalista. Nick acha que estou sendo pedante.” Não é essa a palavra que eu teria usado. “Mas é a lei”, continuou o comissário. “É o Ripa.” Depois foi adiante e argumentou que, sob essa perspectiva, era correto dizer que houve “apenas um punhado” de vítimas. Contudo, quando Rusbridger o pressionou a explicar o que exatamente ele queria dizer, Yates admitiu que, se deixássemos de lado a discordância sobre as possíveis interpretações do Ripa, a realidade crua era que houve, por parte de Goodman e Mulcaire, uma “tentativa massiva de invadir sistematicamente as caixas de mensagens de voz das pessoas”, bem como “evidentes violações sistemáticas de privacidade” e um “processo sistemático de interceptações”. Yates finalizou: “Era algo muito sujo. E muito desagradável.” Finalmente! Ele estava confirmando a escala das invasões e escutas. No entanto, nunca fizera nada para dizer algo similar à imprensa, ao público ou ao parlamento.

Ele afirmou também que a maioria das 91 pessoas cujos códigos PIN tinham sido apreendidos com Mulcaire havia sido contatada pelas operadoras de telefonia, ou seja, elas estavam entre as 120 vítimas identificadas pelas empresas. Era uma afirmação surpreendente, já que o departamento jurídico da Scotland Yard vinha informando Mark Lewis por escrito que a polícia não sabia nem quantas pessoas haviam sido contatadas pelas operadoras de telefonia e muito menos suas identidades.

Ele admitiu que teria sido melhor se Andy Hayman não tivesse ido trabalhar para o *News of the World*. “Infelizmente não temos como controlar o que ele faz ou deixa de fazer. É de mau gosto? Algumas pessoas acham que provavelmente é.” Por outro lado, tentou argumentar que o inquérito original tinha sido conduzido com muita seriedade e empregado “recursos significativos” e “investigadores muito experientes”. Entretanto, tinham deixado de analisar provas, deixado de convencer o *News of the World* a entregar documentos internos, de interrogar outros possíveis suspeitos e de informar as possíveis vítimas apesar de terem se comprometido com os promotores a fazê-lo.

Se eu ainda tinha alguma dúvida sobre se John Yates era uma fonte confiável para meu editor-chefe, ela desapareceu quando o assunto passou a ser o ex-vice-primeiro-ministro John Prescott. Em nossa matéria original sobre Gordon Taylor, afirmáramos que Prescott era um dos alvos de Mulcaire. Eu agora sabia, pelo filho de John Prescott, David, que em dezembro de 2009, depois de cinco meses de aborrecedora insistência, Prescott tinha enfim arrancado da Scotland Yard a confirmação de que ele de fato aparecia como alvo no material apreendido com Mulcaire, especificamente em duas faturas emitidas na primavera de 2006 — como havíamos afirmado em nossa matéria. David me pediu para não publicar a informação antes que os advogados de seu pai decidissem o que fariam com ela. E naquele momento, dois meses depois, John Yates, calmo e impassível, dizia a Alan Rusbridger que não havia nenhuma prova sugerindo que Prescott tinha sido um dos alvos. Suas palavras exatas foram: “Ele não aparece em nenhum dos materiais apreendidos com Goodman e com Mulcaire. Não há nenhuma menção a John Prescott.”

Rusbridger ignorou tudo o que Yates lhe disse.

Houve ainda outra reunião importante naquela semana de fevereiro de 2010. Era tarde da noite quando recebi uma ligação de Rusbridger, que começou dizendo que às vezes se sentia como se estivesse em um romance de Stieg Larsson cheio de tramas e maquinações. Com pouca antecedência ele tinha sido convocado para se reunir com um membro do alto escalão do governo trabalhista e se vira confrontado por um ministro brandindo um exemplar do *The Guardian*, apontando nervosamente para minha reportagem sobre os 91 códigos PIN e as 120 vítimas identificadas pelas companhias de telefonia, insistindo (como se Rusbridger ainda não soubesse) que aquilo era muito importante, que Murdoch estava empenhado em destruir os governos de Barack Obama nos Estados Unidos e de Kevin Rudd na Austrália e, finalmente, que talvez essa reportagem sozinha fosse capaz de impedi-lo de fazer o mesmo contra o governo de Gordon Brown. Essa fonte insinuou que era possível que dados bancários e registros telefônicos do próprio primeiro-ministro tivessem sido invadidos por jornalistas de Murdoch. Despediu-se alertando o editor-chefe para tomar cuidado. Tudo muito Stieg Larsson.

O ministro se oferecera para ajudar. Sugeri a Rusbridger que o político indicasse um intermediário, um funcionário de confiança com quem eu me encontraria e que se tornaria um ponto de contato, na expectativa de que eu lhes passaria informações úteis e em contrapartida (muito mais importante para um repórter egoísta) eles conseguiriam arrancar para mim informações da polícia ou mesmo do Serviço Secreto, o MI5. Isso aconteceu muito rápido.

Em menos de 48 horas, eu estava sentado no café do hotel Thistle, ao lado da estação Victoria, com o intermediário, um sujeito muito inteligente e simpático que eu e Rusbridger passamos a chamar de Emissário. Nosso encontro foi muito discreto — diria secreto até —, não porque estivéssemos fazendo algo errado, mas porque, se a News International

soubesse que o *The Guardian* estava articulando com um ministro, mesmo que de forma indireta, alardearia o fato fazendo parecer que éramos cúmplices em um complô político. Em outras palavras, seria como colar um alvo nas costas. Durante duas horas dei ao Emissário uma aula sobre os crimes na News International. Nesse intervalo, seu telefone tocou duas ou três vezes: era o ministro com quem trabalhava querendo saber como estavam as coisas. “Ele está muito animado com esse nosso encontro”, explicou-me o Emissário.

Entreguei a ele uma lista de perguntas cujas respostas ele tentaria obter junto aos seus contatos no governo.

Estávamos ficando mais fortes.

* * *

Em paralelo a tudo isso, eu tinha decidido escrever um panfleto para ser publicado como aquecimento da cobertura das eleições gerais, que, nas previsões de muitos, seriam realizadas em maio de 2010. Seu título seria *Hack Attack* [ataque hacker] e nele seriam listadas todas as provas de que Andy Coulson com certeza sabia que seus jornalistas infringiam a lei, ou seja, que o homem cotado para ser um assessor próximo do futuro primeiro-ministro provavelmente mentira para o parlamento em seu depoimento à Comissão Especial de Mídia no mês de julho.

Com a ajuda de um pesquisador, eu tinha material de mais jornalistas que trabalharam para o *News of the World*; individualmente, todos tinham a mesma opinião: ainda que as escutas e invasões fossem um segredo para as pessoas de fora do jornal, na redação muita gente sabia, inclusive Andy Coulson.

Fiquei conhecendo bem alguns desses jornalistas, apesar da desconfiança mútua inicial. Soube pelo *The Guardian* que Paul McMullan, jornalista que trabalhara para o *News of the*

World, tinha escrito um livro que talvez revelasse provas de atividades ilegais e estaria interessado em divulgá-lo no jornal. Liguei para ele e me deparei com um modelo de ressentimento e rbugice. Ele insinuou que eu estava gravando a conversa. Pela lei, eu até poderia fazê-lo, mas não estava. Ele disse que era errado o *The Guardian* ir atrás de jornalistas. Jornalistas são heróis, afirmou ele. Privacidade servia às pessoas más, era uma forma de esconder sua maldade. Isso foi tudo. Ele não tinha concluído o livro, não sabia o que contaria e ponto. Fim de papo. Mau humor à parte, McMullan era uma figura interessante: se ele realmente tinha aquela opinião sobre privacidade, seria de se esperar que acreditasse não haver motivo para esconder o que se passava no jornal. Por isso, continuei na sua cola.

Ao longo das semanas, tivemos novas conversas por telefone, cada uma mais longa e mais relaxada que a anterior. Por fim, nos encontramos e passamos uma tarde em Brighton, onde ele se abriu, sob a condição estrita de que tudo fosse em off. McMullan trabalhara sete anos no jornal, a partir de 1994, quando o editor-chefe era Piers Morgan, passando pelo editor-chefe seguinte, Phil Hall, até outubro de 2001, quando Rebekah Brooks era a editora-chefe e Andy Coulson, seu adjunto. Foi bastante franco ao revelar que foram anos nadando em um rio de álcool e cocaína até dar entrada na clínica de reabilitação Priory, que só fez reforçar suas convicções fundamentalistas sobre a imprensa. “Aprendi na Priory que você deve confessar tudo e que privacidade não serve pra nada. Adolf Hitler quer privacidade. Jesus, não.”

Seu entusiasmo com os truques obscuros era quase evangélico. Ele subira de repórter a editor-assistente de reportagens especiais na gestão de Brooks e, nesse posto, trabalhou regularmente com Steve Whittamore e outros detetives particulares: “Devo ter autorizado centenas de operações tecnicamente ilegais. Acredito que são para um

bem maior.” Como exemplo, citou o caso de uma atriz cujo prontuário médico acessou para poder expor o fato de que ela tinha feito um aborto.

Disse ainda que Coulson sabia de tudo. Como editor-chefe-adjunto, uma das funções de Coulson tinha sido montar uma nova unidade de investigações cujas peças centrais eram McMullan e Mazher Mahmood, que se especializou em se vestir como um “falso xeique” e em induzir as pessoas a lhe fazer revelações embaraçosas que ele gravava escondido. “Como pode o Coulson dizer que não sabia o que estava acontecendo com os detetives particulares? Ele era o cérebro por trás do departamento de investigações, essa era sua função principal. Como ele pode dizer que não tinha ideia do funcionamento da operação?”

Tudo isso era muito forte, mas ele se recusava a dizer qualquer coisa que não em off. Eu até poderia atribuir as informações a uma fonte anônima: seria interessante, porém não teria impacto. Eu precisava de provas que ninguém pudesse contestar. Foi por isso que passei muito tempo com uma antiga repórter do *News of the World* que eu tinha localizado. Vou chamá-la de York. Ela sabia muito sobre Glenn Mulcaire.

Ela explicou que, embora Mulcaire não fosse um grande segredo na redação e até participasse das festas de fim de ano da empresa, apenas um número limitado de pessoas tinha autorização para encomendar seus serviços. Segundo ela, eram Greg Miskiw, Neville Thurlbeck, Jimmy Weatherup e Ian Edmondson. Eu na época já conhecia o *News of the World* o suficiente para identificar um padrão: os quatro tinham sido editores de noticiário. Se isso fosse verdade, significava que Mulcaire operava no coração das atividades do jornal: era parte do trabalho do editor de noticiário dar-lhe instruções sobre o que fazer.

York também esclareceu algo que fora dito por Mango, a fonte anônima que ligara para o *The Guardian* depois da reportagem sobre Gordon Taylor. Ele tinha dito que na rede de escutas e grampos de Greg Miskiw havia um detetive particular chamado “Boyle”, encarregado de molhar a mão de policiais. O nome é quase esse: o correto é “Boyall”. Eu sabia que John Boyall tinha integrado a rede de Steve Whittamore e acabara ao seu lado no banco dos réus, mas York explicou que ele era outro detetive particular que prestara serviços diretamente para o *News of the World*: segundo ela, no final dos anos 1990, Boyall era o principal colaborador de Miskiw até cometer o erro de apresentar Miskiw a seu assistente, Glenn Mulcaire, que o substituiu como detetive número um do *News of the World*.

York parecia decidida a ajudar e aceitou falar com alguns dos suspeitos-chave — Greg Miskiw, Neville Thurlbeck, Ian Edmondson e outros — e gravar as conversas, na esperança de que exporiam alguma prova. Não deu certo. Ela levantou algumas informações úteis, mas caiu em uma frustrante rotina, reportando que havia, sim, conversado com pessoas-chave, mas sempre se desculpando por não ter conseguido que revelassem algo interessante.

Nessa época, descobri uma reportagem da seção de esportes do *News of the World* publicada em 18 de agosto de 2002 que remontava à carreira de Mulcaire como futebolista e descrevia a primeira partida disputada por um de seus times, o AFC Wimbledon: “Glenn Mulcaire, conhecido como Trigger no time, parecia ter sido cortado da estreia do clube na Primeira Divisão da Liga dos Municípios devido a uma costela quebrada. Entretanto, Trigger, que faz parte da nossa equipe de investigações especiais, foi escalado, não sem grande sacrifício, a apenas dez minutos do apito inicial.” Então o humilde repórter esportivo sabia sobre o trabalho de Mulcaire

para o jornal, mas o editor-chefe-adjunto na época, Andy Coulson, afirmava que nunca tinha ouvido falar dele.

Outro achado foi um interessante parágrafo em um livro não publicado escrito por um torcedor fanático do AFC Wimbledon (conhecido localmente como “os Dons”). Era uma espécie de diário. O registro do dia 4 de março de 2003, pouco depois de Coulson ter se tornado editor-chefe do jornal, fala da chegada de Mulcaire acompanhado da família para assistir a uma partida: “Ele estava voltando para matar saudades do mundo real, dos Dons, depois de beber e comer na noite anterior no Pont de la Tour na companhia, e na conta, de executivos de Murdoch, para planejar mais alguma picaretagem da News International. O nosso bom e velho Trigger não é um sujeito a quem você gostaria de dar o seu número de telefone. Basta uma ligação para ele descobrir com quem você falou nos últimos dois meses.” Então esse simples torcedor sabia das jogadas de Mulcaire com o time de Murdoch e ainda assim espera-se que acreditemos que Coulson não sabia de nada.

Era vergonhosa e descaradamente óbvio que Coulson deveria saber, mas, por mais frustrante que fosse, eu não tinha bala na agulha. Todos os sinais de responsabilidade apontavam em sua direção, porém não eram conclusivos. Como a lei britânica que trata de calúnia e difamação é inimiga implacável da verdade sem provas, cheguei à conclusão de que o panfleto que planejara provocaria apenas mais uma tempestade de mentiras de Coulson e da News International e não daria em nada. Acabei abandonando o projeto. Eu teria de encontrar provas que eles não pudessem refutar.

* * *

Eu já conhecia “Karl” havia quase quinze anos. Era um investigador sério e competente com quem travei contato pela primeira vez na cobertura do julgamento de um assassinato. Ele era o sonho de consumo de qualquer repórter: forte, seguro de si e abençoado com uma dramática falta de respeito por pessoas cuja conduta ele desaprovava — alguns de seus chefes estavam entre elas. Quando acreditava que era necessário que o público fosse informado de alguma coisa, ele abria a boca e contava para um repórter de confiança, mesmo que isso significasse violar normas oficiais (razão pela qual não estou usando seu nome verdadeiro). A onda de azar de Murdoch estava alta; caía agora no meu colo um Karl em plenas condições de ajudar no desvendamento do escândalo das escutas e grampos.

Combinamos de nos encontrar em um ponto de ônibus às margens do Tâmbisa. Ele tinha muito a dizer sobre Jonathan Rees, da Southern Investigations. Naquele momento, simplesmente porque não achava correto um bandido usar policiais corruptos para invadir a privacidade das pessoas em nome de um tabloide, ele estava determinado a me ajudar a descobrir mais.

Com a orientação de Karl, consegui acumular um conjunto de provas detalhadas sobre o trabalho que Rees e seu sócio, Sid Fillery, vinham fazendo para jornalistas, sobretudo para Alex Marunchak, do *News of the World*. Ainda mais importante, obtive algo com altíssimo peso político: cópias de faturas emitidas contra a News International que mostravam que, apesar de Rees ter sido condenado e preso pelo conluio gravíssimo e cruel para tirar a guarda de uma criança da mãe, forjando contra ela um flagrante de posse de cocaína, o *News of the World* de Andy Coulson voltara a contratar seus serviços quando saiu da prisão. Também descobri que Rees estivera envolvido no episódio de roubo das mensagens de e-mail de um de seus alvos.

Sem dúvida, tudo isso fortaleceria a reportagem sobre Coulson. Eu me preparei para escrever. Nesse meio-tempo, reforços começavam a chegar da Câmara dos Comuns.

* * *

Em 24 de fevereiro de 2010, com grande atraso, a Comissão Especial de Mídia publicou seu relatório, atacando com unanimidade personagens-chave. Criticou a PCC por aceitar sem questionamento a versão dos fatos apresentada pela News International e qualificou suas conclusões sobre o caso de “simplistas e surpreendentes”. Criticou também a Polícia Metropolitana por sua omissão ao nem sequer tentar interrogar alguém a respeito do e-mail para Neville Thurlbeck. “Na nossa opinião, foi uma decisão errada. O e-mail era forte indicação de que havia outras violações da lei bem como de que outras pessoas estavam envolvidas. Esses aspectos clamavam por uma investigação policial completa e nos parecem óbvias quais são as primeiras medidas que deveriam ter sido tomadas. As razões da Polícia Metropolitana para não as adotar nos parecem inadequadas.”

As palavras mais duras foram dirigidas à News International. Segundo o relatório, não restava dúvida de que “um número significativo de pessoas” teve sua privacidade violada. A Comissão Especial de Mídia reconheceu não ter provas de que Andy Coulson estava envolvido, mas afirmou ser “inconcebível” que Clive Goodman fosse a única pessoa a ter conhecimento do que se passava. “Indiscutivelmente havia na época uma cultura na redação do *News of the World* e de outros jornais que, na melhor das hipóteses, fechava os olhos para atividades ilegais, como escutas telefônicas e roubo de dados confidenciais, e, na pior, era ativamente conivente com elas. Condenamos isso sem reservas e acreditamos que os

prejuízos para o setor da imprensa escrita como um todo são substanciais.”

A investigação interna do *News of the World* tinha sido tudo menos “completa” e “rigorosa”, como alegado por seus executivos. Ela mantivera em sigilo o acordo feito com Gordon Taylor “a fim de não gerar mais publicidade negativa” e errara ao não notificá-lo à PCC. A comissão queixou-se ainda da “amnésia coletiva” das testemunhas da News International: “Ao longo de todo o processo, várias vezes nos deparamos com sua má vontade de fornecer as informações detalhadas que buscávamos, com suas alegações de desconhecimento, com sua incapacidade de se lembrar e com sua determinação em confundir. Condenamos nos termos mais veementes esse comportamento, que apenas reforça a impressão de muitos de que a imprensa costuma se considerar inimputável e de que a News International em particular empenhou-se em acobertar a verdade sobre os fatos.”

A comissão foi taxativa ao afirmar sua crença de estar diante de um conluio orquestrado para acobertar os crimes, para o qual o *News of the World* teve ajuda relevante: “Preocupa-nos a plena disposição de todos os envolvidos — News International, polícia e PCC — de deixar o sr. Goodman como um solitário bode expiatório sem nem ao menos realizar uma investigação completa na época.”

Eram palavras fortes. Não se poderia esperar algo muito mais contundente do que isso de uma comissão especial do parlamento. No entanto, elas não tiveram impacto. Não se ouviram súbitas exclamações de indignação dos parlamentares ou do governo, nem mesmo um grunhido de irritação pelo fato de essa poderosa corporação conseguir cometer um crime com a certeza de que as autoridades nada fariam a respeito e depois aparecer diante de uma comissão especial para uma demonstração teatral de “amnésia coletiva”.

A cobertura pelos jornais de Murdoch foi um exemplo descarado de mau jornalismo.

Na coletiva de imprensa, o correspondente político do *The Sun*, Tom Newton Dunn, mergulhou como um abutre no único ponto do relatório em que houve discordância entre os parlamentares. Tom Watson e outros companheiros trabalhistas haviam escrito um parágrafo sobre Matt Driscoll, ex-repórter de esportes do *News of the World* que recebera a indenização de 800 mil libras por ter sido vítima de assédio moral perpetrado por Andy Coulson. Parlamentares do Partido Conservador viram nisso uma manobra política destinada a desviar a atenção de matérias que jornais vinham publicando sobre assédio moral praticado contra funcionários na sede do governo pelo primeiro-ministro Gordon Brown. A comissão ficara dividida quanto a incluir ou não esse ponto. Graças a uma declaração dada pelo parlamentar conservador Philip Davies, o título da curta matéria sobre o relatório publicada na página 2 da edição do *The Sun* no dia seguinte era “Report Hijack” [relatório sequestrado]. Eis o texto integral:

Um relatório-chave da Comissão Especial de Mídia da Câmara dos Comuns sobre atividades da imprensa foi sequestrado para fins políticos por parlamentares trabalhistas, alega um dos membros da comissão. O objetivo declarado desta era analisar questões como liberdade de expressão, privacidade e a “indústria” dos processos por calúnia e difamação. Mas o parlamentares trabalhistas tentaram atribuir aos conservadores as acusações de assédio moral que envergonharam o governo.

A comissão também desperdiçou seis meses investigando um escândalo de escutas telefônicas pelo qual um jornalista do News of the World foi preso, porém não conseguiu levantar novas provas. O parlamentar

conservador Philip Davies declarou: “Tinha-se a sensação de que o relatório estava sendo usado indevidamente para fins políticos rasos e mesquinhos. O objetivo principal era defender a liberdade de expressão.” Parlamentares trabalhistas tinham a intenção de sujar as mãos do chefe das comunicações dos conservadores, Andy Coulson, ex-editor-chefe do News of the World. Contudo, o relatório não encontrou “provas” de que ele sabia das escutas ilegais.

Na página 8, o *The Sun* também publicou um editorial intitulado “Cheap, pathetic and worthless” [pobre, patético e inútil], explicando a seus leitores que aquele era mais um dia negro para o parlamento, porque a Comissão Especial de Mídia tinha abandonado a equanimidade e a independência e vergonhosamente desperdiçara sete meses analisando acusações infundadas do *The Guardian*. Como não tinha encontrado nenhuma nova prova que respaldasse o *The Guardian*, a comissão recorreu a “conhecidas táticas trabalhistas de intrigas e insinuações”, tentando atribuir ao Partido Conservador supostas acusações de assédio moral. “Como a própria comissão que o fez, seu relatório é inútil.”

O *The Times*, de Murdoch, realizou a proeza de dedicar no pé da página 15 o fantástico total de seis parágrafos sobre os comentários da comissão a respeito dos escândalos das escutas; neles, o jornal rebatia a opinião da comissão acerca da “amnésia coletiva” da News International e contra-atacava acusando alguns membros da comissão de “insinuações, inferências e exagero”.

Por fim, no domingo, o *News of the World* informou o seguinte a seus leitores: “Seu direito de saber a verdade está sendo enlameado por parlamentares tendenciosos. Mas uma imprensa livre é um bem precioso demais para se perder.” Depois de acusar a comissão de descer às “profundezas da

parcialidade, do rancor e do ódio”, o jornal afirmou: “Não serão os parlamentares nem os pigmeus do *The Guardian*, atolados em problemas de circulação e advogando em causa própria, quem nos dará aulas de boa conduta.” Que bom que não havia rancor nem ódio ali.

Rusbridger procurou o líder do Partido Liberal-Democrata, Nick Clegg, e enviou-lhe um resumo detalhado do caso até aquele momento, sugerindo que seu partido pedisse um inquérito público. Não toparam. Procurei um funcionário graduado da ICO e perguntei se considerariam a possibilidade de fazer uma nova investigação. Mais uma resposta negativa.

* * *

Mesmo assim, ainda tínhamos munição. Eu estava pronto para publicar o que descobrira sobre as atividades de Jonathan Rees para o *News of the World*.

Eu já havia rascunhado uma nota para sair na primeira página do jornal, que seria acompanhada por uma reportagem longa no miolo, revelando que Rees havia sido recontratado pelo jornal de Coulson apesar de sua condenação. A matéria revelaria que três outros detetives particulares — Glenn Mulcaire, Steve Whittamore e John Boyall — também tinham trabalhado para o *News of the World* na gestão de Coulson, coletando informações por meios ilegais. Ainda assim, na versão de Coulson, ele nunca soube nada sobre eles.

A partir das pistas fornecidas por Mango, a matéria também destacava que, nessa época, o editor-assistente de Coulson, Greg Miskiw, tinha sido preso e interrogado sobre sua ligação com John Boyall e seu envolvimento nos pagamentos de propinas, mas Coulson alegava que não estava a par disso. Eu já estava cansado de ligar para Miskiw e ouvir sua respiração pesada enquanto tentava convencê-lo a falar comigo; decidi então simplesmente enviar-lhe um e-mail

avisando que escreveria na reportagem que ele havia sido interrogado pela polícia a menos que ele me dissesse algo em contrário. Ele não respondeu. Então tudo bem.

No entanto, havia um problema. Por causa do trabalho do superintendente-chefe Dave Cook, Rees então aguardava julgamento, junto com vários outros homens, pelo assassinato de Daniel Morgan em 1987. Poderíamos ser acusados de pressionar ou impedir o devido curso da Justiça se publicássemos material tão explosivo antes do julgamento. Decidimos publicar a reportagem, porém ocultamos a identidade de Rees atrás do pouco criativo nome “sr. A”. Enviei por e-mail um rascunho da matéria para Coulson, questionando-o sobre sua alegação de que desconhecia os fatos.

Lembrei-o da condenação em 2005 de Steve Whittamore, que vinha trabalhando para seu jornal: “Essa condenação foi noticiada pela imprensa de todo o país. Você soube disso na época e, em caso afirmativo, que medidas tomou para investigar o envolvimento dos seus jornalistas nessa atividade ilegal?”

Disse-lhe que sabia que Greg Miskiw tinha sido interrogado pela polícia no bojo das investigações em torno de John Boyall. “Você poderia dizer que medidas tomou para investigar e evitar a recorrência?”

Confrontei-o com a história, de conhecimento público, dos crimes cometidos por Jonathan Rees — não apenas sua condenação à prisão por forjar o flagrante de cocaína mas também aqueles envolvendo suas atividades para o *News of the World* detalhadas em matéria do *The Guardian* de setembro de 2002 — e perguntei: “Você estava ciente de que, apesar do acima exposto, Rees voltou a ser contratado pelo *News of the World*, depois de sair da cadeia, quando você era editor-chefe e utilizava dinheiro do seu orçamento editorial para pagar-lhe por mais serviços e que esses serviços

continuavam a empregar métodos ilegais?” Concluí o e-mail com as seguintes palavras:

Por fim, o foco dessa matéria é a dúvida que ainda paira sobre sua declaração à Comissão Especial de Mídia de que nunca teve qualquer envolvimento com qualquer forma de atividade ilegal em nenhum momento de sua carreira como jornalista; dúvida essa resultante da escala das atividades ilegais perpetradas por detetives particulares sob encomenda do News of the World durante sua gestão como editor-chefe-adjunto e depois editor-chefe. A pergunta central é se é plausível que você não tivesse conhecimento das faturas sendo apresentadas, da considerável soma sendo paga, da considerável massa de informações que alimentava reportagens por você supervisionadas e de quantos dos seus jornalistas estavam diretamente envolvidos no uso dessas informações.

Ajudará muito se você puder me responder antes das quatro da tarde.

Muito obrigado.

Nick

A resposta veio curta e grossa: “Não tenho nada a acrescentar ao depoimento que dei à comissão especial.”

Em 25 de fevereiro de 2010, a primeira página do *The Guardian* trouxe a seguinte manchete: “Novas acusações contra Coulson: jornal contratou detetive particular condenado quando o atual chefe das comunicações dos conservadores ainda estava no comando.” A reportagem publicada no miolo tinha o título “O estranho caso do sr. A e do editor-chefe que nada sabia”. Rusbridger escreveu um editorial resumindo a recusa dos jornais de Murdoch e da maioria dos outros veículos da imprensa em noticiar as descobertas da Comissão

Especial de Mídia e, uma vez mais, procurou Nick Clegg e o avisou que publicaria informações novas e relevantes. O editor-chefe-adjunto de Rusbridger, Ian Katz, avisou também Steve Hilton, o assessor mais próximo do líder conservador David Cameron, para quem Coulson trabalhava. Mais tarde, Katz deu o mesmo aviso a Ed Llewellyn, chefe de gabinete de Cameron. Pelo que vimos, nenhum líder político tomou qualquer medida significativa em resposta ao que estava acontecendo.

Não estava claro se, fora da redação do *The Guardian*, as revelações tiveram algum impacto.

* * *

Enfim a artilharia pesada estava posicionada para disparar. O processo de Max Clifford logo chegaria aos tribunais. Clifford deixara claro que seu silêncio não estava à venda. Ele queria a verdade. Militante de longa data do Partido Trabalhista, tinha interesse em desmascarar Coulson. Precisávamos apenas de uma ordem judicial que obrigasse a polícia a entregar as provas do caso.

A Scotland Yard vinha enrolando de propósito havia meses. Finalmente, obedecendo à determinação de um juiz, ela entregou as notas de Mulcaire relativas a Clifford — mas antes censurara trechos dos documentos, ocultando qualquer marca ou sinal que permitisse identificar os jornalistas do *News of the World* que tinham solicitado os serviços de invasão de caixas de mensagens e escutas. Isso não cheirava bem: a polícia não havia emendado nada ao tornar públicos os documentos do caso Gordon Taylor, por que o estava fazendo agora? Charlotte Harris também já havia entrado com uma petição para que a News International e Glenn Mulcaire entregassem provas materiais relevantes e agora voltaria ao

juiz para mais uma a fim de obrigar a polícia a revelar os trechos censurados nos documentos.

Nos bastidores, uma fonte muito confiável garantia que o nome escrito por Mulcaire em suas anotações sobre Clifford era “Ian”. Se fosse provado que esse era o nome encoberto nas adulterações feitas pela Scotland Yard, seria uma banana de dinamite armada no meio da muralha do castelo da News International. “Ian” não seria um mero repórter “desonesto isolado” agindo por conta própria; esse “Ian” provavelmente era Ian Edmondson, o editor-assistente de noticiário desde dezembro de 2004.

Tudo entrou em compasso de espera devido ao Natal e continuou assim por um tempo por Charlotte Harris ter sido submetida a uma cirurgia. No entanto, em meados de janeiro ouvi rumores de que Rebekah Brooks tinha feito um tipo de acordo com Max Clifford e estava espalhando uma mentirinha sobre mim: “Nick Davies estava distribuindo dinheiro a torto e a direito para convencer as pessoas a falar.” Também ouvi a insinuação de que o *News of the World* estava fuxicando a vida privada e as finanças de Clifford em busca de algo embaraçoso que pudesse usar caso precisasse recorrer a um pequeno cala-boca.

De qualquer maneira, o processo continuava tramitando. Em 3 de fevereiro de 2010, o juiz Vos emitiu novas ordens judiciais. Determinou à News International que entregasse dentro de uma semana cópias dos contratos originais do *News of the World* com Glenn Mulcaire, do acordo extrajudicial secreto que fez com ele após cumprir pena e do acordo extrajudicial secreto feito no processo de Gordon Taylor. Além disso, o juiz mandou Glenn Mulcaire apresentar, em duas semanas, uma declaração sob juramento identificando todos aqueles que o instruíram a invadir a caixa de mensagens de voz de Clifford e aqueles a quem ele passou as mensagens recebidas por Clifford. Por fim, também

ordenou à ICO que entregasse o livro azul de Steve Whittamore com os registros de todos os pedidos recebidos de jornalistas da News International (o mesmo documento que já havia sido revelado e depois colocado em segredo de justiça no caso de Gordon Taylor).

Charlotte Harris então estava quase pronta para voltar ao juiz a fim de forçar a polícia a revelar as anotações originais de Mulcaire sobre Clifford sem emendas nem ocultações. Ela também tinha conseguido uma declaração do investigador-chefe da ICO, David Clancy, de que havia “um comércio ilegal generalizado de informações confidenciais encomendadas por jornalistas do *News of the World*”.

Se tudo isso viesse à tona no tribunal, abriria um rombo irreparável nas defesas de Murdoch. Contudo, à medida que os dias passavam e se aproximava a data limite imposta pelo juiz, voltei a ouvir que Max Clifford tinha feito algum tipo de acordo com a News International e que o advogado do *News of the World*, Tom Crone, tinha sido convocado para cuidar dos detalhes finais.

A primeira data limite, 10 de fevereiro, chegou sem qualquer sinal de que a News International tivesse entregado os documentos pedidos pelo juiz. Em 16 de fevereiro, publicamos uma matéria alertando: “Acredita-se que o *News of the World* planeja fechar um acordo extrajudicial para encerrar um processo que ameaça expor novas provas do envolvimento de seus jornalistas em atividades ilegais de coleta de informações por detetives particulares.”

A segunda data limite, 17 de fevereiro, chegou sem qualquer sinal de que Mulcaire tivesse entregado a declaração sob juramento ordenada pelo juiz. Por outro lado, também não houve nenhum sinal de que Max Clifford e a News International tivessem chegado a um acordo final. Falei com Clifford e depois enviei um e-mail exortando-o a não ceder e apelando para seu longo histórico de apoio ao Partido

Trabalhista: “Não é exagero dizer que algumas das pessoas mais poderosas da Grã-Bretanha estão de olho no seu próximo passo, porque sabem o tamanho do escândalo que está para estourar... No fim, você se tornou o homem que tem o futuro nas mãos. Se você fizer o acordo, o caso todo ficará acobertado por muito tempo. Se você se mantiver firme, passará para a história como o homem que fez toda a diferença.”

Tarde demais. Não eram só rumores. Apesar de toda a bravata de que queria expor a verdade, Clifford decidira recuar. Em 25 de fevereiro, o juiz Vos emitiu nova ordem judicial encerrando o processo, porque Clifford o estava abandonando. A verdade permaneceria acobertada. Como compensação frívola, lancei-me na tarefa de descobrir exatamente como a News International tinha engendrado o acordo.

Em 9 de março, revelamos que a empresa de Murdoch fizera um acordo mediante o qual pagaria mais de 1 milhão de libras a Clifford. Parte desse valor se referia a despesas com advogados, mas a maior parte era remuneração garantida por matérias que ele venderia ao jornal ao longo dos três anos seguintes. Ou seja, era uma forma de apresentar o trato não como uma indenização, mas como o pagamento por uma prestação de serviços. Um golpe inteligente, mas ninguém acreditou. Nossa principal arma tinha sido anulada e calada. Pelo menos naquele instante estávamos acabados.

O comediante Stephen Fry reagiu pelo Twitter, pedindo a seus seguidores que dessem uma definição de “zona rural”. Ele mesmo dava a resposta, cifrada e agressiva: “Assassinar Max Clifford.”

9. O magnata e seus governos

Baseado em entrevistas com ministros e membros do governo, biografias políticas e provas apresentadas no Inquérito Leveson.

Quando chegou ao Reino Unido, em janeiro de 1969, para comprar o *News of the World*, Rupert Murdoch ainda não tinha envergadura política significativa.

Aos olhos do *establishment* do Reino Unido, era um homem de negócios jovem (tinha 37 anos), levemente rechonchudo, com poucas habilidades sociais e uma característica muitíssimo atraente: não era Robert Maxwell, o milionário corrupto e egocêntrico cujo apetite por poder era sutil como uma picada de cobra e que estava fechando o cerco para comprar o *News of the World*. Murdoch intrometeu-se no caminho, apresentou proposta maior e foi calorosamente recebido como novo proprietário.

Nos primeiros anos, o pior que se comentava sobre ele é que era, digamos, um pouco vulgar. O *News of the World* nunca fora bem recebido nas rodas mais educadas. Sua especialidade era o humor picante, tendo um pouco do clima dos pubs de trabalhadores, animado, divertido, com vislumbres do elástico de uma meia 7/8 . O jornal vivia de notícias de processos criminais obscuros, em especial aqueles em que um médico ou vigário da paróquia era acusado de mexer com as intimidades de alguma viúva local. Murdoch logo começou a expandir as fronteiras.

Poucos meses depois de assumir, publicou, na forma de série, as memórias de Christine Keeler, a elegante jovem que

provocara escândalo por envolver com suas pernas longilíneas o então parlamentar e ministro da Guerra John Profumo, que, além de curtir um animado caso com ela, mentiu a respeito em depoimento ao parlamento. Isso tinha se passado seis anos antes, mas mesmo assim Profumo acabou renunciando e o governo acabou arruinado. Era uma simples reportagem sobre o que se passava sob lençóis. Mas foi boa para as vendas.

Alguns anos mais tarde, uma matéria parecida, mas em escala bem maior: seus jornalistas uniram forças para expor aos leitores o conservador lorde Lambton, um nobre com assento como ouvinte na Câmara dos Lordes que tinha encontrado uma outra garota de programa, Norma Levy, com quem se divertir. Ele não sabia que, através de um buraco na parede, um fotógrafo do *News of the World* bisbilhotava e capturava em filme todo o suadouro. Mais vendas e mais dinheiro.

Mesmo tendo comprado o *The Sun* mais tarde, naquele mesmo ano de 1969, Murdoch ainda não era visto como um maníaco por poder no Reino Unido. Ele salvara um jornal a caminho da falência e aumentara suas vendas outra vez, graças a manchetes atrevidas, reportagens sensacionalistas e todos os nus que coubessem nas páginas. A esse respeito, o *The Times* observou: “O senhor Murdoch não inventou o sexo, mas mostra um entusiasmo notável para os benefícios que ele pode trazer para a circulação.”

Queira ou não, a fórmula funcionou. Em 1978, o *The Sun* se tornara o diário mais popular do Reino Unido, e Murdoch finalmente começou a se tornar um protagonista de peso. Com alarde, seus dois jornais apoiaram Margaret Thatcher em sua caminhada até ser eleita primeira-ministra, em abril de 1979. Começou aí o grande jogo do poder.

* * *

Em 1981, dois anos depois de Thatcher ter chegado a Downing Street, Murdoch decidiu comprar o *The Times* e o *The Sunday Times*. O governo Thatcher generosamente abriu-lhe as portas, optando por não submeter a operação à Agência de Fusões e Antimonopólio, que tivera boas razões para bloqueá-la. Arquivos do governo que por fim se tornaram públicos 31 anos depois, em abril de 2012, revelaram que Murdoch se reunira em segredo com Thatcher num almoço de domingo em Chequers, a residência de campo oficial da primeira-ministra, bem no período em que o negócio estava sendo fechado. Murdoch e o governo cultivaram a ideia de que os dois jornais estavam isentos da lei antimonopólio porque estavam no limiar da insolvência. Não era verdade.

Parlamentares revoltados e comentários amargos de jornais concorrentes não impediram que Murdoch conseguisse o que queria. Ele tornou-se o maior dono de jornais do Reino Unido, um homem a quem certamente os políticos quereriam agradar.

E assim foi em 1986, quando Murdoch queria bloquear a compra do jornal *Today* por Robert Maxwell. O governo Thatcher decidiu submeter a oferta do último à mesma Agência de Fusões e Antimonopólio, que a vetou. Em 1987, quando o próprio Murdoch quis comprar o *Today*, o governo mudou de posição e decidiu não envolver a agência reguladora; a compra foi efetivada. Em 1990, enquanto ele cuidava dos primeiros passos da Sky, sua nova empresa de TV por satélite, o governo Thatcher estava aprovando uma nova lei com novo conjunto de regulações para as TVs, da qual a Sky foi isentada de seguir quase todas as regras.

Mais tarde naquele ano, Thatcher presenteou Murdoch com mais um gracioso favor. Dezoito meses depois de lançada, a SkyTV estava chafurdando em prejuízos, transmitindo as programações de quatro canais a partir do satélite Astra para o Reino Unido, onde quase ninguém tinha a antena

necessária para receber o sinal, e perdendo cerca de 2 milhões de libras por semana. Para salvar a empresa, Murdoch queria fundi-la com sua única concorrente, a British Satellite Broadcasting, que estava perdendo ainda mais dinheiro. No entanto, mais do que nunca, era provável que o plano enfrentasse objeções dos órgãos reguladores, neste caso a Independent Broadcasting Authority (IBA), que vetaria a criação de um monopólio.

Entretanto, àquela altura, o governo estava no meio do processo de fechamento da IBA, que seria substituída por um novo regulador, que viria a ser conhecido como Independent Television Commission (ITC). Entre a morte do antigo órgão e o nascimento do novo, houve um hiato de cinco dias, período em que simplesmente não existia um regulador. Durante esse breve instante de total falta de regulação, o governo olhou para o lado e discretamente deixou que a fusão passasse pela brecha legal: permitiu-se que Murdoch criasse a BskyB, cujo conselho era controlado pela News Corp, que detinha 50% das ações (depois reduzidos para 39% numa flutuação da oferta de ações).

* * *

Como de hábito, isso não foi resultado de um negócio formal. A relação entre Murdoch e Margaret Thatcher era natural, fluía com suavidade. Eles viam o mundo pela mesma ótica neoliberal linha-dura — capitalismo sem controles, mercados sem regulação, privatização de tudo o que fosse possível. Mais tarde, a partir de 1994, a relação com Tony Blair, quando este se tornou líder do Partido Trabalhista, revelou-se mais complicada. Para muitos, Blair foi o líder mais conservador da história do Partido Trabalhista, mas, não obstante, ele e seus assessores mais próximos abraçaram Rupert Murdoch da

mesma forma que um domador abraça um tigre: com grande cuidado e profunda ansiedade.

No fundo alguns desses assessores sentiam um imenso desconforto em relação a Murdoch e sua equipe. Alastair Campbell chegou a comparar um almoço com jornalistas importantes de Murdoch a uma reunião do Partido Nacional Britânico, de extrema direita. Eles com certeza não queriam ser vítimas da truculência de Murdoch; Blair já tinha visto como, em 1992, o *The Sun* havia infernizado a vida do ex-líder do Partido Trabalhista Neil Kinnock com o objetivo de ajudar o candidato favorito de Murdoch, o conservador John Major. Tinha visto também como Murdoch deixara de apoiar Major, chegando ao ponto de o então editor do *The Sun*, Kelvin MacKenzie, afirmar que respondera assim a uma pergunta de Major sobre a pauta do dia seguinte: “Tenho um imenso balde de merda na minha mesa e amanhã de manhã vou despejá-lo inteiro sobre sua cabeça.” (Em algumas versões do episódio, Major teria respondido fragilmente: “Ah, Kelvin, você é mesmo um brincalhão.”)

Com o simples objetivo de neutralizar a ameaça, Blair e seus assessores começaram a pensar em artimanhas para conduzir a relação. Alguns dos envolvidos disseram que a teoria era que não fariam concessões a Murdoch em políticas e diretrizes, mas concederiam a ele três coisas: passariam informações a seus jornalistas para que escrevessem suas matérias, o mimariam com atenções e elogios pessoais e, de vez em quando, quando se tratasse de políticas em que acreditavam de verdade, mas sabiam ser igualmente do seu agrado, as embalsariam com papel de luxo e fita vermelha e lhe ofereceriam como se fosse um presente. Essas mesmas fontes afirmam que a tática não deu resultado.

Mas, já nos primeiros momentos, eles fizeram concessões. Quando Blair regressou a Londres após seu primeiro evento de aproximação com Murdoch — na convenção anual da

News Corp, em Haymand Island, Austrália, em 1995 —, um das primeiras medidas do seu partido foi mudar as políticas para mídia e imprensa, favorecendo Murdoch: engavetou o compromisso de realizar uma investigação urgente sobre a propriedade de órgãos de imprensa por estrangeiros e retirou da pauta um projeto de lei sobre privacidade que protegeria vítimas de invasão por parte dos tabloides. Isso não significa que Murdoch tivesse ameaçado infernizá-los se fossem implementadas as políticas; eles apenas temiam que ele o fizesse e consideraram prudente mandar um sinal capaz de acalmá-lo. (Tony Blair, contudo, continua a insistir que tinha suas próprias razões para a mudança.)

Ainda assim, foi uma relação cheia de ruídos, na qual o pessoal de Blair tentou fazer frente a Murdoch. O magnata queria comprar o Manchester United e eles o impediram; ele não queria que criassem um novo órgão regulador de TVs, a Ofcom, mas eles criaram; ele não queria que dessem novos canais à BBC ou aumentassem o preço das taxas de licença de radiodifusão, mas eles fizeram as duas coisas. Não obstante, quanto mais avançava o jogo, mais difícil ficava manter o tigre em seu devido lugar.

Um funcionário sênior do governo Blair se lembrou, sob a condição de manter o anonimato, da preocupação excessiva do governo com o que diziam os jornais, principalmente o *The Sun*. O *Daily Mail* era importante, assim como o *The Times*, mas era o *The Sun* que realmente contava; seus jornalistas sabiam disso e, de acordo com vários funcionários, aprenderam a tratar o governo com uma espécie de desprezo instigador.

Às vezes, a intimidação seria, na opinião dessas fontes, expressão da intensidade com que o jornal defendia seus próprios interesses. Um assessor sênior do Tesouro lembra: “Depois do pronunciamento em que era apresentado o orçamento anual, saíamos para conversar com a imprensa; o

jornalista do *The Sun* estava lá, nos aguardando, dedilhando ostensivamente sua calculadora para determinar quanto a mais de impostos Rebekah teria de pagar. ‘Como vou explicar à minha editora-chefe que ela vai ter de pagar esse monte de dinheiro extra?’”

Em outras situações, no entanto, esse comportamento destinava-se a interferir nas políticas governamentais, não apenas por meio da prática jornalística legítima de publicar notícias e comentários, mas por meio de pressão nos bastidores. Em novembro de 2001, o então ministro das Finanças de Blair, Gordon Brown, anunciou um grande aumento nos gastos do governo com o Serviço Nacional de Saúde. Era uma medida popular, mas o *The Sun* viu nela um pretexto para aumento de impostos e começou a atacar virulentamente o ministro, chamando-o de “Brown, o craque dos impostos (...) a receita do ministro para curar o Serviço Nacional de Saúde é uma gigantesca aposta (usando nosso dinheiro) (...) o remédio amargo de Gordon (...) se Brown aumentar os impostos, vai sofrer na nossa mão.” É evidente que ele entrou em pânico e tratou logo de ligar para o *The Sun*, mudou sua agenda e no dia seguinte estava no escritório do jornal para tentar estabelecer a paz. Acompanhado por seu assessor especial, Ed Balls, sentou-se frente a frente com o editor de política, o direitoista Trevor Kavanagh, um homem sem papas na língua, para uma entrevista que, segundo os presentes, logo se tornaria uma negociação de políticas públicas. Kavanagh insistiu que Brown deveria aceitar o conselho publicado nas páginas do *The Sun* daquela manhã, de que o Serviço Nacional de Saúde começasse a comprar serviços de empresas médicas privadas. Isso não se enquadrava no programa de Brown, mas mesmo assim Kavanagh venceu.

Ao final da entrevista (Kavanagh a qualificou como “tensa em alguns momentos”), Brown concordou que o Serviço

Nacional de Saúde não receberia nem um centavo de recursos adicionais se não concordasse em empreender “reformas” e se “modernizasse”. As palavras eram cifradas, mas a mensagem era clara: empresas privadas poderiam participar do Serviço Nacional de Saúde. Um dos auxiliares de Brown à época afirmou: “O resultado é que, a partir de 2001, Brown ficou refém do jornal, apoiando maior autonomia para hospitais públicos e privatizando serviços odontológicos. O tema tornou-se um barômetro que media para o *The Sun* se ele era forte o suficiente para se tornar primeiro-ministro.”

Da mesma forma, depois do sequestro e assassinato da menina Sarah Payne, de oito anos, em julho de 2000, Rebekah Brooks não apenas usou sua coluna no *News of the World* para fazer campanha pela aprovação de uma nova lei, a “lei Sarah”, mas também, nos bastidores, várias vezes pressionou pesadamente ministros, exigindo que dessem ao seu jornal uma vitória que poderia ser creditada a ela própria. A intenção era ver aprovada uma versão da lei Megan, dos Estados Unidos, que publica os nomes e os endereços de pessoas condenadas por crimes sexuais. O governo, apoiado pela polícia e por instituições humanitárias infantis, considerava muito perigosa a ideia: na melhor das hipóteses, forçaria pedófilos a esconder-se na clandestinidade, dificultando o trabalho da polícia, e, na pior, provocaria ataques a criminosos condenados por abuso sexual de crianças. O governo resistia e Rebekah insistia. Resultado: uma ideia que em outras circunstâncias teria sido engavetada foi ressuscitada e por fim aprovada, ainda que de forma pasteurizada — a lei refletia mais o pensamento de Rebekah que do governo.

Mais uma vez, em janeiro de 2003, quando era editora-chefe do *The Sun*, Rebekah pressionou ministros para que apoiassem a proposta do jornal para sanar o problema de superpopulação carcerária por meio da transferência de

presos para navios-prisão. Um antigo funcionário relembra: “Todo ministro do Interior que teve de se relacionar com ela deve ter cicatrizes nas costas de tanto que ela os chicoteava para forçá-los a aderir à ideia dos navios-prisão. Vários deles concordaram em fazê-lo, mas mudaram de ideia depois de conversar com funcionários especializados, que diziam: ‘Você pirou? Isso sai muito caro, a conta não fecha.’”

Paralelamente ao esforço recorrente de mudar políticas públicas, alguns jornalistas de Murdoch simplesmente exigiam (e recebiam) favores especiais para seu trabalho. Um funcionário recorda uma ligação de Rebekah Brooks para a Downing Street, furiosa depois de Tony Blair e Gordon Brown terem concedido uma rara entrevista conjunta ao *News of the World* durante a campanha eleitoral de 2005. Se fosse qualquer outro editor, teria sido dispensado com educação, mas Rebekah exigia ser compensada.

Para começar, o gabinete do primeiro-ministro providenciou para que Brown desse uma entrevista exclusiva para Trevor Kavanagh, do *The Sun*, que tinha a esperteza de uma raposa e o veneno de uma víbora. O episódio acabou mal: Brown se recusou a acatar uma exigência de Rebekah de que ele anunciasse cortes de impostos. “Kavanagh olhava para ele com desprezo: ‘Você vai dizer alguma coisa que valha a pena publicar no meu jornal?’” Então foi oferecida uma entrevista exclusiva de Tony Blair e sua esposa, Cherie, a Rebekah e Kavanagh, com o pedido de que o casal discutisse como se acertavam na hora de dormir, sua vida sexual e momentos românticos.

Não era apenas o descontrole das relações com jornalistas de Murdoch que preocupava o governo Blair. Ao mesmo tempo, o governo passou a ceder muito mais terreno nas relações diretas com o próprio Murdoch. Muita gente séria, acostumada com os meandros da política inglesa, acredita que a decisão de Blair de apoiar a invasão do Iraque, em

março de 2003, foi decisivamente influenciada por seu medo de Murdoch. Essa interpretação considera, entre outros motivos, que Blair estava olhando mais adiante, para a possibilidade de ter enfrentar um referendo sobre a questão europeia (seja adotando a moeda única ou adotando sua nova constituição); ele sabia que os jornais de Murdoch eram contra a ideia da União Europeia e o atacariam sem dó e, por isso, calculou que deveria juntar-se aos Estados Unidos na invasão para provar que ainda era fiel à “relação especial” com Washington e não tinha caído nos braços de Paris e Bonn.

Ao longo de março de 2003, quando se preparava para tomar a decisão final sobre apoiar a invasão sem esperar por uma resolução da ONU que a tornaria legal, Blair fez três ligações para Rupert Murdoch, de acordo com documentos tornados públicos pela Lei do Acesso a Informações. Anos mais tarde, em fevereiro de 2007, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, perguntaram a Murdoch se seus jornais tiveram algum peso na decisão de invadir o Iraque. “Não, acho que não”, respondeu ele. E acrescentou: “Nós tentamos.”

Em episódio similar, há indícios de que Blair teria levado a Grã-Bretanha para a zona do euro se não fossem as ameaças feitas por Murdoch, que abomina a União Europeia e suas montanhas de regulações, e em especial a ideia de que a Grã-Bretanha entrar para a zona do euro causaria um aumento nos custos dos empréstimos que tomava. Alastair Campbell lembra em seu diário a ocasião em que Blair ligou para ele após um jantar com Murdoch reclamando que era impossível conversar sobre a Europa com o pessoal dele, que era muito radical. “Era quase obsceno que sequer tivéssemos de nos preocupar com o que eles pensavam”, acrescentou Campbell. O adjunto dele, Lance Price, declarou que entendia que Blair dera a Murdoch garantias de que não mudaria sua política em relação à União Europeia sem falar com ele antes, o que na prática era poder de veto. A solução de Blair foi

empurrar discretamente o problema com a barriga, resolvendo não decidir se entraria ou não para o euro. Isso em si foi uma importante mudança de política.

No entanto, Murdoch desestabilizou esse acordo quando começou a pressionar Gordon Brown. Como ministro das Finanças, estava numa armadilha complicada: de um lado, queria ser visto como leal a Blair, e por isso seu pessoal passou à imprensa a imagem de que as ideias dele sobre o assunto eram as mesmas do primeiro-ministro; por outro lado, na verdade ele não compartilhava o pensamento de Blair e queria que a imprensa cética em relação à União Europeia soubesse, inclusive os jornais de Murdoch, de maneira que seu pessoal também passou para os jornalistas essa visão. As consequências foram desastrosas.

No outono de 1997, o assessor de imprensa de Brown, Charlie Whelan, passou a noite no pub Red Lion, a poucos metros da Downing Street, onde foi ouvido contando a jornalistas que o governo tomara a firme decisão de não aderir ao euro antes das eleições seguintes. A notícia teria agradado a Murdoch, mas não agradou ao primeiro-ministro, que soube o que estava sendo sussurrado pelas mesas de Westminster e teve de ligar para Whelan para saber que diabos estava sendo dito sobre as políticas do seu governo.

A cotação da libra esterlina despencou, o primeiro-ministro ficou possesso, houve uma reunião de emergência na Câmara dos Comuns e Brown foi obrigado a encontrar uma forma de apaziguar Blair, que preferia manter sua decisão de não tomar decisão ao mesmo tempo que não desagradava Murdoch, que preferia que o euro fosse jogado na lata de lixo. Brown bolou então um artifício brilhante e anunciou que a Grã-Bretanha só aderiria ao euro se a moeda passasse em cinco testes. Como cada uma dessas provas era mais ou menos subjetiva, o primeiro-ministro tinha espaço para dizer que ainda não estava decidido e Murdoch podia acreditar em uma

reprovação. Murdoch estava certo. É possível que o primeiro-ministro tivesse interesse sincero em aderir ao euro, mas nunca chegou perto disso.

* * *

Em novembro de 2006, houve um incidente doloroso e revelador. Gordon Brown ainda era ministro das Finanças e estava determinado a substituir Tony Blair como primeiro-ministro. Sua assessoria de imprensa recebeu uma ligação de um repórter do *The Sun* avisando que tinham descoberto que o filho de Brown de quatro meses, Fraser, sofria de fibrose cística.

Um auxiliar sênior recorda como Brown ligou para a esposa, Sarah, que estava no apartamento no andar acima de seu escritório com Fraser e o filho de três anos, John; como ela desceu para que os dois decidissem o que fazer; como pouco tempo depois ambos estavam desesperados e quase às lágrimas. Cinco anos antes, a primeira filha do casal, Jennifer Jane, morrera com apenas dez dias de vida. Fazia pouco tempo que os médicos haviam diagnosticado a doença de Fraser e, por ser uma condição hereditária, estavam aguardando que todas as crianças de ambos os lados da família passassem por testes que indicariam se mais alguma delas poderia ser afetada.

Como se sentiriam essas crianças se descobrissem pelo *The Sun* que suas vidas corriam risco? Como se sentiria Fraser se, quando já soubesse ler, visse na internet informações sobre sua doença indicando a possibilidade de morrer jovem? O auxiliar lembrava: “Gordon estava mesmo quase chorando. Estava determinado a não permitir que seu filho fosse tratado como propriedade da imprensa.”

Tomaram então uma decisão: já que não poderiam impedir que a notícia saísse, poderiam pelo menos tentar que saísse

da forma que escolhessem, e não como propriedade do *The Sun*. Soltariam uma nota sobre a doença do filho a todos os órgãos de imprensa. Era um perigoso gesto de rebeldia.

Para tornar-se primeiro-ministro, Brown precisava do apoio dos jornais da imprensa britânica, principalmente o *The Sun*. Mas todos os três jornais de Murdoch no Reino Unido apoiavam o adversário, Tony Blair. Brown tinha oferecido tudo o que podia para aplacar a fome direitista das hienas do *The Sun*, mas estas relutavam em engolir, observando que ele também estava dando iguarias esquerdistas aos parlamentares do Partido Trabalhista, de cujo apoio ele também precisava. Ficou terrivelmente óbvio que, se os Brown estragassem o furo do *The Sun* sobre a doença de Fraser, estariam dando um tapa na cara do jornal, justo quando Brown desejava se aproximar e ganhar sua simpatia. Mesmo assim, ele manteve-se firme e insistiu. Então Rebekah ligou.

Nas palavras do auxiliar: “Ela deixou bem claro que seria um desastre para as relações de Brown com o *The Sun* se a nota fosse liberada. Disse que significaria que, no futuro, quando o jornal tivesse informações sobre Gordon, as publicaria sem checá-las com ele antes. Ela estava enfiando cada vez mais fundo a agulha sob a unha do torturado. Naquela tarde, ela ligou três ou quatro vezes: ‘O que você vai fazer? Você não pode fazer isso.’”

Parece que nenhuma preocupação com a criança ou com os pais de quem supostamente era amiga amenizou a posição dela. Outra fonte próxima ao ministro afirma que Rebekah também ligou diretamente para Sarah Brown naquela tarde, pressionando-a a manter a exclusividade da notícia pelo *The Sun*. “Ela repetia: ‘Nós lamentamos por vocês e queremos que isso seja o mais suave possível.’”

Brown manteve-se firme, mas seus assessores ficaram tão apreensivos com a possibilidade de se indispor com o *The*

Sun que bolaram um discreta concessão: um deles ligou para o jornal para dizer que retardariam a divulgação da declaração dos Brown até o início da noite a fim de que o *The Sun* tivesse tempo de produzir uma simulação da primeira página da edição do dia seguinte e distribuí-la aos estúdios de TV, de forma que os telejornais do início da noite pudessem apresentar a notícia como sendo exclusividade do *The Sun*. Era preciso agradar Rebekah.

* * *

Brown nunca conseguiu se curvar o suficiente para viver em paz com os Murdoch, como fizera Blair. Brown e Murdoch gostavam um do outro e se davam bem; se encontravam para tomar cafés da manhã privados no hotel Claridge quando o magnata estava em Londres. O problema é que, no fundo, as inclinações de Brown eram muito mais radicais que as de Blair. Além disso, para ele, o conservadorismo extremo de James Murdoch estava além de sua capacidade de compreensão, e boa parte do jornalismo feito pela News International era detestável, em especial o trabalho de Trevor Kavanagh, que adorava atacar Brown acusando-o de ser frouxo demais com imigrantes, criminosos, dependentes de benefícios sociais e com outros alvos do *The Sun*.

Brown passou anos tentando consertar essa situação. Às vezes suas raízes radicais falavam mais alto, às vezes seu medo do *The Sun* as sufocava e ele acabava abrindo mão de suas crenças. Por exemplo: de acordo com alguns servidores, em 2003 ele havia bolado um projeto para cobrar imposto sobre consumo nas vendas de jornais como forma de punir a News International por seus ataques ferozes — mas então viu o sangue nos olhos do *The Sun* e logo tratou de engavetar a ideia. Por princípios, ele se opunha à agenda de reformas de Blair de implementar nos serviços públicos o modelo das

empresas privadas, mediante o qual definiria para cada escola e hospital público um orçamento, fazendo-os competir para conquistar alunos e pacientes. Mas o *The Sun* gostava do plano e deixou isso bem claro. De acordo com um membro da equipe de Brown, na festa da News International durante a convenção do Partido Trabalhista no outono de 2003, jornalistas de Murdoch o rodearam “como uma matilha de cães raivosos, falando sem parar, de forma agressiva. Gordon estava bloqueando fundos dos hospitais e eles não estavam gostando. Foi uma altercação horrível”.

A pressão para seguir a agenda de reformas continuou, e, de acordo com outro antigo servidor, “o gabinete de Gordon recebeu muitas ligações de gente como Trevor Kavanagh, dizendo coisas como ‘você está cometendo um grave erro’”. Uma fonte afirma que Rupert Murdoch disse pessoalmente a Brown que ele precisava apoiar a “mercantilização” dos serviços de saúde. No fim, à medida que o embate decisivo com Tony Blair se aproximava, Brown deixou de lado seus princípios e amenizou sua abordagem sobre o assunto.

Em busca do apoio da News International, ele passou meses mandando sinais tão descarados que chegavam a ser constrangedores. Em junho de 2006, reagiu a matérias que o chamavam de esquerdista anunciando que reativaria o programa Trident de armas nucleares. O chefe de gabinete de Blair, Jonathan Powell, escreveria mais tarde que “visando a ter o apoio de seus jornais, Brown estava desesperado para convencer Murdoch de que era efetivamente um centrista”. Chegou a fazer uma série de discursos sobre terrorismo, afinados com a linha editorial do *The Sun*, nos quais, deixando de lado preocupações com direitos humanos e respeito aos ritos da lei, pedia a detenção sem julgamento de suspeitos de terrorismo e defendia a adoção de carteiras de identidade obrigatórias.

Mas a News International voltou a mostrar os dentes em setembro de 2006, quando, no episódio que ficou conhecido como a “conspiração do restaurante de curry”, um grupo de ministros júnior, sob comando de um aliado muito próximo de Brown, Tom Watson, demitiu-se, conclamando Blair a anunciar a data em que deixaria o cargo para que Brown pudesse assumir. Os jornais de Murdoch saíram em defesa de Blair, condenando os conspiradores e também Brown. A irritação continuava viva e seria agravada dois meses mais tarde pelo episódio da doença de Fraser. Brown voltaria a se mover na direção dos jornais de Murdoch. Em março de 2007, tampou o nariz e fez uma visita pública a uma das odiadas escolas públicas autônomas do governo federal criadas por Blair. Naquele mesmo mês, fez seu gesto mais eloquente ao anunciar uma redução na alíquota base do imposto de renda de 22% para apenas 20%. Três conselheiros diferentes afirmaram, em declarações separadas, que Brown fez isso apenas para agradar Rupert Murdoch, que gostava de impostos e gastos governamentais baixos. Deu certo. O *The Sun* se deliciou, exaltando a medida como “Dois pontos para celebrar”. Mas também foi um desastre absoluto, porque, na busca de uma compensação para a queda na arrecadação, Brown acabou sangrando os trabalhadores mais pobres do país e provocando o alarido de parlamentares do seu próprio partido.

Mesmo assim, até certo ponto a guinada à direita deu certo. Brown tinha uma grande vantagem: parecia que, cedo ou tarde, ele tomaria o posto de Blair. Os jornais de Murdoch queriam estar próximos do vencedor e o adotaram. Com esse apoio, em junho de 2007, Brown tornou-se primeiro-ministro quando Blair deixou o posto.

* * *

Dois anos mais tarde, em julho de 2009, quando o *The Guardian* publicou a primeira reportagem sobre as invasões de correios de voz, a relação entre eles havia caído em uma rotina similar à do casamento em que os cônjuges não se tocam mais, porém ainda conseguem levar uma conversa civilizada durante as refeições. A questão agora era se, depois de ter ajudado Gordon Brown a conquistar o poder, a News International gostaria de mantê-lo lá.

Ao longo daqueles dois anos como primeiro-ministro, Brown tentara trocar afagos com a News International. Nesse sentido, fez um discurso contundente, que parecia ter sido escrito por alguém como Trevor Kavanagh, alertando para o perigo representado pelos imigrantes e defendendo “empregos britânicos para trabalhadores britânicos”. Também apoiou a controversa conclamação do *The Sun* em favor da detenção sem julgamento por 42 dias de suspeitos de terrorismo; a ideia, no entanto, era tão impopular que foi abandonada antes de virar lei.

Também ele tinha sido generoso nos favores pessoais. Quando começou o relacionamento com seu futuro marido, Charlie Brooks, que na época treinava cavalos de corrida, Rebekah Brooks disse pessoalmente ao primeiro-ministro que o governo deveria abolir os impostos incidentes sobre corridas de cavalo, que aumentam a receita tributária às custas da indústria do turfe. Dois assessores do gabinete do primeiro-ministro afirmam que Brown pediu-lhes que pensassem no assunto, conversassem com Charlie Brooks e o fizessem “sentir-se participante do projeto”. Em dado momento, Brown contratou uma nova assessora, Kath Raymond, que coincidentemente é esposa do então executivo-chefe da News International, Les Hinton. Ela era uma assessora experiente, mas outros funcionários do gabinete não gostaram: “Ela não sabia nada de políticas públicas”, disse um deles. “Era como a

Posh Spice, que estava na banda mesmo não sabendo cantar.”

Depois de meses de pressão pela ICO para resolver o problema dos detetives particulares que obtinham dados confidenciais por meios ilegais, no início de 2008 o governo Brown concordou em endurecer a lei e tornar o crime punível com prisão. A reação veio logo: uma delegação composta por Les Hinton, da News International, Paul Dacre, do *Daily Mail*, e Murdoch MacLennan, do Telegraph Media Group, o persuadiu a arquivar o plano (curiosa essa iniciativa de três grupos de imprensa escrita que reiteradamente negavam a participação de seus jornalistas em qualquer violação de lei).

* * *

Brown fez questão de manter a proximidade com Rupert Murdoch. No verão de 2008, quando o presidente dos Estados Unidos George W. Bush fez uma visita oficial à Europa e passou por Londres, o primeiro-ministro ofereceu um jantar informal. Atento a uma dica de que o presidente era um ávido leitor de biografias e livros históricos, Brown convidou para se juntarem a eles três professores universitários de história, dois biógrafos políticos e um arquivista especializado em artigos políticos — além de Murdoch e sua esposa, Wendi. A visita presidencial correu bem, chegando a tal ponto de informalidade que, de acordo com Anthony Seldon e Guy Lodge no livro *Brown at 10*, numa conversa privada entre Bush e Brown o presidente americano acenou para um dos assessores de Brown e perguntou se poderiam enviar uma mensagem para sua própria comitiva, que estava fora da sala, sussurrando: “Por favor, peçam para que eles vão se ferrar.”

O primeiro-ministro foi recompensado. Na convenção do seu partido, no outono de 2008, sua liderança foi desafiada pelo jovem ministro das Relações Exteriores, David Miliband.

O *The Sun* foi ao socorro Brown. Em um almoço promovido pela News International, vários jornalistas do *The Sun* confrontaram Miliband e o ridicularizaram por defender uma nova constituição europeia. Segundo um dos presentes, a conversa terminou com Miliband perguntando a Trevor Kavanagh se ele tinha se dado o trabalho de ler o conteúdo do tratado que estava atacando e Kavanagh respondendo que Miliband era idiota e rude. O grupo de Brown acabou sabendo desse embate. Quando chegou a hora de fazer seu discurso, o primeiro-ministro deu uma estocada em Miliband, declarando que “o momento não era para novatos”. A frase tinha sido bolada para ele mais ou menos um dia antes por Rebekah Brooks, em um jantar com Ed Balls, um aliado próximo de Brown.

Ao mesmo tempo, no entanto, durante os dois primeiros anos do governo Brown, a News International se tornara cada vez mais exigente — tanto em suas páginas quanto nos bastidores —, clamando por mais rigor em relação a imigrantes e à União Europeia, mais firmeza com terroristas e outros criminosos e mais recursos para as tropas britânicas no Afeganistão.

Em 2007, quando os maus-tratos e o assassinato da criança conhecida por Bebê P, de dezessete meses, atraiu fortes críticas ao distrito de Haringey, no norte de Londres, o *The Sun* engajou-se numa campanha pública pela demissão da diretora do órgão local responsável pelos serviços de assistência à criança, Sharon Shoemith. Não há nada de controverso que um jornal faça uma campanha assim, mas, nos bastidores, Rebekah Brooks estava ligando para o secretário de Estado para a Infância, Ed Balls, para pressioná-lo a aderir à campanha, nem que fosse apenas para impedir o jornal de voltar suas armas contra ele. “Ela foi seca e direta com ele”, recorda um funcionário que ouviu algumas das conversas por telefone. “Dizia a Balls que ele precisava

dispensar Shoemith e soava bem ameaçadora: ‘Não queremos virar essa coisa contra você.’” Em 1º de dezembro de 2008, Balls lançou mão de poderes extraordinários que a lei lhe conferia para afastar Sharon Shoemith do cargo. Tempos depois, um tribunal de apelações julgou a medida “intrinsecamente injusta e ilegal”.

Quando Brown estava preparando uma reforma ministerial, em outubro de 2008, Rebekah interveio, articulando em particular para que o primeiro-ministro mantivesse no cargo sua amiga Tessa Jowell, mesmo ela sendo claramente identificada como aliada de Tony Blair, e afastasse o seu inimigo mortal, Tom Watson, um aliado de primeira hora de Brown. Por razões desconhecidas, o primeiro-ministro manteve Jowell em cargo equivalente ao de ministra, mas deixou Watson em um posto mais baixo na hierarquia. Da mesma forma, quando Ian Blair deixou o cargo de comissário da Polícia Metropolitana, em janeiro de 2009, Rebekah, segundo uma fonte, teria feito lobby intenso em favor da nomeação do subcomissário, Paul Stephenson, para substituí-lo, o que efetivamente acabou acontecendo.

Para além dessas interferências despóticas, a dificuldade de Brown com as organizações Murdoch era a evidente aproximação de David Cameron: o antigo editor-chefe de Murdoch, Andy Coulson, estava agora instalado no escritório particular do líder conservador; a principal executiva de Murdoch no Reino Unido, Rebekah Brooks, era confidente de Cameron; o próprio Rupert Murdoch costumava jantar com ele; James Murdoch jantava com ele e se encontrava para drinques tarde da noite com seu aliado político mais próximo, George Osborne, na época uma espécie de contraparte reguladora de oposição do ministro das Finanças.

Quando o imenso pavio da bomba do escândalo das invasões de correios de voz começou a queimar, em julho de 2009, a News Corp e Cameron se encontravam em meio a um

vibrante flerte político em que cada lado transmitia sinais (alguns reservadamente, outros públicos) indicando o que gostaria de receber do outro se fossem construir um relacionamento. Os sinais eram ainda mais óbvios e eloquentes acerca do assunto mais importante para Rupert e James Murdoch: a ambição de aumentar ainda mais seus negócios.

* * *

James Murdoch nunca gostou da BBC.

Em parte, isso era apenas o sentimento que alguém tem por seu concorrente. Desde seu primeiro trabalho no Reino Unido, em 2003, como presidente-executivo da BSkyB, ele fora obrigado a aceitar o fato desagradável de que a BBC era a única emissora grande o suficiente para lhe opor alguma competição séria. Ou, como anunciou aos acionistas, usando seu estilo inconfundível, em novembro de 2005, depois de dois anos de resultados decepcionantes na BSkyB: “Sofremos abusos e oposição de todo mundo — da BBC, dos jornais... Eles ainda estão contra nós.”

Mas era também uma questão ideológica. A ideia de uma emissora sustentada por recursos públicos simplesmente lhe causava repulsa. Em entrevista ao *The Guardian* em 2000, comentando sobre a taxa de concessão que custeava quatro estações de TV, 57 estações de rádio e o site de notícias mais visitado na Grã-Bretanha a um custo de 139,50 libras por ano para cada domicílio, ele descarregou uma saraivada de críticas neoliberais, dizendo que era “um esquema de taxaço horrível para subsídios, eu diria que diabólico”.

Um executivo de alto escalão da BBC que lidou com ele várias vezes recorda: “Ele simplesmente não conseguia conceber que um adulto inteligente poderia acreditar que a BBC é qualquer coisa além de um ultraje. Ouvi-lo falar sobre a

BBC é o mesmo que ouvir o Richard Dawkins falar sobre Deus: ‘Vamos, acorde, se ligue. Não é possível que você acredite nisso.’”

Como reflexo da oposição ideológica e comercial, a rede de Murdoch lançou-se numa campanha sistemática de ataques contra a BBC, usando de meios perfeitamente legítimos, mas também algum jogo sujo de vez em quando. A parte legítima envolvia práticas convencionais de lobby, como discursos públicos, reuniões formais com ministros e encontros sociais com a elite do poder para argumentar persistentemente em favor de cortes de recursos para a BBC e isenção da BSkyB em relação às regulações do setor. Quando a Comissão Especial de Mídia da Câmara dos Comuns precisou de um conselheiro especializado, em 2005 e em 2008, em ambas as ocasiões o cargo foi preenchido por antigos diretores de relações institucionais da BSkyB, Ray Gallagher e Martin Le Jeune. Quando o presidente da comissão, John Whittingdale, precisou de dinheiro para seu clube de críquete, a BSkyB fez uma doação de 3 mil libras.

Tudo isso transcorreu dentro dos limites convencionais de prática de lobby, mas há sinais de táticas duvidosas. Em 2004, quando funcionários da BBC estavam prestes a entrar em greve, um agente político do Sindicato dos Trabalhadores em Teledifusão contou que tinha sido abordado por um escritório de lobby com ligações com a News Corp perguntando se poderiam ajudar de alguma maneira. Restou a impressão de tentativa de sabotagem industrial. O sindicato recusou a oferta.

No centro dessa campanha estava a cobertura feita pela News International. Perto do final de março de 2009, por exemplo, uma organização de intelectuais de direita, Centre for Policy Studies, publicou um estudo extremamente crítico, atacando a BBC por falta de criatividade em sua programação. Os tabloides da imprensa britânica como um

todo não repercutiram o artigo, mas o *The Sun* foi feroz: “Hoje a BBC é classificada como um parasita porque torra o dinheiro arrecadado em programas que são genéricos malfeitos de outros programas.” Só esqueceram de avisar aos leitores que o autor do estudo era Martin Le Jeune, o ex-diretor de relações institucionais da BSkyB que acabara de se aposentar.

O *The Sunday Times* bateu forte na BBC por meio de uma série de matérias sobre gastos com táxis. Junto com o *The Sun*, empreenderam também uma campanha implacável contra os salários de executivos da BBC, que chegavam a 800 mil libras por ano, no caso do diretor-geral, mas deixaram de mencionar que o próprio James Murdoch recebia 9,2 milhões de libras por ano de trabalho. Um levantamento das matérias publicadas pela imprensa britânica aponta que, durante esse ataque contra a BBC, em 2009, os jornais da News International publicaram 515 reportagens sobre a taxa de concessão.

Em agosto de 2009, James Murdoch foi convidado para proferir a palestra MacTaggart, o ponto alto da programação do Festival de TV de Edimburgo. Embora seus próprios jornais estivessem envolvidos no que parecia ser uma campanha com fins políticos de ataques à BBC, ele insistia que a imprensa precisa mostrar “independência de facções na política ou nos negócios”. A seguir, tratou de demonizar a BBC, acusando-a de expansionista e de ter ambições de escala tão gigantesca que lhe davam “arrepios”. Sua expansão precisava ser contida: “Em nome dos interesses de uma sociedade livre, ela deve ser firmemente combatida.” Foi além e afirmou que era preciso suspender a transferência de recursos públicos canalizados à BBC ou reduzi-los drasticamente; a taxa de concessão, “se for mantida (...) deve ter um valor muito menor”. Concluiu com fanfarra aos seus

valores pessoais: “A única garantia confiável, durável e perpétua da independência é o lucro.”

James Murdoch também nunca gostou da Ofcom, Office of Communication, a agência reguladora de mídia e imprensa do Reino Unido. Como seu pai, ele nunca apreciou qualquer forma de regulação que dificultasse a expansão de seus negócios. Mas não gostava em especial da Ofcom, que participara no que seria o equivalente político de palmadas em público. Duas vezes. Na primeira, em novembro de 2006, quando era o presidente-executivo da BSkyB, foi a Ofcom que colocou areia na operação de compra de 17,9% da rede de televisão comercial ITV. A intenção dele era impedir que sua rival NTL se fundisse com a ITV, o que criaria um monstro grande o suficiente para brigar com a BSkyB. Sua estratégia deu certo: seu movimento fez as ações da ITV subirem tanto que a NTL não teve condições de fechar o negócio. Tempos depois, porém, a Ofcom analisou a transação e concluiu que a compra de ações acabaria dando à BSkyB influência excessiva sobre os telejornais no Reino Unido. Como consequência, a Comissão de Defesa da Concorrência abriu um inquérito e determinou que a BSkyB vendesse a maior parte das suas ações da ITV. A BSkyB acabou enredada por anos em batalhas de recursos legais e o valor de sua participação acionária na ITA caiu vertiginosamente.

Mal tinha desferido esse golpe, a Ofcom lançou um segundo, em março de 2007, ao anunciar a investigação da indústria da TV paga no Reino Unido. Tratava-se de um mercado de 4 bilhões de libras por ano, dominado pela BSkyB. A empresa de Murdoch era dona dos direitos de transmissão dos eventos esportivos mais importantes e de um imenso acervo de filmes, todos vendidos a seus assinantes através de sua própria plataforma por satélite e também aos canais de TV paga concorrentes. Esses concorrentes menores queixavam-se da BSkyB por esta exercer um “círculo

vicioso de controle” ao cobrar deles tarifas extorsivas para exibir suas produções. A Ofcom claramente estava considerando obrigar a BSkyB a reduzir seus preços para que os consumidores tivessem mais opções de canais de TV paga por assinatura.

James reagiu com firmeza. A Ofcom teve de enfrentar o que um dos envolvidos classificou de “artilharia pesada de agressões e contestações”. A BSkyB lançou mão de seu poderio financeiro e contratou uma legião de advogados, consultores especializados e peritos, que apresentaram uma enxurrada de relatórios em que tentavam encontrar desvios de conduta da agência reguladora. Nos bastidores, os Murdoch usaram lobistas políticos e seus próprios contatos diretos com ministros para reclamar duramente do papel da Ofcom. Como acontecera na campanha contra a BBC, houve indícios de que podem ter considerado usar meios ilegais. O diretor da Ofcom, Ed Richards, contou a colegas que suspeitava estar sendo vigiado. Seus vizinhos no País de Gales disseram que alguém estivera por lá fazendo perguntas sobre ele e havia sinais de que alguém andara fuçando suas latas de lixo.

Como no caso da BBC, o ponto culminante do ataque aconteceu na palestra de James Murdoch no Festival de TV de Edimburgo, em 28 de agosto de 2009. Ele defendeu uma “reorientação radical das diretrizes regulatórias” das atividades da mídia no Reino Unido e qualificou seu algoz como “um regulador armado com um arsenal de preconceitos e uma planilha”.

Assim, o verão de 2009 chegava com a perspectiva de eleições gerais dentro de doze meses e interesse especial numa questão simples: a News International gostaria de manter Gordon Brown como primeiro-ministro?

* * *

Contrariado, o grupo de Brown assistia a essas manobras da coxia, sem conseguir atender às exigências de Murdoch de refrear a BBC e a Ofcom. Pessoas próximas ao primeiro-ministro afirmam que essa atitude se devia ao fato de considerarem as demandas ilegítimas e de não desejarem compactuar. Outros afirmam que a essa altura o mandato de Brown havia caído num atoleiro de ansiedade e desordem tal que deixaram de reagir simplesmente porque não conseguiam tomar a decisão de o fazer.

Parece que o governo não percebera que a ligação pessoal de Brown com Rupert Murdoch tinha cada vez menos importância, já que James Murdoch continuava a conquistar novos territórios de poder dentro da News Corp. De acordo com várias fontes, pai e filho eram vistos mostrando os dentes um para o outro com frequência. Em fevereiro de 2009, James venceu uma importante batalha quando o principal diretor de operações de Murdoch, Peter Chernin, anunciou que estava deixando o grupo. Em seu livro *The Man Who Owns the News*, Michael Wolff descreve como, em 2005, Chernin e Roger Ailes, presidente da Fox News, armaram um complô contra o irmão mais velho de James, Lachlan, forçando-o a afastar-se e voltar para a Austrália. James não queria ser expulso do mesmo jeito.

Sem Chernin no caminho, James passou a avançar agressivamente na direção do diretor do marketing e relações institucionais da News Corp em Nova York, Gary Ginsberg, personagem influente no alto escalão da empresa e aliado de seu pai. De acordo com um alto executivo, “James saltou na jugular de Ginsberg de maneira cruel, desqualificando suas ideias como as coisas mais idiotas que já tinha ouvido, ameaçando-o com frases como ‘Vou esmagá-lo se você fizer isso’”.

Embora boa parte do que foi descrito estivesse acontecendo longe dos olhos do público, não era difícil

perceber a posição cada vez mais frágil de Gordon Brown, e Cameron logo começou a se mexer. Em momentos-chave de 2009, Cameron e seus porta-vozes captaram os sinais enviados pelo grupo de James Murdoch e acenaram de volta; a equipe de Murdoch, por sua vez, respondeu com gestos de encorajamento e desejo, numa dança equivalente à de dois passarinhos se chamando no bosque, se aproximando harmonicamente um do outro.

Em março de 2009, Cameron reagiu à campanha agressiva contra a taxa de concessão que financiava a BBC, declarando que deveria ser congelada e acrescentando a sedutora ameaça de que seria difícil até mesmo mantê-la se a BBC não implementasse mudanças. A mensagem foi bem recebida e entendida pelo grupo de Murdoch, que piscou de volta, nas páginas do *The Sun*, com uma matéria que nada dizia sobre o possível impacto do congelamento da taxa na capacidade da BBC de produzir programas de qualidade, mas noticiava que “o sr. Cameron quer conter a burocracia inchada e o desperdício de dinheiro da BBC. Ele planeja cortar o financiamento da emissora com dinheiro do contribuinte que dá a ela vantagens em relação a concorrentes como a Sky”. Complementando a matéria, o *The Sun* listava os valores que, segundo o jornal, a empresa gastava com táxis e salários de seus executivos.

Os dois grupos entoavam o coro contra a BBC. Os Murdoch reclamavam que a emissora pública detinha mais da metade dos ouvintes de rádio e que mais faixas de frequência deveriam ser concedidas a companhias comerciais de rádio, muitas das quais compravam seus noticiários da BSkyB. O porta-voz-assistente de Cameron, Ed Vaizey, tinha a mesma opinião: “Há bons argumentos para se tirar da BBC a Radio 1 e dar ao setor comercial a oportunidade de usar a frequência”.

Os Murdoch acusaram a BBC de invadir novos mercados anteriormente atendidos por empresas comerciais privadas e

especificamente de “fornecer [conteúdo] para revistas e sites de internet”. Da mesma forma, Cameron reclamou da “mão pesada da BBC entrando em novos mercados e subitamente esmagando sem dó prestadoras de serviço de internet, empresas de educação e pequenas editoras”. Os Murdoch também atacaram o Fundo BBC, que, em última instância, é o controlador e quem supervisiona a BBC, acusando-o por seu “desempenho péssimo, temerário (...) completo fracasso”. A principal crítica era ao fato de o fundo não ter impedido que a BBC expandisse suas operações para novos mercados comerciais. Sete semanas mais tarde, o principal porta-voz de Cameron para assuntos de mídia, Jeremy Hunt, anunciou que, uma vez no poder, o governo do Partido Conservador extinguiria o Fundo BBC porque este permitira que a BBC “sufocasse empresas de mídia concorrentes”.

Também havia a Ofcom. Em 26 de junho de 2009, dois anos depois de começar sua investigação das atividades das TVs pagas, a agência anunciou que a BSkyB deveria ser obrigada a cortar em até 30% o preço dos conteúdos que vendia a plataformas rivais. A BSkyB declarou que apelaria da decisão. Uma fonte bem posicionada afirma que James Murdoch ficou furioso com esse julgamento e saiu dizendo que a Ofcom deveria ser extinta. Dez dias depois, em 6 de julho de 2009, David Cameron anunciou que, se eleito, extinguiria a Ofcom.

Em 9 de julho, dia seguinte à publicação da primeira matéria do *The Guardian* sobre as escutas telefônicas ilegais, o *The Times* publicou um artigo acusando os executivos da Ofcom de terem salários altos e reembolsos. Em 15 de julho, James Murdoch e Rebekah Brooks se reuniram com outro partidário de Cameron, Oliver Letwin, responsável por escrever a minuta do manifesto do Partido Conservador visando às próximas eleições, especificamente da parte em que se discutia o futuro da Ofcom. Em 23 de junho, o *The Sun*

publicou uma coluna de Kelvin MacKenzie acusando o CEO da Ofcom, Ed Richards, de “puxa-saco” e chamando a presidente do conselho do órgão, Colette Bowe, de “idosa ultrapassada”.

Os dois grupos seguiram trocando sinais quando trataram das mais importantes fontes de receita da BSkyB. Os Murdoch argumentavam que a publicidade na TV era excessivamente regulada e que isso estava desviando vultosas receitas para a conta bancária do Google, que atuava sem nenhuma regulação. Essa era também a opinião de Jeremy Hunt: “A receita de publicidade do Google no Reino Unido superou a da ITV na primeira metade do ano... Num ambiente assim, é justo perguntar se ainda são apropriadas algumas das regulações destinadas a trazer equilíbrio ao mercado.”

Ao final de agosto, depois da palestra de James Murdoch no Festival de TV de Edimburgo, a dança se aproximou do clímax. Logo após a palestra, Jeremy Hunt viajou para Nova York, onde, de acordo com os anais de atividades de parlamentares da Câmara dos Comuns, teve reuniões com “representantes da News Corp”.

Nos bastidores, de acordo com duas fontes próximas, Rupert Murdoch estava cada vez mais irritado com a abrutalhada insistência de seu filho James de que era necessário abandonar Gordon Brown. Mas Rebekah Brooks, que ainda era ouvida com atenção pelo velho, mediou uma trégua entre eles e se juntou a James na missão de convencer Rupert de que era preciso apoiar Cameron. Ainda segundo as mesmas fontes, um dos principais argumentos apresentados por James era a perspectiva de que o governo Cameron provavelmente criaria menos obstáculos ao plano secreto de comprar a totalidade das ações da BSkyB, àquela altura a mais importante jogada no horizonte da News Corp. Relutante, de acordo com as fontes, o pai cedeu à pressão do

filho, ainda que, segundo uma delas, “tenha ficado puto da vida com a história”.

Na noite de 10 de setembro de 2009, James Murdoch encontrou-se com David Cameron para tomar um drink no exclusivo George Club, em Mayfair. Na ocasião, o jovem magnata explicou que, após conversas com seu pai, com Rebekah Brooks e com o novo editor do *The Sun*, Dominic Mohan, estava em condições de informar a Cameron que o jornal de maior vendagem da Grã-Bretanha decidira anunciar que apoiaria o Partido Conservador nas próximas eleições.

* * *

Foi uma noite de muita conversa ambígua e de bebedeira.

Três semanas mais tarde, uma multidão fervilhante de militantes trabalhistas estava reunida no salão de banquetes do Grand Hotel, em Brighton, para o grande jantar de arrecadação de fundos, que sempre é o evento central da convenção anual do partido. Do lado de fora, no opulento corredor ladeado por grandes painéis brancos, um dos ministros mais altos do governo Gordon Brown, Peter Mandelson, caminhava de um lado para o outro pendurado num aparelho celular.

No outro lado da linha estava Rebekah Brooks, com uma novidade: o *The Sun* estava mudando de lado. Frases ambíguas jorravam como vinho. Brooks fingia que era uma decisão que ela e alguns membros do alto escalão do *The Sun* tinham tomado naquele dia. Mandelson sabia muito bem que o jornal andava de flerte com os conservadores havia meses. Ele, por sua vez, fingia estar preocupado com esse tremendo erro, que espantaria os leitores do jornal, e lhe disse delicadamente que ela era realmente cabeça-dura (ainda que, mais tarde, Brooks dissesse ter ouvido uma palavra mais ofensiva).

De volta ao salão de banquetes, relatou a conversa a Brown e o aconselhou a fingir indiferença à novidade, o que foi feito. Mandelson cancelou um jantar que havia marcado com James Murdoch; Brown e sua comitiva boicotaram a recepção oferecida pela News International naquela noite e fizeram de tudo para evitar ler os exemplares da primeira edição do *The Sun* do dia seguinte, distribuídos à larga em todas as dependências do Grand Hotel e que traziam um “Trabalhistas dançaram” gritante na primeira página. Assim, fingindo que a vida seguiria normalmente, aparentando alegria, alguns deles terminaram a noitada já de madrugada reunidos em torno de um piano no bar do andar térreo entoando canções do Abba com os braços em torno dos ombros uns dos outros.

Mas a maior conversa fiada de todas era a alegação de que se tratava apenas e tão somente de jornalismo. Os assessores de Brown participaram da encenação, talvez pelo simples fato de ela tornar o golpe mais digerível. Quando se reuniram tarde da noite em um dos quartos do hotel para discutir os próximos passos, todos concordaram que deveriam reagir à decisão do *The Sun* cortando qualquer tipo de cooperação: não passariam mais informações, notícias, nem dariam qualquer ajuda a seus jornalistas.

Rebekah Brooks também fingiu que sua conversa com Mandelson era meramente jornalística e não passava de uma executiva de um órgão de imprensa fazendo a cortesia de informar que haveria uma mudança na linha dos editoriais. Na verdade, no entanto, era um gesto com profundo significado político.

Era político, para começar, na forma. Já haviam passado três semanas desde que James Murdoch avisara David Cameron sobre o apoio do *The Sun*, mas os leitores do jornal ainda não tinham sido informados. O anúncio tinha sido segurado até essa data específica, 29 de setembro de 2009,

quando provavelmente provocaria uma assolação política maior para Gordon Brown.

Mais cedo naquele mesmo dia, o primeiro-ministro havia feito o discurso que daria o tom da convenção. Para um líder cuja popularidade afundava perigosamente, era um momento crucial. Mesmo um primeiro-ministro em seu leito de morte político é capaz de proferir um discurso com potencial de mobilizar os militantes e, mais ainda, conquistar pontos junto ao eleitorado como um todo, além dos limites da convenção. Mas agora a cobertura desse discurso pela imprensa estava fadada a ser maculada, ou mesmo esmaecida, pelo anúncio do *The Sun*.

Para garantir que a própria News International seria a notícia central dos telejornais e da imprensa escrita, foi montado um cenário irresistível, decorando a fachada de sua sede na região leste de Londres com luz azul e emitindo do teto fumaça azul, a cor do Partido Conservador.

Mas, acima de tudo, o gesto era político em suas intenções. A esta altura, o governo Brown estava debilitado por dois anos de crises recorrentes e popularidade em queda livre — do auge de 42% de aprovação nas pesquisas de outubro de 2007 para apenas 25% naquele momento. Parecia evidente a todo observador e à própria liderança do Partido Trabalhista que era improvável uma vitória nas eleições gerais, previstas para dali a oito meses, na primavera de 2010.

Não havia nada de incomum em um jornal declarar seu apoio a um candidato opositor em uma campanha eleitoral, mas fazê-lo oito meses antes do pleito era uma declaração de guerra ao primeiro-ministro em exercício. Até podia ser verdade que o governo Brown estivesse morrendo, mas o que se viu nos meses seguintes foi um assassino político, tendo percebido que seu alvo sofria de doença terminal, invadir seu quarto, subir em seu leito e desferir-lhe golpes letais. O gesto do jornal ultrapassava muito os limites

do mero jornalismo. E-mails internos revelam que Rebekah Brooks enviara o rascunho do editorial do *The Sun* que anunciava a mudança da linha política do jornal para aprovação de James Murdoch antes da publicação. Embora o *The Sun* agora propagandeasse seu casamento com a causa conservadora, nada dizia publicamente sobre a News Corp compartilhar das ideias da liderança do Partido Conservador a respeito da BBC ou da Ofcom. O jornal não se limitou a apoiar os conservadores em seus editoriais ou a caracterizá-los com benevolência em seu noticiário: passou a empreender uma campanha contínua de distorção dos fatos em suas reportagens. Seus leitores agora eram um curral eleitoral. O *The Sun* começou a “infernizar” a vida do primeiro-ministro.

No dia seguinte à convenção, em meio ao furor causado pelo anúncio do *The Sun*, outros jornais reconheceram que Gordon Brown fizera um discurso eficaz. Sem deixar de apontar sua fraqueza e questionar algumas de suas ideias, ainda assim consideraram uma fala bem engendrada, apresentada com vigor e paixão. O novo *The Sun*, que passara os últimos doze anos veiculando matérias favoráveis aos trabalhistas, tinha subitamente mudado de lado e agora despejava menosprezo sobre o aliado de ontem.

O jornal não abriu espaço em suas páginas para mencionar o ataque cáustico aos conservadores e à “ideologia falida” de mercados livres sem controles que, na opinião do primeiro-ministro, era a culpada pela crise financeira internacional do ano anterior. Tampouco mencionou os planos de limitar os bônus dos executivos de bancos, de criar uma corporação nacional de investimentos, de empregar 10 mil jovens em estágios profissionalizantes e outros 10 mil em empregos “verdes” criados pelo mercado de bônus de emissão de carbono, de conter o comportamento antissocial de 50 mil famílias desestruturadas, de contribuir para a cooperação internacional, de propor um referendo sobre reforma eleitoral,

de criar programas de apoio a mães adolescentes, de promover novas reformas na Câmara dos Lordes, de garantir aumentos anuais do salário mínimo. Alguns comentaristas consideraram essas ideias modestas demais. Poucos acreditavam que eram suficientes para reverter a sorte de Brown. Para os leitores do *The Sun*, elas simplesmente não existiam.

O jornal até noticiou alguns de seus planos, mas tudo que havia de bom era pintado com cores negativas. Brown defendeu a ideia do entrelaçamento global dos povos, mas para o *The Sun* isso era uma simples “admissão tácita de que o Novo Trabalhismo havia fracassado”. Brown foi ovacionado em pé pelo auditório da convenção ao falar sobre o “heroísmo insuperável” dos soldados britânicos no Afeganistão, o clímax retórico de seu discurso, mas para o *The Sun* isso foi apenas mais um defeito: “O senhor Brown não conseguiu arranjar mais que 35 segundos para prestar homenagem aos homens e às mulheres do nosso exército.”

Brown declarou: “Sabemos qual será o custo de cada mudança e de cada promessa que fizermos; temos um plano claro de como pagaremos esse custo”. Nas páginas do *The Sun*, a afirmação virou outra coisa: “Ele apresentou uma lista de desejos de promessas políticas, sem admitir que a Grã-Bretanha está quebrada ou sem explicar de onde tiraria o dinheiro para pagá-las.”

Anunciou assistência gratuita a 250 mil crianças de famílias pobres, mas, de acordo com o *The Sun*, a “medida começou a desandar imediatamente devido à reação indignada de pais de famílias de classe média”. Disse que resultados de exames de câncer levariam uma semana para ficarem prontos, só que, para o jornal, isso “carecia de fundamento”. Prometeu controles de imigração mais rígidos, porém só dedicou “83 palavras ao tema”. Admitiu que a nova lei que permitia a venda de bebidas alcoólicas durante todo o dia tinha dado

certo em alguns lugares e fracassado em outros, razão pela qual as autoridades locais teriam a opção de limitar as licenças nos locais onde houvesse problemas. Nas páginas do jornal, isso se transformou em “o senhor Brown prometeu rasgar as leis relativas à venda de bebidas alcoólicas, promulgadas pelos próprios trabalhistas, em patente reconhecimento de que elas contribuíram para o recrudescimento do comportamento antissocial que infesta nossas ruas”.

Isso foi só o aperitivo. Durante meses o *The Sun* pegou no pé de Brown. Infernizou-o com intensidade especial na cobertura da presença militar britânica no Afeganistão; o tom da abordagem vinha subindo ao longo de 2009, com matérias críticas ao Ministério da Defesa (mas poupando o primeiro-ministro) por não mandar mais dois mil soldados para a província de Helmand antes que o governo dos Estados Unidos tivesse definido seus próprios planos, e por fornecer equipamentos inadequados que supostamente expunham soldados britânicos a riscos desnecessários. No entanto, à medida que Brown perdia a simpatia da News Corp, o alvo dessas matérias mudara e o próprio primeiro-ministro passara a ser atacado. Em meados de julho de 2009, o correspondente para assuntos militares do *The Sun* foi autorizado a publicar o seguinte texto: “Cada nova morte em Helmand tem como endereço de origem o número 10 da Downing Street. É uma mácula da qual o senhor Brown dificilmente vai se recuperar, independentemente do que vier a fazer a partir de agora.” Em 28 de agosto, o *The Sun* lançou uma campanha cáustica com o mote “Você ainda não percebeu que estamos em uma maldita guerra?” com fotos de todos os 221 militares britânicos mortos no Afeganistão e ataques agudos de várias pessoas, inclusive a mãe de um cabo morto em combate. Nas primeiras semanas de setembro, o jornal publicou uma carta do padraço de um

jovem soldado morto no Afeganistão sob a manchete “Senhor primeiro-ministro, você matou nosso menino”. Na sequência, vieram matérias em que Brown era chamado de “frouxo” e exortado a renunciar. Leitores eram alertados: “o primeiro-ministro continuará gastando o SEU dinheiro para poder salvar a própria pele nas próximas eleições”.

Depois de o *The Sun* transferir seu apoio para o Partido Conservador em 29 de setembro, as agressões se tornaram ferozes. O Ministério da Defesa reduziu verbas para treinamento de soldados voluntários da reserva. O *The Sun* reclamou e Gordon Brown reverteu a decisão. O *The Sun* então voltou a reclamar: “Recuo humilhante.” Em 9 de novembro, Dia do Armistício, Brown participou de uma cerimônia no Túmulo do Soldado Desconhecido para respeitosamente depositar uma coroa de flores em memória dos soldados britânicos mortos em combate, um tradicional ritual dos primeiros-ministros. O *The Sun* queixou-se de que ele não abaixou a cabeça do modo correto.

Naquele mesmo dia, o jornal descobriu que, na carta que enviara à mãe de um soldado morto no Afeganistão um mês antes, Brown escrevera seu nome errado. O nome do soldado era Jamie Janes, mas o primeiro-ministro se dirigira a ela como “sra. James”. Nas palavras do *The Sun*, essa letra errada transformou seu gesto aparentemente gentil de transmitir sua solidariedade por meio de uma carta de próprio punho em “um insulto terrível, rabiscado às pressas”. Juntando isso com o fato de supostamente não ter baixado a cabeça como deveria no Túmulo do Soldado Desconhecido, o jornal disparou em sua matéria: “Suas gafes acontecem apesar da campanha do *The Sun* para lembrá-lo de que estamos em uma maldita guerra.” Mais tarde, quando Brown tentou consertar a situação com a sra. Janes e ligou para ela para pedir desculpas pessoalmente, o jornal soube do plano e aconselhou-a a gravar a conversa. Na reportagem que

publicou, o *The Sun* transcreveu o diálogo, mas, deixando de lado o pedido de desculpas de Brown, deu grande espaço à queixa da sra. Janes de que o filho tinha morrido porque não recebera os equipamentos adequados.

Um assessor próximo de Brown à época afirma que o primeiro-ministro ficou profundamente chateado e procurou Rupert Murdoch para avisá-lo que esse tipo de comportamento do *The Sun* poderia levar ao fim da relação entre eles. Murdoch sugeriu que ele falasse com Rebekah Brooks. Brown ligou para ela e disse: “Quero expressar minha profunda decepção. Vocês estão me atacando no plano pessoal. É absolutamente ultrajante (...) Vocês estão prejudicando nossos esforços de guerra.” De acordo com esse assessor, Brooks defendeu a cobertura do *The Sun* e acrescentou: “Temos o direito de discordar de você. Não é pessoal.” Brown insistiu que era pessoal e ela tentou apaziguar a situação dizendo que esperava que voltassem a conversar. O primeiro-ministro respondeu “Não acho que isso vá acontecer”, e desligou.

Como os ataques do *The Sun* não diminuíram, Brown deu um passo bastante discutível ao organizar uma conversa em off entre o então chefe do MI6, Sir John Scarlett, Rupert Murdoch e Rebekah Brooks. Um dos conselheiros mais próximos de Brown afirma que Sir John os alertara de que o Taliban estava usando matérias do *The Sun* como propaganda e elas estavam minando o moral das tropas britânicas. Rebekah Brooks começou a discutir com Sir John e a conversa ficou tensa, ao ponto de Murdoch desautorizar Brooks e garantir a Sir John que a cobertura do jornal passaria a ter um tom mais brando. Isso não aconteceu.

Encurralado, o primeiro-ministro considerou com sua equipe a possibilidade de reagir e passar ao ataque. Quando a primeira matéria sobre as escutas foi publicada pelo *The Guardian* em julho de 2009, Brown a tratara como uma

confusão da qual deveria manter distância, por medo de irritar Murdoch. De acordo com um assessor, ele chegou a pedir a ministros de seu governo que pudessem ter sido vítimas que nada fizessem. Quando ficou claro que haveria eleições e a News International o abandonou, ele passou a pensar seriamente em se envolver.

Em março de 2010, perguntou ao secretário de gabinete, Gus O'Donnell, se poderia pedir a abertura de um inquérito público sobre as escutas ilegais e ficou frustrado quando foi informado de que, pela lei, não seria possível, porque as provas existentes não eram suficientes. Logo depois, pediu a seus assessores que preparassem o esboço de um discurso em que atacaria pesadamente os Murdoch, criticaria James Murdoch por sua palestra no Festival de TV, defenderia a taxa de concessão que sustentava a BBC e defenderia uma nova abordagem da regulação da mídia. O discurso nunca foi feito. A fera era perigosa demais.

Enquanto Brown era massacrado pelo *The Sun*, David Cameron se aproximava cada vez mais do jornal. Se de seu lado o primeiro-ministro vira seu discurso na convenção do partido ser eclipsado e distorcido na cobertura do *The Sun*, do outro, a fala de David Cameron no mês seguinte teve a benção de uma mensagem de Rebekah Brooks: “Torço muito por você, não apenas como amiga pessoal, mas porque profissionalmente estamos nisso juntos. O discurso de sua vida? *Yes, he Cam!*”, num trocadilho com o “*Yes, we can*” [Sim, nós podemos] de Obama. No dia seguinte ao discurso, uma nova mensagem: “Brilhante discurso. Chorei duas vezes. Vou adorar ‘trabalhar’ com você.” Em sua cobertura, o *The Sun* noticiou que Cameron tinha “a força necessária para reerguer uma Grã-Bretanha abalada” e que fizera um “discurso cheio de energia”. Era difícil ler isso sem achar que se tratava de propaganda disfarçada de jornalismo.

Em novembro de 2009, Cameron anunciara seu apoio à antiga campanha de Rebekah para o uso de navios-prisão para criar mais vagas no sistema prisional. O *The Sun* dera destaque ao anúncio. No mês seguinte, os Cameron passaram o réveillon na companhia de Rebekah e Charlie Brooks em uma festa dada pelo apresentador de TV Jeremy Clarkson, à qual estiveram presentes outras figuras da elite do Partido Conservador, além de Andy Coulson. Em janeiro de 2010, Cameron anunciou pela segunda vez seu apoio à ideia dos navios-prisão e foi objeto de matéria do *The Sun*: “Os conservadores captaram a mensagem. Com os navios-prisão eles poderão navegar rumo à vitória nas próximas eleições gerais.” Jeremy Hunt teve duas reuniões com James Murdoch, onde o futuro da Ofcom foi discutido.

Quando chegou a primavera de 2010, ficou evidente que o primeiro-ministro convocaria eleições para o início de maio. Também se tornou público que a News Corp tinha grandes interesses em jogo no tabuleiro político. O *The Independent* revelou que os Murdoch planejavam fazer uma oferta de compra dos 61% da BSkyB que ainda não lhes pertenciam. A operação faria deles protagonistas dominantes não apenas da imprensa escrita como também da TV britânica, turbinando significativamente seu poder e seus lucros. Mas era preciso que o governo e a Ofcom permitissem.

Mais que nunca, a News Corp precisava de um amigo na Downing Street.

10. De março a 15 de dezembro de 2010

Apesar do que se ouve na faculdade, fazer reportagens não é uma atividade para quem prefere a passividade. Não dá para ficar sentado no sofá esperando que a informação o procure como se fosse o carteiro tocando a campainha da sua casa. Não se você pretende ganhar a vida fazendo algo mais que meramente reciclar informes para a imprensa; não se você começa a entender que as melhores matérias são aquelas que alguém não deseja que sejam escritas. É preciso cair no mundo e fazer acontecer; usar a última gota de imaginação para descobrir formas de forçar o avarento a lhe entregar o ouro.

Na primavera de 2010, Alan Rusbridger bolou um plano bem redondo. Contrariando a norma consagrada segundo a qual editores devem dar a vida para garantir que as notícias sejam publicadas com exclusividade nas páginas de seus jornais, ele procurou outros jornalistas para atualizá-los sobre nosso trabalho e incentivá-los a ir mais fundo. Como os jornais impressos estavam fora de nosso alcance devido a seus próprios interesses, ele tentou convencer emissoras de TV e falou com altos executivos da BBC e do Channel 4. Ambos decidiram fazer documentários, para os programas *Panorama* e *Dispatches*, respectivamente — coube a mim passar-lhes as informações. Ele conversou também com Peter Osborne, colunista conservador do *Daily Mail*, conhecido por ser direto e franco e que, calculava Rusbridger, seria um dos poucos jornalistas conservadores corajosos o suficiente para atacar

Andy Coulson. Encontrei-me com ele em um bar em Victoria e tentei explicar todo o caso. A partir daí ele fez suas próprias investigações.

O mais importante: Rusbridger conversou com Bill Keller, editor-executivo do poderoso *The New York Times*. Não deve ter sido difícil convencê-lo. Rusbridger lhe oferecia muito mais que uma matéria envolvendo a família real, escutas ilegais feitas por tabloides, detetives particulares, políticos e policiais num aparente complô em busca de poder; muito mais do que isso, aquela era uma reportagem sobre o homem que comprara o *The Wall Street Journal* e tentava usá-lo como arma letal contra o diário que Keller tanto amava. Este agiu rápido.

Três dias depois, em 15 de março, três repórteres do *The New York Times* desembarcaram em Londres e foram direto para a sede do *The Guardian*. Naquela noite, eu e Rusbridger ficamos reunidos com eles por quatro horas para lhes passar informações. No dia seguinte, dediquei mais quatro horas na sucursal deles em Londres para inteirá-los de tudo. Rusbridger apresentou um deles, Don Van Natta, à nossa fonte, o Emissário. Apresentei Van Natta ao investigador Karl (um encontro estranho, ao som do piano do requintado saguão do Grand Hotel de Brighton, onde Karl falou sobre o mundo sórdido de Jonathan Rees e seu círculo de policiais corruptos). Continuei lhes passando informações e contatos. Para mim era estranho transferir a outros jornalistas pilhas de informações que tive tanto trabalho para obter. Eu também temia que achassem que nossa leitura do caso tinha sido toda equivocada e publicassem algo que simplesmente nos aniquilaria. No entanto, estávamos isolados e precisávamos de apoio. Além disso, Van Natta concordou em retribuir o favor e me dar o material que tivesse levantado, mas não fosse usado na sua matéria. Um bom acordo com um bom parceiro.

Nesse ínterim, lutando para me recompor do baque provocado pelo fracasso do processo movido por Max Clifford, lembrei-me de algo que tinha lido em *Good Times, Bad Times*, o livro de memórias em que Harry Evans conta sua experiência como editor do *The Sunday Times* entre 1967 e 1981. Em uma das passagens, ele lembra como, em março de 1974, despachara repórteres para Paris a fim de investigar a misteriosa queda de um avião DC-10 que resultara na morte das 346 pessoas que estavam a bordo. Os indícios iniciais por eles levantados sugeriam a existência de um defeito estrutural no avião, o que significava serem prováveis outros acidentes e que a fabricante do modelo, a McDonnell Douglas, deveria fazer um *recall*. Entretanto, eles não poderiam publicar uma matéria com esse impacto potencial sem provas contundentes. Evans descreve no livro como seus repórteres haviam interferido nos eventos abordados na reportagem, agindo como intermediários para pôr as famílias enlutadas em contato com advogados de reconhecida eficácia nos Estados Unidos, incentivando-as a processar a McDonnell Douglas. Eles sabiam que os tribunais americanos provavelmente obrigariam a empresa a tornar públicos documentos internos. Funcionou. Decidi tentar fazer o mesmo.

Assim, em vez de esperar passivamente que as possíveis vítimas encontrassem o caminho no labirinto da Scotland Yard, me entreguei à tarefa de descobrir e avisar quem tinha sido atingido por Mulcaire. Meu objetivo era incentivá-las a processar, colocá-las em contato com os advogados certos, prover os advogados com informações sobre o histórico do caso e aconselhá-los e, enfim, fazer o que fosse preciso para ajudá-los a levar o caso para os tribunais a fim de que um juiz arrancasse a verdade para nós.

Na época, eu tinha certeza de que pelo menos dois ministros estavam entre as vítimas, porém não consegui persuadi-los a entrar com um processo na Justiça. Meses

antes, a ex-ministra de Cultura, Mídia e Esportes Tessa Jowell me confirmara que durante o inquérito original de 2006 a polícia a avisara de que suas mensagens de voz haviam sido interceptadas várias vezes durante o período em que estava se separando de seu marido. Contudo, ela tinha me pedido para não noticiar isso por medo de que reavivasse o interesse da imprensa em sua família, e eu concordara. (Acho que foi um erro meu: como Jowell tinha sido a ministra responsável pela mídia, o fato de o *News of the World* ter ousado interceptar suas mensagens provavelmente era importante demais para ser mantido em segredo por motivos pessoais.)

Um outro ministro, Charles Clarke, sucessor de David Blunkett como ministro do Interior, tinha sido seguido por Derek Webb. Pedi que um amigo de Clarke o alertasse de que isso significava que ele provavelmente tinha sido alvo de escutas ilegais. Em sua resposta, ele disse não estar interessado em levar adiante o assunto. Talvez não quisesse entrar numa briga com Murdoch, talvez não quisesse ressuscitar a fofoca maldosa que atraía a atenção do jornal, fosse ela qual fosse.

Identifiquei cerca de doze escritórios de advocacia especializados em representar celebridades em suas relações com jornais e entrei em contato com todos, explicando a existência das provas na Scotland Yard e me oferecendo para ajudar. A maioria desses clientes não quis saber. Alguns estavam ocupados demais, outros tinham medo de reavivar algum episódio embaraçoso. Alguns estavam simplesmente assustados com a possibilidade de serem alvos de um ataque dos jornais de Murdoch. Entretanto, alguns concordaram em escrever para a polícia, seguindo os passos do pequeno grupo de advogados que já se preparava para a batalha.

Rusbridger ouvira rumores de que a certa altura a atriz australiana Nicole Kidman tinha sido alertada pela polícia de que era uma das vítimas. Descobri que ela era representada

em Londres por um advogado chamado John Kelly, um sujeito corpulento, nativo de Liverpool, que trabalhava no escritório de advocacia Schillings, especializado em mídia (e em geral detestado por jornalistas por sua agressividade na defesa dos interesses das celebridades). Liguei para ele e, apesar de insistir que Nicole Kidman não tinha recebido qualquer aviso da polícia, ele quis saber o que a polícia estava fazendo. Fui visitá-lo na sede da Schillings na Bedford Square no centro de Londres e lhe dei uma aula de uma hora sobre escutas telefônicas e como roubar informações da Scotland Yard. Ele assimilou tudo e se pôs a trabalhar: escreveu para a Scotland Yard em nome de sete clientes perguntando se algum deles constava das anotações de Mulcaire.

A polícia acabou admitindo que dois constavam. Ambos concordaram em entrar com uma ação na Justiça para forçar a polícia a apresentar as anotações. No início, Kelly manteve em sigilo suas identidades, mas, à medida que os processos avançaram, ficou evidente que ele representava o ator Steve Coogan, cujo relacionamento com a estrela da música indie Courtney Love fizera dele um alvo dos tabloides, e o jogador de futebol aposentado e agora comentarista de TV Andy Gray, cujo relacionamento com qualquer pessoa despertava nos tabloides um desejo nada natural de saber em que travesseiro andava encostando a cabeça.

A essa altura, na primavera de 2010, Mark Lewis já havia abandonado seu escritório de advocacia de Manchester, descolorido e cortado o cabelo num penteado punk espetado, se apaixonado e desapaixonado várias vezes por Charlotte Harris, entrado e saído da sociedade com ela no escritório de advocacia, iniciado uma carreira paralela como comediante e terminou trabalhando sozinho em uma pequena firma de advocacia chamada Taylor Hampton, com escritório no alto de uma escada imunda localizado diante do Fórum de Justiça no

centro de Londres. Em pouco tempo ele fisciou um cliente importante.

Na esteira da ação penal abandonada por Max Clifford, ficara aparente que, no período em que armara escutas dos telefones de Clifford para tentar roubar as notícias que ele tentava vender, o *News of the World* também tinha invadido a caixa de mensagens de voz de sua assistente, Nicola Phillips. Consegui localizá-la e, no meu novo papel de fornecedor de munição para armas jurídicas, apresentei-a a Lewis. Ela então trabalhava por conta própria como relações-públicas independente e estava apreensiva com a perspectiva de entrar em conflito com os jornais de Murdoch. Mesmo assim decidiu entrar na briga. Ponto para ela.

Eu havia descoberto que um dos que haviam sido avisados pela polícia em 2006 era o parlamentar esquerdista George Galloway e fiz a ponte entre ele e Mark Lewis. Este andava pressionando cada vez mais lady Buscombe, presidente da PCC, e já a notificara formalmente, acusando-a de difamação por sua declaração insinuando que ele havia enganado o parlamento.

Como seu processo em nome de Max Clifford tinha sido abortado à porta do fórum, Charlotte Harris passara a trabalhar com Sky Andrew, o agente de jogadores de futebol mencionado junto com outras sete vítimas no julgamento de Mulcaire e Goodman — mais uma vez, era indiscutível que a polícia tinha provas de que ele fora um dos alvos das invasões. A News International claramente queria abafar o caso: Andrew recebera várias ligações de advogados ligados ao *News of the World* exortando-o a desistir do litígio. Um deles chegara ao ponto de oferecer-lhe o pagamento de 25 mil libras por ano por até cinco anos se ele desistisse da ação — um comportamento estranho para uma organização que alegava nada ter a esconder. Andrew rejeitou a proposta. Charlotte Harris entrou com o processo na Justiça.

Passei a ela a lista de vítimas de Steve Whittamore que eu pegara da tela do computador de Alec Owen enquanto ele rolava para mim os dados que obtivera da ICO. Eram as pessoas cujos dados confidenciais tinham sido obtidos ilegalmente pela rede de Whittamore. Charlotte procurou alguns dos políticos da lista; pela sua lógica, se alguém se esforçara para descobrir informações sobre eles, muito provavelmente teria tentado também grampear seus telefones ou invadir suas caixas de mensagens. Não demorou muito para, com charme e habilidade, ela abrir novos caminhos e passar a circular com desenvoltura pelos corredores do parlamento, no Palácio de Westminster, formando parceria com Tom Watson e, através dele, com Gordon Brown, que se tornou seu cliente, escrevendo para a Scotland Yard em nome de doze parlamentares que suspeitavam que seus nomes apareciam nos documentos de Mulcaire e atuando em nome do antigo dirigente do Partido Liberal-Democrata, Mark Oaten, cuja vida sexual tinha sido brutalmente exposta pelo *News of the World* e que tinha fortes suspeitas de que sua caixa de mensagens de voz fora invadida.

Em incontáveis conversas por telefone, eu, Lewis e Charlotte Harris trocamos figurinhas e fofocas, tentando chegar à verdade. Falar por telefone com Charlotte é como ter um furacão em seu ouvido: ela fala muito rápido e mistura a conversa com você com o que está dizendo a alguém perto dela, seja o motorista do táxi a quem está dando instruções ou Mark Lewis e suas provocações. Tudo isso no meio da conversa sobre a News International. Em certa ocasião, num sábado, tive a impressão de que ela estava com as duas filhas pequenas no supermercado: “Estaremos diante do juiz na próxima semana tá bom mamãe vai pegar um biscoito pra você mas ainda não sei em qual horário.” Mas no meio da conversa, do nada, a ligação foi cortada. Tentei ligar de novo várias vezes e, como não conseguia, fiquei preocupado que

ela e as meninas tivessem sido atropeladas ao sair do supermercado. Vinte e quatro horas mais tarde, enfim consegui falar com ela e soube que estava tudo bem. Elas na verdade não estavam no supermercado. Charlotte estava em casa servindo biscoitos na cozinha e, quando levava a menorzinha ao banheiro para trocar a fralda, o telefone, que estava encaixado entre o ouvido e o ombro, soltou-se e caiu na privada.

Como uma espécie de casamenteiro profissional, apresentei Lewis e Charlotte também a Mark Thomson — que ainda pressionava a polícia em nome de seus doze clientes — para que trocassem informações e armassem táticas juntos. Thomson estava me enlouquecendo; vivia insistindo que tinha descoberto algo especial:

— Estou com uma informação que é pura dinamite. Uma bomba.

— Quem? Sobre o quê? — perguntava eu.

Ele então fazia uma careta como que pedindo desculpas e dizia:

— Não posso falar.

Costumávamos nos encontrar com frequência e, seguindo o conselho de um especialista em segurança, adquirimos o costume — hoje com certeza seguido por qualquer bandido bem informado — de tirar as baterias dos nossos celulares para não sermos vítimas do grampo conhecido por “bug nômade”, que transforma o microfone do celular em dispositivo que capta a conversa e a transmite a outro ponto para quem estiver na escuta. Concluímos que, embora as companhias telefônicas guardassem os registros de chamadas por apenas doze meses, seus departamentos de segurança possivelmente ainda mantinham os dados que haviam reunido para a Scotland Yard em 2006 bem como o histórico de tentativas de roubo de dados que tivessem detectado. Thompson apresentou um pedido para ter acesso

a esses registros. Enfatizei que, nas transcrições do julgamento original de Goodman e Mulcaire, os promotores afirmaram que Mulcaire sempre anotava o nome “Clive” no canto superior esquerdo dos documentos relativos a serviços prestados para jornalista. Por dedução, era lógico imaginar que ele fazia o mesmo nos documentos relativos a outros repórteres. Mais tarde Thomson diria que “quase vomitou de excitação” com a perspectiva de forçar a polícia a mostrar esses documentos.

Ele me perguntou algumas vezes se eu achava que o *News of the World* ainda invadia caixas de mensagem de voz e interceptava ligações. Contei-lhe a história do detetive particular que afirmara que um dos repórteres especiais, Dan Evans, era um especialista em grampos. Ele me perguntou se eu conseguiria que esse detetive desse um depoimento, mas eu sabia que seria impossível. Thomson não deu nenhuma indicação de que o nome de Dan Evans significava algo para ele. Pelo menos não naquele momento.

Eu também sabia que a polícia enfim havia admitido que pelo menos dois dos clientes de Thompson eram mencionados na papelada de Mulcaire. Deduzi que um deles era Jade Goody, que no passado participara do programa Big Brother — seu comportamento treloucado era um prato cheio para os tabloides — e tinha morrido de câncer em março de 2009, aos 27 anos. No entanto, os gestores de sua herança não tinham interesse em entrar na Justiça. O fato é que Thomson estava claramente se dedicando ao processo relativo à segunda vítima. Para mim, ele estava movendo uma ação com o fim de obrigar a Scotland Yard a revelar as provas; por isso continuei respondendo suas perguntas e lhe fornecendo informações, sempre na esperança de que isso conduziria a uma audiência em juízo na qual alguma verdade emergiria.

Tamsin Allen, do escritório Bindmans, estava preparando, em nome de Brian Paddick e Chris Bryant, uma petição pela revisão do inquérito policial original. O simples fato de um ex-policial de alto escalão como Paddick entrar com uma ação contra a Scotland Yard já era por si só chocante. Se ele precisava de alguma motivação, esta veio nas respostas da Scotland Yard às cartas de Tamsin Allen perguntando se os nomes de Paddick e Bryant apareciam nas anotações de Mulcaire: segundo os advogados da Scotland Yard, o nome de Paddick não era citado e não havia nenhuma evidência de que Bryant tivesse sido grampeado. Entretanto, nenhum dos dois acreditou; nem eu — sobretudo depois de a companhia telefônica de Bryant ter revelado que havia em seus registros três tentativas de obtenção de informações sobre ele e sua equipe por meios fraudulentos em dezembro de 2003, quando o *News of the World* e outros jornais vinham se dedicando a expor ao mundo sua vida sexual.

Fiz a ponte entre Tamsin Allen e Brendan Montague, um jornalista freelancer que me procurara porque suspeitava que o *News of the World* tinha grampeado seu telefone para roubar uma matéria. Também passei a ela um rumor bem fundamentado de que o ex-ministro do Interior David Blunkett fora vítima de grampo e tivera sua caixa de mensagens invadida na época em que o *News of the World* bisbilhotava sua vida sexual. Como tinha bons contatos no Partido Trabalhista, Tamsin conseguiu abordá-lo, mas, a exemplo de seus colegas Tessa Jowell e Charles Clarke, ele não mostrou interesse em comprar uma briga. Talvez tenha pesado na decisão o fato de a News International tê-lo contratado, com ótima remuneração, para ser colunista do *The Sun*.

Esta era, enfim, nossa artilharia, avançando devagar na direção de seu alvo: Steve Coogan e Andy Gray assistidos por John Kelly, do escritório Schillings; Nicola Phillips e George Galloway com Mark Lewis; Sky Andrew e talvez alguns

parlamentares com Charlotte Harris; um cliente anônimo e talvez alguma dinamite com Mark Thomson; Brian Paddick, Chris Bryant e Brendan Montague com Tamsin Allen. Naquele momento, não parecia muita coisa.

* * *

No início de abril de 2010, quando todos os principais analistas políticos previam a derrota de Gordon Brown nas eleições gerais de maio, Andy Coulson estava na iminência de entrar para o governo ao lado de David Cameron e tornar-se uma das pessoas mais influentes da Grã-Bretanha.

Em 4 de abril, Peter Osborne publicou o artigo sobre o qual havia conversado comigo. Chamou muito a atenção que não tenha saído no *Daily Mail*, jornal para o qual costumava escrever. O jornal obviamente tremera diante da ideia de veicular qualquer peça crítica à liderança conservadora a poucas semanas das eleições. Coube ao *The Observer*, jornal dominical da família do *The Guardian*, publicar o artigo. Osborne não teve papas na língua.

Sugeri que Coulson era o modelo mais recente de “pilantra brutamontes especializado em armações de bastidores” vinculado a um político proeminente; observou que o escândalo das escutas tinha sido ignorado pela imprensa em obediência a “um código de *omertà* tão estrito que sem dúvida seria aprovado pelas famílias mafiosas de Nova York”, fez um resumo das descobertas feitas pelo *The Guardian* e concluiu que “como editor-chefe-adjunto e depois editor-chefe do *News of the World*, [Coulson] era o comandante do que só pode ser chamado de uma próspera operação criminosa”. Osborne afirmava ainda que seria “extremamente preocupante” se Cameron permitisse que Coulson ocupasse algum posto, não importa qual, no governo.

Era um texto corajoso que deve ter preocupado a liderança dos conservadores, já que fora escrito por um conservador. No entanto, a coluna foi recebida com silêncio. Não era apenas a imprensa que seguia a *omertà*. Nenhum político importante se manifestaria contra Coulson. Nenhum partido político incluiu em sua agenda o escândalo das escutas ilegais.

Soube pelo Emissário que algumas lideranças do Partido Trabalhista estavam obcecadas com o assunto. Segundo ele, o ministro da Justiça, Jack Straw, decidiu ligar para o comissário da Polícia Metropolitana para exigir a verdade; o ministro do Interior, Alan Johnson, verificaria os arquivos e registros oficiais; o primeiro-ministro Gordon Brown ficou tão preocupado com a possibilidade de ter sido vítima de grampo que sua esposa, Sarah, procurou a Scotland Yard para descobrir se a suspeita procedia. De acordo com o Emissário, informaram a ela que não havia provas de que ela ou Brown tivessem sido alvos de Mulcaire. Eu o alertei para não confiar no que a Scotland Yard dizia a respeito das interceptações de mensagens de voz. Ele acrescentou que o primeiro-ministro planejava fazer um pronunciamento na TV e jogar todo o escândalo no ventilador. Isso nunca se concretizou. Nenhum político com alguma experiência entraria em rota de colisão com o homem que falava com quase 40% dos leitores de jornal do Reino Unido. Pelo menos não às vésperas de uma eleição.

O novo editor-chefe do *The Independent*, Simon Kelner, sentiu uma pitada do perigo quando veiculou uma campanha publicitária de seu jornal com a chamada “Rupert Murdoch não vai decidir esta eleição. Você vai!”. A reação de James Murdoch foi invadir a sala dele, com Rebekah Brooks ao seu lado, dizendo aos berros que ele era um “puta idiota de merda” e ameaçando mandar seus jornais investigarem Evgeny Lebedev, filho do dono do *The Independent*.

“Achávamos que você era nosso amigo”, disse Rebekah Brooks ao atarantado editor antes de saírem.

Essa inércia dos políticos era especialmente lamentável porque eu não estava progredindo como gostaria. Entre as muitas trilhas que vinha seguindo, uma me levou a uma figura generosa que ocupava um cargo importante no sistema de justiça criminal. Como precisava manter-se no anonimato, escolhi para ela um codinome fácil de lembrar: Lola. Ela concordou em me receber em seu escritório, onde conversamos por um tempo. A certa altura, quando já se sentia segura, ela protagonizou um lance de sonho: pegou uma pasta, deixou-a aberta sobre sua mesa e saiu dizendo que precisava cuidar de um assunto em outro lugar, deixando-me ali sozinho. Suas últimas palavras antes de sair da sala foram um educado pedido de desculpas por infelizmente achar que não havia muita coisa útil ali. Ela estava errada.

A pasta continha relatórios feitos pela Scotland Yard durante o inquérito original de 2006. Em um deles, datado de 30 de maio de 2006, sobressaía o seguinte parágrafo: “Identificamos que um vasto número de caixas de mensagens de voz de telefones pertencentes a personalidades públicas (políticos, celebridades) foram acessadas sem autorização. Esses fatos devem ser investigados oportunamente.” Um vasto número! Não um maldito punhado, como a polícia vinha alegando.

Algumas dessas vítimas eram citadas nos papéis, como Max Clifford e o ex-técnico da seleção inglesa Steve McClaren. Igualmente interessante era a cronologia dos fatos. A polícia havia escrito esse memorando em maio de 2006, pelo menos dez semanas antes de prender Mulcaire e Goodman, ou seja: essa prova de que havia um vasto número de vítimas nada tinha a ver com o que haviam apreendido durante as prisões, levadas a cabo em 8 de agosto. É possível que a polícia já estivesse sentada sobre um respeitável

conjunto de provas. Talvez tivesse recebido dados das companhias telefônicas. Talvez tivesse grampeado o telefone de Mulcaire antes de prendê-lo. Seja como for, eles haviam reunido muito mais informações do que eu suspeitava. Contudo, preferiram manter sigilo absoluto sobre isso.

A escala das interceptações ilegais de mensagens descoberta pela polícia em 2006 era mencionada de novo em um memorando de um procurador datado de 8 de agosto, o dia das prisões: “Ficou estabelecido no início deste caso que provavelmente a investigação traria à tona uma gama ampla de atos criminosos.” Eles até podem ter estabelecido essa probabilidade, porém fizeram questão de não revelar isso para o povo em nome do qual supostamente trabalhavam. O procurador acrescentou ainda algumas palavras que começavam a explicar os motivos: “No entanto, o Ministério Público da Coroa e a polícia concluíram que alguns aspectos da investigação poderiam concentrar-se em uma parte específica dos crimes, aquela relativa a JLP e HA e aos suspeitos Goodman e Mulcaire.”

As iniciais claramente se referiam a Jamie Lowther-Pinkerton e Helen Asprey, dois dos três funcionários do Palácio de Buckingham citados no processo como vítimas de dentro do palácio. O importante era que aquele documento mostrava que a polícia e os promotores haviam tomado conscientemente a decisão de restringir o inquérito. Além disso, a pasta de Lola revelou que tomaram ainda uma segunda decisão, a de “circunscrever o caso para minimizar os riscos de assuntos externos a ele serem incluídos”. Os relatórios deixavam patente que essa era uma sutil escolha de palavras que no fundo significavam que tinham decidido não tornar públicos os nomes de vítimas mais “sensíveis”, como, por exemplo, membros da família real. Era óbvio que se tratava de uma sugestão da polícia, cuja intenção era agradar o Palácio de Buckingham; os promotores adoraram a ideia,

felizes por poder fazer uma medida para a realidade, concordando, como disse um deles, que o caso fosse “deliberadamente limitado” a testemunhas “menos sensíveis”. Eles nunca haviam mencionado isso antes.

Agradei muitíssimo a Lola.

Quando me preparava para escrever minha matéria sobre tudo isso, surgiu um novo desdobramento. Depois de quatro meses de obstruções, atrasos e várias violações patentes do Freedom of Information Act, a Scotland Yard enfim respondeu as questões que faltavam sobre os conteúdos dos documentos e materiais apreendidos com Glenn Mulcaire. À parte os 91 códigos PIN e um documento com as transcrições de e-mails que já tinham sido mencionados, a polícia então revelou que a papelada continha também 4.332 nomes completos ou incompletos de vítimas, 2.978 números de telefones celulares e trinta fitas cassete contendo mensagens de voz. Eram novas provas de que o crime de Mulcaire — e a omissão da Scotland Yard — ia muito além da versão oficial.

Com a vaga esperança de que a polícia tivesse decidido obedecer à lei, entrei com nova petição sob o Freedom of Information Act para saber quantas vítimas tinham sido avisadas em 2006 e 2009. Em nova violação da obrigação legal de responder em vinte dias, a polícia começou a apresentar desculpas para não me fornecer as informações solicitadas.

Em 5 de abril, um dia depois da publicação do artigo de Peter Osborne no *The Observer*, publiquei uma matéria com o conteúdo da pasta de Lola e os números informados pela polícia. No dia seguinte, quando Gordon Brown confirmou que haveria eleições em 6 de maio, tornei a escrever, agora resumindo tudo o que sabíamos sobre a conduta da polícia: “Algo muito preocupante vem acontecendo na Scotland Yard. Sabemos agora que, no caso das escutas ilegais de mensagens de voz pelo *News of the World*, a polícia reduziu o

escopo do inquérito original, suprimiu provas, enganou o público e a imprensa, escondeu informações e transgrediu a lei. Por quê?”

A Scotland Yard de pronto pediu direito de resposta. O *The Guardian* então publicou o artigo assinado por John Yates negando que a polícia estivesse escondendo provas. “Nada poderia estar mais longe da verdade”, escreveu, acrescentando que a condução do caso pela Scotland Yard “deveria ser reconhecida pelo que de fato foi: um sucesso”. Irritou-me o *The Guardian* ter permitido que Yates fizesse isso. Bons jornais acreditam na importância de oferecer a seus leitores uma visão equilibrada do mundo. Ótimo. Algumas pessoas exploram essa crença para contrapor a verdade com uma mentira.

A pasta de Lola revelou mais um segredo: o inquérito original fora considerado tão sensível que uma série de relatórios da Scotland Yard foi enviada ao procurador-geral, lorde Goldsmith, que os examinou na condição de principal conselheiro jurídico do governo. Com certeza esses relatórios ainda estavam guardados em alguma gaveta no gabinete do procurador-geral. Se tivéssemos acesso a eles, descobriríamos um pouco mais sobre o que a polícia já sabia em 2006 e talvez pudéssemos impedir que a Scotland Yard continuasse a espalhar mentiras. Talvez também nos revelassem algo mais sobre Andy Coulson.

Para mim, tudo isso era como escalar uma montanha coberta de barro; eu vivia escorregando e descendo.

Falei com o Emissário, que logo entendeu o potencial político desses relatórios. Ele disse que, em condições normais, tentaria fazer com que um ministro obtivesse a pasta, mas, como Gordon Brown havia oficialmente convocado eleições, membros do governo, pela lei eleitoral, estavam banidos dos próprios gabinetes. A única alternativa era convencer um funcionário a entregá-los. Ele concordou em

pelo menos tentar. Por 48 horas fiquei de dedos cruzados, torcendo. No entanto, o Emissário não conseguiu: os funcionários do gabinete do procurador-geral se recusaram a cooperar e, por isso, o sigilo dos relatórios foi preservado. Era frustrante demais; se eu tivesse visto a pasta de Lola uma semana antes, provavelmente teria encontrado um ministro trabalhista amigo que toparia me ajudar a desencavar o tesouro. Contudo, isso não aconteceu e só me restava agora exercitar a arte de praguejar.

Em paralelo, eu havia procurado o Ministério Público da Coroa e David Perry, que trabalhara como assistente de acusação no julgamento de Goodman e Mulcaire, e tentei fazê-los admitir que estavam errados na interpretação do Ripa de que ouvir mensagens de voz de terceiros só era crime se a mensagem ainda não tivesse sido ouvida pelo destinatário. O Ministério Público da Coroa manteve sua interpretação e me disse que não responderiam mais nenhuma pergunta. David Perry nunca retornou meus contatos.

Nesse ínterim, eu também vinha percorrendo uma trilha bem diferente, procurando pessoas que conheciam Glenn Mulcaire, sobretudo as que, como ele, eram apaixonadas pelo clube de futebol AFC Wimbledon. Já estava achando que era uma perda de tempo, até que, no fim de abril, liguei para um amigo de Mulcaire que não pode ser identificado devido ao trabalho que exerce; vou chamá-lo aqui de Ovid. Fiz-lhe algumas perguntas já batidas, apenas com o objetivo de repassar os diferentes movimentos, até que, para minha surpresa, ele exclamou: “Você acaba de encontrar ouro.”

Ele explicou que Mulcaire costumava dirigir o time reserva do AFC Wimbledon e tinha dificuldade em escrever os programas das partidas distribuídos aos torcedores, e ele, Ovid, resolvera ajudá-lo. Quando Mulcaire foi solto, em maio de 2007, tinha decidido escrever dois livros: um bem chato, do qual eu já tinha ouvido falar, sobre como as pessoas podem

melhorar sua segurança pessoal e outro em que contava toda a história de suas atividades ilegais para o *News of the World*. Para este segundo livro, Mulcaire pediu a Ovid que fosse seu *ghostwriter* e passara dias abrindo seu coração e suas lembranças para ele, que chegou a escrever uma sinopse para os dois livros. Perguntou-me se eu poderia ir a Londres para encontrá-lo e me disse que teria prazer em me entregar a sinopse do livro no qual Mulcaire revelaria tudo, bem como os cadernos em que ele próprio anotara todos os detalhes. Claro que topei me encontrar com ele. O mais rápido possível.

No dia seguinte, logo depois de nos cumprimentarmos como combinado na frente da estação de metrô Holloway, sua primeira frase me preocupou: “Tenho uma boa e uma má notícia.” A boa era que tinha encontrado a sinopse e fizera uma cópia para mim. A má era que tinha uma filha pequena e que, por precisar de um novo quarto, tivera de esvaziar seu escritório e acabou jogando fora um monte de cadernos velhos...

Há momentos na vida em que a gente tem vontade de explodir uma bomba. A sinopse era interessante, mas fora escrita mais como uma peça de venda, destinada a seduzir e convencer uma editora a publicar o livro; ela deixava de revelar todos os detalhes importantes. Informava que um executivo do editorial de um jornal instruíra Mulcaire a grampear telefones de membros da família real, porém não mencionava o nome do executivo. Contava que, antes do julgamento, alguém abordara Mulcaire e o persuadira a “mudar sua versão”, mas não dizia quem o abordara nem qual versão teria de ser mudada. Deixava bem claro que não se tratava de uma operação “isolada”. Na verdade, a sinopse expunha que o *News of the World* havia pressionado Mulcaire a, contra sua vontade, incluir a família real entre seus alvos: “Disseram-me, de forma bem clara, para não deixar margem a dúvida: ‘Se você parar agora, nunca mais vai trabalhar para a

imprensa.’ Que opção me restava? Minha lealdade custou caro.” Mas quem o colocara contra a parede? Coulson? Outro executivo? A sinopse não dizia e Ovid não conseguia se lembrar.

Ovid disse que os cadernos teriam respondido a todas essas questões e muitas outras, já que Mulcaire detalhara o que havia feito e para quem. Lembrou-se de alguns dos alvos, como o apresentador de TV Chris Tarrant, o oligarca russo Roman Abramovich e o príncipe Charles. Tudo muito interessante; pelo menos nos casos de Tarrant e Abramovich, eu poderia tentar alertá-los.

Ovid admitiu também que, graças a seus ótimos contatos na polícia, Mulcaire havia sido alertado de que estava sendo investigado antes de ser preso, em agosto de 2006; mais especificamente, quem vazou a informação disse-lhe também que o MI5, o Serviço Secreto, o estava vigiando. No entanto, Ovid não tinha certeza e os cadernos já não existiam mais — e perdidos com eles estavam todos aqueles incríveis detalhes e fatos significativos. O livro, claro, nunca chegou a ser escrito, porque Mulcaire fizera um acordo com o *News of the World*. Eles provavelmente continuam a negá-lo, mas eu não tinha dúvidas de que tinham dado dinheiro a Mulcaire em troca do pacto de não contar o que sabia.

Escrevi uma matéria baseada na sinopse que Ovid me entregara e nela incluí uma declaração de um dos mais influentes membros do governo Brown, Peter Mandelson, que estava mais disposto a disparar alguns tiros contra Rupert Murdoch do que a maioria de seus colegas: “A ideia de que, no cargo de editor-chefe do *News of the World*, Andy Coulson não estava a par dessas atividades simplesmente não é crível. Se a eleição a ser realizada em menos de uma semana for vencida pelos conservadores, esse homem terá um posto no alto escalão do governo inglês. As pessoas precisam pensar

longa e cuidadosamente antes de se decidirem por votar nos conservadores.”

Contudo, a matéria não causou nenhum impacto. As pessoas estavam ocupadas demais com a eleição para se preocuparem com coisas como essa.

* * *

Houve uma pausa. David Cameron venceu as eleições e assumiu o governo, com Andy Coulson a seu lado. Algumas semanas depois, no dia 15 de junho, James Murdoch anunciou que a News Corp faria uma oferta de compra de ações para assumir o controle total da BSkyB. Qualquer um podia ver que a operação os tornaria ainda mais poderosos do que já eram, mas não havia nada que eu pudesse fazer a respeito. Eu tinha publicado minhas melhores matérias antes das eleições e, justamente no momento em que a News Corp anunciava sua intenção, saí do rumo ao ler uma matéria na seção de notícias internacionais do *The Guardian* sobre o soldado americano Bradley Manning, que tinha sido preso sob a acusação de fornecer um imenso volume de informações a uma organização chamada WikiLeaks.

Convenci o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, a liberar os segredos para uma aliança entre órgãos de imprensa liderada pelo *The Guardian* e passei vários meses trabalhando com ele, até agosto, quando percebi que tinha de voltar às investigações sobre as escutas ilegais; àquela altura, depois de cinco meses de pesquisas, o *The New York Times* se preparava para publicar sua reportagem.

Na tarde de quarta-feira, 1º de setembro de 2010, catorze meses depois de publicarmos a matéria sobre Gordon Taylor e darmos início à guerra, o jornal americano enfim postou em seu site sua reportagem sobre as invasões de caixas de mensagens e interceptações telefônicas. Naquele momento

estávamos abrindo uma fenda na muralha do castelo de Murdoch. A maior parte da matéria simplesmente confirmava o que o *The Guardian* vinha dizendo; para nós, não deixava de ser um alívio que eles não tivessem chegado à conclusão de que estávamos errados desde o início. Em consequência, acabamos ganhando músculos extras para sustentar o que vínhamos dizendo. Entretanto, em vários aspectos cruciais, eles foram muito além de nós, sobretudo por localizar um ex-jornalista do *News of the World* disposto a vir a público e, sem recorrer ao anonimato, fazer sérias afirmações a respeito de escutas e grampos e a destacar o papel de Andy Coulson como protagonista dessas ações.

Sean Hoare, jornalista da seção de entretenimento e variedades, declarou ao *The New York Times* que ele próprio tocara para Coulson gravações de mensagens de voz interceptadas ilegalmente quando trabalharam juntos no *The Sun* e que também, tempos depois, quando trabalhou para ele no *News of the World*, continuou a conversar com ele sobre matérias baseadas em mensagens interceptadas. Coulson “me incentivava muito a fazer isso”, declarou Hoare. Tal afirmação foi confirmada anonimamente por um ex-executivo do *News of the World* que na reportagem do *The New York Times* contava que Coulson conversava sem pudores sobre técnicas ilegais de obtenção de informações, inclusive invasão de caixas de mensagem de voz, e que o assunto emergira em “dezenas ou até centenas” de reuniões com Coulson. “O editor acrescentou que, quando Coulson perguntava de onde vinha a informação, os editores respondiam ‘Pegamos o histórico de chamadas’ ou ‘Escutei as mensagens de voz’.”

Pessoas do *The New York Times* me contaram que, além das duas fontes que citaram Coulson pelo nome, outras revelaram ao jornal que invasão de telefones era prática “difundida” na redação de Coulson. “Todo mundo sabia”, disse um repórter veterano em off. “Até o gato da redação sabia.” A

maioria desses repórteres antigos não era citada pelo nome, porém uma delas, Sharon Marshall, declarou, segundo o jornal, que testemunhara interceptações ilegais quando trabalhou na redação sob a gestão de Coulson, entre 2002 e 2004. “Era uma atividade feita em escala industrial”, disse ela. Depois disso tudo, tornava-se inacreditável que Coulson não soubesse que seus repórteres infringiam a lei.

Tudo isso claramente abria um rombo nas defesas da News International; no entanto, a reportagem também deixava a Polícia Metropolitana em posição embaraçosa: várias fontes de dentro da polícia foram citadas sugerindo que o inquérito original de 2006 tinha sido obstruído devido ao desejo de não aborrecer o jornal de maior vendagem no Reino Unido. “Vários policiais afirmaram em entrevistas que a Scotland Yard relutava em conduzir uma investigação mais ampla em virtude de suas relações estreitas com o *News of the World*.” Nesse contexto, esses policiais presentearam o *The New York Times* com um detalhe que valia ouro: Chris Webb, o adjunto de Dick Fedorcio na época, teria abordado um dos investigadores da Operação Cariátide, agitando os braços e exortando-o a parar e pensar se queria mesmo dar andamento às investigações.

Por fim, o jornal americano teve acesso à misteriosa fita da qual eu ouvira falar quando fazia as apurações para a matéria original sobre Gordon Taylor, na qual se podia ouvir Mulcaire explicando como invadir uma caixa de mensagens de voz para um jornalista cujo nome soava como Ryan ou Ryall. Uma das repórteres do jornal, Jo Becker, conduzira um brilhante trabalho investigativo e, com a ajuda de um software específico, conseguiu decifrar a que números correspondiam os tons ouvidos no início da gravação. Ela ligou para o tal número e conseguiu identificar o misterioso “Ryan” ou “Ryall”. Mas ele se recusou a falar e, para não correr o risco de errar, o jornal não divulgou seu nome.

A News International e a Scotland Yard negaram tudo. Vários parlamentares do Partido Conservador vieram a público dizer que não havia nada de novo naquilo e que, de qualquer maneira, Sean Hoare tivera problemas com álcool e drogas (o que era verdade, mas não necessariamente relevante). Contudo, nada disso foi suficiente para deter a erupção de uma pequena porém ruidosa onda de protestos. Alguns poucos políticos aproveitaram o rombo aberto nas trincheiras de Murdoch e correram para pegar Coulson, manifestando abertamente preocupação com a possibilidade de a News Corp vir a controlar o capital da BSkyB. A Comissão Especial de Mídia anunciou que ouviria novos depoimentos sobre o assunto. Duas outras comissões parlamentares — a de segurança interna e a de ética e padrões de conduta — anunciaram seus próprios inquéritos. Tom Watson, que passara a ser bastante ativo desde as eleições, conclamou a Scotland Yard a reabrir a investigação malograda. Também exortou o primeiro-ministro a investigar as relações entre a polícia e o *News of the World*.

O *The Guardian* deu prosseguimento à cobertura com uma barragem de matérias. Revelamos que o então comissário da Polícia Metropolitana, Sir Ian Blair, era uma das pessoas cujas informações tinham sido encontradas na papelada de Mulcaire, “despertando a suspeita de que talvez policiais envolvidos diretamente na investigação tivessem descoberto que eles também tinham sido alvo do jornal”.

Noticiamos que, depois da nossa reportagem sobre Gordon Taylor, em julho de 2009, o Ministério do Interior considerou a possibilidade de convocar a corregedoria de polícia para investigar as falhas da Scotland Yard no caso, mas não deu andamento à ideia porque não queria se indispor com o órgão. Revelamos que o ex-vice-primeiro-ministro John Prescott se preparava para abrir um processo. Mais tarde, quando deu entrevistas sobre o assunto, ele foi desafiado pelo então

subcomissário da Polícia Metropolitana, Andy Hayman, que declarou secamente a uma estação de rádio que aquela era mais uma das “fanfarrices” de lorde Prescott.

John Yates foi convocado pela Comissão Especial de Segurança Interna, onde tornou a repetir a ladainha do Ripa e explicou: “São muito poucos os casos em que podemos de fato provar que houve invasão ilegal, isto é, que houve interceptação de mensagem de voz antes que o destinatário a ouvisse.” Chamou a atenção que ele tenha omitido da comissão o que reconheceria para Alan Rusbridger a portas fechadas: deixando de lado essa estranha interpretação da lei, de fato ocorrera “uma tentativa maciça de invadir sistematicamente as caixas de mensagem de voz das pessoas”.

Depois de minimizar a escala das invasões e escutas ilegais feitas pelo *News of the World*, Yates prosseguiu e fez uma ousadíssima afirmação sobre o empenho da Scotland Yard para alertar as vítimas. Ele disse aos parlamentares que os investigadores agiram “com espírito absolutamente cauteloso (...) tomamos o que considero serem todas as medidas razoáveis, em parceria com as maiores empresas de telefonia — Orange e Vodafone — para garantir que, onde houvesse a mais remota possibilidade de tentativa de grampo ou escuta, fossem tomadas todas as medidas razoáveis”. Instado a definir o que seriam as tais “medidas razoáveis”, Yates explicou: “Falar com as pessoas ou garantir que as companhias telefônicas falassem com elas.”

É sério isso?

Ficamos curiosos com um parágrafo obscuro no fim da reportagem do *The New York Times* que sugeria que um repórter do *News of the World* tinha sido suspenso pela tentativa recente de invadir o celular de uma personalidade da TV. Fomos atrás de mais informações. Nem o repórter nem a suposta vítima eram citados pelo nome na matéria, porém

deduzi que era uma referência ao caso “dinamite” que Mark Thomson vinha cultivando desde os primeiros meses do ano e que o repórter suspeito era ninguém menos que Dan Evans, o repórter especial cujos talentos para grampear e fazer escutas já tinham sido cantados para mim por um detetive particular.

O autocontrole de Mark Thomson era impressionante: ele não tinha dito nada quando lhe passei o nome de Evans alguns meses antes. Mas eu agora entendia que ele havia obtido algum tipo de prova, fornecida pela companhia telefônica de sua cliente “secreta”, de que o bisbilhoteiro invasor ligava a partir de um telefone registrado em nome de Dan Evans no *News of the World*. Publicamos a matéria, noticiando que Evans estava suspenso desde abril, sem dúvida depois de Mark Thomson confrontar a News International, mostrando as provas que possuía.

Em resposta, a PCC entrou em parafuso. A nova presidente, lady Buscombe, declarou a uma emissora de rádio: “Se houvesse algum indício, por menor que fosse, de que persistiam práticas desse tipo, nós cairíamos sobre os responsáveis como uma betoneira.” No entanto, seis meses mais tarde, vinha à tona que eles nada tinham feito para investigar as suspeitas em torno de Dan Evans, estranhamente alegando que a suposta vítima já tinha entrado na Justiça. O *News of the World* soltou uma nota afirmando que se conduzira com correção ao informar à PCC tudo sobre Evans. No entanto, descobrimos que, na verdade, eles não tinham dito nada à PCC quando o suspenderam em abril — só a notificaram bem depois, em junho, logo após o *The New York Times* começar a importuná-los com perguntas a respeito.

Também publicamos declarações de nossas próprias fontes, incluindo ex-jornalistas do *News of the World* — entre eles Paul McMullan, que, depois de nove meses de hesitação, decidiu falar sem recorrer ao anonimato. Disse que, na

qualidade de editor ajunto de reportagens especiais, subordinado a Rebekah Brooks, ele havia encomendado centenas de serviços ilegais a detetives particulares e que os editores que integravam a chefia, entre eles Coulson, sabiam que repórteres interceptavam mensagens de voz. “Com certeza Coulson estava ciente de que era uma prática bem difundida. É plausível que esteja dizendo a verdade quando afirma que não sabia especificamente toda vez que um repórter fazia isso. Eu não lhe contava. Para mim, não havia necessidade nenhuma de dizer que acabara de ligar e ouvir as mensagens de voz de David Beckham, por exemplo. Em termos gerais, era impossível ele não saber que os repórteres faziam isso.” Na mesma matéria do *The Guardian*, cinco outros jornalistas que trabalharam no *News of the World* ratificavam a informação em off.

Mais tarde naquele mesmo dia, em um debate sobre escutas e interceptações ilegais de mensagens na Câmara dos Comuns, Tom Watson fez um discurso enérgico. Disse que uma nuvem de vergonha pairava sobre a cabeça de todos eles:

A verdade é que, nesta casa, todos nós, cada um à sua maneira, temos medo das Rebekahs Brooks do mundo. É quase risível que mesmo aqui, no parlamento, instituição central da nossa sagrada democracia, tenhamos medo do poder que Rebekah Brooks exerce sem um pingão de responsabilidade, sem ter de dar satisfação a ninguém.

Os barões da mídia, com seus assassinos sensacionalistas de letras garrafais, são as maiores feras da selva moderna. Eles não têm predadores. São intocáveis. Riem da lei. Escarnecem do parlamento. Têm poder para nos ferir. E ferem, com prazer extremo e precisão, com alegria e criminalidade. Primeiros-ministros

tremem diante deles e é assim que eles gostam que seja. Na verdade, é assim que mandam, e nós somos impotentes diante deles. Temos medo. Esse é o segredo constrangedor que ninguém tem coragem de chamar pelo verdadeiro nome.

O Channel 4 exibiu o programa *Dispatches*, em que, por sugestão de Rusbridger, eram apresentados os fatos já conhecidos acrescidos das informações de uma nova fonte anônima, que indicava que Coulson estava a par das interceptações e escutas. A equipe do canal de TV suspeitou que os próprios telefones tinham sido interceptados durante a produção e sugeriu que falassem com Tamsin Allen. O *The Independent*, que por quinze meses fora hostil ao caso, começava a mudar de lado e enfim revelou que Tessa Jowell tivera sua caixa de mensagem de voz invadida pelo menos 28 vezes, provocando uma insignificante reação de Rebekah Brooks, que, ao encontrar o editor-chefe do *The Independent*, Simon Kelner, em uma festa em Oxfordshire, não apenas se recusou a cumprimentá-lo como fez questão de proclamar em voz alta a outro convidado que “o *The Independent* era um jornal absolutamente ridículo”. Um dos convidados recomendou cuidado a Kelner, pois era possível que seu telefone estivesse grampeado. Kelner contestou confiante que tinha certeza de que não estava e, para provar, ligou para sua caixa de mensagens, digitou o código PIN e... descobriu que ele não funcionava mais. Algumas semanas depois, Brooks invadiu uma reunião de Jowell com jornalistas do *The Sunday Times* e a acusou, cara a cara, de fazer os comentários que deram ao *The Guardian* o oxigênio de que precisava para seguir com as matérias sobre as escutas ilegais.

O *The Independent* publicou ainda outra matéria útil, revelando que o repórter citado na fita, “Ryall”, trabalhava no *Evening Standard* quando Mulcaire o ensinou como invadir

caixas de mensagem de voz e naquele momento estava no *The Times*. Um jornalista que eu não conhecia me procurou para dizer que não era “Ryan” nem “Ryall” e sim Raoul, mais precisamente Raoul Simons, que de fato fora jornalista esportivo do *Evening Standard*. Depois de uma das várias ocasiões em que a vida sexual do técnico da seleção inglesa Sven-Göran Eriksson fora exposta pelo *News of the World*, Simons escrevera um artigo sobre Mulcaire, descrevendo-o como um especialista que poderia ajudar a preservar a segurança de celebridades do futebol como Eriksson. Era irônico, para dizer o mínimo, já que tinha sido o próprio Mulcaire quem invadira o telefone de Eriksson. Mesmo assim, Mulcaire ficara contente com a matéria e retribuía o favor, passando a Simons um tutorial sobre escutas clandestinas. Teria sido apenas um presentinho inofensivo se Mulcaire não tivesse gravado a aulinha e mais tarde deixado que a gravação caísse nas mãos da polícia.

Quando enfim conseguimos identificá-lo, Raoul Simons estava trabalhando para o *The Times*, que o suspendeu. Soube mais tarde que ele caíra em profunda depressão. Parecia muito injusto que a News International suspendesse um repórter que tivera envolvimento sem importância num outro jornal, que não lhe pertencia, mas continuasse a mentir e a pagar fortunas para proteger pessoas de seu próprio quadro, atoladas até o pescoço em crimes.

Diante dessa nova bomba, os adversários recuaram. Figurões do Partido Conservador começaram a soprar para jornalistas que talvez fosse preciso sacrificar Coulson. Um repórter de política do *The Guardian* ouviu dizer que Rupert Murdoch e Rebekah Brooks tinham decidido por uma nova estratégia e estavam instando Coulson a deixar o cargo a fim de anular o interesse político do Partido Trabalhista no assunto. Esse rumor ganhou força quando vazou a notícia de que Rupert Murdoch teria ligado para o ex-primeiro-ministro

Tony Blair pedindo que convencesse os parlamentares trabalhistas a não se manifestarem sobre o caso, e que Blair teria procurado seu sucessor, Gordon Brown, para pedir que passasse a orientação adiante. O grupo de Blair negou tudo.

O mais importante é que John Yates concordou em reabrir as investigações. Por alguns instantes, teve-se a impressão de se tratar de mais um avanço decisivo... até levantarmos mais informações a respeito. Em primeiro lugar, o inquérito seria comandado por um oficial do gabinete de Yates, o superintendente Dean Haydon, que talvez até fosse um sujeito bom e honesto, mas era improvável que lhe fosse permitido livrar-se da perspectiva, bastante limitada, que Yates tinha do caso. Em segundo lugar, de certa forma confirmando nossas piores expectativas, ficou definido que o inquérito reaberto examinaria apenas “novas provas” e, nessa linha, entrevistaria Sean Hoare, Paul McMullan e outras novas testemunhas, porém estava especificamente determinado que não seria considerado o grande volume de provas e documentos que estavam em poder da Scotland Yard havia quatro anos. Um terceiro ponto: os policiais que tomaram o depoimento de Sean Hoare o alertaram de que não o consideravam apenas uma testemunha que poderia ajudá-los, mas um suspeito que poderia ser acusado de crime dependendo de suas declarações. Diante disso, Hoare não viu motivos para entregar-se de bandeja para a Scotland Yard e respondeu com um seco “sem comentários” a todas as perguntas que lhe fizeram.

Paul McMullan, cuja personalidade era mais aguerrida, recusou-se publicamente a ser interrogado como suspeito e desafiou a Scotland Yard a vir buscá-lo a força. A polícia nada fez. Matt Driscoll, no entanto, foi interrogado e passou três horas com policiais em uma suíte do hotel Hilton perto da Tower Bridge, contando-lhes tudo o que sabia sobre a

obtenção ilegal de informações praticada pelo *News of the World*. Coulson também foi interrogado e negou tudo.

Ao que parecia os Murdoch não se abalaram. Enquanto o caso era o assunto do momento naquele setembro, o papa Bento XVI visitou o Reino Unido — e teve uma reunião a portas fechadas com James Murdoch, que sabidamente havia doado 100 mil libras para financiar a visita. Em paralelo, circulavam sem alarde por alguns corredores do poder as tratativas para levar adiante a aquisição do controle da BSkyB pelos Murdoch.

* * *

Àquela altura, a artilharia jurídica se aproximava do front. Sem dúvida a News International já tinha percebido a ameaça e agia para descarrilhar o comboio. Contudo, ela não tinha a real noção do que estava acontecendo. Nós tínhamos uma arma secreta.

No último mês de maio, eu havia sido convidado para participar de um encontro privado sobre o futuro da mídia, que ocorreu em um restaurante luxuoso em South Kensington. Éramos um grupo pequeno à mesa: alguns advogados, um juiz da Suprema Corte, Jon Snow, o âncora do telejornal *Channel 4 News*, e Max Mosley, que estava sentado ao meu lado.

Eu sabia que Mosley tinha sido vítima do *News of the World* em uma escala de malignidade de embrulhar o estômago de qualquer um. Como ele mesmo dizia na época, eles “tentaram destruir minha vida” ao postarem no site do jornal trechos de vídeos em que ele aparecia nu com prostitutas. Da conversa com ele, percebi que as 60 mil libras de indenização que ele recebera pouco fizeram para cicatrizar a ferida emocional.

Mosley tinha setenta anos quando o conheci naquela noite. É um homem discreto, de gestos respeitosos, mas é também

muito determinado. Contou-me que sua família o alertara para não bater de frente com as organizações Murdoch porque jamais venceria, mas mesmo assim ele tomara a decisão de enfrentar o *News of the World* e a imprensa como um todo por suas práticas de violação de privacidade. Na verdade, deixou claro que estava disposto a dedicar sua vida a essa luta. Para isso, gastaria muito dinheiro. Confesso que naquele momento eu ainda não entendia bem de quanto dinheiro ele dispunha no banco. Muito depressa, naquela mesma noite, concordamos em trabalhar em parceria.

Logo bolamos um plano interessante. Ele havia aberto um canal de comunicação com Glenn Mulcaire por intermédio do seu próprio detetive particular, um ex-policial que por coincidência morava no sul de Londres, perto de Mulcaire, de quem ficara amigo nos jogos de futebol do AFC Wimbledon. Não era difícil perceber que Mulcaire estava muito preocupado com dinheiro; Mosley teve a ideia de convencê-lo a terem uma conversa pessoalmente em que proporia contratá-lo como consultor de segurança, com a condição de Mulcaire confessar tudo a respeito de seus serviços para o *News of the World*. Eu o encorajei a levar o plano adiante e concordei em fornecer perguntas a serem feitas nas conversas e checar as respostas para termos a certeza de que Mulcaire estava dizendo a verdade.

Contudo, um segundo plano surgiu poucas semanas depois. Mark Lewis se queixou para mim de que talvez tivesse de abandonar o processo por difamação contra a presidente da PCC, lady Buscombe, simplesmente porque não tinha condições financeiras de bancar as custas. Era um processo importante. Ela havia insinuado que ele enganara o parlamento ao repetir o que lhe contara um policial sobre o número de pessoas cujas mensagens de voz tinham sido interceptadas pelo *News of the World*. Se de fato chegasse ao tribunal, o processo poderia talvez trazer à tona mais provas

da quantidade verdadeira de vítimas, uma informação que a polícia tanto se esforçava para esconder. Poderia também deixar patentes as falhas de lady Buscombe e da PCC na análise e divulgação das provas relativas ao escândalo das escutas. Em 9 de junho, mandei um e-mail a Mosley explicando o problema e perguntando se ele aceitaria responsabilizar-se formalmente pelas custas de Lewis. Ele topou.

Alguns dias depois, Mark Lewis apresentou Mosley a Tamsin Allen. Não demorou muito para Mosley aceitar ser avalista também das custas do pedido de revisão judicial que ela solicitara em nome de Brian Paddick e Chris Bryant, a qual ameaçava forçar a Scotland Yard a revelar o processo decisório do inquérito de 2006. Com a ajuda de Mosley, nossa artilharia agora estava maior e mais rápida do que nunca.

Mosley e eu passamos a nos encontrar nos cantos mais discretos de um café refinado perto de sua casa, em Knightsbridge, conspirando entre tortas e croissants de chocolate. Na época em que o *The New York Times* publicou sua reportagem, em setembro, Mosley me contou que Mulcaire tinha topado ser seu consultor de segurança com um contrato de dois anos, sob a condição de que contaria a verdade sobre seu trabalho para o *News of the World*. Preparei um relatório de sete páginas para o advogado de Mosley, identificando os fatos e perguntas-chave a serem apresentados a Mulcaire. Em outubro, com o contrato para seu novo trabalho assinado, ele começou a falar, mas não necessariamente a verdade.

Pelos meus encontros com ele em sua casa, eu sabia que conversar com Mulcaire era como garimpar ouro no cascalho. Não havia nada de desagradável ou ameaçador no sujeito, porém ele nunca lhe dava uma resposta direta se uma outra, meio distorcida, lhe viesse à mente. Por exemplo: segundo Mosley, ele afirmava que 70% das encomendas que recebia

partiam de Ian Edmondson. Isso talvez fosse verdade para os doze últimos meses em que Mulcaire trabalhara para o *News of the World*, mas, segundo todas as outras fontes ligadas ao jornal, nos quatro ou cinco anos anteriores a maior parte dos serviços tinha sido prestada para Greg Miskiw. Mulcaire, no entanto, insistia que Miskiw lhe encomendara apenas 5% dos trabalhos. Como Miskiw era seu amigo próximo, e como Edmondson não parecia ser amigo próximo de ninguém, tinha-se a impressão de que estávamos diante de uma distorção calculada com muito cuidado. Por isso, era difícil acreditar na história que ele contou sobre um suposto telefonema de Ian Edmondson fazendo ameaças quando ele, Mulcaire, saiu da prisão na primavera de 2007. Da mesma forma, ao ouvir sua afirmação de que tinha invadido caixas de mensagem de voz ou interceptado chamadas de no máximo cem pessoas, lembrei-me das informações dadas por antigos jornalistas do *News of the World* e concluí que Mulcaire estava entregando mais um saco de cascalho a mim e Mosley.

Em um dos encontros naquele mesmo café refinado, Mosley me revelou que, além de ter ganhado um bom dinheiro como dirigente da Fórmula 1, ele também havia herdado uma fortuna. Sem especificar o valor, explicou que havia uma grande soma mantida pela família em um fundo em Liechtenstein e que ele havia tomado uma decisão importante: estava considerando pedir aos gestores do fundo que internalizassem todo o dinheiro — pagando todos os vultosos impostos que precisariam ser pagos — para que ficasse disponível, como uma espécie de fundo para sua luta. Ele aceitou com satisfação que eu contasse isso a outros que talvez precisassem de ajuda financeira em seus processos.

Naquele outono, depois de dar seu apoio ao processo por difamação de Mark Lewis contra lady Buscombe, ele passou a ajudar outras vítimas, concordando em pagar as despesas potencialmente altas com advogados e custas legais em caso

de derrota nos tribunais. Minha pesquisadora, Jenny Evans, me contou que conhecia a jovem que fora a principal testemunha no julgamento suspenso (a acusação foi retirada) de um apresentador de TV, John Leslie, acusado de estupro. Essa suposta vítima percebera sinais de que seu telefone tinha sido interceptado à época do julgamento, em julho de 2003 — se verdadeira, uma forma particularmente nojenta de invasão. Por intermédio de Jenny, fiz a ponte entre ela e Charlotte Harris, que assumiu o caso, protegendo sua identidade sob o nome Miss X. Também nesse processo, Mosley aceitou cobrir os custos se elas perdessem.

Soube de outro advogado que tinha clientes que aparentemente tinham sido vítimas do grampo. Gerald Shamash representava John Prescott e também o ex-jogador da seleção inglesa de futebol Paul Gascoigne, que no passado tivera sua vida privada tão exposta nas páginas do *News of the World* que teve a saúde mental afetada: paranoico, achava que estava sendo espionado pela imprensa o tempo todo. Entretanto, ele tinha medo de entrar com processo porque não conseguiria pagar a conta se perdesse. Mosley mais uma vez se ofereceu para ajudar.

Por diferentes caminhos, começava a circular entre as vítimas do *News of the World* a notícia de que possivelmente seus nomes constavam das provas em posse da polícia. Charlotte Harris estava fazendo um brilhante trabalho ao se aproximar de antigos e atuais executivos do *News of the World* que pudessem se tornar seus informantes e descobriu outras possíveis vítimas. Eu também estava trabalhando com antigos jornalistas do *News of the World* e havia aberto um canal de comunicação com o detetive particular Derek Webb, que vigiava e seguia pessoas para o jornal e então tinha percebido que muito provavelmente os jornalistas só podiam lhe dizer onde encontrar seus alvos graças ao recurso das escutas e interceptações.

Sempre que eu identificava uma nova vítima — atores de novelas, duas estrelas do cinema, um apresentador de TV —, tentava colocá-la em contato com os advogados que estavam movendo ações judiciais. Por vários meses, eu vinha conversando com David Law, amigo da família da ex-mulher de Paul McCartney, Heather Mills. Law acabou arrancando da Scotland Yard a admissão de que o nome de Heather e os números de três celulares seus apareciam nas anotações de Mulcaire. Promovi a aproximação entre ela e Mark Thomson, que não se deixou enganar pela afirmação no final da carta da polícia de que não havia provas de interceptação de mensagens. A seguir, apresentei Mark Thomson a Max Mosley, que mais uma vez aceitou ser avalista, agora no processo movido por Heather Mills.

Além das vítimas encaminhadas por mim a eles, os advogados identificavam outras por conta própria. Além disso, novos advogados se juntavam à marcha. No fim de outubro de 2010, 194 pessoas já haviam entrado com petições para saber da Scotland Yard se havia informações sobre elas nos materiais apreendidos com Mulcaire. Naquele mesmo mês, depois de um ano se comportando como um bebê pirracento, respondendo às consultas das possíveis vítimas de interceptações com o equivalente legal de um grunhido, a polícia inventou um novo ardil: além de esperar que as vítimas adivinhassem que talvez tivessem sido alvo de crimes e de fornecer apenas o mínimo possível de informações — sempre com palavras tortuosas sugerindo que a informação não era prova de um crime — ela passou a responder a advogados que só prestaria informações “se seu cliente possuir fatos concretos que amparem uma suspeita razoável de que as mensagens de voz recebidas em seu celular foram ilegalmente interceptadas”.

Os advogados ficaram furiosos. Como disse Mark Lewis em uma matéria que publiquei no *The Guardian*, “é mais ou

menos como se a polícia descobrisse que sua casa foi roubada antes de você saber: ela não lhe diz nada a menos que você apresente suas próprias provas de que foi vítima de um crime. É uma tentativa clara de sufocar demandas legais por meio do acobertamento de provas. A polícia está obstruindo o exercício da Justiça”.

Apenas seis vítimas tinham de fato entrado com ações na Justiça, mas, com Mosley na retaguarda e o grupo de advogados pressionando, elas pareciam cada vez mais fortes. Três delas — Andy Gray, Steve Coogan e George Galloway — ainda estavam no estágio inicial e a News International apresentara defesas em que simplesmente negava tudo. Os outros três processos já se configuravam como ameaças reais e a News International passara a demonstrar um pouco mais de criatividade em seu esforço de se livrar delas.

O processo de Sky Andrew avançava em juízo depois de ele ter recusado uma oferta de 25 mil libras por ano para abandoná-lo. Sob a orientação de Charlotte Harris, ele começava a peticionar por um mandado que obrigasse a News International a revelar e-mails internos, o que poderia nos dar uma prova bastante contundente. Se Andrew tivesse acesso a provas que identificassem a pessoa que mandara Mulcaire interceptar suas mensagens, o *News of the World* estaria encrencado: no primeiro julgamento, Mulcaire já havia admitido que fizera a interceptação, portanto não havia como a News International negá-lo.

A organização de Murdoch reagiu acenando-lhe com mais dinheiro. Que tal 200 mil libras para esquecer tudo?, perguntaram. Não. Então, que tal 200 mil libras mais 1,2 milhão de libras em publicidade gratuita para qualquer instituição de caridade de sua escolha, sendo que o dinheiro viria diretamente deles, sem passar por Charlotte Harris, para que não precisasse pagar seus honorários? A resposta continuou sendo não. Sky Andrew não estava à venda. Um

bom homem. Foi mais ou menos nesse período que a Vodafone lhe avisou que naquele momento — não no distante 2006, mas naquele momento, quando ele estava processando o *News of the World* — alguém tinha tentado acessar sua caixa de mensagens de voz. Nós nunca conseguimos descobrir quem eram os responsáveis.

Um dos clientes anônimos de Mark Thomson — identificado apenas como AZP — comparecera perante o juiz em junho e conseguira uma ordem judicial que obrigava a polícia a apresentar todas as provas relevantes em seu poder. Em setembro, o segredo de justiça foi suspenso e soube-se que a AZP do processo era a atriz Sienna Miller. Thomson passara muito tempo insinuando que se tratava de um caso importante, porém nunca quis explicar o que isso significava. Esse processo claramente preocupava a News International. Rumores difusos vindos de Nova York indicavam que Rupert Murdoch soubera da ameaça e tentara neutralizá-la.

De acordo com esses boatos, Murdoch procurou a editora da revista *Vogue*, Anna Wintour, e delicadamente sugeriu que Sienna estava cometendo um erro e seria positivo se Wintour conversasse com ela e se possível armasse para que ela e Murdoch se encontrassem para tomar chá, ocasião em que ele “lhe recomendaria sensatez”. Isso não era nenhuma ameaça, claro, porém havia dois fatos significativos: Sienna Miller era atriz e por acaso Murdoch era dono de um dos maiores estúdios de cinema do mundo, o Twentieth Century Fox. A fofoca com certeza atravessou o Atlântico e chegou a Londres, fazendo Sienna Miller parar e refletir se deveria ou não prosseguir com o processo. Como muitos outros nesta história, ela tinha mais coragem que seus adversários e decidiu seguir em frente.

Nicola Phillips, assistida por Mark Lewis, também entrara com uma ação e ameaçava obrigar a polícia a apresentar a mesma papelada que fora mantida em sigilo no caso de seu

ex-patrão, Max Clifford — nós acreditávamos que esse material revelaria o papel de Ian Edmondson nos crimes. Nicola relatou uma série de ligações feitas a ela pelo próprio Edmondson dizendo que apenas gostaria de falar com ela como “colega” e depois a pressionando a abandonar o processo. Como ela agora trabalhava por conta própria como relações-públicas, achou tudo isso assustador, ainda mais depois de receber uma ligação de outro executivo do *News of the World* insinuando que o jornal poderia descobrir e publicar sérias denúncias contra ela. Nicola foi firme e resolveu enfrentá-los. Mais que isso, ela desferiu um golpe ainda mais ousado.

Em 27 de outubro, ela voltou ao fórum com um pedido ao juiz para que obrigasse Glenn Mulcaire a nomear todas as pessoas do *News of the World* que o tinham instruído a invadir sua caixa de mensagens de voz. O juiz solicitou o prazo de três semanas para tomar sua decisão. Pelos argumentos detalhados no tribunal, estava patente que, mesmo se o juiz concordasse em emitir a ordem judicial, Mulcaire entraria com recurso. Nesse caso, a News International recorreria à sua principal arma: dinheiro. Como Nicola Phillips não teria como pagar as custas e os honorários advocatícios, eles poderiam pagar os de Mulcaire e acabariam ganhando a causa. Nicola não contava com a ajuda de Max Mosley, tinha apenas um seguro que não a salvaria da falência caso perdesse o processo e tivesse que arcar com suas custas. Mas ela tinha coragem e por isso decidiu lutar.

Novos sinais surgiram de que a News International estava usando uma tática já conhecida. Em 10 de novembro, alguém ligou para o celular de Nicola e, usando um nome falso — Lee Jennings —, tentou mantê-la na linha para fazer com que uma segunda pessoa pudesse ligar para seu número e acessar sua caixa de mensagens de voz. Com certeza, foi essa a interpretação da polícia para o episódio. No entanto, Nicola

logo desligou ao desconfiar de que havia algo errado enquanto “Lee Jennings” tagarelava do outro lado da linha, dizendo que a tinha visto em uma boate.

Em 17 de novembro, o juiz Mann emitiu uma ordem obrigando Mulcaire a contar tudo o que sabia sobre a invasão do telefone de Nicola Phillips. Como havíamos previsto, Mulcaire entrou com recurso. O *The Guardian* publicou na primeira página a notícia: em minha matéria eu mencionava Ian Edmondson como uma das pessoas a respeito das quais Mulcaire seria questionado. Nove dias mais tarde, em 26 de novembro, Nicola estava aos prantos depois de receber o que ela encarou como uma ameaça direta a sua nova carreira de relações-públicas. Chegara a ela por meio de um telefonema de alguém que se dizia próxima da News Corp. O ponto central era: “Nós não gostamos de ver a história do seu processo na primeira página do *The Guardian*. Você tem que decidir o que quer: seguir com o processo ou seguir com sua carreira.” Mais uma vez, com grande firmeza de caráter, ela não arredou pé.

Em 19 de novembro, Andy Gray entrou com pedido similar de uma ordem judicial que obrigasse Mulcaire a identificar a pessoa que o instruíra a invadir sua caixa de mensagens de voz. Nossas melhores fontes a esse respeito supunham que aquilo exporia o nome de Greg Miskiw, um dos antecessores de Edmondson como editor de noticiário. Andy Gray foi mais longe que Nicola Phillips, pedindo uma ordem que fizesse Mulcaire revelar outras informações sobre as pessoas para quem ele trabalhava. Em 6 de dezembro Steve Coogan entrou com pedido similar.

Nesse ínterim, em 23 de novembro, Mark Lewis venceu seu processo por difamação movido contra a presidente da PCC, lady Buscombe, obrigando o conselho a indenizá-lo e sua presidente, a pedir desculpas por seus comentários injuriosos sobre ele — um episódio embaraçoso para a dirigente de uma

organização cuja missão é preservar padrões de equidade e exatidão.

Diante da pressão sobre suas paredes internas, a News International mostrava extraordinária resiliência, negando as acusações em suas defesas por escrito, como se a verdade pudesse ser sempre repelida. Entretanto, a pressão aumentou significativamente: Andy Coulson foi convocado para uma audiência perante um juiz.

* * *

Esse movimento veio de um lugar inesperado, deflagrado pelo político radical escocês Tommy Sheridan. Em outubro de 2004, ele fora vítima de um *exposé* pelo *News of the World* que afirmava que ele gostava de orgias. Sheridan entrou com processo por difamação e, em agosto de 2006, o jornal foi condenado a lhe indenizar em 200 mil libras. No entanto, o jornal alegou que ele havia mentido sob juramento para vencer a causa e ganhar o dinheiro. Graças às investigações da polícia escocesa, ele foi denunciado e, em dezembro de 2010, estava no banco dos réus por perjúrio no Tribunal de Glasgow. Tendo dispensado seu defensor para cortes superiores, ele próprio estava apresentando sua defesa ao júri e convocara Coulson como sua testemunha.

Eu vinha passando informações ao advogado que lhe dava consultoria, Amer Anwar, que conseguira uma ordem judicial obrigando a Scotland Yard a entregar todas as anotações feitas por Mulcaire na época em que invadira a caixa de mensagens de voz de Sheridan. Essas anotações foram então apresentadas abertamente no tribunal — foi a primeira vez que conseguimos desengavetar a papelada e torná-la de fato pública — e ali, no canto superior esquerdo, como suspeitávamos, sobressaía uma única palavra, identificando a

peessoa que encomendara o grampo: “Greg”, o ex-editor-assistente Greg Miskiw.

Como Coulson se recusara sistematicamente a responder as perguntas que eu lhe enviara, na véspera de seu depoimento entreguei a Amer Anwar um relatório de nove páginas contendo questões que Sheridan deveria lhe fazer.

Foi um dia interessante no tribunal. Para começar, tive um breve encontro na porta com Coulson, que discretamente me disse que eu era um traidor. Sheridan se esforçou para desafiar as alegações de Coulson de que ignorava os crimes, mas este estava afiado e confiante e não cedeu um milímetro. Confrontado com os documentos que sugeriam que seu editor-assistente Greg Miskiw havia encomendado a escuta do telefone de Sheridan, ele afirmou: “Estou dizendo que não tinha absolutamente nenhum conhecimento disso.” Admitiu que suas relações com o ex-subcomissário da polícia Andy Hayman “não eram inamistosas”, porém negou que o *News of the World* deixara de publicar informações sobre a vida sexual de Hayman e este, em troca, possivelmente teria deixado de conduzir uma investigação rigorosa sobre os grampos. Negou ter pedido a Clive Goodman que assumisse a culpa para preservar o jornal e repetiu a versão de que nunca tinha ouvido falar em Mulcaire ou Steve Whittamore quando os dois trabalhavam para ele. Questionado sobre as acusações feitas por Sean Hoare no *The New York Times*, Coulson respondeu que voluntariamente dera seu depoimento no inquérito mais recente da Scotland Yard.

Por coincidência, no mesmo dia em que Coulson respondia às perguntas no Tribunal de Glasgow alguém vazara para o *The Daily Telegraph* que o Ministério Público da Coroa analisara as provas coletadas pelo chefe de gabinete de John Yates, o superintendente Dean Haydon, e concluía que elas não eram suficientes para apresentar denúncia contra ninguém por qualquer crime. Nenhuma surpresa aí,

considerando o fato de que ele havia sido instruído a não levar em conta as provas mais contundentes.

A News International mantinha-se fiel a sua linha de conduta habitual. E por que deveria ser diferente? Eles nunca tiveram que seguir as regras às quais estão submetidas as pessoas comuns. Eu começava a me perguntar quando e se um dia conseguiríamos entrar no castelo. Até que enfim aconteceu.

* * *

Mark Thomson contou-me que protocolara na Justiça um relato detalhado do caso de Sienna Miller. Era um documento público. Depois de idas e vindas, em 14 de dezembro o juiz acolheu o histórico de vinte páginas que Thomson preparara com o advogado Hugh Tomlinson em nome dela.

Os sinais que Thomson me passara estavam corretos. Ele havia feito um tremendo trabalho: analisou as contas telefônicas detalhadas de Sienna, forçou a polícia a liberar os registros de ligações feitas por Mulcaire, identificou as relações entre estas e as anotações das interceptações feitas por ele, cruzou esses dados com matérias publicadas pelo *News of the World*. O resultado revelou-se num documento contundente.

Para começar, o mais importante: revelou o nome escrito no canto superior esquerdo das anotações feitas por Mulcaire quando invadia o telefone de Sienna: Ian, “que o reclamante infere ser Ian Edmondson”, conforme registrado na denúncia. Eram palavras fortes. Depois de Ross Hindley, Neville Thurlbeck e Greg Miskiw, era o quarto jornalista do *News of the World* seriamente implicado em atividades que, nas alegações originais, eram perpetradas apenas por um repórter desonesto, Clive Goodman. No caso em questão, era alguém

ainda no exercício do cargo de editor de noticiário, que ocupava fazia seis anos.

Outra revelação dramática do documento era a imensa escala da operação contra Sienna Miller. Temendo que seu telefone estivesse grampeado, ela mudara de número duas vezes, mas Mulcaire continuou no seu encaixe, obteve por meios ilegais seus novos números, o número da conta, o código PIN e as respectivas senhas de acesso. Também por meios ilegais, roubou dados de nove outros números de pessoas próximas a ela: sua mãe, seus ex-namorados Archie Keswick e Jude Law, a namorada de Keswick, a assistente de Law. Conseguiu ainda três números das relações-públicas de Sienna, Ciara Parkes.

A denúncia levantava ainda um terceiro ponto importante: as invasões dos telefones de Sienna eram parte de um esquema mais amplo, que remontava ao início de 2005, quando Mulcaire concordara em usar “inteligência eletrônica e escutas clandestinas” para abastecer o jornal de transcrições diárias de mensagens de uma lista de personalidades específicas da política, da realeza e do entretenimento.

O estrago nas trincheiras do *News of the World* foi catastrófico. E não foi menos grave para a Scotland Yard, que estivera de posse dessas provas por mais de quatro anos. Por que nunca alertou Sienna Miller ou as outras vítimas ligadas a ela? Por que nunca interrogou Ian Edmondson? Por que nunca entregou esses documentos para o Ministério Público da Coroa? Por que não fez algo a respeito nos três meses anteriores, quando o chefe de gabinete de John Yates comandava um novo inquérito?

A parede do castelo estava tremendo.

11. A maior transação do mundo

Baseado em entrevistas com ministros, funcionários e assessores governamentais, fontes na News Corp e outras empresas jornalísticas e em cem depoimentos sob juramento, documentos internos, e-mails e textos obtidos pelo Inquérito Leveson.

Na tarde de 18 de maio de 2010, terça-feira, uma semana após David Cameron tornar-se primeiro-ministro, um carro conduzido por um motorista atravessou o amplo pavimento da House Guards Parade, em Whitehall, no centro de Londres, para deixar um visitante no beco lateral que leva até os fundos do prédio número 10 da Downing Street, a sede do governo.

Ao longo dos sete dias anteriores, vários políticos proeminentes e líderes estrangeiros haviam chegado com algum estardalhaço à frente do prédio, acenando para fotógrafos antes de entrar pela famosa porta preta. A esse convidado fora solicitado evitar as lentes curiosas da mídia. Era uma visita importante: a primeira reunião oficial entre o primeiro-ministro e uma pessoa que não tinha nenhum cargo público. Mas era segredo. Tratava-se de Rupert Murdoch chegando para tomar um chá e dar ao líder do Partido Conservador a oportunidade de agradecer-lhe pelo apoio na campanha eleitoral. Ao entrar, vindo do beco lateral, ele foi cumprimentado por um dos assessores mais próximos de Cameron, Andy Coulson.

Era uma fase agradável para os homens e as mulheres de Murdoch. No fim de semana seguinte, na festa literária de

Hay, próximo à fronteira com o País de Gales, seus executivos da BSkyB receberiam três parlamentares e cinco membros do novo governo conservador, entre eles o ministro-adjunto responsável pela mídia, Ed Vaizey. Eles também receberiam uma ex-ministra trabalhista, Tessa Jowell, que perguntou a Vaizey de forma muito direta se a assessoria do ministério sabia que ele estava aceitando facilidades da BSkyB quando em missão oficial para apresentar as políticas públicas do governo para a mídia. Vaizey, de acordo com uma pessoa presente, “ficou um pouco pálido”.

Pouco tempo depois a principal executiva de Murdoch no Reino Unido, Rebekah Brooks, visitou o primeiro-ministro na casa de campo oficial, em Chequers, 65 quilômetros ao norte de Londres. Dominic Mohan, do *The Sun*, foi o primeiro editor a ter um encontro com Cameron; James Harding, do *The Times*, foi o segundo. Colin Myler, do *News of the World*, foi o primeiro editor de um dominical a estar com o primeiro-ministro.

Sabe-se que na elite do poder as reuniões sociais nunca são só sociais.

No mês seguinte, em 15 de junho de 2010, James Murdoch confirmou os rumores que já vinham pipocando pela mídia havia meses ao anunciar a maior transação da história da corporação global de seu pai: a News Corp compraria as ações da BSkyB que ainda não lhe pertenciam, além dos 39% já possuídos. Negócio de gente grande. Com uma oferta inicial de 675 pence por ação, que depois chegaria a 850 pence, a News Corp havia separado 8,2 bilhões de libras para o negócio. Thomson Reuters, especialista em finanças, qualificou-o como a transação entre países mais vultosa daquele ano, não apenas no Reino Unido, mas no mundo todo.

A News Corp tinha passado mais de dois anos gestando o plano, reunindo capital e esperando pelo momento político

certo para dar o bote. O momento tinha chegado, ainda que com uma complicação inesperada. Os conservadores venceram as eleições de 6 de maio, mas não conquistaram assentos suficientes para ter a maioria absoluta na Câmara dos Comuns. Por cinco dias, Gordon Brown se mantivera no cargo enquanto tentava, a exemplo de seu adversário David Cameron, fazer uma aliança com os democratas liberais, cujos parlamentares passaram a ser o fiel da balança. Por fim, depois de o *The Sun* muito ladrar dizendo que Brown era um posseiro no cargo, Cameron acabou levando a melhor e montou um governo de coalizão com os democratas liberais.

Então, com o imprevisível Brown fora do jogo, a News Corp estava pronta. Para Rupert Murdoch, era a chance de controlar totalmente a mais rica organização de rádio e TV da Grã-Bretanha, com receita anual de 5,9 bilhões de libras (a da BBC era de 4,8 bilhões) e todo o seu poderio comercial. Além disso, era uma chance de passar a ser a maior força não apenas do segmento de jornais do país como também do segmento de rádio e TV: uma das três únicas produtoras de conteúdo televisivo (ao lado da BBC e da ITN), uma das únicas duas rádios produtoras de conteúdo (sendo a outra a BBC), e a gigante da TV por assinatura, com 67% dos telespectadores. Junto com esses números, havia o brutal poder político que eles traziam. Ainda mais importante era a chance de usar o imenso lucro operacional da BSkyB, à época de 855 milhões de libras por ano, para tomar ainda mais dinheiro emprestado a fim de assumir o controle acionário de um dos poucos conglomerados de mídia mundiais que ainda eram maiores que o dele. Time Warner e Disney eram os favoritos. Quase sessenta anos depois que Rupert Murdoch herdara de seu pai uma parte do controle acionário de um único jornal em Adelaide, Austrália, a News Corp se tornaria o maior conglomerado de empresas de mídia do mundo. Como que para marcar sua ascensão ao ápice, pouco tempo antes o

magnata batizara sua filha Grace nas águas rio Jordão, na Terra Santa, com todos os convidados vestidos de branco, entre eles Tony Blair. Se tudo corresse conforme o previsto, o negócio seria fechado o tempo para seu aniversário de oitenta anos, em março de 2011.

Para James Murdoch, no entanto, havia um atrativo extra. Se a News Corp passasse a controlar a BSkyB, seu faturamento faria dela a maior geradora de caixa do conglomerado, jogando o centro do poder de Nova York para Londres, de pai para filho. De acordo com duas fontes da News Corp, Rupert Murdoch sabia muito bem que a operação era mais um round na luta de James por poder, mas achava que poderia controlar o filho. Essa ilusão foi logo destruída quando James frustrou o plano da News Corp de realizar a oferta de compra a partir de Nova York e deu o comando da operação ao Deutsche Bank em Londres antes de seu pai fazer qualquer movimento. “Fomos barrados na porta”, disse um executivo do alto escalão de Nova York.

No entanto, para sacramentar o negócio, os Murdoch antes teriam de fazer o que menos gostavam: lidar com os reguladores das atividades da mídia e em especial com a odiada Ofcom. O armamento da News Corp era seu poder passivo: relacionamento especial com o governo ancorado no acesso privilegiado e na capacidade de despertar medo. Mas havia também obstáculos: todas as chatices da democracia e muitos inimigos secretos.

Em 15 de junho, James Murdoch telefonou para o novo ministro para Negócios, Inovação e Treinamento, Vince Cable, para avisá-lo formalmente da intenção de fazer a compra de ações. Cable era um problema em potencial: ele nunca fizera parte do plano — era um democrata-liberal com quem a News Corp não tinha qualquer relacionamento e que fora colocado no cargo como parte da negociação para formar a coalizão. Para piorar, Cable era um sujeito inteligente e um dos poucos

políticos britânicos que realmente conheciam o mundo das altas finanças. E, para piorar ainda mais, ele tinha um histórico de críticas pesadas e diretas a capitalistas que abusavam de seu poder. Caberia a Cable decidir se o caso seria ou não examinado pela Ofcom.

Mesmo assim, James Murdoch estava seguro da vitória. Sem ironia, revisitou seus estudos de história antiga, até o momento em que Júlio César arriscou tudo para conquistar para si o poder absoluto, e decidiu que a operação seria chamada internamente pelo codinome “Projeto Rubicon”. No caso de Júlio César, os políticos que detinham o poder em Roma fugiram quando souberam que o poderoso general e seu exército haviam cruzado o rio Rubicon para atacá-los. Já James Murdoch desprezava as pessoas que estavam no poder em Londres e devia achar que seria uma aventura igualmente fácil.

* * *

A diminuta equipe montada por James Murdoch em Londres para comandar a operação de compra tinha duas figuras-chave: Matthew Anderson, diretor de comunicações e estratégia, conhecido como Rasputin por alguns executivos de Nova York que o repudiavam abertamente por ser um capacho de James, e Fred Michael, diretor de relações institucionais, um francês muito inglês, inteligente e cativante, que se estabelecera no Reino Unido como lobista atuando junto a políticos. Já no começo Cable mostrou-se de difícil trato.

Simplemente não queria ter qualquer contato com eles. Depois da conversa com James Murdoch por telefone em 15 de junho, seus assessores o alertaram de que a decisão acerca da oferta de compra de ações requeria dele postura de “árbitro”, que deve aplicar a lei sem qualquer tipo de consideração política. Assim, Cable coerentemente cancelou

seu plano de comparecer à festa anual de verão da News Corp no dia seguinte e fechou as portas para os Murdoch.

Num primeiro momento, isso causou apenas uma pequena preocupação à News Corp. James estava convencido de que Cable não poderia submeter o caso à Ofcom e ignorou os pedidos insistentes de seus assessores mais próximos para que tornasse a questão pública. “Eles não têm o direito de examinar isso”, declarou ele, segundo um assessor. “Se mandarem o caso para a Ofcom, nós vamos processá-los.”

Por um tempo, pareceu que ele estava com a razão. Fred Michel passou por cima de Vince Cable e conversou com colegas e funcionários deste, voltando com a notícia de que tudo parecia correr bem. Com efeito, soube-se depois que funcionários de Cable haviam preparado para ele uma apresentação do caso em que alertavam que ele não tinha base legal para interferir. James Murdoch visitou o novo ministro de Cultura, Mídia e Esportes, Jeremy Hunt, que se mantivera próximo da News Corp. Hunt se esforçava para ser discreto com o relacionamento. Em maio, quando estava indo encontrar-se com James depois de uma recepção, tentara se esconder atrás de uma árvore para evitar um grupo de jornalistas. Nesse momento, da mesma forma que Cameron tinha se reunido com Rupert Murdoch às escondidas, ele preferiu reunir-se com James sem a presença de assessores para registrarem tudo numa ata. Em Nova York, Rupert Murdoch jantou com David Cameron e tudo estava como sempre. É possível que Cameron tenha percebido que os jornais australianos de Murdoch tinham se lançado numa agressiva campanha que ajudara a derrubar sua contraparte em Canberra, o primeiro-ministro trabalhista Kevin Rudd.

Os ventos começaram a mudar no início de agosto, quando Vince Cable recebeu um relatório de vinte páginas da Enders Analysis, consultoria de mídia de Londres dirigida por Claire Enders, uma americana muito sagaz. Ela alertava que a

transferência do controle acionário não apenas reduziria o número de donos de empresas de mídia como também conferiria à News Corp uma vantagem comercial tão significativa (poderia fundir suas operações jornalísticas, cobrir os lances de concorrentes na compra de direitos de transmissão de eventos esportivos e filmes e oferecer a anunciantes descontos radicais nos preços de espaços publicitários) que seria capaz de levar à morte outras empresas do setor, resultando em diminuição ainda maior do número de donos de companhias jornalísticas. Exortou-o a submeter o assunto à Ofcom. Cable declararia mais tarde no Inquérito Leveson que naquele momento começou a ficar preocupado.

Em meados de setembro um grupo de empresas de mídia havia montado uma frágil aliança de oposição à operação, encorajado por Claire Enders. O medo de retaliação pelos Murdoch dificultava o arranjo. A Virgin Media, que assinara havia pouco um acordo de permuta de conteúdos com a BSkyB, se recusou a participar. O Channel 4 quase entrou, mas recuou. A BBC entrou e logo se viu recebendo uma onda de protestos tão exaltados dos jornais de Murdoch que acabou recuando. O *The Guardian*, o *Financial Times*, o grupo Mirror e a British Telecom (que tinha interesses em TV paga) entraram na aliança; o *Daily Mail* e o *The Telegraph* concordaram em ajudar com receio, contanto que não tivessem de dizer nada em público.

Fred Michel começou a captar sinais preocupantes. O *The New York Times* tinha publicado sua grande reportagem sobre interceptações telefônicas, levando Tom Watson e outros parlamentares, entre eles alguns da coligação de Vince Cable no Partido Liberal-Democrata, a estabelecer uma ligação entre o escândalo e a oferta de compra do controle da BSkyB. A recém-criada aliança de empresas de mídia começou a enviar cartas a Cable, que decidiu contratar um advogado

independente para responder se tinha ou não poder para convocar a Ofcom.

A News Corp subiu o tom. O dono do *Daily Mail*, lorde Rothermere, recebeu um telefonema furioso de James Murdoch. Um parlamentar do partido de Cable, Norman Lamb, teve uma conversa com Fred Michel que o deixou tão alarmado que anotou algumas palavras a respeito: “Um encontro incomum. FM é muito cativante... Eles têm apoiado a coalizão. Mas ele está preocupado com as implicações se a coisa desandar. Foi descarado. Se Vince Cable submeter o caso à Ofcom, eles vão jogar pesado.” No Inquérito Leveson, Michel declarou tempos depois que, embora Lamb talvez tivesse sentido um tom de ameaça, não tinha sido essa sua intenção. Era o poder do medo.

Fred Michel começou a pensar em formas de contornar a relutância de Vince Cable. Sugeriu pedir ao editor-chefe do *The Times*, James Harding, e à editora-chefe europeia do *The Wall Street Journal*, Patience Wheatcroft, que falassem com lorde Oakeshott, um aliado muito próximo de Cable — se este caminho fosse seguido, seria um uso impróprio de jornalistas como agentes políticos. Outro caminho, sugeriu ele, poderia ser o próprio editor-chefe do *The Times* entrevistar Cable e, durante o encontro, Fred Michel surgir do nada para lhe “dar informações atualizadas sobre o andamento da oferta de compra de ações”. O fato de Cable ter deixado muito claro que isso seria uma violação ao seu papel de árbitro na questão não parece ter feito nenhuma diferença. Na convenção do Partido Conservador, no início de outubro, Michel e Rebekah Brooks fizeram lobby junto a ministros, entre eles Jeremy Hunt, cujo gabinete nunca deixou de mandar sinais encorajadores para a News Corp. Rebekah, muito próxima de David Cameron, foi uma das convidadas presentes à sua festa de aniversário, em 9 de outubro.

O poder do lobby da News Corp tornou-se público por um breve momento em meados de outubro, quando Cameron desferiu golpes incisivos em dois velhos inimigos de Murdoch, a BBC e a Ofcom. O governo cortou em 28,2% o orçamento da Ofcom para os quatro anos seguintes, reduziu em quase 20% seu quadro de funcionários e eliminou alguns de seus mais importantes poderes políticos. Então congelou a taxa de concessão de onde vêm os recursos para financiar a BBC por seis anos — na prática, um corte de 16% em seu orçamento —, cortou em 25% a verba destinada ao site (do qual a News Corp não gostava nada) e encerrou a maior parte de suas operações com revistas. Ambas as organizações tidas como adversárias dos Murdoch foram severamente debilitadas.

Entretanto, o poder da News Corp tinha limites. Eles não tinham um acordo formal com Cameron, apenas uma relação especial que lhes permitia pressioná-lo agudamente pelo que queriam. A Ofcom fez lobby intenso contra eles, alertando que o ataque a ela era descarado demais para ser aceito pelo público, e conseguiu convencer Cameron a não cumprir sua promessa de extinguir por completo a agência reguladora. James Murdoch havia exigido abertamente o fim da agência e, segundo alguns relatos, teria ficado possesso com a concessão feita por Cameron.

A BBC já tinha sido colocada contra a parede antes, por Jeremy Hunt, sob a ameaça de sofrer cortes adicionais em seu orçamento. No entanto, Hunt foi obrigado a reconhecer a popularidade da estatal e forçado a recuar ao saber que o diretor-geral, Mark Thomson, o presidente do Fundo BBC, Sir Michael Lyons, e todos os outros membros do fundo se demitiriam coletivamente em protesto se Hunt levasse adiante seu plano.

Vince Cable fez então seu lance. O advogado independente a quem encomendara um parecer técnico concluiu que ele tinha o direito de intervir. Assim, na noite de 3 de novembro,

anunciou que estava solicitando à Ofcom que analisasse a oferta de compra da BSkyB alegando, como declarou depois ao Inquérito Leveson, que “a influência política dos Murdoch se tornara desproporcional”. A Ofcom teria de apresentar seu parecer até 31 de dezembro e, se algum obstáculo à operação fosse apontado, Cable poderia então submeter a transação à Comissão de Defesa da Concorrência para uma análise que seria mais lenta, mais profunda e muito mais cara para a News Corp.

No dia seguinte, Cable recebeu o apoio entusiasmado de vários parlamentares da Câmara dos Lordes, entre eles o do ex-diretor da BBC John Birt, que recordou um encontro fortuito com um ministro a caminho de uma reunião com Rupert Murdoch: “Não estou exagerando: ele estava realmente tremendo.”

Mais uma vez James Murdoch ficou furioso. Chegou a instruir seus advogados a tentar processar o governo, mas abandonou a ideia. Visitou o primeiro-ministro em Chequers e reclamou asperamente. Pouco depois, Rebekah Brooks ligou para o diretor-executivo do *The Telegraph*, Guy Black, chamou-o de “superconspirador” e, irada, insistiu que ele dissolvesse a aliança de empresas de mídia que se opunha à compra, além de afirmar que Cameron dissera a James que a operação seria aprovada. Black checou a informação, apurou que não era verdade e não seguiu a instrução.

Os problemas de James eram ainda mais agudos porque ele estava em guerra aberta com o pai. Depois de meses a vilipendiá-lo, conseguira fazer com que Gary Ginsberg, diretor de comunicações baseado em Nova York, se demitisse. Mas, quando armou para que fosse substituído por seu braço direito, Matthew Anderson, seu pai zangou-se e vetou.

Outro ponto de atrito foi um bizarro projeto de investir 30 milhões de dólares em um empreendimento rural de aves e gado no oeste australiano. Rupert apoiava a ideia porque

pertencia a um velho amigo e aliado, Ken Cowley. No início, James também incentivou: simpático à causa verde, ele planejava transformar a fazenda em uma floresta para vender créditos de carbono e melhorar o desempenho ambiental da empresa. Os assessores de seu pai ridicularizavam o que chamavam de “a granja” e, quando James finalmente reconheceu que o projeto era uma furada, concordou em conversar com o pai e tentar convencê-lo a abandonar a ideia. Quando soube dessa intenção, o patriarca recusou-se a recebê-lo. “Foda-se o James”, teria dito, segundo um de seus assessores mais próximos.

Duas fontes ligadas aos Murdoch revelam que, à época, o desentendimento entre os dois estava tão áspero que assessores de ambos os lados os convenceram a realizar uma espécie de “reunião de cúpula”. A própria ideia logo se transformou em ponto de discórdia; Rupert teria relutado, porém concordara em realizar a reunião, desde que James viesse a Nova York. O filho também aceitou fazer o encontro, mas insistia que fosse em sua sede, em Londres. Os assessores corriam de um lado para o outro como uma revoada de babás tentando controlar meninos brigando por causa de um brinquedo até que, por fim, conseguiram persuadir ambos de chegarem a um meio-termo — literalmente no meio do caminho, nos Açores.

E foi assim, de acordo com duas fontes, que o velho e o jovem aspirante voaram de suas respectivas bases para as remotas ilhas, onde o magnata assumiu o controle e deu as cartas: “Você se mudará para Nova York. Ninguém mais dirigirá Europa e Ásia. Vamos desmembrar. E, se você não concordar, está demitido.” James teria então admitido que forçara a barra e concordou em ser simultaneamente promovido e mantido sob controle, aceitando que no ano seguinte passaria a ter o novo cargo de vice-diretor de

operações e se mudaria para Nova York, onde trabalharia ao lado do pai.

Entrementes, executivos de Nova York perceberam um “homem sorridente” que repentinamente passou a ser visto em algumas de suas reuniões, permanecendo sentado, observando, anotando e nada dizendo. Soube-se depois tratar-se de um terapeuta de família, contratado para tentar desfazer os nós emocionais que amarravam as relações de Murdoch com seus filhos.

Um outro problema provocava zumbidos nos bastidores: o escândalo das escutas ilegais. Por absoluta coincidência, justamente no momento em que Vince Cable convocava a Ofcom a dar seu parecer, em novembro de 2010, o juiz Vos, do Tribunal Superior, emitia uma ordem judicial obrigando a News International, a polícia e Glenn Mulcaire a apresentarem mais materiais e documentos. Mas havia aí um obstáculo relevante: ao longo de anos, o departamento de TI da News International vinha alertando que seus servidores estavam sobrecarregados e sugerindo que uma quantidade expressiva de e-mails velhos precisava ser apagada dos gigantescos arquivos eletrônicos da empresa. Desde dezembro de 2007, cerca de 9 milhões de mensagens tinham sido eliminadas em lotes como parte de um plano de manutenção programada. Em 2009, decidiu-se que haveria uma ampla troca de hardware e software no outono de 2010, quando a News International se mudaria para seu novo escritório, na Thomas More Square, conhecida internamente como TMS.

Mas houve uma mudança de planos. Cerca de dez meses antes da transferência para a TMS, um e-mail interno, de 20 de novembro de 2009, registrava que “executivos sênior estão considerando implantar uma política de eliminação de arquivos mais agressiva.” A mensagem detalhava os objetivos da instrução, entre eles o de “eliminar de maneira sistemática (sem desrespeitar leis e exigências de agências regulatórias)

e-mails de todos os setores que possam não ser positivos para nós no contexto de futuros litígios em que empresas da News International venham a ser réis”. Essa mensagem havia sido escrita quatro meses depois da reportagem do *The Guardian* sobre Gordon Taylor, num momento em que Max Clifford ainda estava processando a empresa por hackear seu telefone e insistindo que jogaria a verdade no ventilador.

Na ocasião, nada foi feito para deletar os e-mails, embora já tivesse sido decidido que antes da primavera seguinte, em maio de 2010, e da mudança para a TMS, no outono, a News International eliminaria todos os e-mails enviados ou recebidos antes de dezembro de 2007. Se de um lado a decisão teve origem na necessidade legítima de liberar espaço no já sobrecarregado sistema de computação da empresa, de outro, se implementada, resultaria na desaparecimento de e-mails trocados durante todo o período em que Mulcaire trabalhou para eles e relativos às tratativas do jornal com ele e com Goodman, até a prisão dos dois em janeiro de 2007.

Nada fora deletado naquele momento, mas houve novo ajuste na orientação. Em agosto de 2010, à medida que se aproximava a mudança para a TMS, Rebekah Brooks, na qualidade de CEO, pediu que o período dos e-mails a serem apagados fosse dois anos mais longo. “É preciso comunicar a todos que nada anterior a janeiro de 2010 será mantido”, escreveu. Quando o departamento de TI pediu que confirmasse a nova data, ela respondeu: “Sim, janeiro de 2010. Limpeza geral.” Um e-mail interno sugere que ela discutiu o assunto com James Murdoch. “Rebekah... não abre mão de janeiro de 2010 e já conversou sobre isso com JRM, que quer definir janeiro de 2010 como data de corte.” Aparentemente essas definições não estavam em conflito com o período de tempo no qual o Tribunal Superior estava interessado.

Mesmo assim, quase nada aconteceu além da eliminação de cerca de 1,1 milhão de e-mails naquele mês de agosto devido a um defeito que corrompeu arquivos. Enquanto ocorria a mudança para a TMS, Mark Thomson avançava com o processo de Sienna Miller. Em 6 de setembro, ele escreveu para a News International pedindo: “Por favor, confirmem que vocês preservarão todos os documentos em posse de vocês concernentes à vida privada de nossa cliente.” Três dias depois, em 9 de setembro, um e-mail interno do departamento de TI registrava: “Há uma instrução da alta administração da empresa para deletar esses dados o mais rápido possível, mas precisa ser feito de acordo com o regimento.” Em 30 de setembro, um prestador de serviços contratado pela News International apagou todos os e-mails até o final de 2004, um total de 4,5 milhões de mensagens. Corresponhia a parte significativa do período em que Mulcaire fez interceptações e grampeou. No entanto, não se sabe ao certo se foram destruídas mensagens relativas a Sienna Miller: sua vida privada só se tornou objeto central da atenção do *News of the World* no ano seguinte, 2005. Acabou que somente 1,5 milhão de mensagens foram recuperadas pela polícia.

Em outubro, a pressão dos casos de vítimas com processos em andamento criou alguma ansiedade na companhia. Em 7 de outubro, Rebekah enviou um e-mail a Jon Chapman, o advogado cível da empresa: “Como está nossa programação de apagar e-mails para a mudança para a TMS?” Chapman passou o e-mail adiante, para um executivo do TI, acrescentando algumas palavras suas: “Será que devo ir e ver agora e ser demitido — seria uma pena ver você ir embora tão cedo?!!! Acha que pode acrescentar alguns argumentos técnicos para embasar os meus argumentos jurídicos?” Dois dias depois, Chapman voltou a escrever para o executivo do departamento de TI dizendo que “devido ao atual interesse no caso das interceptações de mensagens de

voz em 2005/6 no *News of the World*”, eles deveriam preservar os arquivos dos e-mails de qualquer funcionário atual que já estivesse trabalhando para o jornal naquela época. Acrescentou que “por precaução, ainda que excessiva”, isso incluía todas as mensagens trocadas entre Andy Coulson e sete indivíduos, entre os quais Alex Marunchak, Greg Miskiw e Neville Thurlbeck.

Anos mais tarde, Rebekah Brooks afirmou em depoimento que havia aprovado a preservação dos e-mails que pudessem ter alguma ligação com as escutas e que, quando tinha dado a ordem para fazerem uma “limpeza geral”, não tivera a intenção de incluir qualquer coisa relacionada às interceptações ilegais. A política de apagar e-mail permaneceu inalterada à medida que os processos avançavam no Tribunal Superior. Paralelamente, em outubro de 2010, quando a mudança para a TMS ocorreu, a companhia destruiu todos os computadores velhos de seus jornalistas, inclusive o de Ian Edmondson, citado por Mark Thomson em sua carta para a News International no mês anterior.

No tribunal, a empresa questionou a ordem do juiz Vos que a obrigava a apresentar as trocas de e-mails, sob a alegação inverídica de que seus arquivos guardavam as mensagens por apenas seis meses. A esta altura a muralha de acobertamento que os protegera por quatro anos estava começando a ceder. Fontes próximas a James Murdoch afirmam que ele andava cada vez mais ansioso para concluir a operação de compra da BSkyB.

Sua equipe deu início a uma nova rodada de pressões, mas com pouco sucesso. Fred Michel convenceu o primeiro-ministro escocês Alex Salmond a ir à imprensa escocesa e declarar que o negócio era importante para preservar empregos. No entanto, quando tentou mais uma vez romper a barreira do espírito de “árbitro” e fazer com que James fosse

recebido por Cable, foi rechaçado pelo assessor especial deste, Giles Wilkes, que disparou, em frase impagável, que a reunião seria totalmente possível “no dia em que alguém jogar no Google ‘Vince Cable, News International e Sky’ e nenhum resultado aparecer”. Fred Michel tentou arranjar um encontro de James com um dos companheiros mais graduados de Cable, o secretário-chefe do Tesouro, Danny Alexander, mas uma vez mais deu com a cara na porta. Até mesmo Jeremy Hunt tinha dificuldades para recebê-los.

Apesar da cautela de todos os lados, Hunt aceitou reunir-se com James para discutir a oferta de compra. No entanto, os advogados de seu próprio departamento o “aconselharam veementemente” a não o fazer, justamente devido ao caráter de árbitro do seu papel. Quando Fred Michel comunicou a decisão a seu patrão por mensagem de texto, James respondeu: “Que piada de merda.” James então trocou mensagens de texto com Hunt, que, apesar de alertado em contrário pela assessoria jurídica, concordou em conversar com ele por telefone. Combinaram de se falar em 15 de novembro, usando seus telefones celulares, para que não houvesse monitoramento oficial e, a exemplo do que ocorrera em seu encontro de janeiro, não se fizesse nenhum registro da conversa. (Em seu inquérito, o Juiz Leveson concluiu que esse tipo de contato em off “corroía a confiança do povo”.) A ligação claramente teve o efeito desejado sobre Hunt, que voltou a consultar os advogados de seu departamento se poderia fazer “exposições de fatos” a Cable. Quatro dias depois, em 19 de novembro, os assessores jurídicos lhe deram retorno afirmando que não seria “sábio” fazê-lo. Mas isso não deteve Hunt.

Naquele mesmo dia, a despeito dos repetidos alertas em contrário, ele rascunhou um memorando para o primeiro-ministro sugerindo que se encontrassem com Cable e Nick Clegg, o líder de seu partido, para discutir a oferta de compra.

“James Murdoch está louco da vida por Vince ter submetido o assunto à Ofcom. Ele acha que não receberá uma avaliação justa da Ofcom. Particularmente, estou bem preocupado com isso, porque a News Corp é muito belicosa e podemos cair numa situação complicada, não apenas no plano político, mas também em termos de gestão de mídia.” Na versão final do memorando que enviou a Cameron naquela noite, Hunt habilmente omitiu a ideia de que estava preocupado “no plano político”, mas manifestou sua opinião de maneira inequívoca, acrescentando que seria “um erro completo concordar” com um veto à operação.

Tudo isso aconteceu nos bastidores, longe dos olhos do povo. Um ano mais tarde, quando seu memorando para o primeiro-ministro tornou-se público no Inquérito Leveson, Hunt admitiu que, olhando em retrospecto, ele percebera que “não teria sido possível para Vince Cable participar de uma reunião como aquela”. Seja como for, a reunião sugerida nunca aconteceu e James Murdoch acabou elevando o nível da intimidação em uma palestra, em Barcelona, que trazia a ameaça clara de tirar a BSkyB do Reino Unido e levar consigo trinta mil empregos: “Na nossa perspectiva, os países — da Índia à Itália e à Alemanha — estão se mostrando cada vez mais receptivos a novos investimentos e àquilo que lhes podemos oferecer.”

Apesar da restrição legal de interferências em um processo de natureza quase judicial, Fred Michel e / ou James Murdoch continuaram a fazer lobby não só junto a Hunt, mas também a parlamentares, assessores especiais e a pelo menos quatro membros do Partido Liberal-Democrata na Câmara dos Lordes. Além disso, ficaram mais agressivos. Em 15 de dezembro (o dia em que o *The Guardian* publicou a reportagem sobre as invasões das caixas de mensagem de voz dos telefones de Sienna Miller, seus amigos e familiares) o Grupo Multipartidário de Parlamentares que tinha interesse

especial em assuntos relacionados à mídia convidou a News Corp a enviar um representante para uma reunião em que discutiriam a proposta de compra com alguém da aliança opositora. A News Corp se recusou a mandar alguém. Mais tarde, naquele mesmo dia, ao saber que os parlamentares realizaram a reunião mesmo assim e se encontraram com a aliança, a News Corp cancelou sua contribuição financeira para o grupo.

Nesse ínterim, Claire Enders, ainda uma figura central na aliança, foi comunicada que a News International deixaria de lhe fornecer dados, o que ameaçava sua capacidade de produzir relatórios precisos sobre o mundo da mídia. Mais que isso, insinuou que estava considerando cancelar o contrato anual de 45 mil libras para o recebimento de seus relatórios. Claire, no entanto, não recuou e o contrato acabou sendo cancelado. Não havia dúvida de que a equipe de James Murdoch estava preocupada.

Mas, repentinamente, tudo mudou.

Às 14h30 de 21 de dezembro de 2010, o editor de negócios da BBC, Robert Peston, postou uma história chocante em seu blog, revelando que, em 3 de dezembro, duas mulheres a serviço do *The Daily Telegraph* tinham abordado Vince Cable e, se passando por mães de eleitores de seu distrito, gravaram sem avisar a conversa que tiveram. Ao longo dos dias anteriores, o *The Telegraph* já havia publicado várias matérias sobre o assunto, mas deixara de fora a bomba detonada por Cable. Peston noticiava que Cable dissera às duas mulheres como havia bloqueado a compra da BSkyB: “Declarei guerra a Murdoch e acho que vamos vencer (...) Não posso politizar o assunto, mas, para as pessoas que sabem o que está acontecendo, é um fato importantíssimo. Todo o império dele agora está sob ataque.” Assim, com uma breve confissão, Cable abriu uma cratera na neutralidade essencial a seu papel de árbitro.

A matéria de Peston foi recebida pela elite do poder como se fosse uma dançarina de cancan se exibindo em um funeral: alguns ficaram maravilhados, outros assustados, todos notaram. James Murdoch ficou tão animado que, de acordo com uma fonte na News Corp, efetivamente pulava de alegria. Pelos corredores e gabinetes de Whitehall, ministros e assessores convocaram reuniões de emergência: era uma ameaça não apenas ao emprego de Cable, mas, por extensão, à própria estabilidade do governo.

No Ministério de Cultura, Mídia e Esportes, Jeremy Hunt falou por telefone com James, que reclamou que era evidente que Cable tinha uma posição parcial e ressuscitou sua ameaça de processar o governo. Hunt enviou uma mensagem de texto para o ministro das Finanças, George Osborne: “Podemos conversar sobre a proposta de Murdoch de comprar a Sky? Estou muito preocupado com a possibilidade de estragarmos tudo.” Segundos depois, outra mensagem: “Acabo de receber uma ligação de James M. Os advogados dele estão reunidos e dizem que o processo todo, desde o início, é questionável, alegando ‘uma aguda predisposição contrária’ etc.”

Na sede do governo, o primeiro-ministro reuniu-se com Osborne e assessores. Rapidamente concluíram que Cable poderia manter o cargo, de modo a preservar a estabilidade da coalizão, mas teria de passar a responsabilidade do negócio envolvendo a BSkyB a outro ministro. E o escolhido foi... Jeremy Hunt. Com plena consciência de que Hunt era simpático à operação, Cameron pediu ao procurador do Tesouro, Sir Paul Jenkins, que avaliasse se Hunt havia dito qualquer coisa em público capaz de arrumar algum problema. Em seu parecer, Sir Paul reportou que não identificou nenhum potencial dano fatal.

No entanto, o pedido de Cameron para que Sir Paul analisasse os comentários “públicos” de Hunt significava que

não seria levado em conta o memorando enviado a Cameron quatro semanas antes, em que, ignorando pareceres jurídicos, tentara organizar uma reunião com Cable e declarara considerar “um erro completo” aceitar a oposição à oferta. Sir Paul tampouco levou em consideração as discretas manifestações de Hunt em apoio à transação em seus contatos com a News Corp, entre eles o daquele mesmo dia, menos de duas horas antes de Robert Peston ter postado a matéria, quando, logo depois de ser informado de que a Comissão Europeia dera sinal verde à operação, Hunt enviou mensagem de texto a James Murdoch em tom efusivo: “Parabéns por Bruxelas. Agora só falta a Ofcom!”

Às 17h45, pouco mais de três horas depois de a reportagem de Peston vir a público, o governo anunciou que Cable passaria a Jeremy Hunt todas as reponsabilidades de avaliação dessa operação e de todas as fusões de empresas de mídia. Dentro de dez dias, Hunt receberia o relatório da Ofcom e decidiria pela aprovação do negócio ou pelo repasse da avaliação à Comissão de Defesa da Concorrência. As ações da BSkyB dispararam.

Restava esclarecer uma questão intrigante: já que o *The Daily Telegraph* não havia publicado os comentários nefastos de Cable, como Robert Peston, da BBC, teria conseguido acesso a eles, inclusive à gravação com a voz de Cable? O *The Telegraph*, embora constrangido pela clara implicação de que suprimira a informação porque era contrário à operação, tratou de se defender contratando a prestigiosa empresa de segurança Kroll para investigar o vazamento. Seis meses mais tarde, a Kroll reportou sua “forte suspeita” de que a trama toda havia sido urdida por um ex-editor do *The Daily Telegraph*, Will Lewis, que sete meses antes deixara o jornal em circunstâncias infelizes... e passara a trabalhar como braço direito de Rebekah Brooks na News International.

A Kroll encontrou evidências de trocas de mensagens de texto e telefonemas entre Lewis e um especialista em computação do *The Telegraph* durante os doze dias anteriores à publicação da reportagem. Descobriu também que, depois do episódio, o tal especialista deixou o jornal e foi trabalhar na News International. Apenas para constar, revelou também que Lewis e Robert Peston tinham sido companheiros havia muitos anos no *Financial Times* e permaneciam amigos íntimos. Em seu depoimento ao Inquérito Leveson, Will Lewis recusou-se a responder perguntas acerca do seu envolvimento na montagem do plano de vazamento. Mas a essa altura já não importava. O desdobramento era claro.

Dois dias depois, na noite de 23 de dezembro de 2010, um exultante James Murdoch e sua esposa, Kathryn, sentavam-se para um jantar informal com Rebekah e Charlie Brooks. Juntaram-se a eles o primeiro-ministro e sua esposa, Sam. Roma agora estava ao alcance da vista de César. O que poderia detê-lo?

12. De 15 de dezembro de 2010 a 28 de junho de 2011

A matéria sobre Sienna Miller os abalou. Em 16 de dezembro de 2010, um dia após publicarmos o devastador depoimento da atriz ao Tribunal Superior, a News International suspendeu Ian Edmondson. A organização decidiu não dizer nada publicamente, porém foi um momento decisivo, o primeiro sinal de uma nova estratégia, a do sacrifício seletivo. É verdade que Edmondson tinha trabalhado para eles durante anos e é possível que tivesse achado que o protegeriam, que eles sentiam alguma lealdade. No entanto, no momento em que sua presença se tornou uma ameaça, não pensaram duas vezes antes de arremessá-lo por sobre as muralhas, para as garras do inimigo.

Durante os feriados de Natal e Ano-Novo, a imprensa refestelou-se com o afastamento de Vince Cable do caso da oferta de compra da BSkyB. Em 5 de janeiro de 2011, o *The Guardian* revelou a suspensão de Edmondson. Em 7 de janeiro, a News International recebeu a volumosa pasta de documentos que Mark Thomson havia forçado a Scotland Yard a entregar: estes formavam um retrato horrível de como seu detetive em período integral, seguindo instruções de seu velho editor de noticiário, havia sistematicamente invadido as caixas de mensagens de voz de Sienna Miller, seus amigos e familiares.

A reação da News International foi acrescentar um pouco mais de peso à nova estratégia, anunciando que estava conduzindo uma investigação interna para descobrir o que

vinha acontecendo. Tudo lembrava muito a cena do filme *Casablanca* em que o policial corrupto se declara “chocado — absolutamente chocado — ao descobrir que as pessoas apostavam dinheiro” no cassino onde ele próprio costumava jogar. A investigação interna foi comandada por Rebekah Brooks.

Edmondson tentou uma pequena guerra psicológica contra seus antigos chefes ao vaziar para a imprensa que tinha “tomado um chá” com Max Clifford, insinuando que talvez decidisse usar o relações-públicas de celebridades para contar tudo. Além disso, contratou um advogado durão, Eddie Parladorio. (Não se sabe se Edmondson percebeu a ironia de que muito provavelmente as mensagens de voz do próprio Parladorio tivessem sido interceptadas pelo *News of the World* em julho de 2002, quando ele teve um caso com Ulrika Jonsson, eterno alvo dos tabloides, cujo telefone com certeza havia sido grampeado. Também chama a atenção o fato de o telefone de Max Clifford ter sido grampeado, em 2005/2006, por ordem do próprio Edmondson.) Seja como for, ele permaneceu suspenso.

No entanto, o problema real para os comandantes de Murdoch era que, enquanto reforçavam suas defesas contra as provas expostas pelo caso Sienna Miller, outro poderoso canhão tomava posição. O processo de Sky Andrew estava pronto para abrir novo buraco na muralha da News International.

Com grande atraso, em 12 de janeiro, a polícia acatou uma ordem judicial que a obrigava a entregar provas das invasões ilegais do telefone de Andrews que estavam em seu poder havia mais de quatro anos. Entretanto, repetindo a conduta seguida no caso de Max Clifford, a polícia censurou tão grosseiramente os materiais que a advogada de Andrew, Charlotte Harris, teve de apresentar uma petição para que o Tribunal Superior obrigasse a polícia a entregar as provas sem

adulterá-las, de modo que pudessem ser lidas de forma adequada.

Graças a esses desvios, a News International ganhou um pouco de tempo, mas a equipe de Murdoch claramente estava nervosa e não parava de repetir que estava conduzindo uma “investigação interna abrangente”. O *The Guardian* apurou que suas averiguações se limitavam a examinar o computador e os e-mails de Edmondson, ao que parecia para ver o que aconteceria se o juiz aceitasse a petição de Charlotte Harris para que os e-mails internos fossem disponibilizados. Mais importante ainda: Sky Andrew ainda tinha munição pesada a disparar.

Semanas antes, o juiz havia obrigado Glenn Mulcaire a revelar o nome da pessoa que lhe pedira para fazer escutas no telefone de Andrew. No processo de Nicola Phillips, ele conseguira se safar de uma ordem judicial similar alegando em sua apelação que não podia revelar informações que pudessem incriminá-lo. Tínhamos fortes suspeitas de que a News International o estava bancando. Mas com Sky Andrew esse argumento seria infundado: Mulcaire já tinha sido condenado por grampear o telefone de Andrew no julgamento original de janeiro de 2007. Ele não tinha escapatória. Teria de dar nome aos bois.

Na tarde de 17 de janeiro de 2011, depois de quatro anos de silêncio, o antigo detetive particular do *News of the World* protocolou um depoimento junto ao Tribunal Superior. Na manhã seguinte, o *The Guardian* noticiou que era possível inferir que nesse depoimento fora revelado o nome da pessoa que havia encomendado a interceptação das mensagens de voz recebidas por Sky Andrew: Ian Edmondson. O processo de Nicola Phillips insinuara que era ele, o de Sienna Miller mencionara seu nome e, agora, o de Sky Andrew o pegava com as mãos sujas de sangue. Um repórter isolado agindo por conta própria era embaraçoso. Um editor desonesto era

devastador não apenas para a News International, mas também para a polícia e os promotores que não haviam feito nada a respeito das provas durante anos e, além deles, para o braço direito do primeiro-ministro, cuja credibilidade se desmanchava no ar como bolha de sabão.

Em 24 horas, a crise se intensificou para Coulson. Em uma audiência do caso de Andy Gray, revelou-se que era Greg Miskiw o nome que Mulcaire havia escrito no canto superior esquerdo das anotações referentes às interceptações do telefone do comentarista de futebol. Miskiw já tinha sido citado no caso de Tommy Sheridan e essa era uma confirmação. Ele tinha sido um dos antecessores de Edmondson como editor de noticiário. É possível que a atuação de um repórter desonesto não fosse captada pelos radares do jornal. Contudo, agora eram dois editores de noticiário desonestos, funcionários que comandavam a maior parte do orçamento editorial, responsáveis pelas principais reportagens e subordinados diretos do editor-chefe (Coulson, no caso de Ian Edmondson) e do editor-chefe-adjunto (Coulson, no caso de Greg Miskiw). Como ele poderia não saber que o orçamento e as reportagens tinham ligações com interceptações ilegais? Quarenta e oito horas depois, em 21 de janeiro, um sexta-feira, Andy Coulson pediu demissão.

Anunciou a renúncia ao cargo de porta-voz do primeiro-ministro sem admitir nada. Com uma frase de efeito — “quando um porta-voz precisa de um porta-voz, é hora de partir” — deixou o palco no papel de homem inocente cujo único pecado era ter se tornado um estorvo para o governo. O movimento pode ou não ter sido forçado por Rebekah Brooks como tentativa de amenizar a tensão política. (Soube-se depois que, em 14 de janeiro, ela solicitara a sua secretária que arranjasse um “lugar discreto” para se encontrar com ele, o que acabou acontecendo às 7h45 da manhã seguinte, no hotel Halkin, em Belgravia.) A reação política seguiu o padrão

já conhecido: protestos ruidosos e veementes de um pequeno número de parlamentares como Tom Watson, Paul Farrelly e Chris Bryant e silêncio tradicional da maioria dos outros, entre eles alguns membros proeminentes do Partido Trabalhista.

O novo líder trabalhista, Ed Miliband, criticou Cameron por seu mau discernimento ao escolher Coulson para ser seu assessor, mas o que causou espécie foi ele não reclamar do verdadeiro problema de Cameron: o fato de ter de nomear um jornalista de Murdoch para ser seu assessor para a mídia. Miliband tinha feito a mesma coisa ao contratar o ex-repórter do *The Times*, Tom Baldwin, saído dos quadros de Murdoch. Alguns dias depois, em 27 de janeiro, Baldwin enviou e-mail aos opositoristas do gabinete de Miliband exortando-os a não usar o escândalo das escutas para atacar a News International: “Precisamos evitar qualquer coisa que possa ser vista como um ataque movido por rancor contra qualquer grupo jornalístico.”

Nesse meio-tempo, corriam notícias e rumores de que, com Jeremy Hunt então responsável pela análise da oferta de compra da BSkyB em lugar do problemático Vince Cable, a News Corp em segredo negociava concessões em um acordo com o governo Cameron que lhes permitiria sacramentar o negócio sem ter de passar pelo crivo da Comissão de Defesa da Concorrência.

Mas, se alguém do império de Murdoch achou que a saída de Coulson encerraria o escândalo das escutas ilegais, estava completamente enganado. O assunto continuou a importuná-los, como um cachorrinho que fica no seu pé, só mordiscando. Agora o cachorro estava pronto para cravar os dentes neles. Dois de seus mais poderosos aliados estavam prestes a abandoná-los.

* * *

O assunto estava fermentando fazia um tempo. No dia em que publicamos as provas do caso Sienna Miller, em 15 de dezembro de 2010, eu tinha enviado um e-mail para o procurador-chefe perguntando se essas provas claras de crimes contra a atriz tinham sido passadas pela Scotland Yard aos promotores no inquérito original. Eu tinha certeza de que não tinham. O procurador-chefe simplesmente não respondeu. Enviei outro e-mail e não obtive resposta. Tom Watson escreveu instando-o a responder a minha pergunta, mas ele se manteve em silêncio — até 15 de janeiro, quando de súbito anunciou que contratara uma advogada renomada, Alison Levitt, para realizar uma “abrangente revisão” dos materiais que a Scotland Yard tinha em seu poder.

Olhando de fora, era difícil interpretar com exatidão o que estava acontecendo do lado de dentro, porém, para se chegar a um desdobramento como esse, é certo que grandes engrenagens estavam girando no seio do Ministério Público da Coroa e provavelmente também no Ministério do Interior. Em termos práticos, isso significava que o procurador-chefe estava disposto a expor os erros da Scotland Yard. Parecia improvável que John Yates e seus amigos no comando da Polícia Metropolitana tivessem estimulado tal movimento.

Naquele momento, eu enfrentava algumas dificuldades práticas: tinha viajado para o leste da África para descansar e recuperar o fôlego. Tentava acompanhar os eventos debaixo de um mosquiteiro usando um celular que tinha parado de funcionar em uma casa sem acesso à internet. Consegui despachar uma matéria do meu laptop em um café de beira de estrada. No entanto, tive o consolo de saber que Murdoch e seu grupo tinham problemas muito mais graves que os meus.

Sabendo que as ações civis de Sienna Miller e Sky Andrew tornariam públicas provas ainda mais robustas das práticas de Ian Edmondson se chegassem aos tribunais, a News

International decidiu ganhar posições ao tomar ela mesma a iniciativa de expor Edmondson. Talvez tivesse funcionado se ele de fato tivesse sido um editor “desonesto isolado”, uma maçã podre que poderia ser sacrificada sem prejuízo para os outros. Mas a realidade era diferente.

Em 24 de janeiro, uma segunda-feira, três dias depois da demissão de Coulson, Rupert Murdoch cancelou a ida ao Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça, e voou para Londres para tentar dar um jeito na confusão armada. Na quarta-feira, a News International passou à polícia três mensagens de e-mail que afirmou ter encontrado no computador de Ian Edmondson. Mesmo sem terem revelado o conteúdo das mensagens, estava claro que havia evidências de crimes graves — evidências que provavelmente viriam à tona de qualquer maneira no processo de Sky Andrew.

Naquela tarde, enquanto eu me preparava para voar de volta para Londres mais cedo que o planejado, o *The Guardian* soube que Edmondson não estava mais suspenso: tinha sido demitido no dia anterior, simplesmente abandonado no campo de batalha para o inimigo, como se nunca tivesse feito parte do exército. Contudo, muitíssimo mais importante foi o anúncio feito pela Scotland Yard de que havia examinado os três e-mails e estava organizando uma nova investigação do caso das interceptações ilegais de telefones e que esta, em vez de ser conduzida pela divisão de operações especiais de John Yates, seria passada à subcomissária-adjunta Sue Akers, da divisão de crimes graves.

Em qualquer revolução, um dos momentos de virada é quando as Forças Armadas abandonam o governo, permitindo que os rebeldes assumam o poder. É claro que não se tratava de uma revolução, mas a ideia era a mesma. A Scotland Yard não precisava ler a previsão do tempo para saber para que lado o vento estava soprando; como fizera o procurador-chefe, a Scotland Yard estava mudando de lado.

Para a News International, seguindo sua nova estratégia de sacrifícios seletivos, a decisão de entregar à polícia três e-mails comprometedores era uma tentativa de empreender uma retirada tática: ela admitia os malfeitos de Ian Edmondson, lançava-o por sobre a amurada para fazer companhia a Clive Goodman e aos tubarões e também lançaria, se necessário, Greg Miskiw (ele deixara o jornal anos antes, então poderia ser descartado). Ao final, recuaria para uma nova posição de onde poderia tentar defender melhor o restante do império. Mas não deu certo. Eles já tinham perdido o cargo de Coulson no governo — resultando em possíveis rachaduras na relação com o primeiro-ministro —, já tinham perdido as vantagens representadas pela omissão da Scotland Yard e do procurador-chefe e, mais que isso tudo, tinham perdido o controle dos eventos, posição extremamente incomum e sem dúvida desconfortável para a organização de Murdoch.

* * *

A Scotland Yard deu à nova investigação o nome de Operação Weeting. No começo, nenhum de nós acreditou nas suas intenções; com certeza era apenas mais uma jogada de relações públicas fadada ao fracasso.

Entretanto, duas semanas depois de lançada, a Operação Weeting divulgou uma declaração que continha a seguinte frase, uma verdadeira barra de ouro puro: “As novas provas apresentadas pela News International estão sendo consideradas juntamente com aquelas já em posse da Polícia Metropolitana.” Até que enfim! Um gesto simples, porém vital: enfim eles investigariam as provas que estavam em suas mãos havia mais de quatro anos. A declaração trazia outra frase valiosa, que deve ter sido assimilada por Andy Hayman e John Yates como um tapa na cara: “Todos os atos e as

decisões tomadas na investigação anterior estão sendo analisados.” Perfeito. Por fim, havia também sinais claros de uma mudança drástica no tratamento deliberadamente incorreto dedicado às vítimas: “Adotar uma nova abordagem no processo de informar as vítimas já confirmadas e potenciais (...) identificamos alguns indivíduos que haviam sido previamente avisados de que a Polícia Metropolitana tinha pouca ou nenhuma informação sobre eles (...) faremos contato com todos cujos dados pessoais foram encontrados nos documentos apreendidos em 2006.”

Em questão de minutos, eu estava trocando telefonemas com aliados. Ainda estava desconfiado, porém eles sabiam de mais coisas. Durante as 48 horas anteriores, os agentes da nova operação já tinham começado a procurar algumas personalidades públicas que tanto haviam tentado arrancar a verdade da Scotland Yard e sido frustradas de maneira tão grosseira. Tinham estado com o ex-vice-primeiro-ministro John Prescott — então lorde Prescott — e, em vez de enrolá-lo e declarar publicamente que ele nunca havia sido vítima de escutas e grampos, simplesmente lhe mostraram documentos que não deixavam dúvidas de que, na primavera de 2006 (exatamente como sempre disséramos), ele tinha sido alvo prioritário de Glenn Mulcaire, que conseguira escutar pelo menos 45 mensagens deixadas por ele no celular de sua assessora especial, Joan Hammell, e depois enviara e-mail para Edmondson para avisá-lo.

Prescott ficou furioso com a polícia e com a News International. E realmente era assustador que a polícia tivesse tido em mãos provas de interceptação de comunicações naquela escala do segundo político mais poderoso do país, que lidava com toda sorte de segredos do governo, e resolvido nada fazer a respeito, nem sequer avisá-lo — até mesmo depois de ele e seus advogados terem passado meses a questioná-la sobre o assunto. Em vez disso, a polícia

optou por negar; um de seus agentes, Andy Hayman, chegou a chamá-lo de fanfarrão.

Poucos dias depois, soube que a ministra de Cultura, Mídia e Esportes Tessa Jowell tinha ficado “absolutamente furiosa” quando foi informada pela Operação Weeting de que a Scotland Yard lhe havia revelado apenas parte das escutas ilegais de que ela, seus familiares e amigos tinham sido vítimas. Apurei também que o ex-subcomissário-adjunto da polícia Brian Paddick ficara igualmente chocado ao ver documentos que mostravam que sua vida privada tinha sido objeto de um projeto especial encomendado a Mulcaire, embora a Scotland Yard lhe tivesse afirmado que não havia nenhum registro do nome dele nos arquivos de detetive particular.

Agentes da operação também estiveram com o ex-secretário de Estado para Assuntos Europeus, Chris Bryant, cujas suspeitas haviam sido descartadas pelos homens de John Yates. Ele agora estava diante da profusão de anotações sobre ele feitas por Mulcaire, incluindo os números de telefone de 23 pessoas próximas.

A guerra se desenrolava então em dois campos de batalha. O primeiro, um lúgubre prédio de escritórios, vizinho a um cinema em uma movimentada rua de Putney, na região sudoeste de Londres: o velho edifício da polícia, que por anos fora ocupado por esquadrões anticorrupção, passou a ser a base da Operação Weeting. Era ali que um grupo de quarenta agentes se reunia para planejar as investidas a fim de penetrar no império de Murdoch. A guerra em Putney costumava ser travada nos bastidores, mas sempre conseguíamos captar os sons e rumores distantes vindos do front.

O segundo campo de batalha era muito mais visível. A Corte Real de Justiça, no Strand, sede do Tribunal Superior, parece uma imagem de conto de fadas: do lado de fora, uma

miríade de torrezinhas e arcadas; dentro, um salão com imenso vão livre, como uma catedral, repleto de corredores labirínticos e escadas em caracol que levam a salas de julgamento revestidas de folha de carvalho e a salas de fundo tomadas por arquivos esquecidos e funcionários semiesquecidos. As seis figuras públicas que tinham ousado processar os Murdoch já tinham entrado por esses corredores e obtido importantes avanços. Nos bastidores, outras tantas buscavam a ajuda dos advogados responsáveis pelos processos relativos a interceptações telefônicas, seja porque haviam criado coragem para fazê-lo, seja porque haviam sido avisados pela Operação Weeting e recebido provas sólidas de que tinham sido vítimas dos grampos.

Mark Lewis estava prestes a entrar com ação em nome de um campeão do turfe, o ex-jóquei Kieren Fallon, que em 2009 recebera uma carta enganosa da Scotland Yard que o fez crer que não tinham sido detectados indícios de que ele teria sido vítima de interceptações. No entanto, ele depois viu extratos das anotações de Mulcaire que claramente indicavam que o *News of the World* realizara escutas de suas mensagens de voz no outono de 2004, quando ele estava processando o jornal por difamação — a acusação era grave, especialmente se o grampo tivesse por objetivo levar o jornal a vencer a disputa judicial.

Um dos advogados que procurei em meus esforços para gerar processos foi Graham Shear. Na época ele estava entrando na Justiça na condição de vítima. No passado ele atuara como advogado de várias figuras públicas, incluindo jogadores de futebol que tinham sido alvo da armação de garotas com experiência em vender histórias picantes para tabloides. Durante anos, Shear percebera que era seguido por jornalistas e suspeitara de que seu telefone era monitorado. Depois que o contatei, em 2010, ele escreveu para a Scotland Yard, que lhe disse que não havia nenhuma menção a ele na

papelada de Mulcaire. Ele agora descobria que isso não era verdade: o *News of the World* conseguira ouvir não só suas mensagens de voz pessoais como também as de clientes, cujo sigilo é protegido por lei.

Algumas das audiências no Tribunal Superior se tornaram marcos. Em 17 de fevereiro, um tribunal público enfim analisou o misterioso caso “dinamite” de Mark Thomson que já havia levado à suspensão de Dan Evans, o repórter de matérias especiais do *News of the World* e também perito em grampos. Descobriu-se enfim que a vítima anônima que abriu o processo era a madrasta de Sienna Miller, Kelly Hoppen, um alvo dos tabloides não apenas por sua ligação com Sienna, mas também porque, como decoradora de interiores, tinha entre seus clientes várias celebridades e já havia participado de programas de TV.

Seu advogado, David Sherborne, enfatizou o significado da ação movida por Hoppen. Como a acusação contra Dan Evans se referia a uma tentativa de interceptação de mensagens de voz dela em junho de 2009 — portanto, três anos depois da prisão de Goodman e Mulcaire —, virava pó a alegação da News International de que as interceptações eram coisa do passado.

Sherborne explicou ao juiz que as contas telefônicas mostravam que na manhã de 22 de junho de 2009, um dia depois de um jornal dominical ter transformado Hoppen em um assunto interessante para a imprensa ao noticiar que ela começara um novo relacionamento, Dan Evans ligara para o número dela duas vezes: na primeira, ela atendeu e o repórter logo desligou; na segunda, ela não atendeu, mas, mesmo assim, ele permaneceu na linha por 25 segundos, numa tentativa malsucedida de invadir sua caixa de mensagens de voz. A News International e Evans insistiram que tudo não passara de um equívoco, que as teclas do telefone dele tinham ficado presas e ele sem querer ligara para ela e

permanecera conectado. Segundo o advogado da News International, Michael Silverleaf, fora uma “ligação isolada” — não poderia haver escolha mais infeliz de palavras.

Notícias ruins para a News International, notícias ruins para a Scotland Yard. Na audiência revelou-se que, nos cinco dias anteriores, a Operação Weeting havia entregado a Kelly Hoppen três folhas com anotações de Mulcaire mostrando que — em paralelo às atividades de Dan Evans na seção de reportagens especiais — o próprio Mulcaire, trabalhando para a editoria de noticiário do jornal, monitorara e tentara interceptar as mensagens de voz feitas para o telefone de Kelly durante o ano de 2005. A operação também exibiu uma folha do inquérito original de 2005 que indicava que os investigadores na época tinham visto e compreendido o significado daqueles registros, além de terem descoberto que um dos números constantes nas anotações de Mulcaire era o de um ex-namorado de Kelly — acredita-se que era o jogador de futebol inglês Sol Campbell. No entanto, na audiência ficou demonstrado que, em duas ocasiões, a Scotland Yard informara a Kelly Hoppen que “não havia indícios que sugerissem que ela tinha sido alvo de monitoramento ou interceptação ilegal de seus telefones celulares”.

Em 25 de fevereiro, os responsáveis pela distribuição dos processos do Tribunal Superior nomearam um “juiz especializado em interceptações eletrônicas” para cuidar da provável torrente de novas ações. O escolhido foi Geoffrey Vos. A decisão foi bem recebida. Vos já havia presidido várias audiências preliminares e mostrara ser rápido e arguto, além de ter um senso de humor “irritadiço” que tornava as sessões que presidia mais divertidas que a maioria. Ademais, ele claramente conseguia ver a situação como um todo e entendia o que a News International e a polícia vinham fazendo. Entretanto, o mais importante era que ele parecia não ter medo algum deles.

Uma semana mais tarde, em nova audiência para determinar se Glenn Mulcaire deveria ou não responder perguntas sobre as interceptações eletrônicas de Andy Gray e Steve Coogan, Vos registrou um argumento simples e sólido, baseado no histórico até ali: “As anotações feitas a mão pelo próprio sr. Mulcaire são mais que suficientes para me convencer de que o sr. Mulcaire interceptar mensagens de voz do sr. Gray era uma atividade regular (...) Que outras inferências se pode fazer do fato de que o sr. Mulcaire fez o que era necessário e obteve os números necessários para interceptar as mensagens do sr. Gray? (...) O sr. Mulcaire claramente interceptou mensagens de voz do sr. Gray (...) partir do fato de que o sr. Mulcaire tinha os recursos para interceptar o telefone do sr. Coogan, é razoável inferir que provavelmente o fez.”

Eram palavras de suma relevância. Por quatro anos e meio, a Scotland Yard tentara vender a ideia de que não havia naquela papelada que merecesse ser investigado, e agora vinha um juiz do Tribunal Superior chutar essa ideia para bem longe. Era um convite para que todos os citados na papelada de Mulcaire pensassem em entrar com ações na Justiça.

O juiz decidiu que Mulcaire era obrigado a responder uma lista de perguntas sobre as pessoas do *News of the World* que lhe haviam encomendado as escutas eletrônicas, em linha com a ordem judicial por ele proferida no passado, que obrigou o detetive particular a responder perguntas sobre quem o instruíra a interceptar os telefones de Nicola Phillips e Sky Andrew. Essa nova ordem tinha maior abrangência e determinava que ele respondesse perguntas sobre seu trabalho em geral, inclusive os nomes de quem lhe pedira para interceptar telefones da família real e os meios de que se valeu para obter as senhas internas das companhias de telefonia celular. Ele apelou dessa decisão e, mais uma vez,

suspeitamos que a News International lhe pagou para que o fizesse.

Em 25 de março, em mais uma audiência decisiva, a News International admitiu que, ao contrário do alegado antes, podia, sim, acessar um vasto arquivo contendo e-mails trocados desde 2005. Sienna Miller e Sky Andrew vinham peticionando para ter acesso aos e-mails sobre eles e várias vezes foram informados pela empresa de que as mensagens eram guardadas por apenas seis meses. Mas nesse momento o advogado da News International, Julian Pike, da Farrer & Co., pedia desculpas formais por ter passado informações falsas ao juiz e explicava que ele mesmo tinha sido enganado pela News International.

Segundo as informações apresentadas por Pike ao tribunal, estimava-se que o arquivo continha quinhentos bilhões de bytes de dados. Só no caso de Sienna Miller, eram pelo menos onze mil mensagens de e-mail. A ordem judicial estabelecia que todos os arquivos deveriam ser examinados em busca de informações sobre qualquer um que estivesse processando. Para a polícia, que por anos se omitira e nem sequer pedira que esse tesouro fosse aberto, tratava-se de mais uma descoberta constrangedora. Para todos os executivos, editores e jornalistas da News International, era aterrorizante: quem se lembrava do que tinha dito em e-mails nos seis anos anteriores? Quem sabia onde isso iria parar?

O juiz Vos determinou que todos os registros eletrônicos da News International relevantes para o caso fossem disponibilizados. Perto dali, na sede do governo, o gabinete de Jeremy Hunt vinha sendo inundado com tantos comentários do público hostis à oferta de compra da BSkyB que ele se viu forçado a retardar o anúncio de sua decisão.

* * *

A uma quadra da Corte Real de Justiça, no fórum criminal central Old Bailey, Jonathan Rees obteve uma vitória e pôde respirar aliviado. Depois de uma exaustiva sequência de audiências pré-julgamento, o juiz rejeitou a denúncia contra ele e outros por formação de quadrilha para assassinar seu antigo sócio, Daniel Morgan. Ele estava livre. E nós enfim tivemos o direito de citar seu nome.

Fizemos isso em uma longa reportagem que reunia tudo o que sabíamos sobre seus crimes praticados para o *News of the World* e sobre os sinais nada discretos de que ele os estava cometendo. A questão não era apenas que, como editor-chefe, Andy Coulson teria de sofrer um curto-circuito cerebral agudo para ignorar o que se passava em sua redação, e sim algo pior: o fato de David Cameron querer que acreditássemos que, com todas as antenas do Partido Conservador à sua disposição e com toda a capacidade de investigação da polícia e dos serviços de inteligência do seu lado, ele nada sabia sobre o desprezo que Andy Coulson nutria pela lei — era uma ignorância muito conveniente para um homem que tinha razões para desejar as vantagens de ter um ex-editor de Murdoch em sua equipe.

Ficou ainda mais difícil de engolir a tese de que Cameron ignorava tudo quando Alan Rusbridger revelou publicamente que, em fevereiro de 2010, quando escrevêramos sobre Rees, chamando-o de “sr. A”, o editor-chefe-adjunto do *The Guardian* Ian Katz mencionara a matéria ao diretor de estratégia de Cameron, Steve Hilton, e depois ao seu chefe de gabinete, Ed Llewellyn. Rusbridger também revelou que ele próprio havia conversado sobre a matéria com líder do Partido Liberal-Democrata, Nick Clegg, que viria a ser o vice-primeiro-ministro de Cameron.

Nesse ínterim, o programa *Panorama*, da BBC, trouxe a público a primeira prova concreta de que o jornal de Coulson encomendara a invasão de caixas de mensagem de voz e

também de e-mails. A BBC vinha trabalhando na matéria havia meses, instigada por Rusbridger. Eu mesmo, a pedido de Rusbridger, lhes havia passado informações e dado alguns conselhos, mas eles abriram novas frentes e fizeram progressos significativos. Um deles foi obter o conteúdo de um fax enviado para o *News of the World* em julho de 2006 contendo informações aparentemente extraídas do computador de Ian Hurst, que havia trabalhado para os serviços de inteligência britânicos na Irlanda do Norte, onde tinha acesso a dados sigilosos.

O *Panorama* localizou uma fonte que lhe soprou que o computador de Hurst havia sido invadido por um especialista chamado Philip Campbell Smith, que, por coincidência, havia trabalhado com a inteligência britânica na Irlanda do Norte junto com Hurst. Jornalistas do programa procuraram Hurst, mostraram-lhe o fax e o convenceram a se encontrar com Smith em um hotel e questioná-lo cara a cara — tudo sendo gravado em segredo pela equipe da BBC. Tudo correu maravilhosamente. Sem demonstrar qualquer preocupação, Smith admitiu ter hackeado o computador de Hurst: “Não foi difícil. Eu lhe enviei um e-mail e você abriu. Só isso... Mande de um endereço falso... Já não existe mais. Não deve nem ter permanecido no disco rígido. Acho que o programei para permanecer ativo por três meses.” Quando Hurst lhe perguntou quem encomendara o serviço, Smith respondeu: “Os faxes iam para Dublin... Ele era o editor do *News of the World* para a Irlanda. Um nome meio eslovaco. Não consigo lembrar a porra do nome dele. Alex, esse é o nome. Marunchak.”

Foi assim que Marunchak tornou-se o sexto jornalista de Coulson a ser vinculado ao escândalo, ao lado de Clive Goodman, Ross Hindley, Neville Thurlbeck, Ian Edmondson e Greg Miskiw. Marunchak era o mais graduado de todos eles. Chegara ao posto de editor-executivo sênior no jornal. Era

também o mais importante: com base em tudo o que me contaram seus antigos colegas, eu acreditava que ele era o pioneiro dos truques obscuros no *News of the World*.

* * *

Nossos adversários seguiam defendendo cada milímetro do seu território.

A News International continuava a fazer o possível para abafar a verdade. O *The Times* reagiu ao *Panorama* sobre Philip Campbell Smith tentando desqualificar a BBC, acusando-a (indevidamente) de ter contratado Jonathan Rees no passado. Seus advogados apelavam contra todas as ações civis protocoladas na Justiça. Ainda mais importante, me foi confirmado — graças a Max Mosley e seu novo funcionário, Glenn Mulcaire — que de fato era a News International a financiadora das despesas de Mulcaire com advogados e custas processuais para apelar contra as decisões judiciais que o obrigavam a responder perguntas sobre seu trabalho para as empresas de Murdoch.

Alguns advogados tinham fortes suspeitas de que a News International talvez estivesse nos espionando. Em certa ocasião, Mark Thomson mencionou numa conversa com amigos que haveria em breve uma audiência sobre o caso Sienna Miller; uma hora depois, começou a receber telefonemas de repórteres do *The Times* e da Sky perguntando se isso era verdade. Especialistas em tecnologia de seu escritório de advocacia acreditavam haver razões de sobra para desconfiar que alguém monitorava seu telefone, os de outros advogados e também o meu. Rusbridger e eu entramos em contato com nossas respectivas companhias telefônicas pedindo que verificassem se havia algum sinal de tentativa de invasão de nossas caixas de mensagem de voz.

Havia também grande preocupação com a possibilidade de a News International destruir provas. Depois de ter conseguido que a equipe de Murdoch admitisse que mantinha os e-mails armazenados, Mark Thomson passou a temer que eles fossem deletados, daí ter entrado em juízo com um pedido de ordem judicial para obrigá-la a preservar os arquivos.

Já a PCC continuava a viver em seu mundo de negação. Apesar de ter perdido o processo por difamação movido por Mark Lewis devido aos seus comentários despropositados e tendenciosos sobre ele, lady Buscombe apareceu no programa *Today*, da BBC, e, em vez de admitir que o relatório do conselho que endossava a versão do *News of the World* estava errado, questionou as provas que então se tornavam públicas e limitou-se a afirmar que “nós simplesmente não conhecemos” os fatos.

Embora a Operação Weeting desse a impressão de ser uma investigação rigorosa, os comandantes da Scotland Yard não davam sinais de reconhecer a magnitude de seus erros. Nesse momento, foram obrigados pela operação, que tinha poderes para isso, a revelar detalhes do convívio social de membros de seu primeiro escalão com a News International. Restava à Scotland Yard um único caminho: convocar sua corregedoria para conduzir uma investigação paralela à da Operação Weeting, a fim de apurar com urgência: a) por que a investigação original tinha sido um fracasso; b) por que John Yates, num segundo momento, também fracassara e fora autorizado a fazer declarações enganosas à imprensa, ao público e ao parlamento. Era evidente que era isso que a Scotland Yard deveria fazer. Mas não fez. A Operação Weeting acabaria investigando o *News of the World*, mas ninguém investigaria a Scotland Yard.

O próprio John Yates vinha emitindo ruídos ameaçadores na direção do *The Guardian*. Quando a Operação Weeting

começou a trazer a verdade à tona, publiquei no jornal uma declaração de Mark Lewis acusando Yates de enganar o parlamento quando afirmou perante as comissões especiais que havia apenas dez ou quinze vítimas. Yates escreveu para Rusbridger exigindo que nos retratássemos, publicássemos uma errata e nos comprometêssemos a não repetir as acusações. Não satisfeito, contratou o escritório de advocacia Carter Ruck, considerado o mais agressivo de Londres, para repetir as mesmas exigências. O advogado do *The Guardian*, Gill Phillips, retrucou com o equivalente jurídico de um míssil Scud: um resumo de catorze páginas em que detalhava todos os bons motivos pelos quais ele de fato havia enganado o parlamento. Yates logo desistiu de todas as exigências.

Na sequência, Yates se meteu em um enfrentamento verbal público incomum com o procurador-chefe. O estopim foi a insistência de Yates em tentar justificar que o fracasso da polícia fora motivado pela interpretação equivocada do Ripa. Depois de meses de silêncio, o procurador-chefe, Keir Starmer, veio a público e de forma direta e firme desmentiu Yates. Em carta à Comissão Especial para Segurança Interna, desmentiu a alegação de que os investigadores do inquérito original de 2006 tinham sido orientados a adotar essa estreitíssima interpretação da lei: “Nem na peça acusatória e tampouco ao historiar os fatos a promotoria atribuiu qualquer relevância legal à distinção entre mensagens que tinham sido ouvidas [pelo destinatário] e mensagens que não tinham (...) A questão simplesmente não foi levantada.” Essas palavras soaram como música aos nossos ouvidos.

Mesmo assim, Yates não desistiu. Em cartas para o *The Guardian* e em depoimentos às comissões especiais do parlamento, ele requentou as velhas alegações sobre a interpretação do Ripa, o que só serviu para levar Starmer a voltar a atacá-lo, apresentando à Comissão Especial para Segurança Interna o histórico detalhado dos contatos entre a

Operação Cariátide e os promotores. O presidente da comissão, Keith Vaz, disse que os documentos apresentados pelo procurador-chefe eram “impressionantes” e que a versão dos eventos defendida por Yates “claramente não expressava o que aconteceu”.

Decidi checar outra afirmação feita por Yates, a de que durante a Operação Cariátide eles haviam se certificado de que as quatro companhias telefônicas tinham avisado todos os seus clientes identificados como vítimas de escutas ilegais. Eu já sabia que o serviço tinha sido mal e porcamente executado, mas acabei apurando que nenhuma das companhias tinha sido instruída pela polícia a entrar em contato com qualquer pessoa. Mais grave ainda: descobri que duas das empresas — a Orange e a Vodafone — haviam escrito para a polícia a fim de explicar que a versão de Yates estava errada. Apesar disso, até aquele momento, mais de quatro meses depois do aviso, a Scotland Yard ainda não tinha alertado a comissão de que as afirmações de Yates eram falsas. Na verdade, tinha-se a impressão de que, para os chefes de Yates, esses fatos não tinham a menor relevância, tanto que ele não apenas foi mantido no cargo como foi promovido a subcomissário temporário.

* * *

Na manhã de 5 de abril de 2011 — 65 meses depois da primeira queixa do Palácio de Buckingham à polícia de que havia algo errado com suas mensagens de voz — o ex-editor-assistente Ian Edmondson e o então chefe de reportagem, Neville Thurlbeck, foram presos sob suspeita de interceptar mensagens ilegalmente. Agentes da Operação Weeting fizeram buscas na casa de Edmondson, em Wimbledon, no sudoeste de Londres, e na casa de Thurlbeck, em Esher in Surrey, apreendendo documentos, anotações e

computadores. Fizeram buscas também na mesa de trabalho de Thurlbeck no *News of the World*. A News International, com cara de paisagem, divulgou nota declarando que a empresa “reitera que não tolerará malfeitos”.

Naquela noite, a nata da imprensa britânica — os homens vestindo smoking e as mulheres, longos — estava reunida sob os exuberantes lustres do salão de banquetes do hotel Savoy para a cerimônia do tradicional prêmio anual aos melhores da imprensa. A tensão no ar era suficiente para deflagrar uma guerra.

Os organizadores tomaram o cuidado de colocar a mesa do pessoal do *The Guardian* o mais longe possível da mesa do *News of the World*. Dois trabalhos meus haviam sido indicados para Furo do Ano: as reportagens sobre o WikiLeaks e sobre o escândalo das escutas ilegais. Os laureados são escolhidos por voto pelos executivos da imprensa. O vencedor foi o *News of the World*, pela matéria sobre a corrupção do time de críquete do Paquistão. Eu podia ver na outra extremidade do salão o editor-chefe do jornal, Colin Myler, na frente de sua equipe, puxando os aplausos e gritos. Pelo visto eles não tinham aprendido nada.

* * *

Em 8 de abril, a News International fez uma jogada astuta: admitiu a derrota. Pelo menos, fingiu admitir.

Em um “mea-culpa” público — sobre o qual já se vinha especulando havia semanas —, a empresa anunciou que, “após um abrangente trabalho de investigação interna”, apresentaria um pedido de desculpas irrestritas e uma admissão de sua responsabilidade por crimes contra alguns dos que a estavam processando e, para qualquer outra queixa razoável de outros, apresentaria um plano de reparação. “O comportamento do *News of the World* no passado em relação

à interceptação de mensagens de voz é profundamente lamentável. Está patente agora que nossas investigações anteriores não conseguiram detectar provas importantes. Reconhecemos que nossas medidas não foram firmes o bastante.”

Era um tremendo avanço. Depois de todas as mentiras e obstruções, com todas as alegações de que se tratava de um repórter desonesto isolado, eles agora admitiam que estavam errados. Entretanto, havia também muita malandragem nisso. Eles passaram a impressão de estarem levantando os braços, admitindo seu crime e prometendo dizer a verdade, mas na realidade o que estavam fazendo era achar uma nova forma de acobertar a verdade. Ao reconhecer que, em termos gerais, um crime tinha sido cometido, eles conseguiriam fazer acordos muito mais baratos com as vítimas, pagando-lhes indenizações pelos valores-padrão em vez de desembolsar milhões de libras para silenciá-las. Assim, conseguiriam também impedir que os processos chegassem aos tribunais, trazendo consigo a ameaça de exposição pública. Enfim, eles entregaram a muralha externa para não perder o castelo inteiro.

Os advogados das vítimas que estavam movendo ações costumavam se encontrar em um restaurante japonês em Bloomsbury, onde se sentavam de pernas cruzadas em almofadas no chão, em torno de uma mesa preta, para, depois de tirar as baterias dos celulares, planejar os próximos passos. Na opinião deles, a declaração da News International era nada mais que uma forma de acobertamento disfarçada de política de transparência.

Essa turma de advogados havia identificado em um deles, Hugh Tomlinson, qualidades de grande estrategista; tratava-se de um sujeito de inteligência singular que tinha iniciado a carreira como expert em filosofia pós-estruturalista, traduzindo obras de Gilles Deleuze antes de se tornar advogado. Sua

especialidade eram as leis relativas à mídia, tendo representado várias figuras públicas que processaram jornais, entre elas o príncipe Charles, que movera ação contra o *The Mail on Sunday* por publicar um caderno com registros pessoais roubados. Contudo, ele era também um dos expoentes na defesa da então ainda jovem lei de direitos humanos do Reino Unido. Diante do recuo da News International para sua nova posição, Tomlinson e os outros advogados engendraram em seus encontros no restaurante japonês uma resposta clara: lançariam mão de novas armas e intensificariam seus ataques.

Charlotte Harris vinha forçando a polícia a entregar os registros apreendidos em 2006 contendo os números chamados a partir dos telefones de Mulcaire. Como de hábito, a polícia optara por censurá-los, cobrindo trechos dos dados, de modo que ela só podia ver as vezes que Mulcaire tinha ligado para números pertencentes a seu cliente, Sky Andrew. Ela nutria fortes suspeitas de que a versão não censurada revelaria o seguinte padrão: antes de interceptar as mensagens de voz de Sky, Mulcaire falava com o *News of the World* para receber instruções e voltava a contatar o jornal depois, para passar a mensagem grampeada. A fim de colocar sua teoria à prova, procurou uma pessoa que teve papel importante no inquérito original, mas estava proibida de falar com ela. Apesar de Charlotte ter despejado todo seu charme em cima do sujeito, ele não se abalou, preocupado que estava em dizer o que não devia. No fim, ela encontrou uma saída: “Tussa se minha teoria estiver errada”, disse.

Ela esperou, e ele não tossiu. Charlotte lhe agradeceu.

Seu passo seguinte foi obter do juiz uma ordem obrigando a polícia a entregar versões não censuradas de todos os registros contendo todas as ligações feitas a partir dos telefones de Mulcaire.

Isso acabou se tornando parte da nova estratégia: em vez de peticionar apenas por migalhas de informações referentes a seus respectivos clientes, os advogados tentariam obter acesso a tudo, a todo e qualquer registro remanescente na polícia e na News International de ligação telefônica, mensagem de texto, e-mail e nota fiscal cobrindo todos os elos da teia de conspiração envolvendo todas as possíveis vítimas. A essa arrancada em busca de informações somou-se uma segunda nova estratégia, comandada por Hugh Tomlinson, destinada a fazer crescer o fluxo de casos por meio da definição de um conjunto de “temas comuns”, ou seja, questões que permeavam todo o trabalho de Mulcaire. Ao colocar as coisas dessa maneira, os advogados poupariam o tempo de todo mundo porque as respostas a respeito de um processo ajudariam a esclarecer todos os outros. Além disso, seria um bom argumento para convencer juízes de que eles, advogados, deveriam poder ter acesso a tudo. Esses materiais relativos a “temas comuns” poderiam então ser examinados por todos os advogados, que criariam uma espécie de “clube de confidencialidade”, no qual se comprometeriam a não revelar nada a respeito dos clientes dos colegas. Dessa forma, enfim poderiam ter uma visão geral das coisas.

Funcionou. Em uma série de audiências conduzidas pelo juiz Vos em abril e maio, a polícia foi finalmente ordenada a entregar ao clube de confidencialidade todas as folhas das anotações de Mulcaire, praticamente sem nenhuma adulteração, bem como os registros de chamadas em seu poder sem censura alguma. A News International, por sua vez, foi ordenada a pesquisar em todos os seus e-mails armazenados qualquer referência a pessoas com processos contra ela e a qualquer atividade pertinente às ações. Disso emergiu o mais poderoso arsenal possível para se colocar à prova a veracidade das afirmações da News International.

A cada semana novas figuras públicas se apresentavam para cerrar fileiras com aqueles dispostos a se erguer e combater. Por vários meses, limitavam-se a apenas seis os processos judiciais abertos (de Sienna Miller, Sky Andrew, Nicola Phillips, George Galloway, Andy Gray e Steve Coogan). Em 15 de abril, já eram vinte, e, em 26 de maio, 31.

Boa parte do que os documentos de Mulcaire revelavam era bem chocante. Entre seus alvos estiveram, por exemplo, a mulher e pelo menos um filho do ex-primeiro-ministro Tony Blair, a ex-mulher do príncipe Andrew, Sarah Ferguson, e suas duas filhas, as princesas Beatrice e Eugenie, além do ex-primeiro-ministro Gordon Brown. A polícia não se preocupara em avisar nenhum deles. Também fora vítima o parlamentar do Partido Liberal-Democrata Mark Oaten, cuja vida sexual tinha sido devassada pelo *News of the World*. A Scotland Yard, em sua resposta inicial a um pedido de informações feito por ele, dissera que na papelada de Mulcaire havia apenas uma folha com seu nome citado. Oates descobria agora que na verdade havia anotações sobre ele e suas mensagens de voz em 35 páginas. O detetive particular sabia seu código PIN e sua senha e mantinha transcrições de mensagens. Chegara ao ponto de grampear até o telefone do pai de Oaten, de 98 anos.

Charlotte Harris era a advogada da atriz Leslie Ash e seu marido, Lee Chapman. Quando os três estiveram em Putney para que os agentes da Operação Weeting pudessem lhes mostrar as anotações que Mulcaire fizera sobre as mensagens de voz do casal, Charlotte percebeu que algumas delas eram sobre outro Chapman e que a polícia havia entendido errado o endereço ali escrito. Em vez de “Fulham”, no oeste de Londres, a anotação de Mulcaire na verdade se referia a um endereço de “Soham”, cidade em que moravam duas meninas de dez anos, Holly Wells e Jessica Chapman, que haviam sido raptadas e assassinadas em agosto de 2002.

Se era mesmo verdade que o *News of the World* tinha invadido o telefone da família de Jessica Chapman...

O Tribunal Superior passara a ser palco de conflagração aberta; a News International obteve vitórias em importantes escaramuças. Armada da nova estratégia de assumir sua culpa e responsabilidade, a empresa enfrentou o processo de Sienna Miller com todas as forças e conseguiu sustá-lo. No fundo, eles a forçaram a admitir que tinha vencido. O advogado da News International, Michael Silverleaf, afirmou que a empresa se responsabilizava por todos os malfeitos que a atriz lhes imputava, ou seja, não apenas a escuta de suas mensagens de voz, mas também a invasão de seus e-mails, e se comprometia a nunca mais repetir tais atos. Ofereceram a ela indenização de 100 mil libras, um valor calculado com cuidado para ser superior ao que ela poderia conseguir se o caso fosse a julgamento. Era o fim do processo. Silverleaf argumentou: “Reconhecemos e admitimos nossa culpa. Já demos todas as garantias e assumimos todos os compromissos que ela poderia pleitear. Também já aceitamos pagar a indenização por ela pedida.” Se Sienna Miller continuasse com a ação, se configuraria um “abuso de processo”, destacou o advogado.

Uma indenização era o que menos interessava a Sienna Miller; para ela, o mais importante era a polícia e a News International revelarem tudo o que tinham sobre ela, para que a verdade se tornasse pública em uma sessão aberta diante do juiz. No entanto, Silverleaf argumentou ao juiz Vos que ela precisava aceitar que tinha vencido e encerrar a ação. “O sistema judiciário existe para julgar erros e encontrar formas de repará-los, e não para permitir que pessoas extravasem seus sentimentos ou simplesmente obtenham informações... O que ela deseja é um julgamento público e essa não é uma das formas de reparação previstas na lei civil.” O juiz concordou com ele.

O processo foi encerrado. Sienna Miller venceu e a News International adorou. Em princípio, nada os impedia de fazer o mesmo em outras ações eventualmente impetradas por algum dos advogados. A empresa de Murdoch poderia começar a se defender e talvez até conseguisse que algumas fossem arquivadas. Nos casos com grande chance de ir a julgamento, a News International poderia simplesmente render-se e admitir a culpa para ter a ação encerrada. Com dezenas de processos enfileirados como nuvens negras no horizonte, esse caminho poderia custar muito dinheiro e a reputação do jornal talvez ficasse manchada. Por outro lado, seus jornalistas e executivos (e também seus donos) não mais precisariam se preocupar com o desgaste de se verem desmascarados em julgamentos públicos.

Problema parecido aconteceu com o pedido de Tamsin Allen para uma revisão judicial do inquérito policial original, que tinha tudo para ser bem-sucedido. Em 23 de maio, o Tribunal Superior foi palco de uma audiência extraordinária, a qual eu tentei descrever no *The Guardian*:

As paredes da Corte Real de Justiça já ouviram centenas de criminosos profissionais afirmarem que a polícia é corrupta. Ontem, no entanto, foi um grupo de figuras públicas respeitáveis — entre elas três ministros e um ex-chefe de polícia — quem disse que a Scotland Yard havia distorcido a verdade e ocultado provas em seus processos. Em uma série de ataques desmoralizadores, a Polícia Metropolitana foi acusada de enganar o Tribunal Superior, o parlamento e o público no escândalo das escutas ilegais de telefones, bem como de manter centenas, talvez milhares, de vítimas sem saber de possíveis crimes contra elas cometidos, num arranjo que acobertava a News International, de Rupert Murdoch,

protegendo-a de constrangimentos e dispendiosos acordos financeiros na Justiça.

O ex-vice-primeiro-ministro John Prescott e a ex-ministra de Cultura, Mídia e Esportes Tessa Jowell se juntaram ao ex-secretário de Estado para Assuntos Europeus Chris Bryant e ao ex-subcomissário-adjunto da Scotland Yard Brian Paddick para pedir à corte que determinasse a realização de uma revisão do inquérito policial pelos juízes do Tribunal Superior. O que mais doeu na polícia foi o fato de, diante de tal ataque a sua conduta desferido por gente com tanto prestígio, se ver forçada a admitir a ocorrência de “algumas falhas operacionais”, segundo o eufemismo usado por seu advogado.

Revelou-se que, quando enfim (e de maneira muito discreta) analisou o material de Glenn Mulcaire apreendido em agosto de 2006, a equipe de John Yates acabou negligenciando vários documentos e arquivando em seu banco de dados outros que tinha escaneado de um jeito que tornava impossível localizá-los. Por isso, a Operação Weeting viu-se obrigada a fazer todo o serviço de novo, do zero. Além disso, a polícia não apenas havia enviado cartas enganosas àqueles que suspeitavam ser vítimas como, segundo Hugh Tomlinson, apresentara uma resposta formal a essa revisão judicial que continha “patentes erros factuais”. Em sua apresentação por escrito em juízo, Tamsin Allen escreveu que a negligência da Scotland Yard teve como consequência proteger a News International contra despesas e constrangimentos: “Compartilhamos a inquietação do povo com as motivações da polícia para minimizar a escala dos delitos cometidos e com a consequente blindagem da News International.”

Para mim, sentado ali, no fundo da sala de audiências, rabiscando anotações, era reconfortante ouvir a cobertura do

The Guardian ser plenamente justificada (além de ouvir as ameaças e negações de John Yates serem colocadas com firmeza em seu devido lugar). Mas também era frustrante. O verdadeiro valor da revisão judicial estava em forçar a polícia a entregar interessantes pacotes de documentos internos que poderiam revelar o que se passara nos bastidores. Por que tinham se comportado assim? Eles mantinham algum contato secreto com a News International? Quem exatamente participou de todas aquelas decisões horrorosas? No entanto, agora parecia que esse material nunca seria apresentado em um julgamento público porque, embora naquela audiência todos tivessem concordado com a instalação de uma revisão judicial em algum momento, todos sabíamos que ela não aconteceria. O objetivo de uma revisão judicial é procurar corrigir alguma falha na administração pública. Nesse caso, a correção seria realizar uma nova investigação — mas nós já tínhamos uma: a Operação Weeting. No estágio seguinte, a polícia com certeza não teria dificuldade para argumentar que não havia mais justificativa para uma revisão judicial.

Assim como a vitória nas ações civis significava que casos como o de Sienna Miller nunca chegariam a ser julgados publicamente, nosso êxito ao forçar a Scotland Yard a realizar um inquérito sério também significava, ironicamente, que ela nunca teria de revelar a verdadeira história por trás de sua negligência.

Eu sabia que, nesse meio-tempo, a News Corp esperava com muita ansiedade que a Ofcom decidisse se a compra da BSkyB poderia ou não ser concluída.

* * *

Ainda tínhamos duas poderosas salvas para chegar à verdade: a Operação Weeting e tudo o que conseguíssemos apurar no *The Guardian*.

A Operação Weeting avançava firme e forte. Em 14 de abril, fez sua terceira prisão, a do ex-editor de noticiário Jimmy “dos Sussurros” Weatherup. Ela produziu algumas tramas paralelas.

Em primeiro lugar, descobri que uma repórter da redação do *The Guardian*, Amelia Hill, tinha uma fonte espetacular que sabia exatamente o que a operação estava armando. Foi graças a essa fonte que ela pôde noticiar que, apesar de a News International proclamar sua disposição de cooperar com as autoridades, a realidade era diferente: assim que souberam da prisão de Weatherup, vários executivos da empresa correram às suas mesas de trabalho na redação, enfiaram tudo o que puderam em um saco de lixo e o entregaram aos cuidados da Burton Copeland, a mesma firma de advocacia contratada por Andy Coulson dois anos antes, após a prisão de Clive Goodman.

Quando foram fazer uma busca na mesa de trabalho de Weatherup, os agentes da Operação Weeting ficaram furiosos diante da grosseira obstrução. Houve então um ríspido enfrentamento no qual, de acordo com a fonte de Amelia Hill, as autoridades deixaram claro que consideravam aquilo um ato criminoso, que prenderiam os responsáveis e fariam uma busca no escritório da Burton Copeland se os objetos e materiais de Weatherup não fossem devolvidos. A News International mostrou surpresa e instruiu os advogados a devolver os sacos de lixo.

Eu ainda não conhecia Amelia Hill, porém sabia que ela tinha acesso a alguém muito útil. Eu então a procurei e ela concordou em trabalhar comigo. Não lhe perguntei quem era sua fonte; supunha que fosse um agente da Operação Weeting ou alguém do alto escalão da Scotland Yard que sabia dos planos da operação. Neste relato, eu o chamo de Jingle.

Ele logo mostrou seu valor em outro episódio. Conversando com um agente da Operação Weeting, Mark Lewis detectara sinais de que houvera algo estranho a respeito do local onde Weatherup tinha sido preso, um detalhe sobre o qual deveríamos ficar atentos. Era naquele momento apenas uma dica misteriosa, mas poderia levar a algo concreto mais adiante, razão pela qual Lewis pediu que eu procurasse saber mais. Pedi a Amelia que perguntasse a Jingle, que explicou que os agentes foram à casa de Weatherup para prendê-lo e foram informados de que ele não morava mais lá. Dirigiram-se então ao apartamento que passara a ser sua nova base e descobriram que o imóvel era apenas um lugar onde ele deixava seus pertences. Finalmente conseguiram localizá-lo na casa de uma jovem, que por coincidência trabalhava para o escritório de advocacia Mishcon de Reya, o mesmo com o qual Charlotte Harris estava atuando em processos de várias vítimas de grampo. Logo entendi a preocupação do agente que deu a dica a Lewis e avisei Charlotte, que pôde se assegurar de que a jovem não pudesse prejudicar seu trabalho.

Durante semanas, mantive contato com Amelia Hill, uma morena alta, de voz rouca, à la Marlene Dietrich, e, por meio dela, Jingle me passou várias informações valiosas. O primeiro efeito foi passarmos a confiar na Operação Weeting. Jingle nos contou que eles foram orientados a não ter medo de prejudicar a reputação da Scotland Yard, acrescentando que havia agentes convencidos de que a conduta de John Yates fora tão ruim que ele deveria renunciar. Para eles, não havia dúvida de que Andy Coulson sabia dos crimes cometidos em sua redação; metade das invasões de caixas de mensagem de voz tinha sido feita a partir de telefones pertencentes ao *News of the World*. Os agentes haviam reunido grande volume de novos dados ao prenderem Edmondson, Thurlbeck e Weatherup; chegaram a consultar o

Ministério Público da Coroa sobre a possibilidade de prender alguém da News International ou do Burton Copeland por obstrução da Justiça no episódio da busca na mesa de trabalho de Weatherup e estavam considerando fazer nova denúncia contra Glenn Mulcaire.

Em uma de nossas conversas, em um café perto do Tribunal Superior, Amelia me contou que a Operação Weeting vinha tendo dificuldades com Greg Miskiw, que havia encomendado cerca de 68% das escutas, segundo as análises das anotações de Mulcaire feitas pelos policiais. Eles queriam prendê-lo, mas Miskiw — a quem às vezes faltava retidão moral, porém nunca faltava astúcia — tinha saído do país. Ele avisara a polícia de que regressaria em agosto, mas os agentes não acreditaram nele e incluíram seu nome em um banco de dados nacional de pessoas procuradas pelas autoridades.

Jingle também deixou claro que a News International não estava colaborando com a Operação Weeting. A maior preocupação dos agentes era a suspeita de que alguém vinha apagando sistematicamente os e-mails do arquivo da empresa. Isso veio à tona por acaso, em uma conversa de um investigador com um técnico da News International que mencionou certa vez ter sido instruído por um executivo a apagar um imenso lote de e-mails. Diante da recusa do técnico, o executivo deu a volta na sua mesa de trabalho e deletou as mensagens ele mesmo. Segundo Jingle, os agentes suspeitavam ter havido uma operação gigante de deletar e-mails em janeiro, justamente quando a News International entregara três e-mails antigos de Edmondson, anunciando que estava cooperando com as autoridades, ainda no início da Operação Weeting.

Em março, técnicos de TI chamados pela operação avaliaram que seria possível recuperá-los. Jingle afirmou que eles achavam que o número total de mensagens que

sobreviveram à operação de “apagamento” era inferior ao que deveria ter sido encontrado na conta de um único jornalista do alto escalão. Isso significava que dezenas de milhões de mensagens tinham sido destruídas. Talvez até centenas de milhões. Isso explica por que, mais tarde naquele mesmo mês, advogados da News International se humilharam diante do juiz ao admitir que, ao contrário de suas alegações anteriores, a empresa de fato armazenava mensagens por mais de seis meses.

De minha parte, eu seguia disparando o que tivesse à mão contra as muralhas de Murdoch. Revelamos que a Operação Weeting queria interrogar Rebekah Brooks e que o telefone dela tinha sido grampeado em 2003/2004, quando a Operação Clareira investigava a declaração dela à Comissão Especial de Mídia de que seus jornalistas tinham subornado policiais.

Mais ou menos nessa época, o ator Hugh Grant deu uma insólita contribuição. Parado numa rua em Kent devido a uma pane em seu carro, ele foi avistado por Paul McMullan, que já trabalhara no *News of the World* e então tocava um pub em Dover. Depois de tirar algumas fotos, ele ofereceu carona ao ator, que aceitou a contragosto. No caminho, McMullan tagarelou tanto sobre seu trabalho como jornalista de tabloides que Grant, cuja vida particular tinha sido esquadrihada e exposta várias vezes pelos jornais ao longo dos anos, decidiu montar uma pequena armadilha.

Algumas semanas mais tarde, o ator foi ao pub de McMullan com um gravador escondido e, usando uma ferramenta típica dos tabloides contra um jornalista de tabloides, gravou McMullan insistindo que Rebekah Brooks com certeza estava a par das escutas ilegais. Não chegava a ser uma prova de peso, porém uma transcrição da conversa foi publicada na revista *New Statesman* na mesma semana em que noticiamos o plano da Scotland Yard de convocá-la para depor.

Isso não teve efeito algum na News International, onde Rebekah Brooks seguia à frente do inquérito interno.

Noticiamos também que finalmente, doze meses depois de eu ter protocolado meu pedido sob o Freedom of Information Act, a Scotland Yard admitia que, no inquérito original, havia avisado apenas 28 das vítimas de Mulcaire e, desde nossa reportagem sobre Gordon Taylor, apenas mais oito. Em comparação, a Operação Weeting já tinha entrado em contato com centenas. O pouco respeito que eu ainda tinha por Andy Hayman e John Yates foi pelo ralo. Coincidência ou não, mais ou menos nessa época um contato na polícia me falou de um e-mail enviado por um membro do alto escalão da assessoria de imprensa da Scotland Yard que me descrevia como um “homem sem compaixão ou alma”.

Teve maior impacto político a nossa revelação da incrível história de Dennis Rice, repórter veterano na imprensa britânica a quem a Operação Weeting mostrara provas de que, durante sua cobertura da Copa do Mundo da Alemanha de 2006 para o *The Mail on Sunday*, seu telefone fora grampeado pelo *News of the World*, ao que parecia com o objetivo de roubar seu trabalho. Mulcaire evidentemente também obtivera a senha de Rice para acessar o sistema de computação interno do *The Mail on Sunday*, permitindo que o *News of the World* vigiasse todo o tráfego de e-mails e todas as matérias preparadas para publicação.

Nossa reportagem ressaltava que era uma acusação particularmente delicada, pois poderia romper o pacto de silêncio responsável pela recusa da maioria dos jornais da imprensa britânica a investigar o escândalo. Noticiamos afirmações de antigos jornalistas do *News of the World* dando conta de que o jornal tentara roubar matérias também do *The Sun*, do *Daily Mail*, do *Daily Mirror*, do *Sunday Mirror* e do *Sunday People*. Nessa mesma linha, chegavam a mim rumores de que Rebekah Brooks procurara um detetive

particular e lhe pedira que descobrisse provas de que outros jornais faziam escutas ilegais de mensagens de voz, numa tentativa de desviar a fuzilaria da News International para outros alvos.

Eu tinha no meu radar várias outras tramas. Nas andanças para apurá-las, cruzei algumas vezes com o jornalista da BBC Glenn Campbell, que trabalhara no programa *Panorama* que expusera as atividades de Alex Marunchak e a invasão do computador de Ian Hurst. Decidimos unir forças. Começamos por coletar informações sobre os delitos cometidos pela News International para levantar dados sobre Gordon Brown. Eu já tinha a fita de Barry Beardall, o fraudador que trabalhou para o *The Sunday Times* e obteve, por meio de subterfúgios ilícitos, detalhes confidenciais sobre Brown de um escritório de advocacia de Londres, o mesmo contratado por Rusbridger para impedir que o *The Sunday Times* publicasse uma reportagem caluniosa contra ele em julho de 2009. Graças à intermediação de Tom Watson, que mantinha contato regular com Brown, passamos a recolher mais e mais exemplos e a examinar com mais cuidado o episódio de novembro de 2006, quando o *The Sun* violara o sigilo médico do filho pequeno de Brown, Fraser, e estampara na primeira página a manchete sobre a recém-diagnosticada fibrose cística da criança.

Eu e Campbell também trabalhamos juntos para trazer à luz as atividades de Jonathan Rees. Não fazia sentido a Operação Weeting ir fundo nas investigações sobre Mulcaire e ignorar os anos de crime praticados por Rees para a imprensa — e, claro, o relevante conjunto de papéis, anotações, registros em computadores e transcrições de conversas obtidas por meio de grampo coletado ao longo dos anos nas várias investigações do assassinato de Daniel Morgan. Campbell tinha contatos na polícia muito melhores do que os meus. Juntos coletamos cada vez mais evidências detalhadas das atividades de Rees. Também tivemos várias reuniões com

Tom Watson, que enviou um resumo das atividades de Rees à chefe da Operação Weeting, Sue Akers. Em 17 de maio, ela respondeu: “Estamos avaliando suas afirmações junto com outras que recebemos, em busca de uma forma de avançarmos.” Acrescentou que Rees talvez estivesse fora do escopo oficial da Operação Weeting. Na nossa interpretação, com essa frase ela quis dizer que estava disposta a investigar Rees desde que a Scotland Yard a autorizasse. Decidimos então cutucar alguns de seus chefes.

Para começar, eu e Campbell preparamos algumas reportagens. Juntos tínhamos identificado várias pessoas que tinham sido alvo de Rees — políticos, comandantes da polícia e mais membros da família real. Entre elas, talvez a que mais chamou a atenção tenha sido Kate Middleton, que namorava o príncipe William na época que Rees a espionara, porém naquele momento, como sua esposa, estava na linha de sucessão para se tornar rainha. Já o nome mais estranho da lista de alvos era o de John Yates, que de alguma forma entrara no radar de Rees.

O ponto crucial disso tudo era que a Scotland Yard já sabia. Pior: Campbell e eu sabíamos que, assim como ficara sentada em cima das provas apreendidas com Mulcaire e nada fizera, ela guardava várias centenas de milhares de páginas de provas apreendidas com Rees pelas diversas investigações do assassinato de Daniel Morgan. Com isso em mente, fizemos mais duas jogadas.

Na primeira, um dia antes de publicarmos nossas reportagens, Tom Watson questionaria David Cameron sobre o assunto durante a sessão semanal de perguntas ao primeiro-ministro na Câmara dos Comuns. A segunda jogada foi compartilhar a reportagem com um jornal rival, o *The Independent*. Apesar de ter passado os primeiros quinze meses dessa saga atacando o *The Guardian*, o jornal tinha

trocado de editor e de linha editorial. Parecia-nos que agora estavam dispostos a expor a verdade.

Em 7 de junho, Tom Watson intermediou para mim um encontro com Martin Hickman, um dos principais repórteres do *The Independent* e seu antigo colega de faculdade. Não era a primeira vez nessa jornada que eu me via passando informações a um repórter concorrente. Hickman era bom — atento e afiado — e se comprometeu a não puxar o gatilho até que eu e Campbell estivéssemos prontos para disparar.

No dia 8 de junho, na Câmara dos Comuns, Watson levantou-se, apresentou ao primeiro-ministro um resumo do que havíamos apurado e concluiu: “No entanto, a comandante da Operação Weeting recentemente escreveu para mim explicando que essas provas talvez estejam fora do escopo oficial do inquérito. Senhor primeiro-ministro, acredito que forças poderosas estão envolvidas em uma tentativa de acobertamento.”

Cameron não teve alternativa. Respondeu, nessa que é a mais pública de todas as reuniões políticas, que a polícia tinha liberdade para seguir o caminho a que levassem os indícios. “No que me concerne, não há limites ao escopo da investigação. A polícia pode examinar todas as provas já colhidas bem como as que vier a obter.”

Em 9 de junho, o *The Guardian*, a BBC e o *The Independent* publicaram matérias revelando os detalhes por trás da pergunta de Tom Watson. “Cresce a pressão sobre a Polícia Metropolitana para ampliar as investigações sobre as interceptações telefônicas e invasões ilegais de privacidade, passando a incluir as atividades de um conhecido detetive particular.” Poucos dias depois, soubemos que a Scotland Yard tinha escalado uma pequena equipe, que seria batizada de Operação Tuleta, incumbida de analisar o imenso conjunto de informações sobre Jonathan Rees a fim de determinar se abririam um inquérito pleno sobre suas atividades.

Dez dias depois, a Scotland Yard foi forçada a montar uma terceira operação, batizada Elveden. Seu objetivo era investigar supostos pagamentos de propina a policiais e outras autoridades por jornalistas do *News of the World*. Na versão da News International dos fatos, isso era fruto do seu próprio trabalho; a empresa argumentou que, tendo descoberto e-mails que pareciam conter indícios de corrupção, cumpriu sua obrigação e avisou a Scotland Yard. Portanto, ela estava do lado da lei e da ordem. Já Jingle nos contou outra história.

Na versão dele (e de outras fontes amigas), foi a polícia quem forçou a News International a entregar os e-mails. Como eu, investigadores da Operação Weeting tinham lido no site da Comissão Especial de Mídia a carta da prestigiada firma de advocacia Harbottle & Lewis informando que havia analisado 2.500 e-mails internos do *News of the World* e não encontrara evidências que sustentassem as alegações de Clive Goodman sobre crimes cometidos na redação. Jingle explicou que os investigadores deduziram que as cópias dos advogados foram poupadas do apagamento em massa de e-mails e mandaram a News International entregá-los, o que acabou acontecendo em 20 de junho. Ao que parece, os e-mails expunham Andy Coulson autorizando pagamentos em dinheiro vivo a policiais. Era mais um inquérito para Sue Akers comandar.

* * *

A pressão sobre a News International era intensa. Sua reação foi fingir que nada mudara. De certa maneira, ela estava certa. Algumas semanas antes, o grupo de pressão americano Media Matters, dedicado ao monitoramento da mídia, havia abordado Rupert Murdoch na rua, pedindo que comentasse sobre o escândalo das escutas ilegais. Ele se recusou a dar

declarações, dizendo “Eu não sou obrigado a dizer nada!”. Ele tinha razão. Quem poderia forçá-lo?

Em 16 de junho, a News International realizou sua tradicional festa de verão em uma grande tenda no Holland Park, no centro de Londres; políticos de todas as tendências e outros da elite do poder faziam fila para ter uma audiência com o magnata, que ficou o tempo todo com Rebekah Brooks a seu lado. A tradicional truculência também marcou presença. Um velho amigo e parceiro de negócios de Murdoch, lorde Sugar, havia declarado no início daquele dia que jornalistas que hackeavam telefones deveriam ser presos. Ao chegar à festa, foi recebido por um furioso James Murdoch, que lhe anunciou na lata que seu convite havia sido cancelado: lorde Sugar não era bem-vindo ali. Conversando com um figurão do Partido Trabalhista, um executivo da News Corp pediu-lhe que encaminhasse a Tom Watson o recado de que estava disposto a se reunir com ele e ajudá-lo a colocar Andy Coulson na cadeia, desde que ele, Watson, poupasse Rebekah Brooks. Era o mesmo velho jogo do poder.

Perto do fim de junho, surgiram rumores de que a Ofcom enfim tinha dado sinal verde para a compra da BSkyB pela News Corp. Os Murdoch estavam a um passo de se tornarem *players* ainda maiores, provavelmente os maiores da mídia no mundo inteiro. Quem poderia detê-los?

Em 28 de junho de 2011, caminhando sob o sol no centro de Londres, senti o celular vibrar no meu bolso. Atendi e uma voz conhecida me contou que o *News of the World* havia invadido a caixa de mensagens de voz de uma menina assassinada chamada Milly Dowler.

13. A última trincheira

Baseado em entrevistas com ministros, funcionários e assessores governamentais, com fontes na News Corp e outras empresas jornalísticas, em pesquisas de Sarah Ellison para a revista Vanity Fair e em depoimentos sob juramento, documentos internos, e-mails e textos obtidos pelo Inquérito Leveson.

Terça-feira, 25 de janeiro de 2011 — um grande dia.

Na noite anterior, Rupert Murdoch voara para Londres com um objetivo prioritário: limpar o caminho para a conclusão do Projeto Rubicon, a oferta de compra do controle acionário da BSkyB. Estaria de volta a uma atividade que adorava: as manobras políticas. O problema é que os políticos estavam complicando as coisas.

Os campos leais ao governo Cameron estavam claramente divididos: em primeiro lugar, os democratas liberais, que faziam parte da coalizão, não tinham nenhum apreço por Murdoch; segundo, o fato desagradável de, apesar de os jornais de Murdoch serem a favor do negócio, outros dois grupos jornalísticos de direita, o Telegraph e o Mail, eram contra, resultando em rachas nas fileiras conservadoras.

Pior ainda, havia dissensões na própria casa de Murdoch. Embora pai e filho tivessem chegado a um acordo de paz na reunião nos Açores, executivos de alto escalão de Nova York permaneciam profundamente céticos em relação ao discernimento de James. Eles haviam reagido a sua investida inicial de contratar o Deutsche Bank em Londres para conduzir a operação contratando o JP Morgan para fazer o

mesmo a partir de Nova York. Mas a queda de braço continuou, com maiores chances de vitória para James, o homem no centro do palco da batalha no Reino Unido — pelo menos até aquele dia.

Um complicador adicional era Rebekah Brooks, empenhada em construir seu próprio mini-império em Londres, cuja equipe na News International nutria um desprezo correspondido pelo pessoal de James na News Corp. O poder de Rebekah era alimentado por sua relação direta com Rupert Murdoch. Embora tecnicamente fosse subordinada a James, ela falava muito mais amiúde com o pai e parecia estar tentando ganhar pontos com ele mostrando-lhe que era ela, e não James, quem poderia salvar o projeto.

Para piorar as coisas, o escândalo das escutas havia invadido o mundo político. A demissão de Ian Edmondson e a renúncia de Andy Coulson eram parte de uma súbita reação em cadeia que claramente ameaçava prejudicar a posição da News Corp no Reino Unido, com potencial para minar sua credibilidade política junto ao governo. As facções rivais divergiam sobre a melhor maneira de administrar a crise. Rebekah discutira com o chefe de comunicações de James, Matthew Anderson, sobre se deveriam ou não fazer algum pronunciamento público a respeito da suspensão de Edmondson, em dezembro. Por e-mail, ela argumentara que isso não deixaria Vince Cable mais simpático à oferta de compra da BSkyB (“não vai mudar a opinião dele sobre nós”), ao passo que Anderson acreditava que o silêncio dava substância à “imagem negativa criada pelo fato de o *News of the World* ainda manter em seus quadros um homem que organizava escutas ilegais”. Rebekah o ignorou e manteve a suspensão em segredo. Até ser vazada para o *The Guardian*.

Esse atrito foi ainda mais complicado por uma perigosa cisão nas próprias forças de Rebekah. Seu novo braço direito, Will Lewis (que parece ter tido papel-chave no afastamento de

Vince Cable) estava dirigindo a investigação interna criada por ela. Mas já não estava contente por não ter sido avisado sobre a suspensão de Edmondson: só veio a saber quando leu a notícia no *The Guardian*, em 5 de janeiro.

Quando estava vasculhando a história de Edmondson, deparou-se com as alegações de crime feitas por Clive Goodman ao deixar a cadeia e com a conclusão do advogado Michael Silverleaf no acordo feito no caso de Gordon Taylor, de que “há ou houve uma cultura de acesso ilegal a informações” nos jornais. Nos bastidores, Neville Thurlbeck vinha fazendo ameaças, insistindo que Ian Edmondson estivera diretamente envolvido nas escutas ilegais de telefones.

Lewis dizia a amigos que estava preso num navio de loucos e estava decidido a não afundar junto. Tinha convencido Rebekah a contratar dois amigos próximos: um companheiro de infância, Simon Greenberg, como diretor de assuntos corporativos, e um especialista em computação que já trabalhara no *The Telegraph*, Paul Cheesbrough, como chefe de TI. Os três não tinham as mãos sujas pelos crimes sendo investigados e começaram a se mexer para desmascará-los em segredo.

Numa decisão crucial, de olho na política de destruição de arquivos de e-mails da companhia, passaram a preservar os e-mails de que a polícia poderia precisar. Em 10 de janeiro de 2011, Lewis instruiu Paul Cheesbrough por escrito a preservar e-mails enviados e recebidos por Ian Edmondson e doze outras pessoas-chave. Ao longo dos dez dias seguintes, à medida que aumentavam suas suspeitas, ele foi acrescentando mais nomes até que, em 20 de janeiro, as mensagens de 105 funcionários do *News of the World* tinham sido total ou parcialmente copiadas para a segurança de um laptop antes de serem apagadas do arquivo central. Em dado momento, Cheesbrough tirou também o disco rígido do

computador de Rebekah com a intenção de guardá-lo em segurança. Nitroglicerina pura dentro do quartel general de Murdoch no Reino Unido.

Enquanto tudo isso acontecia, o diretor jurídico, Jon Chapman, encontrou no computador de Edmondson três e-mails que pareciam conter indícios de crime.

Lewis e seus parceiros insistiram para que eles fossem entregues à Scotland Yard. A velha guarda do *News of the World* resistiu. Rebekah só protelou. Numa reunião tensa, Tom Crone apareceu com Ian Burton, sócio do escritório Burton Copeland. De acordo com um dos presentes, Lewis deixou claro que considerava Burton um “mentiroso idiota”. Quando Burton manifestou que eles não deveriam entregar os e-mails, mas só falar com a polícia, Lewis lhe disse que não desejava ser arrastado para a lama por ele. Como era muito provável que os e-mails fossem revelados em corte ao juiz Vos, Rebekah Brooks concordou que fossem entregues à polícia. Ela poderia mostrá-los à noite para Rupert Murdoch.

O grupo de Lewis queria que Edmondson fosse demitido. Parte do pessoal de James também. A chefe de assessoria de imprensa dele, Alice Macandrew, discutiu aos berros com Rebekah por meia hora: esta queria preservá-lo, Alice queria que ele fosse dispensado e que a empresa conduzisse uma investigação séria. Rebekah concordou em sacrificar Edmondson, mas falhou em instaurar uma averiguação interna. Quando Lewis sugeriu que se chamasse uma firma de advocacia externa, a Clifford Chance, para conduzir uma investigação completa com contadores independentes, ela delicadamente colocou o plano de lado, dizendo que a ideia era interessante, mas que precisaria de tempo para pensar a respeito.

James Murdoch apareceu no meio da confusão para dizer aos assessores de seu pai em Nova York que — segundo um deles relatou — “ele tinha blindado o problema das escutas”.

Londres cuidaria do assunto e ele atravessaria o Rubicon. Mesmo da distante Nova York tinha-se a impressão de que isso não aconteceria. Executivos da News Corp do outro lado do Atlântico recordavam-se das inúmeras vezes que ouviram Rebekah e James dizerem que as matérias do *The Guardian* eram nada mais que ficção e veneno lançados por um jornal que detestava a News International. Mas os alarmes estavam soando alto. Na opinião desses executivos, James Murdoch (de quem não gostavam e em quem não confiavam) estava perdido e vinha se aconselhando com Matthew Anderson, que, na visão deles, acreditava ser possível fazer a cabeça das pessoas e resolver todos os problemas com jogadas de relações públicas. Como pontuou um executivo de Nova York: “Se você é um martelo, tudo lhe parece um prego.” Alertaram que dispensar Edmondson seria apenas um gesto de pequeno impacto que lhes traria algum ganho perante a lei, mas estaria longe de ser suficiente se ainda houvesse mais sujeira escondida debaixo do tapete na News International.

O conselheiro jurídico interno de Murdoch, Lawrence “Lon” Jacobs, insistia para que cortassem o mal pela raiz e eliminassem tudo o que tinha a ver com o escândalo, mesmo que isso significasse a demissão de Rebekah. O problema era que Jacobs havia de certa forma perdido a simpatia do seu presidente porque liderara o grupo que se opôs ao plano de comprar a “granja” do seu amigo Ken Cowley por 30 milhões de dólares. Rupert Murdoch estava sem falar com ele. Só tinha ouvidos para Rebekah. E só queria saber de um assunto: a compra do controle da BSkyB.

Era como se houvesse dois fios desencapados se aproximando lentamente: as reportagens do *The Guardian*, que tinham sido desprezadas com imensa indiferença durante os dezoito meses anteriores, e a grande operação, que vinha sendo planejada havia três anos. Se o escândalo estourasse antes de a operação ser sacramentada, haveria um lampejo

branco e uma tremenda explosão. Não restava dúvida quanto ao melhor caminho a seguir: de um lado, controlar para que o escândalo só viesse à tona aos poucos e, de outro, James pisar fundo no acelerador para concluir a compra. Para Rupert Murdoch, era tudo uma questão de *timing*.

* * *

Em 25 de janeiro, ao tomar pé dos eventos, Murdoch deparou-se com bons motivos para sentir-se grato por ter boas relações com o governo.

Com Vince Cable fora do jogo, a oferta de compra da BSkyB estava agora nas mãos muito mais afáveis de Jeremy Hunt. O problema imediato, no entanto, era que em 31 de dezembro a Ofcom havia acompanhado a decisão de Cable e, em seu relatório para Hunt, afirmou que a compra poderia ser prejudicial ao interesse público por reduzir o número de veículos de notícias independentes. Mais uma vez, James Murdoch ficou possesso, não apenas com o conteúdo do relatório, mas com a reação de Jeremy Hunt, que um dia depois de voltar das festas de fim de ano, em 5 de janeiro, reuniu-se com a equipe de James e deixou-o estupefato quando disse que havia aceitado o relatório e pretendia submeter o caso à Comissão de Defesa da Concorrência — um desdobramento que, na pior das hipóteses, poderia matar o negócio ou, na melhor, retardá-lo por muitos meses. Um executivo da News Corp cinicamente sugeriu que Hunt estava com medo de ser acusado de ser pró-Murdoch e agora se escondia atrás dos reguladores, da mesma forma como, no ano anterior, a caminho de um jantar com James Murdoch, se escondera atrás de algumas árvores. Hunt disse que estava só seguindo a lei.

Mas Hunt não era um inimigo. Ao contrário de Cable, que se recusava até mesmo a falar com a News Corp por medo de

contaminar seu papel de árbitro, Hunt deixava as portas abertas, mantendo uma série de reuniões formais com James Murdoch e seus executivos. Ainda mais importante: enquanto o assessor especial de Cable havia se recusado a permitir a aproximação de Fred Michel, o assessor de Hunt, Adam Smith, passou a agir como um canal paralelo, constituindo-se em uma fonte copiosa de informações e apoio sem respeitar os limites observados por Cable. Michel telefonou, enviou e-mails e mensagens de texto para Smith centenas de vezes durante o período em que a oferta estava em discussão. O número de mensagens de Michel chegou a 35 em menos de 48 horas. Não raro Smith respondia em termos simpáticos e cooperativos.

No ano seguinte, no Inquérito Leveson, Hunt foi encurralado pelas evidências desse canal paralelo. Ele admitiu saber que Smith estava em contato com a News Corp, mas negou que estivesse a par da escala dessa relação, tampouco do tom ou do conteúdo da maior parte dela. Também negou ter instruído Smith a ignorar os limites impostos por sua condição de árbitro, embora tenha admitido que nunca lhe dissera para segui-los. Smith, à época com 29 anos, apresentou um quadro bem distinto. Era óbvio que ele era membro-chave da equipe de Hunt: tinham trabalhado juntos por quatro anos e meio, suas salas eram no mesmo corredor, encontravam-se e falavam por telefone regularmente, todos os dias. Smith revelou no Inquérito Leveson sobre Hunt e outros do departamento: “Todos estavam, em linhas gerais, a par das minhas atividades.” Disse também que por vezes lhe pediram para resolver com Michel alguns problemas específicos. Da mesma forma, Michel declarou que acreditava que Hunt sabia do canal paralelo e, no seu entendimento, quando Smith ou outro assessor de Hunt lhe dizia alguma coisa, era “sempre em nome do ministro e depois de deliberar com ele”. Isso tudo era

muito diferente da separação seguida por Cable e sua equipe, e diferente também do “aconselhamento veemente” apresentado a Hunt por seus próprios assessores jurídicos. Em sua defesa, Hunt declarou que o secretário permanente no departamento, Jonathan Stephens, havia autorizado o canal paralelo. O próprio Stephens foi interrogado sobre o assunto por uma comissão especial da Câmara dos Comuns e se recusou várias vezes a confirmar essa alegação.

O juiz Leveson mais tarde concluiria que a relação entre Adam Smith e Fred Michel configurara “um problema oculto sério” que deu origem a “no mínimo a aparência de tendenciosidade no processo”. Smith tinha “se aproximado demais” de Michel e este “se empenhara vigorosamente em tirar proveito da relação”, sendo os contatos entre eles “altamente inadequados”. A decisão de Hunt de permitir que Smith estabelecesse um canal de contato com a News Corp sem instruí-lo quanto aos limites dessa relação criou um risco que “deveria ter ficado óbvio desde o começo”.

Vale destacar que a exatidão de algumas das mensagens de Michel para a News Corp foi questionada a sério no Inquérito Leveson. Muitas vezes, Michel afirmou ter falado diretamente com Hunt, quando, na verdade, tivera contato apenas com Smith. Seja como for, é inegável a existência do canal paralelo. As informações fornecidas pelo gabinete de Hunt viriam a ser uma ajuda importante para a News Corp.

Em 10 de janeiro, quatro dias depois de estar com James Murdoch, Hunt se reuniu com o número um da Ofcom, Ed Richards. Por meio do canal paralelo, os pormenores da reunião foram passados diretamente de Adam Smith a Fred Michel e deste para James Murdoch. Junto com as informações, vinha uma sugestão de Michel (segundo ele próprio, a ideia fora de Smith) de que a News Corp deveria atacar o parecer da Ofcom, buscando nele fragilidades técnicas legais. James então instruiu seus advogados a fazê-

lo, e o resultado foi um relatório em que reclamavam de o processo da Ofcom ter “falhas graves” e ser “tendencioso contra os interesses da News Corp”. Sabendo que isso poderia não funcionar, os advogados bolaram um plano B, igualmente pensado para apressar a conclusão do processo.

Arquitetaram então um esquema que permitiria que Hunt aprovasse a oferta em vez de submetê-la à aprovação da Comissão de Defesa da Concorrência. As restrições da Ofcom concentravam-se em uma parte da BSkyB, o canal Sky News. Os advogados de James sugeriram que, se tirassem o canal da BSkyB e o constituíssem como uma empresa separada e independente, batizada internamente de Newco, ninguém poderia reclamar que a aquisição do controle teria algum efeito sobre o número de organizações que possuíam veículos de notícias. Em 14 de janeiro, enviaram a Hunt o relatório atacando a Ofcom e, em 18 de janeiro, enviaram o plano da Newco.

Em 20 de janeiro, Hunt voltou a se reunir com James e sua equipe e avisou que ainda estava tendendo a convocar a Comissão de Defesa da Concorrência. Mas acrescentou um detalhe decisivo: estava disposto a considerar a Newco como uma solução alternativa, embora (o que despertou a ira costumeira de James) tenha dito também que pediria à Ofcom que examinasse a ideia. Além disso, comunicou que anunciaria tudo ao parlamento em 25 de janeiro, o dia em que Rupert Murdoch tomaria as rédeas dos acontecimentos em Londres. Naquela noite, Michel enviou a seguinte mensagem de texto para Hunt: “Ótimo ter visto você hoje.”

No dia seguinte, 21 de janeiro, sexta-feira, Andy Coulson demitiu-se, supostamente incentivado por Rebekah Brooks, em uma tentativa de aliviar a pressão política provocada pelo escândalo das escutas telefônicas.

Ao longo dos dias seguintes, Hunt preparou seu pronunciamento ao parlamento. A aliança de empresas de

mídia que se opunham à operação foi mantida à margem do processo, mas Fred Michel conseguia fazer contato com regularidade pelo canal paralelo com Adam Smith e às vezes diretamente com Jeremy Hunt. Graças a esse acesso, Michel pôde reportar para James Murdoch que eles estavam vencendo, já que Hunt tinha decidido dar sinal verde para a compra do controle da BSkyB. As mensagens de Michel para seus patrões deixavam a impressão de que Hunt estava conspirando com a News Corp no sentido de esconder sua decisão do parlamento e do público ao mesmo tempo que percorria os rituais de consulta à Ofcom a respeito do plano Newco. Em depoimento ao Inquérito Leveson, Hunt negou que isso fosse verdade.

Como primeiro movimento, Michel sugeriu que em 25 de janeiro Hunt publicasse o parecer existente da Ofcom criticando a operação. Isso deixaria a News Corp exposta a ataques, mas, depois de falar com Adam Smith, Michel reportou que Hunt queria que “a News Corp ficasse na linha de fogo um pouco (...) e disse com todas as letras que tinha todo interesse em chegar ao mesmo objetivo que JRM [James Murdoch], mas gostaria que ele entendesse que era necessário construir uma blindagem política no processo”. Após de outros contatos com Smith, Michel previu um segundo movimento, quando Hunt defenderia o plano Newco junto à Ofcom: “Ele afirmou que conseguiria apresentar o plano com uma pergunta específica, de forma a restringir as chances de questionamento (...) Disse que, dessa forma, a Ofcom não conseguiria interpor grandes entraves.”

Michel repassou novidades animadoras sobre o ritmo desses movimentos, apresentando um resumo detalhado dos planos de Hunt: primeiro a Ofcom analisaria o plano da Newco, e duas semanas mais tarde Hunt diria ao parlamento que o plano Newco era sólido. A essa altura, na visão de Hunt, “a oposição já teria ido quase a nocaute”. Michel

garantiu a James Murdoch que Hunt pediria aos reguladores “um parecer urgente. Ele acredita que consegue ir mais rápido e entende os prejuízos que um intervalo longo pode trazer”. A operação estaria concluída até meados de fevereiro.

No dia anterior ao pronunciamento de Hunt ao parlamento, Michel recebeu ainda mais informações privilegiadas e reportou a Matthew Anderson, não sem algum exagero, que seu acesso a elas era “absolutamente ilegal”. Em seguida, delineou uma série de previsões a respeito do conteúdo da fala de Hunt. Em várias ocasiões, Michel afirmou não apenas saber as minúcias do pronunciamento do ministro como estar tentando negociar frases específicas que ajudariam a News Corp.

Como previsto, na manhã de 25 de janeiro Hunt fez seu pronunciamento ao parlamento. Ele seguiu de forma precisa a linha antecipada por Michel. O parecer original da Ofcom foi publicado, provocando ataques à News Corp. O pronunciamento continha três conjuntos específicos de frases que Michel havia previsto, inclusive aquelas que ele afirmara estar negociando. E com efeito Hunt deu à Ofcom apenas duas semanas para emitir seu veredito sobre o plano da Newco. Tudo estaria concluído até meados de fevereiro.

Naquela manhã, Michel ainda estava pressionando Smith. Reclamava que Hunt não estava dizendo que os planos para a Newco eram sólidos. Smith respondeu por mensagem de texto: “Não podemos exagerar e dizer que são planos geniais, senão as pessoas vão pedir que eles sejam publicados.” O cheiro de conluio pairou no ar o dia inteiro. Naquela noite, Michel enviou nova mensagem a Smith: “Acho que estamos bem esta noite, não?” Smith respondeu: “Concordo. A cobertura parece ok.”

A News Corp tinha razões para comemorar.

Durante o dia, Rebekah Brooks havia solicitado que sua sala de trabalho, sua casa, seus telefones e seu carro fossem

inspecionados em busca de grampos. Naquela noite, ela talvez tenha mostrado a Rupert Murdoch os e-mails incriminatórios encontrados no computador de Ian Edmondson e tentado persuadi-lo de que seria uma boa ideia entregá-los à polícia — eles poderiam trazer alguns problemas para o *News of the World*, mas ao mesmo tempo poderiam ajudar no desfecho da compra da BSkyB mostrando que a News Corp queria obedecer às leis. Duas fontes diretamente envolvidas dizem que suspeitam que Rebekah nunca mostrou os e-mails ao chefe porque não queria aborrecê-lo com notícias ruins.

No dia seguinte, 26 de janeiro, quando a Scotland Yard lançou a Operação Weeting, os fios desencapados estavam quase se encostando.

* * *

Era uma nova experiência para o pessoal da News International: uma ameaça verdadeira de inquérito policial.

Rebekah Brooks parecia atarantada, recordam-se algumas pessoas que trabalhavam por perto. Afirmam que, depois de ter deixado claro que concordava com a entrega dos três e-mails comprometedores à polícia, ela então reagiu às notícias sobre o lançamento da Operação Weeting dizendo que nada sabia a respeito do assunto. Alguns ventilavam abertamente a preocupação de que ela estava no emprego errado. Queixavam-se de que costumava deixar de ler e-mails, faltava a reuniões (e depois ligava à meia-noite para as pessoas para se inteirar do que tinha acontecido) e simplesmente esquecia as coisas, talvez porque em sua vida social jorravam grandes quantidades de vinho branco. O pior é que suspeitavam que ela ainda estava jogando o jogo da negação para preservar o humor de Rupert Murdoch, deixando de cooperar adequadamente com a polícia, que queria ter uma autorização formal para ter acesso a provas e documentos de posse da

News International, e também de não suspender a política de apagar milhões de e-mails quando migrassem para os novos servidores nos novos escritórios na TMS. Essa última omissão tinha um alto potencial destrutivo.

Os investigadores da Weeting estavam começando seu trabalho, em 26 de janeiro, quando o departamento de TI finalmente começou a implementar a política oficial de destruir lotes de e-mails armazenados. Durante o mês de setembro anterior, já haviam sido apagadas todas as mensagens até o final de 2004. No fim de semana seguinte ao lançamento da Weeting, deletaram tudo de 2005 e 2006 que encontraram. Em 7 de fevereiro, depois de muitas largadas em falso, apagaram tudo que acharam de 2007. Will Lewis já tinha separado as mensagens que considerava mais importantes e as armazenara em um laptop. Mas, junto com as mensagens sem importância, tinha sido eliminado dos arquivos um conjunto de indícios referentes a todos os anos em que Mulcaire hackeou caixas de mensagens e escutas, assim como as pegadas do acobertamento armado pela empresa depois que ele e Goodman foram presos. Em 16 de fevereiro, aparentemente muito assustado, Jon Chapman pediu a suspensão de todas as limpezas de arquivos de e-mail da companhia.

Quando os agentes da Operação Weeting enfim tiveram acesso aos servidores da empresa, descobriram que cerca de 300 milhões de e-mails haviam sido deletados ao longo dos anos. Conseguiram recuperar 90 milhões. Segundo várias fontes, o laptop onde Will Lewis salvara as mensagens de 105 usuários-chave não foi encontrado pela Weeting, mas isso não foi comprovado. O disco rígido que haviam retirado do computador de Rebekah Brooks para ser preservado também não foi encontrado.

Ao mesmo tempo, a Weeting explorava o terreno em outro front. Policiais de alto escalão passaram dois meses atolados

em negociações com a News International sobre privacidade e prerrogativa jornalística, com o objetivo de chegar a um protocolo que lhes permitisse acesso a e-mails e documentos potencialmente reveladores em poder da companhia. Quando enfim se chegou a um acordo, em 25 de março, os investigadores da Weeting se depararam com novos obstáculos. Descobriram que vários milhões de mensagens de e-mail tinham desaparecido dos servidores. Quando solicitaram os e-mails do escritório Harbottle & Lewis, perceberam que alguma mão invisível havia deletado a maioria deles dos servidores; duas das sete pastas originalmente preparadas para o escritório de advocacia não continham mais nada e centenas de mensagens haviam desaparecido das outras cinco. Diante disso, Jon Chapman entrou em contato com o escritório de advocacia na esperança de que eles tivessem armazenado os arquivos. A resposta foi negativa, mas em 1º de abril revelaram que haviam guardado cópias impressas de alguns deles. Chapman pediu que as entregassem.

Na primeira metade de abril, o que era susto estava virando pânico nos domínios dos Murdoch. Neville Thurlbeck contou que, quando ele e Ian Edmondson foram presos, em 5 de abril, os investigadores lhe perguntaram se havia trabalhado em reportagens sobre Milly Dowler. Em Londres, James Murdoch vinha sugerindo que talvez devessem fechar o *News of the World* de uma vez se fosse essa a única maneira de interromper a sangria. Rebekah resistia. Em Nova York, Lon Jacobs clamava por uma investigação interna completa, o que, segundo uma fonte, fez James Murdoch chamá-lo de ridículo e dizer que ele não tinha de se meter na história. A News Corp havia anunciado, em conformidade com o que parecia ter sido acordado nos Açores, que James deixaria Londres para trabalhar sob os olhares do pai em Nova York.

Enquanto isso, mais um conflito interno surgia em Nova York: cada vez mais os pareceres de Jacobs, o advogado interno da empresa, eram contestados pelo novo vice-presidente de Rupert Murdoch, Joel Klein, um advogado polêmico que havia entrado para a empresa quatro meses antes e rapidamente ganhou o pouco gentil apelido de Gollum, em parte porque se parecia um pouco com o personagem de *O senhor dos anéis* e em parte porque alguns achavam que, como Gollum, ele queria pôr as mãos em um precioso tesouro: o emprego de Lon Jacobs.

Em Londres, Will Lewis e Simon Greenberg pressionavam na mesma direção de Lon Jacobs: queriam uma investigação completa. Lewis procurara o escritório de advocacia Clifford Chance, que delinearara os parâmetros da investigação bem como apresentara os custos para atuarem como investigadores independentes. Rebekah Brooks, no entanto, ainda se recusava a dar o sinal verde. Desde janeiro, em Nova York e Londres, estava em discussão um plano para a News International emitir um “mea-culpa”, admitindo a ocorrência generalizada de crimes e propondo acordos indenizatórios com as vítimas de invasões. No entanto, em meio aos conflitos internos, no final de março a medida ainda estava travada. Uma das pessoas envolvidas conta: “Estávamos cada vez mais envergonhados. Sabíamos que a historinha do repórter desonesto agindo por conta própria não era verdade, mas não sabíamos qual era a verdade. Não havíamos feito uma investigação interna, nunca examinamos nossos e-mails e não tínhamos as anotações de Mulcaire.”

Em sua sala no décimo andar, Lewis e Greenberg esboçaram em um quadro branco pendurado na parede uma “rota de fuga”. No canto inferior esquerdo, listaram as medidas que precisariam ser tomadas para salvar a empresa: contratar os serviços do Clifford Chance, entregar à polícia os e-mails do Harbottle & Lewis, oferecer um depoimento claro e direto

às comissões parlamentares especiais. No meio do quadro, delinearam os piores cenários possíveis: outros veículos da News International serem investigados pela polícia, a companhia inteira ser investigada pela polícia, o *News of the World* encerrar as atividades. Por fim, no canto superior direito, escreveram duas palavras e as sublinharam: Rua Principal. Sob elas, puseram mais três palavras: McCann, Soham e Dowler. Rebekah Brooks apareceu na sala um dia e quis saber o significado daquilo. Lewis então explicou: eles só conseguiriam restringir os efeitos do escândalo se seguissem a rota de fuga ali detalhada. Mas, se fosse descoberto que não apenas celebridades tinham sido vítimas de interceptações ilegais, se fosse descoberto que o *News of the World* tinha interceptado ligações e invadido as caixas de mensagem de voz de vítimas de fato vulneráveis — como os pais da garota de três anos Madeleine McCann, raptada em Portugal em 2007, ou os das duas meninas assassinadas em Soham em 2002, ou ainda os de Milly Dowler, raptada e assassinada alguns meses antes —, aí o caso tomaria a Rua Principal. “É possível administrar a crise desde que não caiamos na Rua Principal.”

* * *

Enquanto isso, James Murdoch seguia enroscado no atoleiro das regulações da Ofcom. O plano de concluir a aquisição do controle da BSkyB na metade de fevereiro desmoronou rapidamente quando, no dia 11 desse mês, a agência anunciou em seu parecer que não estava convencida de que era uma boa solução transformar a Sky News em Newco. A nova empresa podia até ser independente, argumentaram, mas seriam necessárias mais garantias de independência editorial, e eles eram especialmente relutantes ao fato de James Murdoch tornar-se presidente da empresa.

Para complicar ainda mais as coisas, Jeremy Hunt se recusou a ignorar a Ofcom e, em 15 de fevereiro, deu à News Corp 24 horas para atender a todas as exigências da agência reguladora, do contrário o caso iria para a Comissão de Defesa da Concorrência. Ainda que irritado e relutante, James Murdoch cedeu, mas logo depois, em 17 de fevereiro, voltou a ficar irado quando soube que Hunt consultara de novo a Ofcom para saber se agora a agência estava satisfeita. Mais duas semanas de protelação.

Nos bastidores, após um direcionamento de Fred Michel, o primeiro-ministro escocês Alex Salmond concordou em conversar com Hunt sobre a importância da operação para a economia escocesa e cogitou a possibilidade de a Sky News realizar um debate pré-eleitoral com a presença dele mesmo. Michel e Adam Smith mantinham aberto o canal paralelo e continuavam trocando informações, trabalhando juntos em lances de relações públicas e ocasionalmente zombando da Ofcom e da aliança de empresas de mídia e parlamentares contrários à compra. Michel chegou a instar Smith a dizer a seu chefe que mostrasse “um pouco de tutano” e deixasse de lado as preocupações com a Ofcom. Foi isso que ele fez, ao menos um pouco.

Em 1º de março, a Ofcom, com a chancela de um segundo regulador, o Departamento de Comércio Justo, alertou a Hunt que suspeitava que a Newco não seria financeiramente independente e que sua receita dependeria por completo da BSkyB. Dessa vez, Hunt cedeu: disse à News Corp que ela teria de inventar uma forma de satisfazer a Ofcom, mas, nesse ínterim, concordou em anunciar em 3 de março que “tendia a aceitar” o plano Newco, com a ressalva de que gostaria de realizar uma breve consulta pública, que se encerraria em 21 de março. Uma semana depois, anunciaria sua decisão final e, se o resultado fosse favorável à News

Corp, em 28 de março ele daria o sinal verde para a conclusão da operação.

Mas o resultado não foi favorável. Com o juiz Vos determinando a revelação do conteúdo de cada vez mais documentos no Tribunal Superior e o *The Guardian* e o programa *Panorama* trazendo reportagens, a consulta pública recebeu milhares de respostas, quase todas contrárias à transação. A maioria dessas manifestações tinha sido gerada por duas organizações de campanhas on-line: Avaaz e 38 Degrees. Hunt havia recebido um parecer indicando que a lei não permitiria que seu departamento considerasse as respostas recebidas em lotes. Cada uma precisaria ser tratada individualmente. Em paralelo, a Ofcom e a News Corp ainda divergiam quanto a minúcias referentes à Newco. A meta de 28 de março já lhes tinha escapado. O aniversário de oitenta anos de Rupert Murdoch passara sem vitória. Michel pressionava por uma conclusão urgente. Por e-mail, um assessor de Hunt questionava um colega: “Você tem certeza de que não dá para agilizar?” Terminado o mês de abril, o desfecho da novela ainda não estava no horizonte.

* * *

Em 8 de abril, a News International finalmente fez seu “mea-culpa” público, admitindo a responsabilidade por invasões e interceptações telefônicas e eletrônicas ilegais — uma clara admissão de que agora ela (e também a News Corp) sabia que a prática de crimes era comum no *News of the World*, mas ainda assim não tomou medidas disciplinares contra ninguém, seguiu sem fazer qualquer esforço sério para expor a verdade e ainda manteve a postura de pouca cooperação com a polícia. Duas fontes diferentes afirmam que, quando advogados do Harbottle & Lewis entregaram à companhia cópias impressas dos e-mails que restaram no escritório com

referências explícitas a pagamentos feitos à polícia da família real, Rebekah Brooks decidiu não repassá-los imediatamente aos agentes da Weeting e sim esperar, alegando para uma Scotland Yard cada vez mais impaciente que preferia apresentar provas e documentos de uma só vez, e não aos poucos. Colegas acreditavam que ela queria protelar ao máximo para permitir que a transação da BSkyB fosse concluída e a festa anual de verão da News Corp pudesse ser realizada sem tropeços. Para eles, era óbvio que os e-mails “atingiam em cheio as entranhas da empresa”. Outros defendem a tese de que a demora era inevitável, já que era necessária a análise por eles mesmos dos e-mails — o que demandava reuniões com um advogado sênior do Harbottle & Lewis e a aprovação do conselho da News Corp. Seja como for, na visão de alguns, as duas medidas não eram absolutamente indispensáveis e, a despeito da intenção por trás delas, tiveram como consequência atrapalhar os progressos da polícia.

Ian Burton convocou uma reunião interna para discutir os e-mails e, de acordo com um dos presentes, começou indicando não estar muito preocupado com eles. Enquanto as pessoas folheavam os documentos e iam se deparando com indícios que implicavam Coulson e Goodman em suborno, Simon Greenberg teria estourado, gritando: “Qual parte do fato de o *News of the World* fazer pagamentos a policiais para roubar a agenda de telefones da rainha não te preocupa?” Ele e Lewis insistiram para que os e-mails fossem entregues à polícia, mas não tiveram êxito. Após a reunião, James Murdoch soube do conteúdo embaraçoso das mensagens e, parecendo reconhecer o prejuízo potencial que representavam para seu sonhado projeto Rubicon, perguntou, de acordo com uma fonte, se elas tinham mesmo que ser entregues à polícia naquele momento. A resposta de Greenberg foi um redondo “claro que sim, porra”.

Dias depois, em 14 de abril, investigadores da Weeting prenderam Jimmy Weatherup e ameaçaram levar também Ian Burton por tentar reter documentos e outros objetos que estavam na mesa de trabalho de Weatherup. O episódio foi a gota d'água para Sue Akers, que convocou uma reunião da alta direção na Scotland Yard para 21 de abril. Ladeada por seus colaboradores mais graduados, ela admoestou Lewis e Greenberg, como uma diretora de escola com alunos desobedientes. “Ela parecia bem assustadora”, revelou uma testemunha. De “dedo em riste e tudo mais...”, ela disse: “Se isso é cooperação, vocês não sabem o significado da palavra.” Ela também deixou bem claro que não estava contente com a presença de Ian Burton na sala. Devidamente castigados, Lewis e Greenberg voltaram para o escritório e teriam anunciado o seguinte a Rebekah: “Esse pessoal não é nem um pouco bonzinho. Se você não passar o comando da investigação para nós, vamos cair fora.” Rebekah concordou e cedeu.

Em Nova York, Lon Jacobs continuava a pressão por um inquérito independente, chegando a contratar um escritório de advocacia, o Debevoise & Plimpton, para realizá-lo. No entanto, Joel Klein passou o serviço a outros advogados, do Williams & Connolly, baseado em Washington DC. O escritório escolhido por Jacobs ficou incumbido apenas de uma avaliação inicial, e o eleito por Klein passou o caso a um de seus mais prestigiados advogados, Brendan Sullivan, que no final dos anos 1980 se notabilizara por representar o coronel Oliver North, envolvido com venda ilegal de armas no escândalo Irã-Contras.

No início de maio, Jacobs viajou para Washington para uma reunião no escritório de Brendan Sullivan. Rebekah Brooks e Will Lewis estavam vindo de Londres e todos juntos montariam uma estratégia. No entanto, não se sabe se por acaso ou de propósito, a dupla de Londres não chegou a

tempo. Após uma tarde sem fazer nada, Jacobs foi convencido por Sullivan a encerrar o dia e voltar para o hotel. Mais tarde naquela noite, Jacobs descobriu que, depois que ele saíra, Rebekah chegou e Sullivan passou a discutir o caso sem a presença dele. Ficou tão irado que enviou um e-mail para Joel Klein e Rebekah Brooks informando que estava dispensando Sullivan e a decisão teria efeito a partir daquele instante.

Mas Sullivan não foi dispensado. Tempos depois, Rebekah contou a amigos em Londres que, ao receber o e-mail de Jacobs, ligou para Joel Klein e perguntou o que ele achava daquilo. A resposta foi simples: “Foda-se o Lon.”

Mais tarde Sullivan declarou que após conversar com Rebekah se convencera de sua inocência. O problema verdadeiro para Jacobs e outros em Nova York era que não havia indícios de ninguém conduzindo uma investigação séria: nem Rebekah e James em Londres, nem Rupert e Joel em Nova York. Os que temiam haver ainda mais sujeira escondida atrás da cortina, como Jacobs e o escritório que ele escolhera, tinham sido jogados para escanteio.

Não muito depois da reunião frustrada no escritório de Brendan Sullivan, Rupert comunicou que dez figuras-chave da empresa deveriam estar em Londres na quinta-feira, 19 de maio, para um jantar em sua casa, onde deliberariam uma estratégia para enfrentar o escândalo. De acordo com um relato minucioso mais tarde publicado pela *Bloomberg Businessweek*, os dez imediatamente se dividiram em dois grupos.

Um deles começou a noite com coquetéis na casa de Murdoch, próxima ao Palácio de Buckingham; era composto por Rupert e James Murdoch, o vice-presidente do conselho, Chase Carey, além de Joel Klein, Brendan Sullivan e Rebekah Brooks. Estes últimos foram para uma conversa reservada. Os quatro do segundo grupo, Lon Jacobs e seu adjunto, Jeff

Parker, Will Lewis e seu braço direito, Simon Greenberg, foram mandados para um hotel das redondezas para tomar algo. De acordo com um deles, Lewis disse que vinha havia meses afirmando que precisavam fechar o *News of the World*, referindo-se a “gente escorregadia que fazia um jornalismo rançoso — corrupção moral nos arrastando para a lama”. Quando os grupos voltaram a se reunir para o jantar, Rebekah Brooks sentou-se à mesa diretamente na frente de Rupert, de acordo com a reportagem da *Businessweek*: “Brooks demonstrou um pequeno constrangimento por ter o melhor lugar, mesmo tendo sido ela própria quem definiu as posições de cada um. Ela timidamente voltou-se para Carey e insistiu que trocasse com ela. Ele se recusou.”

Até que, sem discussão, segundo a matéria da *Businessweek*, Rupert Murdoch anunciou sua decisão: “Joel e Brendan vão cuidar do caso. Eu vou cuidar do conselho. Todos os demais devem ficar fora disso.” Brendan Sullivan então ratificou sua opinião de que Rebekah era inocente. A mensagem era clara. Não haveria investigação; ninguém de Nova York deveria contestar Rebekah ou James. Lon Jacobs estava fora do jogo. Duas semanas depois, demitiu-se.

* * *

Em meados de maio, o gabinete de Jeremy Hunt recebeu diversos alertas de urgência de Fred Michel pedindo uma decisão rápida: “Do contrário, a transação não estará concluída antes de meados de junho, o que teria consequências catastróficas, por diversas razões importantes.”

O escândalo das escutas telefônicas chegou à porta de Hunt. O “mea-culpa” divulgado pela News Corp em 8 de abril o deixara preocupado a ponto de pedir orientação a seus advogados. Em 18 de abril, eles lhe deram retorno indicando

que as revelações do escândalo das escutas colocavam na pauta a questão da confiança, “na medida em que sugeriam não ser razoável esperar que a News Corp cumpra seus compromissos, por exemplo, se os malfeitos eram de conhecimento da alta direção da News Corp ou aprovados ou comandados por ela”. Sem saber da decisão de Rupert Murdoch de impedir a realização de uma investigação completa, Hunt concluiu que isso não era um problema. Mesmo assim, a oferta de compra seguia emperrada. De um lado a News Corp ainda não tinha chegado a um acordo com a Ofcom, de outro cerca de quarenta mil pessoas haviam manifestado sua insatisfação ao ministério de Hunt. Era preciso agir nas duas frentes.

Em 6 de junho, Michel reportou que, em conversa com o gabinete de Hunt, ele “deixara no ar a ameaça de que, se o processo se arrastasse por mais semanas, poderíamos a qualquer momento decidir retirar a proposta”. Ele estava ecoando a ameaça de James Murdoch, em Barcelona, sete meses antes, de tirar a BSkyB totalmente do Reino Unido. Mas não funcionou.

A essa altura, a Scotland Yard estava definindo o escopo da Operação Tuleta, para investigar o envolvimento de Jonathan Rees com o *News of the World*, e a News International já tinha esgotado o estoque de desculpas para não entregar à polícia os e-mails do Harbottle & Lewis. Durante o mês de maio, Rebekah havia concordado que uma pequena amostra deles deveria ser mostrada ao antigo procurador-chefe, lorde Macdonald, que, em parecer apresentado ao conselho da empresa, afirmou ser “gritante de óbvio” que os e-mails continham indícios de crime. Mesmo assim, Rebekah seguiu protelando.

Cresciam dentro da empresa conversas sobre se deveriam adotar a medida radical de simplesmente fechar o *News of the World*. Em 9 de junho, Simon Greenberg enviou um e-mail a

Rebekah: “Se nos tornarmos objeto de novas investigações de invasão de computadores e possíveis subornos, isso constitui uma razão forte para considerarmos a opção de fechamento. O jornal está contaminado? Sua doença pode contaminar a empresa? Acredito que sim. Situações extraordinárias exigem medidas extraordinárias. Mostrar que compreendemos isso é importante para nós e para o Projeto Rubicon. Você pode ser a pessoa a salvar o Rubicon.”

Investigadores da Weeting se reuniram com Rebekah em 13 de junho para lhe mostrar as evidências de que seu próprio telefone tinha sido invadido, mas ela nada disse sobre os e-mails na ocasião. Por fim, em 20 de junho, quase três meses depois de recebê-los do escritório de advocacia, ela concordou em instruir lorde Macdonald a entregá-los à polícia junto com os registros remanescentes em que Clive Goodman mencionava crimes, provocando a criação da Operação Elveden, que investigaria o pagamento de propinas a policiais e outras autoridades públicas.

No entanto, Rebekah ainda não queria entregar os pontos. Conforme noticiado depois pelo *The New York Times*, na tentativa de armar uma tática diversionista, ela pediu a jornalistas do *News of the World* que descobrissem indícios de hackeamento por outros jornais da imprensa britânica. Segundo esse relato, Rupert Murdoch alertou pessoalmente o editor do *Daily Mail*, Paul Dacre: “Não vamos ser a única ovelha negra do rebanho.” Consta que Dacre teria dito a diretores do *Mail* que ouvira vários relatos de que Will Lewis e Simon Greenberg haviam incentivado líderes empresariais, jogadores de futebol e agências de relações públicas a verificar se tinham sido alvo de invasões e escutas pelo *Mail*. A tentativa de Rebekah não lhe trouxe nada além de atritos, primeiro com Dacre, que em um café da manhã no hotel Brown’s a teria confrontado com um “você está tentando afundar todo o setor”, e depois com lady Rothermere, esposa

do dono do *Mail*, que argumentou que o jornal não havia infringido a lei, ao que Rebekah teria retrucado perguntando quem ela achava que era, “A Madre Teresa de Calcutá?”.

Em 22 de junho, a Ofcom e a Comissão de Defesa da Concorrência finalmente chegaram a um acordo com a News Corp. Era uma versão adaptada da Newco, que separava a Sky News do resto. A transação estava autorizada. Em 30 de junho, Jeremy Hunt foi ao parlamento para anunciar a novidade e declarou que as acusações de invasões de caixas de mensagem de voz e escutas telefônicas ilegais não “estavam na sua pauta de considerações”. Ele apenas acrescentou um último passo: uma breve consulta pública, que deveria se encerrar na sexta-feira, 8 de julho, ao meio-dia. A vitória estava ao alcance da vista.

Na tarde de 3 de julho, um domingo, enquanto Rebekah Brooks e James Murdoch festejavam com políticos da alta cúpula no jardim de Elisabeth Murdoch, em Oxfordshire, Fred Michel estava em casa assistindo pela TV à final de Wimbledon entre Rafael Nadal e Novak Djokovic. Ao ver Jeremy Hunt na tela, no meio dos espectadores, enviou-lhe uma mensagem de texto: “Vai, Nadal!”

Nadal perdeu.

Na tarde de segunda-feira, 4 de julho, o *The Guardian* publicou em seu site uma reportagem minuciosa sobre o envolvimento do *News of the World* na invasão da caixa de mensagens de voz de Milly Dowler.

Parte três

Verdade

“Se você cala a verdade e a enterra no chão, ela crescerá e acumulará tanto poder explosivo que, quando estourar, vai jogar pelos ares tudo que estiver no seu caminho.”

Émile Zola, em *Dreyfus: His Life and Letters*

“Tiranos só precisam ter medo quando os homens começam a se sentir confiantes.”

Aristóteles

14. De 28 de junho a 19 de julho de 2011

Passei seis dias investigando a fundo a pista sobre Milly Dowler. A garota de treze anos ficara conhecida nacionalmente depois de ter desaparecido quando voltava da escola para casa, em Walton-on-Thames, Surrey, no dia 21 de março de 2002. Seu corpo foi encontrado seis meses mais tarde em um bosque a quarenta quilômetros de distância.

No início, meu informante estava tão nervoso que insisti que eu não poderia fazer mais inquirições por medo de ser exposto. Como medida de segurança de rotina, pesquisei no banco de dados do *The Guardian* em busca de informações publicadas por jornais para me familiarizar com o caso. De repente, percebi que estava lendo uma matéria extremamente reveladora publicada pelo *News of the World* em 14 de abril de 2002. Não era uma grande matéria — tinha apenas trezentas palavras e estava escondida na página 30. Nela se afirmava que uma mulher com distúrbios mentais havia enganado uma amiga de Milly, a convencera a lhe dar o número do celular da menina desaparecida e depois, se passando por Milly, ligara para uma agência de empregos fingindo estar procurando trabalho. A matéria então prosseguia: “A agência ligou para o número quando surgiu uma vaga e deixou um recado em sua caixa de mensagens de voz [...] Ao que parece, a ligação foi feita em 27 de março, seis dias depois de Milly ter desaparecido.”

Duas ideias me vieram à mente. A primeira: se não estava louco, o *News of the World* devia estar excessivamente

seguro de si para publicar uma matéria assim, sem nem ao menos fingir que tinha uma fonte legal. A segunda: a notícia abria uma porta para eu continuar investigando. Entrei em contato com minha ansiosa fonte e argumentei que poderia começar a fazer perguntas a respeito do caso sem correr o risco de expô-lo se eu dissesse às pessoas que estava seguindo a pista levantada pela matéria do *News of the World*. Ele concordou.

Liguei para Glenn Campbell, da BBC, que havia trabalhado no caso em 2002, quando Milly desapareceu. Ele se ofereceu para tentar localizar fontes na polícia de Surrey que haviam participado do inquérito original. De minha parte, saí em busca de outras pistas e não demorei a encontrar uma muito importante no meu próprio escritório. Os registros de Steve Whittamore com detalhes dos serviços prestados ao *News of the World* claramente mostravam que o jornal o contratara para obter da British Telecom — por meios ilícitos — os endereços residenciais e números de telefones não constantes nas listas telefônicas de três famílias de Surrey com sobrenome Dowler, inclusive os dos pais de Milly, Bob e Sally. Mais um crime.

Poucas horas depois, Glenn Campbell me retornou dizendo que sua fonte familiarizada com o inquérito original lhe contara que “muita coisa bem suja aconteceu”. A fonte lhe deu três valiosas informações. Primeira: “Sabíamos que eles estavam fuçando a caixa de mensagens de voz dela, mas tinha tanta coisa acontecendo que nós não investigamos — ou melhor, não pudemos investigar.” Segunda: “O interesse da imprensa era tão intenso que várias vezes optamos por fazer ligações usando telefones fixos entre o supervisor-geral de investigações e o chefe e sua equipe porque não confiávamos em nossos celulares. Paranoia? Pode ser, mas, olhando em retrospecto, provavelmente era uma medida bem sensata.” Terceira: a Operação Weeting estava investigando as

invasões do telefone de Milly e vinha tomando os depoimentos dos agentes que participaram do inquérito original.

Conversei com fontes na polícia de Surrey, que confirmaram as três informações. Estavam particularmente preocupados com o surgimento de evidências de que os telefones de seus próprios agentes tinham sido invadidos, inclusive o de um que estava traindo a esposa na época. A fonte de Surrey de Glenn Campbell acrescentou que na época eles sabiam que as mensagens deixadas estavam sendo ouvidas porque o *News of the World* citou para eles uma delas palavra por palavra, sem nenhuma vergonha, durante a preparação da reportagem. Também tinham suspeitado que as caixas de mensagens de voz dos pais de Milly pudessem ter sido invadidas. Entrei em contato com a Scotland Yard, que se recusou a ajudar: “Acho que é uma daquelas situações ‘não estou preparado para falar sobre o assunto’.”

A fonte original tinha ainda duas outras informações: o *News of the World* tinha não apenas escutado as mensagens deixadas para Milly como também havia deletado algumas delas, ao que parecia porque a caixa ficara cheia e eles queriam abrir espaço para novas mensagens; além disso, o apagamento de algumas dessas mensagens deu aos pais de Milly a falsa esperança de que a filha estava viva e acessando sua caixa de mensagens de voz.

Pedi a ajuda de Amelia Hill; ela entrou em contato com Jingle e logo me trouxe a informação de que o *News of the World* tinha invadido o telefone de Milly e apagado mensagens quando a caixa ficou lotada. Meses mais tarde, novas evidências afloraram, projetando sérias dúvidas em relação a este último ponto, porém a informação era sustentada pelas evidências disponíveis naquele momento. Amelia acrescentou ainda que agentes da Operação Weeting haviam visitado os pais da menina poucos meses antes e estavam discutindo o caso com o Ministério Público da Coroa.

Naquele fim de semana, escrevi o rascunho de uma matéria e o mandei para Glenn Campbell e Amelia Hill para checarem se o texto não colocava em risco suas fontes e se havia erros. Também me preocupava que a família de Milly fosse pega de surpresa por todo o alvoroço, então enviei um resumo da matéria para o assessor de imprensa da polícia de Surrey, solicitando que avisasse os Dowler e tentasse nos colocar em contato com alguém que pudesse falar em nome deles, talvez um advogado. Na noite de domingo, 3 de julho, mandei a versão final por e-mail para Alan Rusbridger. Com a mente repleta por imagens de repórteres de tabloides gananciosos escutando de maneira criminosa as mensagens de familiares e amigos aflitos de Milly implorando para que ela entrasse em contato, acrescentei no e-mail: “Acho que esta deve ser a matéria mais contundente sobre interceptações e escutas ilegais até aqui.”

No dia seguinte, recebi uma ligação de Mark Lewis, que de alguma forma conseguira ser contratado para atuar como advogado dos Dowler e concordara em preparar uma declaração. Depois de Rusbridger e seu editor-chefe-adjunto, Ian Katz, analisarem a matéria junto com o advogado interno do *The Guardian* e confirmarem comigo que havia pelo menos duas fontes para cada ponto-chave, nós a publicamos em nosso site, às quatro e meia da tarde de segunda-feira, 4 de julho.

Houve um clarão seguido de forte explosão.

* * *

Jornais que passaram tanto tempo ignorando o escândalo dos grampos enfim reagiram como jornais de verdade. Contribuí para isso o fato de a Scotland Yard, quando procurada por repórteres, responder em off que “não rebateria as afirmações da matéria do *The Guardian*”. A polícia de Surrey veio à minha

casa atrás de detalhes sobre as escutas nos telefones de seus investigadores. Mark Lewis denunciou as escutas como atos “infames” e “desprezíveis” e me disse que os Dowler ficaram satisfeitos com a matéria.

Quem não ficou contente foi Glenn Mulcaire. Max Mosley me ligou para dizer que o detetive estava ansioso e mortificado e pronto para contar tudo. Na manhã de terça-feira, nos encontramos no escritório perto da Trafalgar Square onde ele trabalhava para Mosley. Ele estava realmente abatido e em nenhum momento tentou negar qualquer coisa. Eu o convenci a divulgar uma declaração pública por meu intermédio em que pedia desculpas pela dor que causara, enfatizando a “implacável pressão” por resultados exercida pelo *News of the World* e acrescentando que ele não sabia que estava violando a lei. “Nunca tive a intenção de interferir em qualquer investigação policial”, disse ele.

Ao sair desse encontro, eu soube que David Cameron tinha dito a repórteres que o grampo no telefone de Milly era um “ato horrendo”; já o líder do Partido Trabalhista, Ed Miliband, pedira um inquérito público sobre irregularidades cometidas por jornais no exercício de suas atividades; do lado dos anunciantes, cinco grandes empresas indicaram que retirariam vários milhões de libras em publicidade do *News of the World*; por fim, alguns leitores cancelaram suas assinaturas. A indignação moral estava entrando em campo para influir no jogo do poder.

De repente, Rebekah Brooks se viu afundada até o pescoço pela cobertura da imprensa.

Ela era editora-chefe do *News of the World* quando o jornal invadiu a caixa de mensagens de Milly Dowler, e naquela manhã eu havia publicado uma matéria sobre os atos criminosos perpetrados em sua gestão. Em resposta, Rebekah soltou uma nota afirmando ser “inconcebível” que ela soubesse do incidente. Logo depois, a News International

emitiu um comunicado informando que “qualquer pessoa, exceto Rebekah”, poderia perder o emprego em função do escândalo das escutas.

Naquela noite, Amelia Hill noticiou que a Operação Weeting estava revendo todos os casos de maior repercussão de assassinato ou rapto de criança desde 2001, em busca de indícios de escutas ilegais. A polícia de Cambridgeshire confirmou que os pais de Jessica Chapman e Holly Weels, assassinadas em Soham cinco meses depois de Molly, também haviam sido alertados pela operação de que tinham sido vítimas de Mulcaire.

A indignação espalhou-se como uma tempestade de areia. Naquela mesma noite, as primeiras edições dos jornais de quarta-feira revelaram que o *Financial Times* estava pedindo a demissão de Rebekah, e, para nossa surpresa, ele tinha a companhia do *The Times* na crítica. Um editorial ousado qualificava a interceptação do telefone de Milly como um gesto “muito mais que condenável” e concluía: “Deveria ser desnecessário dizer que nada dessa natureza pode voltar a acontecer. Mas deveria também ser desnecessário dizer que nada dessa natureza deveria ter chegado a acontecer.”

Veio então a primeira edição do *The Daily Telegraph*, com uma notícia de primeira página devastadora: a Operação Weeting descobrira indícios de que algumas das 52 famílias que haviam perdido entes queridos nos atentados a bomba em Londres de julho de 2005 tiveram seus telefones invadidos pelo *News of the World*. A matéria trazia a fala de Graham Foulkes, cujo filho de 22 anos, David, morrera nos ataques: “Quão baixo vocês podem chegar?”

Nas 48 horas seguintes, um mar de novas revelações espirrou pelas frestas das muralhas abaladas da News International: a interceptação de telefones dos familiares de militares britânicos mortos no Iraque e no Afeganistão, a invasão dos telefones do ministro das Finanças George

Osborne e de Michael Mansfield, o advogado que havia questionado a versão oficial dos eventos apresentada pelo inquérito da morte da princesa Diana. Eu publiquei um relato detalhado da reunião do superintendente-chefe Dave Cook com Rebekah Brooks, em que ele a alertou de que Alex Marunchak havia usado recursos do *News of the World* para espioná-lo quando investigava acusações de assassinatos envolvendo Jonathan Rees e Sid Fillery.

Na Escócia, a polícia de Strathclyde anunciou que estava investigando suspeitas de interceptações ilegais pelo *News of the World* e de perjúrio por Andy Coulson no julgamento do radical escocês Tommy Sheridan. Apesar das matérias que cobriam as primeiras páginas de jornais da Grã-Bretanha e de todo o mundo, a Fox News, de Murdoch, continuava ignorando o assunto. Na quarta-feira, em um debate de emergência na Câmara dos Comuns, um Ed Miliband com a autoconfiança nas alturas subiu a aposta e exigiu que a operação de compra do controle da BSkyB fosse bloqueada.

Nos nove meses desde que se tornara líder do Partido Trabalhista, Miliband repetira os passos de Tony Blair e Gordon Brown em seus esforços para cair nas graças dos jornais de Murdoch. No início, ele chegou a almoçar a sós com Rebekah Brooks, mas, segundo alguns relatos, o encontro não correu bem, porque Miliband teria perguntado duas vezes sobre os filhos de Rebekah, apesar de ela não ter filhos, e também por ele ter sugerido que ela lesse os editoriais do *The Sun* dos anos 1930, apesar de o jornal só ter sido lançado nos anos 1960. No entanto, agora era mais prudente terminar a encenação de que eram próximos.

A News International fez o que pôde para reagir, insistindo que ficaria “absolutamente consternada e estarrecida” se fossem confirmadas as alegações de que o *News of the World* tinha grampeado os telefones de familiares de soldados mortos. Afirmou também que Rebekah Brooks estava de

férias quando o jornal publicou as matérias sobre as mensagens de voz deixadas para Milly Dowler, bem como quando saíram as reportagens sobre Holly Wells e Jessica Chapman. A implicação incontornável era a de que deveríamos jogar a culpa no seu editor-chefe-adjunto, Andy Coulson.

A empresa também tentou lançar mão de alguns vazamentos táticos, cheios de mentiras e hipocrisia. No meio do turbilhão, um velho amigo de Will Lewis, Robert Peston, da BBC, revelou que a News International tinha “descoberto e-mails indicando que foram feitos pagamentos a policiais pelo *News of the World* durante a gestão de Andy Coulson como editor-chefe”. Segundo Peston, o *News of the World* já tinha entregado o material para a Scotland Yard.

Isso foi usado como defesa pela News International, já que demonstraria sua disposição de “cooperar com a Polícia Metropolitana”. Só se esqueceram de mencionar que estavam sentados sobre essa informação fazia quatro anos, que haviam localizado os e-mails apenas depois de a polícia obrigá-los a fazê-lo e que, uma vez localizados, demoraram três meses para entregá-los. Além disso, também omitiram o fato de terem prometido nada dizer em público a respeito deles para não atrapalhar as investigações e evitar que suspeitos destruíssem provas. Foram recompensados com a ira pessoal de Sue Akers e seus agentes e uma matéria de primeira página bastante oportuna no *The Times*.

Ao meio-dia da quinta-feira, 7 de julho, o boicote de anunciantes tinha ganhado força destruidora, com 33 empresas suspendendo seus negócios com o jornal, entre elas uma particularmente estridente, a Mitsubishi, que classificou as revelações das 72 horas anteriores de “inacreditáveis, indizíveis e desprezíveis”. Alguns jornalheiros afirmaram que se recusariam a vender o jornal no domingo. Outras notícias ruins estavam a caminho da News

International: alguns de seus velhos aliados mudariam de lado.

A PCC enfim voltou atrás no seu relatório de 2009 que havia inocentado o *News of the World* e criticado a cobertura do *The Guardian*. O prefeito de Londres, Boris Johnson, que ficara feliz em qualificar como “bobagens” as matérias do *The Guardian*, agora vinha diante das câmeras para pedir uma investigação “impiedosa e aberta” das acusações de corrupção. David Cameron denunciou o comportamento do *News of the World*, chamando-o de “absolutamente nojento”, e prometeu um inquérito público, embora não tenha chegado ao ponto de somar-se aos que pediam a renúncia de Rebekah Brooks. A essa altura, o *The Guardian*, o *Daily Mirror* e um crescente número de parlamentares de todos os partidos clamavam pelo cancelamento da oferta de compra do controle da BSkyB.

Eis que, naquela tarde de quinta-feira, os Murdoch fizeram uma manobra ao mesmo tempo desesperada e atordoante: anunciaram a morte do *News of the World*. A edição de domingo seria a última. Não teria publicidade e toda a receita da venda seria doada à caridade. “Malfeitores transformaram uma boa redação em uma má redação”, explicou James Murdoch. Rusbridger e eu ficamos pasmos com a jogada. Ninguém pedira isso, ninguém antevira isso. Era incrível assistir àquela crueldade: sacrificar não apenas um ou dois corpos, mas o jornal inteiro. Tudo para pôr as mãos na BSkyB.

Contudo, se achavam que conseguiriam desanuviar o ambiente ou mesmo aliviar a pressão, os Murdoch estavam errados. Tinham feito muito pouco por tempo demais e, em meio à torrente de revelações, a manobra parecia menos um compromisso de fazer o bem do que uma confissão de culpa. Minutos após a divulgação da notícia, o Twitter foi inundado por reclamações contundentes de que os Murdoch sacrificaram centenas de empregos só para preservar a si e a

Rebekah Brooks. Trinta jornalistas do *The Sun* deixaram o jornal em protesto contra a medida. Uma massa de parlamentares agora clamava estridentemente pela renúncia de Rebekah Brooks. Menos de uma hora após a decisão se tornar pública, usuários do Twitter já haviam descoberto que, dois dias antes, a News International tinha registrado o domínio *sunonsunday.co.uk*, claramente sugerindo que o fechamento era nada mais que um golpe de marketing e que, dentro de algum tempo, o *News of the World* ressurgiria como *The Sun on Sunday*. O vazamento feito a Robert Peston parecia agora ainda mais abjeto: uma tentativa de expor o lamaçal do próprio jornal antes de condená-lo à morte.

Na sexta-feira, aliados de Murdoch na imprensa começaram a tentar salvar as aparências e a si próprios. O direitoista *Daily Mail* atacou Murdoch sem rodeios: “Que nunca mais se permita que um único homem detenha tanto poder.” Stephen Glover, do *The Independent*, que tinha se dedicado tanto a apoiar a linha oficial, agora criticava o fechamento do *News of the World*, classificando-o de “manobra desesperada de uma empresa doente” e pedindo a renúncia de Rebekah Brooks. Diante de uma plateia de revoltados funcionários do jornal, ela afirmou que ainda havia mais sujeira a ser revelada: “Acredito que dentro de um ano cada um de vocês nesta sala provavelmente dirá: ‘Certo. Eu agora vejo o que você viu lá atrás.’” Fiel à tradição do jornal, um dos jornalistas gravou e vazou seus comentários.

Quando Rebekah terminou o discurso, Andy Coulson já tinha sido preso sob acusação de conluio para interceptar ilegalmente ligações telefônicas e pagar propina a policiais — exatamente no segundo aniversário da publicação da nossa matéria sobre Gordon Taylor. Clive Goodman, que poderia ter sido perdoado por pensar que seu pesadelo já tinha terminado, também foi preso sob suspeita de conluio para subornar policiais. Ficou patente que as prisões foram

motivadas pelos e-mails do Harbottle & Lewis que haviam sido retidos durante tanto tempo por executivos de Murdoch.

Na tarde daquela sexta-feira, Amelia Hill e eu postamos no site do *The Guardian* uma matéria contestando a alegação da News International de que estava cooperando com a polícia: revelamos que a Operação Weeting estava investigando indícios de que um alto executivo havia deletado milhões de e-mails dos servidores da empresa, que a polícia ficara extremamente contrariada com a empresa por vazarem informações sobre os e-mails do Harbottle & Lewis e que os promotores estavam considerando a possibilidade de denunciar os responsáveis pela remoção dos materiais da mesa de trabalho de Jimmy Weatherup no dia de sua prisão, em abril, e por terem se recusado no início a entregá-los à polícia.

A essa altura, uma grande comoção agitava o parlamento. Aqueles que sempre se indignaram com o poder de Murdoch agora erguiam a voz, uma espécie de exército adormecido acordando de anos de silêncio amedrontado. Os que sempre o apoiaram se apressavam a abandoná-lo. David Cameron em especial descartou sua agradável amizade com Rebekah Brooks como quem tira uma sujeirinha do paletó, dizendo que, se coubesse a ele, aceitaria o pedido de demissão dela. Além disso, ele anunciou dois inquéritos públicos — um deles teria como alvo a imprensa e o outro, a polícia — e afirmou: “A grande verdade é que todos estivemos juntos nisso... imprensa, políticos e líderes de todos os partidos — e, sim, isso me inclui... Nesse processo todo, apesar de todos os alertas e todas as preocupações, o governo nada fez na época.”

Entretanto, as piores notícias para os Murdochs vieram de Jeremy Hunt. Esse era o último dia da consulta pública final sobre a oferta de compra da BSkyB, o dia em que eles planejavam celebrar a vitória. Contudo, o mar tinha virado. A

reviravolta nos sentimentos do público ganhou corpo por meio de 156 mil respostas protocoladas, quase todas hostis. Em vista disso, Hunt resolvera adiar sua decisão. A operação não estava morta, porém corria risco.

As ações da BSkyB, que no início da semana estavam cotadas as 850 pence, tinham caído para 748 pence na sexta-feira à noite, reduzindo o valor da empresa em 1,7 bilhão de libras.

* * *

Naquela semana eu podia ver do meu escritório o castelo desmoronando na cabeça dos Murdoch, mas não tinha como saber o que acontecia nos bastidores. Muito tempo depois, fontes da News International e da News Corp descreveram um quadro de pânico e confusão, intensificado pela guerra entre as fações internas, que se enfrentavam como galos de rinha.

Segundo fontes, ao verem a matéria sobre o caso Milly Dowler no site do *The Guardian* na tarde daquela segunda-feira, eles compreenderam que o escândalo das escutas colocaria em risco a transação da BSkyB. Nas palavras de uma delas, “desfez-se ali a falácia” de que as duas coisas poderiam ser mantidas separadas. A primeira decisão foi trazer James Murdoch para o centro do palco no lugar de Rebekah Brooks. Mas não seria assim tão fácil.

Na noite de terça, pessoas do grupo de James já defendiam a ideia de que Rebekah tinha de sair, fosse porque sabia da escuta do telefone de Milly ou, se não sabia, porque mesmo assim era a responsável, pois ocupava a cadeira de editora-chefe do jornal na época. Acreditavam que os funcionários de Rebekah estavam tentando colocar a imprensa contra James. Já alguns aliados de Rebekah achavam que o contrário estava acontecendo: o grupo de James estaria tentando minar a imagem dela junto à

imprensa. James, no entanto, continuou defendendo Rebekah, talvez por saber que uma briga com ela implicaria na prática uma briga com seu pai. Nesse ínterim um e-mail de Tony Blair oferecendo ajuda trouxe algum alento para Rebekah: “Já passei por coisas assim”, escreveu o ex-primeiro-ministro.

Na quarta-feira, Rupert Murdoch também já entrara na briga. De acordo com uma fonte, ele ficou possesso com o editorial do *The Times* condenando a invasão da caixa de mensagens do celular de Milly Dowler e ligou dos Estados Unidos para dar uma bronca estridente e áspera no editor-chefe do jornal, James Harding. Consta que Harding teria deixado claro dentro da empresa que considerava imperioso demitir Rebekah imediatamente e ameaçado publicar outros editoriais pedindo sua saída. No meio da confusão, Rebekah disse a amigos que havia apresentado seu pedido de demissão a James, mas este se recusara a aceitar, fato logo depois vazado pelo grupo dela para a imprensa. O grupo de James tinha uma versão diferente: ela nunca pediu para sair; eles apenas tiveram uma conversa inconclusiva sobre a conveniência de ela considerar tal possibilidade. Na quarta-feira à tarde, ela se reuniu com Ken Macdonald, ex-procurador-chefe do Ministério Público da Coroa, em busca de orientação jurídica.

No começo da semana, quando a matéria sobre o grampo no celular de Milly Dowler foi publicada, os sinais que Fred Michel captara de seus contatos no governo ainda eram animadores. Na terça à noite, a assessora de imprensa do primeiro-ministro, Gabby Bertin, enviou mensagens de solidariedade a Rebekah, e Jeremy Hunt continuava dizendo que as escutas ilegais nada tinham a ver com a oferta de compra. Na quarta de manhã, Craig Oliver, que havia substituído Andy Coulson como diretor de comunicação do primeiro-ministro, enviou uma mensagem de texto para Fred

Michel dizendo que seria ótimo jantar com ele e Will Lewis naquela noite e que preferia que fosse num lugar discreto.

Entretanto, os opositoristas sentiram cheiro de sangue. Depois do pronunciamento de Ed Miliband na quarta-feira, na Câmara dos Comuns, pedindo a suspensão da operação de compra, o gabinete recebeu dele uma ligação de Will Lewis reiterando que não havia nenhuma relação entre as escutas ilegais e a operação de compra da BSkyB. “Graças a esse telefonema percebemos que estavam com medo”, disse um dos assessores de Miliband. “Decidimos continuar pressionando.”

Foi com esse cenário como pano de fundo que Rupert Murdoch não apenas aprovou a morte do *News of the World* como também fez um gesto em busca de respeitabilidade ao criar uma ouvidoria que, segundo ele, teria por missão levantar dados acerca das escutas e ligações com a polícia e estaria subordinada a Joel Klein, em Nova York. No entanto, ainda cego por seu inabalável afeto por Rebekah Brooks, ele não apenas se recusou a demiti-la como a nomeou para dirigir as investigações da recém-criada ouvidoria.

De acordo com duas fontes, qualquer esperança de união familiar caiu por terra em algum momento daquelas semanas, em uma exaltada teleconferência entre Murdoch e seus quatro filhos mais velhos na qual Elisabeth não apenas pediu a saída de Rebekah como também argumentou que James deveria “sair de cena”. Ela foi voto vencido. De acordo com a revista *Vanity Fair*, depois dessa reunião Elisabeth conversou em particular com o pai e o convenceu de que seria bom James afastar-se por um tempo. Rupert Murdoch chegou a falar com James, indicando que ele deveria deixar o trabalho temporariamente e talvez até renunciar, mas, depois de uma noite mal dormida, mudou de ideia. Consta que, tempos depois, Elisabeth teria dito a James que ele “tinha fodido a empresa”. De acordo com uma fonte próxima a ela, as

palavras não foram essas, porém o sentido da frase era exatamente aquele.

De acordo com as fontes, na manhã da quinta-feira — com o anúncio da morte do *News of the World* programado para aquela tarde — Rebekah Brooks na prática não exercia mais suas funções, apesar de não se demitir. Uma delas afirma que ela teve “um tipo de colapso nervoso” e se enfurnou em sua sala, se recusando a participar de reuniões ou a receber ligações telefônicas e só permitindo que as pessoas do prédio entrassem em contato com ela através do marido, Charlie. Naquela noite, ela deveria comparecer à cerimônia de entrega do Prêmio de Bravura Policial promovida anualmente pelo *The Sun*, o mesmo evento em que, dois anos antes, ela desfrutara confortavelmente da companhia de John Yates e de Sir Paul Stephenson, da Scotland Yard. Mas não nessa noite. Ela cancelou sua presença — por sugestão da polícia, de acordo com um policial de alta patente.

No gabinete de Jeremy Hunt, Fred Michel vinha trabalhando freneticamente junto a Adam Smith e, na quinta-feira, transmitiu a James Murdoch um relato detalhado da reunião de Hunt com o primeiro-ministro na qual decidiram realizar inquéritos públicos sobre as atividades da imprensa e da polícia. Entretanto, o governo claramente estava mudando de lado. O departamento de Hunt postou nova nota em seu site dizendo que ele “levaria em consideração todos os fatores” para tomar sua decisão sobre a operação e, depois, anunciou seu adiamento.

Na sexta-feira pela manhã, Rebekah bolou um grande plano e, pouco antes das sete, o apresentou por e-mail a James Murdoch, sugerindo que criassem uma abrangente investigação interna. Haveria “um comunicado interno, feito por você, que acabaria vazando”, que “condenaria Les, Colin etc. e me defenderia (ou não)”. O plano se perdeu em meio ao

caos com Lewis e Greenberg então pedindo abertamente a cabeça de Rebekah.

Naquela tarde, depois de acalorada discussão entre as duas partes, ficou acordado que James Murdoch daria uma entrevista à ITN News ratificando o compromisso da News Corp de obediência às leis e sua disposição de cooperar com a polícia. Apesar dos enfáticos conselhos de seus assessores para não defender Rebekah, James não seguiu o roteiro. Ainda que tenha afirmado (faltando com a verdade) que “o esforço proativo e espontâneo da empresa para apurar as informações” tivesse levado à criação da Operação Weeting, ele acrescentou que estava convencido de que era adequada a liderança de Rebekah e que ela estava fazendo a coisa certa. A respeito das escutas ilegais, afirmou: “Estou satisfeito por ela não estar ciente dessas atividades e tampouco tê-las dirigido.”

A pancadaria verbal no escritório só fez aumentar.

* * *

Eu continuava sendo alertado sobre a possibilidade de eu e o editor-chefe do *The Guardian* estarmos sendo objeto de algum tipo de monitoramento. Por sugestão minha, Rusbridger contratou uma firma de consultoria em segurança para se certificar de que não havia nenhum dispositivo de escuta em sua casa. Numa atitude idiota, a consultoria subcontratou para o serviço um especialista muito próximo do grupo de detetives corruptos que gravitavam em torno de Jonathan Rees, criando assim o risco que deveria eliminar. Acabamos descobrindo que o especialista vasculhou documentos no escritório de Rusbridger e provavelmente tirou fotos do seu diário pessoal.

No domingo, o *News of the World* foi enterrado trazendo um editorial cheio de remorso em que admitia a ocorrência de “malfeitos aterradores”. Os gestores dos recursos da Igreja

Anglicana ameaçaram vender 3,7 milhões de libras de ações da News Corp. John Em uma entrevista, Yates qualificou de “grande asneira” sua recusa de reabrir a investigação do caso das escutas ilegais depois que publicamos nossa matéria sobre Gordon Taylor e, em particular, escreveu para Rusbridger e para mim pedindo desculpas por seus erros. E, pela primeira vez, vimos sinais de que a News International passaria a usar o ataque como forma de defesa.

O *The Sunday Times* chamou o *The Guardian* de “jornal esquerdista” com longa história de medo e ódio de Rupert Murdoch e “um despreço visceral por companhias multinacionais”. No *The Sun*, Trevor Kavanagh lamentou o fechamento do *News of the World* e sugeriu sombriamente: “Deveríamos examinar com atenção os motivos daqueles que deixaram o jornal de joelhos.” O *The Sun* tentou fazer uma matéria em que me acusava de ter-me encontrado com um detetive particular no bar Obsidian, em Manchester, a fim de contratá-lo para espionar o *News of the World*. Eu nunca tinha visto o tal detetive ou estado no bar, de forma que a matéria morreu antes de publicada. A vontade deles de me difamar, no entanto, era visível.

Nenhuma dessas agressões resultou em problemas significativos... Até eu sem querer abrir uma fissura em nossas defesas. Eu e Glenn Campbell conseguimos levantar um bom conjunto de evidências de que a News International obtivera informações confidenciais sobre Gordon Brown: o *News of the World* usara Glenn Mulcaire para tentar ouvir recados deixados em sua caixa de mensagens, o *The Sunday Times* usara uma pessoa para obter, em seis ocasiões, detalhes de sua conta bancária e, conforme eu já sabia, contratara outra pessoa, Barry Beardall, para ludibriar um escritório de advocacia a fim de obter detalhes de uma propriedade que ele havia comprado. Por fim, o *The Sun* havia

recebido dados médicos confidenciais sobre o diagnóstico de fibrose cística do filho pequeno de Brown, Fraser.

Na tarde de 11 de julho, segunda-feira, uma semana depois da matéria sobre Milly Dowler, postamos no site do *The Guardian* um consistente relato da espionagem contra Brown, incluindo o fato de o *The Sun* ter obtido informações confidenciais sobre Fraser, o que de fato acontecera. Contudo, no parágrafo de abertura, eu havia tentado espremer tudo em uma única frase, em que acusava a News International de “obter informações sobre sua conta bancária, sobre seu histórico jurídico e os registros médicos de sua família”. Essa foi a brecha que se abriu em nossa defesa: sabíamos que eles haviam obtido informações confidenciais, mas não podíamos afirmar que elas vieram diretamente dos registros médicos da família.

Dois dias depois, o *The Sun* cravou na primeira página a manchete “Brown Wrong” [“Totalmente errado”, que faz um trocadilho com o nome do primeiro-ministro], sob a qual explicava a seus leitores: “Hoje o *The Sun* desmascara as acusações de que obteve ilegalmente os registros médicos da família de Gordon Brown. Não é verdade. É uma difamação.” Eles não estavam totalmente errados, mas tinham exagerado nas cores: ninguém os estava acusando de obter por meios ilegais acesso aos registros médicos. Não sabíamos como eles haviam conseguido os dados confidenciais — se por meio de mentiras, invasão de computadores ou interceptação de telefones, ou se por meio de um vazamento por parte de um funcionário do hospital. Na matéria, o *The Sun* alegou que a informação viera de um “pai transtornado cujo próprio filho também é portador da debilitante doença”. Mas como esse pai soube?

* * *

O chefe de redação do *The Sun*, Richard Caseby, insistiu que publicássemos não apenas uma errata — o que seria justo —, mas também um pedido de desculpas. Em e-mails e por telefone, ele fez forte pressão, dizendo que, se o *The Guardian* não atendesse seu pedido, o *The Sunday Times* “acabaria conosco” no final de semana, desmascarando Rusbridger como “o maior hipócrita do mundo”. Fui mais fundo na história e descobri que o *The Sun* não tinha dito a verdade a respeito da sua fonte; o tal “pai transtornado” na verdade era casado com uma profissional da área da saúde cujo nome me foi passado. Uma fonte declarou que o jornal havia pagado a ela 2 mil libras, o que, se fosse verdade, em tese configura crime. Repassei a informação à assessoria de Gordon Brown, que a transmitiu à autoridade de saúde local de Fife, a quem convenceu a abrir uma investigação.

Entretanto, isso não deteve Richard Caseby. Em uma ligação aos berros recheada de palavrões para um executivo do *The Guardian*, continuou exigindo um pedido de desculpas até interromper-se para dizer: “Ótimo. Acabo de saber que as autoridades de Fife não encontraram nada contra nossa fonte.” Pelo visto, ele não entendeu que tinha acabado de dar um tiro no próprio pé e quebrado a espinha dorsal da versão apresentada pelo *The Sun*. As autoridades de saúde de Fife haviam apenas se certificado de que não havia nenhum indício de desvio ou subtração de registros. Contudo, meses depois admitiram ser “altamente provável” que algum funcionário fosse a fonte original.

Eu estava a centenas de quilômetros de distância, na cerimônia de formatura de minha filha, quando, para minha surpresa, soube que o *The Guardian* tinha aceitado publicar um pedido de desculpas. Fiquei bem irritado. O *The Guardian* não tinha se dobrado diante das agressões de Caseby, mas decidiu pedir desculpas por considerar que a tal frase na matéria fora imprecisa. Eu achava que uma simples errata

teria bastado. Soube que Gordon Brown ficou furioso com a decisão do jornal.

* * *

O *The Sunday Times* prosseguiu com a estratégia de atacar tentando publicar matérias em que afirmava que, no passado, o *The Guardian* havia contratado Jonathan Rees e outro detetive particular para colher informações por meios ilícitos. Rusbridger respondeu que isso era novidade para ele e recomendou-lhes levar as provas à polícia. Deixaram óbvio que tinham conversado com Rees ao perguntar a Rusbridger se era verdade que, na semana anterior, ele mandara fazer uma varredura em sua casa em busca de dispositivos de escuta. A resposta foi que nenhuma organização comenta publicamente suas medidas de segurança.

Saltava aos olhos a impressão de tudo isso ser uma tática diversionista de uma empresa que só tinha olhos para o grande tesouro: a BSKyB.

No domingo, 10 de julho, dois dias depois de Hunt anunciar que adiaria sua decisão, Rupert Murdoch foi mais uma vez para Londres. Ele tinha sugerido uma jogada de relações públicas para melhorar sua imagem: viajar em voo de carreira, como qualquer pessoa comum. Mas não o fez. Em vez disso, voou em um jato particular e cometeu uma gafe: quando um repórter de TV lhe perguntou qual era sua prioridade, ele apontou para Rebekah Brooks e disse: “Esta aqui.”

Sua verdadeira prioridade era enfrentar o tsunami de desprestígio político que inundava sua empresa, boa parte dele encapsulado em um único evento: a moção proposta por Ed Miliband, a ser votada na Câmara dos Comuns na quarta-feira, exortando Murdoch a retirar sua oferta de compra do controle da BSKyB. Fred Michel havia reportado uma ligação que recebera da assessoria do primeiro-ministro: “O governo

está preocupado com o resultado da votação de quarta-feira. Eles acham bem provável que Miliband vencerá.”

Ainda agindo como se o relacionamento especial não estivesse abalado, Fred Michel entrou em contato com um dos assessores do ministro do Tesouro, George Osborne: “Pergunta rápida. Você acha que seria possível/ajudaria uma pessoa do alto escalão do governo vir a público para condenar com veemência as escutas ilegais e clamar por um inquérito policial rigoroso, mas também enfatizar a necessidade de manter intacto o processo legal relativo à transação da BSkyB? É incrível que o parlamento tenha o poder para decidir ou influenciar uma decisão corporativa de efetuar uma compra tão gigantesca de controle acionário, não acha?” Não funcionou. Os Murdoch tinham perdido influência no parlamento. Essa constatação foi exposta com rispidez em uma reunião interna; depois de James Murdoch e sua equipe defenderem a compra com o argumento habitual de que não havia base legal para vetá-la, no que um dos membros da equipe de Will Lewis disparou: “Você ainda não entendeu: todo mundo te odeia.”

Registros internos do departamento de Jeremy Hunt confirmam que ele a essa altura já admitia que, aos olhos do público, havia uma ligação entre o escândalo das escutas ilegais e a oferta de compra da BSkyB. Na manhã de segunda-feira, recuando depressa de sua posição original de apoio à operação, Hunt decidiu escrever à Ofcom para perguntar se sua decisão deveria levar em conta o fechamento do *News of the World* e as recentes revelações. Contudo, a pergunta possivelmente mais relevante que fez ao regulador foi se considerava a News Corp “pessoa capacitada e digna” para ter uma licença de TV no Reino Unido. Essa abordagem havia sido lançada por Tom Watson e outros parlamentares na semana anterior. Se a Ofcom decidisse que a News Corp não era capacitada e digna, não apenas seria

impedida de comprar 61% da BSkyB, como também teria de vender os 39% que já detinha. A empresa seria excluída do segmento de rádio e televisão do Reino Unido.

Uma hora depois, como o único caminho que lhe restava era o recuo, o primeiro-ministro declarou: “Se eu comandasse essa companhia, com todos os problemas, dificuldades e encrascas existentes no momento, acho que deveriam se concentrar em resolver isso antes de pensar no próximo passo corporativo.”

Na segunda-feira de manhã, Murdoch encontrou seus domínios absolutamente desbaratados devido a mais um vazamento de um traidor — um sinal público das brigas internas da corporação. Robert Peston tinha recebido detalhes dos e-mails do Harbottle & Lewis revelando que eles pareciam mostrar que o *News of the World* concordara em pagar a um oficial da segurança da família real mil libras para fornecer dados dos contatos telefônicos de seus membros. O vazamento não ajudou em nada nos esforços de James de ter aprovada a transação da BSkyB, porém é possível que tenha aliviado um pouco a pressão sobre Rebekah Brooks, já que ressalvava, com fins diversionistas, que “tão logo tomou conhecimento do conteúdo dos e-mails a nova gestão do *News of the World* determinou que fossem entregues imediatamente à polícia”.

No entanto, o tiro saiu pela culatra, porque, poucas horas depois, uma irada Sue Akers veio a público para condenar o vazamento como “parte de uma campanha orquestrada deliberadamente para minar a investigação” e porque trouxe ainda mais irritação ao décimo andar do edifício dos Murdoch em Londres.

A equipe de James estava sentindo a pressão. Uma de suas colaboradoras mais próximas, Alice Macandrew, tinha se demitido. James queria avançar na compra da BSkyB e contava desesperadamente com Rebekah para sufocar a

tormenta. Ela enviou-lhe um e-mail dizendo que tinha acabado de passar uma hora ao telefone com Tony Blair, que sugeriu que organizassem um inquérito interno similar ao feito por ele — dirigido por lorde Hutton — para investigar sua decisão de invadir o Iraque em 2003. Ela disse a James: “Isso livraria você e daria margem à aceitação de falhas e novas soluções.” Acrescentou que Blair estava disposto a dar-lhes mais aconselhamento, porém, reconhecendo que isso provavelmente não cairia bem com seus companheiros de partido — que enfrentavam a News Corp no parlamento —, ele pediu discricção. A maioria dos assessores de James lutava para contê-lo e convencê-lo a retirar a proposta de compra e depois refugiar-se em Nova York, mas ele permanecia irredutível. A confusão deu origem a uma solução em que os dois lados cederam, mas que se provou inadequada. Na segunda-feira à tarde, James escreveu para Jeremy Hunt avisando que a News Corp abandonaria o plano Newco, ou seja, Hunt teria de submeter a operação à Comissão de Defesa da Concorrência — o caminho mais temido pela News Corp. Diante da forte oposição da opinião pública, eles acharam que um atraso de seis meses os beneficiaria e que se saíam melhor lidando em privado com o regulador do que em público com um político. Entretanto, a onda avançava com força extrema.

Na noite de segunda-feira, a vergonha ganhou o tempero da insolência. A Sky TV, do próprio Murdoch, levou ao ar um episódio de *Os Simpsons* em que Lisa publica um jornal caracterizando o milionário avarento Mr. Burns como “um homem odioso de quem ninguém gosta” e Burns reage comprando todos os jornais de Springfield para calar seus críticos. Depois de o povo da cidade se rebelar contra ele e passar a produzir seus próprios noticiários, Burns conclui: “É impossível controlar toda a mídia. Bem, só se você for Rupert Murdoch.”

Na terça-feira Gordon Brown, em entrevista concedida a mim e Glenn Campbell, da BBC, condenou as “táticas nojentas” da News International; o ex-subcomissário-adjunto da polícia Peter Clarke, que comandara o inquérito original sobre as escutas ilegais, declarou à Comissão Especial sobre Segurança Interna que a companhia havia mentido à polícia e a acusou de ser “uma importante empresa global que tentou impedir uma investigação policial”; Sue Akers, em depoimento à mesma comissão, disse que a Operação Weeting estava tentando entrar em contato com pelo menos quatro mil possíveis vítimas de grampo e que também estudava a “responsabilidade criminal dos diretores” da empresa; e, o mais chocante de tudo, David Cameron orientou seus correligionários no parlamento a apoiar a moção de Ed Miliband na Câmara dos Comuns no debate do dia seguinte. Não poderia haver notícia pior para os Murdoch.

Na quarta-feira de manhã, Chase Carey voou para Londres para uma reunião urgente com James e Rupert. Os dois veteranos concordaram que era necessário fazer o maior sacrifício de todos: desistir da compra do controle da BSkyB. James se opôs, mas foi voto vencido. Carey soltou uma declaração: “Ficou claro que o clima é desfavorável demais para seguir adiante.”

Em duas semanas, o que era uma vitória iminente se transformou em derrota total. Naquela tarde, a Câmara dos Comuns aprovou por aclamação a moção de Miliband de censura aos Murdoch — ela foi apoiada por todos os seis partidos da casa. Miliband fez um discurso inflamado: “Esta é uma vitória para o povo — o povo bom e decente da Grã-Bretanha, ultrajado pela traição de sua confiança pela indústria dos jornais (...) A vontade do parlamento era evidente, a vontade do povo era evidente, e agora o mais poderoso dono de meios de comunicação do país teve de se curvar a essa vontade (...) A triste verdade é que todos nós,

por um tempo longo demais, nos deixamos escravizar por alguns setores da mídia, entre eles a News International. Por um tempo longo demais, quando essas coisas aconteciam, nos limitávamos a dar de ombros e dizer ‘As coisas são assim mesmo’. Mas agora basta. Os acontecimentos dos últimos sete dias abriram nossos olhos e nos deram a oportunidade de dizer: ‘Não tem de ser assim.’”

* * *

Ainda era cedo na manhã de domingo, 17 de julho, quando um Audi preto dirigido por um motorista deixava a região agrícola a oeste de Oxfordshire e seguia pela M40 na direção de Londres. No banco de trás, Rebekah Brooks viajava ao lado do marido, Charlie.

Ela sabia havia dias que a Operação Weeting queria interrogá-la. Fora convocada para se apresentar ao meio-dia na delegacia de Lewisham, no sul de Londres. Apesar dos esforços de seus advogados, ela não conseguira descobrir antes se seria interrogada na condição de testemunha ou se seria presa ao chegar e tratada como suspeita. Seus advogados temiam o pior. Ela tinha consciência disso quando, dois dias antes, na manhã de sexta-feira, 15 de julho, enfim anunciou sua demissão.

O último movimento partira de Lewis e Greenberg, que em reunião com a família Murdoch na quinta-feira comunicaram que a polícia queria interrogá-la e era loucura mantê-la à frente da investigação da ouvidoria ou deixar que permanecesse próxima da empresa. Não precisaram insistir: os Murdoch concordaram depressa. Lewis e Greenberg foram escalados para dar a ela a notícia, à qual retrucou: “Vocês estão loucos.” Intimada pela polícia na sexta-feira de manhã a deixar o prédio até a hora do almoço, ao meio-dia ela foi conduzida à porta da frente por um segurança.

Antes, ela havia divulgado uma declaração dizendo que partia “com felizes lembranças e uma profusão de amigos” e descrevendo a News Corp como “a melhor empresa de mídia do mundo”. Em resposta, recebeu mensagens de solidariedade de Tony Blair e, indiretamente, de David Cameron, apesar de suas declarações públicas em favor de seu afastamento. Mais poderosa do que nunca, ela havia negociado um pacote rescisório generoso com Rupert Murdoch: 10,8 milhões de libras, segundo alguns relatos, mais o compromisso da News Corp de custear seus advogados em qualquer processo ou ação civil relacionada a seu trabalho e uma equipe de segurança cuja função, entre outras, era protegê-la da imprensa. Quanta ironia.

A essa função deram internamente o codinome de Operação Falcão Negro. Seu comandante era o diretor de segurança da News International, Mark Hanna, que contratou para ajudá-lo um grupo de ex-soldados especializados em monitoramento e vigilância. Eles pediram 5.500 libras por dia para garantir a segurança de Rebekah, e Murdoch aceitou pagar. A Falcão Negro fez seu trabalho: seus homens foram vistos durante o fim de semana trocando entre si mensagens de texto alertando para a presença furtiva de antigos colegas dela da imprensa ou, nas palavras deles: “Tem um monte de ratos lá embaixo, na estrada.” À sombra da vigília desenvolveu-se uma pantomima, com sacos de lixo, pizzas e uma boa dose de confusão.

Ao meio-dia, Rebekah chegou à delegacia de Lewisham e foi imediatamente detida enquanto seu motorista a esperava do lado de fora. Quinze minutos depois, Charlie Brooks, que tinha ido ao luxuoso apartamento do casal no Chelsea Harbour, desceu para a garagem carregando pressionados contra o peito um envelope pardo e um velho laptop Sony, foi até um canto onde havia grandes recipientes verdes de lixo sobre rodas enfileirados e deixou dentro deles os objetos. Mas

ele não os estava jogando fora. Duas horas depois, Mark Hanna entrou de carro na garagem, pegou uma pasta marrom dentro do carro, conversou um pouco com Charlie, foi até os recipientes de lixo para pegar o envelope e o laptop e então saiu com os dois e a pasta marrom na mão. Uma hora depois, por volta das três da tarde, uma pequena equipe de agentes da Operação Weeting chegou para fazer uma batida no apartamento dos Brooks. Estava patente que o sr. Brooks tinha algo a esconder, mas, se ele pretendia manter isso em segredo, as coisas não estavam dando certo: toda a cena fora flagrada pelas câmeras do circuito interno de TV da garagem.

Levou um tempinho até a imprensa ficar sabendo da prisão de Rebekah Brooks. Os jornalistas ainda tentavam entender uma nova ramificação do escândalo, que agora alcançava a costa dos Estados Unidos. Rebekah não havia sido a única baixa da sexta-feira. Em Nova York, Les Hinton deixara o prestigioso cargo de CEO do índice Dow Jones e *publisher* do *The Wall Street Journal*. Ele começara a atrair os holofotes à medida que cada vez mais se especulava se ele sabia ou não dos crimes cometidos no *News of the World* e sobretudo se tinha conhecimento dos e-mails do Harbottle & Lewis, cujo conteúdo havia sido vazado cuidadosamente por pessoas da equipe de Rebekah. Políticos questionavam se ele havia faltado com a verdade nos dois depoimentos que dera à Comissão Especial de Mídia.

Mesmo assim, sua demissão foi uma surpresa. Hinton era amigo de Murdoch havia 52 anos, era seu “representante na terra”. Mas lealdade tem limite. De acordo com uma fonte no alto escalão da News Corp, sua saída era uma das cláusulas do acordo de demissão que Rebekah Brooks fez com Rupert Murdoch: “Ela não queria cair sozinha. Disse que, se saísse, Hinton também teria de sair.” No meio da tarde, quando estourou a notícia da prisão de Rebekah, as tribulações de Hinton foram deixadas de lado.

Não muito depois, as câmeras do circuito interno voltaram a registrar cenas da pantomima na garagem subterrânea. Primeiro, por volta das cinco da tarde, flagraram a equipe da polícia responsável pela busca saindo carregada de materiais apreendidos. Depois, por volta das nove e meia da noite, enquanto Rebekah ainda era interrogada, captaram a chegada de um dos homens da equipe de Mark Hanna, que entrou na garagem, fez uma rápida ligação e, depois de olhares furtivos ao redor, tirou do carro um saco de lixo preto cheio, levou-o até os recipientes verdes e o escondeu em um deles. Minutos depois, um amigo de Charlie Brooks desceu até a garagem e recebeu do segurança duas caixas cheias de pizza de pepperoni e filé grelhado (com massa recheada de piri-piri).

O segurança então enviou ao seu chefe da Operação Falcão Negro uma mensagem de texto parodiando a frase imortalizada por Richard Burton quando chamava por rádio seu comandante no filme *Desafio das águias*: “Broadsword chamando Danny Boy. Pizzas entregues. Frango já está na panela.” O chefe respondeu “Ah! Amadores de merda” e indicou que deveriam ter usado um ponto de desova neutro ou armado um “contato furtivo às margens do rio”.

Pouco depois da meia-noite, um pequeno comboio de carros trouxe Rebekah Brooks para casa, onde o marido a aguardava. Ele explicaria mais tarde que, a essa altura, ele e seu amigo já haviam consumido junto com a pizza seis garrafas de vinho. Talvez seja por isso que ele deixou de recolher o saco de lixo que claramente tinha sido deixado para ele; por volta da uma da tarde do dia seguinte, quando desceu e tentou recuperá-lo, já era tarde demais. Um faxineiro consciencioso, o sr. Nascimento, tinha chegado antes e, pior, abriu o saco. Ao ver dentro dele o velho computador Sony e um conjunto de outros objetos interessantes, entregou tudo a seu gerente.

Tentando descobrir o que havia acontecido, Brooks falou com o gerente: “Ontem à noite, um amigo deixou um saco para mim e parece que houve uma confusão.” O gerente respondeu que daria uma olhada, mas, tendo visto os jornais carregados de notícias sobre a prisão de Rebekah Brooks naquela manhã, resolveu avisar a polícia, que logo chegou ao local — nas palavras enviadas por mensagem de texto por um dos seguranças da Falcão Negro: “Assunto: Pizzagate. Sujeira por toda parte na garagem subterrânea.”

Tudo isso teria desdobramentos dolorosos para Charlie Brooks e sua esposa.

* * *

No entanto, a Scotland Yard tinha seus próprios problemas. A reputação de John Yates estava virando pó depressa: cada novo passo da Operação Weeting deixava uma marca de sola em seu rosto, expondo o quanto ele fora incapaz de realizar uma investigação adequada. Durante a semana anterior, ao defender-se perante a Comissão Especial de Segurança Interna, ouviu o presidente, Keith Vaz, dizer-lhe que seu depoimento “não convencia”. Andy Hayman não ficava atrás. Suas tentativas de justificar à mesma comissão a debilidade do primeiro inquérito sobre as escutas ilegais acabaram ridicularizadas por parlamentares, que o qualificaram de “esquisito e manhoso” e “mais para Clouseau do que para Columbo”. E tudo ficou ainda pior.

No dia anterior à demissão de Rebekah Brooks, a Operação Weeting havia prendido Neil Wallis, antigo editor-chefe-adjunto do *News of the World*, por suspeita de envolvimento em formação de quadrilha para interceptação de mensagens de voz. O fato teria passado apenas como mais uma notícia se o comissário da Polícia Metropolitana, Sir Paul Stephenson, não tivesse divulgado então a surpreendente

declaração de que em outubro de 2009 — quatro meses depois de o *The Guardian* ter publicado a matéria sobre Gordon Taylor, quando o jornal e a Comissão Especial de Mídia desmascaravam o escândalo das escutas — a Scotland Yard tinha contratado Neil Wallis como consultor de mídia. Entre outras coisas, Wallis vinha oferecendo aconselhamento diretamente a Sir Paul e John Yates. Que tipo de influência tinha Wallis?

Naquela noite, Alan Rusbridger escreveu para Dick Fedorcio, responsável direto pela contratação de Wallis, lembrando-o das duas visitas que ele fizera ao *The Guardian* — a primeira com Sir Paul e depois com John Yates — para reiterar que considerava a cobertura feita pelo *The Guardian* do escândalo dos grampos “exagerada e incorreta”. Rusbridger agora colocava para ele uma série de questões: “Por que você escondeu de mim que, na época dessas visitas, você, Paul e John estavam recebendo consultoria do ex-adjunto de Andy Coulson? Que orientação ele lhes deu a respeito da cobertura das escutas telefônicas? Wallis foi consultado antes dessas visitas ou informado depois sobre a natureza e o conteúdo de nossas conversas?”

No domingo de manhã, enquanto o comboio transportando Rebekah Brooks avançava na direção de Londres, o barulho em torno Wallis aumentou. O *The Sunday Times* noticiou que meses antes Sir Paul e sua esposa haviam recebido vinte noites de acomodação grátis, o equivalente a 12 mil libras, em um spa de Champneys cujo consultor de mídia era o sr. Neil Wallis. E mais um detalhe revelador: o spa tinha uma unidade de “crioterapia”, técnica baseada no uso de temperaturas abaixo de zero no tratamento de algumas doenças, que era dirigida por Charlie Brooks. Sir Paul frequentou essa unidade durante sua estadia.

Às sete e meia da noite daquele domingo, Sir Paul Stephenson pediu demissão do cargo de comissário da

Polícia Metropolitana.

Na manhã da segunda-feira, surgia uma nova acusação: John Yates tinha ajudado a filha de Neil Wallis, Amy, a arranjar um emprego na Scotland Yard — o que estava longe de ser o erro mais grave imputado a Yates, mas não deixava de ser uma nova marca em seu rosto. A ouvidoria da Polícia Metropolitana anunciou que se reuniria naquela manhã para avaliar a conduta de Yates, Sir Paul, Peter Clarke e Andy Hayman.

Às duas da tarde daquela segunda-feira, John Yates renunciou ao cargo de comissário-adjunto.

* * *

Era o espetáculo mais aguardado da cidade naquele dia. Às duas da tarde da terça-feira, 19 de julho, Rupert Murdoch e seu filho, James, apareceriam perante a Comissão de Cultura, Mídia e Esportes da Câmara dos Comuns para explicar suas faltas. A fila do lado de fora do parlamento começara a se formar nas primeiras horas da manhã. Eu estava nela.

Sentado no chão, observando as equipes de TV e os manifestantes, lembrei-me do dia, pouco mais de dois anos antes, em que eu e Alan Rusbridger fomos convocados para depor por essa mesma comissão, com a clara ameaça de que fariam picadinho de nós por nossos supostos erros. Tínhamos sido salvos pelo e-mail para Neville Thurlbeck. Agora, a questão para mim — e para os milhões que acompanhariam ao vivo pela TV — era se os Murdoch conseguiriam se salvar.

Eles tinham feito de tudo para evitar aquilo. Quando o presidente da comissão, John Whittingdale, os convidara pela primeira vez, Rupert Murdoch se recusou a comparecer e seu filho respondeu que 19 de julho não era conveniente para ele, mas que estaria disposto a comparecer em agosto. Whittingdale, que fora amigo de Les Hinton e aliado

proeminente da BSkyB, ameaçou colocar cadeiras vazias diante da comissão e classificar suas ausências como desacato ao parlamento, com a possibilidade teórica de invocar o direito antigo do oficial do tribunal de os prender. No final, uma notificação formal do oficial do tribunal os fez ceder.

Havia no ar uma atmosfera de revolta. Em declaração a uma rádio, Vince Cable descrevera bem a situação: “É um pouco como o fim de uma ditadura, quando todo mundo de repente descobre que era contra o ditador.” Havia também uma tristeza real. Na véspera, Sean Hoare tinha sido encontrado morto em casa em Watford. Eu gostava muito dele. Além de ter ajudado bastante a desmascarar seu antigo jornal, era ótimo companheiro de trabalho, engraçado, caloroso e cheio de histórias. A turma da teoria da conspiração já tinha começado a espalhar pelo Twitter que ele tinha sido assassinado. Não era verdade. Ele mesmo costumava dizer que seu trabalho consistia em “consumir drogas ao lado de celebridades”. Foi isso que o matou com apenas 47 anos.

Depois de quatro horas sentado no chão, enfim entrei na sala da comissão. Sentado de costas para a parede, fiquei observando a fileira de assentos onde se concentrariam os partidários dos Murdoch: Wendi, a mulher de Rupert; Joel Klein; advogados diversos e profissionais de agências de relações públicas. À frente deles, um pouco à minha esquerda, estavam as cadeiras reservadas a Rupert e James. Mais ainda à minha esquerda, estava a comissão, acomodada em torno da mesa em forma de ferradura. Do canto mais distante, Paul Farrelly e Tom Watson me cumprimentaram sutilmente. Estávamos todos bem quietos, mais nervosos que animados, porque estávamos diante de uma tremenda inversão de poderes, como se os alunos estivessem prestes a decidir o castigo que dariam ao diretor da escola e seu assistente. Seria possível dominar o dominador? No entanto,

quando enfim entraram, Rupert e James eram apenas dois homens em ternos escuros. Rupert era muito mais baixo do que eu esperava; um gigante corporativo, porém apenas um homem.

Em poucos minutos ficou clara a primeira parte da estratégia dos Murdoch: fazer o jogo da humildade. A primeira pergunta foi dirigida a James Murdoch, que interrompeu sua própria resposta para dizer o quanto ele lamentava, no que logo foi cortado pelo pai: “Hoje é o dia mais humilhante de minha vida.” Era uma boa frase. Dava a impressão de ter saído da prancheta da Edelman, a maior agência de relações públicas do mundo, que fora contratada pelos Murdoch na semana anterior e já aconselhara Rupert a encontrar-se com Bob e Sally Dowler para pedir desculpas e a publicar no sábado, em todos os jornais de alcance nacional, anúncios em letras garrafais com a frase: “Pedimos desculpas.” James retomou a palavra e declarou que a empresa estava agora tentando se conduzir com humildade e Rupert repetiu que aquele era o dia mais humilhante de sua vida. Duas vezes.

Isso não bastaria. Humilhação era uma coisa. Mas eles também eram culpados?

Liderados por Tom Watson, os parlamentares os confrontaram, enumerando as evidências patentes e públicas de crimes cometidos em sua redação. Como é possível que não tivessem percebido? Em setembro de 2002, o *The Guardian* tinha publicado três mil palavras sobre o envolvimento do *News of the World* com a rede de corrupção comandada por Jonathan Rees; em março de 2003, em depoimento à Comissão Especial de Mídia do parlamento, Rebekah Brooks declarou que seu jornal havia pagado propina à polícia no passado; em dezembro de 2006, a ICO apurara que 23 repórteres do jornal tinham participado de “atividades ilegais” conduzidas por Steven Whittamore; em janeiro de 2007, a sentença que condenou Glenn Mulcaire

indicara que ele vinha trabalhando não apenas para Clive Goodman como para outros no jornal. Como não perceber?

Os Murdoch logo partiram para a segunda parte de sua estratégia. De sua posição no passadiço, acima e à parte do resto da embarcação, repetiram várias vezes de maneira simplista que não percebiam o que acontecia abaixo deles. Nesse estágio, a omissão ao não conduzir uma investigação interna efetiva passava a ser sua melhor defesa, como numa inversão da linha de defesa seguida pelos nazistas nos julgamentos de Nuremberg: “Nós não sabíamos que eles não estavam seguindo ordens.”

Rupert Murdoch ainda contava com uma aliada extra: a idade. Ele franzia o cenho, balançava a cabeça, atordoado, e parecia sair do ar, em pausas longas e pouco naturais, batendo os dedos na mesa à sua frente. Um de seus assessores mais próximos afirma que ele sempre faz isso quando solicitado a dizer algo importante; fica tão preocupado em não dizer a coisa errada que acaba se perdendo em uma espécie de redemoinho mental. Fosse isso parte natural de seu caráter ou apenas um estratagema bolado com segundas intenções, o fato é que funcionou. Confrontado várias vezes com perguntas constrangedoras, ele parecia imerso em confusão mental.

Quando perguntado, por exemplo, sobre o que tinha conversado com Tony Blair, reagiu com olhar vago e deu de ombros: “Discutimos sobre o euro, eu acho.” Que instruções tinha dado ao editor-chefe do *News of the World*? “Confesso que não acompanho de perto.” Não ficara intrigado com o fato de a News International ter pagado valores tão altos a Gordon Taylor e Max Clifford? “Nunca ouvi falar neles.”

James estava mais encrencado. De seu passadiço comandava as operações em Londres, onde era o responsável direto pela News International. Concordara em fazer o acordo com Gordon Taylor e encerrar o processo

porque assim o aconselharam seus advogados, mas isso era tudo que sabia. Não deixava de ser estranho um executivo torrar desse jeito 1 milhão de libras. E Clifford? “Desse caso eu não participei.” Verdade?

Uma terceira estratégia se delineou. Os dois explicaram que acharam suficientes as investigações dos outros: da Scotland Yard, apesar de seus mais altos oficiais os estarem acusando agora de terem mentido para eles; da PCC, ainda que sua presidente estivesse agora afirmando que eles mentiram para a comissão; e do Harbottle & Lewis, cuja análise de alguns poucos e-mails era agora caracterizada como uma investigação abrangente, por eles solicitada, com o fim, nas palavras de Rupert, de “descobrir o que diabos estava acontecendo”.

Não acreditei em nada do que disseram, mas mesmo assim, malgrado todos os esforços dos parlamentares, os Murdoch não cederam terreno. Eis que, de repente, ganharam um presente surpreendente: um homem à minha direita levantou-se, passou na minha frente e, em vez de ir para a porta, virou e caminhou na direção de Rupert Murdoch. Pensei que fosse bater nele e — apesar de todas as minhas lutas contra o magnata — tentei gritar para alertá-lo. Tarde demais. O homem pegou um prato de papel cheio de creme chantilly e o esfregou no rosto dele. Um ato bem idiota. Os parlamentares perderam o roteiro preparado para o interrogatório, toda a imprensa e o público foram retirados do recinto e o homem de oitenta anos atacado sem qualquer aviso prévio passou a ser visto com maior simpatia. Até aquele momento, nenhum dos lados estava vencendo, porém agora os Murdoch tinham a vantagem. Pouco depois a audiência chegou, claudicante, ao seu final. Ambos os lados estavam feridos, mas nenhum fora a nocaute.

No entanto, os problemas deles não acabaram ali. A Scotland Yard estava conduzindo uma investigação sobre três

de seus jornalistas; a polícia de Strathclyde, uma outra; e a Ofcom estava oficialmente ponderando se os Murdoch eram capacitados e dignos para ter licença de rádio e TV no Reino Unido. Nos Estados Unidos, o FBI abriu inquérito para determinar se a News Corp tinha violado o Foreign Corrupt Practices Act [Lei contra Crimes de Corrupção no Exterior], por permitir que agentes públicos do Reino Unido fossem subornados. A primeira-ministra da Austrália, Julia Gillard, determinara a revisão das leis de mídia e a subsidiária da News Corp naquele país estava apurando se ocorreram crimes em suas redações. Entretanto, o mais relevante de tudo foi o anúncio pelo primeiro-ministro de que, em alguns meses, o juiz Leveson daria início a um inquérito público, com poderes para convocar testemunhas e ordenar a abertura de arquivos e documentos, com o objetivo de esquadrihar a News International, a imprensa, a polícia e o governo. A audiência chegara ao fim, mas o show não tinha acabado.

15. Desmascarados!

Foi como assistir ao diretor da escola se dirigir aos alunos reunidos no começo do dia. Acomodado na cadeira sobre o tablado que ficava em um dos lados do salão, veste cinza-escuro, óculos sisudos, ele falou lenta e solenemente, mais lamentoso do que com raiva, às centenas de rostos silenciosos alinhados com esmero diante dele sobre o mau comportamento e a indisciplina que tinham levado à sua atenção. O juiz Leveson estava apresentando seu relatório.

Era a manhã de 29 de novembro de 2012, uma quinta-feira. Leveson fez seu pronunciamento no Centro de Conferências Queen Elizabeth II, a poucos minutos a pé do parlamento. Bem perto dali, no Tribunal dos Magistrados de Westminster, Rebekah Brooks e Andy Coulson estavam no banco dos réus para uma audiência preliminar no processo em que eram acusados de formação de quadrilha para comprar informações de agentes públicos. Dezesete meses tinham se passado desde que o *The Guardian* publicara a matéria sobre Milly Dowler.

O inquérito público de Leveson havia tomado depoimentos de 337 pessoas. Algumas do povo, gente comum, que subitamente viram suas vidas viradas de cabeça para baixo pela imprensa. Outras, ocupantes do topo da pirâmide do poder: o primeiro-ministro, três ex-primeiros-ministros, vários ministros de Estado, autoridades do governo, comandantes da polícia, investigadores, estrelas de cinema, editores de jornais e uma penca de repórteres. Todas foram interrogadas minuciosamente. Algumas foram obrigadas a revelar e-mails, históricos de mensagens de texto, anotações de trabalho.

Mais de trezentas outras entregaram declarações por escrito. Foi um exercício sem igual de exposição da face oculta da administração pública.

Alguns chegavam com pompa. Antes de Rupert Murdoch passar dois dias no banco das testemunhas, seus assessores apareceram na insípida sala adjacente à do juiz Leveson, distribuíram almofadas e flores pelo ambiente e estenderam uma toalha branca guarnecida de talheres de prata sobre a mesa velha e desgastada para a lagosta do almoço do magnata. Outros adotaram uma postura mais simples. Ed Miliband preparou seu depoimento na mesma sala, mas sem os aparatos luxuosos; apenas ao final pediu para ficar sozinho alguns minutos, durante os quais se pôde ouvir atrás da porta o som da canção “Don’t Stop Believing”, do grupo Journey, para turbinar o moral do líder trabalhista.

Algumas testemunhas chegaram a se rebelar até mesmo contra a ideia de que poderiam ser convocadas a depor. Durante os encontros preparatórios, em outubro de 2011, Kelvin MacKenzie, antigo editor do *The Sun*, postou-se diante de Leveson e usou expressões como “esse inquérito absurdo... esse maldito inquérito”. O editor do *Daily Mail*, Paul Dacre, declarou que podia sentir “o fedor azedo da hipocrisia e da vingança na atual indignação moral da classe política”. Antes mesmo de pronunciar uma única palavra em seu depoimento formal, o editor associado do *The Sun*, Trevor Kavanagh, afirmou a Leveson que seu inquérito era “uma nuvem pairando sobre a liberdade de expressão”.

Mesmo depois de iniciado o inquérito, em novembro de 2011, alguns jornais continuaram se comportando como se Leveson não os estivesse monitorando. Naquele mês, o nascimento do filho da namorada de Hugh Grant levou repórteres e fotógrafos de tabloides a cercarem sua casa com tamanha insistência, em alguns casos até agressividade, que Grant chegou a ir à justiça, obtendo uma injunção para

impedir esses atos. Ainda com o inquérito em curso, quando o garoto britânico Sebastian Bowles, de onze anos, morreu em um acidente de ônibus na Suíça, com 27 outras vítimas, em março de 2012, os jornais britânicos ignoraram os pedidos para que respeitassem a privacidade da família. Fora publicada uma foto, feita em propriedade privada, da consternada irmã do garoto, de nove anos, se preparando para levar flores para o local do acidente, bem como outras fotos extraídas da página de Sebastian no Facebook, numa aparente violação dos ajustes de privacidade da plataforma. A família do garoto morto teve de desativar seu blog depois de citações e uma foto terem sido extraídas sem consentimento. Eram tantos os repórteres acampados à porta de casa que a família foi forçada a permanecer atrás das cortinas fechadas por mais de uma semana.

Alguns jornais criticaram Leveson diretamente. Quando o ministro da Educação, Michael Gove, afirmou a jornalistas que cobriam a Câmara dos Comuns que o inquérito estava provocando um “efeito aterrador” sobre a liberdade de expressão, o juiz reclamou ao gabinete do primeiro-ministro questionando se o governo deixara de apoiar seu trabalho. O secretário de gabinete, Sir Jeremy Heywood, o encorajou a seguir adiante. Nas mãos do *The Mail on Sunday*, o fato virou matéria de primeira página, sob a manchete “Leveson ‘ameaça deixar o cargo’ devido a interferência de ministro”, afirmando que o juiz, muito bravo, ligara para o secretário de gabinete “exigindo que o ministro da Educação fosse amordaçado”.

Em alguns jornais, o tom de ameaça não tinha como alvo apenas o inquérito, mas também algumas das pessoas que se atreveram a depor voluntariamente. Um antigo repórter do *Daily Star*, Rich Peppiat, que havia relatado em detalhes a Leveson como tinha sido incentivado a inventar matérias sobre fatos inexistentes, foi questionado e denunciado por um

de seus antigos chefes na lanchonete do centro de conferências. O *Daily Mail* denunciou partes do depoimento de Hugh Grant como “difamações mentirosas”. O *Mail* também tentou, por meio de pedido de liminar à justiça, impedir que Leveson tomasse depoimentos de fontes anônimas. Não teve êxito, mas pelo menos três antigos repórteres do *Mail* recuaram e deixaram de colaborar com o inquérito por medo de prejudicar suas carreiras se fossem descobertos.

Independente desses obstáculos, em novembro de 2012, ao apresentar resumidamente seu relatório àquele grupo de jornalistas reunidos, o juiz Leveson desmascarou os jornais da imprensa britânica, expondo-os em um dos dias mais humilhantes de suas existências. Acima de tudo, ele construíra um meio para dezenas de vítimas da imprensa lhe revelarem as chantagens, intimidações, agressões premeditadas, invasões de privacidade e inverdades nefastas de que tinham sido alvo. Parte delas eram celebridades cujos telefonemas haviam sido grampeados e que tinham sido perseguidas por repórteres e fotógrafos a tal ponto que deixaram de ser livres. Os relatos mais impressionantes, no entanto, vieram de pessoas comuns.

Kate e Gerry McCann lembraram a repercussão do rapto de sua filhinha de três anos, Madeleine, durante uma viagem de férias a Portugal em maio de 2007: como jornais requestraram notícias não aferidas e sem fundamento da imprensa portuguesa, que jogavam mais dor sobre a já imensa dor, acusando-os de forma impropriedade de vender ou assassinar a própria filha. Em seu relatório, Leveson concluiu: “Foram transformados em peça de noticiário, uma moeda de troca, quase uma propriedade pública; havia poucos limites, se é que havia, para o que o povo tinha direito de saber sobre eles.”

Leveson procurou investigar o que se passara no caso da obtenção pelo *News of the World* de uma cópia do diário

peçoal de Kate McCann, no qual ela registrara toda a sua agonia, um relato tão íntimo que nem ao marido havia mostrado. A polícia portuguesa havia apreendido e traduzido o diário e permitira que um jornalista local tivesse acesso a uma cópia. O *News of the World* a comprara por um “valor significativo”, traduzira de volta para o inglês e enfrentara o grande problema jurídico de não ter o direito de publicação. O editor, Colin Myler, declarou a Leveson que seu chefe na editoria de noticiário, Ian Edmondson, tinha falado com o representante dos McCann, que autorizara a publicação. Edmondson, no entanto, contou uma história diferente; na sua versão, Myler lhe pedira que entrasse em contato com o porta-voz dos McCann, instruindo-o a deixar tudo “muito vago”, e especificamente a não dizer que o jornal tinha uma cópia do diário completo, por medo de os McCann se anteciparem e conseguirem a proibição da publicação na justiça. Para Leveson, isso era uma “prova devastadora”. Gerry McCann disse que sua mulher ficou “atormentada e sentiu-se moralmente estuprada”.

Margaret Watson, cuja filha de dezesseis anos fora morta a facadas por outra estudante, descreveu como o *The Glasgow Herald* caracterizara a jovem como esnobe e truculenta. Lembrou-se também da dor que isso provocou nela, em seu marido e também no filho que lhe restara: “O nosso querido filho Alan não suportou tudo isso e tirou a própria vida. Foi encontrado segurando cópias dos artigos.”

De Christopher Jefferies, Leveson ouviu o relato de como repentinamente se transformara em vítima dos tabloides por ser o senhorio de uma jovem, Joanna Yeates, assassinada no Natal de 2010. Detido como suspeito, foi liberado sem ser denunciado; o verdadeiro assassino foi preso três semanas depois. No entanto, nesse meio-tempo os jornais haviam publicado o que Jefferies descreveu como uma “mistura de calúnia, insinuações e pura ficção” sobre ele, na prática

sentenciando que ele era o assassino. Essas matérias não apenas eram difamatórias (Jefferies processou oito jornais, de um total de quarenta) como também poderiam ter influência em qualquer julgamento que ele tivesse de enfrentar. Tempos depois, o *The Sun* e o *Daily Mirror* seriam multados por obstrução da justiça, com o juiz caracterizando Jefferies como “a mais recente vítima da sistemática caça às bruxas e assassinatos de personalidade praticados pelos piores elementos da imprensa sensacionalista britânica”.

As histórias dessas vítimas constituíram a base sobre a qual Leveson construiu seu relatório. Dirigindo-se à sua silenciosa audiência naquele dia, ele afirmou que o objetivo do inquérito não tinha sido apenas fazer recomendações, mas também “expor com exatidão o que vinha ocorrendo”. Ele não estava desacompanhado em seu esforço. À medida que avançavam as investigações da Scotland Yard, os trabalhos de duas comissões especiais e outros processos na justiça, novos detalhes continuavam a vir à tona, ameaçando expor de maneira inédita o mundo secreto da elite do poder.

* * *

A ameaça a James Murdoch começou com uma discreta mensagem de texto enviada às 16h37 de 19 de julho de 2011, quando ele e seu pai enfrentavam o mar encrespado da audiência perante a comissão especial de mídia do parlamento, cujos membros alegavam que eles sabiam dos crimes cometidos no *News of the World* e tinham armado um plano de acobertamento.

Acompanhando do canto da sala, eu podia ver os parlamentares tentando repetidas vezes balançar o barco dos Murdoch sem nunca realmente aderná-lo. Vários chegaram perto, questionando James acerca de sua decisão de pagar uma vultosa indenização a Gordon Taylor em 2008. Era óbvio

que ele devia ter sido informado que o advogado de Taylor, Mark Lewis, encontrara indícios de ilegalidade. Mas James estava bem preparado e alegava que concordara pagar apenas porque essa fora a orientação de seu advogado, sem procurar se aprofundar nos motivos. Percebi que os parlamentares precisavam apertar mais. Lembrava-me de eu próprio ter estado diante dessa mesma comissão e de ter distribuído o documento que salvou minha pele.

Discretamente, pesquei o telefone de dentro do bolso, localizei o número de Tom Watson, que estava na outra extremidade da sala, e enviei-lhe uma mensagem: “James sabia do e-mail para Neville? Se não sabia, por que fazer o acordo de conciliação com Taylor? Se sabia, por que não contou à polícia?”

Consegui atrair o olhar de Watson e fiz um gesto de quem leva um telefone ao ouvido. Ele aquiesceu. Fiquei esperando. O idiota do creme chantilly interrompeu a sessão, mas, na volta, quando os parlamentares retomaram o trabalho, Watson interveio para colocar mais uma pergunta para James Murdoch: “Quando você autorizou o pagamento de Taylor, sabia, ou tinha sido informado, do e-mail ‘para Neville’, o conteúdo da transcrição das mensagens de voz interceptadas?”

James disparou de imediato sua resposta: “Não, eu não tinha conhecimento disso naquele momento.”

Ele tinha se comprometido. Estava vulnerável.

No dia seguinte, meu colega David Leigh ligou para Tom Crone, que havia trabalhado nos pormenores do acordo com Taylor, e o exortou a revelar o que sabia. Crone não tinha motivos para gostar de nós e respondeu apenas que pensaria no assunto. Na noite seguinte, ele e Colin Myler divulgaram uma declaração conjunta: “Apenas com a finalidade de esclarecer os fatos levantados na audiência da comissão na terça-feira, gostaríamos de enfatizar que estava equivocada a

lembração de James Murdoch ao declarar o que lhe foi dito quando aceitou fazer o acordo para encerrar o processo de Gordon Taylor. A verdade é que nós o informamos sobre o e-mail 'para Neville', que tinha sido mostrado a nós pelos advogados de Gordon Taylor.”

O barco de James Murdoch estava virando. Considerando que Crone e Myler estivessem certos, deduz-se que, por mais de dois anos, James havia escondido que sabia dos crimes. Enquanto ele lutava para manter a cabeça fora d'água, a Comissão Especial de Mídia conseguiu desencavar uma série de novas descobertas que ameaçavam empurrá-lo para o fundo.

Foi descoberto que em maio de 2008 Myler se reunira com James para discutir o processo de Gordon Taylor e tinha em mãos o parecer por escrito de Crone de que o e-mail para Neville era “fatal para nossa defesa”. No mês seguinte, Myler e Crone, juntos, se reuniram com ele uma segunda vez. Nas palavras de Crone: “Como o documento ‘para Neville’ era a única razão para fazermos o acordo de conciliação e, portanto, para fazermos aquela reunião, não tenho dúvida de que informei o sr. Murdoch sobre sua existência, sobre o que era e de onde viera.” Os dois afirmaram que James protelara porque queria ter a opinião do jurista Michael Silverleaf, que, com efeito, reportou em seu parecer que o e-mail para Neville “revelou que pelo menos três jornalistas parecem ter estado envolvidos intimamente nos esforços do sr. Mulcaire de fazer pesquisas ilícitas nos assuntos particulares do sr. Taylor” e que o *News of the World* dera guarida para “uma cultura de acesso ilegal a informações”.

Continuaria James Murdoch insistindo que havia feito o acordo com Gordon Taylor sem estar a par dessas evidências? Diante das novas revelações, ele mudou sua versão. Intimado pela comissão, deu um segundo depoimento

em 10 de novembro de 2011. O presidente, John Whittingdale, o questionou:

— Mesmo que não tivesse a identificação “para Neville”, você foi informado da existência de um e-mail contendo transcrições de mensagens de voz interceptadas, que, nas palavras de Tom Crone, era “fatal” para sua defesa?

— Sim — respondeu.

Era uma contradição direta ao “não” dado quatro meses antes a Tom Watson, que lhe perguntara se sabia do “e-mail para Neville” com a transcrição das mensagens de voz ilegalmente interceptadas.

Mais adiante no depoimento, afirmou que entendia que esse e-mail era bastante prejudicial à linha de defesa que implicava que ninguém além de Clive Goodman estivera envolvido. Para qualquer observador, isso deveria bastar: desde junho de 2008, o presidente-executivo da News International tinha conhecimento de que a versão do “repórter desonesto” não correspondia à verdade, mas ele não contara a ninguém: nem ao parlamento, que fora enganado, nem à polícia, que obviamente não tinha prendido ninguém além de Goodman, e tampouco aos acionistas, apesar de sua obrigação legal de transparência.

James Murdoch fez um vigoroso exercício de contorcionismo. Ele sabia de uma “transcrição de interceptações de mensagens de voz que haviam sido feitas em nome do *News of the World*”, admitia agora, mas não sabia que tinha sido feita “para Neville” e, portanto, não tinha conhecimento de que outra pessoa estivesse implicada e que seria necessário investigar mais a fundo. Era muito difícil entender como Mulcaire poderia estar obtendo ilegalmente mensagens de voz para o *News of the World* sem que algum ser humano no jornal estivesse envolvido.

Impávido, seguiu mostrando sua flexibilidade. Entendia que aparentemente discutira o caso Taylor com Colin Myler em

maio de 2008, mas não se lembrava disso e, portanto, não se lembrava de ter recebido alguma prova “fatal” que Crone entregara a Myler. Por fim, sim, ele admitia ter resolvido esperar pela opinião de Michael Silverleaf antes de decidir sobre o acordo com Taylor, mas, alegou, acabou fazendo o acordo de conciliação sem ter lido o parecer que havia solicitado.

Além disso, afirmou, seu desconhecimento das evidências do caso Taylor não terminou em 2008. Ele continuava sem saber de nada em julho de 2009, depois de o *The Guardian* estampar em sua primeira página, e até mesmo depois de, na semana seguinte, o jornal entregar o e-mail “para Neville” à Comissão Especial de Mídia. Alegou que Rebekah Brooks estava cuidando de tudo, já que passara a ser CEO em junho de 2009. Isso era uma imprecisão factual: a nomeação de Rebekah tinha sido anunciada em junho de 2009, no entanto ela só assumira efetivamente em setembro.

Para além disso tudo, declarou que, apesar do alvoroço público deflagrado pela matéria sobre o acordo com Taylor, ele não havia parado para se perguntar por que sua empresa concordara pagar um milhão de libras a Max Clifford para que encerrasse o processo contra eles. Também isso estava a cargo de Rebekah Brooks. “Foi discutido comigo em termos genéricos, mas não do ponto de vista de uma autorização”, afirmou à comissão.

Terminada a audiência, James seguia se debatendo na água, mas continuava vivo. A comissão obteve então mais uma prova que parecia contradizê-lo. A News Corp revelou que, em meio às reuniões com Crone e Myler, James havia participado de uma troca de e-mails que incluía uma mensagem de Myler informando que “infelizmente, como temíamos, é bastante grave” e também uma de Crone explicando que “sabíamos e utilizamos informações extraídas de mensagens de voz captadas por Glenn Mulcaire”. James

respondera sucintamente minutos depois. Confrontado com essa prova, o herdeiro escreveu para a comissão e alegou que, apesar de ter respondido, não tinha lido o texto a ele enviado. Indicou que isso acontecera porque tinha recebido o e-mail em um sábado: “Eu devia estar sozinho com meus dois filhos.” Apesar das atribuições com os cuidados com as crianças, ele tinha pedido a Myler que ligasse para ele em casa no fim de semana.

Mark Lewis, que fora figura central no caso Taylor, foi convocado para nova audiência e foi direto na ferida: “Acho que James Murdoch gostaria de passar a impressão de que foi levemente incompetente em vez totalmente desonesto.” No relatório final, divulgado em 1º de maio de 2012, a comissão também empregou expressões fortes. Concluiu que era “extraordinário” que James tivesse autorizado um acordo conciliatório tão vultoso sem conhecer as provas que o provocaram e “simplesmente espantoso” que não tivesse compreendido que a defesa baseada na tese do “repórter isolado” tinha virado pó.

Ao final disso tudo, James Murdoch ainda podia insistir que não ficara provada sua participação em um acobertamento, mas o dano causado à sua credibilidade e reputação era grave. Em Nova York, foi marginalizado. “Graças ao sobrenome Murdoch, ele pode convocar reuniões onde as pessoas estão sempre desejosas de atualizá-lo sobre as novidades dos negócios”, disse um executivo de alto escalão da News Corp, “mas não avança em nada, não tem uma função”. Seu aliado Beryl Cook deixou o cargo de chefe de recursos humanos. Seu braço direito, Matthew Anderson, também se demitiu. Na contagem regressiva para a divulgação do relatório da Comissão Especial de Mídia, o próprio James renunciou aos seus dois cargos no Reino Unido, de presidente-executivo da News International e presidente da BSkyB.

* * *

Para Rupert Murdoch, a ameaça de um escândalo nunca foi tão real.

A exemplo de seu filho, ele também se viu enroscado em problemas na Comissão Especial de Mídia; um deles nasceu de sua alegação de que o escritório de advocacia Harbottle & Lewis tinha sido contratado para “descobrir que diabos estava acontecendo”. Isso foi enfaticamente negado por Daniel Cloke e Jon Chapman, os dois executivos da News International que contrataram os advogados. Também foi negado pelo próprio escritório Harbottle & Lewis, que declarou à comissão: “Não houve qualquer pedido ao escritório para dar à News International um atestado de boa conduta que anos mais tarde poderia ser utilizado por ela em contextos inteiramente diferentes e para propósitos inteiramente diferentes.”

O magnata se viu ainda mais enroscado quando, intimado como testemunha pelo Inquérito Leveson, passou dois dias sob artilharia pesada por suas relações com políticos importantes do Reino Unido e por seu comportamento no escândalo das escutas. Ele negou quaisquer delitos. Disse que nunca tinha pedido favores a político algum e simplesmente negou ter conhecimento dos fatos relativos às escutas ilegais. Argumentou que, na verdade, era ele a vítima original do acobertamento dentro da News International. Seu depoimento foi recebido com evidente ceticismo. Saiu da audiência ferido e apequenado, mas, no saldo final, sua linha de defesa não estava tão prejudicada.

Entretanto, ele estava diante de uma ameaça mais destrutiva, oriunda de uma acusação muito mais grave: que ele dirigia uma corporação desonesta. O escândalo das escutas provou ser apenas uma parte bem delimitada de um padrão dominante.

Um dos mais importantes executivos de jornal de Murdoch, Andrew Langhoff, demitiu-se do cargo de diretor do Dow Jones para a Europa depois de o *The Guardian* revelar que o *The Wall Street Journal* vinha repassando dinheiro para outras empresas para que comprassem em segredo milhares de exemplares do próprio jornal, enganando assim leitores e anunciantes em relação à sua verdadeira circulação, e, em outra frente, favorecendo editorialmente uma das empresas do grupo, comprometendo assim sua credibilidade.

O *The New York Times* expôs os pormenores de como uma das subsidiárias americanas, a News America, cujo negócio era vender publicidade em prateleiras de supermercados, fora acusada de prejudicar uma rival, a Floorgraphics, ao invadir seus computadores a fim de roubar informações sobre seus planos e clientes. Graças a um acordo extrajudicial de pagamento de indenização pela News Corp, o processo foi evitado, impedindo que os fatos chegassem aos tribunais. Também foram feitos acordos com duas outras empresas, Valassis e Insignia, que acusaram a News America de fazer uso de ameaças, propinas e difamação para tentar roubar seus clientes. A News Corp desembolsou um total de 650 milhões de dólares para silenciar os três processos. Era um paralelo constrangedor com os problemas de James Murdoch no caso de Gordon Taylor, quando a News Corp recusou-se a dizer se Rupert Murdoch estava ciente dos atos delituosos quando autorizou esses acordos.

O programa *Panorama*, da BBC, investigou denúncias envolvendo a NDS, outra subsidiária da News Corp, crucial para o sucesso de Murdoch no negócio de TV paga. A empresa usava um sistema de embaralhamento de dados do exército israelense para encriptar o sinal transmitido pelo satélite da News Corp para milhões de domicílios. Sem a encriptação, clientes potenciais poderiam utilizar o serviço sem pagar. Pessoas que trabalharam com Murdoch afirmam

que ele participava ativamente dos negócios da NDS. Segundo o *Panorama*, no final dos anos 1990 a NDS não apenas encriptara o sinal da Sky como também sabotara os negócios de sua maior concorrente, a ITV Digital, contratando um hacker para roubar e distribuir códigos que permitiam às pessoas assistir à ITV Digital sem pagar. A concorrente acabou falindo. A News Corp negou as informações do programa. Acusações similares foram feitas em 2002 pelo Canal Plus, TV por assinatura da França, que processou a empresa. Também essas acusações foram negadas. Uma audiência onde os fatos poderiam ter sido expostos foi cancelada depois que a News Corp comprou a parte do Canal Plus que estava no centro do imbróglio.

Uma subsidiária de Murdoch na Rússia, a News Outdoor, dedicada à venda de publicidade em painéis, foi acusada de subornar autoridades locais. O escritório do *The Wall Street Journal* na China foi acusado de pagar propinas para obter informações. A impressão que ficava era que mexer em qualquer canto da News Corp revelava novos indícios de violações de regulações ou de ilícitos, expondo uma empresa que seguia apenas uma lei: vencer. Mesmo no mundo dos esportes, o conglomerado precisou trapacear para vencer, como quando infringiu as regras da liga australiana de rúgbi ao pagar perto de 4 milhões de dólares em complementos salariais secretos a jogadores do time de Murdoch, o Melbourne Storm. (Deu certo: o time conquistou quatro títulos da primeira divisão.)

A imagem que se delineava era a de uma empresa fraudulenta que prosperava justamente devido a sua truculência: quanto mais dinheiro ganhava, mais poder conquistava, mais dinheiro podia ganhar. Não importava que fosse movida a imoralidade. O que importava mesmo era a última linha do balanço.

Embora tivesse se livrado das acusações de acobertamento de crime na News International, Murdoch foi criticado por negligência na direção de seu negócio. Em sua conclusão, o juiz Leveson afirmou que constataria “uma séria falha de governança no *News of the World*, na News International e na News Corporation”.

A Comissão Especial de Mídia foi mais longe e afirmou que Rupert Murdoch “havia fechado os olhos e intencionalmente deixara de ver o que estava acontecendo em suas empresas e publicações. Na nossa avaliação, essa cultura permeava as empresas em todas as suas instâncias, desde a alta direção, e expõe de maneira gritante a falta de governança corporativa na News Corporation e na News International. Concluímos, portanto, que Rupert Murdoch não é uma pessoa apta para administrar uma importante companhia internacional”.

A reputação de Murdoch estava profundamente abalada. Em gesto de grande significado simbólico, a Igreja Anglicana cumpriu sua promessa de anular seu envolvimento com a News Corp em agosto de 2012, ao se desfazer de todas as ações da empresa que possuía. A festa de verão dos Murdoch, em Londres, que se tornara uma espécie de peregrinação anual no calendário da elite do poder do Reino Unido, foi cancelada. Um grupo de investidores institucionais liderado pelo Amalgamated Bank processou a empresa pela má gestão do caso das escutas e pela compra da emissora de TV de Elisabeth Murdoch, a Shine, e em abril de 2013 forçou a News Corp a aceitar a nomeação de mais diretores independentes, a implantação de um canal aberto para denúncias, o acompanhamento de suas atividades políticas e, provavelmente, que Rupert Murdoch deixasse de ser ao mesmo tempo presidente do conselho e CEO. Além disso, o grupo de investidores recebeu indenizações somando 139 milhões de dólares.

O escândalo provocou outros estragos financeiros em Londres. No ano seguinte ao da matéria sobre Milly Dowler, a News Corp pagou 224 milhões de indenização e honorários de advogados e outros consultores. Houve estragos também no seio da família de Murdoch e em seu sonho de entregar a presidência a um dos filhos. A revista *Vanity Fair* noticiou que em 8 de setembro de 2011, três meses depois de estourar o escândalo, Murdoch e seus filhos se reuniram em seus iates nas águas de Ibiza. A família permanecia dividida. De acordo com um alto executivo do grupo, Rupert e James mal se falavam. O fosso que separava Elisabeth e James se tornaria público um ano mais tarde, na palestra proferida por ela no festival de TV de Edimburgo, criticando o posicionamento audacioso de seu irmão no mesmo evento três anos antes, que afirmou que sem lucro não há independência. Ela ressaltou a ausência de discursos com preocupações morais nos mundos da política e dos negócios. “O lucro sem uma intenção é a receita para a catástrofe”, disse.

Elisabeth declarou que não faria parte do conselho de administração da News Corp nem pretendia suceder seu pai. O irmão mais velho de James, Lachlan, já tinha saído do ninho de cobras de Nova York. James ficou. Desprestigiado, sem credibilidade, sem poder.

* * *

Desmascarar é uma coisa, vencer é outra. Mesmo com a verdade sobre a vida secreta da elite do poder vindo à tona, parecia que ela ainda não estava pronta para mudar de hábitos.

Todos os que participaram do esforço para expor o escândalo das escutas viviam com uma nuvem de medo de se tornar alvos dos jornais de Murdoch sobre as cabeças. Com efeito, nos meses seguintes à matéria sobre Milly Dowler,

surgiram fortes indícios de que tentaram punir algumas dessas pessoas, usando de sua arma favorita: bisbilhotar suas vidas sexuais.

A animosidade entre Tom Watson e o *The Sun* era antiga — remontava a 2006, quando Watson pressionou para que Gordon Brown substituísse Tony Blair como primeiro-ministro. Ele revelou ao Inquérito Leveson que, durante a convenção do Partido Trabalhista daquele ano, em Manchester, fora abordado pelo editor de política do *The Sun*, George Pascoe-Watson, que lhe dissera que “Rebekah nunca vai perdoá-lo pelo que fez com Tony” e também que “Rupert Murdoch nunca esquece”. Três anos mais tarde, sob a editoria de Rebekah, o *The Sun* publicou uma série de matérias em que o chamavam de “Tom dos dois pratos” e cachorro louco, acusando-o indevidamente de fazer parte de um complô para publicar matérias difamatórias sobre parlamentares do Partido Conservador. Watson processou o jornal por calúnia e recebeu uma vultosa indenização.

Então veio à tona que, no outono de 2009, o *The Sun* e o *News of the World*, à época investigados por Watson e seus colegas da Comissão Especial de Mídia, voltaram a apontar suas lentes contra o parlamentar. Watson afirma que foi alertado por várias pessoas de que Rebekah Brooks andava reclamando dele. Segundo uma fonte no *The Sun*, ela convocou repórteres para perguntar se sabiam de “alguma sujeira” sobre ele. Não sabiam, mas o *News of the World* ouviu rumores de que ele estava tendo um caso. Parecem ter partido de um famigerado repórter “secreto”, Mazher Mahmood, que enviara à redação um e-mail com o título “Escândalo sexual trabalhista” como assunto, em que afirmava: “Neste exato momento, Tom Watson está transando” com uma mulher asiática do Partido Trabalhista. O jornal pediu então ao perito em monitoramento e vigilância Derek Webb que colasse em Watson durante os cinco dias da

convenção do Partido Trabalhista, em 2009, em busca de confirmação. Nada foi descoberto. A história era falsa. Colin Myler teve que se contentar em passear pela convenção dizendo que o parlamentar encenqueiro era um “gordo filho da puta” quando estava perto dele.

Revelou-se também que o *News of the World* usara Derek Webb para dirigir duas operações a fim de vigiar advogados de vítimas de escutas ilegais. A primeira delas, em março de 2010, teve como alvo Mark Lewis, que buscava novos clientes para processar a News International depois que a empresa conseguiu suspender o processo de Max Clifford. O *News of the World* recorreu a Webb, que localizou a ex-esposa e a filha de Clifford e as filmou em segredo enquanto visitavam lojas locais. Não se sabe ao certo por que fizeram isso. O segundo caso de vigilância foi em janeiro de 2011 e o alvo foi Charlotte Harris, cujo processo com Sky Andrew ameaçava destruir as defesas restantes da News International. Uma vez mais, Webb foi convocado para segui-la, aparentemente em busca de indícios de que ela estava tendo um caso com um advogado de Manchester. Ela nunca havia encontrado o tal advogado. Questionado pela Comissão Especial de Mídia, Tom Crone admitiu ter visto informações apuradas sobre Lewis e Charlotte. “Dizem respeito a suas vidas privadas”, confessou.

Se de um lado todas essas tentativas foram infrutíferas, de outro é inegável que a News International conseguiu levar caos absoluto à vida do único parlamentar de peso que se manifestou abertamente sobre o escândalo das escutas ilegais antes da publicação da matéria sobre Milly Dowler: Chris Huhne. Ele era o porta-voz do Partido Liberal-Democrata para assuntos de segurança quando o *The Guardian* publicou a matéria sobre Gordon Taylor. Huhne atormentou insistentemente a empresa para que dissesse a verdade. Em junho de 2010, quando se tornou ministro de

Energia e Meio Ambiente na nova coalizão governamental, o *News of the World* noticiou que ele estava tendo um caso extraconjugal. Ele acabou largando a esposa, Vicky Pryce, que, por vingança, contou ao *The Sunday Times* que em 2003 o marido a convencera a permitir que fossem imputados na habilitação dela os pontos relativos a uma infração de excesso de velocidade por ele cometida. O *The Sunday Times*, em decisão controversa, entregou à polícia a troca de e-mails com Vicky Pryce, revelando ser ela sua fonte e causando ainda mais problemas para Huhne. Não se pode afirmar com certeza se a hostilidade da empresa em relação a Huhne contribuiu para essa decisão. Seja como for, em março de 2013, Huhne e Vicky foram presos por obstrução da justiça. A carreira política de Huhne foi destruída.

Em paralelo, Gordon Brown, que havia criticado publicamente a News International depois da matéria sobre Milly Dowler, passara a ser alvo de uma série de matérias agressivas no *The Times*, no *The Sunday Times* e no *The Sun*. Por serem inverídicas, os três jornais de Murdoch foram obrigados a publicar em seis meses um total de oito pedidos de desculpas. James Harding, que teria enfurecido Rupert Murdoch por publicar um editorial criticando a escuta da caixa de mensagens de voz de Milly Dowler, foi subitamente tirado do posto de editor-chefe do *The Times*. David Cameron, até pouco antes o queridinho da News International, foi vilipendiado pelo *The Sun* depois de pedir a demissão de Rebekah Brooks e instalar o Inquérito Leveson.

Nos meses seguintes à matéria sobre Dowler, Amelia Hill foi alertada de que o *The Sun* estava tentando rastrear antigos parceiros seus com o objetivo de fazer uma reportagem sobre sua vida sexual. Eu mesmo fui avisado de que o jornal, visando me atingir, havia montado uma “força-tarefa” que estava entrando em contato com ex-alunos de minhas aulas de técnicas de reportagem em busca de declarações sobre

supostas dicas minhas sobre o uso de artimanhas ilegais ou minhas supostas tentativas de sedução. Acontece que eu não tinha feito nada disso.

O *The Sun* declarou guerra ao *The Guardian*. Em novembro de 2011, a colunista do *The Guardian* Marina Hyde escreveu que o *The Sun* havia despachado um repórter para fazer plantão na frente da casa de uma advogada-assistente do juiz Leveson, Carine Patry Hoskins, sugerindo que o ato era equivalente a “defecar na mesa de trabalho do juiz fazendo sinal de positivo com o polegar”. A alegação de Marina Hyde estava incorreta. O jornal publicou nota admitindo o erro e fazendo a correção, mas o chefe de redação do *The Sun*, Richard Caseby, respondeu mandando um rolo de papel higiênico para Alan Rusbridger com um recado: “Soube que Marina Hyde cagou na sua mesa de trabalho. Bem, sintá-se à vontade para usar isso para limpar a bunda dela.”

No início do mês seguinte, em dezembro de 2011, um oficial graduado da polícia me contou novidades importantes: a Operação Weeting tinha descoberto novas provas relacionadas à invasão da caixa de mensagens de Milly Dowler e parecia que talvez o *News of the World* não tivesse deletado as mensagens que deram aos pais de Milly falsas esperanças de que ela estava viva. Era uma notícia ruim. Tinha sido essa matéria que detonara uma reação em cadeia que colocara o escândalo na ordem do dia. O caso era notícia no mundo inteiro. Se uma parte importante da nossa matéria se revelasse frágil, não havia dúvidas de que Caseby, os jornais de Murdoch e outros inimigos que fizemos na imprensa britânica começariam logo a nos infernizar.

Passei a semana seguinte tentando entender o que havia acontecido. Obtive algumas boas notícias. A polícia confirmara todos os outros pontos da nossa matéria: o *News of the World* tinha mesmo invadido a caixa de mensagens da

garota, a polícia de Surrey soube do caso à época, mas nada fez (porque a imprensa era “intocável e superpoderosa”, segundo a descrição de um policial tempos depois), e era muito provável que o jornal tivesse grampeado também os telefones dos investigadores escalados para tentar encontrar a menina. Confirmou-se também que Steve Whittamore tinha sido contratado pelo jornal para obter de forma ilícita informações confidenciais sobre a família dela e, por fim, que falsas esperanças tinham sido dadas à senhora Dowler quando repentinamente mensagens foram apagadas da caixa de mensagens do celular de Milly. Mas como isso tinha acontecido?

Vasculhando os arquivos empoeirados da polícia de Surrey, descobri que os investigadores da Operação Weeting tinham encontrado novos indícios de que os tais apagamentos de mensagens de voz haviam ocorrido antes de Glenn Mulcaire ser instruído a invadir o telefone de Milly, e era muito mais provável que elas tivessem sido apagadas graças a um dispositivo automático do sistema de mensagens de voz de Milly, que as removia 72 horas depois de deixadas, mesmo se não tivessem sido ouvidas.

O quadro era confuso. Havia evidências de que Neville Thurlbeck declarara à polícia de Surrey que ele mesmo obtivera o código PIN de Milly e que alguém poderia ter ouvido os recados muito antes de Mulcaire ser instruído a fazê-lo. Outros documentos revelaram que a polícia de Surrey tinha desligado o sistema de exclusão automática no quarto dia após o desaparecimento da garota e, no entanto, parecia que algumas mensagens tinham sido apagadas manualmente depois disso, durante o período em que o *News of the World* com certeza estava monitorando o telefone. Na época, a polícia suspeitou de que jornal estivesse apagando as mensagens. De fato, três semanas depois de publicarmos nossa matéria, policiais de Surrey procuraram os Dowler para

dizer que, embora não tivessem evidências neste sentido, julgavam “completamente razoável e absolutamente possível” a convicção da sra. Dowler de que o jornal era o responsável por aquele momento de esperança infundada que sentira. Mas o resumo da ópera era simples: devido às novas evidências, sérias dúvidas foram levantadas sobre uma parte da nossa matéria. O fato de esses novos indícios só terem surgido meses depois da reportagem não fazia nenhuma diferença.

Em 12 de dezembro de 2011, o representante da Polícia Metropolitana fez uma breve declaração ao Inquérito Leveson concluindo ser improvável que o *News of the World* tivesse sido responsável por dar à senhora Dowler um momento de falsa esperança.

Como esperado, seguiram-se dias de ataques pesados e intensos, descritos pelo advogado dos Dowler como uma “tempestade de inverdades”. O que antes era dúvida séria foi convertido em certeza de que havíamos cometido uma barriga e mesmo de que o fizéramos deliberadamente. Richard Caseby declarou a uma comissão da Câmara dos Comuns que Alan Rusbridger “efetivamente exagerara nas cores para transformar suas investigações em um escândalo”. Um colunista do *The Sunday Times* teve a ousadia de escrever que o *The Guardian* “tinha inventado”. A inconsistência de uma parte da história se transformou, nas palavras de Kelvin MacKenzie, na certeza de que todo o conteúdo da matéria sobre Milly Dowler estava errado. Acreditava-se que o impacto desse detalhe específico tinha sido responsável pela implantação do Inquérito Leveson e pelo fechamento do *News of the World*; a esse respeito, Caseby observou: “A afirmação falsa do *The Guardian* foi a responsável direta por duzentas pessoas ficarem sem trabalho.”

Em contraste com esses ataques, a Operação Weeting havia entregado um relatório detalhado ao Inquérito Leveson sugerindo que “não é possível chegar a uma conclusão

definitiva e talvez nunca seja”. Meses depois, o juiz Leveson escreveu: “Permanece inequívoco o fato de que o *News of the World* interceptou o telefone de uma estudante morta. A revelação dessa história chocou a consciência pública de uma forma que outros episódios de interceptação de telefones não conseguiram e também deu força à onda de clamores para que se investigasse e esclarecesse uma prática antiética e ilegal que vitimara literalmente milhares de pessoas. Nesse contexto, se o *News of the World* foi ou não responsável pelo momento de ‘falsa esperança’ é quase irrelevante.”

Apesar disso, à época era frustrante e assustador estar no centro de uma tempestade de agressões, ainda mais porque não era inteiramente sem razão. Exagero e hostilidade à parte, o fato é que eu havia afirmado uma coisa que parecia ter se provado errada. Isso já era ruim o bastante. E o pior: eu havia exposto o *The Guardian* ao tipo de ataque que, em linhas gerais, conseguíamos evitar com grande sucesso até aquele momento.

No fim daquela semana, caminhando pela minha cidade, percebi uma senhorinha vestindo casaco marrom comprido acenando para mim, me chamando do outro lado da rua. Eu nunca a tinha visto antes, mas atravessei em sua direção e disse olá. Para minha surpresa, ela pousou as mãos com delicadeza em meus ombros e elogiou-me com palavras muito gentis a respeito do meu trabalho sobre as escutas telefônicas. Agradei e disse que tínhamos feito alguns inimigos odiosos que estavam formando uma fila para arrancar nossa pele. Ainda com as mãos nos meus ombros, ela olhou-me nos olhos, sorriu e disse baixinho: “Bem, eles que se fodam.” Pareceu-me um ótimo conselho.

A história completa das atividades do *News of the World* no caso Dowler veio à tona tempos depois. Não apenas o jornal tinha usado Mulcaire e Whittamore para obter informações

ilegalmente como também tinha interferido duas vezes na investigação policial.

A primeira foi depois de terem ouvido um recado deixado por uma agência de empregos, que parecia estar propondo a Milly uma entrevista. Na verdade, a agência estava tentando entrar em contato com uma mulher ganesa chamada Nana, cujo número de telefone era quase idêntico ao de Milly — apenas um dígito era diferente. Em vez de avisar a polícia sobre o que considerava ser uma pista muito importante, o jornal decidiu encontrar a garota desaparecida por conta própria. Sob o comando de Neville Thurlbeck, um esquadrão de sete repórteres e fotógrafos acantonou-se em torno da fábrica onde ela supostamente apareceria para a entrevista. Como ela nunca apareceu, um repórter, passando-se por mãe de Milly, ligou para a agência para ter mais informações; outro jornalista ligou dizendo trabalhar com a polícia, e Stuart Kuttner ameaçou destruir a agência se ela não cooperasse. Foi só depois de todos esses esforços para descobrir os fatos por conta própria terem fracassado que eles decidiram contar à polícia de Surrey que acreditavam saber onde estava a garota desaparecida. Um repórter entrou em contato com a polícia de Surrey, reproduziu por telefone a mensagem de voz roubada e insistiu para que confirmassem a informação. Kuttner enviou e-mail similar, citando mensagens de voz e ratificando que “tinha 110% de certeza” de que Milly tinha se candidatado ao emprego.

A segunda interferência deu-se quando o *News of the World* e o *The Sun* afirmaram à polícia que tinham intenção de oferecer alta recompensa por informações sobre Milly. A polícia respondeu que não era uma boa ideia, já que teria de deslocar pessoal para atender as chamadas e temia que algumas delas seriam fraudulentas. Depois de semanas de impasse, a polícia foi informada de que o *News of the World* iria adiante com o plano “com ou sem concordância”. Ambos

os jornais passaram a oferecer a recompensa, gerando cerca de seiscentas ligações para a polícia de Surrey, nenhuma das quais levou a novas linhas de investigação.

Richard Caseby continuou sua campanha. O alvoroço em torno dos apagamentos das mensagens da caixa de Milly Dowler tinha perdido fôlego quando a Operação Elveden prendeu um detetive por suspeita de passar informações para um jornal. Era o investigador-chefe April Casburn, que mais tarde viria a ser preso por tentar vender para o *News of the World* informações privilegiadas sobre o trabalho da Scotland Yard no caso das escutas telefônicas. Acontece que Caseby presumiu equivocadamente que se tratava de uma pessoa que vinha ajudando o *The Guardian* e enviou um e-mail para Rusbridger: “Olá, Alan. Soube que a fonte de Amelia Hill na Operação Weeting acabou de ser presa. Ela deve estar muito chateada; afinal, eram tão próximas. Algumas pessoas do *The Guardian* dizem que próximas demais.” Também nesse ponto ele estava equivocado.

Nos bastidores, a Scotland Yard tinha de lidar com a Comissão de Gestão e Padrões de Conduta, criada por Rupert Murdoch em julho de 2011 para “cooperar integralmente com todas as autoridades” nas investigações de seus jornais. Nem sempre era fácil.

No início de 2012, por iniciativa própria, essa comissão começou a auditar o *The Sun* e entregou documentos que levaram a duas prisões coletivas de dez pessoas que ocupavam ou haviam ocupado cargos de direção no jornal. As detenções foram recebidas com ruidoso repúdio liderado por Trevor Kavanagh, que usou sua coluna no *The Sun* para denunciar que aquilo era uma caça às bruxas contra uma atividade jornalística legítima, acrescentando “não haver nada indecoroso e, pelo que sabemos neste momento, nada ilegal”. Ele estava errado. Porém, o ataque seguinte da imprensa britânica foi tão forte que a Scotland Yard abandonou seus

planos de fazer nova prisão coletiva de jornalistas do *The Sun* e passou a prendê-los um a um, mais discretamente.

Em paralelo, a Comissão de Gestão e Padrões de Conduta entregou provas que levaram à prisão de policiais, agentes penitenciários e outros servidores públicos que foram acusados de receber propinas do *The Sun*. Curiosamente, entre eles estava o superintendente de investigações Dave Cook. Ele fora uma fonte do jornal, mas nunca recebera dinheiro por isso. No entanto, tornara-se uma pedra no sapato da News International devido ao seu descontentamento com o *News of the World*, que passara a vigiá-lo quando ele começou a participar da investigação da morte de Daniel Morgan, e aos fatos de ter processado o jornal por hackear seu telefone e de ter se oferecido para depor no Inquérito Leveson a respeito das ligações da empresa com a rede de corrupção de Jonathan Rees. Cook foi preso pela corregedoria depois de a Comissão de Gestão e Padrões de Conduta entregar e-mails mostrando que ele tinha passado informações a um repórter do *The Sun*. À época da publicação original deste livro, mais de dois anos depois de sua prisão, os promotores ainda não haviam decidido se ele deveria ser ou não ser denunciado criminalmente.

Ao mesmo tempo, de acordo com atas de reuniões entre os dois lados, os executivos da News International passaram meses ansiosos tentando descobrir junto à polícia se a companhia em si poderia acabar no banco dos réus. Em maio de 2012, instruídos pelos promotores, investigadores da Weeting notificaram formalmente a Comissão de Gestão e Padrões de Conduta que a companhia estava sendo investigada. A partir desse momento, a cooperação plena com a polícia parou. A polícia concluíra que o lado de Murdoch vinha passando informações sobre repórteres menos graduados na esperança de convencê-la a não processar a companhia.

Durante várias semanas, em meio a uma série de tensas reuniões, a Comissão de Gestão e Padrões de Conduta se recusou a entregar novos documentos para a polícia. Minutas sugerem que o novo advogado interno da News Corp, Gershon Zweifach, recorreu à pressão política para evitar que a empresa fosse denunciada, lembrando que os Murdoch davam emprego a 46 mil pessoas e alertando que “as consequências de um processo seriam ‘devastadoras e apocalípticas’. A reação das autoridades americanas colocaria em risco todo o negócio”.

Alguns dos pedidos de informação feitos pela polícia foram recusados ou atendidos com grande lentidão. Os documentos passaram a chegar muito rasurados, levando os investigadores a se perguntar se eram mesmo importantes. Quando pediram para ver o relatório final da auditoria do *The Sun* feita pela comissão, foram informados de que tal relatório não existia. Alguns oficiais do alto escalão não engoliram a resposta e concluíram que, se fosse mesmo verdade, provavelmente era porque a News Corp percebera que o relatório seria tão condenatório que preferiram que ele não fosse escrito. A Scotland Yard também acreditava que a News Corp tinha mudado o escopo do trabalho da Comissão de Gestão e Padrões de Conduta para que a auditoria não abrangesse as instâncias mais altas da empresa. Além disso, também acharam suspeito nenhum documento lhes ter sido entregue com informações sobre atividades suspeitas no *The Sunday Times*, o jornal que se envolvera de tal forma com truques obscuros que chegara a contratar um especialista, David Connett, para comandar essas atividades; ele fora contratado como freelancer, de forma que o jornal poderia renegá-lo caso fosse pego. Autoridades policiais especulavam que o alcance da comissão era muito limitado nesse caso. Uma fonte na News Corp afirma que enquanto no *The Sun* foram analisados os registros e arquivos dos dez anos

anteriores, no *The Sunday Times* foram só de três anos, ou seja, a partir de 2008. A fase de Connett, de julho de 2003 a julho de 2005, portanto, ficara convenientemente de fora.

Um ano depois, em maio de 2013, o ar continuava carregado. Um alto oficial da polícia, o superintendente de investigações Gordon Briggs, disse à Comissão de Gestão e Padrões de Conduta: “Quanto mais alto na hierarquia investigamos, menos vocês cooperam.” Já o presidente da comissão, lorde Grabiner, ameaçou ir ao procurador-geral do governo Cameron para protestar que qualquer processo criminal aberto contra a empresa seria um abuso de direito.

* * *

Não só os Murdoch e suas empresas foram desmascarados. O Inquérito Leveson e as comissões especiais também trouxeram à luz a reação da Scotland Yard às matérias do *The Guardian*, revelando as maquinações internas por trás da demora excessiva para contar a verdade à imprensa, ao povo e ao parlamento.

Quando John Yates veio à porta da Scotland Yard para fazer seu anúncio, em 9 de julho de 2009, declarou aos jornalistas que estava pegando o caso com um olhar isento. Mas deixou de dizer que, a exemplo de muitos colegas seus, costumava sair para jantar e beber com pessoas-chave da News International, inclusive Rebekah Brooks e Andy Coulson. Tampouco revelou que era amigo particularmente próximo de Neil Wallis havia dez anos, iam juntos a jogos de futebol, e, ainda no mês anterior, tinham desfrutado de um de seus jantares regulares no Scalini, em Chelsea. Eram detalhes relevantes, já que a matéria do *The Guardian* sugerira explicitamente que a polícia talvez tivesse de investigar “repórteres bem como os executivos por eles responsáveis”.

O anúncio de Yates naquele dia era enigmático e cheio de omissões e falsidades. Declarou que “o caso foi objeto da mais rigorosa investigação”, mas deixou de dizer que tinha sido arquivado por falta de recursos e não examinou em profundidade a massa de evidências que tinha coletado. Tampouco mencionou que a investigação original descobrira inúmeros indícios de envolvimento de outras pessoas do *News of the World*, que os promotores não foram informados sobre isso ou que um estudo apenas superficial das provas apreendidas com Mulcaire havia identificado 418 possíveis vítimas.

Quando por fim foi chamado a se explicar, Yates defendeu-se alegando não saber dos fatos. Mas, em boa medida, isso era culpa dele mesmo. Antes de fazer seu anúncio, Yates combinara com Phil Williams, o responsável pelo inquérito original, que este faria um relatório detalhado sobre a operação. Williams levou três dias para preparar o documento. No entanto, sem nunca tê-lo lido, Yates saiu à rua para fazer seu anúncio à imprensa, sugerindo “ter apurado os fatos”. Ele teria dito a mesma coisa se a organização suspeita fosse uma quadrilha criminosa ou uma rede de pedofilia e não uma empresa de mídia com a qual a polícia mantinha laços estreitos?

Para além disso, provas descobertas pelo Inquérito Leveson sugerem que Yates sabia mais do que revelou. Naquele mesmo dia, às onze da manhã, acabou se descobrindo, ele havia dirigido uma reunião do alto comando operacional para discutir a matéria do *The Guardian*. Sob o título “Vulnerabilidades potenciais”, a ata apontava o seguinte: “A Polícia Metropolitana pode ser criticada por não ter examinado mais ocorrências.” Era um comentário sobre o fato de o inquérito original ter entrado em contato com apenas 28 das 418 possíveis vítimas. Naquele dia, Yates havia instruído agentes a examinar outra vez a lista e identificar as que então

precisavam ser avisadas. No entanto, declarou à imprensa naquela tarde: “Quando havia provas claras de que as pessoas tinham sido alvos potenciais de escutas, a polícia avisou a todas.”

Na manhã seguinte, sexta-feira, 10 de julho, John Yates presidiu outra reunião do alto comando operacional sobre a matéria do *The Guardian*. Segundo a ata da reunião, ele foi informado que o inquérito original não analisara os dados de chamadas que poderiam ter identificado outros infratores no *News of the World*; além disso, o jornal tinha reagido “com resistência e ameaça de uso de força” seguidas de “falta geral de cooperação” à tentativa de apreensão de materiais na mesa de trabalho de Clive Goodman. Yates logo concordou em fazer naquela tarde mais um pronunciamento à imprensa e em pedir ao *The Guardian* que entregasse as provas que tivesse. No entanto, havia uma novidade importante no relatório apresentado a ele sobre vítimas que não haviam sido avisadas: uma delas era Andy Coulson, que passara a ser um dos assessores mais próximos do homem cotado para ser o próximo primeiro-ministro. Yates tomou então algumas decisões espantosas.

Cancelou o plano do segundo pronunciamento, decidiu não pedir ao *The Guardian* que entregasse provas e concordou que deveriam avisar Coulson, mas conversariam também com membros do alto escalão do Ministério do Interior e da prefeitura de Londres, as duas instâncias de governo responsáveis pela Scotland Yard, com o pedido especial de o assunto não ser mencionado ao ministro do Interior ou ao prefeito, devido a “sensibilidades políticas”.

Naquela noite, a News International divulgou sua nota acusando o *The Guardian* de enganar o povo britânico, mencionando várias vezes as ações da Scotland Yard que comprovavam a tese. Na primeira edição do *The Times*, Andy Hayman afirmou em sua coluna que a investigação original

não deixara “de abrir nenhuma gaveta” e só encontrara uma meia dúzia de vítimas. A Polícia Metropolitana não emitiu um pio para contradizer tudo isso.

Uma declaração ao Inquérito Leveson dada por Keith Surtees, adjunto de Phil Williams na investigação original, ajuda a esclarecer quão ciente Yates estava dos acontecimentos. Surtees afirmou: “Em mais de uma ocasião, em reuniões de que participei em 2009 com o subcomissário John Yates, expressei minha opinião de que a investigação original poderia e deveria ser reaberta ou reexaminada e sugeri que a inspetoria da polícia ou outro órgão fosse designado para a tarefa.” Surtees disse que seu chefe imediato, Phil Williams, poderia confirmar a informação e acrescentou um detalhe fundamental: “Expus minha visão de que os crimes iam além de Mulcaire e Goodman. Eu e o investigador-chefe Phil Williams compartilhávamos a opinião de que as interceptações telefônicas e outras condutas criminosas de Mulcaire e Goodman não estavam circunscritas a eles e de que a criminalidade estava mais espalhada.”

Surtees prosseguiu dizendo que havia registrado sua opinião sobre a necessidade de uma segunda investigação no livro de ocorrências que mantivera em 2006 e que Yates tivera acesso a esse livro em 2009: “Em resumo, todas as informações que eu obtive e documentei em 2006 foram repassadas e/ou estavam disponíveis para o subcomissário Yates em 2009.”

Yates não apenas descartou a necessidade de uma nova investigação, conforme anunciado em sua primeira declaração à imprensa, como também continuou a fazê-lo ao longo dos dois anos seguintes, sem em nenhum momento sinalizar para o parlamento ou para o público que Surtees havia expressado a ele sua preocupação ou lhe passado essa informação. A alegação de desconhecimento de Yates foi solapada mais uma vez por seu próprio depoimento ao Inquérito Leveson,

quando afirmou que “ter apurado os fatos”, conforme declarara em 9 de julho, não significou o fim de suas investigações: “Era um exercício contínuo de revisão, ponderação e reflexão em que nos perguntávamos se estávamos na pista correta e se precisávamos fazer algo diferente.”

Na semana seguinte ao anúncio de Yates, em julho de 2009, o procurador-chefe, Keir Starmer, entrou na história. Com ele, uma nova torrente de avaliações erradas. Como no caso da Scotland Yard (e como só acontece com a elite do poder), os fatos foram acobertados por suposições impensadas de segredos oficiais.

Keir Starmer disse publicamente que seus funcionários tinham analisado todos os materiais entregues pelo inquérito policial original, mas na verdade nada fora analisado; eles limitaram-se a examinar a correspondência com a Scotland Yard. Starmer, no entanto, declarara que seu gabinete não recebera nenhuma prova de que havia outras vítimas ou violadores. O *The Guardian*, contudo, o questionou, pedindo que explicasse o e-mail “para Neville”. Starmer ficou preocupado, como revelaria depois a Leveson: “Pareceu-me sugerir que tanto o autor quanto o destinatário eram possíveis suspeitos.”

A preocupação de Starmer cresceu ainda mais depois de consultar o promotor do inquérito original, David Perry, que lhe disse, primeiro, que em 2006 a polícia tinha afirmado claramente não ter provas do envolvimento de outros jornalistas, e, segundo, que achava que o e-mail não tinha sido mostrado a ele. Alarmado, Starmer enviou uma mensagem a Yates para “solicitar que considerasse” abrir nova uma investigação. Chegou mesmo a rascunhar um comunicado à imprensa anunciando a medida. Mas Yates logo falou com ele por telefone, duas vezes no espaço de uma hora, e o convenceu a adiar. Depois, em uma reunião,

argumentou que o e-mail para Neville “não daria em nada”. Phil Williams reforçou essa opinião em um longo memorando para Starmer enfatizando que o e-mail não tinha valor como prova. O procurador-chefe o repassou a David Perry, que, mesmo sem ter acesso a nenhum dos documentos originais do caso, concordou com Williams. Starmer acabou recuando. Não haveria uma nova investigação. Nada disso foi tornado público à época. Na noite daquela quinta-feira, 16 de julho, Yates e outros oficiais do alto escalão da polícia jantaram com Rebekah Brooks na cerimônia de entrega do prêmio por atos de bravura de policiais patrocinado pelo *The Sun*.

Yates voltou a enfrentar dificuldades três meses depois, em setembro de 2009, quando ele e Phil Williams foram convocados para depor na Comissão Especial de Mídia. Para se preparar, Williams escrevera um rascunho de seu depoimento, que continha a seguinte passagem reveladora: “Pode ser que em torno de seiscentas pessoas estivessem na mira de Mulcaire (...) Desse grupo de mais de seiscentas pessoas em quem ele estava interessado, havia de setenta a oitenta que as companhias telefônicas poderiam apontar como vítimas efetivas de invasão de caixas de mensagens de voz (...) À época, a estratégia reconheceu que ainda havia muita investigação a ser feita junto às companhias telefônicas para dimensionar o número real de vítimas (...) Poderia ser um número muito maior e, na verdade, provavelmente nunca saberíamos a verdadeira escala.”

Isso contradizia vários comentários feitos publicamente por Yates. Essa passagem inteira foi cortada da versão final do depoimento dado à comissão. Yates, sentado à frente dos parlamentares, teve a ousadia de declarar: “Não havia nada que pudesse nos levar mais adiante em termos de investigação.”

Quatro meses depois, Yates teve de encarar um novo problema: o pedido protocolado pelo *The Guardian* ao amparo

do Freedom of Information Act, que a Scotland Yard atendera depois de protelar por várias semanas, em violação de sua obrigação legal, admitindo publicamente — finalmente! — que os registros de Mulcaire continham 91 códigos PIN. Em janeiro de 2010, na véspera dessa revelação, Phil Williams escreveu outro memorando interno, “Opções para enfrentar o assunto das vítimas potenciais”, no qual observava que, ao final de sua declaração à imprensa sobre o caso Gordon Taylor, Yates afirmara que providenciaria para que as possíveis vítimas fossem avisadas se “houvesse qualquer suspeita de terem sido alvo de interceptação ilegal”. O pedido feito sob a Lei de Acesso à Informação, observou Williams, era “uma boa questão”, percebendo o problema imediato que representava: “A parte crucial dessa declaração é decidirmos exatamente o que significa ‘qualquer suspeita de terem sido alvo de interceptação ilegal’. A partir do momento em que a resposta à carta de Nick Davies sair daqui, precisaremos estar prontos para sustentar e defender nossa interpretação.”

Ignorando a inferência óbvia de que, se um especialista em interceptações telefônicas ilegais obteve o código PIN de uma pessoa, isso logo levanta suspeitas de que vai usá-lo para hackear, Williams sugeriu que limitassem ao máximo a definição, de forma que nela se qualificariam somente aquelas entre as 91 cujas caixas de mensagens de voz Mulcaire, de acordo com as provas então existentes, comprovadamente invadira em ligações longas o suficiente para poder ouvir uma mensagem. O problema, explicou ele, era que nem as treze vítimas que se qualificavam nessa definição tão restritiva tinham sido avisadas.

Então sugeriu que as avisassem imediatamente, antes de responder a solicitação do *The Guardian*. Uma alternativa seria mandar as companhias telefônicas fazerem o trabalho, o que lhes daria a vantagem de dividir as responsabilidades, mas, ao mesmo tempo, a desvantagem de “demorar sabe-se

lá quanto tempo. E é importante responder nesta semana à solicitação de Nick Davies”. Ambas as soluções teriam como consequência esconder o descumprimento pela polícia do compromisso feito por Yates. Na ocasião, nada disseram sobre os treze que não foram avisados, nem sobre o fato de não terem avisado outros do grupo de 91. Quando o *The Guardian* publicou a matéria sobre o significado por trás de tantos códigos PIN, eles reclamaram e Yates e Dick Fedorcio fizeram uma visita a Rusbridger. Na surdina, cuidaram de avisar dezessete outras vítimas.

Nos bastidores, a Scotland Yard enviara um memorando a ministros afirmando: “Onde havia prova ou simples suspeita de que um cidadão tinha sido alvo de interceptação ilegal por meio do uso de código PIN, foram tomadas todas as medidas cabíveis no sentido de avisá-los.”

Ainda assim, um ano depois, em janeiro de 2011, quando por fim concordou que o procurador-chefe revisasse todas as provas relativas ao caso, Yates tentou ficar com o crédito pela decisão. No Inquérito Leveson veio à tona que, depois das revelações de Sienna Miller, Keir Starmer comunicou à Scotland Yard sua intenção de reabrir as investigações. Yates o visitara em seu escritório, como lembrou Starmer: “Àquela altura, eu tinha chegado ao ponto em que não aguentava mais ser dissuadido.” Mas, ao concordar com a revisão do caso, Yates implorou para que deixassem parecer que a ideia tinha sido dele. Com a concordância do próprio Starmer, Yates lhe escreveu uma carta que em essência constituía uma farsa: “Considero que seria prudente convidá-lo a reexaminar mais a fundo todo o conjunto de materiais levantados neste caso.”

Só mais tarde apuramos que, durante os meses seguintes à primeira reportagem do *The Guardian*, autoridades do alto escalão da Scotland Yard (entre elas, Sir Paul Stephenson, Dick Fedorcio e John Yates) continuaram a se reunir com figuras do *News of the World*, encontrando-se com eles para

beber e, mais frequentemente, para jantar, num total de pelo menos dez ocasiões. Em novembro de 2009, enquanto sua decisão de não reabrir as investigações estava sendo questionada pelo *The Guardian* e por parlamentares, Yates jantou com tranquilidade no Ivy com o editor-chefe do jornal, Colin Myler, e sua editora de polícia, Lucy Panton. Além disso, continuou a se encontrar socialmente com Neil Wallis. O então subcomissário da polícia, Tim Goodwin, alertou Yates à época sobre esses encontros, mas este ignorou o pedido de que reduzisse seus contatos com jornalistas.

Foi nesse contexto que Yates e Fedorcio apoiaram a contratação de Wallis como consultor de mídia da Scotland Yard, e Yates ajudou a filha de Wallis a arranjar um emprego temporário. A corregedoria da polícia concluiu que, apesar de esses eventos significarem “fronteiras pouco claras, mau discernimento e decisões imprudentes”, nem Yates nem Fedorcio eram considerados culpados de corrupção. (Fedorcio teria enfrentado medidas disciplinares pela acusação de prevaricação flagrante, mas demitiu-se antes que o processo fosse iniciado). A corregedoria da polícia concluiu que Sir Paul não cometera crime ao hospedar-se gratuitamente nas dependências de um cliente de Wallis, o spa Champneys. A grande pergunta é em que medida ou como essas relações sociais influenciaram a forma de pensar da polícia. Yates e seus colegas mantiveram o posicionamento de que não fazia diferença. Impossível responder objetivamente.

O juiz Leveson concluiu que não havia provas de que os contatos sociais influenciaram Yates ou outros policiais e o que o maior problema era o fato de, desde o início, Yates ter adotado uma “postura inadequada e intransigente” que foi agravada por um entendimento errado da Ripa e pela falta de clareza de alguns relatórios que recebeu. Yates e Phil Williams tinham sido dogmáticos e defensivos, afirmou

Leveson, em parte porque as acusações estavam sendo feitas por um jornal e por parecerem ser críticas à polícia.

É certo que havia alguma hostilidade em relação ao *The Guardian*. Um dos repórteres da editoria de polícia lembra-se de um evento social da corporação durante a saga das escutas telefônicas em que o então comissário da polícia, Sir Paul Stephenson, com o rosto um pouco avermelhado e parecendo apreciar os líquidos sendo servidos, lhe disse que o caso não passava de “um monte de masturbação de classe média”.

Após examinar todas as provas, o juiz Leveson fez inúmeras críticas a Yates e algumas a Williams, mas concluiu enfaticamente que nenhum dos dois agira de má-fé em momento algum.

Cabe aqui uma observação: quando apresentou seu depoimento a Leveson, Keith Surtees queixou-se da ata de uma das reuniões do alto comando operacional realizadas na sexta-feira, 10 de julho, o dia seguinte ao do polêmico pronunciamento de Yates sobre o *The Guardian*. Segundo ele, a ata não era uma “expressão completa ou precisa do que foi discutido”.

Nas pesquisas para este livro, constatei que duas das atas das reuniões eram claramente imprecisas, inclusive a de uma das reuniões de 10 de julho. Em ambos os casos, o cabeçalho onde estavam registradas hora, data e participantes referia-se a uma reunião, enquanto o texto propriamente dito se referia a outra. Pedi uma explicação à Scotland Yard, mas ela nunca veio.

Num segundo plano, a PCC também foi desmascarado. Entre as centenas de páginas de documentos internos apresentados ao Inquérito Leveson, estava um memorando particularmente revelador assinado por Tim Toulmin, então diretor da PCC quando o relatório foi apresentado. Não apenas eximia o *News of the World*, mas também atacava o

The Guardian. A crítica mais forte do relatório estava reservada a nossa matéria sobre Gordon Taylor, devido ao fato de sugerirmos que as escutas continuaram acontecendo mesmo depois da prisão de Mulcaire e Goodman, mas não apresentarmos provas. Só que isso não era verdade: não havia na matéria do *The Guardian* nenhuma insinuação a esse respeito. Esse memorando revelava que a PCC sabia disso. Na preparação do relatório, Toulmin havia escrito para o conselho: “Não há nas recentes afirmações do *The Guardian* nenhuma sugestão de que tais práticas continuam ocorrendo no *News of the World* ou em qualquer outro veículo.”

Toulmin deixou a PCC antes de o escândalo estourar. A presidente, lady Buscombe, renunciou depois do alvoroço gerado pela matéria sobre Milly Dowler.

* * *

Toda essa exposição e a breve humilhação de Rupert Murdoch logo nos embriagaram e nos levaram a pensar que havíamos conquistado grande vitória e que o poder teria de enfrentar a verdade. No entanto, pouco tempo depois, à medida que diminuía a atenção do público e o escândalo ficava no passado, a elite simplesmente retomou seu poder, como se nunca o tivéssemos desafiado, como se a maré tivesse refluído apenas pelo tempo suficiente para construirmos nossos castelos de areia, e então assistimos a eles sendo desmoronados pelas ondas que voltavam com força irresistível.

A Scotland Yard reagiu e prendeu um investigador da Operação Weeting por suspeita de ter ajudado a mim e Amelia Hill a escrever nossas reportagens sobre as escutas. Então tentou usar o Official Secrets Act [Lei de Proteção de Segredos de Estado] e informações oficiais para forçar o *The Guardian* a revelar registros internos do nosso trabalho

relativos a uma série de reportagens, inclusive as das escutas ilegais no telefone de Milly Dowler. Diante da ruidosa onda de protestos contra a medida, a Scotland Yard recuou. O Ministério Público da Coroa decidiu que o investigador que tinha sido preso não deveria ser processado e ele demitiu-se da corporação.

No entanto, a polícia não desistiu e implantou medida muito mais efetiva, ainda que cheia de hipocrisia. Ignorando o fato de que oficiais graduados da Polícia Metropolitana passaram anos turvando a verdade sobre as escutas, enquanto, nos escalões mais baixos, denunciadores nos ajudavam a desmascarar os crimes, passou a inibir denúncias, determinando que todos os policiais passariam a ser obrigados a registrar qualquer contato que tivessem com jornalistas. É bem provável que a nova regra silencie policiais dispostos a defender o interesse público e erguer a voz contra malfeitos ou abusos de poder. Outras forças policiais país afora seguiram a mesma linha autoritária.

Dentro do mesmo espírito, altas autoridades policiais, usando o comportamento inaceitável do *News of the World* como justificativa e explorando o escândalo das escutas, passaram a fazer lobby junto ao Ministério do Interior para terem mais autonomia para apreender todos os registros de computadores e anotações de jornalistas, o que tornaria mais difícil a preservação do anonimato de fontes secretas.

A confirmação final de que as regras do jogo do poder não tinham mudado veio no relatório do juiz Leveson. Nas semanas que antecederam sua publicação, jornais de direita mostraram os dentes, mais cruéis que nunca. Em reação a um documento enviado ao *The Guardian* por 42 políticos do Partido Conservador clamando por “alterações razoáveis na lei” que garantissem uma regulação verdadeiramente independente da imprensa, o *The Daily Telegraph* tirou do fundo do baú episódios em que catorze desses políticos

havia sido criticados pela imprensa, afirmando que eles eram hipócritas e tinham “as mãos sujas por escândalos”.

O *Daily Mail* publicou um ataque inacreditável de doze páginas a um dos seis conselheiros que vinham assessorando o juiz Leveson, Sir David Bell, ex-presidente do *Financial Times*. Com a manchete de primeira página “Leveson: perguntas inquietantes sobre um assessor-chave”, explorou o fato de ele ter sido presidente do conselho diretor da Common Purpose [objetivo comum], entidade que oferece cursos de liderança a altos executivos, para insinuar que ele fazia parte de uma “corrente quase maçônica” dedicada a injetar secretamente ideias liberais “em cada fresta de cada gabinete do governo, do parlamento e da academia”. O *The Sun* requeitou a matéria com a manchete “O objetivo comum dos esquerdinhas conspiradores”, sob a qual alertava: “Os obscuros inimigos da imprensa livre estão cercando jornais como o *The Sun*. Querem que o Inquérito Leveson sobre as normas e atividades da imprensa dê origem a uma regulação estatal. Se isso acontecer, o *The Sun* só poderá publicar o que autoridades permitirem que você saiba.”

Um grupo de donos e editores de jornal formou a “Rede da Liberdade de Expressão” e veiculou uma série de anúncios publicitários pagos que traziam as imagens de líderes notoriamente antidemocráticos de lugares como Cuba, Coreia do Norte, União Soviética, Irã, Síria e Zimbábue com a mensagem “Diga não à regulação estatal da imprensa”.

Quando por fim apresentou seu relatório, o juiz Leveson não propôs nem regulação por lei nem regulação pelo Estado. Em vez disso, convidou as empresas jornalísticas a criarem seu próprio órgão regulador autônomo, que teria de funcionar sem interferência das mesmas ou do governo; cuidaria de queixas, investigaria prática contumaz de delitos e administraria um novo sistema de arbitragem para mediar casos de difamação, calúnia e invasão de privacidade com

poderes para impor multas. Como incentivo, quem participasse do órgão estaria isento da parte mais custosa das despesas com advogados e com indenizações caso alguém ainda assim optasse por processos judiciais. Para garantir que seria de fato independente da imprensa e dos políticos, o novo regulador seria inspecionado periodicamente por um “corpo de acompanhamento”. Tudo isso estaria ancorado em uma lei que obrigaria o governo a preservar e proteger a liberdade de imprensa, obrigaria juízes a proteger empresas filiadas contra alguns custos advocatícios e indenizações e daria ao corpo de acompanhamento poderes para realizar seu trabalho.

Antes da divulgação do relatório, David Cameron havia dito que implementaria integralmente essas recomendações se elas não fossem “piradas”. No entanto, poucas horas depois de publicado, em lamentável reencenação dos maus dias em que a imprensa britânica temia o governo, o primeiro-ministro pulverizou o alicerce central da proposta de Leveson, rejeitando a lei que lhe daria sustentação legal e lhe era indispensável. Havia alguns que acreditavam mesmo que qualquer tipo de legislação seria uma ameaça à liberdade de imprensa, talvez não imediatamente, mas quem sabe nas mãos de um governo opressivo no futuro. Mas a proposta também recebeu ataques gratuitos e foi alvo de deturpações.

Ao publicar o relatório, Leveson havia dito: “Se vista com sensatez, esta não é e não deve ser encarada como uma regulação da imprensa.” Enquanto alguns comentaristas debatiam honestamente sobre preocupações genuínas em relação ao plano, jornais hostis continuavam a dizer a seus leitores que era uma proposta de regulação por lei e até mesmo pelo Estado. Em lance quase paródico, a PCC tentou liderar o debate nomeando um “grupo fundador” de seis peritos para supervisionar a transição para um novo regulador — e indicou Trevor Kavanagh para ser um de seus membros.

Em palestra em Londres, no final de janeiro de 2013, o respeitado ex-editor-chefe do *The Times* e do *The Sunday Times* Sir Harry Evans analisou os dois meses precedentes e condenou “o cinismo e a arrogância de boa parte das reações a Leveson expressas por figuras cuja omissão ajudou no acobertamento e levou ao esquecimento os atos do *News of the World*”. A distorção das ideias de Leveson era, segundo ele, “estarrecedora”. Caracterizar de controle estatal sua cuidadosa proposta de um modelo de regulação escorado em legislação era uma “deturpação incrivelmente grosseira”.

Quando publicou o relatório, Leveson também havia dito que a reação a ele seria o primeiro teste para sua recomendação de que os contatos entre governo e altos dirigentes das empresas de mídia fossem transparentes. O governo, no entanto, continuou a promover uma série de reuniões fechadas com tais dirigentes de empresas de mídia, se recusando a confirmar até mesmo que elas tinham acontecido. Apesar de pesquisas de opinião apontarem aprovação de mais de 70% à proposta de Leveson, o governo nada fez. Em março de 2013, a proposta, atolada em confusão e concessões, estava descaracterizada de tal forma que apoiadores e opositores estavam igualmente frustrados. Foi então que o *Daily Mail* estampou em suas páginas detalhes da vida sexual de um advogado que havia submetido o editor-chefe do jornal a um questionamento bastante violento em uma audiência do Inquérito Leveson.

E assim, nas coxias dessa encenação, a News Corp estava renascendo. Em fevereiro de 2012, lançou o *The Sun on Sunday*, substituindo o *News of the World*. Em setembro do mesmo ano, a Ofcom publicou o resultado de sua investigação em que definiria se a empresa era “capacitada e digna” para receber uma licença de rádio e TV. A reguladora criticou severamente James Murdoch, concluindo que sua condução do caso das escutas tinha sido “difícil de entender

bem como baseada em mau discernimento (...) [e] várias vezes ficou abaixo do padrão de exercício de responsabilidade se espera de um CEO e presidente”. Não obstante, a reguladora concluiu que a empresa tinha o direito de manter emissoras de TV no Reino Unido: os Murdoch poderiam manter sua participação de 39% na BSkyB.

De acordo com o balanço anual da empresa de maio de 2012, o lucro global tinha disparado em 47%, de 639 milhões para 937 milhões de dólares, principalmente graças a seus negócios de cinema e TV. Nos doze meses seguintes à matéria sobre Milly Dowler, as ações da News Corp subiram 23%, levando o valor da empresa a 73 bilhões de dólares e a participação dos Murdoch nela a 9,5 bilhões. Naquele ano, Rupert Murdoch e James Murdoch receberam, respectivamente, pouco mais de 30 e 16,8 milhões de dólares.

A influência política da News Corp também renasceu. Em visitas a Londres, Rupert Murdoch jantava com proeminentes políticos do Partido Conservador; figuras importantes do Partido Trabalhista aceitaram escrever colunas ocasionais para o *The Sun on Sunday*. Não demorou muito para o magnata voltar a mostrar seus conhecidos músculos políticos, manifestando abertamente seu apoio a candidatos republicanos nos Estados Unidos, enquanto no Reino Unido o *The Sun*, ainda punindo David Cameron, flertava com o direitista Partido da Independência do Reino Unido.

Mas nem tudo renasceu. Como costuma acontecer no desmoronamento das grandes estruturas, as maiores vítimas foram os que estavam abaixo dos Murdoch. Depois de perder o emprego, Les Hinton foi denunciado pela Comissão Especial de Mídia, que o acusou de enganá-la e de ser “cúmplice no acobertamento na News International”. Hinton negou veementemente a acusação, embora a completa ausência da tal “investigação interna completa e rigorosa” que ele mencionara à comissão em 2007 fosse gritante. Tom Crone e

Colin Myler também perderam seus empregos, ainda que Myler tenha assumido a editoria do *Daily News* de Nova York. Ambos também foram censurados por dar depoimentos enganosos à comissão, que decidiu que “havam propositalmente evitado revelar informações essenciais e, quando solicitados a fazê-lo, responderam com falsidades”.

No entanto, os maiores danos estavam reservados aos jornalistas que haviam trabalhado para Rupert Murdoch e a algumas das autoridades públicas com quem eles se relacionaram. À medida que o tempo passava, mais e mais deles caíam nas garras da Operação Weeting. Seus julgamentos comporiam o capítulo final do escândalo e teriam por palco o mesmo local onde sete anos antes a saga começara, com o julgamento de Glenn Mulcaire e Clive Goodman: a Vara Central Criminal no fórum Old Bailey, no centro de Londres.

16. Acerto de contas

Sexta-feira, 4 de julho de 2014. Fórum Criminal Central Old Bailey, 12º Tribunal. Em uma extremidade do salão está o juiz, sentado sobre uma plataforma elevada, vestindo sua capa vermelha e sua peruca de crina de cavalo. À sua frente, em primeiro plano, uma multidão de advogados e jornalistas. Diante do juiz, em pé dentro da área fronteada por vidro reservada aos réus, enfileirados e quase como cachorrinhos na vitrine de uma petshop, domados e pacíficos, estão cinco homens. Todos culpados.

Condenado por formação de quadrilha para interceptar comunicações, Andy Coulson agora precisa ser sentenciado. O juiz enfatiza “a grande quantidade de interceptações de telefones” que ele permitiu e utilizou para alavancar sua reputação e turbinar sua carreira. Fala das “mensagens bem pessoais” de gente famosa e também de gente comum que, por acaso, cruzou o caminho dos jornalistas de Coulson; fala também de Milly Dowler. Diz ao tribunal que foi “imperdoável” o editor-chefe não apenas ordenar o grampo do telefone da menina, mas também decidir não contar à polícia que ele e os colegas haviam encontrado indícios de que ela ainda estava viva. “A real motivação deles não foi o bem daquela criança, mas sim receber os louros por encontrá-la e, portanto, vender o maior número possível de exemplares do jornal.”

Coulson permanece calado enquanto o juiz varre para o lixo os últimos resquícios de sua reputação. Por um breve instante, sinto pena dele, pelo tamanho de sua queda. É esse o homem que, de acordo com seus antigos colegas de gabinete, desfrutava do pequeno porém especial privilégio de

ter autorização para entrar na sala do primeiro-ministro sem bater na porta. Arruinado. No entanto, nesse momento me lembro do dia, durante o julgamento, quando revelaram para o júri uma gravação feita pelo então ministro do Interior, David Blunkett, em agosto de 2004, em que Coulson o avisava que iria tornar público seu relacionamento com Kimberly Quinn. Lembro-me da voz de Blunkett, tomada de pânico e medo, implorando por sua privacidade e da frieza mecânica de Coulson reiterando seu direito de transformar esse homem em manchete. E me lembro de todos os outros que passaram pela mesma provação, deixados para trás como vítimas de atropelamento enquanto Coulson arrancava rumo ao seu futuro dourado.

O juiz lhe diz que a sentença máxima possível é de dois anos de reclusão, mas ele vai reduzi-la devido, em parte, ao longo período transcorrido desde que os crimes foram cometidos. Coulson é condenado a dezoito meses.

Greg Miskiw, Neville Thurlbeck e James Weatherup estão em pé ao lado de Coulson na área dos réus; eles, os ativos tenentes que tocaram a editoria de noticiário por anos. Antes do início do julgamento, os três examinaram cuidadosamente a profusão de provas contra eles reunidas pela Operação Weeting e declararam-se culpados do crime de formação de quadrilha para interceptação de comunicações. Agora, os advogados de Thurlbeck e Weatherup sustentam perante o juiz que eles estavam apenas seguindo ordens. O representante de Thurlbeck afirma que “figuras em postos mais altos na hierarquia sabiam das interceptações e as aprovavam”, citando Stuart Kuttner como um dos responsáveis. O advogado de Weatherup diz que os grampos eram algo “endêmico”, acrescentando que “a hipótese de que as interceptações telefônicas eram restritas a um grupinho fechado é errada e enganosa”.

O juiz observa que nenhum deles teve a coragem de tomar a iniciativa de depor no julgamento e não se comove com os pedidos de desculpas deles: “Creio que são mais arrependimento pelas consequências de terem sido pegos do que por um remorso sincero.” Miskiw e Thurlbeck são condenados a seis meses, penas também reduzidas devido ao longo período transcorrido desde a prática dos crimes. Weatherup, uma figura menor no esquema, é sentenciado a quatro meses, podendo cumprir em liberdade condicional por um ano.

Enfim chega a vez de Glenn Mulcaire, que antes do início do julgamento também tinha se declarado culpado não apenas de formação de quadrilha para interceptação de comunicações como também, especificamente, de invadir a caixa de mensagens de voz de Milly Dowler. Seu advogado afirmou que o detetive achava que estava grampeando o telefone da menina desaparecida para ajudar a polícia. O juiz rejeita o argumento: “É impossível acreditar nisso”, diz antes de dirigir as seguintes palavras ao homem que ganhava a vida cometendo crimes: “Você é o sortudo da turma.” Como já foi preso em 2007, ainda que apenas por parte de seus delitos, Mulcaire não terá de voltar para a cadeia. “A pena será de seis meses de reclusão, podendo ser cumprida em liberdade condicional por doze meses.”

Em algum ponto longe da cena há um sexto culpado: Dan Evans, o repórter especial que se tornou o segundo especialista do *News of the World* em invasões de caixas de mensagens de voz. Ele não apenas se declarou culpado antes do julgamento como concordou em colaborar com a polícia; sentado no banco das testemunhas, contou ao júri que Coulson o havia contratado especificamente para interceptar mensagens de voz. Ele receberá sua sentença em separado.

Três figuras centrais não serão condenadas. Rebekah Brooks e Stuart Kuttner foram absolvidos pelo júri de todas as

acusações. Ian Edmondson, que começou o julgamento ao lado dos ex-colegas, terá uma sessão em separado porque, doente demais, não pôde continuar.

* * *

Faz exatamente três anos que publicamos a matéria sobre Milly Dowler, e quase dezoito meses desde que começou o julgamento. O salão do 12º Tribunal tem sido um laboratório de estudo de desmandos, examinando detalhes microscópicos dos crimes cometidos na redação de Rupert Murdoch e estudando por dentro também o mundo do jornalismo sensacionalista. Tem sido também uma pequena demonstração de poder passivo.

Quando ao final o júri apresentou seus vereditos, as versões dos fatos alardeadas por tanto tempo pela News International e pela Scotland Yard tinham sido trituradas e transformadas em minúsculos e vergonhosos cacos. Não era apenas um repórter desonesto, mas também um editor-chefe desonesto, três editores de noticiário desonestos e dois especialistas em interceptação ilegal de comunicações. Não apenas oito vítimas, mas 5.500 de Glenn Mulcaire e em torno de 1.600 de Dan Evans. Nas palavras do advogado de acusação Andrew Edis, o *News of the World* fora, “no seu escalão mais alto, uma organização criminosa”.

Um e-mail de um subeditor revelado durante o julgamento captou bem a realidade do que vinha acontecendo nas entranhas do jornal de Murdoch: “Às vezes acho que ficamos simplesmente tão deslumbrados com rastreamento e controle e coisas obscuras, que não tentamos técnicas jornalísticas óbvias.”

As tais coisas obscuras envolviam não apenas o cometimento corriqueiro de crimes, mas também a crença dos tabloides de que os padrões normais de comportamento

humano existem para serem desrespeitados: um parente de Jude Law recebeu dinheiro pelas costas do ator para vender detalhes de sua vida privada; uma modelo, que atraía celebridades e transformava os encontros sexuais em notícias, acabou vendendo para o jornal uma foto de um feto seu; a verdade sobre Sally Anderson — uma das vítimas de Mulcaire —, que inventou a história de que ficara grávida de David Blunkett; a rotineira espionagem industrial em que Mulcaire usava seus talentos com o objetivo de roubar para o *News of the World* matérias de jornais rivais. Eu já sabia que o editor de reportagens investigativas do *The Mail on Sunday*, Dennis Rice, tinha sido grampeado, mas a Operação Weeting descobriu que também foram vítimas o editor de noticiário, o editor-adjunto de noticiário e o principal redator de reportagens especiais do jornal, assim como jornalistas do *Sunday Mirror* e do *Sunday People*.

Como era de se esperar, várias vezes as lentes do microscópio do tribunal focalizaram o apetite insaciável do *News of the World* pelas vidas sexuais de figuras públicas e assim captaram uma impressionante hipocrisia: entre 1998 e 2006, quando se dedicavam com afinco a expor publicamente os casos extraconjugais das pessoas, Rebekah Brooks e Andy Coulson faziam o mesmo em segredo, apesar de casados. Investigadores da Operação Weeting descobriram o caso quando apreenderam um laptop em que Brooks escrevera para Coulson, em 2004, implorando-lhe que não terminasse o relacionamento com ela. Na época em que escreveu isso, ela era editora-chefe do *The Sun*, no qual, por exemplo, ela tinha esculhambado o líder do sindicato dos bombeiros durante uma greve: “Se já não bastasse o fato de Andy Gilchrist ser um agitador marxista, agora sabemos que ele também é um galinha vil, adúltero, mentiroso e enganador. Em uma greve que coloca vidas em risco, precisamos de homens em quem podemos confiar e não de um hipócrita que

mente sobre sua família e está sempre pronto para abrir a bragilha.” As coisas são assim.

Na mesma linha, durante o julgamento, o próprio Max Clifford, o homem que havia vendido aos tabloides britânicos tantas notícias relacionadas a sexo, foi processado e condenado por uma série de ataques sexuais a meninas e jovens. Foi sentenciado a oito anos de reclusão. Os jornais que tanto gostavam de comprar suas notícias agora voaram no seu pescoço como se não tivessem nenhuma responsabilidade por lhe conferir o poder, a riqueza e o prestígio que usara para intimidar suas vítimas.

O *News of the World* foi de certa forma vítima de sua própria arrogância e agressividade, na medida em que estas foram a causa de algumas das provas mais contundentes contra o jornal. No julgamento foram apresentadas cópias remanescentes dos e-mails do Harbottle & Lewis contendo referências descaradas ao aparente pagamento de propinas; o detalhe importante é que a polícia só soubera da existência deles porque a News International tentara enganar a Comissão Especial de Mídia ao citar como prova de sua inocência a opinião dúbia do escritório de advocacia a respeito da empresa. Coulson foi confrontado com uma série de e-mails comprometedores que Clive Goodman havia baixado para sua proteção, depois de sua prisão em 2006; nesse caso, a promotoria só teve acesso a eles porque Coulson tinha destruído e traído tanto seu editor para assuntos da realeza que este não apenas os entregou à Justiça como atuou como testemunha da acusação, dizendo ao júri que Coulson havia autorizado pessoalmente a interceptação de mensagens de voz de membros da família real.

No entanto, era impossível ter certeza de qual seria o desfecho do julgamento. Muitas vezes eram frágeis os elos que ligavam a abundância de provas aos réus. E era nesse contexto que o poder silencioso entrava em ação. Rupert

Murdoch não tinha de fazer nada para interferir no julgamento, seu dinheiro emprestava à defesa uma musculatura raramente vista num tribunal, na forma de esquadrões de advogados muito experientes, advogados-assistentes e assistentes jurídicos que inspecionavam detidamente cada fragmento de prova, encurralavam testemunhas que se equivocavam em relação a uma data ou se esqueciam de um detalhe, entregavam aos jurados pilhas bem organizadas de documentos, tudo acompanhado por transcrições diárias das provas e por um suporte de TI que daria inveja ao Google.

Em comparação, o Ministério Público da Coroa tinha de lutar com a falta de recursos, como acontece hoje com qualquer seção governamental, para dar conta do volume das provas colhidas pela Operação Weeting ao longo de três anos de investigações — ele contava apenas com um advogado em período integral e um assistente administrativo. Apesar de seu trabalho incansável, a acusação às vezes chamava testemunhas cujos relatos não se sustentavam quando questionadas mais minuciosamente, porque ninguém as havia preparado. Muitas vezes, entregou aos jurados pilhas de documentos que, mais adiante, se revelariam enganosos ou incompletos. Perto do fim do julgamento, Andrew Edis concluiu que os jurados precisariam de um computador com um banco de dados que os ajudasse a se orientar no meio da papelada e teve de se oferecer para pagar a compra da máquina do próprio bolso. Sua remuneração não chegava a 10% dos honorários pagos aos advogados de defesa. Como testemunhas de caráter, os réus arregimentaram nomes significativos da elite do poder: Stuart Kuttner conseguiu que o ex-arcebispo de Canterbury jurasse por sua honestidade.

No entanto, até uma promotoria com bons recursos financeiros teria dificuldades sérias contra um problema mais fundamental: a falta de provas importantes. Rebekah Brooks deixara o *News of the World* havia mais de dez anos, de forma

que naturalmente documentos se perderam pelo caminho, memórias se esmaeceram e pessoas morreram (Sean Hoare, por exemplo). A Operação Weeting nunca conseguiu pôr as mãos nos computadores das editorias que haviam sido descartados quando o *News of the World* mudou de sede, tampouco nos 210 milhões dos trezentos milhões de e-mails deletados dos servidores da empresa ao longo dos anos e menos ainda no disco rígido do computador de Rebekah. Não havia como aferir de que maneira esses documentos e materiais faltantes poderiam ter influenciado o julgamento. Por outro lado, também o medo teve peso significativo: a Operação Weeting entrevistou dezenas de jornalistas que se recusaram a testemunhar em juízo e um grupo grande de vítimas que não queria se envolver com o processo judicial. Para completar, o *News of the World* frequentemente fora astuto ao esconder os seus rastros; Dan Evans contou ao juiz a história de como havia gravado em fita uma mensagem de voz particularmente importante e depois a colocara dentro de um envelope pardo que mandou entregar na redação, de modo que parecesse que a mensagem tinha sido interceptada e entregue por algum desconhecido não ligado ao jornal.

Se de um lado a promotoria exortava o júri a dar um passo para trás para ver melhor o quadro inteiro e aceitar que os editores sem dúvida estavam cientes dos crimes dos seus subordinados, a defesa pedia ao júri que se aproximasse, observasse bem os detalhes, visse as lacunas, os problemas, as dúvidas. Tendo cinco dos réus se declarado culpados antes do início do julgamento, apenas Rebekah, Coulson e Kuttner teriam de enfrentar a acusação de interceptações telefônicas ilegais. Os três declararam que nunca tinham ouvido falar no nome de Mulcaire até ele ser preso. Rebekah afirmou que não tinha conhecimento nem do contrato feito com ele; Coulson e Kuttner disseram que sabiam do contrato com a empresa do detetive, mas não tinham ideia do que ele fazia.

A acusação de interceptação contra Rebekah baseava-se em uma inferência: o volume de invasões era tão grande que era impossível que ela não soubesse. O dinheiro de Murdoch permitiu que a defesa desferisse um golpe decisivo. Seus advogados receberam todas as onze mil páginas contendo notas rabiscadas e rascunhadas por Mulcaire apreendidas pela Operação Cariátide. Na época, seus investigadores deram apenas uma rápida olhada nelas e concluíram que não dispunham dos recursos necessários para efetuar uma análise mais aprofundada. Coube à Operação Weeting fazê-lo, ainda que lhes tenha custado quase um ano de trabalho. A equipe da defesa de Rebekah fez o mesmo serviço em três meses, além de ter cabeças para conceber uma linha de raciocínio bastante útil. Como Rebekah tinha sido editora-chefe do jornal por mais de um terço do tempo durante o qual Mulcaire lhe prestara serviços, era possível que em suas anotações houvesse registros de mais de mil tarefas realizadas sob supervisão dela. No entanto, os advogados de Rebekah separaram todas as anotações sobre as quais não havia 100% de certeza de terem sido escritas durante a gestão dela e todas aquelas sobre as quais não havia 100% de certeza de Mulcaire ter sido solicitado a fazer escutas telefônicas e sim outros serviços, como obtenção de dados confidenciais. Como uma parcela considerável dessas anotações era incompleta e/ou ambígua no que dizia respeito a datas e tarefas, os advogados puderam afirmar aos jurados que, durante a gestão de Rebekah Brooks como editora-chefe, havia 100% de certeza de que Mulcaire interceptara ligações em apenas doze ocasiões. No caso dela, o quadro inteiro ficou bem pequeno.

Curiosamente, a prova mais forte de interceptações ilegais, que o juiz descreveu como “o ponto alto da acusação”, veio da mesma fonte de onde vieram as emoções mais fortes: uma menina assassinada. Não se trata apenas das catorze

páginas de anotações de Mulcaire sobre a invasão da caixa de mensagens de voz de Milly Dowler com os nomes de Greg Miskiw e Neville Thurlbeck escritos no canto superior esquerdo das folhas; a polícia de Surrey também havia descoberto em seus arquivos registros das ligações e e-mails em que o *News of the World* tentara forçá-la a confirmar a falsa história de que a garota estava viva e procurando emprego. Entre esses registros, havia e-mails de Stuart Kuttner, que afirmara no tribunal saber que o jornal obtivera as mensagens de voz de Milly, mas não lembrar se perguntara como aquilo aparecera — ele também alegou estar certo de que não sabia que haviam sido interceptadas ilegalmente. Rebekah e Coulson reiteraram que não sabiam de nada disso. Ela enfatizou ainda que estava em Dubai, em férias, naquele período.

As provas contra Coulson eram mais fortes, entre elas a gravação feita por Blunkett quando o editor-chefe o visitou para falar sobre seu caso extraconjugal. A promotoria agora tinha a fita e pôde tocá-la para o júri, que ouviu Coulson dizendo: “Eu estou muito seguro da informação... Vem de fonte extremamente confiável.” Diante disso, restou a Coulson ir para o banco dos réus e admitir, contrariando anos de negativas ao parlamento e ao primeiro-ministro, que sabia que a informação tinha sido obtida por meio de interceptação ilegal e que Neville Thurlbeck tinha tocado as gravações para ele. Coulson afirmou que ficara chocado e proibira Thurlbeck de fazer aquilo de novo. Sua posição passara a ser a de homem que sabia que alguém de sua equipe tinha infringido a lei, mas ele próprio não tinha feito nada. Não era o suficiente para condená-lo, mas faltava pouco. Outras provas vieram a emparedá-lo. A Operação Weeting encontrara um e-mail em que ele tratava da possibilidade de um de seus jornalistas estar vazando matérias. Para tentar flagrar o suspeito, Coulson ordenou por escrito: “Vejam o telefone dele.” Dan

Evans e Clive Goodman afirmaram ao júri que ele estava profundamente envolvido.

Brooks foi acusada também de formação de quadrilha para incitar a prevaricação em órgãos públicos por autorizar pagamentos de 38 mil libras a um servidor civil do ministério da Defesa. O pagamento em dinheiro havia sido feito e o servidor admitiu ter vendido informações. Entretanto, a sequência de e-mails que ligava Rebekah aos pagamentos era ambígua; as mensagens estavam longe de configurar prova de que ela sabia que o recebedor era um servidor público. Ela acabou absolvida. Coulson enfrentou duas acusações similares junto com Clive Goodman, que poderia ter sido perdoado por acreditar que, depois de 2007, nunca mais poria os pés num tribunal.

Os casos referiam-se a e-mails arquivados pelo Harbottle & Lewis em que ambos aparentemente discutiam pagamentos em dinheiro a policiais do palácio real. A Operação Weeting havia rastreado os pagamentos a partir de contas da News International e constatou que tinham sido feitos para nomes falsos com endereços falsos. Coulson afirmou que nunca acreditara que Goodman estava de fato subornando policiais. Aventou-se a hipótese de que Goodman estava embolsando o dinheiro, embora ele tenha dito aos jurados que os verdadeiros recebedores fossem outros jornalistas cujos nomes ele não revelaria e que ele apenas fingira que eram policiais para incentivar seu editor-chefe a liberar os pagamentos. O júri não conseguiu chegar a um veredicto e os dois réus foram comunicados de que teriam de ir a novo julgamento. Em separado, Coulson ainda era réu no processo de perjúrio no depoimento que prestara no julgamento de Tommy Sheridan, em Glasgow, em dezembro de 2010.

As outras acusações — de esconder provas da Operação Weeting — se fragilizaram em meio a dúvidas e confusões. Em um primeiro momento, Charlie Brooks parecia estar em

maus lençóis devido às imagens do circuito interno de TV que o flagraram usando recipientes de lixo da garagem subterrânea como esconderijo, enquanto a polícia realizava uma busca no apartamento dele. Quando os agentes apreenderam seu misterioso saco de lixo preto, supuseram que os laptops que ele escondera pertenciam a Rebekah. Estavam equivocados; não havia nada incriminador no saco, apenas material pornográfico de Charlie, seu romance inédito e jogos. Quando a promotoria tentou ligar os Brooks e o diretor de segurança Mark Hanna ao desaparecimento no mesmo dia de vários aparelhos eletrônicos, as provas mostraram-se frágeis e os três foram absolvidos. Rebekah Brooks e sua assistente Cheryl Carter foram também absolvidas da acusação similar de ocultar da polícia cadernos antigos de Rebekah.

Para a Operação Weeting, o saldo era razoável. No caso das interceptações de telefones, foram seis condenações e duas absolvições. Nos crimes de pagamento de propina, houve uma absolvição e dois novos julgamentos. Entretanto, os jornais deram espaço quase exclusivo à absolvição de Rebekah e à implosão da acusação de destruição de provas, protestando com veemência que o processo como um todo tinha sido um desperdício de dinheiro público e afirmando que o custo do julgamento alcançara 100 milhões de libras. Na verdade, o custo total da Operação Weeting fora de 18,7 milhões de libras, abrangendo esses processos e outros em curso. Os gastos com a promotoria somaram 1,7 milhão de libras. Murdoch havia gastado pelo menos trinta vezes esse valor na defesa dos réus. As coisas são assim, e assim seguem sendo.

Na trajetória que culminou no julgamento, a polícia transformou o mundo dos tabloides num verdadeiro caos, prendendo ou interrogando 210 pessoas, entre elas 101 jornalistas de seis jornais distribuídos nacionalmente, treze

detetives particulares, e 37 agentes públicos suspeitos de receber propina. Onze agentes públicos já tinham sido presos. Ainda estavam previstos onze outros julgamentos de crimes de interceptação telefônica ilegal, suborno de agentes públicos e uso de celulares supostamente clonados. Em paralelo, o Ministério Público da Coroa continuava analisando outros casos que poderiam gerar processos por crimes similares, incluindo o de invasão de e-mails. Entre os que viviam a apreensão de serem notificados da abertura de processos criminais estavam alguns colaboradores de Coulson: o editor-chefe-adjunto Neil Wallis, que fora preso uma segunda vez, o editor de reportagens especiais Jules Stenson, o advogado da News International Tom Crone e quatro jornalistas de primeiro escalão do grupo Mirror. A polícia também tinha interrogado como suspeito o antigo CEO de Murdoch no Reino Unido, Les Hinton, e planejava convocar para depor o próprio Murdoch. A essa altura, a empresa de Murdoch no Reino Unido, agora rebatizada de News UK, havia pagado indenizações ou reparações a 718 das vítimas de Mulcaire. Muitas outras supostas vítimas de Evans se preparavam para entrar com processos.

Restavam ainda alguns pontos obscuros. Constatei que o grupo Mail tinha sido uma das poucas vítimas que tiveram o privilégio de ser avisadas pela Operação Cariátide no outono de 2006; na ocasião, foram informados sobre os quatro jornalistas do *The Mail on Sunday* que foram alvo de espionagem pelo *News of the World*. Causa espécie que, na época, nem o *The Mail on Sunday* nem o *Daily Mail* tenham publicado uma única linha sobre seu papel de vítimas de escutas no escândalo. Mais estranho ainda é o fato de a PCC ter apresentado dois relatórios (em 2007 e 2009) que sustentavam as mentiras do *News of the World* sobre sua própria conduta e não mencionavam que havia pelo menos quatro outras vítimas além da lista oficial de apenas oito. O

quadro se torna ainda mais esquisito se lembrarmos que o então editor-chefe do *Daily Mail*, Paul Dacre, era um dos membros da comissão que elaborou o relatório de 2006 e o editor-chefe do *The Mail on Sunday*, Peter Wright, fez parte da comissão responsável pelo relatório de 2009, o mesmo que batera forte no *The Guardian*. Será que eles não sabiam?

Por fim, uma intrigante prova envolvendo a polícia veio à tona durante o julgamento: a ata de uma reunião realizada no *News of the World*, em 20 de janeiro de 2010, na época em que Rebekah Brooks tentava persuadir Max Clifford a não processar o jornal por ter invadido seu correio de voz. A ata registrava que, no início, quando a Scotland Yard tornou públicas pela primeira vez as anotações de Mulcaire sobre Clifford, “não havia nada lá”. A omissão levava a advogada de Clifford, Charlotte Harris, a procurar novamente o Tribunal Superior para obter uma ordem judicial que obrigasse a polícia a fornecer uma versão não censurada das anotações. De acordo com a ata, o editor-chefe na época, Colin Myler, fez um comentário a respeito do assunto: “CM disse que Andy Hayman e John Yates lhe haviam sinalizado antes que provavelmente isso iria acontecer.” Esse relato expressa com precisão o que aconteceu? Algum daqueles homens de fato avisou Myler com antecedência sobre a papelada que seria tornada pública? Entrei em contato com os três, mas nenhum quis comentar.

* * *

De volta ao 12º Tribunal, o juiz terminou a leitura de seus comentários. Os condenados permanecem em silêncio contrito, talvez cientes de que a porta atrás da área onde estão dá para uma escada escura que leva às velhas e sombrias celas no porão. A máquina judicial, que falhou grosseiramente durante anos ao não conseguir enquadrá-los,

agora enfim os captura. A forma mais antiga de democracia do país — em vez de eleitores, jurados — por fim prevalece. O juiz suspira e olha para a área onde estão Coulson, Miskiwi e Thurlbeck. Eles agora sabem que perderam a liberdade. “Por favor, desçam”, diz o juiz. A porta que leva às celas é aberta.

Epílogo

Esta não é simplesmente a história de um jornalista que infringiu a lei. O repórter desonesto na verdade trabalhava para um jornal desonesto que, por sua vez, provou ser parte de uma corporação desonesta. Mais do que isso, essa corporação desonesta só pôde prosperar — e, no processo, infringir regras e transformar polícia e governo em seus comparsas — porque havia crescido em um ambiente maior que ativamente a incentivava, junto com outras corporações, a fazer essas coisas.

Tudo isso é relativamente novo. Esse neoliberalismo, esse capitalismo que leva ao extremo o *laissez-faire*, anulou conquistas de centenas de anos de lutas de trabalhadores, campanhas políticas e pensadores radicais do mundo inteiro que enxergaram os efeitos nefastos da economia de livre mercado e decidiram lutar para criar governos democráticos, com poderes para controlar a riqueza corporativa de suas sociedades, implementar regras que protegessem o trabalhador e estabelecer instituições que lhe garantissem educação, saúde e bem-estar. Esse neoliberalismo foi concebido por economistas conservadores e posto em prática no início dos anos 1970 pela ditadura militar de Augusto Pinochet, que torturou e assassinou opositores políticos no Chile e cuja economia livre foi festejada por conservadores. Foi adotado com entusiasmo a partir do início dos anos 1980 pelos governos direitistas de Ronald Reagan e Margaret Thatcher e depois replicado e fortalecido pelos governos de Bob Hawke e Paul Keating na Austrália, por David Lange na Nova Zelândia, Brian Mulroney no Canadá, e pelo mundo

afora, chegando nos anos 1990 a entrar até mesmo em impérios obscuros como a China e a antiga União Soviética.

O neoliberalismo funcionou só para alguns. Gerou crescimento econômico que, por sua vez, trouxe benefícios políticos de curto prazo aos governos que o adotaram e imensa riqueza para os donos e dirigentes das corporações que eram suas naus capitâneas. Mas...

Quando se permite que corporações globais operem em mercados globais, elas se tornam mais poderosas que Estados nacionais; quando se “reduz o Estado”, também se reduz o poder das pessoas em cada nação; quando se “eliminam regulações”, se permite que as maiores corporações dominem e explorem seus territórios; quando se sufocam sindicatos e rasgam leis trabalhistas, essas corporações são liberadas para esmagar quem trabalha para elas. A ideia simples e maravilhosa de que as pessoas deveriam dirigir suas próprias sociedades vira pó, abrindo caminho para que poucos mandem e muitos obedeçam.

Ao permitir que a lógica dura do mercado se sobreponha a escolhas individuais, cria-se uma sociedade com o código moral de um formigueiro, onde toda vida humana é reduzida a trabalho, toda liberdade é limitada pela exigência de produção eficiente, toda fraqueza é punida, toda violência é justificada; uma sociedade em que escolas e hospitais são fechados enquanto o crime e a alienação vicejam e milhões são jogados na vala profunda do desemprego.

Ao privatizar as indústrias, perde-se o controle das matérias-primas essenciais da vida; ao se cortar impostos pagos por ricos e benefícios sociais para os pobres, abismos profundos de desigualdade e gigantescos bolsões de pobreza são produzidos. Lembremos as palavras de Joseph Stiglitz, que, do privilegiado ponto de vista de economista-chefe do Banco Mundial no fim dos anos 1990, observava o avanço do neoliberalismo infectando o planeta: “Os que estão em cima

aprenderam a sugar dinheiro do resto, usando de meios que o resto nem imagina. Essa é a verdadeira inovação que eles trouxeram.”

Tudo isso está acobertado pelo discurso enganoso e dissimulado da elite do poder, que sempre apresentou os métodos dos ricos como se fossem um serviço para os pobres. Os precursores dos que incentivaram esse retrocesso neoliberal foram os donos das minas de carvão vitorianas que bondosamente explicavam que era preciso preservar o direito das crianças de trabalhar no fundo das minas e rechaçar os que gostariam de usurpar a liberdade de escolha dessas crianças, privando suas famílias da renda que geravam; eram os capitães dos navios negreiros que argumentavam ser seu dever fornecer mão de obra boa e forte, arrancada da África, para os domínios do rei nas Índias Ocidentais e outras partes, cujo crescimento era essencial para o bem-estar da própria Inglaterra, e que as pessoas precisavam entender que as condições de vida de um selvagem passando fome nas profundezas da África eram muito piores que as de um trabalhador escravo sob a tutela de um empregador absolutamente interessado em garantir que ele fosse bem cuidado.

Guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força.

E assim que uma geração inteira de homens e mulheres foi levada a pensar que deveria abrir mão do Estado do bem-estar social, dos sindicatos e das leis de proteção social pelas quais seus ancestrais haviam lutado e aceitar que a balança do poder voltasse a pender para o outro lado, à mesma posição de mais de um século antes, porque isso lhes daria liberdade. E, caso eles hesitassem e questionassem a ideia de que a elite rica saberia cuidar do seu bem-estar melhor que seus pais e avós, lhes era oferecido também um pouco de dinheiro. “Vote a favor do retorno ao capitalismo do *laissez-faire* e nós reduziremos os impostos que você paga. Você

pode perder sua sociedade, mas ganhará uma TV maior.” Um grande roubo foi engendrado com base na noção simples de que suas vítimas nada tinham a perder além de uma vida decente.

Como todas as corporações, a News Corp aproveitou esse retrocesso para aumentar sua riqueza e ampliar seu poder sobre governos e seus reguladores, seus concorrentes e sua própria força de trabalho. No entanto, muito mais que a maioria das corporações, a News Corp foi central na construção desse retrocesso. Como se fosse uma vanguarda ideológica, Rupert Murdoch e seus generais usaram seus jornais e TVs para empurrar para a extrema direita o poder e o pensamento que o norteia. Usaram também sua força política para impor suas ideias aos governos que buscavam seu apoio. Fizeram isso não apenas no Reino Unido como também nos Estados Unidos e na Austrália e em todos os lugares onde tinham negócios. Legaram-nos um mundo comprovadamente pior para se viver. A menos, claro, que você pertença à elite do poder.

Passado o alvoroço provocado pelo escândalo das escutas e grampos, é imperioso não cairmos na ilusão de que nossa vitória nessa batalha realmente importante significa que ganhamos a guerra; o fato de termos desmascarado uma conspiração secreta não significa que impedimos que outras sigam acontecendo. Na verdade, quase nada mudou.

Algumas pessoas se demitiram — da PCC, da polícia, da empresa de Murdoch —, mas foram logo substituídas. Um jornal foi fechado, mas foi criado outro em seu lugar. A compra do controle da BSkyB foi cancelada, porém nada impede Rupert Murdoch de tentar de novo e usar sua montanha de dinheiro para comprar essa empresa incrivelmente lucrativa e, assim, acumular uma montanha ainda maior de dinheiro e comprar mais outra, ficando ainda maior, até se tornar o maior do planeta.

E, quando Rupert Murdoch morrer, outro presidente virá. Pode não ser alguém de sua família, mas o poder será o mesmo. E, se Rupert Murdoch vender todos os jornais que possui no Reino Unido — ou vender todos os jornais que possui no mundo —, sempre haverá outro empresário ambicioso esperando para tomar seu lugar, talvez um oligarca russo, um magnata do petróleo do Oriente Médio ou um bilionário chinês.

Por um breve momento, tiramos um naco do poder de um homem, mas nada fizemos para mudar o poder da elite.

Apêndice

Detetives particulares que trabalharam para a imprensa

Muitas das pessoas da lista a seguir foram condenadas por crimes, mas não se deve inferir que todos aqui relacionados infringiram a lei. Alguns são rastreadores, e rastrear não é crime. Um rastreador pode obter dados confidenciais legalmente se o interesse público estiver em jogo. Não se deve, a partir da simples presença nesta lista, inferir que os jornais para os quais trabalhavam sabiam que crimes haviam sido cometidos.

Barry, Rachel. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, invasão de telefones e de registros médicos. *The Mail on Sunday, News of the World, Sunday People, Sunday Express*. Condenada em outubro de 1997.

Beardall, Barry. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, alvos políticos. *The Sunday Times*. Condenado em abril de 2001 por fraudes não relacionadas aos casos aqui relatados.

“Blue”. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, invasão de todos os registros. *The Mail on Sunday, The Sunday Times*. Membro fundador do grupo dos Narcóticos Anônimos.

Boddy, Micky. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, companhias de telefonia. A maioria dos jornais britânicos. Trabalhou com Gary Lowe e o grupo dos Narcóticos Anônimos.

Boyall, John. Intermediário. *News of the World, Sunday Mirror*. Integrante da rede de Whittamore. Treinou Glenn Mulcaire e Andy Gradd. Trabalhou antes com o ex-agente de inteligência sul-africano John Ferrer Smith na Argen Investigations. Condenado em abril de 2005.

Buller, Shaun. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, companhias de telefonia. Jornais não identificados. Funcionário da agência Code Ten. Integrante da rede da Southern Investigations.

Burrows, Gavin. Intermediário. *News of the World, Sunday People*. Dirigiu a Rhodes Associates.

Campbell Smith, Philip. Vigilância secreta e invasão de e-mails. *News of the World*. Ex-agente da inteligência britânica na Irlanda do Norte. Condenado em fevereiro de 2012.

Clarke, Steve. Invasão de telefones. *News of the World*. Ex-policial. Dirigiu a Metshield.

Coghlan, David. Invasão de telefones. Trabalhou com Phil Winton. Ex-agente de inteligência do Exército. Condenado em fevereiro de 1987 e janeiro de 1995.

Coulson, Dean. Intermediário de invasão de telefones. Trabalhou com a Active Investigation Services (AIS). Condenado em fevereiro de 2008.

Creassey, Steven "Sid". Vigilância secreta, invasão de e-mails e grampos telefônicos. *News of the World* e TV. Ex-investigador em Londres. Condenado por outros crimes.

Dewse, Chris. Rastreador, banco de dados do Departamento de Trânsito. Membro da rede de Whittamore. Acusado, mas não indiciado.

Dowling, Stuart. Fabricou dispositivos para grampear linhas telefônicas. Trabalhou para a AIS. Condenado em janeiro de 2007.

Edwards, David. Escutas telefônicas. Foi usado pelo grupo dos Narcóticos Anônimos e por Phil Winton. Ex-engenheiro da British Telecom.

Fillery, Sid. Corrupção de policiais, obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, suspeita de roubo. *Daily Mirror, News of the World, Sunday Mirror, The Sunday Times*. Dirigiu a Southern Investigations. Condenado por crime de pornografia infantil em outubro de 2003.

Ford, John. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, todos os registros de dados. *The Sunday Times*. Ex-ator, treinado por Al Green.

Gadd, Andy. Rastreador, todos os registros de dados. *News of the World*. Dirigiu a agência Trackers.

Gelsthorpe, Scott. Intermediário. Quando era policial em Londres, dirigiu, junto com Jimmy Young, a AIS, que trabalhou para o *News of the World* e possivelmente para outros jornais. Condenado em janeiro de 2007.

“Green, Al”. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, todos os registros de dados. *The Sunday Times, Today*. Instrutor do grupo dos Narcóticos Anônimos.

Gunning, John. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, companhias de telefonia. Vários jornais. Trabalhou para a Southern Investigations e com a rede de Whittamore. Condenado em março de 2006.

Hackett, Chris. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, todos os registros. *Sunday People*. Dirigiu a agência Code Ten com Darren Whalley. Condenado em junho de 2008.

Hall, Mickey. Escutas telefônicas. Trabalhou com a AIS. Ex-soldado. Condenado em janeiro de 2007.

Hart, Christine. Conhecida como “a rainha dos enganadores”. Seus alvos mais frequentes eram pessoas e não dados ou arquivos. *News of the World, Sunday People, Sunday Mirror e Daily Mail*.

Hart Lloyd. Rastreador, todos os registros. *Daily Mirror, The Sun, Sunday Mirror* e grupo Express. Trabalhou para a agência Code Ten e dirigiu a agência TDI, mais tarde ELI.

Jones, Taff. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, companhias de telefonia. Membro da rede de Whittamore. Trabalhou para a Severnside Investigations. Ex-soldado e integrante do Hell's Angels. Acusado, mas não indiciado.

Lawson, Glenn. Rastreador. Cliente da imprensa não identificado. Trabalhou para a Abbey Investigations.

Lowe, Gary. Intermediário. A maioria dos jornais britânicos, entre eles o grupo Mirror e o *The Sunday Times*. Ex-soldado. Trabalhou com a Southern Investigations, com o grupo dos Narcóticos Anônimos e com Phil Winton. Dirigiu a agência Chimera e depois a Premier.

MacDonald Murray, Michael. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, todos os registros de dados. Trabalhou com a Southern Investigations. Ex-investigador de polícia de Londres. Condenado por contrabando de drogas em fevereiro de 1975.

McInerney, Alan. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, todos os registros de dados. *News of the World*. Dirigiu a Pearmac com Ray Pearson e trabalhou para a AIS. Condenado em agosto de 2005.

McLoughlin, Steve. Vigilância. *News of the World*. Dirigiu a agência Burgess PDQ em Manchester.

Palmer, Rob. Rastreador. *News of the World*.

Pearson, Ray. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, todos os registros de dados. *News of the World*. Dirigiu a Pearmac com Alan McInerney e trabalhou para a AIS. Condenado em outubro de 2005.

Rees, Jonathan. Corrupção policial, obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, suspeita de roubo. *Daily Mirror*, *News of the World*, *Sunday Mirror*, *The Sunday Times*. Dirigiu a Southern Investigations. Condenado por obstrução da Justiça em dezembro de 2000.

Ross, John. Intermediário em complôs de corrupção de policiais. *Daily Mail* e outros. Ex-investigador, exonerado depois de ser acusado de corrupção, mas não foi processado.

Scott, Jacqui e Malcom. Rastreadores, todos os registros de dados. A maioria dos jornais britânicos.

Stafford, Jonathan. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, todos os registros de dados. *Sunday Mirror* e *News of the World*. Ex-ator, especializado em imitar vozes de celebridades. Dirigiu a Newsreel.

Whalley, Darren. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, todos os registros de dados. *Sunday People*. Dirigiu a agência Code Ten com Chris Hackett. Condenado em junho de 2008.

Whittamore, Steve. Obtenção de informações por meio de falsidade ideológica, todos os registros de dados. A maioria dos jornais britânicos. Rastreador desde o fim dos anos 1960. Treinou John Boyall e dirigiu a JJ Services. Condenado em abril de 2005.

Winton, Phil (vulgo Phil Catt). Escuta telefônica. Clientes de tabloides não identificados. Trabalhou com Gary Lowe e o grupo dos Narcóticos Anônimos. Dirigiu a agência No Hiding Place. Condenado em janeiro de 1995.

Young, Jimmy. Intermediário. Quando era policial em Londres, dirigiu, junto com Scott Gelsthorpe, a AIS, que trabalhou para o *News of the World* e possivelmente para outros veículos. Condenado em janeiro de 2007.



1. Rebekah Brooks estabelecendo relações com o então primeiro-ministro Tony Blair, em 2004.



2. Rupert Murdoch, à direita, ao lado do responsável pelas suas empresas no Reino Unido, Les Hinton, na igreja St Brides, na Fleet Street, em junho de 2005. Ao fundo estão Andy Coulson e Brooks.



3. Três ex-editores-chefes do *News of the World*: Piers Morgan, Rebekah Brooks e Andy Coulson.



4. Festa do poder: Wendi Murdoch e Rupert Murdoch na festa de verão de 2007 da News Corp com o então primeiro-ministro Gordon Brown e Sarah Brown.



5. Antes de tudo desmoronar: David Cameron e Rupert Murdoch no casamento de Rebekah e Charlie Brooks, em junho de 2009.



6. Max Mosley, o presidente da Fórmula 1, após vencer o processo de invasão de privacidade movido contra o *News of the World*.



7. O editor da cobertura da família real encontra seu destino: Clive Goodman a caminho de ser condenado, em 26 de janeiro de 2007.

Revealed: Murdoch's £1m bill for hiding dirty tricks

● **Tory PR chief under fire over tabloid hacking**

● **Politicians and celebrities among victims**

Nick Davies

When Murdoch's News Group Newspapers has paid out more than £1m for legal costs that threatened to level the playing field for its competitors, it is not surprising to see the use of its resources to get stories.

The government and the press are not alone in this. It is also the case that Murdoch's News Group Newspapers has had to pay the costs of legal actions brought by victims of News Group, the Murdoch company that publishes the News of the World and the Sun, as well as providing police agencies with evidence that was used to prosecute several people who were involved in the phone hacking scandal.



Andy Coulson, News of the World's former editor and the former editor of the News of the World

At the time, News Group Newspapers was under investigation for the alleged use of its resources to get stories. The government and the press are not alone in this. It is also the case that Murdoch's News Group Newspapers has had to pay the costs of legal actions brought by victims of News Group, the Murdoch company that publishes the News of the World and the Sun, as well as providing police agencies with evidence that was used to prosecute several people who were involved in the phone hacking scandal.

At the time, News Group Newspapers was under investigation for the alleged use of its resources to get stories. The government and the press are not alone in this. It is also the case that Murdoch's News Group Newspapers has had to pay the costs of legal actions brought by victims of News Group, the Murdoch company that publishes the News of the World and the Sun, as well as providing police agencies with evidence that was used to prosecute several people who were involved in the phone hacking scandal.

At the time, News Group Newspapers was under investigation for the alleged use of its resources to get stories. The government and the press are not alone in this. It is also the case that Murdoch's News Group Newspapers has had to pay the costs of legal actions brought by victims of News Group, the Murdoch company that publishes the News of the World and the Sun, as well as providing police agencies with evidence that was used to prosecute several people who were involved in the phone hacking scandal.

At the time, News Group Newspapers was under investigation for the alleged use of its resources to get stories. The government and the press are not alone in this. It is also the case that Murdoch's News Group Newspapers has had to pay the costs of legal actions brought by victims of News Group, the Murdoch company that publishes the News of the World and the Sun, as well as providing police agencies with evidence that was used to prosecute several people who were involved in the phone hacking scandal.

Reaction

I think it is one of the most significant media stories of modern times. It was systemic throughout the News of the World. This newsroom was out of control.

The whole thing is deplorable. Mr Cameron should be thinking of getting rid of Coulson.

There is a question as to whether this news group ... is liable to other actions. The lesson is they shouldn't presume this will only be dealt with in criminal courts, but it will also be dealt with in civil courts.

Amid G8's rubble and aftershocks, Brown is in his element

Patrick Wintour

It is a relief to see Gordon Brown in his element. The prime minister has been in a difficult position since the G8 summit in London. He has been seen as a man who is not in his element. He has been seen as a man who is not in his element. He has been seen as a man who is not in his element.

It is a relief to see Gordon Brown in his element. The prime minister has been in a difficult position since the G8 summit in London. He has been seen as a man who is not in his element. He has been seen as a man who is not in his element. He has been seen as a man who is not in his element.

It is a relief to see Gordon Brown in his element. The prime minister has been in a difficult position since the G8 summit in London. He has been seen as a man who is not in his element. He has been seen as a man who is not in his element. He has been seen as a man who is not in his element.

It is a relief to see Gordon Brown in his element. The prime minister has been in a difficult position since the G8 summit in London. He has been seen as a man who is not in his element. He has been seen as a man who is not in his element. He has been seen as a man who is not in his element.

There is a distinct St Augustine's foot about financial reform plans. O'Leary help me be tough on the City - but not you!



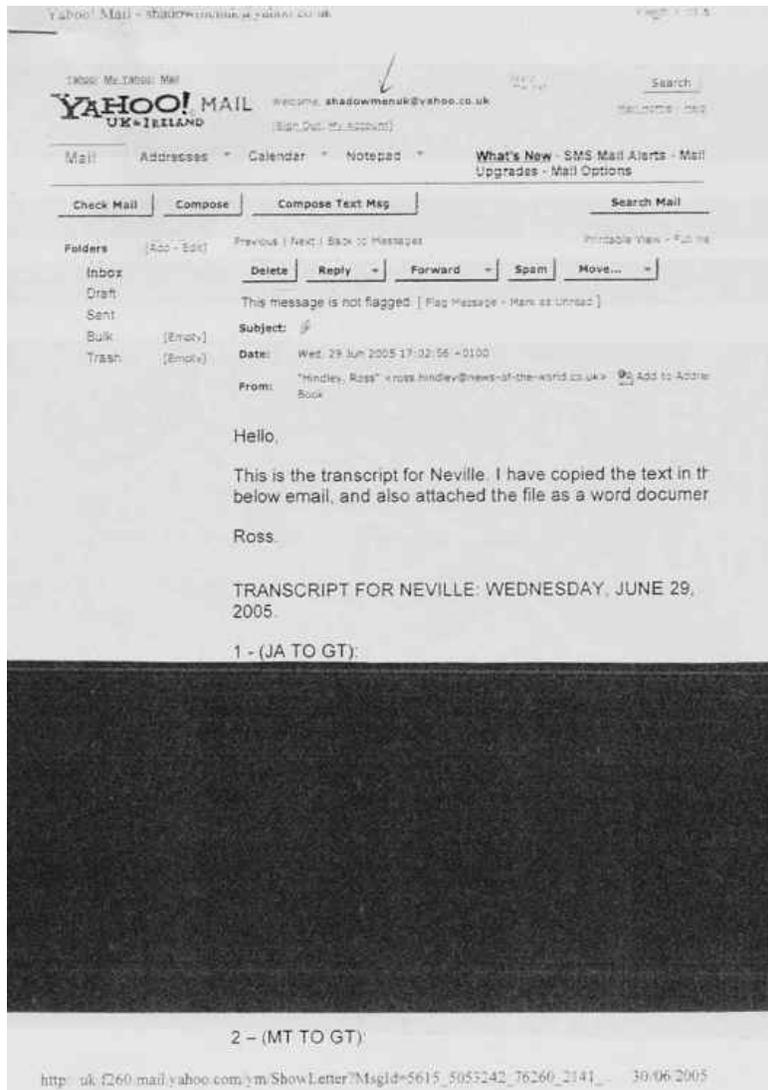
8. A matéria que começou tudo: o *The Guardian* publicou a primeira reportagem de Nick Davies sobre as escutas ilegais em 9 de julho de 2009.



9. O subcomissário John Yates “esclarece os fatos” após a primeira matéria de Nick Davies sobre os grampos telefônicos, em 9 de julho de 2009.



10. A subcomissária-adjunta Sue Akers explica a Operação Weeting para o Comitê Especial de Segurança Interna, em julho de 2011.



11. O famoso “e-mail para Neville”, como editado pelos filhos de Nick Davies.

04-FEB-2005 17:17 FROM

TO: 02086431361

C-104

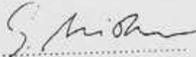
NEWS OF THE WORLD

NORTHERN OFFICE, NEWS INTERNATIONAL NEWSPAPERS LIMITED
FIRST FLOOR, 111 PICCADILLY, MANCHESTER, M1 2HY
TEL: 0161-228 0210 FAX: 0161-228 2927

THE NEWS OF THE WORLD undertakes not to publish any information/ pictures supplied by PAUL WILLIAMS in connection with PFA Chief Executive Gordon Taylor.

The News of the World agrees to pay a minimum sum of £7,000.00 on publication of the story based on information provided by Mr. Williams. This figure will be re-negotiable on the basis of prominence given to the story.

Signed.....



Dated: 4th February 2005

NEWS GROUP NEWSPAPERS LTD
a subsidiary of News International Plc

Registered Office: 1 VIRGINIA STREET, LONDON E8B 1NY
Bancassurance No: 070016, FORTNIGHT

Telephone: 020-7788 4000
TOTAL P/DT

12. O contrato feito por Greg Miskiw para Glenn Mulcaire, que usou o nome falso Paul Williams.



13. Nick Davies entrega documentos à Comissão Especial de Mídia da Câmara dos Comuns, em julho de 2009.



14. Alan Rusbridger, editor-chefe do *The Guardian*.



15. O fim do *News of the World*: a última edição do jornal que hackeava para conseguir matérias, publicada em 10 de julho de 2011.



16. À esquerda: O ator e vítima de escutas ilegais Hugh Grant indo prestar depoimento ao Inquérito Leveson, em novembro de 2011.

17. À direita: A atriz Sienna Miller a caminho do tribunal com sua equipe jurídica para falar no Inquérito Leveson sobre sua vida como alvo dos tabloides.



18. O CEO da Associação dos Futebolistas Profissionais Gordon Taylor também teve sua caixa de mensagens de voz invadida.



19. O jogador de futebol inglês David Beckham foi mais uma vítima das escutas ilegais.



20. O relações-públicas de celebridades Max Clifford a caminho de seu julgamento, que terminou em maio de 2014. Ele, que vendia escândalos para a imprensa, caiu em desgraça também devido a um escândalo: Clifford foi sentenciado a oito anos de prisão por crimes sexuais.



21. Julgado pela mídia: Andy Coulson se tornou o alvo dos fotógrafos ao seguir para o fórum Old Bailey, em novembro de 2013.



22. Stuart Kuttner, o veterano chefe de redação do *News of the World*, a caminho do tribunal.



23. O homem que gerenciava os “truques obscuros” no *News of the World*: o editor-assistente Greg Miskiw.



24. O premiado chefe de reportagem Neville Thurlbeck no lado errado da lei.



25. James “Jimmy dos Sussurros” Weatherup, ex-editor de noticiário do *News of the World*.



26. O parlamentar trabalhista Tom Watson, que atacou o *News of the World*, na Comissão Especial de Mídia. O jornal contratou um detetive particular para investigá-lo.



27. O homem dos grampos, Glenn Mulcaire, do lado de fora do tribunal, seguido de perto pelas câmeras de TV.



28. Rebekah e Charlie Brooks deixam o fórum Old Bailey depois de serem absolvidos de todas as acusações.



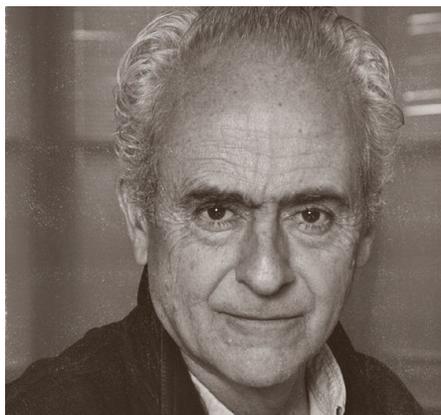
29. Um culpado: Andy Coulson deixa o fórum Old Bailey após ser condenado por escutas telefônicas ilegais, em junho de 2014.

Lista de imagens

- 1) Rebekah Brooks e Tony Blair, 2004 © PA Images
- 2) Rupert Murdoch e Les Hinton, 2005 © Graeme Robertson/Getty Images
- 3) Piers Morgan, Rebekah Brooks e Andy Coulson, 2007 © Richard Young/REX USA
- 4) Festa de verão de 2007 da News Corp © Tom Stoddart/Getty Images
- 5) David Cameron e Rupert Murdoch, 2009 © Julian Andrews
- 6) Max Mosley, 2008 © Peter Macdiarmid/Getty Images
- 7) Clive Goodman, 2007 © Rukhsana Hamid/Bloomberg via Getty Images
- 8) Primeira página do *The Guardian*, 9 de julho de 2009 © Guardian News & Media Ltd 2009
- 9) John Yates, 2009 © Dan Kitwood/Getty Images
- 10) Sue Akers, 2011 © PA Images (imagem extraída de filmagens do tribunal)
- 11) E-mail para Neville, 2005
- 12) Contrato de Glenn Mulcaire, 2005
- 13) Nick Davies, 2009 © PA Images (imagem extraída de filmagens do tribunal)
- 14) Alan Rusbridger, 2013 © Stephen Lovekin/Getty Images para a Guardian News & Media
- 15) Última edição do *News of the World*, 10 de julho de 2011 © Carl Courd/AFP/Getty Images

- 16) Hugh Grant, 2011 © Peter Macdiarmid/Getty Images
- 17) Sienna Miller, 2011 © John Phillips/UK Press via Getty Images
- 18) Gordon Taylor, 2014 © Mark Cuthbert/UK Press via Getty Images
- 19) David Beckham, 2013 © Julian Parker/UK Press via Getty Images
- 20) Max Clifford, 2014 © Peter Macdiarmid/Getty Images
- 21) Andy Coulson, 2013 © Oli Scarff/Getty Images
- 22) Stuart Kuttner, 2013 © Oli Scarff/Getty Images
- 23) Greg Miskiw, 2013 © Peter Macdiarmid/Getty Images
- 24) Neville Thurlbeck, 2012 © Oli Scarff/Getty Images
- 25) James Weatherup, 2012 © Andrew Cowie/AFP/Getty Images
- 26) Tom Watson, 2011 © Peter Macdiarmid/Getty Images
- 27) Glenn Mulcaire, 2012 © Peter Macdiarmid/Getty Images
- 28) Rebekah e Charlie Brooks, 2014 © John Phillips/Getty Images
- 29) Andy Coulson, 2014 © Ben A. Pruchnie/Getty Images

Sobre o autor



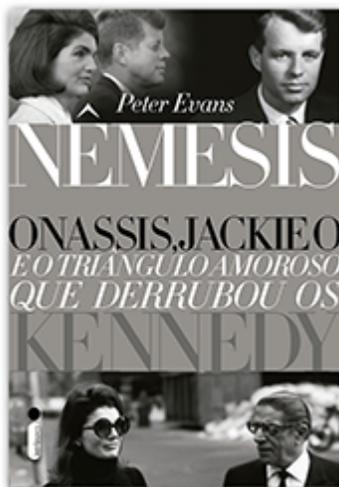
© Judy Goldhill

NICK DAVIES é repórter investigativo e autor de cinco livros. Já recebeu os prêmios de Reportagem Especial, Repórter do Ano e Jornalista do Ano do British Press Awards, além de ter sido agraciado com outras oito honrarias pela cobertura do escândalo das escutas telefônicas. Atua hoje como correspondente especial do *The Guardian*.

Leia também



Notícias: Manual do usuário
Alain de Botton



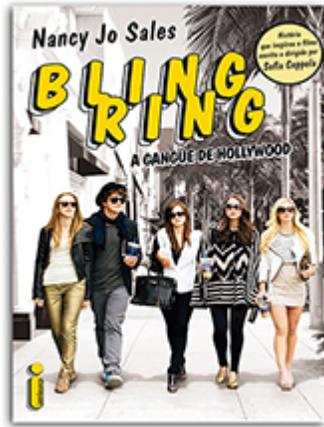
Nêmesis
Peter Evans



Briga de cachorro grande
Fred Vogelstein



Sal, açúcar, gordura
Michael Moss



Bling Ring
Nancy Jo Sales